



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Nathalie Reis Itaboraí

**Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012):
uma perspectiva de classe e gênero**

Rio de Janeiro

2015

Nathalie Reis Itaboraí

Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Nelson do Valle Silva

Rio de Janeiro

2015

Nathalie Reis Itaboraí

Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Sociologia.

Aprovada em 6 de julho de 2015.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Nelson do Valle Silva (Orientador)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso – UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Luiz Augusto Campos – UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Profa. Dra. Neuma Figueiredo de Aguiar

Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

“Tutti, per il solo fatto di venire al mondo dopo altri e in contesti, non solo familiari, ma sociali, storici, culturali, specifici siamo eredi di qualche cosa e con questa eredità dobbiamo fare i conti nei vincoli e opportunità che incontriamo e nelle scelte che operiamo. Per gli stessi motivi, tutti noi lasciamo qualche cosa in eredità a chi viene dopo, ai nostri figli e nipoti, se ne abbiamo, ma anche ad altri.” (SARACENO, Chiara. *Eredità*. Torino: Rosenberg & Sellier, 2013. p. 11)

Dedico este trabalho aos que nos precederam e aos que nos sucedem e, muito especialmente, a Marly e Namir, João Pedro, Maria Teresa e Emanuel.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro e maior agradecimento é para meu orientador, timoneiro deste longo percurso, que, além de seus ensinamentos e orientações, sempre iluminou minhas reflexões com seu habitual bom humor e suas excelentes recomendações literárias. A interlocução com Nelson do Valle Silva por mais de uma década, entre o mestrado e o doutorado, é certamente uma marca decisiva em minha formação acadêmica e agradeço imensamente o privilégio que tem sido a convivência com sua admirável lucidez analítica.

A filiação ao Iesp é outra marca que trago com gratidão, alegria e orgulho. No Iesp, temos desfrutado de um ambiente enriquecedor do ponto de vista intelectual e humano, pelo que agradeço a todos, professores, funcionários e colegas. Nesta casa recebi o essencial de minha formação sociológica, com o privilégio de conviver com professores admiráveis, que muito me influenciaram, dentre os quais Carlos Antônio Costa Ribeiro e Luiz Antônio Machado da Silva me agradeceram com suas valiosas críticas em bancas anteriores.

É uma imensa alegria que a presente banca reúna pessoas que marcaram minha formação em diferentes momentos e de cuja generosidade pessoal e intelectual sou feliz e agradecida devedora. Neuma Aguiar foi minha primeira orientadora no então Iuperj e me introduziu com maestria nas teorias feministas e de gênero e, mesmo depois de sua saída do Iuperj, fez-se presente em outras oportunidades de diálogo em eventos. Zuleica Cavalcanti generosamente me recebeu na UFRJ e me disponibilizou relatórios de suas análises sobre indicadores de gênero. Adalberto Cardoso foi meu professor de teoria sociológica, sociologia do trabalho e comentou meus textos na banca de qualificação e no seminário de tese, suas leituras atentas e suas palavras de incentivo têm sido fundamentais para meu amadurecimento intelectual, que ele acompanha e apoia há bastante tempo. Tive também a felicidade de assistir algumas aulas do excelente curso de Luiz Augusto Campos sobre feminismo no Iesp, sendo também brindada com sua leitura crítica e renovadora de muitas autoras centrais nos debates da área.

Um agradecimento muito grande para minha professora de análise espacial, Sônia Terron, pelos seus ensinamentos e pelas ideias e carinho que compartilhamos. O exemplo sempre admirável do professor Gláucio Soares me incentivou a debruçar-me sobre a questão da violência de gênero, o que agregou um ponto importante à minha pesquisa. O curso que o professor Gláucio ministrou sobre América Latina e a solidariedade de colegas do Iesp me ajudaram a colocar minhas questões de pesquisa em uma perspectiva mais regional. Agradeço em especial às recomendações e o incentivo de Alexis Cortés, Diana Perez, Fidel Perez,

Lorena Granja, Lucía Perez e Max Duarte. A oportunidade de realizar cursos à distância na Cepal fomentou ainda mais esta perspectiva, no que agradeço especialmente às minhas tutoras Marta Rangel e Virginia Guzmán. As oportunidades de participar em congressos promovidos pela ALAP, ALAS, ALAST, IATUR, LASA e SOMEDE também muito enriqueceram minha visão.

Agradeço o apoio institucional da UERJ que me permitiu a participação em congressos que ampliaram a compreensão e contextualizaram meu objeto. Agradeço também à UFJF que, através do programa Proquali, me concedeu bolsa de apoio durante a maior parte do doutorado, permitindo-me investir em minha formação. Na UFJF tive a oportunidade de debater boa parte da obra de Bourdieu, além de pesquisas sobre desigualdades educacionais, em um grupo de estudos coordenado por Eduardo Magrone, a quem sou extremamente grata.

Sou imensamente grata a toda a equipe do IBGE que em diferentes momentos acolheu e sanou minhas dúvidas sobre sua metodologia e dados. Embora seja impossível citar todos, não poderia deixar de mencionar Ana Lúcia Saboia, Elizabeth Hypólito, Fernando Albuquerque e Maria Lucia Vieira.

Daniel Biagioni inúmeras vezes, com sua habitual solicitude, me disponibilizou dados, boas recomendações e palavras amigas nos momentos mais críticos. Flavio Cavalhaes e o professor Adalberto Cardoso também me disponibilizaram dados e informações essenciais para o encaminhamento da tese.

Sou também grata às oportunidades de diálogo com a Demografia, em especial com Ana Maria Goldani, Laura Wong, Maria Coleta de Oliveira e Maria do Carmo Fonseca, diálogo que vem sendo ampliado pela participação no Grupo População e Gênero da Abep, a cujos integrantes também agradeço muito, em especial o companheirismo de Arlene Ricoldi, Gláucia Marcondes e Luciene Longo.

Muitos amigos queridos me escutaram, acolheram e apoiaram, na impossibilidade de citar todos, não poderia deixar de mencionar Cidinha Fernandes e sua família, Claudia Malfetano, Deila e Guiomar Brasiel, Denise Bruno, Fabrício Moraes, Jordânia Araújo, Josimara Delgado, Karine Drumond, Kelmer Esteves, Marcos e Júlia Leite, Marilsa Silva, Rita e Annie Marie Prado, Teresinha e Maria do Amparo Ananias. Na Universidade Federal de Juiz de Fora, fiz também grandes amigos, em especial Maria Imaculada Scotelano, Judson Vidal, Lucimar Bartels e Milena Dibo sempre tiveram palavras sábias e carinhosas para tornar doces os momentos mais difíceis. Hélio de Felippo e Renata Perlato cuidaram de minha saúde e torceram por mim, aliviando o desgaste físico e emocional deste percurso.

À minha grande família, todo meu amor e gratidão. Minhas irmãs, Marna e Natércia, meus cunhados, Getulio e Eden, meus sobrinhos, Thaís, Rodrigo, Lindsay, Elizangela, Willy, Kelvyn e France, e muitas tias, tios, primas e primos queridos me apoiaram de perto e de longe, maternando meus filhos e me acolhendo com seu afeto. Sérgio inúmeras vezes foi “pãe” (pai e mãe) de nossos filhos para me permitir dedicar a esta pesquisa, encarando com afeto e desprendimento os desafios das relações de gênero e parentais.

Meus pais, Marly e Namir, sustentaram cada passo de minha vida com seu amor, com seu exemplo e com seus ensinamentos. Meu afeto e gratidão por eles só é comparável ao que tenho pelos meus filhos, João Pedro, Maria Teresa e Emanuel, cujo amor incondicional me fortalece e inspira. A eles, a dedicatória e o melhor de mim.

Com saudades eternas, trago sempre no coração as estrelas de minhas avós Cacilda e Stella, de minhas madrinhas Maria e Nelsina, e de meu avô Romão.

Hay mucho que hacer aún, se ha mejorado mucho, y creo que el feminismo es la verdadera revolución del siglo XX, pero aún falta mucho. Una revolución que se ha hecho sin sangre, la mujer ha sido de una elegancia moral extraordinaria.

Nélida Piñon

RESUMO

ITABORAÍ, Nathalie Reis. *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero*. 2015. 490 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

A presente pesquisa analisa as transformações nas famílias brasileiras do ponto de vista dos diferenciais entre classes e da autonomia feminina no período de 1976 a 2012. Elegeu-se analisar aspectos da formação de família, reprodução, socialização dos filhos e divisão do trabalho (doméstico e remunerado). Na primeira parte, apresenta-se o objeto da pesquisa, seu referencial teórico e histórico. O capítulo 1 apresenta o problema de pesquisa, situando-o no quadro geral das mudanças na condição das mulheres nas famílias no Ocidente e das hipóteses de classe presentes nas pesquisas de gênero e família no Brasil. O capítulo 2 apresenta o referencial teórico empregado, considerando a relação entre vida familiar e as estratificações de classe e gênero, e a mudança social como transformação no equilíbrio de poder. O capítulo 3 oferece evidências históricas da diversidade e das mudanças, na longa duração, das práticas familiares e dos rótulos a elas associados, aprofundando-se, a seguir, a experiência de modernização do contexto de 1976 a 2012, escolhido para a análise de dados. Na parte dois investigam-se as transformações nas dimensões centrais da vida familiar, relativas à conjugalidade, reprodução e socialização de filhos. Destacam-se o controle da fecundidade pela contracepção, o adiamento da união e da maternidade, as mudanças no equilíbrio de poder nos casais, e a superação – e até inversão – das desigualdades educacionais das filhas comparadas aos filhos. Abordam-se também aspectos persistentes de desigualdades em cada uma dessas esferas, como a violência entre parceiros íntimos, a maternidade na adolescência e as dificuldades no processo de autonomização dos jovens. Na terceira parte, indaga-se sobre a construção da autonomia econômica das mulheres na intersecção entre as dimensões do trabalho doméstico e remunerado. No capítulo 7, após constatar a tendência geral e as variações por classe no crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, nota-se que o engajamento feminino ainda é afetado pelas características familiares. Constata-se também o crescimento da presença de renda de trabalho ou de outra fonte, o que leva a considerar o debate em torno das políticas sociais que concedem titularidade às mulheres. No capítulo 8, analisa-se a divisão do trabalho doméstico e de cuidado, aspecto no qual as desigualdades de gênero seguem expressivas não apenas na geração adulta, mas também entre os filhos, o que conduz à discussão dos limites das mudanças na estratificação de gênero e das propostas em torno da conciliação entre trabalho e família e do direito ao cuidado. Na conclusão, destaca-se que, a despeito das variações por classe no ritmo e grau das mudanças, as mulheres brasileiras, no período 1976-2012, movem-se em direção a um melhor equilíbrio de gênero nas relações familiares. Também são problematizados os limites das mudanças e algumas de suas implicações para as dinâmicas de classe e gênero, indicando ainda algumas direções para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Famílias. Gênero. Classe social. Estratificação social. Mulheres.

ABSTRACT

ITABORAÍ, Nathalie Reis. *Changes in Brazilian families (1976-2012): a class and gender perspective*. 2015. 490 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

This research analyzes the changes in Brazilian families from the perspective of the differences between classes and of the women's autonomy in the period from 1976 to 2012. It is analyzed the aspects of family formation, reproduction, socialization of children and division of labor (domestic and paid). The first part presents the research object and its theoretical and historical approach. Chapter 1 presents the research problem, placing it in the overall picture of changes in the status of women in families in the West and of the hypotheses of class present in research on gender and family in Brazil. Chapter 2 presents the theoretical framework employed, considering the relationship between family life and the stratification of class and gender, and the perspective of social change as a transformation in the balance of power. Chapter 3 provides historical evidence of the diversity and changes in the long term of the family practices and the labels associated with them, paying especial attention to the Brazilian modernization experience from 1976 to 2012, period chosen for data analysis. In the second part, are investigated the changes in the central dimensions of family life, related to union, reproduction and socialization of children. Enphasis is conceded to the regulation of fertility by contraception, the postponement of marriage and motherhood, the changes in the balance of power in couples, and the superation - and also reversion - of the educational disadvantages of daughters compared to sons. It is also considered persistent issues of inequality in each of these spheres, such as intimate partner violence, teenage motherhood and the difficulties in the autonomization process of young people. The third part considers the process of construction of the economic autonomy of women at the intersection between the dimensions of domestic and paid work. In Chapter 7, after noting the general trend and variations by class in the growth of women's participation in the labor market, it is demonstrated that the female engagement is still affected by family characteristics. It is also noted the growing presence of income due to work or from another source, which leads to consider the debate about social policies that focalize women. Chapter 8 analyzes the division of domestic work and care work, aspect in which gender inequalities follow significant not only in the adult generation but also among children, which leads to discuss the limits in the transformation of gender stratification and the proposals around the reconciliation of work and family and public care. In conclusion, it is emphasized that, despite variations by class in the pace and extent of change, Brazilian women, in the period 1976-2012, moving toward a better gender balance in family relationships. It was also problematized the limits of the changes and some of its implications for the class and gender dynamics, suggesting some directions for future research.

Keywords: Families. Gender. Social class. Social stratification. Women.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO: REVOLUÇÃO NAS FAMÍLIAS, REVOLUÇÃO DAS MULHERES, DESIGUALDADES DE CLASSE.....	13
1	O PESSOAL É POLÍTICO	19
1.1	A construção do objeto: analisando a “revolução das mulheres” do ponto de vista das famílias e da diversidade de classe	21
1.1.1	<u>A revolução das mulheres: um ponto de partida histórico e teórico</u>	21
1.1.2	<u>A literatura sobre gênero, famílias e classes no Brasil: questões em aberto.....</u>	34
1.1.3	<u>Apresentação do problema de pesquisa</u>	48
1.2	Referencial teórico: reflexões sobre as articulações entre famílias, classes, gêneros e mudança social	62
1.2.1	<u>(Re)produção das classes e lógica da (e mudanças na) dominação masculina: famílias e estratificação social na (e para além da) visão de Bourdieu</u>	69
1.2.2	<u>Estratificação de gênero nas famílias</u>	76
1.2.3	<u>Mudança social e distribuição de poder</u>	89
1.2.4	<u>Sobre os “sentidos” das mudanças nas famílias</u>	97
1.3	Contextualização histórica: o passado e presente da “revolução das mulheres” no Brasil de uma perspectiva de longa duração.....	106
1.3.1	<u>O patriarcalismo no passado colonial brasileiro</u>	109
1.3.2	<u>A lenta ampliação das oportunidades femininas desde o século XIX</u>	115
1.3.3	<u>O período 1976-2012: lugares em movimento</u>	134
2	NOSSOS CORPOS NOS PERTENCEM	152
2.1	A conjugalidade sob um novo equilíbrio de poder	157
2.1.1	<u>O processo de formação de família de uma perspectiva de classe e gênero.....</u>	162
2.1.2	<u>Padrões de composição dos casais, endogamia e novos equilíbrios de poder.....</u>	181
2.1.3	<u>Violência contra a mulher: ícone do patriarcado e/ou paradoxo do empoderamento?.....</u>	199
2.2	Sob o signo da escolha: mudanças no comportamento reprodutivo.....	212
2.2.1	<u>O contexto das transformações no comportamento reprodutivo: da preocupação populacional à construção dos direitos sexuais e reprodutivos</u>	218
2.2.2	<u>Uma análise do comportamento reprodutivo e seus diferenciais por classe.....</u>	225
2.2.3	<u>Maternidade na adolescência em tempos de baixa fecundidade: desigualdades nos pontos de partida e de chegada</u>	248
2.3	Desigualdades de gênero e classe nas novas gerações: a socialização dos filhos.....	269
2.3.1	<u>A primeira infância</u>	282
2.3.2	<u>Filhos entre a escola e o trabalho</u>	293

2.3.3	<u>Entre os "nem nem" e a "geração canguru": paradoxos das desigualdades de classe e gênero nas transições juvenis brasileiras</u>	314
3	UM TETO TODO SEU	334
3.1	A construção da autonomia econômica feminina: intersecções entre trabalho, políticas públicas e responsabilidades familiares	339
3.1.1	<u>O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho e a questão do impacto da vida familiar</u>	339
3.1.2	<u>Os desafios na construção da autonomia econômica para além do mercado de trabalho..</u>	358
3.2	Temporalidades plurais: desigualdades de gênero e classe nos usos do tempo nas famílias brasileiras	378
3.2.1	<u>Evidências sobre usos do tempo: mudanças parciais, desigualdades persistentes ...</u>	381
3.2.2	<u>A socialização dos filhos e filhas na divisão do trabalho doméstico.....</u>	390
3.3	Velhos e novos desafios das desigualdades de gênero e classe nas famílias.....	399
	CONCLUSÃO.....	419
	REFERÊNCIAS	429
	APÊNDICE METODOLÓGICO	477

INTRODUÇÃO: REVOLUÇÃO NAS FAMÍLIAS, REVOLUÇÃO DAS MULHERES, DESIGUALDADES DE CLASSE

Há meio século atrás, em 1963, o sociólogo da família americano William J. Goode lançava o clássico *Revolução Mundial e Padrões de Famílias* (*World Revolution and Family Patterns, WRF*), prevendo, entre outras coisas, que, com o progresso da industrialização e urbanização, os padrões mundiais de família convergiriam em direção ao modelo conjugal de família ocidental. Influenciado pelo funcionalismo e pela teoria da modernização, Goode acreditou que a família conjugal, com a especialização do homem no papel de provedor e da mulher no papel de dona de casa, se disseminaria, pois este seria o modelo mais compatível com a mobilidade necessária ao desenvolvimento industrial (CHERLIN, 2012). Goode estava enganado ao supor a convergência em torno do modelo de família conjugal, pois o que houve foi a diversificação dos arranjos familiares, com o declínio do arranjo casal com filhos.

Sobretudo, passou despercebida a Goode a maior revolução que ocorreu no século XX quanto à organização familiar, que diz respeito às mudanças na condição feminina. Ironicamente, Goode era amigo de Betty Friedan, autora do clássico sobre o descontentamento feminino no pós-guerra americano e uma das obras inspiradoras da segunda onda do feminismo. “No mesmo ano que Goode publicou WRF, Friedan (1963) publicou *The Feminine Mystique*. Mas Goode estava por demais imerso na teoria funcionalista de sua época para perceber as mudanças na vida das mulheres que ocorreria nas décadas seguintes” (CHERLIN, 2012, p. 583, tradução nossa).

A presente pesquisa trata justamente deste aspecto ignorado por Goode – as profundas mudanças na condição das mulheres que subverteram o histórico padrão de dependência familiar feminino. Por outro lado, Goode também esteve pouco atento à diversidade de padrões familiares existentes dentro de um mesmo país, e a presente pesquisa se propõe a analisar a diversidade de formas familiares, investigando variações no ritmo das mudanças para mulheres de diferentes condições socioeconômicas, medidas pela classe social familiar. Também o livro *Mística feminina* de Friedan foi criticado por seu “viés burguês” (ORTNER, 2003), por ter desconhecido o trabalho feminino e os significados da vida familiar nas classes baixas, ainda que descrevesse bem o mal-estar das mulheres de classe média, o que coloca em evidência mais uma vez a questão da diversidade de classe nas mudanças na condição feminina.

A proposta da presente pesquisa é investigar o quanto as mudanças na condição feminina nas famílias se disseminaram entre as classes no Brasil, integrando à Sociologia da Família as questões da estratificação de gênero e classe. Este movimento nos faz retomar um debate sociológico antigo, mas que, justamente porque de persistente relevância, vem recebendo diversas releituras atualmente.

Diferentemente da teoria geral de Goode que supunha um processo de convergência de diferentes grupos em direção à família conjugal, também se escreveu nos anos 60 sobre a desorganização familiar como um traço particular a determinados grupos. Um exemplo muito influente foi o relatório de Moynihan (1965) para o governo americano que apontava a desorganização da família negra. Nas últimas décadas, no entanto, argumenta-se que a “desorganização” considerada inicialmente típica das classes baixas se difundiu na sociedade (STACEY, 1998; HIMMELFARB, 1995). Por isso, Furstenberg (2011) considera que Moynihan errou em não ver que as forças econômicas e culturais que mudavam o casamento entre os negros estavam atuando nos demais grupos. Já Carbone e Cahn (2014), ao constatar a tendência de polarização do mercado matrimonial nos Estados Unidos, questionam que as forças estruturais que geram desorganização levantadas por Moynihan, como o desemprego masculino, não deveriam ser entendidas como afetando diretamente as famílias, mas indiretamente, por alterar as normas de gênero na medida em que as mulheres começam a confiar mais em sua capacidade de ganho e se tornam menos dependentes.

Os debates sobre a convergência ou diferenciação entre grupos sociais quanto às formas de família, que existem portanto pelo menos desde os anos 60, vem sendo retomados por pesquisas atuais que relacionam o crescimento das desigualdades sociais ao aumento da diferenciação entre as famílias (CARLSON; ENGLAND, 2011, CARBONE; CAHN, 2014). Outras análises demonstram que as diferenças nas formas de família (ESPING-ANDERSEN, 2009) ou em sua configuração interna (FOLBRE, 2001) agravam desigualdades sociais. Este cenário incita a investigar as dinâmicas em curso na vida familiar desde a perspectiva das estratificações de classe e gênero. Ao partir da interseccionalidade de classe e gênero, analisa-se aqui, por um lado, a frequência e difusão entre as classes das mudanças nas famílias e suas implicações para as desigualdades socioeconômicas, e, de outro, suas implicações para o grau de autonomia das mulheres nas famílias para o equilíbrio de poder de gênero. Propõe-se entender as mudanças nas famílias a partir das dinâmicas das desigualdades de classe e gênero, tanto porque a família vem sendo por um longo tempo um mecanismo pelo qual vantagens e desvantagens são construídas e transmitidas através das gerações (CARLSON;

ENGLAND, 2011, p. 22; SARACENO, 2013), quanto um espaço central de subordinação das mulheres nas relações de gênero (BEAUVOIR, 1980; BOURDIEU, 1999).

Para tanto, a presente pesquisa analisa de forma sistemática um conjunto de dados disponíveis sobre dimensões da vida familiar no período 1976 a 2012, analisando-os e discutindo-os a luz de informações históricas e teorias e pesquisas das ciências sociais. Beneficia-se, portanto, da acumulação de dados estatísticos, históricos e sociológicos que vem favorecendo o desenvolvimento da sociologia da família. Como realça Furstenberg (2011), grandes teorias sobre as mudanças nas famílias foram frequentemente formuladas de maneira desconectada de análises empíricas, mas o advento do computador revolucionou o campo de pesquisas sobre famílias, favorecendo a utilização de dados para mensurar suas transformações. O desenvolvimento da história das famílias também favoreceu a revisão de visões nostálgicas e idealizadas do passado, bem como evidenciou a diversidade na vida familiar ao longo da história. Estes desdobramentos têm favorecido a revisão da suposição de que as mudanças nas famílias ocorrem em um único sentido, por uma única razão ou de formas semelhantes em todas as sociedades ou em todas as partes de uma mesma sociedade. Neste contexto, Furstenberg (2011) considera que a família mudou na segunda metade do século XX mais do que em qualquer outro intervalo comparável, mas que tais mudanças tiveram custos e benefícios diferentes para diferentes segmentos da sociedade.

A presente pesquisa colabora também para revisar as narrativas sociológicas que supuseram processos lineares de mudança nas famílias, seja rumo à família nuclear, seja rumo à democratização das relações familiares (GIDDENS, 1993), problematizando tanto a direção quanto a heterogeneidade de classes desses processos. No caso da literatura brasileira, contribui para a revisão das perspectivas polarizadas que opuseram concepções sobre o grau de autonomia feminina e de transformação nas relações familiares entre as classes, visível na oposição entre perspectivas holista e individualista (DURHAN, 1986).

Ao propor interpretações novas sobre processos conhecidos, considerando-os a luz da estratificação de classe e gênero, a presente pesquisa contribui para questionar antigos pressupostos, como os de que a mudança social processa-se de cima para baixo, ou que é típica ou vai convergir em direção aos comportamentos de determinada classe. Ao contrário, demonstra-se que as mudanças difundem-se de formas variadas entre as classes; que tendem a ser comum a todas as classes, ainda que em ritmos variados; e que, em meio à diversidade de processos, parte dos comportamentos que se difundem é originalmente típica das classes baixas, antes rotulados pejorativamente mas em grande medida hoje ressignificados.

Além de problematizar a difusão das mudanças sociais entre as classes, a presente pesquisa pretende contribuir para a compreensão do estado atual e das tendências nas desigualdades de gênero no Brasil num contexto em que a literatura internacional registra que a revolução das mulheres, além de desigual, não tem um desenvolvimento linear e progressivo, identificando-se situações e dimensões nas quais reduz seu ritmo ou se encontra estagnada (ENGLAND, 2010). Esta tendência, constatada nos Estados Unidos (COTTER; HERMSEN; VANNEMAN, 2011), indica que, apesar das significativas transformações na condição feminina, alcançar a igualdade de gênero não é um resultado automático, que vai se processando continuamente. Ressalta-se, assim, a relevância de analisar a continuidade, o ritmo e intensidade de tais mudanças e as desigualdades nos processos experimentados por mulheres de diferentes classes.

A desigualdade de gênero é um tema que recebe crescente atenção, levantando debates em torno do quanto se avançou desde que o tema foi içado ao debate público nos anos 70, em especial com a declaração pelas Nações Unidas de 1975 como Ano Internacional da Mulher e o período de 1975-1985 como Década da Mulher e Desenvolvimento. O crescente reconhecimento dos direitos das mulheres em diversas conferências internacionais é acompanhado do monitoramento de sua implementação, através de observatórios e informes sobre o cumprimento de metas¹. Indicadores de empoderamento feminino ou das desigualdades de gênero são produzidos e permitem medir o cumprimento desta agenda e o grau de equidade de gênero alcançado, estabelecendo rankings entre países. Diferentes formas de mensuração da (des)igualdade de gênero levantam debates, que expressam insatisfação com os indicadores existentes, questionando o que medem e o que deixam de medir. Uma das críticas aos indicadores para países é que eles empregam a média nacional, desconsiderando a heterogeneidade interna, particularmente evidente no Brasil, país com expressiva diversidade regional e grandes desigualdades sociais. Outra crítica é que, enquanto os estudos sobre a condição das mulheres indicam a centralidade das relações familiares nas diferentes formas de opressão feminina, as dimensões da vida familiar são pouco consideradas nos indicadores de gênero.

Por outro lado, na literatura que contempla a heterogeneidade social e a dimensão familiar das desigualdades de gênero no Brasil não existe consenso sobre a generalidade do

¹ A exemplo do observatório da CEPAL, ou os informes de acompanhamento de direitos estabelecidos pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (conhecida pela sigla em inglês, como CEDAW), a Conferência da ONU sobre Mulher em Beijing, ou das metas do Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM).

processo de emancipação feminina em curso, figurando hipóteses de que a mudança começa nas classes altas e as classes baixas mudam menos, ou que, a despeito de seu caráter mais matrifocal, as classes baixas seriam mais patriarcais, enquanto as classes médias seriam a vanguarda das mudanças, influenciadas por ideais individualistas e igualitaristas. Diante do paradoxo de que os indicadores estatísticos não detalham a diversidade de condições das mulheres dentro do país, enquanto as pesquisas sobre famílias que consideram as diferenças de classe são em geral estudos de caso que não permitem generalizações, a presente pesquisa propõe-se justamente analisar a pervasividade das mudanças na condição feminina no Brasil, seu ritmo e diferenciais por classes.

Teórica e historicamente consideradas lugar central da produção das desigualdades de classes e da opressão feminina, as famílias, e suas transformações, são aqui consideradas uma dimensão chave para a compreensão das possibilidades, limites e desafios para uma maior equidade de gênero que se generalize entre as classes. Aos recortes de analisar a condição das mulheres nas famílias e as desigualdades entre mulheres de diferentes classes, acrescenta-se o recorte temporal de 1976 a 2012, no qual as transformações na condição das mulheres e nas famílias são particularmente intensas. O período 1976-2012 caracteriza-se por intensa modernização no país, com profundas transformações como urbanização, industrialização e difusão da educação e cultura de massa. Neste período também ocorrem diversas transformações nas leis que regulam a vida familiar, como a lei do divórcio (1977) e a lei que pune a violência contra a mulher (2006), dois marcos importantes na construção dos direitos das mulheres, garantindo a liberdade de saírem de uniões e estarem livres de violência.

A pesquisa está organizada em três partes. Na primeira parte, sob o título “O pessoal é político”, detalha-se a proposta da pesquisa, sua fundamentação teórica e os dados históricos que contextualizam o período analisado, bem como a inserção das mudanças recentes na longa duração. Os capítulos da parte 2 também recuperam informações históricas que contextualizam as transformações analisadas, mas o foco passa a ser a análise de dados². Na segunda parte, sob o título “Nossos corpos nos pertencem”, focalizam-se as mudanças na formação de famílias, na reprodução e na socialização dos filhos. Nota-se que as famílias seguem cuidando de algumas dimensões essenciais da vida humana como no passado, só que o fazem de formas muito diferentes. As trajetórias femininas mudam e cada capítulo narra mudanças nos domínios típicos das famílias. Ser mulher já não implica necessariamente em

² Para facilitar a leitura dos dados, nos gráficos que comparam datas, buscou-se diferenciar por cores os anos analisados: 1976 em azul, 1984-1986 em vermelho, 1996 em verde, 2006 em violeta, e 2012 em amarelo.

ser esposa, em ser mãe, ou em receber menos investimentos que os irmãos quando filhas. As formas de ser esposa mudam, com casais mais heterogêneos, menos endogâmicos, e menos hierárquicos, desenhando novos equilíbrios de poder nos casais. As formas de ser mãe mudam, com menos filhos e o adiamento da decisão de tê-los, decorrentes do maior uso de contracepção. A experiência de filhos e filhas muda com mais frequência à escola, adiamento da inserção no mercado de trabalho e a possibilidade de estender a permanência na casa dos pais. Observa-se que velhos dilemas e novas oportunidades se desenham nas atuais formas de experiência feminina da condição de esposas, mães e filhas, ou em diferentes percursos que cada vez mais se desenham como alternativas. Cada uma dessas mudanças é analisada considerando as desigualdades de classe entre as mulheres e seus desafios específicos que se revelam em meio ao desafio geral das desigualdades de gênero. Abordam-se também aspectos persistentes de desigualdades em cada uma dessas esferas, como a violência entre parceiros íntimos, a maternidade na adolescência e as dificuldades no processo de autonomização dos jovens. Ao lado da problematização das desigualdades de gênero, a análise das desigualdades de classe evidencia que os diferenciais entre classes continuam importantes, ainda que se reduzam em aspectos como as taxas de fecundidade e o acesso dos filhos à escola.

Na terceira parte, intitulada “Um teto todo seu”, focalizou-se a construção da autonomia econômica das mulheres e os desafios na articulação entre esferas pública e privada. Se os avanços da autonomia econômica feminina foram conquistados sobretudo através do engajamento no mercado de trabalho – sobre o qual ainda pesam, mesmo que de forma decrescente, as condicionalidades familiares – vem se afirmando também a importância da proteção social, com especial relevo aos programas de transferência de renda que geram debates em torno do seu possível reforço ao papel materno. Por outro lado, ao analisar a divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidado, mostra-se a manutenção das desigualdades de gênero na geração dos pais e dos filhos, e enfatizam-se os dilemas para sua superação e a importância das políticas de cuidado público.

Cada parte tem no título um slogan das lutas feministas e de estudos de gênero nos campos político e científico, reconhecimento de que as questões aqui analisadas são objeto de lutas sociais e debates acadêmicos desde muito tempo, com os quais se dialoga e para os quais se pretende contribuir. Começa-se, justamente, demonstrando as questões que sustentam a construção da presente pesquisa – situada nas intersecções entre classe, gênero e família – de forma a discutir as relações de poder que permeiam o mundo privado, ou seja, trata-se, em primeiro lugar, de demonstrar que o “pessoal é político”.

1 O PESSOAL É POLÍTICO

Quelle que soit sa réalité historique et sociologique - qui a varié à travers les époques, les sociétés et les classes - , la sphère du familial ne peut être abordée, sur le plan de *l'analyse théorique*, sans la relier aux autres instances de la société. Les essais et les recherches qui ont émergé de cette posture théorique constituent sans doute l'apport le plus fécond et le plus constant de la théorie féministe à l'analyse de la famille. Cette orientation est bien illustrée dans une formule percutante du mouvement des femmes apparue dès la decennia 1970 : « Le privé est politique ». En associant deux termes, à première vue antinomiques, on cherche par là non seulement à désigner les rapports de forcé qui habitent l'intimité du privé, mais aussi les liens entre les dominations observées dans le microcosme familial et l'ensemble des dominations (surtout celles du genre) qui s'observent dans la sphère publique et qui dictent leurs logiques et leurs règles aux instances du privé. (DANDURAND, 1994, p. 7)

O que, então, outras feministas, assim como as mais radicais, querem dizer com “o pessoal é político”? Nós queremos dizer, primeiramente, que o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de *poder*, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro. (OKIN, 2008, p. 314)

A distribuição de poder na vida familiar e social são objetos usuais nos estudos feministas e de gênero, mas que cada vez mais ultrapassam as fronteiras de um suposto gueto acadêmico, participando de debates sobre democracia, justiça e políticas sociais. Diversos autores contemporâneos (GIDDENS, 1993; BECK; BECK-GERNSHEIM, 1998, ESPING-ANDERSEN, 2009) escrevem sobre família e gênero. Que o façam muitas vezes em resposta às críticas que recebem de estudos feministas e de gênero é sinal de que estes conquistam cada vez mais interlocução na teoria social. O diálogo entre as questões de gênero e as teorias sociais de diferentes autores será buscado também aqui, para propor a compreensão das mudanças na condição das mulheres nas famílias a partir da estratificação social de classe e gênero que perpassam a vida familiar e social.

Ao explicar a fórmula “o pessoal é político”, Dandurand realça que o privado está em relação com diversas instâncias da sociedade e que a realidade histórica das famílias variou através das épocas, das sociedades e das classes. Dandurand enfatiza também que a família não é um todo unificado ou uma unidade solidária. Mostra ainda que as famílias não são ilhas fechadas sobre si mesmas, mas são afetadas pelos contextos sociais, do que oferece como exemplo a acentuada individuação dos jovens e mulheres nas famílias, permitindo contestar a autoridade do pai e do marido, reflexos da escolarização massiva das jovens e das mudanças nos códigos religiosos e jurídicos que sustentavam a dependência econômica e a sujeição das esposas em relação a seus maridos.

Dentro da teoria política, Okin (2008) destaca que a vida familiar é pressuposta ao invés de ser discutida, tendo cabido ao feminismo problematizar as relações de poder nas famílias. Feministas radicais chegam a propor que a estrutura familiar deveria ser abolida, ainda que hoje prevaleça a preocupação de explicitar e transformar as desigualdades na vida familiar e sua inter-relação com outras esferas.

Ainda que nem sempre explicitado, “o pessoal é político” na verdade tornou-se a afirmação que sustentou o que a maioria das pensadoras feministas estava dizendo. Feministas de diferentes tendências políticas, e em uma variedade de disciplinas, revelaram e analisaram as conexões múltiplas entre os papéis domésticos das mulheres e a desigualdade e segregação a que estão submetidas nos ambientes de trabalho, e a conexão entre sua socialização em famílias generificadas e os aspectos psicológicos de sua subordinação. Desse modo, a família se tornou, e vem se mantendo desde então, central à política do feminismo e um foco prioritário da teoria feminista. (OKIN, 2008, p. 314).

A fórmula “o pessoal é político”, no entanto, é mais antiga e associada ao nome de Kate Millett, feminista radical que defendeu nos anos 70 que seria necessária uma revolução no plano ideológico, para transformar as representações simbólicas que se constroem sobre as ideias de masculinidade e feminilidade. Na visão de Millett, o primeiro feminismo – liberal - teve maior sucesso em relação à estrutura política do que em relação à mudança de mentalidade. O feminismo radical deveria ir além do feminismo liberal, não se restringindo a estender os direitos femininos na luta contra os privilégios masculinos, mas discutindo as origens e a forma de reprodução destes privilégios. Millett propunha a flexibilização do “papel, condição e temperamento atribuídos a cada um dos dois sexos” (1974, p. 10). A eliminação da estrutura familiar e a definição de que o cuidado das crianças deveria ficar a cargo de profissionais estão entre as propostas que permitiriam uma mudança drástica em relação à família patriarcal, eliminando a diferenciação sexual de papéis e permitindo a independência econômica da mulher.

Desde Millett, muitos estudos têm localizado na família uma das principais bases das desigualdades de gênero. O que se pretende neste capítulo é refletir sobre as relações familiares como *locus* da estratificação de classe e gênero, considerando-as também como espaço que reflete mudanças nestas duas dimensões das relações de poder. Este capítulo apresenta as indagações que norteiam a presente investigação e endereça-se às questões históricas e teóricas que são o ponto de partida desta pesquisa. Parte da constatação de que uma revolução na condição das mulheres está em curso, e dos desafios presentes em sua mensuração e interpretação, para propor algumas ferramentas teóricas para analisar as dimensões de estratificação, relações de poder e mudança social presentes nas relações

familiares e de gênero. A seguir, focaliza-se o caso brasileiro, apresentando um ponto de partida histórico sobre as desigualdades de gênero e as relações familiares no Brasil patriarcal e sua transformação na longa duração, concentrando-se no período 1976-2012, que é objeto de análise estatística nas partes subsequentes. Nesta parte, apresenta-se também o problema de pesquisa, que é situado em relação às recentes análises das mudanças na condição feminina e quanto ao debate da sociologia que tratou das famílias e das relações de gênero no Brasil considerando a diversidade de classe.

Se diferentes autores mostraram uma revolução na condição feminina nas últimas décadas, sinalizando uma transformação no sentido de uma despatriarcalização da sociedade (THERBORN, 2006), não se desconhece que esse processo, que possibilita maior autonomia feminina, convive com a persistência de desigualdades de gênero, em graus variáveis nas distintas esferas da vida social e entre os variados grupos sociais. Se a vida familiar vem se mostrando um espaço importante de transformações na condição feminina, o processo de autonomização feminina convive em tensão com as relações de dominação masculina (BOURDIEU, 1999), deixando entrever as ambiguidades e limites da mudança social. Um exemplo da não linearidade e tensão presentes no processo de mudança social é a discussão de Elias (2006) sobre os processos civilizatórios e descivilizatórios. Ao longo da análise, buscou-se empregar autores com diferentes perspectivas diante da necessidade de compreender tanto os processos de transformação quanto os de estabilidade nas relações de gênero, bem como sua difusão entre distintos grupos sociais.

1.1 A construção do objeto: analisando a “revolução das mulheres” do ponto de vista das famílias e da diversidade de classe

Neste capítulo, abordam-se inicialmente as teorizações sobre o processo geral de mudanças na condição feminina no Ocidente e os desafios de sua mensuração. A seguir, problematiza-se a diversidade de classes deste processo no Brasil para, então, apresentar a proposta da presente pesquisa.

1.1.1 A revolução das mulheres: um ponto de partida histórico e teórico

Vários autores, com diferentes perspectivas, falaram de uma revolução no comportamento das mulheres no século XX. Trata-se aqui deste conjunto complexo de

mudanças, que abarcaram dimensões demográficas, culturais, sociais e jurídicas, não apenas alterando a distribuição das oportunidades de trabalho e educação entre os sexos, como também trazendo diversas implicações para as relações familiares.

O caráter mundial desta revolução foi realçado por Therborn que analisou o declínio do patriarcado na longa duração. No livro *Sexo e poder*, maior ênfase é posta na dimensão jurídica da mudança³, que pode ser favorecida por eventos extrínsecos à organização familiar – econômicos, estatais, religiosos etc. – com avanços e recuos em direção a (des)patriarcalização.

A mudança institucional é assim induzida por eventos ou processos que desarranjam um dado balanço entre, de um lado, direitos e obrigações e, de outro, poderes e dependências. Pais podem perder sua propriedade, filhos podem ter chance de ir para a escola, mulheres podem conseguir oportunidades no mercado de trabalho, as tradições religiosas podem enfraquecer, os estados ou as organizações internacionais podem se intrometer nas famílias, limitando o poder de pais e maridos e municinando as filhas rebeldes com rotas de fuga. Ou então, as forças que afetam o equilíbrio existente podem trabalhar no sentido contrário [...] (THERBORN, 2006, p. 12-13).

Therborn constata uma mudança social lenta que substitui o patriarcado por um novo sistema de organização familiar mais igualitário⁴. Sua análise deixa claro que toda transformação social é uma mudança política, ou seja, na distribuição de poder. Pode começar pelo poder econômico e educacional – pois, em muitos momentos ondas de avanço na educação feminina impulsionam movimentos sociais, como o feminismo –, mas que necessariamente terá que se materializar em alterações político-jurídicas que formalizem tais conquistas.

Um dos momentos significativos desse processo de declínio do patriarcado é situado por Therborn no último quartel do século XIX, quando mudanças legais na instituição

³ O autor se dedicará a entender os ganhos de poder dos filhos e das mulheres, considerando os seguintes aspectos: “No que diz respeito às relações paternas e parentais com os filhos, examinaremos as regras formalizadas de obediência e deferência filiais e observaremos as regras genealógicas básicas de herança, isto é, se há apenas uma linhagem paterna (patrilinear), se os filhos adultos têm permissão para decidirem sobre seus casamentos e se a expectativa é de que permaneçam na casa paterna após a união. O poder das sogras (prospectivo) estará aqui subsumido grandemente ao patriarcado parental. Com relação às relações entre marido e mulher, os principais aspectos são: a presença ou ausência da assimetria sexual institucionalizada, tal como na poliginia e nas regras diferenciais para o adultério; a hierarquia de poder marital, expressa pelas normas de chefia marital e de representação familiar; e a heteronomia, ou seja, o dever de obediência da mulher e o controle do marido sobre sua mobilidade, suas decisões e seu trabalho.” (THERBORN, 2006, p. 30).

⁴ Embora reconheça que menor dominação patriarcal não signifique maior igualdade de gênero, Therborn também foi objeto de críticas feministas, em especial porque “se outros indicadores fossem usados, outros vilões passariam a sustentar a perenidade do patriarcado e suas metamorfoses seriam evidenciadas, ou seja, sua reprodução/renovação” (CASTRO, 2009, p. 51). A despeito dos limites de uma abordagem global dos sistemas de família – visível na descrição da família crioula na qual o autor inclui o caso brasileiro – Therborn contribui para recolocar as transformações nas relações de gênero num quadro mais amplo de transformações mundiais, realçando sua associação com processos vários.

familiar começam a ampliar os direitos de mulheres e filho(a)s. Desde então, diferentes fatos políticos internacionais ajudam a compor o quadro favorável ao declínio do patriarcado. A inclusão, pelas Nações Unidas, da liberdade de casamento e da igualdade na relação em sua declaração dos Direitos Humanos de 1948, a instituição do ano de 1975 como Ano Internacional da Mulher, seguido da década de 1975-1985 como Década da Mulher e Desenvolvimento, com diversas conferências durante e posteriormente a essa década, serviram de referência – através de seus debates, relatórios, declarações e plataformas de ação – para as transformações em legislações e políticas públicas quanto à condição da mulher ao redor do mundo. Desde então, uma ampla agenda de direitos femininos é objeto de mobilização por parte de movimentos sociais e organizações nacionais e internacionais, destacando-se, neste cenário, as Conferências Mundiais sobre População (Cairo, 1994) e Mulher (Beijing, 1995).

Ainda que seja recente a visibilidade e politização da questão das desigualdades de gênero, as raízes históricas das transformações na condição feminina são anteriores e incluem diversas dimensões. Comentando a dramática mudança que ocorreu na expectativa de vida das mulheres europeias na segunda metade do século XX, Sullerot evidencia que lentas mudanças demográficas tiveram reflexos importantes nas trajetórias de vida das mulheres.

Uma revolução demográfica tem estado em progresso por um século. Revoluções não necessitam ser violentas ou feita por homens, elas podem ser produzidas por efeitos cumulativos de processos sociais. [...] As próprias mulheres falham em reconhecer que não apenas sua expectativa de vida se estendeu, mas que esta extensão necessariamente irá afetar o uso que elas fazem de suas vidas como um todo. (SULLEROT, 1974, p. 43, tradução minha)

Melhorias nas condições sanitárias e progressos na medicina não apenas estenderam o tempo de vida das pessoas, mas permitiram melhores padrões de vida e um novo planejamento diante da vida familiar. Betty Friedan – líder feminista americana que em 1963 questionou a “mística feminina” presente na imagem da dona de casa feliz e realizada no papel de esposa, que ocultava o mal-estar da negação da individualidade das mulheres – afirmou em uma segunda obra (*A segunda etapa*, 1981), que o movimento feminista participou de um impulso de afirmação das mulheres como indivíduos, que era parte de transformações mais amplas, inclusive demográficas: “Aconteceu não porque eu ou qualquer outra feiticeira feminista seduziu as felizes donas de casa com nossas palavras, mas por causa da necessidade evolucionária. As mulheres não podiam mais viver uma vida de oitenta anos de duração somente como produtoras de filhos, esposas e mães” (1981, p. 31).

Ao tratar da “longa revolução das mulheres”, Juliet Mitchell realçou a importância da revolução da contracepção, que permitiu que as mulheres se tornassem donas de suas vidas e repensassem o lugar da maternidade como vocação última da mulher. Lembra, no entanto, que, no contexto dos anos 60, quando seu texto foi originalmente publicado, o uso de contracepção era ainda, mesmo na Europa, restrito às camadas superiores.

Enquanto a reprodução permaneceu como um fenômeno natural, sem dúvida, as mulheres estavam efetivamente destinadas à exploração social. De qualquer modo, elas não eram donas de uma grande parte de suas vidas. [...]A anticoncepção, inventada como uma técnica racional somente no século dezenove, constituiu-se assim numa inovação de importância histórica mundial. Só agora está começando a mostrar as imensas conseqüências que pode ter, na forma de pílulas. Pois o que ela significa é que afinal o modo de reprodução podia potencialmente ser transformado. Uma vez tornada a gravidez algo totalmente voluntário (até que ponto é assim no Ocidente, mesmo hoje?) sua significação é fundamentalmente diferente. Já não precisa ser a única ou a última vocação da mulher; torna-se uma opção entre outras. (MITCHELL, 2006, p. 212-213)⁵

Com a contracepção, as mulheres podem planejar ser mãe ao invés de submeterem-se à reprodução, como ocorria num passado em que a alta fecundidade era o contraponto da alta mortalidade infantil e a mortalidade feminina apresentava um pico na idade reprodutiva. Na medida em que se criaram e disseminaram novos e mais eficientes métodos contraceptivos desvinculou-se a vida sexual da procriação, possibilitando e ampliando os anseios de liberdade sexual das mulheres, favorecidos também pela visão de que o casamento deve resultar da livre escolha das mulheres⁶.

Na análise pioneira de Beauvoir (1980, originalmente publicada em 1949), que examinou criticamente as razões fisiológicas, psicológicas e econômicas às quais se atribuíam então a submissão feminina, recusando seja o monismo sexual de Freud, seja o monismo econômico de Engels, a transformação da condição feminina passa por aspectos da produção e da reprodução: “É pela convergência destes dois fatores: participação na produção, libertação da escravidão da reprodução, que se explica a evolução da condição da mulher” (p. 157).

⁵ Ainda que o recuo no papel “maternal” tenha sido contrabalançado pelo maior relevo da dimensão cultural do trabalho de socialização, o impacto da redução da fecundidade no uso do tempo das mulheres é expressivo, como indica Mitchell: “Na década de 1890, na Inglaterra, uma mãe passava quinze anos em estado de gravidez e amamentação; na década de 1960, passa uma média de quatro anos. A escola obrigatória a partir dos cinco anos de idade, sem dúvida, reduz a função maternal em grande parte, após os anos iniciais vulneráveis” (MITCHELL, 2006, p. 220).

⁶ Esta é outra mudança nada trivial, ainda mais quando se considera o fato de que ainda hoje há países no mundo com casamento precoce, realidade contra a qual lutam várias entidades internacionais que defendem os direitos de mulheres e meninas. A proibição desta prática foi apresentada pela ONU em 1979 na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, conhecida pela sigla em inglês, como CEDAW).

Nesta direção, o crescimento do trabalho feminino é apontado como outra das grandes mudanças. No entanto, a grande novidade é a profissionalização do trabalho feminino e seu assalariamento, visto que diversas formas de trabalhos foram exercidos pelas mulheres ao longo dos séculos. A submissão das mulheres incluiu historicamente o tratamento de suas atividades como inferiores às masculinas, além da restrição às oportunidades de autonomia material para as mulheres. Sullerot (1974) mostra que, por séculos, as mulheres foram economicamente produtivas em casa, em atividades como buscar água e confeccionar roupas ou outros objetos de uso. Na medida em que estas atividades foram mecanizadas, as mulheres foram perdendo funções em casa e especializando-se no cuidado infantil. O trabalho das mulheres fora de casa tendia então a ser aceito quando necessário para garantir ou melhorar o padrão de vida das famílias, sendo ainda tímida sua afirmação como realização pessoal e fonte de autonomia. Se a Revolução Industrial em grande medida se fez com trabalho feminino e infantil, só depois da Primeira Guerra Mundial tendeu a se dissolver a dicotomia antes existente entre duas categorias de mulheres: de um lado, as que precisavam trabalhar e trabalhavam da adolescência até a morte e, de outro, as que não precisavam trabalhar. Em muitos países o trabalho feminino recuou no pós-guerra, quando valores familiares foram mobilizados para fortalecer novamente nas famílias a divisão entre homem provedor e mulher dona de casa, mas nos anos 60 as taxas de participação feminina no mercado de trabalho voltam a crescer, agora mais associada ao discurso da autonomia, possibilitado pela crescente escolarização feminina e vocalizado pelo feminismo.

A conquista da igualdade civil foi também decisiva para alavancar a independência das mulheres, inclusive para o acesso ao trabalho que por muito tempo esteve associado ao fato da mulher ser jovem e solteira. Historicamente, as restrições ao trabalho assalariado esteve relacionada à subordinação jurídica das mulheres nas relações familiares. “Podia-se, sem correr riscos, reconhecer para as mulheres, membros de uma família a que estavam incorporadas, esse estatuto de indivíduo que o regime assalariado estabelecia?” (PERROT, 1998, p. 99). Um exemplo das históricas restrições aos direitos das mulheres é o Código Napoleônico que tratava a mulher como uma “menor”, restringindo-lhe a tomada de decisão em uma série de comportamentos, notadamente os relacionados a trabalho e propriedade, e que inspirou outras legislações semelhantes, inclusive o Código Civil Brasileiro de 1916.

As oportunidades de trabalho das mulheres também aumentaram à medida que elas venceram o abismo que historicamente as separaram dos homens na educação. Segundo

Perrot no início do século XX teve início na Europa a “era das estudantes” – o que permitiu que importantes pensadoras, como as francesas Simone Weil e Simone de Beauvoir, fizessem o exame de *agrégation* em filosofia – ainda que a igualdade numérica só fosse alcançada entre 1950 e 1970, pelo menos para os setores literários, pois os ramos científicos e técnicos seguem mais masculinos até os dias de hoje.

Além de se beneficiar como estudantes, muitas mulheres contribuíram decisivamente para a expansão do campo da educação, uma das primeiras profissões a acolher o trabalho feminino com o estatuto de legitimidade. A história da educação alimenta e é alimentada pela emancipação feminina, já que elas figuram como alunas e como professoras.

A instrução abria de fato às moças as portas de muitas profissões. As *redundant women* inglesas tornaram-se preceptoras de jovens aristocratas franceses. Miss, mademoiselle, fraulein... invadiram os castelos da elite europeia, e o papel delas na difusão das culturas está longe de ter sido irrelevante. [...] Professoras primárias, secundárias e, mais recentemente universitárias (até a Segunda Guerra Mundial, elas eram “indesejáveis” e raras) tornaram-se as novas figuras de identidade profissional. O prestígio das professoras primárias, principalmente, foi considerável entre as moças das classes populares. [...] Assim, elas exerciam em público as qualidades maternais das mulheres. Mas foram mais adiante, forneceram ao feminismo uma parte de seus quadros e de suas tropas e se alçaram, com a guerra, à condição de “intelectuais”, qualidade tão raramente reconhecida nas mulheres. As escolas normais foram as primeiras universidades das mulheres. (PERROT, 1998, p. 107-108).

A escolarização favorecerá a expansão das oportunidades profissionais das mulheres. Após ter acesso às profissões ligadas ao ensino, as mulheres adentraram também a área de saúde, substituindo as religiosas na cabeceira dos doentes. Houve dificuldades de obter espaço na medicina, o que se fez inicialmente pelas áreas de ginecologia e puericultura. Outras áreas como o Direito, visto como apanágio masculino, ofereceram ainda mais resistências à entrada das mulheres.

A segregação entre homens e mulheres não se restringiu aos espaços de educação e trabalho, mas estruturou o próprio espaço público. Perrot mostra que historicamente o espaço público do trabalho, da política e da opinião foi valorizado e percebido como masculino, enquanto o espaço privado e doméstico foi considerado feminino e desvalorizado⁷. Códigos de urbanidade interditavam os espaços públicos, sobretudo para as mulheres “da sociedade”, visto que eram “as mulheres do povo, infinitamente mais livres em seus movimentos” (PERROT, 1998, p. 41). O modo de vida e o trabalho das mulheres pobres as

⁷ A assimetria entre a presença de homens e mulheres no espaço público encontrou expressão nas imagens opostas do homem e da mulher pública, esta sinônimo de prostituta: “o homem público, sujeito eminente da cidade, deve encarnar a honra e a virtude. A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria” (PERROT, 1998, p. 7).

empurravam para as ruas, para pechinchar nas feiras e comprar alimentos baratos, para entregar o pão, o leite ou a roupa lavada, sendo os espaços de trabalho, como as lavanderias, lugares de intensa sociabilidade feminina nas classes populares.

Perrot mostra que, se ao longo da história constituiu-se o caráter sexuado das cidades, com espaços masculinos (espaços políticos, judiciários, intelectuais etc.) e espaços femininos (lavanderias, grandes magazines, salões de chá etc.), as fronteiras entre os sexos foram se deslocando pouco a pouco. Por volta de 1930, refletindo tais mudanças, cortar os cabelos curtos e fumar em público eram emblemas de emancipação feminina. Tanto a cidade era percebida como um espaço para a emancipação feminina que as mulheres do meio rural toleravam cada vez menos o patriarcado camponês e migravam para as cidades. Ao longo do século XX, as mulheres também adquiriam o direito de votar e ser eleita, mas não participam da vida política com a mesma intensidade que os homens. Como realça Perrot (1998, p. 117), “o militar, o religioso, o político, como as três ordens da Idade Média, constituem três santuários que fogem às mulheres”.

A histórica persistência destas desigualdades entre homens e mulheres, enraizadas nas leis e costumes, muito frequentemente foi justificada com argumentos (do senso comum à ciência, passando pela religião e pela comunicação de massa) que enfatizavam o papel feminino na vida familiar, sobretudo o materno⁸. As expectativas em torno do papel materno apoiavam-se no pressuposto de que existiria um tipo “normativo” de família com homem provedor e que as mulheres pudessem escolher não trabalhar e ficar “protegidas” em casa. Este pressuposto negligencia tanto as desigualdades de gênero nas famílias, quanto as desigualdades de classe que determinam diferentes experiências femininas da vida familiar, da maternidade, do trabalho ou do espaço público.

Por outro lado, esse modelo tradicional vem sendo questionado pelas mudanças na vida familiar nas últimas décadas, conjugadas com a conquista de autonomia material pelas mulheres, afetando suas possibilidades de romper um vínculo conjugal e também seu grau de liberdade dentro dos arranjos familiares.

A expansão do trabalho das mulheres, conjugada com o novo controle da contracepção, tem efeitos consideráveis sobre a fecundidade, a divorcialidade, a distanciação relativamente ao casamento, mas no que concerne à reorganização dos papéis no seio da unidade conjugal, as formas clássicas de interação parecem prevalecer: as mulheres entraram no domínio masculino, mas os homens evitaram intervir demasiado no domínio outrora dito tradicionalmente feminino. Isso coloca interessantes questões à sociologia da família, que tem de articular as questões do doméstico, do nível de educação e da responsabilidade profissional. Podemos

⁸ Enquanto isso, o papel paterno só começa a ser discutido na segunda metade do século XX (SULLEROT, 1974, p. 13).

mesmo perguntar-nos se as formas de estar em família não dependem essencialmente dos recursos socioeconômicos da mulher. (SEGALEN, 1996, p. 269-270)

Expressivas mudanças culturais legitimaram a maior liberdade de escolhas familiares e contribuíram para a liberalização na esfera da sexualidade. Hobsbawm, ao tratar da revolução social e cultural no lugar das mulheres na família e na sociedade, mostra que mudanças na religião, na moral consuetudinária e na opinião social tornaram permissíveis comportamentos antes proibidos ou estigmatizados. Hobsbawm nota também que a juventude torna-se um agente social independente, o que ajuda a subverter também as relações geracionais.

A crise da família estava relacionada com mudanças bastante dramáticas nos padrões públicos que governam a conduta sexual, a parceria e a procriação. Eram tanto oficiais quanto não oficiais, e a grande mudança em ambas está datada, coincidindo com as décadas de 1960 e 1970. Oficialmente, esta foi uma era de extraordinária liberalização tanto para os heterossexuais (isto é, sobretudo para as mulheres, que gozavam de muito menos liberdade que os homens) quanto para os homossexuais, além de outras formas de dissidência cultural-sexual. (HOBSBAWM, 2002, p. 316).

Ao tratar da autonomização do indivíduo em relação à família contemporânea, Singly (2002) argumenta que hoje existiria um maior domínio sobre o destino individual e familiar por duas razões: porque há um sistema de valores que aprova a autonomia e porque determinadas condições objetivas (como, contracepção, leis, etc.) autorizam a autonomia. A demanda de autonomia individual manifesta-se na recusa dos antigos hábitos, do casamento, e na crítica da divisão do trabalho entre sexos. Para Singly, o individualismo desestabiliza a família, sem torná-la inútil. Se historicamente a família desempenhou funções de reprodução biológica, reprodução social e construção de identidade, ainda que as duas primeiras dimensões continuem essenciais, a última tende a se sobressair atualmente. Neste sentido, a família é o espaço no qual, em princípio, a disponibilidade de amor gratuito e incondicional alimenta a construção do eu nas diferentes etapas da vida, cabendo-lhe, portanto, como função central e quase exclusiva nos dias de hoje a produção identitária (SINGLY, 2002).

As expressões do individualismo foram analisadas no caso americano, em especial em suas faces utilitaristas e expressiva, por Bellah et al. (2008), que relatam a emergência de um “self” livre de obrigações morais rígidas ou de valores absolutos, permitindo maior adaptação de comportamentos a papéis sociais num contexto em que “utilidade substitui dever; autoexpressão derruba autoridade. ‘Ser bom’ torna-se ‘sentir-se bem’” (p. 77). Duas áreas importantes são: o trabalho – antes para os homens, agora também

para as mulheres – reino do individualismo utilitarista; e os enclaves de estilo, reino do individualismo expressivo, que enfatiza a importância de encontrar um grupo de pessoas simpáticas, ou pelo menos uma, com a qual partilhar o tempo de lazer e uma atmosfera de aceitação, amor e busca da felicidade. O amor romântico é considerado a quintessência do individualismo expressivo, que tende a fazer do casamento mesmo um enclave de estilo de vida. (p. 73-74)⁹.

Trata-se de um contexto em que a ética última é justificada em termos de preferência pessoal, em que cada qual persegue seus objetivos tendo como constrangimento apenas não interferir no sistema de valores dos outros: “num mundo de potencialmente conflitantes autointeresses, ninguém pode verdadeiramente dizer que um sistema de valores é melhor que outro.” (BELLAH et al., 2008, p. 7, tradução nossa). Himmelfarb (1995) também abordou a atual tendência de subjetivismo e relativismo de valores em seu livro sobre a demoralização da sociedade, demonstrando que no século XX a moral foi profundamente relativizada e subjetivizada¹⁰.

Na visão de Beck e Beck-Gernsheim (1998), as transformações estruturais da modernidade criam condições de individuação¹¹ inicialmente concentradas nas classes altas e nos homens, mas posteriormente democratizadas, estendidas e conquistadas pelas mulheres e pelas classes mais baixas. Notam que por muito tempo o processo de modernização se deteve

⁹ Bellah et al. (2008) consideram que os enclaves de estilos de vida são uma forma de suporte coletivo coerente com uma sociedade radicalmente individualizada, “desde que o objetivo da individualização tem sido sempre associado com a habilidade de encontrar outros que refletem e afirmam nossa individualidade, talvez o enclave de estilo de vida seja a forma social necessária da vida privada em uma sociedade como a nossa” (p. 73). A cultura jovem, logo após a Segunda Guerra, teria sido o primeiro novo enclave de estilo de vida mais ou menos independente da origem de classe. “Padrões de recreação, de vestir, e gostos em matérias tais como música ou alimentação caracteriza pessoas jovens mais ou menos independentemente da origem étnica e de classe.” (p. 73, tradução nossa). A possibilidade de diversificação dos estilos de vida é associada à emergência da industrialização e de um mercado nacional. “Por um longo período, a vida privada e seus padrões de lazer e consumo foram expressão de status social, por sua vez ligada à classe social, como na maioria das sociedades tradicionais. Mas como o status e a classe social veio a depender mais e mais do sistema nacional de ocupações e menos e menos das comunidades locais, torna-se possível um grau de liberdade na vida privada que não poderia ter sido concebido nas pequenas cidades ou mesmo para as antigas elites urbanas.” (p. 72-73, tradução nossa).

¹⁰ Isto seria visível na passagem da noção de virtudes para a de valores. A autora considera uma ironia que hoje o termo “valores” assuma parte do antigo sentido vitoriano de virtude e questiona que sejam usados na tentativa de restaurar uma moralidade obsoleta e coercitiva. A virtude tem um sentido de gravidade e autoridade que valor não tem. A autora alerta que as virtudes não governam os valores das pessoas o tempo todo, mas que elas são padrões contra os quais os comportamentos podem e devem ser medidos. A autora revisita as virtudes vitorianas para colocar em perspectiva os valores modernos. Não obstante, sua pesquisa não autoriza o conservadorismo contemporâneo, não se trata de reavivar os valores vitorianos, os quais tinham suas próprias contradições – como a discriminação racial e a separação entre esferas masculina e feminina – mas pensar a importância do ethos na vida pública e privada. Ao realçar que a revolução sexual também foi uma revolução moral, que tem ganhos e perdas, questiona a atual noção de autorrealização e autoexpressão por prescindir do outro e observa que a codependência é vista como uma patologia (1995, p. 256).

¹¹ A individuação significa que “la biografía del ser humano se desliga de los modelos y de las seguridades tradicionales, de los controles ajenos y de las leyes morales generales y, de manera abierta y como tarea, es adjuducada a la acción y la decisión de cada individuo” (Beck, Beck-Gernsheim, 1998, p. 19).

na porta das casas, mantendo os papéis domésticos tradicionais das mulheres. Essa *dimensão estamental dos papéis de gênero* – mitigados, superados, agudizados e encobertos pela promessa do amor (1998, p. 49) – *que se mantém no coração da modernidade* começará a ser revista apenas nos anos 1960, quando os dois gêneros, ainda que em graus diferentes, experimentam os benefícios e cargas de ter uma vida própria (1998, p. 111).

Na visão destes autores, a crescente mobilidade requerida pelo mercado também ajuda a sacudir a velha família, requerendo a planificação de biografias – profissionais e pessoais. Realçando que o modelo de mercado da modernidade pressupõe uma sociedade sem família, casamento ou filhos, em que cada um deveria ser livre para as exigências do mercado e capaz de assegurar sua existência econômica, os autores mostram que as contradições entre as exigências da relação familiar e do mercado, ocultas enquanto a mobilidade restringia-se às aspirações profissionais masculinas, torna-se uma distribuição privada de riscos na ausência de soluções e suportes institucionais¹². A ação do Estado passa a ser requerida na medida em que pode ajudar a atenuar os conflitos de gênero quando não se trata mais apenas da individuação masculina na esfera profissional apoiada nos papéis domésticos femininos, mas sim de duas biografias – masculina e feminina – tensionadas entre soluções públicas ou privadas.

Beck e Beck-Gernsheim reconhecem que a individuação significa um fenômeno complexo e ambíguo, com um equilíbrio nada fácil entre liberação e vinculação, e uma dupla cara, pois há novas liberdades e também novos riscos. A seu ver, indivíduos liberados se tornam dependentes do mercado de trabalho, de regulações estatais e serviços de cuidado infantil. Singly (2007) também realça que as mudanças nas famílias envolvem processos contraditórios. Tendências centrífugas e centrípetas parecem se contrabalançar, pois se assiste, ao mesmo tempo, uma maior dependência da família para com o Estado, uma maior independência para com o círculo de parentes, e uma maior independência dos homens e das

¹² “Pero dicha contradicción surge a la luz cuando *ambos* cónyuges deben o quieren ser libres para asegurarse la existencia trabajando por un sueldo. Para esta contradicción entre familia y mercado laboral, se podrían pensar muy bien unas soluciones o suavizaciones *institucionales* (por ejemplo, unos ingresos mínimos para todos los ciudadanos o una protección social no vinculada al trabajo; la supresión de todos los obstáculos que dificultan el trabajo de ambos cónyuges; unos “criterios de exigencia” correspondientes, etc.) Pero éstos no existen, ni están previstos. Por consiguiente, las parejas tienen que buscar soluciones *privadas* que con las actuales posibilidades, no obstante, sólo pueden acabar en un reparto interno de riesgos. La pregunta es: ¿quién renuncia a la independencia y a la seguridad económica, por tanto, a lo que en nuestra sociedad representa la condición primera para sobrevivir? Quien se traslada con el otro tiene que aceptar (en la mayoría de los casos) unos perjuicios considerables con referencia al trabajo, ya que *ella* puede quedar totalmente expulsada de su camino profesional. Análogamente, sube el nivel de conflictividad. El matrimonio, la familia, la pareja, se han convertido en un lugar donde las contradicciones de la sociedad de mercado modernizada, llevadas al ámbito personal, ya no pueden ser compensadas” (BECK, BECK-GERNSHEIM, 1998, p. 60-61, grifos dos autores).

mulheres em relação a sua família. A seu ver, o Estado funciona como um garantidor da individualização, pois as mudanças no direito civil conduzem à liberação das crianças, bem como à emancipação da mulher dos laços patriarcais¹³.

Em seu esforço de aprofundar a dimensão de racionalização afetiva da modernidade, Illouz (2011) emprega o conceito de capitalismo afetivo que expressa “um movimento largo e abrangente em que o afeto se torna um aspecto essencial do comportamento econômico, e no qual a vida afetiva – especialmente a da classe média¹⁴ – segue a lógica das relações econômicas e da troca” (2011, p. 12). A autora observa a institucionalização da psicologia e do feminismo nos anos 60/70, os quais se revelaram aliados culturais, e se constituíram nos dois grandes credos culturais que moldaram a identidade feminina no século XX. Nota que “a segunda onda do feminismo situou-se muito densamente na família e no campo da sexualidade, e posicionou sua narrativa da emancipação dentro dessas esferas” (p. 41), que, submetidas a exame e negociação, experimentaram um processo de racionalização.

O entrelaçamento da terapia com o feminismo produziu um vasto processo de racionalização das relações íntimas. Por terem o feminismo e a psicoterapia instruído um vasto número de estratégias psicológicas, físicas e afetivas de transformação do eu, sua recodificação do psiquismo implicou uma “racionalização” da conduta das mulheres na esfera privada. (p. 47).

A autora enfatiza as ambivalências e contradições dos processos em curso, que potencializam democratização, mas também instrumentalização das relações afetivas: “A mesma formação cultural que fez as mulheres exigirem igualdade de posições na esfera pública e privada é também a que tornou os laços íntimos desapaixonados, racionalizados e suscetíveis a um utilitarismo crasso” (p. 155-156)¹⁵. Giddens (1993) e Bauman (2004)

¹³ Singly (2007) diagnostica um duplo movimento: uma privatização da família, em razão da atenção cada vez maior dada à qualidade das relações interpessoais, e uma socialização deste grupo, que se deve a uma maior intervenção do Estado. Neste sentido, Singly considera que o paradoxo da família moderna é que ela é ao mesmo tempo cada vez mais pública e cada vez mais privada. O pai já não é o chefe incontestável, a família já não está sob o controle de parentes, mas passa ao controle do Estado. Por outro lado, a família contemporânea é individualista. O centramento sobre as pessoas é associado a uma contração da família, sua zona central é composta pelo marido, a mulher e os filhos e também em seu tamanho, já que um menor número de filhos faz parte da mobilização pelo sucesso. Na família moderna, os seus membros têm uma individualidade maior. Além do papel na educação das crianças, o Estado pode assumir a função de substituto econômico do marido, uma vez que ele regula a esfera privada por uma série de processos – jurídico, econômico, institucional – e acaba por diminuir os laços de dependência – da família para com os parentes ou vizinhos, da mulher em relação ao homem, da criança em relação aos pais.

¹⁴ Illouz compartilha em parte o ceticismo de Freud quanto ao acesso das classes baixas à psicologia, mas nota a vulgarização da psicologia popular através das brochuras, com livros da indústria florescente da autoajuda encontrados em lojas de conveniência e drogarias.

¹⁵ Um exemplo extremo deste processo de racionalização são o que ela chama de “redes românticas” que cria um “mercado afetivo” ao agregar psicologia e consumismo em escolhas ampliadas de numerosos perfis, invertendo a lógica dos encontros amorosos do passado, já que a internet oferece numerosas informações sobre

exemplificam dois extremos das distintas e contraditórias potencialidades de tais mudanças. Por um lado, Giddens realça a dimensão emancipatória dos vínculos afetivos em relação às prescrições tradicionais, de outro, Bauman realça o vazio ético – ausência de transcendência – no qual fluem os novos vínculos “líquidos” ao sabor de um individualismo hedonista e utilitário.

As transformações em curso não são devedoras apenas de transformações culturais. Harvey (1998), por exemplo, relaciona as mudanças significativas nas experiências de vida das mulheres nas últimas décadas do século XX ao contexto da acumulação flexível. A seu ver, o crescimento do trabalho feminino não pode ser considerado de forma independente da dinâmica da reestruturação capitalista em termos de abertura de postos com características variáveis segundo o sexo daqueles que irão ocupá-los. Já Lefaucheur (1995) argumenta que o trabalho pós-industrial, na medida em que exige menos “capital muscular” e mais “capital intelectual”, abre mais possibilidades para o trabalho feminino. Neste contexto, a família de origem continua importante, pois a transmissão de capital cultural e os investimentos educacionais tecem, antes da entrada no mercado de trabalho, oportunidades de vida diferenciadas por classe, mas a família de destino se torna menos necessária, pois o capital escolar passa a ser privilegiado em detrimento do “capital muscular” antes priorizado, que era repostado através do trabalho doméstico na “família de destino”¹⁶. Uma vez que o capital hoje valorizado é formado em geral antes de entrar no mercado de trabalho – enquanto se convive com as famílias de origem – formar uma família se torna hoje menos necessário do que era no passado, aspecto que é exacerbado pelo contexto de individuação.

Esta modificação das modalidades de formação e de manutenção da força de trabalho está, em grande parte, na origem da tempestade que atinge actualmente os diversos indicadores ligados à nupcialidade porque ela reduz, para o indivíduo, a importância funcional do vínculo conjugal e da família de “destinação” (aquela que é fundada quando nos casamos), cujo papel é central na reconstituição do capital muscular mas marginal na formação e manutenção do capital intelectual. (LEFAUCHEUR, 1995, p. 494).

Para alguns autores, a diversificação recente dos arranjos e trajetórias familiares reflete de maneira especial a mudança na condição feminina nas famílias. É o que realçam os teóricos da chamada Segunda Transição Demográfica, que diz respeito às tendências recentes

compatibilidade de perfis antes de qualquer contato, mas, ao invés de um diagnóstico peremptório, Illouz conclui que há um “entrelaçamento de processos contraditórios de racionalização e emancipação” (p. 156).

¹⁶ O termo “família de destino”, que se inspira numa matriz de mobilidade social onde se contrapõe origem e destino, torna-se, portanto, cada vez mais paradoxal porque as famílias de destino podem ser várias, mutáveis, pois a menor dependência de estar em família para ter acesso a bens e serviços domésticos (hoje oferecidos no mercado) permite maior flexibilidade.

decorrentes da separação entre casamento, nascimentos e sexualidade, que inclui a redução da fecundidade abaixo da taxa de reposição e o crescimento da coabitação, do divórcio e dos nascimentos fora do casamento (LESTHAEGUE, 1995; OLIVEIRA, M. C., 2012). Lesthaeghe (2011), ao recordar o trajeto intelectual da construção do conceito de Segunda Transição Demográfica, realça as vinculações desta teoria com as mudanças ideacionais, destacando o papel da mudança cultural¹⁷ na explicação dos processos demográficos.

Apesar da reconhecida amplitude das mudanças na condição das mulheres e nas relações familiares, não constitui tarefa simples medir tais transformações. À medida que as mudanças na condição das mulheres vêm ganhando crescente legitimidade na agenda política internacional, vários indicadores vêm sendo criados para medir o grau de equidade de gênero alcançado¹⁸.

Os diversos indicadores de gênero produzidos nas últimas décadas mostraram-se úteis para evidenciar o quanto as mudanças na condição feminina seguem ritmos distintos nos diferentes países, mas são questionados, entre outras razões, por não considerarem o impacto do trabalho doméstico e de cuidado nas desigualdades de gênero e entre mulheres. Ainda que o último relatório do PNUD reconheça o peso das responsabilidades familiares¹⁹, estas não são uma dimensão contemplada em seus indicadores, sendo usual que se considere apenas o empoderamento da mulher na esfera pública, desconsiderando a dimensão privada. Os indicadores disponíveis são criticados também por não contemplarem as desigualdades entre grupos dentro da sociedade, trazendo implícita a suposição de que todos alcançam a média de expectativa de vida, educação e renda (SCHULER, 2006). Beteta (2006) considerou importante que o PNUD tenha publicado indicadores de gênero desde 1995, pois isto ajudou a dar visibilidade às desigualdades de gênero no debate político internacional, mas que, no caso do Gender Empowerment Measure (GEM), há um viés, pois este tende a medir o

¹⁷ Uma referência importante da STD é a análise da mudança cultural de Inglehart, que realça as transformações no sistema de crenças, inclusive nos valores referentes às relações de gênero. Uma visão geral destas ideias pode ser encontrada em Inglehart e Welzel (2009, p. 46-47): “Ao diminuir a insegurança econômica pela promoção da mobilização cognitiva e diversificar os intercâmbios humanos, o desenvolvimento socioeconômico reduz as restrições objetivas às escolhas. As pessoas se tornam materialmente mais seguras, intelectualmente mais autônomas e socialmente mais independentes. Assim, sentem mais segurança existencial, o que gera um sentimento correspondente de autonomia”.

¹⁸ O crescente reconhecimento dos direitos das mulheres reflete-se, portanto, no crescente monitoramento de sua implementação, através de observatórios e informes sobre o cumprimento de metas, como o observatório da CEPAL ou os informes de acompanhamento de direitos (estabelecidos na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e nas Conferências da ONU sobre População e sobre Mulher), ou das metas do Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM).

¹⁹ “Por muito importantes que a educação e a criação de emprego sejam para as mulheres, não são suficientes. As políticas tradicionalmente seguidas para fomentar o rendimento das mulheres não têm em conta as diferenças de gênero no seio das famílias, a saber, o fardo acrescido que representa o trabalho não remunerado das mulheres e a divisão das tarefas com base no gênero determinada por normas culturais” (PNUD, 2013, p. 34).

empoderamento dos que estão melhor na sociedade, como a elite política e o setor formal da economia²⁰. Portanto, as dimensões incluídas nos indicadores podem se ajustar mais a realidade de determinados grupos.

Uma questão importante que emerge dos debates críticos sobre indicadores de gênero é justamente a importância de medir os avanços na condição feminina considerando as desigualdades não apenas entre, mas também dentro, de países, e o desafio de sua generalização, ou seja, o quanto a melhora nos indicadores femininos se generaliza pela sociedade. Por outro lado, a heterogeneidade por classes na condição feminina nas famílias e suas mudanças é um tema recorrente no Brasil, numa abordagem distinta, predominantemente qualitativa, da qual emerge hipóteses divergentes, como tratado a seguir.

1.1.2 A literatura sobre gênero, famílias e classes no Brasil: questões em aberto

A literatura que trata das diferenças por classe nas relações familiares e de gênero no Brasil é rica e diversificada em seus diagnósticos e hipóteses. A questão da “chefia feminina” nas classes baixas exemplifica as várias leituras que um mesmo fenômeno pode receber.

Ruth Landes, ao escrever no meio do século XX sobre sua visita ao Brasil, da qual resultou uma etnografia clássica sobre matrifocalidade nas classes baixas, revelou seu incômodo diante do cerceamento experimentado por mulheres de seu nível social para circular no espaço público brasileiro, “não havia possibilidade de alojamento ou diversão para uma moça solteira, desacompanhada, sem família e independente” (1967, p. 14). A dependência esperada de “mulheres decentes” de nível socioeconômico mais alto contrastava com a independência pessoal que observava entre as mulheres que se dedicavam ao candomblé baiano – para as quais também existia a noção de decência, mas conjugada com maior liberdade –, no qual mães de santo e sacerdotisas não se casavam legalmente, pois isso as submetia à autoridade masculina, o que era incompatível com a autoridade feminina e a tendência matriarcal constatadas.

A questão levantada por Landes colocava em evidência as diferenças de classe nas experiências familiares, a partir do contraponto entre pesquisador e pesquisado. Em seus estudos sobre famílias matrifocais na América Central, Gonzalez também realçou, na mesma

²⁰ “As a result, the existence of gender inequality among the less economically advantaged population — which is usually greater — is simply not accounted for. Addressing this problem is deeply challenging, even more so considering that statistical information is very scarce” (BETETA, 2006, p. 222)

época, sua admiração diante da autonomia experimentada pelas mulheres das classes baixas, que lhe pareciam fortes, independentes e assertivas. A autora enfatizava as diferenças étnicas e de classe que se interpuseram em seu trabalho de campo, deixando entrever comportamentos mais tradicionais nas camadas altas e mais autônomos nas classes baixas. A antropóloga notou que o exemplo das mulheres chefes de família Garafuna que ela pesquisou na Guatemala foi importante na compreensão de sua percepção, própria e social, do status de chefe de família e de divorciada. No seu campo subsequente na República Dominicana, onde o divórcio não era reconhecido, experimentou a evitação social nas elites, ao mesmo tempo em que sentiu mais facilidade de circulação nas classes baixas. Observa que ela própria assume estratégias comuns às mulheres chefes de família por ela pesquisadas, como se manter continuamente trabalhando e ter uma rede sólida de relações com familiares e amigos – que podiam auxiliá-la na criação dos filhos, tornando viável a administração do cotidiano –, abandonando a visão então dominante de que o status de casada era o único respeitável para as mulheres. Esta rede de relações e a autodeterminação das mulheres pareceram-lhe ser os traços centrais que diferenciavam a chefia feminina da família nuclear²¹.

Estes modelos de autodeterminação feminina constatados por antropólogas estrangeiras nos anos 50 nas classes baixas do Brasil e América Latina, três décadas depois serão relativizados, aqui, por pesquisas que argumentavam que a matrifocalidade expressava a falência do modelo patriarcal, o qual se mantinha, não obstante, como uma aspiração comum às diferentes classes. Neves, por exemplo, associa a família matrifocal à impossibilidade do marido exercer o papel de provedor, seja pelo desemprego, seja pela insuficiência ou a irregularidade de seus rendimentos. Esta situação é vista como transitória ou uma variação diante de situações críticas, mas realça que, ainda que as mulheres sigam buscando um companheiro que corresponda às expectativas de sustento da família, o poder da mulher se amplia nestas situações.

Essa forma de reordenação da família deve ser analisada a nível da divisão de poder, autoridade, papéis e funções internos a cada unidade. Apresenta-se como uma dramatização das tensões surgidas no desempenho dos papéis de pai (esposo) e mãe (esposa) ou das dificuldades de sua atualização. Essas tensões levam a que a mulher amplie o poder e a autoridade internas à família e passe a intensificar o controle em relação ao desempenho do esposo ou companheiro. A intensificação desses conflitos

²¹ “Unlike the nuclear family which tends to turn inward, tries to be affectively and economically self-sufficient and draws its strength from a strong bond between husband and wife, the female-headed household can only survive if the woman maximizes her extended kin, neighborhood, and friendship relations. In a sense, the Dominican Republic was my testing ground as an independent head of household and I was even stronger upon our return.[...] By this time I had achieved full financial security and the status of the Garifuna older women who once told me they didn't need the men-they could manage better on their own. (GONZALEZ, 1984, p. 108, 110).

pode levar à expulsão ou abandono da casa pelo esposo e à expansão dos papéis e funções da mulher. (NEVES, 1982, p. 4)

Neste contexto, as mulheres assumem não apenas o trabalho remunerado, mas também constroem uma rede de cuidados de filhos, em que a entre-ajuda ganha destaque como traço distintivo da matrifocalidade. Uma entre as mulheres de uma rede de familiares – muito frequentemente a avó – ocupa o lugar central de cuidadora das crianças enquanto as demais trabalham fora e retribuem em dinheiro àquela que ficou cuidando dos filhos das demais. Esta centralidade das mulheres nas famílias de classes baixas, entretanto, não excluía a possibilidade de convivência entre patriarcado e matrifocalidade. Ao debater o homem na matrifocalidade, Parry Scott enfatizou que práticas matrifocais podem conviver com normas patriarcais e que, ainda que a matrifocalidade possa ocorrer em diversas classes sociais, “a pobreza, a incerteza de ganho e o desemprego seriam cúmplices predominantes, favorecendo a ocorrência de famílias matrifocais” (SCOTT, P., 1990, p. 39).

A ideia é que a pobreza dificultaria o exercício do modelo hegemônico de masculinidade. O contraponto da matrifocalidade seria, portanto, a masculinidade subalterna. Ao descrever a instabilidade das uniões e o caráter matrifocal das relações familiares na análise de setores populares urbanos da Bahia, Woortman (1987) considera que isto se deveria ao fato do homem de classe baixa dificilmente conseguir desempenhar satisfatoriamente o papel de provedor, base do poder patriarcal atribuído aos homens²². A instabilidade de seu trabalho, medida pelo desemprego e pela frequência de trabalho informal, faz com que ele se perceba como tendo (e de fato tenha) muito pouco controle sobre sua vida, inclusive familiar. Neste sentido, o homem pobre não controlaria nada, mas a mulher pobre controlaria pelo menos as relações familiares. A dedicação feminina às tarefas domésticas e o cuidado com os filhos (“família é assunto de mulher”) funcionaria como um capital social – o apoio dos filhos na velhice, por exemplo – além de lhes reservar um espaço de exercício de poder.

Se o modelo matrifocal foi associado à ausência do homem ou à sua debilidade econômica (desemprego, emprego informal ou precário), a maior liberdade das mulheres e a flexibilidade dos arranjos familiares foi também tratada como desorganização ou imoralidade.

²² Um exemplo histórico extremo das restrições ao patriarcalismo nos estratos baixos seria o escravo, cuja “extrema dependência contradizia o próprio conceito de masculinidade. O escravo poderia ser um ‘genitor’, mas dificilmente um ‘pater’; de fato, dificilmente poderia ser um *homem*” (WOORTMANN, 1987, p. 231, grifo do autor). Woortmann mostra como uma série de limitações estruturais relacionadas à condição de escravidão – como a manutenção de mãe e filhos como unidade no momento das vendas, o desequilíbrio no número de escravos muito superior ao de escravas etc. – impedia que o genitor fosse o pater conforme o modelo ideológico dominante. Embora não proponha a ideia de “sobrevivência cultural”, o autor tece analogias entre a escravidão e os dias atuais de “pobreza livre” (p. 224).

As visões sobre os comportamentos familiares nas classes baixas realçavam ora sua “desorganização”, ora seus esforços de ajustar-se ao modelo dominante para ser respeitado.

Em um estudo da década de 1960, a imoralidade e desorganização familiar sob as quais viveriam os favelados – identificadas como raiz de seu desajustamento – sugere condições de vida totalmente antipatriarcais onde prevaleceria um completo desregramento descrito, sobretudo, no feminino.

A vida sexual começa muito cedo. [...] O número de mães solteiras é muito grande. [...] As mulheres casadas vivem sem companheiro certo e tem filhos de vários homens. [...] O próprio principio da família e da autoridade marital é desconhecido ou repellido. É comum ouvir-se que fulana deixou o companheiro “porque não quis se sujeitar” (RIOS, 1960, p. 6).

Rios revelava a existência de hierarquias entre os pobres, considerando o não trabalho feminino como um dos indicadores de uma posição superior dentro das favelas (p. 32) e que as famílias se aproximam ou se afastam umas das outras com base em um sentido de posição social que, na ausência de grandes diferenças materiais, se assentava, sobretudo, numa base moral, na percepção de outras famílias como educadas ou não, perigosas ou não, de forma a selecionar os círculos de contato e evitar o contágio com “focos de desordem”. Diante da percepção desta diferenciação moral existe um esforço de ajustar-se ao modelo social dominante para ser respeitado.

Esta questão aparece também na fala de mulheres da favela da Rocinha pesquisadas por Salem, para as quais a separação externa entre ricos e pobres somam-se as clivagens internas em torno de valores de limpeza e trabalho.

Num plano mais geral prevalece a percepção da sociedade como estando dividida entre ricos e pobres que se distinguem, fundamentalmente, pelas condições diferenciais de acesso e usufruto de bens materiais e padrões de consumo. A localização espacial, expressa na dicotomia “aqui em cima” x “lá embaixo”, sobrepõe-se e frequentemente se confunde com a hierarquização social. Ao recorrerem a esse tipo de classificação, a favela, bem como seus moradores, são referidos como um todo homogêneo e indiferenciado, em oposição aos ricos que “moram lá embaixo”.

Entretanto, coexiste com esse sistema classificatório um outro que, apelando para critérios diversos, estipula uma série de discriminações internas ao grupo favelado e que se manifesta, mais uma vez, em dicotomias como sujos X limpos; vadios, maconheiros X trabalhadores etc. Esse procedimento discriminatório acusa a necessidade de contrabalançar sua pobreza com outros atributos que poderiam parecer (à entrevistadora?) como de exclusividade dos ricos. Revela-se, assim, o esforço pela afirmação de um padrão de vida e da dignidade pessoal em um meio efetivamente caracterizado pela miséria e pela sujeira. Daí as afirmações, “somos pobres mas unidos, limpinhos, honestos, trabalhadores”etc. (SALEM, 1981, p. 58, grifo da autora).

A construção da condição de “deserving poor” (pobre merecedor ou respeitável)²³ também incluía exigências sobre o comportamento masculino. Ao analisar as relações familiares entre moradores da Cidade de Deus nos anos 1980, Zaluar constata que a motivação masculina para o trabalho apoiava-se no mandato de provedor, redundando muitas vezes num numero excessivo de horas trabalhadas em mais de um trabalho e em biscates. “É esta obrigação com os demais membros da família, em especial quando ele é o provedor principal, que o faz aceitar como positivo o trabalho” (ZALUAR, 1985, p. 89). A categoria trabalhador, em especial para a geração mais velha, garantia valor moral, sobretudo quando contrastada às categorias vagabundos, bêbados, malandros ou bandidos. É da nítida divisão de competências que emergia a grande autoridade moral das mães, da qual se espera que ensine a moral e assumam o centro das relações familiares e da gestão do orçamento doméstico: “à mãe cabem, além do trabalho doméstico, as importantes funções de gerência da casa e de responsável pela socialização das crianças. ‘É a mãe que dá a moral’, ‘minha mãe me ensinou a não roubar’ são frases comuns ouvidas nas classes populares” (ZALUAR, 1985, p. 97-98). O peso de zelar pela dignidade familiar e evitar os estigmas de desregramento e imoralidade pesam, portanto, em geral, mais fortemente sobre as mulheres.

Outra hipótese é, portanto, de que as classes baixas seriam representantes mais fortes do patriarcalismo, pois uma especial autovigilância das regras morais seria uma reação a rotulações, como sugere a expressão coloquial “pobre, *mas* decente”.

[...] porque “apesar” da pobreza, garantem a dignidade de suas vidas através da família unida, da casa limpa e bem cuidada, da boa aparência e da cordialidade de seus comportamentos.

Chama a atenção nisso tudo o quanto a noção do “trabalhador honesto”, do “chefe de família responsável” ou do “pobre ordeiro” é carregada de um conteúdo moral que faz referência a uma noção de ordem legítima de vida inteiramente construída na perspectiva da vida privada. (TELLES, 1990, p. 39)

Ainda hoje, em especial diante de situações extremas relacionadas a regimes de violência que recaem de forma mais dramática sobre as áreas pobres, ganha relevo a autoridade moral das mães em seus esforços de limpeza simbólica, pelo qual procuram reafirmar uma organização familiar nômica. Tais situações podem agudizar um viés tradicionalista se a afirmação de uma família nômica torna-se um último refúgio de resistência

²³ A ideia de que há “pobres respeitáveis” (ou não) é antiga e remonta ao debate inglês sobre pauperismo do século XVIII. A ideia de respeitabilidade, no entanto, afeta a todos os grupos sociais. “Respectability was never cramped within any clearly distinct status-group or occupation; it was an attitude of mind which deeply influenced those who rose, remained stationary, or fell.” (HIMMELFARB, Introduction).

simbólica. Como mostra Machado da Silva, o recurso à “limpeza moral” é um mecanismo usado para tentar se preservar em face da “sociabilidade violenta”²⁴.

Paoli (1984) constata que um modelo mais tradicional das relações de gênero nas classes baixas urbanas estaria presente desde a formação da família operária e teria sido historicamente reforçado pelas próprias políticas governamentais, como o salário família e as legislações trabalhistas de proteção a mulher e a criança. Dessa forma, a segregação nas relações de gênero na família operária seria decorrência tanto da assimetria na distribuição da força de trabalho familiar característica do assalariamento urbano, quanto, paradoxalmente, da persistência inicial na cidade do trabalho em bases familiares próprios do campo, revalorizado como estratégia de exploração capitalista²⁵. No entanto, como destacado por Durhan, as práticas familiares dos operários mais do que atender aos interesses do capitalismo expressam uma ideologia própria na qual certa submissão feminina estaria a serviço do bem-estar coletivo. Por exemplo, “a manutenção da mulher no lar significa, idealmente, comida quente, roupa limpa, filhos bem tratados, mais lazer.” (DURHAN, 1980, p. 208-9).

Algumas etnografias sugerem que existiria nas classes baixas uma divisão mais nítida nas representações sobre o lugar do homem e o da mulher nas relações familiares, sendo o homem percebido como “mais liberto”, com menor compromisso com a família, o que estaria vinculado a sua maior capacidade para prover sua subsistência, enquanto a realidade feminina seria melhor compreendida através da “expressão ‘estar amarrada à família’, que explicita e condensa essa representação, reporta ao controle a que se vê

²⁴ A noção de limpeza moral é explicada na seguinte passagem: “A força moral que emana do status de alguns moradores – mães e evangélicos, em especial – impõe “respeito” aos traficantes, permitindo-lhes obter, assim, uma certa imunidade em relação à arbitrariedade violenta das ações destes. Seu estatuto pode ser usado para tentar livrar ou reduzir a punição de familiares e amigos, com sucesso variável. Na tentativa de enfrentar os estigmas derivados das imagens de “convivência”, os moradores de favelas desenvolvem um permanente esforço para provar ao restante da população da cidade que são pessoas “de bem”, honestas, confiáveis, pacíficas e sem participação ativa na “sociabilidade violenta”. Chamamos esse esforço de “limpeza moral”. Quanto mais impessoais as interações, mais difícil e de resultado mais incerto ela é.” (MACHADO da SILVA, 2008, p. 23). Já a noção de sociabilidade violenta vem sendo empregada por Machado para caracterizar situações em que há o declínio das noções de honra, moral ou reciprocidade, restando a ação pautada apenas por considerações de força relativa dos opositores, que buscam impor sua vontade. “Na ‘sociabilidade violenta’, quem tem mais força usa os outros, assim como artefatos (armas, etc.), para impor sua vontade, sem considerar princípios éticos, deveres morais, afetos etc.” (MACHADO, 2008, p. 21).

²⁵ Como realça Paoli (1984) na industrialização do início do século, as fábricas recrutavam famílias e não indivíduos, o que fortalecia a autoridade paterna e aumentava a disciplina fabril ao vincular a permanência no emprego de cada um ao bom comportamento dos demais membros da unidade doméstica, o que as vezes ainda era reforçado pela moradia concedida por algumas fábricas que adotaram o modelo de vila operária. Imigrantes europeus ou camponeses recém ingressos na ordem urbana, os novos operários também viam a manutenção de uma organização tradicional da família como uma forma de preservar a dignidade familiar, embora a custo da submissão de mulheres e crianças.

submetida não apenas pelos pais ou marido, mas também pelos filhos”²⁶ (SALEM, 1981, p. 61).

Em trabalho mais recente, Salem considera que a compulsão masculina à circulação (entre diferentes relacionamentos, diferentes companheiras) é inclinação moralmente prevista, sendo o homem moldado para simultaneamente honrar e romper com o princípio da reciprocidade entre gêneros²⁷. A socialização em contextos em que a matrifocalidade é frequente ajudaria a reforçar a imagem de que as mulheres (até porque ajudada por suas redes sociais) ficam, enquanto os homens são passageiros (o que é afetado pela variável tempo, tendendo a mudar quando os homens ficam mais velhos). Visões de mundo generificadas e condicionantes de classe se unem na caracterização de representações de gênero “exageradas”, mais polarizadas nas classes baixas, se comparadas ao ideário igualitarista moderno das classes médias.

Estes sujeitos [homens e mulheres de classe popular] encarnam, desse ponto de vista, exagerações das propriedades simbólicas do masculino e do feminino em relação aos modernos, graças, de um lado, a valores que embasam sua cosmologia e, de outro, a condicionantes de classe.

A ferida na auto-imagem masculina, imposta pelas condições de classe [limitações no cumprimento do papel de provedor], seria assim, mais um fator, dentre outros já arrolados, que nutre sua “ambiguidade estrutural” com relação ao doméstico. É possível ademais que, diante de seu “fracasso” como trabalhador e provedor, ele seja instigado, como uma espécie de mecanismo compensatório, a estabelecer uma equivalência entre a masculinidade e a virilidade propriamente física; a sexualidade seria, assim, o lugar simbólico de afirmação de sua masculinidade. [...] Também o apego das mulheres ao vínculo e o valor que elas imputam à hierarquia de gêneros encontram-se aguçados pelas condições de vida dessas populações: é como se, para fazer frente a elas, as mulheres “precisassem” dos homens em um sentido mais radical. (SALEM, 2006, p. 431)

Ao analisar a moralidade dos pobres, Sarti (1996) realçou especificidades de seu universo e oportunidades de vida, mas observa padrões gerais, os quais ela sugere ser parte de um universo cultural comum às classes sociais no Brasil. Nota, por exemplo, que, entre os pobres, o trabalho é visto não como um valor em si, mas por sua importância para a vida familiar, o que permite valorizar tanto a atividade remunerada como a doméstica,

²⁶ A percepção simultânea de excesso de trabalho e não ter coisas, culminando na sensação de que as coisas escapam a seu controle, não parece a Salem adequadamente tratado como fatalismo, mas antes “remete a uma percepção bastante realista e fundamentada de sua situação, evidenciando a consciência das barreiras quase intransponíveis que devem ser enfrentadas em uma sociedade rigidamente estratificada” (SALEM, 1981, p. 65).

²⁷ A vocação masculina para circulação e a feminina para o vínculo formam um sistema que encontra parte de seu equilíbrio dinâmico em relações externas, realçando a relação entre a mãe e filhos homens – em especial o que a autora chama de filho-eleito, no qual são depositados mais investimentos e mais expectativas – caracterizando muitas vezes um conflito de lealdades em que a família de origem do homem tem precedência sobre a família por ele constituída, culminando na hipótese de que “o papel de marido/parceiro nas classes populares pode estar legitimamente subordinado ao de filho, da mesma forma que a figura da mãe pode prevalecer sobre a da parceira” (SALEM, 2006, p. 438). Essa situação pode ser parte da explicação da ainda hoje forte ascendência moral das mães nas classes baixas, como antes discutido.

reconhecendo ser este um “traço que não é característico apenas dos pobres, mas constitui um traço de toda a formação cultural brasileira. Parece-me, entretanto, que, por sua desqualificação profissional e seus baixos salários, o trabalhador pobre tende ainda mais a acentuar a gratificação externa à atividade profissional” (p. 143). Sarti esclarece, por outro lado, que o padrão de autoridade patriarcal²⁸ está presente entre os pobres urbanos – enfatizando que não se trata do modelo dos clássicos do pensamento social brasileiro que o associaram ao poder político – o que não implica dizer que os pobres teriam aderido à ideologia capitalista ou se alienado²⁹.

A hipótese, pouco explorada pela autora, que merece mais atenção, é a movimentação simbólica que há em torno dos sentidos e práticas patriarcais, retraduzidos, reinterpretados, com tensões e ambiguidades, o que revela que o patriarcado não tem – assim como a autonomia feminina não tem – apenas uma face, ou seja, varia conforme as classes sociais e outras diferenciações.

Quando afirmo que os pobres têm como referência simbólica um padrão de autoridade patriarcal que não é apenas seu, não estou, portanto, corroborando a tese do “triunfo da ideologia dominante” ou da “integração” dos pobres ao mundo ideológico capitalista, implicando sua “alienação” ou incapacidade de construções culturais próprias; mas implica pensar que a elaboração de traços culturais próprios se dá pela retradução, pela reinterpretação de matrizes simbólicas socialmente dadas, com seus recortes, suas tensões e a ambiguidade de não ter apenas uma face. (SARTI, 1995, p. 147)

Os argumentos sobre as classes baixas oscilam, portanto, entre visões que sublinham ora uma maior autonomia feminina ligada à estrutura matrifocal (que pode culminar na tese da “desorganização”), ora uma maior assimetria de gênero e “tradicionalismo”. Diferentemente das afirmações por vezes opostas que marcam o debate sobre as classes baixas, existe maior consenso em torno do argumento de que a ruptura com o modelo de

²⁸ Sarti definiu o patriarcalismo nas classes baixas em uma passagem em que remete à distinção, descrita por Câmara Cascudo, da ligeireza dos subordinados e a lentidão dignificante dos hierarquicamente superiores. “A vagareza do pai, que naqueles gestos reafirmava sua autoridade sobre a família, foi complementada pelo gesto do filho mais novo que, prontamente, sem que qualquer palavra lhe fosse dirigida, veio trazer os chinelos e colocou-os nos pés do pai, num gesto desta etiqueta típica do cotidiano das famílias pobres, que chamo de patriarcal, porque reitera a hierarquia entre o homem e a mulher, entre os adultos e as crianças e reafirma essas fronteiras a cada gesto, mostrando ao mesmo tempo convenções tradicionais, pouco ligadas ao utilitarismo urbano.” (SARTI, 1996, p. 40)

²⁹ O texto de Sarti expressa provavelmente o receio diante do patrulhamento ideológico nas ciências sociais de então. Ao que tudo indica o compromisso da época, sobretudo pela influência do marxismo, era dizer que o pobre permanece pobre (reprodução da desigualdade) ou piora (deterioração da condição de vida), pois o bom pobre não vira burguês. Nesta citação ela expressa ao mesmo tempo os constrangimentos que pesavam sobre a produção de pesquisas sobre gênero e família e suas variações por classe. As mudanças simbólicas foram mais exploradas para as “camadas médias”, que, como o próprio termo empregado diz (camadas e não classes), buscou um descompromisso com as implicações de classe.

família tradicional teria partido das “camadas médias”, as quais usualmente são definidas de forma ampla, de maneira que abarca os setores mais intelectualizados, com nível superior.

As pesquisas sobre camadas médias (VELHO, 1981, 1986, FIGUEIRA, 1987, FIGUEIRA; VELHO, 1981) tendem a rechaçar as teorias de estratificação social (SALEM, 1986, p. 26), preferindo adotar noções como *ethos*, estilos de vida ou visões de mundo³⁰, elaboradas a partir de identidades sociais auto-atribuídas e construídas em torno de pertencimento a grupos – as *networks*, redes sociais ou circuito de relacionamentos – ou padrões de comportamentos – as chamadas “experiências sintetizadoras”, como a adesão a psicanálise. O *boom* da psicanálise nos anos 60 e 70 é considerado um dos marcos desse contexto cultural de mudanças na família, especialmente porque leva a uma atitude reflexiva por parte do *eu*, e a revisões dos relacionamentos pessoais, além das filosofias alternativas então em voga, que também fornecem subsídios para os ensaios igualitaristas em curso. A busca de vivenciar dimensões antes exclusivas de um gênero, como o “casal grávido” (SALEM, 2007) ou a escolha de escolas com inovações pedagógicas para os filhos (NICOLACI-DA-COSTA, 1987) e a procura de relações parentais calcadas no diálogo antes que na autoridade são algumas das mudanças apontadas, as quais não deixam de ser vividas com impasses.

Salem (1986) sumariza três mudanças principais que denotam uma ideologia moderna identificada em parte da classe média, que contrasta com o estilo de vida usual nas camadas de baixa renda. Em primeiro lugar, há uma maior nuclearização que pretende dispensar ou colocar em segundo plano as relações com a família extensa e com a vizinhança, enquanto as camadas de baixa renda seriam mais sujeitas a interferências dos familiares e dos grupos de vizinhança. Quanto a esse primeiro aspecto, Barros (1987) discute a centralidade dos avós nas camadas médias, tanto no cuidado das crianças quanto eventualmente através de ajuda material, o que demonstra um dos impasses da nuclearização das famílias de classe média.

Um segundo aspecto é a adesão ao ideal de uma divisão igualitária de tarefas no casal³¹, com a valorização social do trabalho feminino fora do lar, outra diferença em relação

³⁰ Duhren (1986) realça a ausência da categoria classe neste debate. Inclusive o conceito de ideologia é empregado de uma forma despolitizada, como equivalente a visão de mundo. Nota também a ausência da discussão das implicações dos resultados das etnografias para a estratificação de classe, crítica que ela considera aplicar-se também à sociologia.

³¹ Esse impasse dura até hoje, pois será demonstrado que esse ideário igualitarista nas classes médias não se realizou, por exemplo, no que diz respeito à divisão do trabalho doméstico nos casais. Neste aspecto, as classes também mantêm convergência (ainda que não existam dados para saber como era no passado) quanto à divisão desigual do trabalho doméstico, como se mostrará no capítulo 8.

ao padrão de maior segregação de papéis das classes baixas, que enfrenta maiores dificuldades de trabalho feminino, sobretudo com filhos pequenos. A maior autonomia das mulheres de classe média, decorrente em parte de possuir renda de seu próprio trabalho³², facilitaria a ocorrência de separações (VAITSMAN, 1994), agora motivadas por uma decisão das mulheres e não caracterizada como “abandono do marido”, como interpretado para as classes baixas (SALEM, 1981).

Um último critério de diferenciação diz respeito à educação dos filhos. Em contraste com as noções de autoridade e respeito que pautam os relacionamentos geracionais tradicionais, estaria se desenvolvendo a noção de diálogo e a valorização da personalidade infantil. Nesse contexto, a educação formal dos filhos é bastante valorizada, o que contrasta com a naturalidade do trabalho infantil nas camadas de baixa renda. Enquanto as camadas médias investem na educação dos filhos e pretendem ampliar a moratória da adolescência postergando sua entrada no mercado de trabalho, as camadas mais baixas, por seus valores culturais e por necessidade, não hesitariam em inserí-los no mercado de trabalho tão logo fosse possível.

Existem nuances na visão de inovação ou ruptura associada às camadas médias. As pesquisas de Velho sobre famílias de camadas médias mostram, por exemplo, que a valorização do indivíduo associada à modernidade é conciliada com a importância do parentesco e da sociabilidade familiar: “não se trata, simplesmente, da substituição de uma escala de valores tradicional, familista, por outra moderna, individualista” (1999, p. 46). Ampliam-se as redes sociais e a amizade, vínculo escolhido que ganha relevo como expressão da liberdade individual, mas “não há uma substituição ou uma troca de tipos de relação, mas uma ampliação e diferenciação de contextos e domínios, alterando seu peso e qualidade” (1999, p. 47). Não obstante, o parentesco é resignificado pela nova ênfase nos projetos individuais e no valor do indivíduo como sujeito de sua existência, o que é exemplificado em sua análise da separação.

Um dos fenômenos mais importantes que ocorreram nos últimos cinquenta anos na sociedade brasileira e que acompanhei em minhas pesquisas foi o aumento quantitativo e a mudança de significado da separação conjugal. Este processo vai se acentuando nos anos 60, associado a valores onde a felicidade individual desvincula-se do compromisso conjugal vitalício, sublinhando a importância de uma dimensão afetivo-sexual que passa a ter um papel cada vez mais proeminente no ideário das camadas médias urbanas. Diversos fatores concorrem para isso. Houve não só uma laicização de setores das camadas médias mas também uma diversificação de opções religiosas, fazendo com que a Igreja Católica perdesse bastante da influência que

³² Nas classes baixas já havia esse processo, maior possibilidade de separar não apenas porque a mulher trabalha e tem renda própria, mas também porque tem rede de auxílio de cuidado dos filhos, como constataram Landes e Gonzalez.

detinha tradicionalmente sobre a vida familiar e a moral da sociedade como um todo. Há outras instâncias e difundem-se outros tipos de conhecimento e perspectivas, como a psicologia e a psicanálise [...] O discurso freudiano, através de uma divulgação mais ou menos simplista, atinge, de início, sobretudo os segmentos universitários mais intelectualizados. Mas, progressivamente, influencia o próprio senso comum. Assim, o rompimento do casamento, quase impensável antes da Segunda Grande Guerra, passa a ser tolerado e, em poucas décadas, aceito como fato normal em grande parte da sociedade. [...] É certo que esse processo não foi homogêneo e linear, havendo, certamente, até hoje, setores e segmentos sociais onde predomina uma versão extremamente negativa sobre o fim do casamento e seus efeitos perniciosos.

O fato é que nas camadas médias que pesquisei a separação foi rotinizada. (VELHO, 1999, p. 47-48)

Observa-se que estudos³³ que contemplam as diferenças de classe nas relações familiares e de gênero destacam que as classes baixas seriam mais assimétricas ou patriarcais que as camadas médias, onde teria ocorrido o início das mudanças na condição feminina, a partir de valores individualistas e igualitaristas. Por outro lado, o diagnóstico da matrifocalidade nas classes baixas tendeu a ser interpretado como incapacidade de realizar os padrões das classes médias e altas³⁴, ainda que alguns autores, como Landes (1967), constatem que as mulheres de classe baixa usufruíam de maior autonomia que as mulheres de classe alta, justamente porque seu modelo de família se afastava das prerrogativas e deveres patriarcais, a que tipicamente as uniões formais submetiam as mulheres.

A ideia de pioneirismo na mudança cultural nas classes médias foi reforçada pelo fato de que suas melhores condições de vida e sua maior escolaridade favoreciam uma maior individuação, permitindo problematizar mais as relações familiares. A adoção de pares conceituais como holismo X individualismo, tradicional X moderno, arcaico X inovador assumiu em grande parte uma conotação de classe. No entanto, os riscos da aplicação do par conceitual holismo-individualismo para tratar as diferenças de classe no Brasil são apontados desde os anos 80.

O que é um procedimento legítimo para esclarecer a natureza da sociedade de castas na Índia, transposto para a análise da sociedade brasileira, significa a opção por um procedimento de investigação muito limitado. Agora, utiliza-se na investigação de uma sociedade ocidental moderna um conceito de individualismo previamente deshistoricizado e despolitizado, desligado da problemática da formação das classes e da natureza do Estado moderno que lhe deu origem. O conceito se culturaliza e corre-se o risco, ao empregá-lo, de criar uma visão homogênea da sociedade brasileira, na qual se defrontam, de modo uniforme, valores culturais opostos mas equivalentes (individualismo-hierarquia). Através do estranho caminho de recuperar o conceito de individualismo através da sociedade de castas e não da nossa própria história, conseguimos contornar o espinhoso problema do processo de produção de

³³ A presente revisão contempla a bibliografia mais divulgada sobre o tema, não excluindo a existência de outras leituras, já que não foi feito um levantamento sistemático de todos os estudos existentes.

³⁴ Ironicamente, o que antes era a visão de desorganização familiar das classes baixas, hoje é lido como valorização da diversidade.

uma heterogeneidade e desigualdade crescentes que são próprias da nova sociedade de classes emergente, com suas novas formas de dominação política. (DURHAN, 1986, p. 31)

É possível que o conceito de holismo, empregado originalmente por Dumont (1997) para analisar as castas indianas, tenha ajudado a enrijecer uma imagem das classes baixas como excessivamente distintas das classes superiores, olvidando valores comuns (tanto a segregação dos papéis de gênero, quanto anseios emancipatórios e individualistas) e a circulação de modelos entre as classes, o que inclui as aspirações de mobilidade social que permeiam as relações sociais e incitam a imitação. Fausto Neto realça o risco de viés de classe na análise das famílias, o risco de perceber a família operária como totalmente submetida à lógica da produção, “enxergando’ a família operária apenas como uma ‘vítima’ inerte e inativa que ‘vive ao sabor’ da lógica do capital” (1982, p. 49). Defende que é preciso reconhecer a capacidade de agência das pessoas da classe operária, além de evitar projetar na análise de suas práticas os valores da classe média.

Sarti (1995), por sua vez, aponta que a usual oposição “nós X eles” com que as diferenças sociais são tratadas desconsidera a dimensão cultural dos pobres, analisados apenas pela ótica da produção, ou, no polo oposto, considera que possuem um universo cultural totalmente distinto, salientando a incompletude de ambas as perspectivas, “produtivista” e “culturalista”, que norteiam os estudos dos pobres. É possível especular várias razões para essa dicotomização presente tanto na comparação entre as classes quanto nas leituras diversas dos comportamentos de uma determinada classe. Por um lado, o fato de que as análises das famílias de classes baixas darem muita ênfase à perspectiva (marxista ou não) do trabalho enquanto as famílias das “camadas médias” eram investigadas sobretudo pela perspectiva (antropológicas ou não) da mudança de valores favoreceu uma dicotomização em que as classes baixas eram analisadas a partir da sua subsistência (“estratégias de sobrevivência”), restando a análise do reino da cultura, e da criação do novo, majoritariamente aos estratos superiores.

Estas polarizações vêm recentemente sendo revistas. Alguns estudos registram que as diferenças em termos de *ethos* de classe quanto à família devem ser relativizadas diante do impacto unificador da experiência de viver no meio urbano, o qual se caracteriza por ser um ambiente contaminado pela ideologia individualizante. Partindo da caracterização das classes populares, a análise de Duarte, por exemplo, permite realçar a ambiguidade entre processos gerais e o velho contraste entre tradicionalismo e modernidade.

Ora, esses modelos aparentam-se com as formas “tradicionais” por serem, como elas, não-individualistas, por conterem um prioritário componente hierárquico. Diferentemente das formas pré-modernas, eles se encontram porém em relação com o modelo individualizante central e imaginariamente hegemônico e se desenvolve no interior de sociedades institucionalmente comprometidas com sua ideologia. Embora as classes populares representem certamente um espaço de indisponibilidade primordial a esses valores — graças, em parte, à sua condição não-letrada, não-cultivada, elas não deixam de vir sofrendo longamente a pressão do pólo cultural dinâmico, sobretudo nesse locus privilegiado da individualização que é o mundo urbano moderno. (DUARTE, 1995, p. 35)

Vaitsman por sua vez realça que, ainda que com pontos de partida e oportunidades distintos, todos os estratos estão imersos na modernização, contexto no qual tipicamente há uma maior circulação de ideias e aspirações são partilhadas mesmo que a possibilidade de efetivá-las sejam distintas.

Falar em um universo hierárquico ou tradicional das camadas populares significa, conceitualmente, recorrer a uma classificação por demais abrangente e universalizante para dar conta não apenas da diversidade existente entre esses segmentos, mas também do conteúdo das mudanças sócio-culturais que o desenvolvimento recente da sociedade brasileira produziu: a participação simultânea em diferentes mundos simbólicos e institucionais, a coexistência entre exclusão e aspirações em relação a bens e direitos. (VAITSMAN, 1997, p. 303).

O esforço de retificar a “tese holista” tem, por outro lado, favorecido o resgate das comunicações e redes simbólicas entre classes, mostrando tanto que valores da ideologia moderna se fazem presentes nos grupos populares – considerando inclusive que não existe um único individualismo, mas individualismos – quanto que a dimensão relacional também se faz notar nas camadas médias, como neste exemplo oferecido por Machado e Barros:

O que realmente nos importa no momento é argumentar que a mobilidade educacional, a maior participação no mercado de trabalho e a crescente adesão aos grupos religiosos da confissão evangélica constituem fatores que propiciam *experiências de individualização das mulheres das camadas populares* em relação a alguns dos vínculos tradicionais, ainda que o valor-família siga muito importante nesses estratos. Ao mesmo tempo, procuramos mostrar que as experiências das *mulheres dos segmentos médios* com nível educacional elevado, renda própria e atribuição de valores altamente individualizantes à leitura de suas trajetórias apontam para a *presença de valores relacionais*, sobretudo, no que se refere à família, à maternidade e aos projetos de conjugalidade. (MACHADO; BARROS, 2009, p. 372, grifos nossos).

Deve-se, portanto, relativizar a visão das experiências familiares das classes como “mundos opostos”. Fonseca chama a atenção inclusive para o fato de que o que hoje aparece como moderno nas camadas médias (“produção independente”, “descasamento”, “família de escolha”) já existia, mas era estigmatizado, nas camadas populares da população (“mães solteiras”, “famílias desestruturadas”, “filhos abandonados”). A autora denuncia a existência

de um viés de classe que possibilita avaliações opostas de comportamentos muito semelhantes, tal como no quadro a seguir.

Quadro 1 – Interpretações distintas para comportamentos semelhantes segundo Fonseca

Ricos "escolhem" sua família.	Pobres "submetem-se" à biologia.
Maternidade assistida.	Controle de natalidade.
Produção independente.	Mãe solteira.
Família recomposta (divórcio e recasamento).	Família desestruturada.

Fonte: FONSECA, 2005, p. 57.

Cláudia Fonseca mostra, portanto, que comportamentos que eram percebidos como negativos nas classes baixas são ressignificados quando atingem os estratos superiores. Se a diversidade de classe é um problema antigo e ainda em aberto nas pesquisas das ciências sociais sobre relações de gênero e família no Brasil, outra razão para levantar a questão das variações de classe, como será mostrada na análise histórica do capítulo 3, é o fato de que muitos dos novos comportamentos familiares já existiam nas classes baixas, sendo antes rotulados pejorativamente. Jelín (2010, p. 22) alerta que, historicamente, a naturalização de um modelo de família "normal" ajudou a obscurecer o fato de que sempre existiram formas alternativas de organização dos vínculos familiares. Muitas dessas formas foram marginalizadas e tratadas como patológicas, sobretudo se típicas das classes baixas, o que coloca em evidência a não neutralidade dos modelos de família e as disputas simbólicas de que a moral familiar foi frequentemente objeto.

Importa destacar também, como sugere Esping-Andersen para o caso europeu, que novo ou moderno não são os comportamentos em si, mas os processos sociais e as motivações pessoais que os subjazem, em especial os novos anseios femininos de autonomia.

No passado, a pobreza generalizada fazia com que as pessoas adiassem o casamento e a paternidade [...] hoje o postergamento é primeiramente devido ao anseio feminino de autonomia. No passado, ser mãe sozinha era muito associado à viuvez; hoje é principalmente o resultado do divórcio. Um século atrás uma grande parcela das mulheres permanecia sem casar e sem filhos porque elas eram condenadas a uma vida de servidão nas casas das classes privilegiadas. Hoje, as mulheres não casadas e sem filhos tendem a ser profissionais e administradoras – frequentemente provenientes das mesmas classes privilegiadas. (ESPING-ANDERSEN, 2009, p. 6, tradução nossa)

Eventos semelhantes podem ter, portanto, não apenas significados distintos para os sujeitos que os experimentam conforme seus contextos histórico e social, como também

variam na leitura e valorização (ou não) que recebem em meio às disputas entre grupos³⁵. Controlar tais diferenças e compará-las mostra-se um artefato intelectual útil para melhor compreender os processos de mudança social em curso, suas componentes e variações. Ademais, a vinculação dos processos de mudança nas famílias com a questão da autonomia feminina mostra-se um recorte necessário para evidenciar em que medida tais mudanças expressam a emergência de um novo equilíbrio de gênero na vida familiar, como proposto a seguir.

1.1.3 Apresentação do problema de pesquisa

Se existe consenso em torno do fato de que na segunda metade do século XX ocorrem mudanças expressivas na condição feminina, os esforços para mensurar o quanto mudou em diferentes dimensões da vida social, o quanto varia entre sociedades e entre grupos dentro destas ainda estão em construção. No Brasil, embora muitos estudos investiguem desigualdades sociais quanto à condição das mulheres nas famílias, boa parte são estudos de caso de um ponto no tempo e um ou dois estratos sociais, não permitindo a comparação sistemática entre grupos sociais ao longo do tempo, análise que contribuiria para elucidar as muitas hipóteses existentes sobre tais diferenças.

Desenha-se, assim, o contexto intelectual que motiva a presente pesquisa, a qual pretende investigar até que ponto mudou a condição das mulheres nas famílias no Brasil, seus desafios e os diferenciais por classe. Diversas indagações inspiraram a presente pesquisa: quanto mudou a condição das mulheres nas famílias no Brasil? Que dimensões mudaram? E em que ritmo? Como variam por classe? Os diferenciais por classe aumentam ou diminuem? Até que ponto e em que dimensões persistem desigualdades de gênero? Quais os principais obstáculos para a autonomia feminina?

Para tratar de tais questões, buscou-se articular, de um lado, vários dos indicadores e variáveis usualmente empregados e, de outro, muitos dos debates teóricos presentes na vasta tradição de pesquisa na área, de forma que estes possam iluminar a discussão dos dados.

³⁵ Neste sentido, Fonseca propõe considerar que é dialética a relação entre prática e valores. “Valores, nessa ótica, não seriam considerados estanques, parados no tempo, nem algo externo que pudesse ser imposto a um grupo. Pelo contrário, valores seriam constantemente reconstruídos – modificados ou reatualizados, investidos de novo significado –, por meio da prática de atores sociais agindo dentro de um contexto específico.” (FONSECA, 2005, p. 54-55).

Dentre as diversas dimensões do amplo e multifacetado debate sobre as mudanças na condição feminina, escolheu-se recortar as relações familiares e analisá-las de uma perspectiva de gênero e classe. O recorte pelo qual as mudanças nas famílias são analisadas aqui diz respeito a suas implicações para a autonomia feminina e para a diferenciação das classes, considerando o quanto as mulheres ganham em autonomia em face da tradicional dependência nas relações familiares; e o quanto as classes se diferenciam ou não quanto ao comportamento familiar.

Propõe-se, assim, um olhar sobre as famílias que problematize simultaneamente a autonomia feminina, considerando como a vida familiar afeta – restringe ou possibilita – a autonomia das mulheres, sua capacidade de autodeterminação, e as desigualdades entre mulheres – reconhecendo que as ações das mulheres não são livres de constrangimentos sociais, não apenas os relativos às relações de gênero, mas também quanto a sua inserção na estrutura de classes.

Nas últimas décadas houve mudanças profundas na vida familiar: demográficas (incluindo a redução da fecundidade, menor mortalidade infantil, maior expectativa de vida), culturais e legais (como o aumento dos direitos e a maior aceitação de arranjos familiares diversificados), além de socioeconômicas (como escolarização prolongada dos filhos, aumento na participação feminina no mercado de trabalho, melhorias na renda familiar resultante de menos filhos e mais mulheres trabalhando). As diferentes facetas das transformações nas experiências familiares das mulheres, num círculo virtuoso, têm possibilitado, em linhas gerais, um processo de redução das formas tradicionais de dependência familiar feminina e ganhos na capacidade das mulheres autogovernarem suas vidas.

Como mostra Okin (1992), na tradição do pensamento ocidental, a família é frequentemente definida como cerne da subordinação das mulheres, com argumentos que variam desde os mais biológicos até os mais culturalistas, oscilando o peso dado à reprodução biológica ou a divisão sexual do trabalho como base das desigualdades entre homens e mulheres. Se nas famílias estão as bases da “opressão feminina”, os instrumentos da emancipação das mulheres são em geral identificados fora dela. Muitas análises realçam as oportunidades externas, especialmente de educação e trabalho³⁶, que concorrem cada vez mais

³⁶ Pode-se dizer, no entanto, que o trabalho para as mulheres tem uma dupla conotação, como meio de emancipação e como instrumento de dominação (PFEFFERKORN, 2007). A participação no mercado de trabalho é marcada por piores condições (maior informalidade e desemprego, piores rendimentos etc.) não apenas no caso das mulheres, mas também de outros membros igualmente considerados mais frágeis ou vulneráveis, tais como crianças, jovens e idosos, ainda que não se possa ignorar que as famílias podem ser

com o tempo dedicado pelas mulheres à vida familiar. As conexões entre aspectos domésticos e não domésticos são usualmente enfatizadas quando se abordam as mudanças na condição das mulheres, evidenciando o acúmulo e a interação entre vantagens e desvantagens em uma e outra dimensão.

As formas de definir – e restringir – o papel da mulher em uma dessas esferas organizam suas possibilidades de vida nas outras. Assim, a responsabilidade exclusiva pela gestão da vida doméstica corresponde, ao mesmo tempo, à vulnerabilidade na vida privada (em que os arranjos convencionais ou quase convencionais produzem desvantagens para as mulheres, que têm menos tempo e recursos para qualificar-se e investir em sua vida profissional, permanecendo dependentes ou obtendo rendimentos menores do que os dos homens) e na vida pública (em que as habilidades e afetos desenvolvidos pelo desempenho dos papéis domésticos serão desvalorizados e, em alguns casos, vistos como indesejáveis para uma atuação profissional satisfatória). (BIROLI, 2013, p. 141-142)

A relação entre autonomia feminina e responsabilidades familiares é complexa, envolvendo questões como a adaptação das preferências às circunstâncias e o fato de que as pessoas podem tomar decisões que não são as melhores para atingir seus planos³⁷. Foram produzidas diferentes reflexões sobre o que significa autonomia feminina nas famílias, considerando, por exemplo, a autonomia relativa das mulheres nos casais. Dentre os vários e sutis significados da autonomia, Aboim (2004) recorda, com Simmel, a importância do pensamento interior e das pequenas coisas não partilhadas, e da importância para a identidade pessoal da participação em outros círculos sociais além do casal. Outra dimensão habitualmente destacada é a autonomia em matéria de planejamento familiar, em especial a livre escolha de métodos contraceptivos pelas mulheres (COSTA; GUILHEM; SILVER, 2006).

Na esfera familiar manifestam-se diversos constrangimento à autonomia feminina, como a violência física e sexual. O casamento e a maternidade historicamente implicaram em restrição da autonomia feminina, seja porque foram culturalmente atribuídos como destinos necessários das mulheres, seja porque estiveram relacionados a uma divisão do trabalho que restringe as oportunidades femininas – afetando os usos do tempo, a divisão desigual de responsabilidades pelo trabalho doméstico e de cuidado, dificultando assim a participação feminina em outros espaços sociais, como os de estudo e trabalho ou participação política.

espaços de estratégias de resistência (para a classe baixa ou para etnias discriminadas como negros e indígenas) à dominação experimentada no mercado de trabalho ou em outros espaços institucionais.

³⁷ “Grosso modo, pode-se pensar que quanto menos a análise considera os constrangimentos à autonomia individual – por exemplo, à autonomia na definição das preferências e concepções de bem sustentadas pelos indivíduos –, maior o peso dado à responsabilidade dos indivíduos pela vida que levam, com as preferências e gostos que os teriam levado a ela ou que a justificam de algum modo” (BIROLI, 2013, p. 175).

Se a autonomia é pensada como o acesso a recursos materiais e simbólicos que viabilizam o autogoverno, evidencia-se também a relação entre divisão do trabalho e autonomia, uma vez que a primeira afeta o tempo livre, os recursos econômicos e simbólicos, o reconhecimento profissional ou constrangimentos experimentados no trabalho, como destaca Biroli:

A divisão sexual do trabalho também precisa ser discutida do ponto de vista do exercício da autonomia por mulheres e homens. Ela está na base do acesso diferenciado a recursos, a tempo – para dedicação ao trabalho, mas também o tempo livre –, a experiências distintas e ao desenvolvimento de aptidões que se convertem em alternativas. Tem relação direta com a socialização, também distinta, de meninas e meninos e com a construção diferenciada de horizontes de possibilidades para mulheres e homens, desde a infância. Esse é um dos sentidos em que nascer homem ou mulher tem impacto sobre as possibilidades de exercício da autonomia. (BIROLI, 2014, p. 114)

Ainda que se reconheça que o trabalho remunerado é importante para possibilitar a autonomia econômica e como fonte de identidade feminina, que se contrapõe à ideia tradicional de domesticidade e centralidade conferida aos status de mãe e esposa, deve-se ponderar que o trabalho também é fonte de dominação para as mulheres (PFEFFERKORN, 2007), estando especialmente vulneráveis a situações de assédio sexual e discriminação no mercado de trabalho.

O Estado também interfere no grau de autonomia das pessoas dentro das famílias – em especial das mulheres – podendo contribuir para corrigir vulnerabilidades, já que o tratamento das relações familiares como uma esfera a parte historicamente mascarou as relações de autoridade na esfera familiar, ainda que se reconheça, simultaneamente, a importância da preservação de espaços de privacidade, para evitar ingerências estatais indevidas nas liberdades pessoais.

Colocando a controvérsia em outros termos, o maior controle e regulação do Estado sobre a esfera familiar foi e é necessário para a criminalização da violência doméstica e de diferentes formas de abuso e uso arbitrário da autoridade contra mulheres e crianças, preservados pela separação entre as esferas. Por outro lado, a separação (ou algum tipo de separação) entre as esferas é necessária para garantir a autonomia dos indivíduos – e considerar que a regulação legal das relações é necessária para proteger as mulheres, inclusive a despeito do que de fato desejem, pode ser uma forma de ferir, em vez de respeitar sua capacidade de autodeterminação. A privacidade permite, ainda, que as relações afetivas sejam construídas segundo padrões que não estejam necessariamente de acordo com os valores socialmente dominantes. (MIGUEL; BIROLI, 2013, p. 20)

Uma acepção usual da noção de autonomia é oferecida pelo liberalismo. Ainda que feminismo e liberalismo compartilhem valores, como a liberdade e autonomia individuais, o que se expressa em vertentes de feminismo liberal, Biroli mostra as tensões

presentes na concepção de indivíduo abstrato do liberalismo, destacando dentre as críticas que recebeu no debate feminista, a pouca efetividade da autonomia feminina nas sociedades liberais, o ideal masculino de afirmação da individualidade que orienta o liberalismo, e seu voluntarismo que não considera as coações e restrições ao exercício da autonomia, destacando que as “desigualdades estruturais impactam as possibilidades de autodefinição e as oportunidades disponíveis para as pessoas” (p. 110).

Anderson e Honneth (2011) também questionaram, de outro ponto de vista³⁸, o viés individualista da concepção liberal de autonomia, na medida em que desconsidera nossa dependência de relações de respeito, cuidado e estima. Se na concepção liberal cada indivíduo é pessoalmente responsável por suas escolhas, Biroli mostra que esta visão é problemática quando aplicada a dimensões da vida familiar, sobretudo quando há pessoas que necessitam de cuidados (como crianças, idosos e pessoas com deficiência), pois “a ênfase ampliada na responsabilidade individual colabora para reforçar discursos e políticas nos quais a interdependência é, de um lado, transfigurada em desvio [...] e, de outro, construída como um problema privado” (BIROLI, 2013, p. 188). Esta visão, além de não considerar a dimensão de interdependência, não evidencia os processos que definem posições relativas, com graus maiores ou menores de vulnerabilidade. Além disso, a distinção entre escolhas e circunstâncias dificulta a compreensão de que existem desvantagens cumulativas que limitam a autodeterminação, cabendo às pessoas escolher entre as “oportunidades” disponíveis segundo hierarquias e relações socialmente estruturadas, em que o sucesso de uma pessoa pode depender de explorar outra, dentre as quais há muitos exemplos de situações típicas de desigualdades de classe e gênero.

Um exemplo esclarecedor é o do sucesso e riqueza de uma família na qual os adultos estão liberados para realizar suas carreiras bem pagas porque contam com o trabalho, mal remunerado, que outros lhes prestam (empregadas domésticas, babás etc.). Do mesmo modo, essa situação é exemplificada pelo sucesso de um profissional homem que pode buscar a realização de suas ambições porque foi liberado, pelo trabalho não remunerado de sua mulher, de uma série de compromissos e afazeres relacionados ao cuidado de si, das crianças, da casa. (BIROLI, 2013, p. 187)

³⁸ Estes autores propõem um modelo de autonomia baseado no reconhecimento. “Central a esse modelo de autonomia é a ideia de que a aquisição, a manutenção e o exercício do rol de competências que constituem a autonomia, dependem do estabelecimento de modos particulares de ‘se autorrelacionar praticamente’, especialmente autorrespeito, autoconfiança e autoestima. E, porque estes estão, por sua vez, vinculados a várias relações sociais de reconhecimento, a autonomia acaba tendo, como condição de possibilidade, uma infraestrutura de reconhecimento que a sustente. Porque os agentes são amplamente dependentes dessa infraestrutura de reconhecimento para sua autonomia, eles estão sujeitos a vulnerabilidades relacionadas à autonomia: danos e negligências a essas relações de reconhecimento põem em risco a autonomia dos indivíduos.” (2011, p. 108)

Okin (1989) mostra que as teorias da justiça social veem as famílias como um impedimento para a igualdade de oportunidades considerando apenas os diferenciais de classe entre famílias e não as desigualdades de gênero dentro delas, o que obstrui a percepção das desigualdades de oportunidades de mulheres e meninas de todas as classes, que vai além das desigualdades que afetam as crianças das classes baixas de ambos os sexos (1989, p. 134). A divisão do trabalho no casamento torna as mulheres mais vulneráveis a serem exploradas na relação marital e no mundo do trabalho, tanto pelas expectativas de que sejam as principais cuidadoras, quanto pela organização do mercado de trabalho que se assenta na suposição de que os “trabalhadores” têm “esposas” (alguém que cuide do trabalho doméstico e de cuidado) em casa (1989, p. 139)³⁹.

Noções como autonomia e dependência devem ser consideradas, portanto, em sua complexidade e multidimensionalidade⁴⁰. Como mostra Lagarde (1999), autonomia é um conceito complexo, que envolve diferentes dimensões – econômicas, políticas, culturais, psicológicas, sexuais, jurídicas etc – e está relacionado a ideias afins como independência, individualidade e identidade pessoal. As relações de dependência e cuidado presentes na esfera familiar faz da tensão entre autonomia feminina e responsabilidades familiares uma dimensão central no debate sobre desigualdades de gênero. Um traço que ainda marca nossas sociedades seria, segundo Lagarde (1999), a construção das mulheres como seres para os outros, pois “ainda que as mulheres internamente vão resolvendo seu conflito, são recolocadas permanentemente para estar em função do serviço, da obediência, da capacidade doadora, da capacidade nutriz, da capacidade protetora e de toda esta chamada ética do cuidado” (LAGARDE, 1999, p. 24-25, tradução nossa). Diante de tais expectativas sociais, a autonomia feminina tem se mostrado uma questão revolucionária e sua construção tem como território fundamental a família e o casal (LAGARDE, 1999, p. 16).

Além de ser um conceito complexo, mensurar a autonomia das mulheres não é uma tarefa simples. Folbre (2006) realça que o trabalho doméstico e de cuidado não pago é ignorado em grande parte dos indicadores sobre o progresso feminino, mas são dimensões que têm impactos importantes na saúde e bem-estar das mulheres, afetando o desenvolvimento de

³⁹ Okin (1989) argumenta que casamento e família como correntemente praticados em nossa sociedade são instituições injustas, o que é visível na distribuição de renda, poder, e prestígio nos casais. O poder marital está relacionado a recursos externos ao casal, enquanto os recursos relacionados a capacidade de cuidado dos outros estão negativamente relacionados ao poder no casal.

⁴⁰ Variam também as dimensões da autonomia ou dependência socialmente valorizadas. Ao mesmo tempo que as mulheres historicamente dependeram economicamente dos homens nas famílias, os demais membros da família dependeram de cuidados das mulheres, o que também foi base para a construção de relações de poder, mesmo que residuais (ROCHA-COUTINHO, 1994).

suas capacidades. Ao obscurecer o reino do trabalho não pago, as estatísticas convencionais favorecem também que as políticas públicas deixem de promover cuidados para diferentes tipos de dependência, como crianças, doentes e idosos (FOLBRE, 2006, p. 185).

Uma importante exceção são os indicadores empregados pela Cepal (2011), que consideram o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado. A Cepal utiliza a noção de autonomia e sistematiza algumas das suas dimensões, apoiando-se na tradição de pesquisas de gênero e também nas conferências sobre direitos humanos das mulheres, considerando o controle das mulheres sobre a reprodução, sua vulnerabilidade à violência, além do acesso a recursos econômicos e à esfera do poder. A Cepal propõe que a autonomia das mulheres está relacionada ao exercício de seus direitos humanos e inclui três dimensões: física (controle sobre seu corpo), econômica (capacidade de gerar renda própria e controlar recursos) e de tomada de decisões (esta última coincide com a ideia de autonomia política)⁴¹. Espera-se que estas diferentes dimensões da autonomia se alimentem mutuamente num círculo virtuoso, favorecendo que as mulheres adquiriram maior controle sobre suas vidas. Neste sentido, a construção da autonomia perpassa a dimensão pública e privada, sendo necessário fortalecer os direitos das mulheres dentro e fora do domicílio, para que a emancipação na esfera pública não se reverta em maiores desigualdades na esfera privada, evitando que os custos da transformação das fronteiras entre esfera pública e privada recaiam sobre as mulheres na forma de trabalho doméstico e de cuidado não remunerados (BATTHYÁNY, MONTAÑO, 2012, p. 36).

No recorte dos aspectos do comportamento familiar a serem analisados na presente pesquisa, selecionou-se as dimensões de união, reprodução e socialização de filhos, além da questão da autonomia econômica das mulheres e da tensão entre esferas pública e privada, com os trabalhos considerados “produtivos” e “reprodutivos” (doméstico e de cuidado). Especial atenção foi dada à questão do crescimento do trabalho feminino, considerando-se não apenas o impacto de fatores familiares na presença feminina no mercado

⁴¹ Para a América Latina e Caribe existe um conjunto amplo de indicadores, disponibilizados pelo Observatório da Igualdade de Gênero da CEPAL. Para o Brasil, há dados atualizados até 2011, com indicadores incompletos apenas para a autonomia física, onde falta a informação sobre morte de mulheres ocasionadas por seu cônjuge ou ex-cônjuge. Na autonomia física, há dados sobre o percentual de adolescentes que são mães, a demanda insatisfeita de contracepção, a razão de mortalidade materna e os partos assistidos por pessoal especializado. Para autonomia econômica, há dados sobre população sem renda própria, tempo destinado a trabalho remunerado e não remunerado, relação de dependência demográfica, incidência e brecha de pobreza segundo o sexo do chefe de domicílio e taxa de participação econômica, a maior parte das variáveis de autonomia econômica é desagregada para áreas urbana e rural. A autonomia na tomada de decisão inclui a participação das mulheres em gabinetes ministeriais, parlamentos nacionais, tribunal de justiça, prefeitas e vereadoras.

de trabalho, além da contribuição de outras formas de renda para a autonomia das mulheres, bem como a oferta de cuidado público.

Para identificar quais os aspectos e variáveis das mudanças em curso seriam objeto de análise (quadro 2), considerou-se dois tipos ideais⁴²: a situação de dependência das mulheres nas famílias e os ganhos de autonomia feminina na esfera familiar, cientes de que as situações reais oscilam em vários pontos que existem no meio. Deve-se realçar que as situações descritas de dependência ou crescimento da autonomia não são igualmente experimentadas por classe, sendo que cada qual foi mais frequente nos estratos mais altos em distintos contextos, na medida de sua valorização como fonte de status feminino: se antes a reclusão feminina era fonte de prestígio, ela era mais comum nas classes altas, pois as mulheres das classes baixas mais comumente precisavam trabalhar e circular pelo espaço público; hoje quando a profissionalização das mulheres é valorizada, o trabalho feminino torna-se mais frequente nas classes altas, enquanto as mulheres das classes baixas veem-se mais frequentemente condenadas a reclusão por suas piores qualificações e menores alternativas para desincumbir-se de trabalhos domésticos e de cuidado.

Nota-se, por um lado, que a histórica segregação de espaços masculinos e femininos, além de conferir maior valor social às atividades masculinas, incluiu muitas vezes o controle sobre as mulheres e sua reclusão em casa. Historicamente, o trabalho feminino foi frequente no próprio domicílio e de forma não remunerada, o que restringia a rede de relações sociais da mulher, o seu contato com sociabilidades do mercado e Estado e seu acesso a direitos. A falta de remuneração ou recursos próprios colocava, por sua vez, as mulheres numa situação de dependência econômica e de limitado poder de decisão sobre suas vidas e nas suas famílias, levando a que a identidade feminina fosse frequentemente conferida pelas relações familiares, em especial pelo pai ou marido. Em oposição a este contexto de reclusão e dependência familiar, constata-se, por outro lado, a tendência atual de profissionalização das mulheres, que cada vez mais têm acesso ao trabalho remunerado, processo favorecido pela crescente escolarização feminina e pela redução da fecundidade, o que tem implicações de redução dos encargos domésticos tradicionalmente atribuídos às mulheres, disponibilizando mais tempo das mulheres para projetos pessoais e profissionais.

⁴² Note-se que, como nos tipos ideais propostos por Weber (1991), são construídos com base na realidade histórica, ainda que criando caricaturas que as extremizam.

Quadro 2 – Dimensões da vida familiar analisadas

Capítulo	Situação de dependência	Processos em direção a uma maior autonomia feminina
União e equilíbrio de poder nos casais	Casamento e ser esposa como ideal de vida e fonte principal de identidade feminina	Casamento como apenas uma alternativa diante de uma diversidade de trajetórias familiares possíveis e igualmente valorizadas
	Unões hierárquicas com homem em posição superior em dimensões como educação, idade e renda.	Crescimento de uniões hipo ou homogâmicas.
	União em idade precoce.	Adiamento da idade de união.
	Violência contra a mulher socialmente aceita e não punida	Criminalização da violência contra mulher e consolidação de um imaginário que lhe é contrário ⁴³
Comportamento reprodutivo	Maternidade como destino feminino, baixo controle da fecundidade.	Maior aceitação da opção por não ser mãe, maior uso de contracepção e redução da fecundidade.
	Idade da maternidade e sua frequência favorecem a fixação de papéis tradicionais da mulher e reduz seu leque de escolhas e investimentos educacionais e profissionais.	Adiamento da maternidade ou sua conciliação com outros projetos femininos.
Socialização dos filhos	Acesso à educação desigual para homens e mulheres, filhos com mais oportunidades de desenvolvimento de suas capacidades que filhas	Acesso igualitário de homens e mulheres à educação e a outras oportunidades de desenvolvimento.
	Divisão desigual do trabalho na geração dos filhos com meninos direcionados ao trabalho no mercado e meninas ao trabalho doméstico.	Postergamento para filhos e filhas da entrada no mercado de trabalho, redução das desigualdades na divisão do trabalho doméstico.
Equilíbrio público-privado ou trabalho produtivo-reprodutivo	Oportunidades de trabalho restringidas para as mulheres. Trabalho feminino associado a determinadas condições familiares, de forma temporária para as solteiras, ou por necessidade de prover, no caso das mulheres chefes.	Oportunidades de trabalho iguais para as mulheres e homens, independente de sua condição familiar.
	Mulheres concentradas no trabalho doméstico, com valorização do modelo de homem provedor e mulher dona de casa. Mulheres como principais ou únicas responsáveis pelo cuidado dos familiares dependentes (crianças, doentes, idosos etc.)	Redução da desigualdade na divisão do trabalho doméstico e de cuidado.

Fonte: elaboração própria.

A ênfase aqui posta na situação das mulheres deve-se não só a uma opção teórico-metodológica, já que é a mudança na condição das mulheres nas famílias o que se quer evidenciar, mas também a uma lamentável limitação dos dados, já que comparações mais detalhadas com as experiências familiares (comportamento reprodutivo, história de uniões etc.) dos homens são inviáveis, pois não se coleta usualmente dados a respeito deles. O que se observa é que, para diferentes aspectos da vida familiar, como os relativos à nupcialidade e

⁴³ Ainda que indicadores possam mudar pouco porque mudanças favorecem denúncia e as próprias tensões geradas pelo processo de mudança no equilíbrio de poder de gênero pode favorecer reações de violência.

reprodução – por um viés em que as estatísticas reproduzem os estereótipos de gênero, tratando família como um assunto de mulheres – só se recolhem dados para mulheres.

A análise de aspectos do comportamento familiar aqui empreendida inclui medidas de desigualdade de classes entre mulheres e desigualdades entre homens e mulheres controladas as diferenças de classe. Empregam-se, portanto, tanto o que a literatura denomina indicadores de autonomia feminina ou de empoderamento⁴⁴, considerando o quanto as mulheres avançam em relação a elas mesmas no passado, controladas e analisadas as desigualdades entre mulheres; quanto indicadores de desigualdades entre homens e mulheres, em aspectos como a participação no mercado de trabalho e a divisão do trabalho doméstico, notando que estas também podem variar conforme os contextos de classe. São consideradas também as desigualdades específicas entre homens e mulheres na situação de casais.

Longe de ser um processo linear e necessário rumo à igualdade social, as mudanças na condição das mulheres nas famílias comportam contradições e desafios vários abordados ao longo de toda a pesquisa. Especial atenção foi dada a alguns dos desafios específicos ao tema analisado em cada capítulo, o que incluiu a violência de gênero, a maternidade adolescente, as dificuldades de autonomização dos jovens, atualmente abordadas através de distintos rótulos como “nem nem” ou geração canguru, e a manutenção da desigual divisão do trabalho doméstico e de cuidados. Deve-se, portanto, realçar que, ainda que a análise de estratificação frequentemente suponha um extremo de dominação masculina e outro de igualdade de gênero, os cenários passados e futuros podem conter novas e complexas formas de conflito de gênero (COLLINS et al., 1993), além de novos e complexos conflitos de classe. A dinâmica das diferenças por classe no comportamento familiar inclui em alguns aspectos a redução dos diferenciais de classe, todavia, isto não impede que, pela dinâmica da difusão-distinção, surjam outras formas de se diferenciar e manter privilégios de classe, assim como o fato de que a condição da mulher melhora não quer dizer que se alcançou a igualdade de gênero ou que não surjam outras formas de desigualdade nesta esfera.

O debate sobre (des)igualdade de gênero é antigo, com uma profunda marca de militância visto que a história do feminismo remonta pelo menos a meados do século XVIII, associada à herança iluminista e ao pensamento engajado de autoras como Olympe de

⁴⁴ Autonomia e empoderamento são por vezes conceitos usados como equivalentes, mas Malhotra, Schuler e Boender (2002) os diferenciam, na medida em que a primeira é um estado estático, mensurável por vários indicadores, enquanto o empoderamento é um processo, uma progressão de um estado de desigualdade de gênero para um estado de maior igualdade, ou seja, uma mudança no tempo, o que torna mais delicada sua mensuração, porque frequentemente sua definição está associada a uma dimensão subjetiva de processo e agência em direção à mudança (SEN; BATLIWALA 1997).

Gouge. Deve-se reconhecer as inúmeras contribuições do pensamento feminista que problematizou a dimensão de gênero da vida social, criando novos campos e novos objetos de estudo dentro de várias ciências, como as revisões que fomentou na teoria de classes e na sociologia da família, abordadas no capítulo 2. Não obstante, é necessária especial atenção para não eleger ferramentas conceituais e metodológicas que tragam embutidas, de forma explícita ou implícita, julgamentos de valor. Castro e Riqueur (2003) realçam que o discurso militante por vezes oblitera a compreensão do fenômeno que se pretende explicar, ficando mais voltado para a denúncia do que para a produção de conhecimento, problema que estes autores constatarem em pesquisas sobre violência de gênero na América Latina.

Importa captar mudanças ainda quando não apontem no sentido da denúncia da discriminação contra as mulheres, avaliando a possibilidade de que, em algumas dimensões, as desigualdades beneficiem as mulheres, mesmo que no cômputo geral a balança continue favorável aos homens. Deve-se, por exemplo, evitar o viés de se considerar ter alcançado um estágio de igualdade nas situações em que as mulheres estão em vantagem – e analisar, por exemplo, as implicações das desigualdades experimentadas pelos meninos na educação – pois não se pode analisar a questão apenas do ponto de vista das mulheres. A preferência pela noção de estratificação de gênero ao invés do consagrado termo dominação masculina, deve-se ao fato de que este último, assim como patriarcado, sugere ideia de fixidez, enquanto a noção de estratificação de gênero abarca melhor os processos de mudança, suas nuances e gradações, incluindo a possibilidade de reversão.

Tomando-se por referência a perspectiva de Collins et al. (1993) sobre a estratificação de gênero, é possível analisar mudanças na estratificação de gênero no Brasil em diversas dimensões: no trabalho produtivo, com a abertura de novas oportunidades de trabalho para as mulheres; no trabalho reprodutivo, com novas tecnologias contraceptivas; na política sexual, com o declínio da reclusão feminina; e a expansão da escolarização das mulheres afetando todas estas dimensões. Cada uma delas contribui para que as mulheres tenham mais recursos mobilizáveis. Por outro lado, a estratificação de gênero não deve ser pensada apenas como uma comparação entre homens e mulheres, sendo igualmente importante considerar as desigualdades entre mulheres, o que implica reconhecer a interseccionalidade entre classe e gênero (KERGOAT, 2010).

A despeito do processo geral de mudanças na condição feminina estas continuam permeadas por desigualdades sociais, que desenham trajetórias variáveis para distintas mulheres. Embora existam diversas dimensões de desigualdades na sociedade brasileira,

optou-se por enfatizar as de classe social, conceito que sintetiza as condições socioeconômicas que afetam as oportunidades de vida das pessoas. Deve-se ressaltar que a análise de classes não implica qualquer leitura rígida ou unidimensional da realidade, pois refere-se a probabilidades e oportunidades típicas, e que também não implica supor que outras dimensões das desigualdades não sejam importantes⁴⁵.

Além de ser uma hipótese onipresente na sociologia da família no Brasil, a importância dos diferenciais de classe é reconhecida na literatura internacional sobre estratificação de gênero (SALTZMAN, 1992, p. 37, 250-2) e sobre família (HILL, 2012). Classes são também uma dimensão importante do conflito social, no qual as imagens de família (respeitabilidade, nome de família, decência etc.) também estão em disputa e variadas estratégias familiares são mobilizadas para “melhorar de vida”. Além de ser uma questão teórica geral, a análise de classes ganha relevo para pensar a dinâmica brasileira por seus persistentes e altos níveis de desigualdade social. Mostra-se também importante para controlar os riscos de viés, que poderia levar a supor seja um processo homogêneo, seja que a mudança social é mais intensa em determinados grupos do que em outros, ou que difunde sempre de cima para baixo. Embora estas suposições mostrem-se de fato verdadeiras em alguns períodos ou para algumas dimensões, falham outras vezes, necessitando de maior comprovação empírica que testem tais modelos explicativos.

Visando não apenas comparar por classes, mas também investigar tendências ao longo do tempo, a presente pesquisa empregou, sobretudo, dados estatísticos das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com cobertura nacional para as mulheres brasileiras das diferentes classes sociais em 1976, 1984-6, 1996, 2006 e 2012⁴⁶. Na interpretação dos processos em curso, além das pesquisas das ciências sociais, dados históricos são também mobilizados para contextualizar a desigualdade de gênero no passado, em relação ao qual as mudanças devem ser destacadas; para analisar algumas facetas das transformações nas relações de gênero que ocorreram desde o século XIX; e para contextualizar o período analisado (1976-2012), marcado por intensas transformações do processo de modernização brasileiro.

A opção por fazer retratos da realidade familiar em diferentes datas é bastante empregada diante da indisponibilidade de pesquisas longitudinais e com maior grau de

⁴⁵ Em regressões que permitem incluir maior número de variáveis, controlou-se outras dimensões das desigualdades, como cor, região, residência em área rural, urbana ou metropolitana.

⁴⁶ Devido as diferenças de cobertura, os gráficos que empregam a PNAD 1976 não incluem as áreas rurais das regiões Norte e Centro-Oeste, que não eram pesquisadas em 1976.

detalhamento para analisar os processos extremamente dinâmicos da vida familiar. A análise seccional, como os “frames” nos antigos projetores de cinema, produz um sentido de movimento pela apresentação contígua de uma sequência de imagens distintas, permitindo captar as tendências gerais das mudanças na condição das mulheres nas famílias, bem como o estado das diferenças por classe no comportamento familiar.

Classes são construções teóricas, artefatos construídos com base histórica e estatística (apoiando-se, por exemplo, em médias de renda e educação de ocupações historicamente formadas de maneira semelhante) para, a partir daí, investigar se tais classes teoricamente concebidas correspondem a diferenciações empiricamente reconhecíveis. A medida de classe empregada parte da classificação original proposta por Nelson do Valle Silva (2003), que considerou aspectos históricos da formação das classes na sociedade brasileira, que foram agregadas em oito categorias⁴⁷, abaixo descritas.

Quadro 3 – Categorias empregadas na análise de classes

<i>Classe 1</i> - Trabalhadores rurais
<i>Classe 2</i> - Trabalhadores na indústria tradicional, nos serviços pessoais e domésticos
<i>Classe 3</i> - Trabalhadores nos serviços gerais e vendedores ambulantes
<i>Classe 4</i> - Trabalhadores na indústria moderna
<i>Classe 5</i> - Empresários por conta-própria
<i>Classe 6</i> - Ocupações não-manuais: técnicas, artísticas, de rotina e supervisão
<i>Classe 7</i> - Proprietários e dirigentes
<i>Classe 8</i> - Profissionais de nível superior

Fonte: elaboração própria.

Optou-se por uma medida de *classe familiar*, a qual permitiu incluir todas as mulheres na pesquisa, independente do seu engajamento no mercado de trabalho. Reconhecendo as críticas feministas à teoria de classes, que demonstram que a simples atribuição às famílias de uma condição de classe derivada da situação ocupacional do homem ignora o crescimento importante do trabalho feminino, nas famílias compostas por casais, considerou-se a ocupação mais alta dentre os cônjuges, independente do sexo, método inspirado na proposta de Erickson (1984) do “dominance approach”, cuja construção foi descrita de forma detalhada no Apêndice Metodológico⁴⁸.

⁴⁷ Para um detalhamento do processo de agregação ver o Apêndice Metodológico.

⁴⁸ Acatou-se a autoclassificação de quem seria o chefe ou a pessoa de referência, as situações em que a posição de classe não é evidente (aposentados e não definidas) foram excluídas da análise.

No apêndice, descreve-se também o processo de construção da medida de classe a partir da estrutura ocupacional⁴⁹. A definição de classe empregada tem inspiração weberiana⁵⁰ e assemelha-se, na definição de categorias, aos trabalhos contemporâneos de Wright (1989) e Goldthorpe (1983). Existe um vasto debate sobre a capacidade do conceito de classe explicar variações nos comportamentos sociais. Embora a presente pesquisa não tenha sido proposta com tal fim (mas sim o de verificar se a mudança na condição das mulheres nas famílias é geral e em qual sentido evoluem os diferenciais por classe entre as mulheres), contribui para este debate ao demonstrar o quanto a medida de classe empregada é útil para analisar as oportunidades sociais típicas associadas às classes no Brasil, em aspectos relativos ao comportamento familiar.

Como parte da dinâmica social, não se considera que as classes retratadas são as mesmas nas quatro datas, não apenas porque a sociedade se renova a cada geração, como também porque parte das pessoas experimenta mobilidade. O que se tem é um retrato das características das relações de gênero e familiares a cada data, considerando a difusão das mudanças entre as classes, permitindo verificar se o processo é geral, bem como apreender suas variações ao longo da hierarquia social. Tampouco se supõe que as classes tenham fronteiras rígidas, não só porque existe mobilidade social, mas também porque a dimensão cultural propicia fluidez, permitindo identificar-se e imitar outros modos de vida⁵¹.

Ainda que as classes se diferenciem quanto às condições de vida, há também o compartilhamento de um espaço-tempo social comum. O contexto analisado para o Brasil é o período 1976-2012, um período de modernização, marcado por profundas mudanças nas oportunidades de educação e trabalho, de mobilidade espacial e social e de expansão da cultura e educação de massa.

Analisar o período 1976-2012 permite captar as tendências recentes e ainda em curso de ganhos de autonomia feminina em face da tradicional dependência familiar e também de redução de diferenças de comportamento familiar entre as classes (adesão ao controle da fecundidade, postergamento da união, escolarização dos filhos, trabalho feminino etc.). Saltzman (1992) alerta para as dificuldades de medir mudanças sociais muito próximas

⁴⁹ As atuais polêmicas em torno da aplicação generalizada da noção de “nova classe média” (SOUZA, 2012) sugerem que indicadores de classe por renda ou padrão de consumo seriam menos adequados para explicar tais diferenças, em especial num contexto em que o consumo cresce nas classes baixas e as fronteiras pelo consumo tendem a se esvaír sem que se reduzam as desigualdades de oportunidade associadas à escolaridade e ocupação.

⁵⁰ Ainda que suas fronteiras não sejam rígidas, as classes estão hierarquizadas nas datas, expressando condições de vida e oportunidades típicas.

⁵¹ Na visão de Bourdieu (2007), tal identificação é uma primeira etapa no processo de ascensão – além de que a circulação cultural é favorecida pelo fato de gênero ser um “assunto de conversação geral”, tal como o futebol, como proposto por Ericsson (1996). Ver Bennett et al. (2009, p. 156).

do presente, porque, no meio do processo, tem-se a sensação ora de que mudou demais, ora de que não mudou. O recuo até 1976 permite captar o processo de mudança o mais próximo possível do início das tendências analisadas, o que é particularmente visível para duas dimensões chave que são o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e a redução da taxa de fecundidade.

O período 1976-2012 agrega intensas mudanças sociais na condição das mulheres nas famílias, favorecidas pela convergência entre diversos fatores, dentre os quais destacam-se quatro processos: o processo de mudança macroestrutural de modernização; os anseios das mulheres por mais autonomia e das famílias por mobilidade social; os movimentos sociais feministas e de classe, que absorvem e vocalizam tais anseios; e a agenda internacional de direitos das mulheres, que, juntamente com os movimentos nacionais, impactam em políticas públicas que reagem a ou absorvem tais demandas (e podem também induzir processos, como a escola obrigatória).

Uma dimensão importante do processo de modernização é o desenvolvimento de instituições do Estado e do mercado. Tal como na hipótese clássica de T.H. Marshall (1967) da importância da cidadania (especialmente a cidadania social) para a redução das desigualdades, pode-se refletir sobre o papel que o Estado teve, tem e pode ter nestes processos, justamente porque o Estado propicia um tipo de solidariedade moderna que se contrapõe às formas de solidariedade tradicionais (permitindo, por exemplo, desfamiliarizar e desmercantilizar o cuidado). Uma vez que as formas de solidariedade moderna estão desigualmente distribuídas, esta é uma variável que pode interferir no processo, contribuindo para aumentar ou diminuir as desigualdades sociais, entre classes e entre mulheres.

Diante da complexidade dos processos de mudança social, que incluem variados constrangimentos e escolhas, destacou-se a relação entre famílias, classes e gêneros, abordada através do referencial teórico discutido a seguir.

1.2 Referencial teórico: reflexões sobre as articulações entre famílias, classes, gêneros e mudança social

As famílias ocupam um lugar de destaque na estratificação social, na medida em que são organizadas e organizam dimensões das relações de classe e gênero. As famílias estão imbricadas na estratificação social por diversas razões. Em primeiro lugar, observa-se que as classes se (re)produzem através das famílias, e, inversamente, as famílias são as unidades de

classe. Diferentes tipos de recursos, ou capitais, são transmitidos nas famílias e nelas são tecidas estratégias de classe. A estratificação de gênero também atravessa as famílias, as quais são um lugar central na sua produção, o que inclui a divisão sexual do trabalho doméstico e remunerado e diversas representações sobre masculinidade e feminilidade, construídas, reproduzidas ou transformadas nas dinâmicas familiares. Este capítulo problematiza as potencialidades e os desafios da análise das mudanças nas famílias a partir de uma perspectiva de classe e gênero.

Por um lado, os estudos de gênero contribuíram para desnaturalizar os modelos de família e realçar as desigualdades de gênero que a estruturam. O feminismo dos anos 70 relacionou a subordinação feminina à ideologia da família e, como realçam Salles e Tuirán (1996), os estudos de gênero ajudaram a decodificar as relações domésticas, mostrando, entre outros aspectos, a presença de violência e a mística da feminilidade que atribui à mulher os trabalhos de reprodução. A análise das relações assimétricas nas famílias contribui para rever muitas simplificações, mostrando que a experiência familiar, subjetiva e objetivamente, é diferenciada segundo o gênero, a idade e a posição no parentesco. Por outro lado, a perspectiva comparativa de classes permite identificar semelhanças e contrastes entre contextos particulares, relativizando processos gerais e iluminando aspectos e novas questões a partir das variações encontradas.

Coltrane e Adams (2008) realçam que as relações de gênero e a vida familiar estão tão interligadas que é impossível entender um sem ter atenção ao outro. Aplicando uma perspectiva de construção social a temas de família, realçam que este não é um termo com significado fixo, assim como o conceito de gênero também é variável, o que não implica desconhecer que existem padrões estruturados, impossíveis de serem ignorados nas interações sociais. Os autores se propõem a empregar uma lente de gênero para analisar as famílias, indicando diferenças nas formas como homens e mulheres experimentam a vida familiar. Este movimento é importante em nossa análise, a qual inclui também o movimento inverso, de analisar as transformações nas relações de gênero a partir das famílias, ou seja, famílias também são lentes pelas quais se pode analisar as relações de gênero. Esta perspectiva não implica desconhecer que as dinâmicas de gênero ultrapassam as famílias, pois ocorrem em diversos espaços sociais: de trabalho, educação, Estado, movimentos sociais etc. Além de refletir sobre as implicações dos processos familiares em curso para a estratificação de gênero, pode-se analisar o quanto as experiências familiares são diferenciadas para pessoas de diferentes classes e quais as implicações das mudanças nas relações familiares para a

estratificação de classe, na medida em que se acrescenta um terceiro movimento, de comparação por classes. Este último movimento não apenas evidencia diversidades, mas também favorece o controle das subjetividades e crenças que permeiam a discussão sobre famílias. Como recomendam Coltrane e Adams, faz-se necessário olhar para situações familiares variadas em diferentes contextos para relativizar nossas concepções de família. Ou seja, as análises comparadas são um antídoto para evitar fazer generalizações com base nas experiências pessoais de classe (COLTRANE; ADAMS, 2008, p. 12).

Fonseca identifica a tendência de resgate da análise contextualizada das formas de família. A comparação com as formas de família de grupos minoritários, como os afro-americanos, chicanos e asiáticos nos Estados Unidos, tem contribuído no esforço de destronar a ideologia da família – inclusive de relativizar a centralidade atribuída à “família moderna” (FONSECA, 2007). Ademais, experiências várias – como a adoção internacional, casamentos e famílias multiculturais e novas tecnologias reprodutivas – fazem com que o formato do parentesco deixe de ser evidente e necessário, ajudando a desmistificar a ideia de família natural⁵², levando a noções mais fluidas, como de “conectividade” (FONSECA, 2007, p. 20). Fonseca (2007, p. 30) realça que o profundo deslocamento de categorias analíticas que se assiste hoje no campo de estudos sobre famílias permite também a emergência de outras “verdades” que demonstram que a vida familiar é um espaço poroso, perpassado por forças e relações que vão além da unidade domiciliar.

Famílias são realidades difíceis de serem enquadradas em qualquer definição unívoca. Como alerta Gittins (1993, p. 155, tradução nossa), “não existe uma definição clara, não ambígua do que é família [...] a família é pouco mais do que uma ideologia que influencia e informa as maneiras pelas quais as pessoas interagem e coesidem umas com as outras”. Em muito se confunde a ideologia da família (um modelo que cada época, sociedade ou segmento da mesma afirma como “dever ser”) com as famílias reais, as quais são sempre plurais, complexas e em constante fluxo.

⁵² Em um estudo sobre o impacto do teste de DNA no Brasil, Cláudia Fonseca (2002) mostra que os princípios estruturais do parentesco se transformaram em consonância com as mudanças recentes nas estruturas familiares. Se antes legitimidade *versus* ilegitimidade separavam esposas de concubinas e filhos legítimos de bastardos, com a garantia dos direitos dos primeiros e a estigmatização dos últimos, hoje, a polaridade se dá entre parentes eletivos *versus* consanguíneos. O paradoxo é que ambos são altamente valorizados. Segundo a autora, nas famílias pós-modernas, a noção de escolha faz da afeição o principal elemento constituinte da relação familiar, permitindo reconhecer como formas familiares legítimas antigos objetos de estigma, como o descasamento, os filhos adotivos e os parceiros do mesmo sexo. Todavia, as concepções biológicas de parentesco continuam importantes, manifestas na associações entre as noções de sangue e destino. Exemplos dessa vinculação estão em fatos como filhos adotados que desejam conhecer suas origens, parceiros do mesmo sexo que tentam gerar crianças biologicamente vinculadas a eles, e pessoas que se submetem a processo exaustivo de maternidade assistida.

Para tentar organizar a tensão entre fatos e crenças ou ideologias em torno da família, Rapp propõe distinguir entre família e domicílio, a primeira como ideologia e significados do parentesco, a segunda como unidades residenciais que partilham recursos, consumo e trabalho doméstico. Se o termo família, no senso comum, pode referir-se tanto à família nuclear quanto à rede de parentesco – ambos com uma alta carga de afeto – esta dimensão ideológica também encobre as variações na experiência familiar por classe.

As entidades nas quais as pessoas realmente vivem não são famílias, mas domicílios [...] Domicílios são a unidade empiricamente mensurável dentro da qual as pessoas partilham recursos e realizam certas tarefas. [...] eles variam sistematicamente na sua capacidade de reunir, acumular e transmitir riquezas, salários ou bem-estar. Esta parece ser uma unidade simples de se definir.

Famílias, por outro lado, são um pouco mais escorregadias. [...] Famílias organizam os domicílios, e é dentro de famílias que as pessoas experimentam a ausência ou a presença, o partilhamento ou retenção, de recursos. “Família” (como um conceito normativo em nossa cultura) reflete estas relações materiais; e também as distorce. Como tal, o conceito de família é uma ilusão socialmente necessária que simultaneamente expressa e mascara o recrutamento para relações de produção, reprodução e consumo – relações que condicionam diferentes tipos de recursos domiciliares baseados em diferentes setores de classes. [...] “Família”, como nós entendemos (e mal compreendemos) o termo, é condicionada pelas exigências da formação dos domicílios e serve como um absorvedor de choques para manter os domicílios funcionando. As pessoas são recrutadas e mantidas nos domicílios pelas famílias em todas as classes, ainda que as famílias que elas têm (ou não têm) não sejam todas as mesmas. (RAPP, 1992, p. 51-52, tradução nossa)

A distinção entre famílias e domicílios mostra-se especialmente importante num contexto de maior fluidez nas relações familiares, processos nem sempre perceptíveis do ponto de vista dos arranjos domiciliares⁵³. Uma grande variedade de arranjos familiares resulta hoje de variadas razões: com ou sem coabitação, seja devido a anseios de autonomia, seja pela própria mobilidade espacial da população; com ou sem filhos, diante da crescente legitimidade da opção pela não maternidade e da diversidade de formas de filiação; e com ou sem cônjuge, pois o trabalho feminino e o crescimento da proteção social fazem com que o casamento seja cada vez menos uma necessidade como era no passado para as mulheres. A despeito das diversas transformações no seu formato, as famílias continuam existindo como um lugar central de organização da vida social. Segundo Jelin, a família é uma instituição social que regula, canaliza e confere significado social e cultural a uma série de necessidades básicas de sexualidade, procriação, convivência cotidiana e economia doméstica compartilhada, com divisão de tarefas segundo hierarquias de gênero e geração. Essa

⁵³ Neste sentido, o que se analisa aqui são arranjos familiares delimitados por domicílios. Importa notar que os domicílios, como demonstrado na parte 2, são majoritariamente organizados em torno de laços familiares, os quais evidentemente não estão restritos aos domicílios.

definição clássica é afetada por uma série de transformações, que podem ser percebidas sob o signo de uma crise ou de um processo de democratização.

Vivemos num mundo em que as três dimensões que conformam a definição clássica de família (a sexualidade, a procriação, a convivência) sofreram enormes transformações e desenvolveram-se em direções divergentes, pelo que começamos a duvidar do que estamos falando quando dizemos família. Também há transformações paralelas na divisão do trabalho baseada em critérios de gênero. As divergências nestas trajetórias levam a uma crescente heterogeneidade social. Esta multiplicidade de formas de família e de convivência, que as vezes é interpretada como sintoma de uma crise da família, pode também ser vista como parte dos processos de democratização e de extensão do “direito a ter direitos” (inclusive ao prazer), com o que a ideia de crise se transforma. (JELÍN, 1997, p. 29-30, tradução nossa)

Os estudos feministas e de gênero contribuíram decisivamente para o reconhecimento da diversidade de formas que assume a vida familiar e as desigualdades nas relações familiares. Thorne (1992) elenca cinco temas centrais no processo do feminismo de repensar as famílias. Em primeiro lugar, o feminismo questiona a ideologia da família monolítica e a crença de que qualquer arranjo específico seja natural, biológico ou funcional. Ao invés de pensar a família como uma unidade de análise, chama atenção para as estruturas de classe, gênero, sexualidade, geração, raça e etnicidade que perpassam as famílias. Questiona ainda o não reconhecimento das famílias distintas do modelo nuclear centrado na maternidade e na ideia de refúgio amoroso, enfatizando que estruturas como as de gênero, geração e classe fazem com que as experiências de cada pessoa com a vida familiar variem grandemente. O feminismo levanta também questões sobre as fronteiras familiares, mostrando ser ilusória a visão de famílias isoladas, visto que estas se encontram, na verdade, em conexão com a organização do trabalho pago, do estado, do sistema legal, das estruturas de educação e de cuidado, e de outras instituições. Este movimento de crítica implica, por fim, o questionamento da dicotomia entre público e privado, que atravessa o próprio pensamento feminista, marcado pela ambivalência entre, de um lado, valores de individualismo e igualdade e, de outro, valores de cuidado e comunidade, os quais são associados às mulheres e as famílias⁵⁴.

Thorne realça que três temas mistificaram o fato de que as experiências das mulheres são diferenciadas. Em primeiro lugar, a ideologia da maternidade, cuja disjunção em

⁵⁴ “The public/private dichotomy is linked to an ambivalence embedded in feminism since the nineteenth century and strongly evident today. The ambivalence moves between values of individualism and equality – values that women have historically been denied and are now claiming – and values of nurturance and community, which are symbolically associated with women and the family. These latter values have been affirmed by some feminists as a basis for broader social change. The tension between individualism and community is basic to the politics of family change”(p. 5).

face da realidade fica patente no exemplo das mães negras que tinham altas taxas de participação no mercado de trabalho e redes de parentesco que as ajudavam a cuidar das crianças, o que coloca em cheque as teorias da “privatização da maternidade”, bem como no fato de que as “mulheres afluentes podem se comportar como pais tradicionais, se apropriando do trabalho de outras mulheres para realizar o trabalho diário de cuidar de crianças e mesmo para fisicamente nutrir crianças” (THORNE, 1992, p. 17, tradução nossa). Uma segunda questão é a visão da família como um refúgio doméstico, ao que ela indaga “refúgio para quem?”, visto que as mulheres desfrutam menos lazer e realizam a maior parte do trabalho doméstico. Por fim, a ênfase no amor e consenso como base das relações familiares obscurece o fato de que os membros mais fracos das famílias, como mulheres e crianças, estão mais sujeitos a sofrer violência.

Ao propor que as mudanças nas famílias sejam analisadas da perspectiva das desigualdades *entre* (classes) e *dentro* (gênero) das famílias, não se desconhece que classes e gêneros envolvem muitas outras dimensões além das relações familiares. As relações de gênero estão presentes em várias esferas da vida social, incluindo, além das famílias, também a socialização nas escolas, no mercado de trabalho e na cultura, não necessariamente mudando nas diferentes esferas no mesmo ritmo. Nas famílias, a estratificação de gênero está presente na divisão do trabalho doméstico e remunerado, no acesso a diferentes tipos de recursos, nas relações de autoridade, nas expectativas culturais sobre os papéis de esposa, mãe, esposo, pai, na socialização desigual de filhos e filhas. Logo, gênero e geração se conjugam na definição de status e lugares desiguais para homens e mulheres nas famílias.

As classes, por sua vez, definem-se prioritariamente no mercado por suas oportunidades típicas de trabalho, expressando-se também através do consumo e os correspondentes estilos de vida (alimentação, decoração etc.). As famílias são lugares centrais na construção das classes, as quais se diferenciam em suas escolhas familiares em aspectos chave, como os processos de formação de família, o comportamento reprodutivo e a socialização dos filhos. Decisões familiares são parte das estratégias das famílias para manter ou melhorar sua posição na estratificação de classes.

A estratificação social é um tema que possui uma longa tradição de pesquisas. Reconhece-se que a estratificação social é um fenômeno multidimensional, como propôs Weber, para quem as desigualdades sociais – que são manifestações empíricas da operação de

formas de estratificação social - resultam da distribuição desigual de poder⁵⁵ na sociedade. Weber distingue três fenômenos de estratificação - classes, grupos de status e partidos - que dizem respeito à distribuição do poder econômico, social e político, respectivamente (WEBER, 1982). Mostra, ainda, que classes são bases possíveis, mas não necessárias da ação social. Sua definição de classe parte do critério básico de Marx (1989), a presença ou não de propriedade (definidora das classes proprietárias), mas incorpora outros critérios, como as habilidades e credenciais, definidoras das classes aquisitivas, como oportunidades de valorização de bens ou serviços no mercado⁵⁶.

Alguns autores (BERTONCELO, 2009, PULICI, 2009) destacam a diferenciação entre duas perspectivas de análise de classes, uma que enfatiza as divisões produzidas pelo mercado ou pelo processo produtivo e seu impacto sobre diversos fenômenos sociais, em especial sobre as oportunidades de vida; outra que enfatiza o processo de formação de coletividades, em especial sua sociabilidade e as disputas e fronteiras simbólicas que as delimitam. A primeira postura em geral é associada seja a visão marxista seja a weberiana e seus representantes atuais, em especial John Golthorpe (1983) e Eric Olin Wrigth (1989). A segunda visão seria representada sobretudo por Bourdieu (2007), valorizado por explorar as dimensões culturais do conflito social (PULICI, 2009, p. 97).

Preferimos não endossar tal dicotomia e reconhecemos que nosso objeto envolve ambas as dimensões. Se as trajetórias familiares são causa e consequência de desigualdades nas oportunidades de vida, os comportamentos resultantes não são lidos de forma neutra, mas são também objeto de disputas simbólicas. O foco da análise de dados (até porque são as variáveis disponíveis) é a dimensão estrutural (eventos, trajetórias e resultados que estruturam as oportunidades de vida), mas esta é apenas analiticamente separável das disputas simbólicas que afetam o valor social das práticas familiares. Embora não analisadas sistematicamente, as disputas em torno dos significados dos comportamentos familiares são referidas e algumas intuições sobre seus sentidos (na dupla acepção de direção e significado) são apresentados ao longo da análise. Uma breve discussão teórica deste problema é também apresentada na seção 2.4.

⁵⁵ O poder é por ele definido como “a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participem da ação” (WEBER, 1982, p. 211).

⁵⁶ A definição que Weber dá aos conceitos de classe e de situação de classe encontra-se essencialmente ligada ao mercado, às oportunidades de vida alcançadas, ou às chances de consumo que cada grupo alcança. O conceito de classe social, por sua vez, refere-se a “a totalidade daquelas situações de classe entre as quais uma mudança a. pessoal, b. na sucessão das gerações é facilmente possível e costuma ocorrer tipicamente” (WEBER, 1991, p. 199), ou seja, a posições semelhantes no mercado.

Este capítulo trata das famílias e sua relação com as estratificações de classe e gênero, considerando as imbricações entre estas três dimensões e sua articulação na compreensão da mudança social. Parte-se da visão de Bourdieu sobre o lugar das estratégias familiares nas relações de classe e a dominação masculina para, dando um passo para além de Bourdieu, incorporar a contribuição dos estudos feministas e de gênero na compreensão da estratificação de gênero e sua expressão nas famílias. A visão de Bourdieu é também contrabalançada pela perspectiva de Elias sobre a mudança social, que abordou as mudanças na relação entre os sexos e entre pais e filhos. As disputas simbólicas em torno do comportamento familiar são também remetidas, recuperando aspectos da crítica da cultura da pobreza e da discussão das dinâmicas culturais entre as classes.

Esta revisão não pretende evidentemente exaurir o debate, mas indicar algumas de suas dimensões mais relevantes. Argumenta-se aqui pela importância de considerar simultaneamente as dinâmicas familiares, de classe e de gênero, questionando os limites dos estudos que contemplaram apenas duas destas dimensões: seja considerando gênero e família, sem tratar da dimensão das desigualdades de classe, como no exemplo de Friedan (1971); seja considerando a dimensão de classe e família, sem problematizar as relações de gênero, como boa parte da teoria sociológica dominante, como Goldthorpe (1983) e a “visão convencional” dos estudos de classe, seja ainda porque abordaram as relações de gênero e classe, sem problematizar as relações familiares, como o feminismo radical que, tematizando as “classes sexuais” (FIRESTONE, 1994) e propondo a supressão das famílias, abstiveram-se de analisar o lugar das dinâmicas familiares nas variadas formas de opressão feminina por classe.

1.2.1 (Re)produção das classes e lógica da (e mudanças na) dominação masculina: famílias e estratificação social na (e para além da) visão de Bourdieu

Bourdieu considerou em diferentes trabalhos as três dimensões das relações familiares, de classe e de gênero, focando mais as duas primeiras e dedicando um trabalho separado à dominação masculina. Se sua visão é falha na compreensão da mudança social, mostra-se um ponto de vista útil para alertar para a força da (re)produção das classes e as tensões e ambivalências presentes em processos de transformação em que convivem tendências de autonomização feminina ao lado de dimensões persistentes das desigualdades de gênero. Uma vez que a crítica ao reprodutivismo da visão de Bourdieu é mais conhecida (ALMEIDA, 1997), esta seção explorará aspectos do pensamento de Bourdieu que, se

aprofundados numa perspectiva mais dinâmica, favorecem a compreensão das tendências em curso, bem como dos limites das transformações.

Bourdieu está entre os autores que realizam uma notável contribuição para mostrar a vitalidade do conceito de classe para entender as diferenciações nos comportamentos sociais. As diferenciações nos comportamentos familiares por classe resultam, a seu ver, de variações nas condições de existência e do habitus⁵⁷, que se expressam em diferentes estilos de vida. Uma expressão bastante evidente das diferenças de classe nas relações familiares é o casamento entre semelhantes: “A aversão pelos estilos de vida diferentes é, sem dúvida, uma das mais fortes barreiras entre as classes: como bom testemunho, temos a homogamia” (2007, p. 57). A importância da família nas estratégias de classe produz a imagem de um grupo de “aliados” com os quais se realizam projetos, como o de ascensão em várias gerações dos pequeno-burgueses. Da família herda-se a base do capital cultural, com as vantagens da naturalidade de quem dispõe de acesso à cultura legítima no berço, sempre superior ao acesso escolar, sendo que para quem já tem capital cultural, a escola só vem o confirmar⁵⁸. Ao analisar os mecanismos que favorecem a manutenção de diferentes capitais nas mãos de seus detentores e de seu grupo familiar, através dos investimentos nos filhos e de estratégias de conversão e reconversão de diferentes tipos de capitais, Bourdieu realçou o papel da família na reprodução das classes sociais, através de suas diferentes estratégias familiares de investimento (econômico, biológico, simbólico, estratégias educativas e de sucessão).

No texto “Stratégies de reproduction et modes de domination”, Bourdieu distingue quatro tipos de estratégias de reprodução: As *estratégias de investimento biológico* incluem estratégias de fecundidade (aumentar ou reduzir o número de crianças pela limitação de nascimentos ou indiretamente pelo celibato ou casamento tardio); estratégias profiláticas

⁵⁷ Segundo Bourdieu, a lógica subjacente à diferenciação por classe do espaço social é que as condições de existência condicionam o habitus que, por sua vez, condiciona o estilo de vida (2007, p. 171).

⁵⁸ Bourdieu ao mesmo tempo que afirma alguma possibilidade democratizante na escola fez grandes críticas ao papel reprodutivista do sistema escolar que legitima as classificações sociais. O sistema escolar, sempre referido na obra de Bourdieu, é traço distintivo da sociedade moderna (por oposição a sociedade tradicional), mas de impactos restritos na democratização social se temos em vista os efeitos acumulados da transmissão cultural na família e na escola. De fato, Bourdieu compara os títulos escolares aos antigos títulos nobiliárquicos, semelhantes em sua imposição simbólica e também no processo de difusão-perda de valor. A imposição de títulos pela instituição escolar – com sua atribuição estatutária positiva (enobrecimento) ou negativa (estigmatização), unida a manipulação das aspirações e exigências – pela qual o sistema escolar orienta os alunos para posições prestigiosas ou desvalorizadas que implicam ou excluem a prática legítima, faz das classificações escolares uma simples mediação entre as diferenças reais e as diferenças oficiais. “As diferenças oficiais produzidas pelas classificações escolares tendem a produzir (ou fortalecer) diferenças reais ao produzirem, nos indivíduos classificados, a crença, reconhecida e defendida coletivamente, nas diferenças e ao produzirem, assim, as condutas destinadas a aproximar o ser real do ser oficial” (2007, p. 29).

(manter a saúde, gestão do capital corporal); estratégias sucessórias (transmissão de patrimônio material entre as gerações); e estratégias educativas (investimentos escolares e estratégias éticas para inculcar a submissão do indivíduo aos interesses do grupo). Já as *estratégias de investimento econômico* são aquelas orientadas para a perpetuação ou aumento do capital sob suas diferentes espécies; enquanto as *estratégias de investimento social* são orientadas para a instauração ou estreitamento de relações sociais diretamente utilizáveis ou mobilizáveis, que podem ser transformadas em obrigações duráveis (subjetivamente percebidas, como sentimentos de reconhecimento e respeito) ou garantias institucionalizadas (direitos), representando capital social e simbólico. As estratégias matrimoniais são um caso particular de estratégias de investimento social, buscando-se a aliança com um grupo pelo menos equivalente. Por fim, as *estratégias de investimento simbólico* visam conservar ou aumentar o capital de reconhecimento, favorecendo a reprodução dos esquemas de percepção e apreciação os mais favoráveis a suas propriedades.

Bourdieu nota que as estratégias de reprodução formam um sistema com efeitos compensatórios, unidade de função e interdependência. Ele enfatiza a importância de se fazer uma história comparada dos sistemas de estratégias de reprodução, inclusive porque mudanças na estratificação social alteram as estratégias das famílias, como no caso em que novas credenciais se tornam necessárias, o que pode ser exemplificado pelo declínio do dote compensado pela escolarização e profissionalização das filhas; ou ainda com a mudança da transmissão direta do capital econômico aos filhos para sua conversão em capital escolar.

Segundo Bourdieu, a família é um princípio de construção da realidade social que, como tal, é socialmente construído e comum aos agentes nele/para/por ele socializados. Como princípio comum de visão e de divisão, um *nomos*, é um princípio constitutivo de nosso *habitus*, fundamentando o senso comum, o qual exerce pressão para que as pessoas se ajustem a determinado comportamento. Todo um trabalho simbólico é efetuado de forma a “transformar a obrigação de amar em disposição amorosa e a dotar cada um dos membros da família de um ‘espírito de família’ gerador de devotamentos, de generosidade, de solidariedades” (BOURDIEU, 1996, p. 129), manifesto através das inúmeras trocas de dádivas (serviços, visitas, gentilezas, etc.), que historicamente vêm sendo exercidas nas famílias sobretudo pelas mulheres⁵⁹. Ao buscar entender mundos que criam condições para o

⁵⁹ Segalen nota variações por classe na experiência familiar, destacando, no que tange a trocas (de dádivas), que “[...] quanto mais forte for a posição social dos atores e maior a importância dada a autonomia mais limitada é a extensão da troca. Por outras palavras, é nas famílias de estatuto social mais baixo que se observará uma maior fusão conjugal, na medida em que a possibilidade de adquirir poder e prestígio noutros terrenos é fraca” (SEGALEN, 1996, p. 264).

agente ter interesse no desinteresse, Bourdieu considera que a economia doméstica frequentemente contradiz a experiência do cálculo⁶⁰.

A visão da família como economia de bens simbólicos não implica desconhecer que o dom é parte da configuração de relações de dominação e poder simbólicos, gerando obrigações e reconhecimento de dívidas que se inscrevem no corpo sob a forma de paixão, amor, respeito e submissão, dimensões aplicáveis às relações entre homens e mulheres e adultos e crianças, dentre outros. Bourdieu realça que tais trocas assimétricas restringem a autonomia dos sujeitos.

[...] as relações de troca na aparência mais gratuitas e menos onerosas – como a retribuição de solicitude, de gentilezas, de atenções ou de conselhos, sem mencionar os atos de generosidade irretribuíveis com a esmola -, quando se estabelecem em condições de assimetria durável (sobretudo porque aqueles que elas reúnem estão separados por defasagens econômicas ou sociais intransponíveis) que excluem a possibilidade de contrapartida, a própria esperança de uma reciprocidade ativa, condição de possibilidade de uma verdadeira autonomia, são de natureza a criar relações de dependência duráveis, variantes eufemizadas, pela subjetivação, da escravidão por dívida das sociedades arcaicas. (1996, p. 15)

As dádivas, portanto, não são apenas fontes de solidariedade, mas também sustentam relações de dependência⁶¹. Bourdieu salienta que a troca de dádivas permite a transfiguração das relações de dominação e de exploração, na medida em que as encanta, o que também ocorre com a dominação masculina⁶². Evidentemente, a dominação masculina vai muito além das relações familiares, pois, como mostra Bourdieu, está inscrita nos esquemas de pensamento e ação, dificultando assim a resistência dos dominados, atingindo seu ápice na autopercepção dos dominados através das categorias dos dominantes, o que é

⁶⁰ As trocas entre membros da unidade doméstica e entre gerações podem ser compreendidas a partir da análise de Bourdieu sobre a economia dos bens simbólicos que, assim como a economia da oferenda no campo religioso e a economia dos bens culturais, se funda sobre a recusa do econômico. Afirmar que existem universos sociais nos quais o desinteresse é a norma oficial, não significa dizer que estes sejam inteiramente regidos pelo desinteresse, existindo sim interesses sutis e camuflados (BOURDIEU, 1997, p. 152). Todavia, são evidentes as sanções sociais que lembram continuamente a obrigação do desinteresse. Um exemplo brasileiro no domínio da família é o cunho pejorativo da expressão “casamento por interesse”.

⁶¹ Godelier também destaca a ambiguidade do dom, que vincula tanto pela solidariedade quanto pela subordinação, instituindo uma relação dupla de solidariedade e de superioridade. “Dar parece instituir simultaneamente uma relação dupla entre aquele que dá e aquele que recebe. Uma relação de solidariedade, pois quem dá partilha o que tem, quiçá o que é, com aquele a quem dá, e uma relação de superioridade, pois aquele que recebe o dom e o aceita fica em dívida para com aquele que deu. [...] O dom é, em sua própria essência, uma prática ambivalente que une ou pode unir paixões e forças contrárias. Ele pode ser, ao mesmo tempo ou sucessivamente, ato de generosidade ou ato de violência, mas nesse caso de uma violência disfarçada de gesto desinteressado, pois se exerce por meio e sob a forma de uma partilha” (2001, p. 23).

⁶² O sentimento familiar construído através da economia da dádiva está relacionado não apenas à classe, na medida em que há um capital partilhado (não só econômico e social, mas também disposições culturais), mas também diferenciações entre os capitais dos membros decorrentes das diferentes estratégias familiares de reprodução. Variam, por exemplo, as características masculinas e femininas valorizadas no mercado matrimonial, o que leva a investimentos educacionais diferenciados nos filhos e filhas.

visível na manifestação de valores e critérios de julgamento machistas não apenas pelos homens, mas também pelas mulheres.

Bourdieu afirma que a dominação masculina não se inscreve apenas na ordem das representações, incluindo um trabalho prático que a inscreve nos corpos, definindo os usos legítimos destes “para produzir este artefato social que é um homem viril ou uma mulher feminina” (1999, p. 33), e na divisão social do trabalho entre os sexos, naturalizando-a.

Longe de as necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão social do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos. (1999, p. 33)

A centralidade da família para a dominação masculina é realçada por Bourdieu, pois é “na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem” (1999, p. 103). A seu ver, até recentemente, a reprodução da dominação masculina esteve a cargo de instituições como a família, a escola e a igreja. Todavia, em diferentes textos, Bourdieu sinaliza para as mudanças em curso que começam a subverter a dominação masculina. Analisando a crise do camponês sob a influência da cidade, analisados em Béarn, Bourdieu realça que as mulheres se adaptam melhor aos padrões culturais urbanos que os homens, sendo o desconforto, sentido no corpo do camponês no baile, e o celibato a que restam condenados expressões da reestruturação do sistema de trocas matrimoniais em face do declínio social do campesinato francês. Interpretando Bourdieu, Wacquant realça que as causas da mudança seriam: “a generalização da escolarização, o êxodo desproporcional das mulheres e a abertura do campo à influência da cidade (impulsionada pelo centro econômico-cultural, e mediada pelo mercado local) que subverteu os padrões de honra nas relações entre sexos tornando assim a ‘reprodução impossível’” (WACQUANT, 2006, p. 18).

Um conjunto de indicadores tornam visíveis as transformações na condição feminina, dentre os quais Bourdieu destaca a importância dos ganhos educacionais das mulheres, acompanhados de mudanças nas relações pessoais e no trabalho feminino que ajudaram a alterar sua posição na divisão do trabalho.

De todos os fatores de mudança, os mais importantes são os que estão relacionados com a transformação decisiva da função da instituição escolar na reprodução da diferença entre os gêneros, tais como o aumento do acesso das mulheres à instrução e, correlativamente, à independência econômica e à transformação das estruturas familiares (em consequência, sobretudo, da elevação dos índices de divórcios): assim, embora a inércia do *habitus*, e do *direito*, ultrapassando as transformações da

família real, tenda a perpetuar o modelo dominante da estrutura familiar e, no mesmo ato, o da sexualidade legítima, heterossexual e orientada para a reprodução; embora se organize tacitamente em relação a ela a socialização e, simultaneamente, a transmissão dos princípios de divisão tradicionais, o surgimento de novos tipos de família, como as famílias compostas e o acesso à visibilidade pública de novos modelos de sexualidade (sobretudo os homossexuais), contribuem para quebrar a *doxa* e ampliar os espaços das possibilidades em matéria de sexualidade. Do mesmo modo, e mais banalmente, o aumento do número de mulheres que trabalham não pode deixar de afetar a divisão das tarefas domésticas e, ao mesmo tempo, os modelos tradicionais masculinos e femininos, acarretando, sem dúvida, consequências na aquisição de posições sexualmente diferenciadas no seio da família: pode-se, assim, observar que as filhas de mães que trabalham têm aspirações de carreiras mais elevadas e são menos apegadas ao modelo tradicional da condição feminina. (BOURDIEU, 1999, p. 107-8)

Embora reconheça as mudanças, Bourdieu enfatiza a inércia do habitus que previne transformações mais substantivas. Bourdieu também realça que as diferenças de classe implicam que “as mulheres continuam separadas umas das outras por diferenças econômicas e culturais, que afetam, entre outras coisas, sua maneira objetiva e subjetiva de sentir e vivenciar a dominação masculina” (BOURDIEU, 1999, p. 112), ainda que o processo de emancipação das mulheres seja favorecido pelas transformações estruturais, na escolaridade e trabalho femininos e também na estrutura das famílias, com a contracepção e a possibilidade de separação. A releitura de Lagrave da *Dominação masculina* de Bourdieu é ilustrativa a respeito desta dimensão estrutural da emancipação feminina: “Bourdieu realmente insiste no fato de que a emancipação não é um simples ato que depende da vontade ou de uma conscientização, mas sim o resultado de uma luta contra as coerções estruturais, mantidas pela Escola, pelo Estado, pela Igreja e pela família” (2005, p. 317).

Hoje muitos autores discutem o legado de Bourdieu, gerando desdobramentos a partir e para além de sua teoria. Tais revisões possibilitam articulações entre classe, gênero e família que Bourdieu não havia analisado. Se Bourdieu assume que a dominação masculina é universal, pode-se buscar em sua teoria subsídios para pensar as variações por classe em sua forma, além de levantar questões sobre a construção familiar dos capitais e como tais capitais podem ser pensados em si mesmos como generificados⁶³. Tem merecido destaque a relação das mulheres com o capital cultural, sendo considerado que cabe primordialmente a elas converter, através dos gostos, capital econômico em capital simbólico (COLLINS, 1992). As mulheres também são consideradas repositórios de capital simbólico, ainda que cada vez mais as mulheres tornem-se elas mesmas sujeitos de estratégias de acumulação de capital econômico (SKEGGS, 2004, p. 29). Skeggs (2004) considera que o gênero é uma forma de

⁶³ Isto é particularmente visível na constituição da honra familiar, assentada no comportamento feminino, como capital simbólico; como nas distintas formações educacionais de filhos e filhas para distintas finalidades, para o mercado de trabalho no caso deles, para a construção das relações sociais e cuidado das crianças no caso delas.

capital simbolicamente legitimado via classe. A seu ver, a visão de feminilidade associada à docilidade e fragilidade corresponde aos estratos superiores e foi desenvolvida historicamente em oposição às mulheres negras e da classe trabalhadora. Estas últimas foram “julgadas como sexualmente excessivas, patologizadas como fecundas e lidas como mães más” (p. 25, tradução nossa)⁶⁴.

Bennett et al. (2009) fogem da oposição entre capital cultural como um recurso individual ou familiar, propondo, ao contrário, que o capital cultural é “um recurso relacional operando no nível do domicílio em relações dinâmicas entre pessoas que vivem juntas” (p. 232). Observa que gênero é uma das forças estruturantes dos gostos e práticas culturais, que é irreduzível a classe ou faixa etária, e sugere que o repertório cultural feminino seja mais diversificado e que os estereótipos tradicionais de gênero são mais contestados entre pessoas com mais alto capital cultural. “Possivelmente, com uma gama mais rígida e menos variada de capital cultural disponível, ser uma mulher feminina ou um homem masculino, opera como um capital cultural em si mesmo entre a classe trabalhadora. Um estilo de gênero mais fluido tem maior aceitação entre mulheres e homens das classes profissionais-executivas” (BENNETT et al., 2009, p. 233, tradução nossa).

Bourdieu é um autor importante na análise de como as estratificações de classe se produzem nas famílias. Ele mostra como as redes sociais das quais derivam o “capital social” são em grande medida tecidas pelas relações familiares, enquanto o “capital cultural” possui maior prestígio quando adquirido no berço do que quando alcançado através da escola. O capital econômico é em boa medida transmitido de forma intergeracional e o nome de família é fonte de prestígio, logo, capital simbólico. Evidentemente, cada um destes tipos de capital se produz e transforma em diferentes espaços sociais, mas a centralidade dos processos de classe que se passam nas famílias tem muito destaque nas análises de Bourdieu (REAY, 2004)⁶⁵.

Talvez nenhum outro autor confira tanta centralidade à família em sua análise de classes, mas Bourdieu não articulou sua discussão da dominação masculina à estas análises, além de ter sido criticado por não incorporar a produção existente dos estudos feministas e de gênero (BENNETT et al., 2009, p. 214 e seg.). Lovell (2004) realça que as teorias da

⁶⁴ Skeggs alerta que esta foi uma experiência reconhecida em sua dimensão de classe e gênero e não pré-reflexiva ou inconsciente. Igualmente, as mulheres mostram-se capazes de produzir críticas à masculinidade e suas disposições, sendo sua ambiguidade – ou “aceitação” – diante de situações como as de violência doméstica, muito mais uma adaptação.

⁶⁵ Uma crítica comum à abordagem de Bourdieu é o fato de que este superenfatiza a socialização na infância na família e subanalisa a socialização que continua a ocorrer ao longo da vida, postura teórica que implica minimizar a importância inclusive da socialização intencional (intenção e intensidade) presente no esforço de mobilidade social.

individuação exerceram especial atração sobre o feminismo e que Bourdieu chegou até o feminismo pela influência dos estudos culturais, já que a concepção de classe de Bourdieu permitiu eventualmente leituras que separavam o cultural do econômico, embora não seja esta a intenção do autor. Ao tratar gênero como uma entre diferentes formas de opressão, Young destaca o potencial da análise de Bourdieu para superar a dicotomização, comum no pensamento feminista, entre distribuição e reconhecimento.

A obra de Pierre Bourdieu exemplifica bem esse efeito mútuo de cultura e economia política. Em vários de seus trabalhos, Bourdieu demonstra que adquirir e manter posições em estratos econômicos privilegiados depende em parte de fatores culturais como educação, gosto e conexões sociais. Contudo, o acesso a tais processos de aculturação depende, crucialmente, da posse de recursos econômicos e do relativo ócio que acompanha o conforto econômico. (YOUNG, 2009, p. 203)

Apontados os limites das contribuições de Bourdieu para pensar as famílias como palco das estratificações de classe e gênero, mostra-se, a seguir, os esforços da crítica feminista e dos estudos de gênero para uma revisão tanto da teoria de classes quanto dos estudos de família.

1.2.2 Estratificação de gênero nas famílias

Se Bourdieu oferece uma das mais prestigiadas leituras recentes da dominação masculina, ele retoma uma tradição de estudos que se desenvolve pelo menos desde a metade do século XX. Burawoy (2010, p. 134) chega a considerar que Bourdieu repete ideias melhor desenvolvidas por Beauvoir: “A *dominação masculina* constitui uma pálida reprise das ideias já contidas em *O segundo sexo*”.

Ao analisar as semelhanças das análises de Bourdieu e Beauvoir, considerando que ambos foram inimigos implacáveis da dominação e reconheceram a profundidade de sua inculcação, Burawoy (2010, p. 137) destaca que os dois autores diferem quanto à relação que estabelecem entre dominação de classe e de gênero: “Beauvoir via a dominação masculina como uma modalidade específica de dominação, diferente da dominação fundada na classe social, ao passo que Bourdieu a via como o protótipo que guardava o segredo escondido da dominação fundada na classe social, como sendo dominação simbólica”.

Beauvoir reconhecia a diversidade da situação das mulheres – ela própria, uma intelectual que vivia relacionamentos anticonvencionais, analisava o fardo da domesticidade da maioria de suas contemporâneas – e considerava aspectos das diferenças de classe. Beauvoir reconhece diferenças fundamentais entre a categoria mulheres e outras categorias

como as de classe e etnia porque as mulheres vivem entre os homens e não formam uma comunidade⁶⁶.

As mulheres – salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas – não dizem “nós”. [...] Vivem dispersas entre os homens, ligadas pelo *habitat*, pelo trabalho, pelos interesses econômicos, pela condição social a certos homens – pai ou marido – mais estreitamente do que às outras mulheres. Burguesas, são solidárias dos burgueses e não das mulheres proletárias; brancas dos homens brancos e não das mulheres pretas. (1980, p. 13)

Esta intuição básica de Beauvoir ainda está presente em análises recentes, tal como o estudo de Goldin (2002) sobre segregação ocupacional. No entanto, as análises das relações entre classe e gênero mostraram-se cada vez mais complexas e variadas. Por um lado, uma etapa importante do desenvolvimento do feminismo decorreu da ênfase nas desigualdades entre as mulheres (de etnia, classe, orientação sexual etc.). Por outro lado, a crítica feminista aos estudos de classe e a ênfase no gênero como uma dimensão da estratificação trouxeram novos desafios às pesquisas de classe e aos debates em torno da tensão ou complementariedade entre reconhecimento e distribuição.

O esforço da crítica feminista em revisar a teoria social a partir de um enfoque de gênero atinge a teoria de classes em fins dos anos 70. Considerando as mudanças sociais em curso – que dizem respeito desde a alterações nos padrões reprodutivos até a aquisição de direitos políticos, civis e sociais pelas mulheres e a crescente entrada destas no mercado de trabalho – tal crítica volta-se para questões como: pressupostos sexistas presentes na teoria de classes; desconhecimento de dimensões consideradas como privadas, mas que têm impacto na estrutura ocupacional, como a divisão desigual do trabalho doméstico; e o surgimento de novos tipos de arranjos familiares, em que ambos os cônjuges estão engajados no mercado de trabalho, o que torna possível a existência de forma mais significativa de unidades familiares cujos membros se insiram em diferentes posições de classe (as chamadas famílias *cross-class*).

⁶⁶ Analisando porque os homens resistem diante das mudanças na condição feminina, Goode (1999) também destaca que as relações de classe (além de outras formas de estratificação como castas e grupos étnicos) se sobrepõem a de gênero. “[...] os homens partilham com certas mulheres quaisquer ganhos e perdas que eles experimentam como membros de alta ou baixa castas, grupos étnicos ou classes. Por exemplo, as mulheres nos estratos dominantes partilham com seus maridos uma alta posição social, deferência das ordens mais baixas, e tudo mais; homens das mais baixas castas indianas partilham essa posição com suas mulheres, também. Nas modernas sociedades, homens e mulheres na mesma família estão numa base mais ou menos semelhante com respeito a ‘herança, oportunidades educacionais (pelo menos antes de graduar), consumo pessoal de bens, a maioria dos direitos diante da lei, e o amor e responsabilidade sobre suas crianças’. Eles não são plenamente iguais, isto é certo, mas muito mais iguais que os membros das muito diferentes castas e classes sociais”. (p. 295). Neste trecho, Goode articula parcialmente as questões de classe e família, secundarizando mais uma vez a questão de gênero, como tratado na Introdução.

Os primeiros textos que discutiram a relação entre classe e gênero enfatizavam a importância de se aliar as desigualdades de gênero à teoria de classes, o que implicaria a necessidade de esta teoria aumentar sua abrangência e incorporar as desigualdades de gênero em seu poder explicativo (GARNSEY, 1978; ACKER, 1980). Como consequência dessas críticas houve uma problematização dos resultados até então obtidos nas pesquisas de classe, bem como das metodologias ordinariamente empregadas. A partir daquele momento começou-se a demandar informações sobre a situação de classe das mulheres e a questionar a utilização da família com chefia masculina como unidade de análise⁶⁷. Variadas soluções foram propostas com medidas de classe individuais, familiares e que consideravam ambas as dimensões (ITABORAÍ, 1998), sem que se atingisse qualquer consenso.

Skeggs (2004) realça que as inúmeras dificuldades de definir a posição de classe das mulheres acabou por favorecer que o feminismo negligenciasse o debate de classes para focar em outros aspectos com fronteiras mais claras, como etnia, cor e nação (SKEGGS, 2004, p. 20). Skeggs lembra, no entanto, que abandonar a pesquisa de classes pela dificuldade de mensuração não tornou tais desigualdades menos prementes.

Have feminists avoided class because it is impossible to measure accurately? [...] To abandon class as a theoretical tool does not mean that it does not exist any more; only that some theorists do not value it. It does not mean the women would experience inequality any differently; rather, it would make it more difficult for them to identify and challenge beyond its theoretical representation. (SKEGGS, 2011, p. 6)

Por outro lado, a compreensão de gênero como uma dimensão da estratificação social teve muitos desdobramentos. Classe e gênero foram pensados inicialmente de forma sobreposta, em parte pelo fato da teoria de gênero ser um campo em construção, apoiando-se sobre a longa tradição de estudos de classe, como na tradição do feminismo marxista, quando se pensou a ação revolucionária das mulheres de forma similar a do proletariado (EINSEINSTEIN, 1980) e no feminismo radical, no qual a reivindicação de que as desigualdades entre os sexos eram tão importantes quanto as desigualdades de classe levou a criação do termo “classes sexuais”(FIRESTONE, 1994). Parte da explicação para a prática comum de se sobrepor classe e gênero é a preocupação comum destes dois campos com o tema das desigualdades sociais. Neste sentido há uma aproximação inegável entre estes dois

⁶⁷ Este problema refere-se às famílias em que as mulheres e os homens trabalham. Quanto à definição da classe das donas de casa que não se encontram engajadas no mercado de trabalho, como realça Hill, há certa concordância de que “é virtualmente impossível descrever a posição da dona de casa porque o trabalho, prestígio e estilo de vida da dona de casa varia grandemente dependendo do salário do provedor” (2012, p. 42).

conceitos, se estes forem entendidos como medidas de “desigualdades estruturadas” (CROMPTOM, 1993).

Segundo Crompton, o grande problema que faz confundir-se a dinâmica de classe com a de gênero é o fato do conceito de classe vir se baseando na estrutura ocupacional, sobre a qual incidem outros fatores que não os estritamente econômicos (relacionados mais diretamente à classe), visto que também a dinâmica das relações de gênero está presente na estruturação das ocupações. Propõe, no entanto, ser possível manter a independência analítica e o poder explanatório de cada um dos conceitos, evitando cair na noção fundida dos dois conceitos que Wright (1989) apelidou “clender”, e, ao mesmo tempo, ter-se em mente que há uma relação indireta entre estes dois termos, mediada pela estrutura ocupacional, a qual é um ponto importante de ambas teorias, de classe e de gênero.

Considerando as implicações da “virada cultural”⁶⁸ para as análises de classe e gênero, Crompton (2003) insiste na importância da distinção analítica entre economia e cultura e afirma que tanto redistribuição econômica quanto reconhecimento cultural são essenciais para as políticas de desigualdade. Esta posição é compartilhada por Fraser, que afirma que o gênero é um modo ambivalente de coletividade, pois contém uma face político-econômica de redistribuição e uma face cultural-valorativa relativa ao reconhecimento, estas duas faces “se entrelaçam para se reforçarem mutuamente de forma dialética, já que normas androcêntricas e sexistas são institucionalizadas no Estado e na economia, e a desvantagem econômica das mulheres restringe sua voz, impedindo participação igual na fabricação da cultura, em esferas públicas e na vida quotidiana” (2001, p. 261). Fraser destaca a necessidade de enxergar gênero de uma dupla perspectiva que o aproxima ora de classe, ora de status. “Pela perspectiva distributiva, gênero aparece como uma diferenciação semelhante a classe, enraizada na própria estrutura econômica da sociedade. [...] Pela perspectiva do reconhecimento, por outro lado, gênero aparece como uma diferenciação de *status*, enraizada na ordem de *status* da sociedade” (FRASER, 2002, p. 64-65). Raça, classe e sexualidade também são apontados por Fraser como contendo essa mesma dupla face, exigindo reparações para injustiças distributivas e de reconhecimento.

⁶⁸ Associada ao Pós-Modernismo, nos anos 1980-90, que afirma que o consumo teria se tornado mais importante que a produção e que classe teria se tornado um conceito irrelevante. Fraser (2001) considera que a “virada cultural”, no caso do gênero, representou o abandono de questões distributivas em favor de questões de representação, identidade e diferença, que, ao invés de possibilitar uma compreensão mais ampla da justiça de gênero, que englobasse tanto a redistribuição quanto o reconhecimento, gerou impasses, ao simplesmente substituir o viés economicista pelo viés culturalista.

Para fazer a crítica da tendência atual de polarizar e separar a política cultural de reconhecimento da política social de redistribuição⁶⁹, Fraser (2005) investiga as raízes de tais polarizações no debate norte-americano, mostrando três fases no feminismo americano, uma primeira que se concentra na diferença de gênero, uma segunda que trata das diferenças entre as mulheres e uma terceira que trata da intersecção entre diferenças múltiplas. Na primeira fase, a oposição entre igualitaristas e diferencialistas obscureceu o fato de que é preciso combater simultaneamente a repartição desigual de recursos entre os sexos e o androcentrismo das normas culturais. Na segunda fase, questionou-se que o feminismo majoritário não se endereçava a todas as mulheres mas privilegiava o ponto de vista das mulheres brancas, heterossexuais de classe média, reproduzindo, portanto, em seu seio mesmo o racismo, o heterossexismo e as hierarquias de classe. Na terceira fase enfatiza-se a intersecção destas diferenças múltiplas, mas não sem impasses pois, segundo Fraser, glorifica-se toda diferença, sem espírito crítico, ao mesmo tempo que não se reconhece injustiças estruturalmente profundas como as de classe.

Scott (2005) também questiona a polarização do debate como se o que estivesse em questão fosse escolher igualdade ou diferença, defendendo que estas são interdependentes ainda que de forma paradoxal. Young, por sua vez, realça não apenas que reconhecimento e distribuição são duas faces de uma mesma luta, mas que gênero é uma das muitas faces da opressão social⁷⁰. Em sua defesa de pluralizar as categorias sociais, realça a necessidade de considerar distintas formas de opressão, o que fica evidente nos esforços de questionamento do modelo heteronormativo de família.

Não obstante, a alegação de que a opressão através da sexualidade é puramente cultural, mesmo que como um tipo ideal, trivializa a política dos oprimidos em função da sexualidade. Quaisquer que sejam as “raízes” do heterossexualismo – e eu as teorizaria como múltiplas –, esse dano é importante porque os que se encontram do lado errado da matriz heterossexual sofrem limitação sistemática de sua liberdade, constante risco de abuso, de violência e de morte, e acesso injustamente limitado a recursos e oportunidades. Entre os objetivos primordiais dos ativistas gays, lésbicas, bissexuais ou transexuais está a igualdade material, econômica e política: o fim da discriminação no emprego, na habitação, na atenção à saúde; proteção igualitária pela polícia e pelo judiciário; igual liberdade de escolha do parceiro e de criar filhos. Precisamente porque a fonte da desigualdade, nesse caso, é a imagem cultural que demoniza os que transgridem as normas heterossexuais, uma

⁶⁹ Ao defender uma democracia radical, Fraser (2005) considera que esta suporia eliminar dois tipos de obstáculos à participação democrática, que são a desigualdade social e o não reconhecimento da diferença.

⁷⁰ Em seu debate teórico com Fraser, Young realça que esta dicotomia deveria ser apenas analítica, mas que Fraser exagera esta dicotomia. Ainda que concorde com a crítica de que parte dos estudiosos de questões de diferença e identidade abstraíram estas questões das relações sociais, e que parte da produção sobre políticas de identidade e multiculturalismo ignorem questões de economia política, Young argumenta que Fraser cai ela mesma na armadilha da dicotomização: “para a maioria dos movimentos sociais, aquilo que Fraser denomina ‘reconhecimento’ constitui um meio para a igualdade e liberdade econômica e social que ela evoca com a categoria de redistribuição” (YOUNG, 2009, p. 200).

política de diferença é um meio crucial para conquistar os objetivos materiais de proteção igualitária e igualdade de oportunidades. Por exemplo, imagens positivas e divertidas das possibilidades da sexualidade visam a solapar a construção monolítica da norma e do comportamento desviante, solapamento esse que constitui uma condição necessária para o respeito e a liberdade. (YOUNG, 2009, p. 206-207)

Se os desafios da articulação entre reconhecimento e distribuição mantêm-se vivos no pensamento feminista, há mais consenso hoje em dia em torno da necessidade de articulação de diferentes clivagens – de classe, gênero, etnia, sexualidade etc. – para analisar o comportamento social. É hoje usual a defesa da articulação entre estas diferentes categorias. Falquet (2008), por exemplo, trata esta questão em termos de co-formação de relações de poder ou da necessidade de integrar os efeitos conjugados de várias relações de poder.

O conceito de interseccionalidade vem sendo empregado – marcando uma posição anti-essencialista – para, ao invés de negar a relevância das desigualdades de classe, realçar que diferentes identidades se combinam, gerando posições discriminadas e privilegiadas, mesmo dentro da categoria mulheres, que não é unitária nem a-histórica (BRANCO, 2008). As imbricações entre classe e gênero são abordadas por Kergoat, por exemplo, que afirma a consubstancialidade e a coextensividade das relações sociais. Tal leitura da realidade, como salienta a autora, é particularmente útil para entender o que, de outra forma, pareceria contraditório nas transformações em curso na condição das mulheres nas esferas pública e privada.

A minha tese, no entanto, é: as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem as relações de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente. Voltemos ao paradoxo. A participação da mulher no mercado de trabalho aumenta, mas as segmentações, horizontais e verticais, entre empregos masculinos e femininos, perduram. As desigualdades de salário persistem, e as mulheres continuam a assumir o trabalho doméstico. A meu ver, no entanto, isso não representa nenhuma aporia ou contradição interna às relações sociais de sexo, mas aponta para o fato de que o capitalismo tem necessidade de uma mão-de-obra flexível, que empenhe cada vez mais sua subjetividade: o trabalho doméstico assumido pelas mulheres libera os homens e, para as mulheres de alta renda, há a possibilidade de externalização do trabalho doméstico para outras mulheres. Assim, *não se pode argumentar no âmbito de uma única relação social*. O suposto paradoxo aponta para a imbricação, na própria gênese da divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo, de diferentes relações sociais que não podem ser abordadas da mesma maneira. (KERGOAT, 2010, p. 94).

O reconhecimento da interseccionalidade entre classe e gênero favorece a análise conjunta destas duas dimensões importantes da estratificação social, analiticamente distintas, mas integradas nas práticas sociais. A compreensão da estratificação de gênero apoia-se em

uma longa tradição de pesquisas que abordou as desigualdades e relações de poder entre homens e mulheres de variadas formas.

Pela noção de patriarcado, foi inicialmente denunciada a dominação masculina em diferentes dimensões, visto que os homens contam com maiores meios políticos, econômicos, ideológicos, além de maior força física⁷¹. Waters (1989) mostra que, etimologicamente, patriarcado referia-se a uma estrutura de dominação onde o poder é desigualmente distribuído em favor dos pais, mas acabou sendo usado com uma vasta gama de sentidos que fazem referência à dominação masculina. Dentre as tradições de uso do termo, é possível destacar a visão do patriarcado como um tipo de estrutura de parentesco em que o poder é distribuído de forma extremamente desigual com base em idade e gênero com intensa subordinação feminina, tal como adotado por Weber (1991), que retém a historicidade do termo, limitando-o ao período anterior ao estabelecimento do Estado. Segundo Waters, a visão do patriarcado como dominação masculina generalizada esteve associada à adoção do conceito como bandeira de luta por autoras feministas. Parte das feministas reconheceram problemas com este conceito e procuraram refiná-lo (WALBY, 1990)⁷².

Embora o conceito de patriarcado ainda seja empregado, nas últimas décadas ganhou mais notoriedade a noção de gênero, que é considerada uma perspectiva mais relacional e dinâmica. A definição de gênero desenvolvida por Joan Scott (1995) é uma das mais conhecidas e até hoje permanece como uma referência fundamental para pensar as relações sociais derivadas das diferenças sexuais e as relações de poder que definem e alteram tais relações. Scott propõe que gênero envolve dois aspectos: é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas em diferenças percebidas entre os sexos; e é também uma forma central de significar relações de poder. Scott salienta ainda que o gênero é permanentemente construído na interação social. Castro considera que a absorção do conceito de gênero no Brasil teve diversos usos, seja como uma abordagem sobre diversidades e diferenças, sobre

⁷¹ Na esfera da sexualidade, as mulheres ganham poder com a contracepção feminina, mas ainda estão sujeitas a violência, a assumir gestação não desejada, porque o aborto não foi descriminalizado, e a representações eróticas que as subjagam.

⁷² Walby aponta mudanças na forma de atuação do patriarcado que hoje teria deixado de ser privado e teria se tornado público. A forma de patriarcado privado teria vigorado no século XIX, através de uma expropriação individual da força produtiva feminina, com a dominância da produção doméstica e o uso da estratégia exclusionária para afastar as mulheres da esfera pública. Já o patriarcado público, que teria se desenvolvido no século XX utiliza estratégias segregacionistas (segregação ocupacional, discriminação), com a expropriação coletiva (na forma de diferenciais salariais e dupla jornada, por exemplo), tendo como estrutura dominante o estado e as relações de emprego. Walby argumenta que, embora as desigualdades de gênero variem entre diferentes sociedades, o patriarcado sofreu alterações em seu grau e em sua forma, sem contudo deixar de existir.

relações sociais de poder, ou “uma forma de tratar com sistemas múltiplos de desigualdades e dominação, nos níveis simbólico e material” (CASTRO, 2001, p. 58)⁷³.

Segundo Agacinski, o gênero seria a forma primeira de alteridade na condição humana. Dessa dualidade primeira, abre-se um campo múltiplo, objeto de investigações sociológicas não só em sua diversidade identitária, mas também em suas implicações na distribuição das diferentes formas de poder, em âmbitos variados como o cultural, o econômico e o político.

A natureza oferece o dois: as culturas inventam uma multiplicidade de declinações possíveis para essa dualidade. [...] É preciso não confundir, a partir daí, a referência à realidade natural dos sexos com a submissão a uma ordem natural. A natureza nos inspira, mas a abundância das formas simbólicas e das estruturas sociais da dualidade dos gêneros mostra uma diversidade de traduções que somos obrigados a considerar livres, por não serem mais justas uma do que as outras. [...] Existem inúmeras versões ou expressões da diferença: expressões políticas que dizem respeito à distribuição do poder; expressões estéticas relativas à figuração dos sexos, as formas e representações do masculino e do feminino; expressões econômicas que implicam uma divisão sexual das tarefas. E outras ainda. (AGACINSKI, 1999, p. 33-34)

Agacinski apoia-se na visão da antropóloga Françoise Héritier (2007) que discute a diferença masculino/feminino como um modelo que estrutura universalmente as sociedades com valores e conteúdos variáveis, mas adverte que é tão ingênuo reduzir as diferenças entre os sexos à natureza quanto reduzi-las a uma construção histórica arbitrária. Tais diferenças são reais e dependem de dados físicos naturais, os quais, no entanto, só obtêm sentido quando cultivados e interpretados. “Poderíamos dizer que a cultura, com seus trajes e suas próteses, é a arte de cultivar as diferenças naturais. [...] [o ser humano] não existe sem roupas e nem sem hábitos, que são maneiras de criar dobras na natureza” (AGACINSKI, 1999, p. 19). Agacinski nota que gênero tem a ver com amor, morte e procriação – alianças, ritos funerários e filiação como aspectos centrais de qualquer cultura (AGACINSKI, 1999, p. 30), nesse sentido gênero intercepta-se com processos que tem na família e no parentesco um lugar central.

As famílias são uma dimensão importante na construção das desigualdades de gênero. Identidades de gênero e noções de masculinidade e feminilidade são em grande medida construídas dentro da ideologia da família, a partir das supostas relações “naturais” entre pais e filhos ou homem e mulher. Barrett realça a centralidade das representações de

⁷³ Mary Garcia Castro, no texto “Gênero e poder: leituras transculturais” advoga que existe diálogo entre feministas na academia e em organizações de base comunitária e sindicatos, sendo o feminismo brasileiro sensível à classe, pois “entre as várias características do feminismo no Brasil, sobressai uma ambígua, tensa, mas rica relação entre a academia e entidades do movimento social” (CASTRO, 2001, p. 62). A combinação dessas agendas aparece, por exemplo, nos movimentos de mulheres rurais que combinam demandas de classe (acesso a terra, a financiamentos etc.) a direitos sexuais e reprodutivos e luta contra a violência de gênero.

gênero na construção da ideologia da família, ideologia que se distingue dos grupos domésticos concretos.

“The family” provides the nexus for the various themes – romantic love; feminine nurturance, maternalism, self-sacrifice; masculine protection and financial support – that characterize our conception of gender and sexuality. It is, however, an ideological nexus rather than any concrete family system which is involved here and there are many connections between these processes within and outside the locus of the family home. (BARRETT, 1980, p. 205)

Se a construção social do gênero passa pela sexualidade e pela procriação, o parentesco converte tais diferenças em uma primeira forma de desigualdade, estabelecendo, através da linguagem da genealogia (mãe, esposo, filho, irmã etc.), atributos, direitos e papéis diferenciados. Ao empregar a linguagem da biologia, o parentesco apresenta-se como uma relação fortemente naturalizada. Como lembra Comas d’Argemir, a vinculação das mulheres à reprodução da vida é quase universalmente empregada para justificar a divisão do trabalho⁷⁴. Comas d’Argemir argumenta, no entanto, que a divisão sexual do trabalho não é causa, mas sim o resultado das desigualdades entre homens e mulheres. “A divisão do trabalho não cria relações sociais; é justamente o inverso: as relações sociais existentes se concretizam em determinadas maneiras de repartir o trabalho” (1995, p. 34, tradução nossa).

A divisão sexual do trabalho expressa a maneira como a sociedade representa as diferenças entre os sexos e lhes reconhece capacidades e habilidades diferenciadas. Como mostram diversos autores (HIRATA, 2002; COMAS D’ARGEMIR, 1995), a divisão sexual do trabalho baseia-se na separação entre trabalhos masculinos e femininos e na atribuição de maior valor aos primeiros, ainda que as modalidades de divisão sexual do trabalho variem no tempo e no espaço⁷⁵. A divisão e hierarquização de diferentes tipos de trabalho começa pela

⁷⁴ Todavia, tudo indica que esta justificativa tenderá a perder força com o declínio da fecundidade, sem prescindir de medidas públicas de cuidado que desnaturalizem o trabalho feminino não remunerado das mulheres na esfera doméstica. Outro vetor possível de mudança nas representações que sustentam a divisão do trabalho é a presença de mulheres em ocupações tradicional ou predominantemente masculina, o que depende de uma redução mais intensa na incidência de segregação do mercado de trabalho em ocupações masculinizadas e feminizadas.

⁷⁵ Ao questionar que a difusão do termo divisão sexual do trabalho foi acompanhada de seu esvaziamento conceitual, Hirata e Kergoat (2007, p. 596) observam que “falar em termos de divisão sexual do trabalho deveria permitir ir bem além da simples constatação de desigualdades. E aqui se chega à segunda acepção, segundo a qual falar em termos de divisão sexual do trabalho é: 1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596). As autoras destacam que a divisão sexual do trabalho possui uma grande plasticidade e que a despeito da melhoria inegável da condição feminina, as distâncias persistem insuperáveis. Notam ainda que é preciso ir além do conceito de trabalho em direção a noção de “produção do viver” e destacam as desigualdades entre mulheres, pois ao lado do aumento do capital econômico, social e cultural de parte das mulheres (em especial, as profissões de nível superior), as mulheres seguem sobrerrepresentadas no desemprego e baixos salários.

grande divisão entre trabalho reprodutivo (doméstico e de cuidado), historicamente atribuído às mulheres, e trabalho produtivo, produzido e direcionado ao mercado, que em geral é dominado (de diferentes formas, como o percentual de cada sexo que trabalha, sua presença em cargos de poder e decisão, ou em ocupações mais lucrativas e valorizadas) pelos homens.

As desigualdades de gênero podem ser observadas em diferentes escalas, considerando desde as instituições até as interações cotidianas, e em diferentes esferas, como o trabalho, a cultura e a política. O conceito de estratificação de gênero abrange estas diferentes dimensões, sendo por isso mais amplo que a noção usual de divisão sexual do trabalho.

Efetivamente, a estratificação por gênero não apenas assinala a desigual distribuição salarial de homens e mulheres, mas também a diferente repartição do poder político e social. A estratificação dos sexos significa uma distribuição desigual dos recursos. Estes incluem tanto dinheiro, bens materiais, ócio, cuidado da saúde e nutrição e segurança física, como autonomia pessoal, papéis que conferem prestígio e oportunidades de educação e formação, entre outros. (COBO BEDIA, 1995, p. 68-69, tradução nossa).

As variações por gênero no acesso a cargos de representação política ou com maior poder nas empresas, o tratamento diferente ou acesso desigual a serviços públicos e privados, como os de saúde e educação, os estereótipos nos meios de comunicação, e a exposição desigual a diferentes formas de violência são todos indicadores da estratificação de gênero. Neste sentido, a estratificação de gênero diz respeito ao acesso desigual a formas de poder, bens e recursos vários e a defesa da igualdade supõe a redução (no limite, a eliminação) da segregação dos papéis de gênero, o que “permitiria tanto que valores definidos tipicamente como masculinos fossem adotados por mulheres, quanto vice-versa” (JIMÉNEZ PERONA, 1995, p. 145, tradução nossa).

Collins et al. (1993) evidenciam que as desigualdades entre homens e mulheres implicam em mais ou menos recursos mobilizáveis. Consideram três blocos de questões na estratificação de gênero: as dimensões de *trabalho produtivo* (segregação por gênero no trabalho produtivo, sua compatibilidade com o trabalho reprodutivo etc.), *trabalho reprodutivo* (tempo dedicado ao trabalho reprodutivo por gênero, tecnologias de contracepção e cuidado infantil, que pode ser coletivo ou estratificado), e a *política sexual*, na qual se destaca a dupla moral e o controle sobre a sexualidade feminina que, no limite, implica em reclusão, e afeta a estratificação na medida em que separa as esferas masculina e feminina.

Os recursos afetam as chances de vida, o poder doméstico e a liberdade de movimento das mulheres (COLLINS et al., 1993, p. 204), pois as diversas dimensões da estratificação de gênero estão interconectadas e refletem-se no grau de autonomia feminina.

Há diversos caminhos pelos quais a divisão de gênero na produção afeta a mobilização de recursos, incluindo renda do trabalho, sistema de propriedade e herança. Segundo Collins et al., a vida familiar merece destaque no estudo da estratificação de gênero, em especial o quanto da vida das mulheres é gasto em trabalho reprodutivo depende dos meios técnicos de cuidado e da estratificação de classe no trabalho de cuidado (ou, ao contrário, sua coletivização), incluindo condições técnicas, condições sociais e identidades culturais. Importam também as condições demográficas, uma vez que más condições de saúde e alta mortalidade exigem altas taxas de fecundidade e, logo, maior dedicação ao trabalho reprodutivo. Mesmo em contextos em que existem ideologias que glorificam a maternidade, a dedicação integral ao trabalho doméstico e de cuidado reduz a possibilidade das mulheres terem acesso à renda e o seu envolvimento na vida social externa. O trabalho reprodutivo também tem implicações para a manutenção (ou mudança) da estratificação de gênero, na medida em que a forma como é vivida a maternidade e a paternidade afeta as personalidades das crianças, como suas ambições e escolhas profissionais.

Segundo Saltzman (1992), a reprodução da estratificação de gênero envolve aspectos coercitivos e repressivos, mas também consenso⁷⁶. Diversas teorias tratam da dimensão de consenso, de aceitação das desigualdades de gênero como “naturais”, devido à socialização diferenciada em normas socialmente definidas para cada sexo (GILLIGAN, 1997, BEM, 1983)⁷⁷. Saltzman destaca que a divisão sexual do trabalho se recria a si mesma,

⁷⁶ Saltzman, em estudo anterior onde figura com outro sobrenome (CHAFETZ, 1984), mostra que a estratificação de gênero baseia-se na existência de desigualdade de acesso por sexo a diversas dimensões da vida social como bens materiais, serviços, oportunidades de educação e treinamento, cuidados médicos, tempo livre, tomadas de decisão públicas ou nas relações interpessoais e familiares, oportunidades de exercer papéis prestigiados ou de se comportar sem constrangimentos (como roupas ou comportamentos julgados “adequados”). Chafetz analisa uma série de variáveis que explicariam as variações entre sociedades quanto ao grau de estratificação de gênero, como: o grau de diferenciação de gênero, que diz respeito às expectativas e estereótipos que definem comportamentos apropriados a cada sexo; o grau de suporte religioso ou ideológico à desigualdade entre os sexos, no qual ela inclui as ideologias políticas codificadas em leis; a natureza da organização do trabalho, que inclui a divisão do trabalho por sexo, o grau em que o trabalho tipicamente realizado por um sexo pode ser feito por pessoas do outro sexo ou a extensão em que os papéis produtivos são segregados por sexo; e o tipo de estrutura familiar, que inclui a linearidade (patrilinear, matrilinear ou bilateral), a localidade (patrilocal, matrilinear ou neolocal) e a divisão do trabalho doméstico.

⁷⁷ O enraizamento das desigualdade de gênero na vida social fica também evidenciado em análises microsociológicas das relações de poder – enquanto capacidade de impor uma definição da realidade, sobre o que é certo ou racional, nas interações sociais – tal como a análise das manifestações de hierarquia no uso da linguagem em casais. “Existe uma distribuição de trabalho desigual na conversa. A partir do uso diferenciado de estratégias, podemos notar que as mulheres engajam-se mais ativamente na conversa para garantir a interação do que os homens. Elas fazem mais perguntas e usam marcadores de atenção para iniciar a conversa. As mulheres fazem um trabalho de apoio enquanto os homens estão falando e geralmente trabalham ativamente para a manutenção e a continuação da conversa. Os homens, por sua vez, realizam muito menos trabalho ativo quando iniciam ou participam das interações. Quando desejam interagir, eles fazem uso de afirmações e contam com a certeza de que serão respondidas. Os homens desestimulam com mais frequência as interações iniciadas por mulheres do que vice-versa.” (FISHMAN, 2010, p. 45).

através de microprocessos dentro das famílias e através de processos meso e macro fora dos domicílios. Saltzman considera que as mudanças na divisão do trabalho não doméstico resultam principalmente de transformações estruturais na tecnologia, na demografia e na economia (1992, p. 248), mas seus efeitos se fazem sentir no micronível, com a redução do poder masculino na vida privada, ainda que persistam vantagens de poder masculino no macronível. Saltzman indica que o desequilíbrio de recursos pode ser analisado em termos de teoria do intercâmbio. “Quando os maridos proporcionam mais recursos apreciados e escassos (isto é, mais dificilmente substituíveis) à família do que as mulheres, estas equilibram a troca oferecendo deferência ou obediência diante das exigências de seus cônjuges” (SALTZMAN, 1992, p. 59). Para a autora, quando as mulheres não aportam recursos, o grau de deferência e obediência é máximo.

Saltzman lembra que é tão importante explicar a estabilidade quanto explicar a mudança na estratificação de gênero e nota que falta uma teoria integrada e sistemática das mudanças na estratificação de gênero, capaz de evidenciar inclusive que algumas variáveis são mais importantes que outras na mudança ou manutenção da distribuição desigual de diferentes tipos de poder entre os gêneros. Dentre as variadas dimensões que afetam a estratificação de gênero, Saltzman considera não intencionais dinâmicas demográficas, econômicas e políticas que favoreceram a autonomia das mulheres nas famílias ainda que não tenham sido criadas com este fim. Os movimentos feministas, por sua vez, são considerados atores importantes na medida em que refletem e aceleram as mudanças em curso na estratificação de gênero (SALTZMAN, 1992, p. 240), expressando demandas existentes na sociedade, as quais ajuda a mobilizar e organizar.

Os movimentos feministas surgem desta transformação nos papéis das mulheres. Servem para acelerar e reforçar o processo que está em marcha da mudança no sistema dos sexos, principalmente através de seu efeito sobre os fenômenos de definição (quer dizer, a opinião pública). Ainda que de forma indireta, o impacto dos movimentos feministas pode, como um todo, ser extenso, tanto quanto as elites de todos os âmbitos institucionais principais mudam suas práticas e os cidadãos comuns, suas definições sociais sexuais. Estas mudanças podem então se estender por todo o sistema dos sexos, impulsionando por sua vez outras mudanças. (SALTZMAN, 1992, p. 244, tradução nossa)

É importante considerar que grupos sociais frequentemente se mobilizam para alterar sua posição na sociedade ou para conservar e aumentar vantagens. As barreiras ao ingresso são uma das formas típicas de ação daqueles em posição superior, sejam coletividades de classe ou de gênero, como é o caso da segregação ocupacional entre os

sexos⁷⁸. As ações coletivas dos gêneros para transformar sua condição e obter determinado benefício - por exemplo, a mobilização para obter legislação que atenda demandas femininas/feministas - pode estar baseada em interesses específicos de pequenos grupos de mulheres com demandas específicas (como creches públicas pelas mulheres de classes baixas e lei de divórcio por mulheres de classe alta), podendo as mulheres de outros grupos serem beneficiárias como “caronas” das conquistas de outros segmentos femininos⁷⁹. Esta visão é condizente com a ideia de que há vários feminismos, justamente porque as demandas das mulheres são heterogêneas conforme variáveis como classe, etnia e orientação sexual.

Deve-se destacar que, além de serem heterogêneos por classe, os processos de mudança social nas relações de gênero não são lineares e simultâneos em suas diferentes dimensões. Considera-se que, como a estratificação de gênero envolve diversas esferas, transformações em uma dimensão podem ocorrer sem que outras dimensões chave se alterem substancialmente. Ao tratar da longa revolução das mulheres, em texto originalmente publicado nos anos 60, Juliet Mitchell fala em quatro estruturas, as quais estão todas relacionadas ao lugar das famílias na vida social: produção, reprodução, sexo e socialização de crianças. Cada estrutura pode ter atingido um momento diferente, por isso precisam ser analisadas em separado, mas combinadas é que produzem a “unidade complexa” da posição social da mulher (2006, p. 208-209). Nota que estas esferas interagem, por exemplo, a subordinação da mulher na esfera da produção está relacionada a seu papel na reprodução, daí

⁷⁸ Estudiosos da estratificação neoweberianos deram ênfase à questão do *closure*. Frank Parkin refina o conceito de *social closure* de Weber, descrevendo dois tipos genéricos principais de fechamento: a exclusão e a usurpação. Dentre os meios de exclusão, Parkin lista as instituições de propriedade e as qualificações e credenciais acadêmicas ou profissionais pelos quais os grupos dominantes fecham-se impedindo a entrada dos “inelegíveis”. A usurpação, ao contrário, seria levada a efeito pelos grupos subordinados numa tentativa de acessar os privilégios a eles negados. Os grupos intermediários, por outro lado, exerceriam um “dual closure” com tentativas de usurpação em relação aos superiores e tentativas de exclusão em relação aos que estão em posições inferiores. O conceito de *social closure*, que inclui a exclusão com base em atributos físicos, também foi empregado na explicação do processo de segregação empreendido por homens contra as mulheres, tal como na análise de Hartmann (1982) dos esforços realizados pelos trabalhadores homens pela manutenção da divisão sexual no mercado de trabalho, de forma a beneficiá-los, na medida em que as mulheres continuassem a desempenhar as tarefas domésticas e não representassem concorrência no mercado de trabalho.

⁷⁹ O problema da ação coletiva é complexo e tem recebido diversos tratamentos. Em sua análise da lógica da ação coletiva, Olson (1999) defende que a noção usual de que os grupos tendem a promover seus interesses deve ser problematizada, já que a lógica da ação grupal não pode ser derivada do modelo da ação individual e porque a ação coletiva varia conforme se trate de um grupo pequeno ou grande. A visão de Olson é um exemplo da complexidade da mudança social, de como os resultados mesmo da ação coletiva que busca um fim não podem ser pensados de forma teleológica, pois os resultados muitas vezes não são os pretendidos, ou existem consequências não intencionais. Também é possível pensar a ação das famílias usando a visão de Olson. Pode-se supor que, como cada família persegue defender ou promover melhorias na sua posição grupal de classe, o sistema de classe mantém-se intacto, mesmo que parte das famílias consigam melhorar de posição social. Noutras palavras, é menos racional o indivíduo lutar por um grupo grande/latente como classe, mas faz todo sentido sacrificar-se pelo bem coletivo em um grupo pequeno como a família, pois ali existem recompensas como reconhecimento, um código moral regido pela dádiva (e, a partir desse código moral, pode-se fazer cobranças, acusações de ingratidão, etc.).

a importância da contracepção para romper com esse ciclo em que a existência das mulheres estava submetida ao risco de ter filhos, disponibilizando mais as mulheres para participar do mercado de trabalho⁸⁰. Walby (1990), por sua vez, considera a existência de seis “estruturas patriarcais” – relações no trabalho pago, relações no trabalho doméstico, relações no estado, violência masculina contra as mulheres, relações na esfera da sexualidade e relações nas instituições culturais –, explicitando que avanços numa destas estruturas não implicam necessariamente em avanços nas demais, embora estas estruturas se influenciem mutuamente.

As variadas dimensões da estratificação de gênero e as desigualdades entre mulheres impõem desafios para a compreensão da mudança social que entrelaça famílias, gêneros e classes sociais, como tratado na seção seguinte.

1.2.3 Mudança social e distribuição de poder

A mudança social é uma dimensão central da análise aqui empreendida, porque o objeto – transformações na condição das mulheres nas famílias e seus diferenciais por classe – engloba dinâmicas de mudança social na estratificação de classe, na estratificação de gênero e nos modelos e práticas familiares. Como mostra Tilly (1984), a sociedade é uma rede fluida, complexa e entrecruzada de relações sociais, sendo determinada por tais interações e não por totalidades sociais externas reificadas. Como sintetiza Sztompka acerca da visão de Tilly, a noção de mudança social é um termo abstrato para captar processos que concretamente são experimentadas de forma variada e complexa.

⁸⁰ Juliet Mitchell criticava os marxistas que viam a posição da mulher como decorrência da produção, enquanto a seu ver o que deve ser observado é a estrutura produção-reprodução. Conforme Mitchell, a libertação das mulheres só pode ser obtida pela transformação das quatro estruturas. Parecia-lhe que mudanças no trabalho doméstico e na socialização das crianças deveriam ser integrados ao programa de libertação das mulheres, ao lado da luta pelo trabalho igual e pelo fim da segregação profissional. Ao analisar a situação das diferentes estruturas nos anos 60, Mitchell observa que Produção, Reprodução e Socialização estavam praticamente estacionárias. A estrutura que mais havia mudado era a sexual, mas esta transformação, porque parcial, contribuía só parcialmente para a autodeterminação feminina. “Em um contexto de igualdade jurídica, a liberação da experiência sexual das relações que são estranhas a ela – se procriação ou propriedade – poderia levar à verdadeira liberdade inter-sexual. Mas poderia também conduzir simplesmente a novas formas de ideologia e prática neocapitalistas. Pois uma das forças por trás da atual aceleração da liberdade sexual tem sido sem dúvida a conversão do capitalismo contemporâneo de um *ethos* produção-e-trabalho em um *ethos* consumo-e-divertimento. [...] A sociedade burguesa atualmente pode bem arcar com uma área de jogo sexual pré-marital não-procriativo. Mesmo o casamento pode salvar-se aumentando os índices de divórcio e recasamentos, significando a importância da própria instituição. Estas considerações tornam claro que a sexualidade, embora possa presentemente conter o maior potencial para a libertação – pode igualmente ser organizada contra qualquer aumento de suas possibilidades humanas. Novas formas de reificação estão emergindo, que podem esvaziar a liberdade sexual de qualquer significado. Isto é um lembrete de que, embora uma estrutura possa ser o *elo mais fraco* em uma unidade como a da condição da mulher, jamais pode haver uma solução através dela tomada isoladamente.” (MITCHELL, 2006, p. 224-225).

Em lugar de um único processo básico de mudança social, existem, na realidade, inúmeros processos fragmentários de vários níveis de complexidade, operando em paralelo ou em direções opostas, separados ou sobrepostos, e a “mudança social” é apenas um termo abstrato para designar seus resultados globais, agregados e acumulados. (SZTOMPKA, 1998, p. 318-319)

Elias (2006), ao lado de Tilly, dedicou-se ao problema da mudança social, alertando que o curso da história humana não pode ser prognosticado. Na visão de Elias, os significados das mudanças só são compreensíveis no longo prazo, em que uma figuração é substituída por outra, como resultado não de claras e unidirecionais relações de causalidade, mas de um quadro complexo de interdependências. Elias considera que a mudança social deve ser entendida simultaneamente em seus resultados, como alteração do tipo de figuração, e também em seu curso, como processos sociais. Na análise do sentido dos processos sociais, Elias tende a opor pares conceituais como “integração e desintegração, engajamento e distanciamento, civilização e descivilização, ascensão e declínio”, afirmando, contudo, que os processos sociais são reversíveis, já que “surto em uma direção podem dar lugar a surtos contrários e ambos podem ocorrer simultaneamente” (ELIAS, 2006, p. 28). Portanto, não há automatismo ou inevitabilidade na direção das mudanças.

Elias realça que as mudanças sociais são necessariamente acompanhadas de mudanças nas relações de poder, visão que aplicou à análise de transformações nas sensibilidades e no equilíbrio de poder entre diferentes coletividades, oferecendo exemplos de mudanças nas relações de classes, de gêneros e geracionais em diferentes períodos históricos. Em uma análise da mudança do equilíbrio do poder entre os sexos na República Romana, Elias constata que a passagem de uma extrema sujeição social das mulheres a uma condição de igualdade virtual envolveu mudanças nas condições materiais, político-jurídicas e nas sensibilidades, listando aspectos como: o acesso ao controle de propriedade pela mulher casada, a formação do Estado e com ele de legislações mais imparciais, e um surto civilizatório que levou a um refinamento nas maneiras e no amor⁸¹. Ao analisar o processo de atenuação das desigualdades entre os sexos na república Romana, Elias propõe o conceito de equilíbrio de poder.

The concept of balance of power permits, as one may see, the conceptualization of shades and grades in the power differentials of human groups. Tradition has

⁸¹ Interessante destacar que a descrição de Elias poderia ser aplicada às transformações experimentadas ao longo do século XX pelas mulheres casadas brasileiras, sobretudo das camadas mais altas onde o casamento sempre foi mais institucionalizado. “Women in Rome, once entirely subject to the rule of men, had become, in late Republican and in early imperial times self-ruling human beings in their marriages. That they had independent means, an income of their own, played a large part in their personal, social and thus also in their marital independence. Within their married lives they had gained for themselves full equality with their husbands. Like their husbands they could end their marriage at will or by mutual consent.” (ELIAS, 1987, p. 304).

confined us too long to simple static polarities, such as rulers and ruled, where one obviously needs the imagery of a gliding approach, the ability to say “more” or “less”. (ELIAS, 1987, p. 289-290)

As transformações no equilíbrio de poder nas relações familiares foram analisadas por Elias não apenas quanto às relações de gênero, mas também quanto às relações entre pais e filhos. Elias notou a tendência de democratização, no Ocidente, desta relação de dominação que, no passado, era ainda mais desigual, incluindo violência física e abandono admitidos por costumes tradicionais muito distintos das atuais prescrições fundadas em reflexões científicas: “[...] a relação entre pais e filhos é uma relação de dominação com uma balança de poder extremamente desigual. [...] as oportunidades de poder dos pais são muito grandes se comparadas às oportunidades das crianças, principalmente no que diz respeito aos infantes” (ELIAS, 2012, p. 475).

O processo que Elias descreve como “civilização dos pais” permite evidenciar sua visão da mudança social como processo cujo nó central é a distribuição do poder. Nesta análise, Elias reitera sua crítica a alguns mal-entendidos presentes na análise da mudança social, seja sua compreensão como um processo planejado e consciente, seja como resultado de uma sequência causal predeterminada. “A interação de ações planejadas de muitos indivíduos resulta em um desenvolvimento das unidades sociais por eles formadas, que não foi planejado por nenhum dos implicados.” (ELIAS, 2012, p. 485-486).

Elias mostra que as mudanças na distribuição de poder nas famílias estão relacionadas à própria diversificação de seu formato, sendo inadequados os clichês convencionais que tratam a família como algo dado pela natureza ou como uma estrutura uniforme e imutável, uma vez que se observa uma extraordinária mutabilidade das famílias, que se torna mais intensa quando se reduzem os diferenciais de poder entre seus membros⁸².

À medida que, de acordo com a estrutura global de uma sociedade, a distribuição de poder entre as pessoas que conformam a família é muito desigual, a relação entre pais e filhos, assim como de homens e mulheres, se apresenta sob um modo altamente formalizado. Em outras palavras, essa relação se apresenta sob uma forma socialmente sancionada e relativamente rígida. Supostamente, essa forma deixa alguma abertura para variações individuais, mas os modelos de anteposição e subordinação, de mando e obediência, são inexoráveis. A margem de variação só é grande para os superiores e os que mandam; já para os subordinados e obedientes é relativamente limitada. Quando o diferencial de poder, em uma família e, também, entre pais e filhos, vai se reduzindo – e é essa a tendência do desenvolvimento social, em nossos tempos –, a situação se modifica. As pessoas que conformam a

⁸² Elias demonstrou que a redução de diferenciais de poder nas famílias tem favorecido mais diversificação nos seus formatos. Tais mudanças estão relacionadas à possibilidade das pessoas tomarem decisões mais livres, aspecto que, do ponto de vista do equilíbrio de poder nos casais, vem sendo tratado através de outras noções como o conceito de *empowerment* (empoderamento) de England (1997) e de *exit* (saída) de Hirschman (1973), como tratado no capítulo 4.

família se encontram atadas às formas pré-definidas em menor medida que antes; o que lhes exige, mais do que em tempos anteriores, a elaboração conjunta de um *modus vivendi* mediante seu próprio esforço, ou seja, de uma maneira mais consciente que no passado. (ELIAS, 2012, p. 492-493).

Elias comumente emprega o termo “democratização funcional”, que se refere a uma alteração na distribuição social do poder (1970, p. 73), não se confundindo com a noção de democracia institucional. Democratização funcional é um termo aplicado por Elias a diferentes vínculos sociais e a diferentes configurações em mudança, como “um estreitamento das diferenças de poder e de desenvolvimento para com uma distribuição mais igual de oportunidades de poder” (1970, p. 74). Elias considera que o poder “é uma característica estrutural das relações humanas – de *todas* as relações humanas” (p. 81) e “o equilíbrio de poder está sempre presente onde quer que haja uma interdependência funcional entre pessoas” (p. 81). O poder não é algo que um indivíduo possui e outro não, deve ser pensado em termos de equilíbrio e não de forma reificante. Utilizando a metáfora dos jogos de competição para mostrar o caráter relacional do poder, Elias fala da “força relativa dos jogadores”.

Paulle, Heerikhuizen e Emirbayer (2012) consideram que Elias e Bourdieu têm em comum o fato de serem sociólogos que tratam de configurações de poder em mudança. Pode-se considerar que configuração de poder é uma forma de referir-se ao problema da estratificação social, termo empregado por Weber para referir-se a fenômenos de distribuição de poder. Elias e Bourdieu realçam o caráter dinâmico e relacional da vida social, além da importância de analisar a estratificação em fluxo.

Although Bourdieu certainly elaborated on Elias’s ideas about power, both authors can also be treated essentially as sociologists of *shifting configurations of power*. Elias never assumed that people would be able adequately to appraise, let alone put into words, the ways in which power relations emerge and operate within the figurations they comprise. Much like Bourdieu, he regarded a staunchly realist (objectivizing) delineation of changing power imbalances to be the primary task of the sociologist. For him, it often went without saying that social configurations are always configurations of power and that the second natures operating in them (and to varying degrees produced by them) are by definition more or less empowering. After all, shifting ‘power ratios’ (or ever-changing ‘balances’ or ‘distributions’ of ‘power chances’) were, for Elias, the very stuff of human interdependence. From his perspective, people do not just need other people (for everything from physical and emotional contact to cognitive orientations); they need others – and are naturally oriented towards others – who are *objectively* more or less powerful than themselves. There are no feelings or thoughts about group formation (for example, I or we are ‘Irish’) outside of power relations (for example, with ‘the English’). It would be absurd, Elias believed, to consider the habitus of a person or group as somehow separate from the (longer- or shorter-term) effects of specific experiences within specifically structured configurations of power. And to thematize a person’s (or a group’s) habitus was always already to discuss what is at least potentially a scarce power resource. (PAULLE; HEERIKHUIZEN; EMIRBAYER, 2012, p. 80)

Dentre as afinidades entre Elias e Bourdieu destacadas por Paulle, Heerikhuizen e Emirbayer (2012) estão conceitos semelhantes e com caráter relacional e processual. As noções de campo de Bourdieu e de figuração de Elias, por exemplo, apontam ambas para uma visão de pessoas interdependentes na sociedade, enquanto poder e capital remetem à questão geral da distribuição de recursos. Se ambos são estudiosos da dinâmica do equilíbrio de poder entre grupos, as ênfases são, no entanto, distintas. A Bourdieu inquietou mais a dinâmica com que grupos mantêm seus privilégios e como se metamorfoseia o poder, passando, por exemplo, da nobreza de terras e propriedades para os títulos acadêmicos (Bourdieu, 1989). Essa é uma dimensão importante da realidade social. Outra é a mudança, melhor abordada por Elias, que se detém na dinâmica pelas quais grupos lutam para melhorar sua posição. Ambas as perspectivas oferecem contribuições importantes, já que é preciso compreender tanto a reprodução quanto a mudança na estratificação social.

Outra contribuição importante de Elias é mostrar que a explicação das transformações sociais não passa apenas por mudanças em condições materiais, mas inclui mudanças nas sensibilidades, tema desenvolvido em especial nos livros *O processo civilizatório* e *A sociedade de corte*. A luta de concorrência entre a burguesia, que imita as maneiras de ser aristocráticas, e a nobreza de corte, que aumenta as exigências de civilidade a fim de intensificar as formas de diferenciação, gera uma dinâmica pela qual regras de civilidade são criadas e disseminadas na sociedade⁸³. Assim, Elias inscreve a tensão entre distinção e divulgação no próprio centro do processo de civilização, e na sua expansão pela sociedade. Conforme Chartier, Elias elabora, no livro *A sociedade de corte*, uma interpretação da circulação de modelos culturais.

Elias constrói uma interpretação absolutamente original da circulação dos modelos culturais, que coloca em seu centro a tensão entre distinção e divulgação. A generalização dos comportamentos e coerções inicialmente próprios da sociedade de corte não deve ser compreendida como uma simples difusão, ganhando progressivamente todo o corpo social a partir da elite que o domina. É bem antes o resultado de uma luta de concorrência que faz com que as camadas burguesas imitem as maneiras de ser aristocráticas e que, em contrapartida, obriga a *noblesse de robe* a aumentar as exigências de civilidade a fim de lhe restituir um valor discriminante. Essa competição pela apropriação ou, ao contrário, o confisco perpétuo da distinção é o motor principal do processo civilizador, uma vez que leva

⁸³ Para uma síntese da visão de Elias e das críticas a sua interpretação, ver Heinich (2001, p. 31 e seg.). Esta autora rebate as críticas a Elias, inclusive a visão de que haveria evolucionismo em sua interpretação do processo de controle das emoções, visto que ele trata de um movimento – específico, histórico, complexo, pois inclui progressões e regressões – da Europa Ocidental em direção a um maior controle das emoções. Neste sentido, o “evolucionismo” de Elias é empírico e refutável (e não teórico e especulativo), constatando uma estruturação inteligível da transformação da sociedade, sem relacioná-la a uma finalidade.

a aumentar as sofisticações do *savoir-vivre*, a multiplicar as proibições, a intensificar ainda mais o limiar das censuras (CHARTIER, 2001, p. 23).

Deve-se considerar que os processos de imitação não são uma cópia exata que leva à completa homogeneização de comportamentos e que mesmo comportamentos semelhantes podem assumir significados variados segundo as diferentes condições e contextos sociais. Em suas pesquisas históricas sobre práticas culturais, Chartier apresenta o conceito de apropriação, adequado para analisar práticas e utilizações variadas da cultura. Chartier afirma que as práticas são histórica e socialmente variáveis e que o uso da oposição distinção-divulgação para a compreensão da circulação de bens e modelos culturais não pressupõe uma direção específica.

Este segundo par de noções solidárias [distinção e divulgação] permite propor uma compreensão da circulação dos objetos ou dos modelos culturais que não a reduz a simples difusão, pensada geralmente como um movimento descendente na escala social. Os processos de imitação ou de divulgação são mais complexos e mais dinâmicos e devem ser entendidos, antes de mais, como lutas de concorrência onde toda a divulgação, concedida ou conquistada, produz imediatamente a procura de uma nova distinção. Por exemplo, quando o livro se torna um objeto menos raro, menos confiscado, menos distintivo pela sua simples posse, são as maneiras de ler que se encarregam de mostrar as distâncias, de manifestar as diferenças socialmente hierarquizadas. (CHARTIER, 2002, p. 138)

As variadas formas de apropriação e circulação cultural são também objeto de disputas simbólicas em torno de variadas estratégias de distinção e imitação/difusão. Analisando a relação e o conflito entre alta cultura e cultura popular⁸⁴, Gans (1974) argumenta que a crítica da cultura popular é uma crítica da elite contra a democratização na esfera cultural. Gans comenta os efeitos dos meios de comunicação na sociedade, os quais parecem colaborar para o declínio da cultura popular e para a homogeneização em direção aos gostos culturais das classes médias. Um dos aspectos criticados na cultura de massa é de que ela seria um perigo para a alta cultura, na medida em que a cultura popular toma empréstimos da alta cultura e os deforma. Gans ressalta que o inverso também é válido como no exemplo histórico do jazz, que circulou de baixo para cima. Nota que talvez a cultura popular tome mais empréstimos da alta do que o contrário, já que sua audiência é maior e requer maior produção, além de que o uso pela cultura popular diminui o prestígio cultural de produtos da alta cultura dada sua vulgarização (1974, p. 28)⁸⁵.

⁸⁴ Dado que o termo cultura de massa é pejorativo, o autor opta pelo termo cultura popular. Gans esclarece que o termo cultura de massa é a combinação de duas ideias germânicas; massa enquanto parcela não aristocrática e não educada da sociedade europeia; e cultura como produtos simbólicos preferidos por uma elite bem-educada. “Cultura de massa [...] refere-se a produtos simbólicos usados pela maioria inculta” (1974, p. 10).

⁸⁵ Gans lembra também que há uma diferença considerável entre os efeitos da mídia tal como postulado pelos críticos da cultura de massa e aqueles descobertos em pesquisas empíricas. “A cultura popular tem tido um papel

Já Mills, ao analisar as mudanças na estratificação associadas ao crescimento da classe média⁸⁶, observa que uma “democracia de status”, pelo menos no sentido visual, está associada à difusão dos meios de comunicação de massa, que transformaram a forma de expressar o status social, na medida em que “o domínio do prestígio tornou-se realmente nacional; as camadas inferiores podiam assistir à vida das superiores, pelo menos na versão que lhes era apresentada” (MILLS, 1979, p. 271). Nota que numa sociedade de massas, as imitações são rápidas e baratas e a roupa já não é um talismã como havia descrito Dickens para a nobreza do século XVIII. Mills observa também que a difusão da ideologia de classe média é favorecida pela expansão da educação, uma vez que os professores representam tal ideologia. “O aumento maciço das matrículas reforçou o sentimento de igualdade social [...] ajudou também a difundir e reforçar em geral as ideologias da classe média, pois os professores representam as atitudes e valores, costumes e capacidades intelectuais da classe média” (1979, p. 283).

Pode-se supor que, na circulação de práticas, tenha um peso maior o movimento de cima para baixo, dado o efeito de legitimação descrito por Bourdieu (2007) – que certamente não só estimula a confessar as práticas legítimas, como incentiva a experimentá-las se possível –, quanto pelo fato de as instituições as consagrarem e difundirem. Por exemplo, os sistemas de saúde e educação adotam, pelo menos formalmente, modelos eruditos e científicos de comportamento e não os populares. No entanto, há evidências de fluxos mais variados.

Em um estudo sobre a moda, Crane indica que não há uma única direção de circulação da cultura, bem como que o influxo criativo pode ter critérios diferentes em

útil no processo de tornar as pessoas comuns indivíduos, desenvolver suas identidades e encontrar maneiras de adquirir criatividade e auto-expressão. A cultura popular não causou essas mudanças; ela apenas ajudou as pessoas predispostas a adquiri-las provendo exemplos e sugerindo ideias. [...] Muitos trabalhadores e mesmo membros das classes médias americanos ainda estão no processo de liberar eles mesmos das culturas parentais tradicionais e aprendendo como ser indivíduos com suas próprias necessidades e valores. Por exemplo, para a dona-de-casa que decide que ela quer decorar sua casa de sua própria maneira, preferivelmente do que da maneira que seus pais e vizinhos sempre fizeram, as revistas de decoração provêm não somente uma legitimação para sua busca de auto-expressão individual mas uma gama de soluções para várias culturas de gosto a partir das quais ela pode começar a desenvolver a sua própria. De forma semelhante, os artigos sobre liberação feminina nas revistas femininas populares ajuda as mulheres ainda imersas em uma sociedade dominada pelos homens a encontrar ideias e sentimentos que as ajudem a dar início a luta pela sua própria liberdade.”(GANS, 1974, p. 57, 59, tradução nossa)

⁸⁶ Mills mostra que o fato dos trabalhadores não manuais não usarem uniformes gerava despesas com roupas, mas também possibilitava manipular as aparências e maiores oportunidades de contato com altos dirigentes. A hipótese de um capitalismo afetivo (ILLOUZ, 2010) já estava presente na análise de Mills sobre a expansão da nova classe média e do setor de serviços: “O utilizador de serviços manuais compra a força de trabalho, a energia e a habilidade dos operários; o utilizador dos serviços dos funcionários de colarinho branco, especialmente os vendedores, compra também as personalidades de seus empregados.” (MILLS, 1979, p. 200). Mills refere-se a uma “aristocracia do charme pessoal”, um mercado da personalidade, no qual as pessoas simulam interesse pelos outros de forma a manipulá-los, fazendo ao mesmo tempo de si mesma um instrumento (p. 206).

diferentes contextos, tendo sofrido uma alteração por volta dos anos 1960 no grupo de referência a ser imitado, que passou das classes altas para a juventude. Isso é relevante também porque mostra uma mutação nos modelos culturais vigentes na sociedade, em relação ao grupo que é admirado e considerado digno de ser imitado, lembrando ainda o fato de que a juventude expressa anseios de individuação, o culto de si e o desejo de deter o envelhecimento.

O modelo “de cima para baixo”, de Simmel, era a forma dominante de disseminação da moda em sociedades ocidentais até 1960, quando fatores demográficos e econômicos aumentaram a influência da juventude em todos os níveis sociais. A grande dimensão da geração do baby boom, bem como sua riqueza comparada à de gerações anteriores de jovens, contribuíram para a sua influência na moda. Desde 1960, o modelo ‘de baixo para cima’, em que novos estilos surgem em grupos de status inferior e são mais tarde adotados por grupos de status superior, tem explicado um importante segmento dos fenômenos da moda. Nesse modelo, *a idade substitui o status social como a variável que transmite prestígio ao inovador de moda*. Estilos que emergem de grupos socioeconômicos inferiores são normalmente gerados por adolescentes e jovens adultos que pertencem a subculturas ou ‘tribos de estilo’ com modos de vestir característicos, que atraem a atenção e por fim levam à imitação por parte de outros grupos etários e socioeconômicos. Os novos estilos emergem também de subculturas pertencentes a estratos da classe média, como comunidades artísticas e homossexuais. Em ambos os modelos, o processo de difusão para baixo ou para cima tem sido acelerado pela exposição na mídia, o que leva à rápida informação a respeito de novos estilos em todos os níveis do sistema. No entanto, as trajetórias de difusão da moda são mais complexa do que qualquer um desses modelos sugere (CRANE, 2006, p. 44-45, grifo nosso).

A reflexão de Crane incentiva a indagar como as transformações que levam à passagem da imitação do modelo de classe alta para o modelo da juventude afetam os estilos de vida relacionados à vida familiar. Hobsbawn (2002), ao tratar da importância da juventude nas mudanças da segunda metade do século XX, considera que a cultura jovem teria acionado um movimento de circulação cultural de baixo para cima, seja nos estilos musicais, seja na moda – como o rock e o *blue jeans* – fazendo com que, por uma curiosa inversão, a linguagem das classes baixas urbanas se convertesse em modelo para as demais classes⁸⁷. Hipótese semelhante pode ser proposta para pensar as relações familiares, nas quais o estilo informal e flexível que historicamente era mais típico das classes baixas parece ter se difundido. Tratar-se-ia de uma inovação importante, quando se considera que historicamente o comportamento das classes baixas foi muitas vezes estigmatizado, como tratado a seguir.

⁸⁷ Na visão de Ehrenreich (1994), a cultura de massas, e em especial o cinema, favoreceu a circulação de imagens das classes baixas, bem como de seus estilos culturais, como foi o caso do rock’n roll, que fazia a crítica de valores caros à classe média, como estudo, trabalho e autoridade (p. 101). Esta circulação também é favorecida pelo fato de que os adolescentes se tornam um mercado e o marketing ajuda a construir a ideia de uma identidade adolescente universal.

1.2.4 Sobre os “sentidos” das mudanças nas famílias

Longe de ser um objeto autoevidente, os “sentidos” das mudanças nas famílias, em ambas as acepções, de direção e de significado, se encontram em disputa. É importante alertar não apenas que família é uma categoria ideológica, mas que as transformações nos comportamentos objetivos são acompanhadas (não de forma linear) por mudanças nas suas leituras subjetivas, reconhecendo de antemão que se está a adentrar um terreno cheio de estereótipos.

Uma questão complexa, sobre a qual esta pesquisa oferece apenas algumas intuições, diz respeito, portanto, às dinâmicas das representações sociais das famílias (e de suas diferenças por classes) e das relações de gênero (em especial da autonomia ou submissão feminina). Esta questão atravessa não apenas o debate brasileiro, como mostrado na revisão da literatura (seção 1.2), mas um extenso debate internacional sobre modelos nômicos e anômicos de relações familiares o qual cumpre mencionar de forma a deixar claro a dimensão ideológica do tema em questão – favorecendo a atenção crítica ao abordar o problema das variações por classe no comportamento familiar – bem como enfatizar que as dinâmicas de difusão de determinadas práticas familiares incluíram mudanças nas suas representações, favorecendo ressignificações à medida que práticas antes estigmatizadas se difundiam.

A questão das representações sociais é complexa e recebeu diversas abordagens na sociologia e na psicologia social, ou na intersecção de ambas. Moscovici mostra, por exemplo, que o processo de categorização social tende a exagerar a similitude no interior de uma categoria e a exagerar a diferença entre categorias: “quando falamos de um grupo semelhante, representamos um grupo humano e quando falamos de um grupo diferente, perseguido, representamos um grupo ‘animal’, não humano” (MOSCOVICI, 2009, p. 656). Moscovici analisa os processos pelos quais estereótipos ou preconceitos se organizam em torno de crenças profundamente enraizadas e “nós figurativos”, como sedentário/nômade, no qual se apoiou a perseguição a judeus e ciganos. Outras imagens como puro/impuro ou limpos/sujos são mais aplicados a diferenças nas formas de família e de comportamento de gênero, presente na sociodinâmica da estigmatização analisada por Elias (2000).

Bourdieu e Elias não consideram que a distribuição de poder diga respeito apenas ao poder econômico, mostrando as lutas de classificação, que inclui o capital simbólico associado a ter “família nômica”, e as dinâmicas culturais que estão presentes nas disputas entre grupos, o que inclui processos de estigmatização, imitação e distinção.

Bourdieu observa que a família em sua definição legítima implica em um privilégio simbólico: “o de ser como se deve, dentro da norma, portanto, de obter um lucro simbólico da normalidade” (1997, p. 130). Ainda que a diversidade de formatos familiares venha ganhando maior legitimidade social e legal, as expectativas quanto aos formatos tradicionais de família não desapareceram e provavelmente recaem mais sobre os grupos desprivilegiados em outras dimensões.

Quando se trata do mundo social, as palavras criam as coisas, já que criam o consenso sobre a existência e o sentido das coisas, o senso comum, a *doxa* aceita por todos como dada. (Para medir a força dessa evidência compartilhada, seria preciso relatar aqui o testemunho daquelas mulheres que entrevistamos recentemente, no decorrer de uma pesquisa sobre a miséria social e que, por não se comportarem de acordo com a norma tácita que impõe, de maneira cada vez mais imperativa à medida que envelhecemos, casar e ter filhos, falam todas das pressões sociais exercidas sobre elas, para chamá-las à ordem, a ‘se comportar’, a encontrar um cônjuge e a ter filhos – por exemplo, as fofocas e os problemas associados ao estatuto da mulher sozinha, em festas ou jantares, ou a dificuldade de ser inteiramente levada à sério, porquanto ser social incompleto, inacabado, como que mutilado.) (BOURDIEU, 1997, p. 127- 128).

Elias, por sua vez, observou que, na mesma condição material, o comportamento moral é empregado para reivindicar prestígio ou dominar/submeter de diferentes formas o outro grupo. Em seu conhecido artigo sobre as relações entre estabelecidos e *outsiders*, Elias (2000) trata das tensões e conflitos ligados ao equilíbrio de poder entre grupos, investigando a *sociodinâmica da estigmatização*, ou seja, as condições em que um grupo consegue lançar um estigma sobre outro. Ao pesquisar uma pequena comunidade britânica de trabalhadores, Elias encontra grupos que tem condições semelhantes nas variáveis habitualmente consideradas, como classe, etnia e habitação. O diferencial de poder estava no maior tempo de residência que dotava o grupo estabelecido de um maior grau de coesão grupal, identificação coletiva e normas comuns, capaz de conduzi-los à euforia (fantasia coletiva) de pertencer a um grupo superior⁸⁸, afirmando-se como humanamente superiores, ao mesmo tempo que definindo o grupo rival como humanamente inferiores ou “sujos”. Desta forma, o grupo estabelecido modela-se como exemplar mais nômico ou normativo e o grupo definido como outsider é apresentado como minoria anômica, indisciplinada e desordeira. A balança de poder entre

⁸⁸ Elias mostra a contrapartida desse processo, já que para participar do carisma grupal do grupo estabelecido, o indivíduo deve se submeter às normas grupais, pagando o preço de sua satisfação individual pelo orgulho de participar do grupo com o “medo da poluição”, que implica em não ter contato, exceto profissional, com o grupo outsider. O grupo estigmatizado é percebido como uma ameaça à identidade grupal dos estabelecidos que tratam de construir seu carisma grupal por oposição a desonra grupal do grupo outsider, sendo que tal estigma penetra a autoimagem do grupo estigmatizado, contribuindo para o enfraquecer ou desarmar. Além disto, a coesão interna do grupo estabelecido lhe permitia reservar para si cargos importantes nas organizações locais (conselho, escola, clube) e excluir o outro grupo, o que rendia maior acesso aos canais de tomada de decisão por parte do grupo estabelecido.

estabelecidos e outsiders envolve, do lado dos estabelecidos, lutas para preservar e aumentar os diferenciais de poder, e, do lado dos outsiders, pressões para reduzir os diferenciais de poder. É para o polo inferior, mais desprovido de poder, que a questão moral se torna mais evidente, seja como fonte de acusação, seja como base para uma resistência simbólica.

Ao realçar como rótulos podem ser usados para oprimir grupos⁸⁹, Elias lembra que o valor social das formas de família, os julgamentos morais sobre seus comportamentos, entram na estratificação e também são objeto de disputa. Skeggs (2011) também realçou que a respeitabilidade é o mecanismo chave pelo qual grupos são tratados como “outros” e patologizados. “Respeitabilidade contém julgamentos de classe, de raça, de gênero e de sexualidade e diferentes grupos têm acesso diferenciado aos mecanismos para gerar, resistir e mostrar respeitabilidade” (SKEGGS, 2011, p. 2). A seu ver, são as mulheres que são predominantemente observadas e enquadradas em categorias morais, notando, por exemplo, o uso de termos como “mãe solteira”, “mães do estado social” ou “bebês do crack” como ameaças à ordem social⁹⁰. Skeggs considera que esta é uma forma de tentar reduzir a questão da desigualdade estrutural em problema moral.

The historical legacies ensure that conflict between social classes is considered to be a problem of morality, rather than of structural inequality, in which the solution to the problem was seen to lie in familial regulation, primarily though the mother. Working-class women, especially (potential) mothers, are both the problem and the solution to national ills. They can be used and they can be blamed. (SKEGGS, 2011, p. 48).⁹¹

Frequentemente, a diversidade de formas de família foi invisibilizada em favor de um ideal social – particularmente o modelo de família conjugal de classe média (SMITH,

⁸⁹ Este tema também foi abordado por outros autores, em especial os interacionistas como Erving Goffman (1975) e Howard Becker (2008) que analisaram os processos relacionados ao estigma.

⁹⁰ Cita também a oferta de escola infantil para “compensar” as deficiências morais das famílias (SKEGGS, 2011, p. 43). Como realça Skeggs as mulheres são associadas ao estado moral da nação, a elas se atribui historicamente a responsabilidade de educar as gerações e também a culpa se as coisas vão mal. Na análise histórica do capítulo 3 também foram evidenciadas questões em torno da respeitabilidade de classe e de gênero, em especial em torno da moral feminina como base da moral familiar e da moral social.

⁹¹ Mas a respeitabilidade também oferece uma forma de poder positiva que permite construir distinções para com outras mulheres. Um exemplo que apresenta é a tentativa da classe média de difusão do ideal de domesticidade, de ensinar a ter prazer na domesticidade. “The definition of female respectability became part of the wider formation of domestic ideology and the propagation of home and family values. It brought together domesticity and sexuality in opposition to each other. Respectability was organized around a complex set of practices and representation which defined appropriate and acceptable modes of behavior, language and appearance; these operated as both social rules and moral codes. They impact upon women’s use of public space whereby respectability only occurred inside the home and not in the public realm of the streets. Women of the streets became a euphemism for prostitution. Upper and middle-class women could display their respectability and moral responsibility by trying to educate certain working-class women who were at danger from immoral behavior of the working class in general.” (SKEGGS, 2011, p. 46)

1970) – ou a diversidade foi rotulada e a diferença vista como um desvio a ser transformado. Isso foi bastante evidente nas análises sobre os “desvios” das famílias negras e das famílias pobres “desorganizadas”.

Um exemplo foi o relatório elaborado por Moynihan (1965) para o governo americano, com dados dos anos 1950-60, que argumentava que a desorganização familiar crescia entre os negros e diminuía entre os brancos. Sua tese foi objeto de muitas críticas em especial porque emprega uma série de termos pejorativos – como desintegração, desorganização, patologia social, fraqueza da comunidade negra – ainda que apresente algumas observações interessantes, como que o matriarcado começa com o fato de que mulheres nas classes baixas são mais educadas que os homens (p. 31) ou que o fato dos arranjos matriarcais serem minoria constitui-se numa desvantagem numa sociedade que valoriza o arranjo patriarcal⁹².

Também nos anos 60, Lewis falou de “cultura da pobreza”, definindo-a como um estilo de vida único, que se perpetuaria de geração a geração, com um conjunto de traços de não integração na sociedade mais ampla – como a não participação em partidos ou associações, subemprego e desemprego crônicos, baixos salários, pouca escolaridade e baixo acesso a bens culturais. Os traços centrais da cultura da pobreza seriam o fatalismo e o baixo nível de aspirações, incluindo também uma longa lista de aspectos do comportamento familiar:

En el nivel familiar los rasgos principales de la cultura de la pobreza son la ausencia de niñez como un estado especialmente prolongado y protegido del ciclo vital, precoz iniciación sexual, uniones libres o matrimonios consensuales, un porcentaje relativamente alto de abandono de mujeres y niños, una tendencia hacia las familias unificadas por el matriarcado y, en consecuencia, con mucho mayor conocimiento de los parientes maternos; una fuerte predisposición hacia el autoritarismo; falta de intimidad; énfasis verbal en la solidaridad familiar que rara vez se alcanza debido a la rivalidad y a la competencia por bienes limitados y el afecto materno. (LEWIS, 1966, p. 17-18)

A maior parte dos traços descritos por Lewis caracterizava-se por um negativo do comportamento supostamente típico das classes médias. Valentine questiona estas e outras teorias que assinalam os supostos defeitos da mentalidade e conduta das classes baixas para assim explicar sua posição e sua privação como resultado de suas próprias deficiências (1972, p. 29). Essa definição das classes baixas pela falta trazia, a seu ver, contradições: “Lewis prefiere hacer recaer todo su énfasis no en la eliminación de la pobreza, sino más bien de la ‘cultura de la pobreza’” (VALENTINE, 1972, p. 82), mostrando que a convicção implícita é

⁹² Aspecto válido também para o Brasil, onde igualmente a relativa e pioneira autonomia das mulheres nas classes baixas era mal-vista.

de que os modos de vida dos pobres deviam ser eliminados, ou, em outras palavras, os pobres deviam converter-se em classe média (p. 84).

Smith também identifica que a convicção acerca de uma estrutura universal de família nuclear foi contraposta à descrição das classes baixas e dos afrodescendentes nos Estados Unidos como “desorganização” das famílias devido à pobreza ou a escravidão. Esta visão supõe que, não fossem estes fatores, as famílias de classe baixa seriam iguais às de classe média.

A popular functional explanation of the discrepancy between behavior and values is to suggest either that behavior is deviant (because of disorganization produced by social conditions such as slavery or migration, or because of male irresponsibility, or because of the inadequate integration of the society or some other cause), or that there is a “stretching” or modifying of values necessitated by the circumstances of lower class life. Either explanation amounts to an assertion if it were not for these disturbing conditions, the family life of lower class people would be essentially the same as that of the middle class, which is the “normal” pattern for the society as a whole (SMITH, 1970, p. 56-57).

A relação entre cultura e classe social, no entanto, é complexa porque inclui desigualdades de oportunidades e variações culturais. Diferenciar um componente do outro é usualmente difícil, como mostra Smith, ao recordar que as fronteiras das famílias de classes baixas são usualmente elásticas, o que antecipa o modelo de flexibilidade atual: “the question at issue is whether such an open system of support networks is ‘caused’ by poverty, or whether it is an expression of the particular kind of kinship system that characterizes the lower class. It is probably foolish to pose the question in that way since the two things are inextricably interwoven” (SMITH, 1970, p. 69).

Cherlin (1992) observa que a questão da diferença cultural precisa ser considerada porque a estrutura econômica e social não explica toda a diferenciação no comportamento familiar. Neste sentido, Cherlin considera que o que deve ser entendido como cultura e diferença cultural no estudo das famílias são as compreensões partilhadas pelos grupos sobre a natureza da instituição familiar, sobre o que uma família faz e quem é uma família. Tais ideias afetam os arranjos formados e as expectativas em relação aos familiares, que dependem também das oportunidades e constrangimentos que as pessoas experimentam (CHERLIN, 1992, p. 108).

Estudos recentes sobre cultura e pobreza reanimaram o debate sobre diferença cultural que ficou por muito tempo interrompido, por ter sido associado ao discurso de “culpar a vítima”. Small, Harding e Lamont (2011) resgatam as contribuições de uma nova geração de estudiosos da relação entre pobreza e cultura, os quais procuram se distanciar da geração anterior que é associada a Lewis e Moynihan. Consideram relevante a reemergência deste

tema por uma série de razões⁹³, dentre as quais a necessidade de “derrubar mitos existentes sobre as orientações culturais dos pobres” (SMALL; HARDING; LAMONT, 2011, p. 94).

Novos conceitos vêm mostrando a diversidade de formas e a dinamicidade das relações interculturais. A nova geração de pesquisadores do tema concebe a cultura de maneiras variadas, empregando sete conceitos diferentes – valores, *frames*, repertórios, narrativas, fronteiras simbólicas, capital cultural e instituições. Não existe consenso se existe mais ou menos heterogeneidade de valores entre os pobres, mas há argumentos em favor de que não existe uma única cultura de gueto, mas sim variações consideráveis nos frames (lente ou maneira como se interpreta a vida social). Outra visão é de que “os pobres não possuem valores diferentes do resto da sociedade, mas, antes, têm acesso a repertórios diferentes, a partir dos quais desenvolvem suas estratégias de ação”, considerando que “repertório é mais um depósito de ideias ao qual se pode recorrer, e menos um sistema de valores ou normas unificado” (p. 102).

Capital cultural é um termo empregado de diferentes formas, muito frequentemente para realçar como pais de classe média e alta repassam seus privilégios a seus filhos, mas existem outros usos, inclusive o conceito de “capital cultural não dominante”, “ou seja, gostos musicais, estilos de moda e padrões de fala que sinalizam “autenticidade cultural” em comunidades de minorias pobres” (SMALL; HARDING; LAMONT, 2011, p. 105). Já as narrativas estão relacionadas às identidades sociais, na medida em que as pessoas conferem sentido às suas vidas através de narrativas sobre suas experiências pessoais, as quais criam vínculos (ou “enredamentos”) entre partes do mundo social; enquanto fronteiras simbólicas estão relacionadas às divisões entre grupos.

os limites simbólicos constituem um sistema de classificação que define a hierarquia de grupos e as semelhanças e diferenças que existem entre eles. Eles tipicamente acarretam e justificam uma hierarquia de valor moral entre indivíduos e grupos. Os limites simbólicos são uma condição necessária, porém não

⁹³ Além destas razões científicas, motivações políticas também são incentivo para o estudo desta relação, ajudando a evitar inclusive que políticas públicas errem o foco por não conhecer as práticas do público a que se destina. Neste aspecto, os autores oferecem um exemplo interessante que se refere a políticas de família: “Outro exemplo pode ser visto entre os estrategistas políticos nos Estados Unidos. Nos últimos anos, os políticos têm lançado “campanhas” pró-casamento para mudar as atitudes culturais em relação ao casamento entre os pobres, baseando-se na crença de que os pobres apresentam um índice maior de natalidade entre mães solteiras porque estas não valorizam o casamento tanto quanto as pessoas da classe média. Mas Kathryn Edin e Maria Kefalas (2005) entrevistaram mais de uma centena de mães de baixa renda e descobriram que, ao contrário, muitas delas valorizam o casamento – na verdade, tinham o casamento em tão alta estima que elas hesitavam em se casar, porque acreditavam que tanto elas quanto seus parceiros precisavam estar preparados emocional e financeiramente para ele. Infelizmente, muitas das mulheres tinham poucas esperanças de que seus parceiros algum dia se transformariam em ‘material de casamento’, de tal forma que a espera pelo casamento as teria exposto ao alto risco de nunca se tornarem mães. Independentemente de como os estrategistas políticos avaliem a sensatez de tais decisões, supondo que as mães da pesquisa de Edin e Kefalas sejam representativas para as mães de baixa renda, então as políticas destinadas a fazer com que as mães deem mais valor ao casamento estão simplesmente tentando convencer as pessoas de algo em que elas já acreditam.” (SMALL; HARDING; LAMONT, 2011, p. 97).

suficiente para os limites sociais mais facilmente reconhecíveis de segregação residencial e ocupacional, de exclusão racial e de classe e padrões de miscigenação (SMALL; HARDING; LAMONT, 2011, p. 104)

Estes debates incitam a reflexão sobre até que ponto existem fronteiras de classes quanto ao comportamento familiar e até que ponto esta é uma dimensão simbólica compartilhada pelas classes. Um ponto importante realçado por Smith (1970) é a coexistência de três sistemas de parentesco: um puro (como sistema simbólico), outro normativo e outro comportamental. Segundo ele, a família nuclear é um sistema simbólico profundamente enraizado na tradição judaico-cristã das culturas ocidentais, tendo como paradigma último a “sagrada família” (José, Maria e Jesus). A noção de pai, mãe e filhos esta na base da compreensão de todo o sistema de parentesco (pai, mãe, esposo, esposa, filho, filha, irmão, irmã etc.), seja na construção de genealogias, seja nas noções de amor carnal/sexual e amor cognático ou de solidariedade consanguínea⁹⁴. A seu ver, esta concepção cultural de família e parentesco é partilhada em nível abstrato por distintas classes e etnias no mundo ocidental. Já o sistema normativo de família diz respeito às normas de interação entre os diferentes papéis familiares e está sujeito a variações por classe entre muitas outras dimensões⁹⁵.

A família como casal e filhos pode permanecer ainda por muito tempo como o modelo simbólico dominante num nível mais abstrato, um ideal judaico-cristão, como mostra Smith, mas nota-se que o sistema normativo cada vez mais caminha para a diversidade, inclusive com a crítica do modelo heteronormativo (ENCARNACIÓN, 2011, ROUDINESCO, 2003). Se, como diz Bourdieu, “ter família nômica” continua a ser parte do capital simbólico, a definição de nômico (ou o que se enquadra e é aceito nas normas) tende a se ampliar, do que dão sinais as mudanças nas leis, a queda de rótulos e a tolerância na opinião pública⁹⁶.

⁹⁴ “The nuclear family in this sense is at the very heart of the structure of the pure kinship system, for its constituent elements are the basis for the elaboration for all the other categories of the system. This is such an obvious truth that anthropologists have frequently assumed that one could construct any genealogy no matter how extensive, and in any society, simply by asking for each person mentioned: “Who was his father; who was his mother; who are his brothers and sisters; who is his wife or wives; and who are his children?” Apart from the terms Aunt, Uncle and Cousin, the whole terminological system is built up from terms which define the constituent units of the nuclear family – Father, Mother, Husband, Wife, Son, Daughter, Brother, Sister. Finally, from the unity of husband and wife united in carnal love flows the unity of consanguineal solidarity or cognatic love, and these provide a paradigm for conceptions about the whole of kinship” (SMITH, 1970, p. 58).

⁹⁵ Smith nota que, nos Estados Unidos de então (anos 60), as famílias de classe média eram supostas autossuficientes em termos de renda e de trabalho conjunto, conseguindo manter-se isolada dos demais parentes, mas nas classes baixas não existia esta ênfase na unidade e solidariedade da família nuclear.

⁹⁶ Encarnación (2011) realça a importância da agenda internacional globalizada, em especial com a ascensão dos direitos humanos na política internacional pós Guerra Fria, contexto no qual os direitos das mulheres tomam parte de um movimento geral de afirmação dos direitos humanos de diversas categorias. O exemplo dos direitos dos homossexuais na América Latina é ilustrativo a esse respeito. Encarnación (2011) mostra que, embora seja tentador explicar através da noção de modernização a descriminalização da homossexualidade e a emergência de

Stacey nota, para o caso americano, que o que antes era considerado patologia das famílias negras cresce na sociedade como um todo: “changes in African-America family patterns that Moynihan’s report had treated as pathology, particularly unmarried childbearing and single motherhood, escalated in the Reagan era among whites as well as Blacks” (STACEY, 1998, p. 15)⁹⁷. Para destacar o potencial democratizante do atual contexto de diversidade familiar, Stacey opta pelo termo “famílias pós-modernas”, realçando a ruptura com o imaginário de família moderna – formada de casal com homem provedor, mulher dona de casa e filhos. A definição de família pós-moderna de Stacey realça justamente a fluidez e diversidade, ao invés da ideia de um modelo dominante:

Like postmodern culture, contemporary family arrangements are diverse, fluid, and unresolved. [...] No longer is there a single culturally dominant family pattern which the majority of Americans conform and most of the rest aspire. Instead, Americans today have crafted a multiplicity of family and household arrangements that we inhabit uneasily and reconstitute frequently in response to changing personal and occupational circumstances. (STACEY, 1990, p. 17)

Hill (2012) lembra que o modelo do homem provedor e mulher dona de casa difundiu a ideologia do amor romântico após a segunda Guerra Mundial, mas que dura pouco pois nos anos 70 já cresce o divórcio. O modelo antes inovador da “família moderna” já se torna tradicional aos olhares mais recentes⁹⁸. A seu ver, este modelo idealizado, de curta duração e do qual boa parte da população esteve fora, tornou-se, sobretudo, símbolo do quanto a diversidade das formas de família foi ignorada nas pesquisas. Por isso, Hill realça a importância do impacto dos movimentos sociais nos anos 60-70 (HILL, 2012, p. xxv) que

direitos (união civil e outros direitos de família, além de legislação antidiscriminação) em alguns países da América Latina, tais mudanças ocorreram num contexto ainda historicamente hostil. Segundo dados do AmericasBarometer de 2008 citados por Encarnación, o Brasil apresentaria entre 40 e 50% da população com alta tolerância a homossexualidade (Argentina, Uruguai, Estados Unidos e Canadá teriam mais de 50%), mas outros 19 países latino-americanos teriam percentuais inferiores ao Brasil. Os direitos dos homossexuais foram alcançados, portanto, sem a aceitação popular da homossexualidade.

⁹⁷ Discutindo os dilemas que o consumo de massa coloca para a diferenciação de status e a autocrítica americana da abundância, Ehrenreich oferece algumas pistas interessantes sobre a dinâmica de classes. Ela mostra que os temores quanto às classes baixas deve-se ao fato de que elas, por razões distintas, anteciparam os valores que a cultura do consumo viria a difundir. Como na discussão sobre cultura da pobreza, os comportamentos que eram condenados nos pobres – relativos à orientação para o presente, o que impedia de planejar o futuro – afetando inclusive a esfera familiar, eram semelhantes às dimensões imediatistas e hedonistas da cultura do consumo. “O que a classe média viu nos pobres – ou, mais precisamente, projetou neles – foram os efeitos preocupantes da abundância. Os pobres não participavam da abundância mas, estranhamente, vieram a representar seus piores efeitos no caráter humano. Que tipo de personalidade se desenvolve na cultura da pobreza exceto aquele do consumidor ideal? [...] O consumidor ideal, como o habitante da cultura da pobreza, é hedonista, impulsivo e auto-indulgente. O que melhor serviria às indústrias de bem de consumo seria que todos abandonassem sua ‘capacidade para adiamento do prazer’ e se tornassem tão sugestionáveis e viciados em sensação quanto se julgava que os pobres fossem.” (1994, p. 46-47).

⁹⁸ Portanto, a atribuição de rótulos de moderno e tradicional depende do ponto de vista e do momento no tempo em que é feita a análise.

colocaram em questão a universalidade de modelos de família e incentivaram a pesquisar sua diversidade.

Himmelfarb (1995) também aborda a reviravolta nas definições do que é desviante e do que é normal, no contexto em que se difundem pela sociedade comportamentos que antes eram rotulados como patologia (p. 233).

Divorce and illegitimacy, once seen as betokening the breakdown of the family, are now viewed benignly as “alternative life styles”; illegitimacy has been officially rebaptized as “nonmarital childbearing”; and divorced and unmarried mothers are lumped together in the category of “single parent families”. [...] As deviancy is normalized, so the normal becomes deviant. The kind of family that has been regarded for centuries as natural and moral – the “bourgeois” family, as it is invidiously called – is now seen as pathological, concealing behind and facade of respectability the new “original sin,” child abuse. (HIMMELFARB, 1995, p. 235-236)

Diante destes debates de longa data sobre as variações e os sentidos da difusão de comportamentos familiares entre as classes, deve-se destacar que as mudanças nas famílias envolvem também a dimensão de status, referente ao prestígio ou valor simbólico atribuído às práticas familiares. O status pode ser analisado nas duas dimensões identificadas por Turner – referentes à percepção subjetiva das formas de família (aproximação possível através das pesquisas de opinião, por exemplo) e também seu status sócio-jurídico⁹⁹. Ainda que não se proceda a uma análise sistemáticas destas dimensões, algumas evidências sobre as mudanças na legislação e a percepção subjetiva das formas de famílias são apresentadas ao longo do texto sempre que ajudam a esclarecer as dinâmicas em curso, e a própria legitimação dos novos comportamentos familiares. Como alertar Turner, a existência de diferentes princípios de estratificação não deve levar a supor que um substitua o outro, visto que frequentemente tais princípios convivem, sendo uma questão empírica identificar quão relevantes são para definir comportamentos sociais diferenciados¹⁰⁰.

A diversidade de formas de família não é, portanto, neutra, pois a valorização diferencial das formas de família faz com que modelos de família sejam objeto de imitações

⁹⁹ Segundo Turner (1989, p. 17), “o status é uma posição dentro da estrutura social pela qual um indivíduo, segundo vários critérios imputados e alcançados, é avaliado com base no prestígio ou na honra [...] Dentro da literatura sociológica, identificamos uma dimensão ‘subjetiva’ do status (percepções individuais do prestígio) e uma dimensão ‘objetiva’ (os direitos sociojurídicos do indivíduo)”.

¹⁰⁰ Como realça Turner, “a verdade é que, empírica e historicamente, a classe e o status, como eixos de desigualdade e estratificação, estão habitualmente misturados dentro dos sistemas sociais. O caráter dessa mistura só pode ser averiguado por análises empíricas, históricas e comparativas” (1989, p. 29). Turner considera que as análises de classe (econômicas) e status (prestígio) longe de se excluírem, são mais produtivas usadas em combinação (p. 27). Considera inclusive o interesse de diferenciar também a dimensão dos direitos, realçando que sua “análise da estratificação social examina as estruturas econômicas (classes), a distribuição dos direitos legais (cidadania) e a organização do prestígio e da honra em termos de ‘capital cultural’ (status como estilos de vida culturais)”. (TURNER, 1989, p. 27)

ou de estigma de classe e gênero. Os tipos de família são portanto em si mesmo objeto de prestígio e de disputas simbólicas entre as classes, incluindo processos de estigmatização (ELIAS, 2000), lutas de classificação em torno do capital simbólico que representa a “família nômica” (BOURDIEU, 1996), além de imitação (TARDE, 1983), contágio (SPERBER, 1996) e resignificação (CHARTIER, 2002).

A questão das variações no prestígio e nos direitos que diferentes formas de famílias e comportamentos de gênero recebem fica mais evidente através do recuo ao passado, no capítulo a seguir, que explicita muitos dos rótulos de classe e gênero com que os comportamentos familiares foram lidos no passado brasileiro. Mudanças nas leis que regem a vida familiar e tendências de maior aceitação (ou tolerância) que determinados comportamentos passam a receber serão abordadas também ao longo dos capítulos subsequentes sobre o período 1976-2012.

1.3 Contextualização histórica: o passado e presente da “revolução das mulheres” no Brasil de uma perspectiva de longa duração

Nesta seção faz-se uma breve análise histórica sobre os antecedentes na longa duração e a contextualização da “revolução das mulheres” no Brasil. Pretende-se aqui indagar, inicialmente, o que foi o “patriarcado brasileiro” e como as desigualdades de gênero variaram entre as classes sociais, de forma a contextualizar as mudanças analisadas. Por outro lado, constata-se que a partir do século XIX se desenham processos que favoreceram a maior inclusão feminina na vida pública e colaboraram para a ampliação das oportunidades femininas. Por fim, destaca-se a importância do período enfatizado nesta pesquisa (1976-2012), um período de modernização no qual se intensificam também as mudanças na condição feminina.

A observação da história permite levantar duas ordens de questões importantes para a análise das relações de poder que se tecem na vida familiar. Por um lado, realça-se que a estratificação de gênero e suas mudanças (o patriarcalismo contrastado aos ganhos de autonomia femininos) eram experimentadas de formas variáveis pelas mulheres, conforme sua condição socioeconômica (prefere-se este termo genérico, já que não é possível falar estritamente de classes no passado colonial, onde a estratificação incluía a noção de nobreza) e étnica. Por outro lado, realça-se que a desigualdade entre homens e mulheres é estrutural, mas não absoluta, pois, como sugere a visão relacional do poder que Giddens chamou de

“dialética do controle”, ser um agente humano é ter poder, no sentido de "ser capaz de 'fazer uma diferença' no mundo" (1982, p. 197). Neste sentido, observa-se que as mulheres sempre buscaram brechas para sua autonomia, ainda que estas possibilidades variassem por condição socioeconômica e etnia. Senhoras proprietárias, em especial viúvas, podiam gozar de relativa autonomia, ainda que nos limites do patriarcalismo¹⁰¹. Importa entender porque as mudanças na condição feminina se ampliam e se difundem no contexto recente¹⁰².

As mudanças na condição feminina e nas relações familiares, ainda que sejam beneficiadas por lentos e cumulativos processos históricos, tenderam a se acelerar diante dos processos de modernização. Um conjunto complexo de fatores subjaz as transformações na condição das mulheres nas famílias e na sociedade, mudanças mais evidentes quando contrastadas ao passado, quando, além das oportunidades de trabalho restritas para as mulheres, não havia condições de controle da fecundidade e costumes, leis e expectativas tradicionais restringiam os espaços femininos.

Se no passado a chefia feminina decorria de eventos como viuvez, abandono ou mobilidade da população masculina, hoje este e outros arranjos são entendidos mais como autonomia de decisão das mulheres. Observa-se que houve, na longa duração, uma transição da valorização de um modelo de reclusão feminina para outro de profissionalização feminina, sendo a valorização do trabalho das mulheres de classe média como professoras um dos primeiros marcos nesta mudança (NOGUEIRA, 1962).

A autonomização das mulheres constrói-se na longa duração junto com a modernização da sociedade, mantendo-se a centralidade das desigualdades entre mulheres, como no caso do trabalho que era obrigação para umas e vai adquirindo o sentido de “projeto pessoal” para outras. As mudanças nas famílias e na condição das mulheres é uma dimensão do processo de modernização da sociedade que, além de desigual, pode avançar mais em

¹⁰¹ Um exemplo literário ilustrativo é o romance *Dona Guidinha do Poço*, que tem por personagem principal uma senhora proprietária, que usufrui de muito poder, mas que vê seu poder e reputação minados por seu enquadramento moral diante de um relacionamento extraconjugal. O romance realista de Manuel de Oliveira Paiva baseia-se na história real da fazendeira Marica Lessa, que, em Quixeramobim, foi processada e condenada pelo assassinato de seu marido o Cel. Domingos d'Abreu e Vasconcelos por volta de 1853, crime por ela encomendado em virtude de seu amasiamento com um sobrinho do marido, Senhorinho Pereira. Ao ser solta, estaria semienlouquecida e pobre, perambulava pelas ruas de Fortaleza.

¹⁰² A análise histórica representa também uma oportunidade de rever os estereótipos sobre a modernização das famílias, vislumbrando sua complexidade e heterogeneidade. Desta forma, é possível rever o mito que se construiu em torno da noção de “família moderna”, mostrando que há diversidade no mundo pré-moderno e no moderno e não só na pós-modernidade, a despeito da noção difundida da família pós-moderna que teria descoberto só recentemente a diversidade familiar. Ao rever as teses sobre as mudanças históricas nas famílias e desconstruir visões simplistas como as da suposta passagem da família extensa a nuclear na transição de uma sociedade pré-capitalista para a capitalista (também assumidas como tipos monolíticos e universais), Gittins realça que “to ask what effect industrialisation had on ‘the family’ is to ignore the variability of both industrialization and families” (GITTINS, 1993, p. 21).

alguns aspectos do que em outros. Pode, portanto, conter paradoxos ou contradições em relação às expectativas dos atores sociais (em particular, de atores engajados como o movimento de mulheres), além de conter significados distintos para arranjos semelhantes.

O objetivo deste capítulo é problematizar a relação entre vida familiar e as estratificações de gênero e classe no Brasil na longa duração, da qual se pode recolher algumas hipóteses para entender as tendências de redução de diferenciais, queda de rótulos e ampliação das oportunidades femininas de individuação¹⁰³. Pode-se, portanto, indagar sobre mudanças na distribuição do poder em pelo menos três dimensões, considerando em que medida reduzem-se as desigualdades entre classes no comportamento familiar, em que medida perdem força os estigmas em torno de determinados formatos familiares (de classe e também de gênero), e em que medida ampliam-se as oportunidades de autonomia das mulheres.

Mudanças na estratificação de classe, na estratificação de gênero e nos modelos de família compõem três faces de um mesmo processo, que incluiu a difusão de comportamentos familiares entre as classes (alterando os diferenciais de classe), a legitimação social de comportamentos familiares antes estigmatizados (favorecendo a aceitação e revalorização da diversidade familiar) e a ampliação dos espaços de individuação e autonomia das mulheres nas relações familiares (levando a um novo equilíbrio nas relações de gênero).

É preciso fazer a ressalva de que a informação histórica aqui apresentada busca contextualizar e ampliar a compreensão do objeto, mas não pretende ser exaustiva. Nota-se que os dados são parciais especialmente do ponto de vista da diversidade de classe, diante da tendência das sociedades e, logo, dos dados históricos, de melhor registrar informações dos estratos superiores que tem mais acesso às formas escritas¹⁰⁴. Não obstante, uma breve leitura sociológica dos dados históricos evidencia múltiplas relações entre os comportamentos familiares e os sistemas de estratificação, marcadas pela convivência entre modelos de família diferentemente valorizados, pela heterogeneidade social da condição das mulheres, por paulatinas mudanças sociais na estratificação de gênero que favorecem a autonomia feminina e alteram o lugar das mulheres nas estratégias familiares, além de dinâmicas de difusão e de conflito entre classes.

¹⁰³ Hipóteses, portanto, em torno de processos de democratização (o que Elias chama de “democratização funcional”, que diz respeito à distribuição de poder, inclusive poder simbólico) observáveis na longa duração.

¹⁰⁴ Como lembra Rizzini: “o que de substancial ficou registrado é a história “contada” por quem tinha acesso aos estudos, à imprensa e às gráficas, i.e., pelos representantes da elite. Os que escreviam tinham uma atuação na esfera pública – os mesmos que intervinham sobre a vida dos pobres, os que faziam as leis, reformavam as instituições e as pessoas, de acordo com seus valores.” (1997, p. 52)

1.3.1 O patriarcalismo no passado colonial brasileiro

Muito tem sido escrito sobre as origens patriarcais da família brasileira. Em *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre apresenta a conhecida descrição da família patriarcal no período colonial brasileiro, uma família chefiada por um patriarca que detinha poder sobre seus filhos e esposa e também sobre agregados e escravos, constituindo uma família extensa. Antônio Cândido (1951) mostrou que existia um núcleo central, formado pela família legítima e de um núcleo periférico que incluía escravos e agregados, dentre os quais concubinas e filhos ilegítimos. O núcleo central se formava através do casamento contratado, privilegiando alianças políticas e econômicas, visíveis na metáfora “misturar sangues bons”¹⁰⁵.

Esta imagem acabou sendo hegemônica quanto à caracterização do que seria a família no período colonial brasileiro. No entanto, diversos estudos posteriores trataram de revisar esta imagem¹⁰⁶, mostrando que, para além da realidade consagrada pelo modelo de Freyre (1994) para os engenhos, a vida familiar na colônia comportava cenários muito variados: “muitos maridos ausentes, companheiros ambulantes, mulheres chefiando seus lares e crianças circulando entre outras casas e sendo criadas por comadres, vizinhas e familiares” (PRIORE, 1995, p. 47). Condições difíceis de vida e limitadas oportunidades de trabalho para as mulheres acentuavam a importância do casamento, por suas implicações de proteção à prole, coabitação e indissolubilidade, representando “enorme dose de estabilidade para mulheres que bracejavam nas perigosas marés da sobrevivência” (PRIORE, 1995, p. 50). No entanto, eram frequentes nas camadas inferiores os concubinatos e a matrifocalidade, favorecidos pelo desequilíbrio de sexos causado pela mobilidade dos homens.

Nos quatro primeiros séculos de nossa história, a dinâmica das uniões resultava de três componentes principais: a herança portuguesa, das pouco institucionalizadas “uniões segundo o costume do reino”; as pressões de institucionalização decorrentes do Concílio de Trento e dos interesses populacionais do Estado; e as condições locais, marcadas pelas práticas escravista e colonialista que, pela alta mobilidade da população em busca de riquezas e pela interferência senhorial na vida privada de seus escravos, resultavam em alta incidência

¹⁰⁵ Para explicar a existência do núcleo periférico, Cândido recupera o argumento de Gilberto Freyre de que diante da escassez de mulheres, a organização familiar adaptou-se a realidade local pela reprodução com escravos e índios com os quais, todavia, os brancos portugueses não constituíam famílias legítimas. Todavia, em sua análise, Cândido se detém no núcleo legítimo, pouco se atendo ao que ele considera uma massa sem nome dos socialmente degradados, vivendo fora das normas regulares de conduta (1951, p. 304).

¹⁰⁶ No Brasil, Mariza Corrêa (1982) e Eni Samara (1989) estão entre as primeiras a questionarem teórica, política e empiricamente a noção de família patriarcal e extensa presente no pensamento social brasileiro, à qual se irá contrapor os estudos empíricos que surgem no Brasil, inspirados pelo desenvolvimento da história social na Europa. Para uma revisão das visões sobre o patriarcado no pensamento social brasileiro, ver Aguiar (1997).

de concubinato (SILVA, M. B. N., 1984). Na visão de Vainfas (1997), o concubinato devia-se à precariedade e incerteza que marcavam as condições de vida de amplos segmentos da população, para os quais não fazia sentido casar, como o era para as elites que tinham no casamento um instrumento de transmissão de herança e formação de alianças sociais¹⁰⁷.

Também por ser uma prática dispendiosa, o matrimônio na forma tridentina, aliás única então existente¹⁰⁸, era, segundo Nizza da Silva (1984), experimentado prioritariamente pela elite. Era a mulher quem era escolhida, priorizando-se a igualdade de idade, condição, fortuna e saúde, na definição do *casamento entre iguais*, condição regulada não só pelos costumes sociais, mas também em termos legais, pois era justificativa para que a filha que houvesse se casado sem autorização do pai não fosse punida, caso o marido escolhido fosse de condição superior àquela que seus pais teriam sido capazes de lhe conseguir. Pressupunha-se das mulheres casaduras a virgindade, e, para garantia de sua honra, se preciso, as aprisionavam em conventos ou recolhimentos. Depois de casadas, cobrava-se a fidelidade feminina, sendo o adultério passível de ser punido com a morte: seguramente a da esposa adúltera e também a do sedutor, caso esse não fosse de condição social superior a do marido traído¹⁰⁹. A violência doméstica era aceita, sendo reconhecido o direito do marido corrigir a esposa, servindo como justificativa para separações apenas os casos considerados excessivos.

O pátrio poder, resguardado pelo Estado, e a influência familiar sobre o matrimônio se exerciam desde a necessidade de autorização paterna para se casar, sem a qual se corria o risco de perder direito a herança¹¹⁰, até o costume de avós apadrinharem seus netos. Quanto à autonomia feminina na administração de seus bens, Silva (1997) chama a atenção para o fato da legislação portuguesa ser muito mais protetora em relação às mulheres do que aquela vigente à época nas colônias inglesas da América do Norte. O sistema de dotes – representando estes um adiantamento da herança da filha – e o casamento por meação

¹⁰⁷ Faria (1994) lembra que a incidência de concubinato, prole ilegítima e chefia feminina varia de acordo com as condições econômicas da região em questão, sendo mais comuns em áreas com intenso fluxo populacional, tais como as de mineração, já as atividades sedentarizadas como a agricultura exigiam unidades familiares estáveis.

¹⁰⁸ Os casamentos de pessoas de religiões dissidentes só serão regularizados no Império, em 1861 e o casamento civil será instituído apenas com a República em 1890. No período colonial, do ponto de vista do Estado, a principal fonte de normas jurídicas em relação ao casamento são as Ordenações Filipinas. Já quanto às normas religiosas, havia as determinações do Concílio de Trento e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.

¹⁰⁹ Numa sociedade que atribuía diferentes deveres e direitos conforme o estatuto jurídico das pessoas, os crimes relacionados à moral familiar eram desigualmente punidos, como neste exemplo da legislação portuguesa válida igualmente para o Brasil: “[...] O adultério é punido (a menos de perdão do marido) com execução capital dos dois culpados; mas se o adúltero for de melhor condição que o marido, por exemplo, aquele fidalgo e este cavaleiro ou escudeiro, ou aquele cavaleiro e escudeiro e este peão, a sentença não será executada sem confirmação régia [...] ao marido que encontrar a mulher em adultério é lícito matar o adúltero, mas não se este for fidalgo, cavaleiro ou de semelhante qualidade. Estas medidas revelam bem o sentido hierárquico da sociedade e quanto o poder está a serviço da preservação dessa hierarquia.” (GODINHO, 1971, p. 59-61).

¹¹⁰ Outro exemplo das desigualdades de gênero é que o mesmo não poderia ser feito com os filhos homens.

garantia que as mulheres recebessem seu quinhão em caso de viuvez ou separação, podendo então administrar seus bens. Já as solteiras, quando órfãs, podiam requerer sua emancipação, recebendo sua legítima parte da herança, o que substituía o dote e lhes liberava da necessidade de autorização paterna para se casarem. Dotar as filhas não era uma prática só das elites. Cada camada social oferecia dotes segundo suas possibilidades, encontrando-se, inclusive, a dotação das jovens da Roda dos Expostos¹¹¹ para que essas conseguissem casamento.

No Brasil colonial, as oportunidades de vida das pessoas eram muito dependentes de sua condição familiar, diante de uma individuação muito limitada e de um contexto fortemente familista. A legislação da época punia com o fechamento de oportunidades aqueles que se inserissem em relações familiares ilegítimas. Filhos bastardos e pessoas em concubinato não tinham, por exemplo, acesso a cargos públicos. Portanto, o controle da sexualidade feminina definia as oportunidades sociais das mulheres e também dos filhos que viessem a nascer. A importância do reconhecimento da paternidade (em testamentos e cartas de legitimação) estende-se ao longo de todo o ciclo de vida: na infância, pelo suporte que seria dado pelo pai e pela preservação da honra da mãe; na vida adulta, devido aos assentos necessários para concorrer a cargos públicos, entrada para carreira religiosa, ou contrair matrimônio; e na transmissão de herança, reservada à família legítima.

Desigualdades socioeconômicas e étnicas vulnerabilizavam diferentemente as mulheres às mazelas do patriarcalismo. Entre as mulheres escravas eram usuais o assédio e violência sexual dos senhores, livres dos entraves das normas morais e religiosas que resguardavam o papel procriador das mulheres brancas. Nesse contexto, a exaltação sexual da escrava em nossa cultura teria um papel justificador para a cultura branca e machista, tentando apresentar o homem como seduzido (GIACOMINI, 1988). Embora pesquisas indiquem a existência de famílias escravas relativamente estáveis (SLENES, 1999), a população escrava – cujo direito de casar-se era assegurado – sofria as limitações impostas pelos senhores, os quais não viam vantagem em casá-los. As dificuldades para que os escravos se casassem mostravam-se ainda maiores quando se leva em conta que a burocracia da Igreja não era

¹¹¹ A Roda dos Expostos era “nos asilos e orfanatos, espécie de caixa giratória onde se colocavam as crianças enjeitadas” (RIZZINI, 1997, p. 296). Revelam as contradições do Brasil colonial, seja por encobrir filhos ilegítimos, dentro do prevalecente controle da sexualidade feminina e da moral familiar, seja por revelar a ausência de apoio às famílias pobres. Venâncio (1999) intitulou sua pesquisa a respeito da Roda como “famílias abandonadas”, substituindo o antigo rótulo de crianças abandonadas e denunciando sim o abandono das famílias pobres pelo poder público, pois, por uma perversidade institucional, “desde os séculos XVIII e XIX, a única forma de as famílias pobres conseguirem apoio público para a criação de seus filhos era abandonando-os”(1999, p. 13). Segundo Venâncio, a ausência de apoio às famílias de classe baixa determinava o abandono de crianças por pais ou mães incapazes de sustenta-las. Esperançosos de garantir melhores condições de vida aos seus filhos, muitas famílias pobres os entregavam à Roda dos Expostos, o que, na verdade, acabava por redundar em alta mortalidade infantil.

diferente para os escravos, para quem era ainda mais difícil conseguir as certidões necessárias. Não obstante, estudos mostram a existência não pouco frequente de casamentos entre escravos. Slenes (1994), por exemplo, ao estudar Campinas por volta de 1872-3, mostra que nas plantações com maior número de escravos era alto o índice de escravas casadas e cujos filhos legítimos viviam com ambos os pais. A situação não era a mesma nas pequenas plantações, e para os homens, dada a desproporção entre sexos no tráfico negreiro.

Na historiografia da família no período colonial, a chefia feminina é um tema frequentemente empregado para discutir até que ponto o patriarcalismo cerceava a liberdade feminina. Diante da ampla movimentação de homens que caracterizava a vida colonial era comum as mulheres, apesar de casadas, viverem longo espaço de tempo com os maridos ausentes. Além disso, casos de abandono pelo marido eram frequentes, muitas vezes seguidos de novo matrimônio deste, caracterizando a bigamia. Por tudo isso, era comum encontrar mulheres chefiando fogos de forma temporária ou permanente, o que poderia significar tanto a existência de um certo espaço de autonomia para elas, quanto as uniões precárias em que muitas se inseriam. Em São Paulo, por exemplo, Samara calcula, a partir dos maços de população de 1836, que cerca de um terço dos domicílios eram chefiados por mulheres (1989, p. 36). A exigência de coabitação para a caracterização do crime de concubinato também ajuda a explicar a alta incidência de mulheres solteiras vivendo sozinhas com os filhos, como as mulheres de clérigos e de homens solteiros ou casados que não as quisessem ou pudessem assumir como esposas.

As oportunidades de trabalho remunerado para as mulheres livres eram em geral restritas, incluindo ocupações como costureiras, cozinheiras, lavadeiras e vendeiras. Silva (1997) mostra a constância com que as mulheres chefes trabalhavam. Na ausência dos maridos ou diante da viuvez, no meio urbano e rural, mulheres administravam seus patrimônios, gerindo engenhos e estabelecimentos comerciais. A viuvez conferia mais autonomia às mulheres, em especial se tivessem propriedade para administrar, pois adquiriam a autoridade de chefe de família, o que lhes dava mais flexibilidade num contexto em que as mulheres pouco circulavam pelas ruas, pois o comum era que os mascates fossem às portas das casas para que as senhoras pudessem comprar¹¹².

Maria B. N. Silva realça a importância de pensar mais a noção de autonomia feminina que a categoria “trabalho”, difícil de ser delimitada numa sociedade em que a produção doméstica era economicamente tão relevante e as relações de assalariamento

¹¹² Um repetido provérbio português sugeria que “a mulher virtuosa da classe superior deixava sua casa somente em três ocasiões durante sua vida: para ser batizada, para se casar e para ser enterrada” (HAHNER, 2003, p. 43).

limitadas. Em contraste com a valorização das atividades domésticas entre as donas de casa anglo-saxãs devido à ética protestante que condenava o ócio, o não trabalho das mulheres da elite brasileira era visto como marca de distinção, já que o trabalho era estigmatizado por ser desempenhado por escravos (QUINTANEIRO, 1996). Sendo o trabalho doméstico exercido por escravos, cabia à senhora administrá-los, podendo inclusive empregá-los como “escravos de ganho” em atividades externas (comércio de alimentos, por exemplo) que gerassem uma renda extra.

Se, ao longo da vida, donas se diferenciavam de plebeias e escravas pelo não trabalho das primeiras, os trabalhos assalariados das segundas e o trabalho compulsório das últimas, Silva argumenta que a velhice podia aproximar mulheres brancas e negras na pobreza, pois “com o passar dos anos, os filhos deixavam a casa, as filhas também saíam depois de casadas, e as velhas eram deixadas entregues a si próprias” (SILVA, M. B. N., 2002, p. 89). A pobreza feminina também podia atingir mulheres jovens, já que o sustento feminino estava diretamente ligado ao pertencimento a uma família pelo nascimento ou casamento. O casamento era uma preocupação social da máxima relevância não só pelo status social associado ao estado de casada, mas, sobretudo, pela dependência material das mulheres, que, na ausência dos pais, necessitavam de um marido que as sustentasse.

O celibato, laico ou religioso, era desestimulado, mas obtinha mais legitimidade nas camadas superiores. Diante da carência de mulheres brancas para casar, o Estado chegava a impedir a construção de mosteiros na colônia, de forma a dificultar o exercício da vocação religiosa. Recolhimentos eram aceitos na medida em que não implicavam em celibato e visavam resguardar a moral de mulheres casadouras ou casadas na ausência dos pais ou maridos. Contudo a condição de celibatário era comum nos primeiros séculos de nossa história, seja porque encobria outras condições conjugais, seja como consequência das regras que regulavam o sistema matrimonial. Uma dessas é o fato de que uma possível estratégia patrimonial seria manter algumas de suas filhas solteiras. Outro aspecto importante é o fato da indisponibilidade de parceiros adequados a um “casamento entre iguais” fazer com que pessoas mantivessem-se solteiras.

Embora restritas, existiam possibilidades de dissolução de uniões, através de divórcio ou anulação. O matrimônio era considerado um sacramento indissolúvel, mas determinadas condições eram aceitas nos tribunais eclesiásticos como justificativa para o divórcio, que permitia a separação, mas não um segundo casamento. A violência que excedia a correção socialmente permitida e o adultério, sendo a primeira a mais citada e eficaz, eram

as justificativas utilizadas pelas mulheres para se separar. Além da dissolução legal, separações temporárias ou definitivas eram comuns de maneira informal. Se nas dissoluções formais, a iniciativa partia predominantemente das mulheres, nas informais eram os homens quem decidiam. As frequentes viagens dos maridos em busca de riquezas e a dupla moralidade permitiam mais facilmente aos homens abandonarem suas esposas para se amasiar ou casar novamente (bigamia), fazendo com que muitas dissoluções de fato acontecessem por iniciativa masculina.

No Brasil colonial, a Coroa delegava à igreja a autoridade nas questões de família, e o poder religioso exercia-se sobretudo pelo controle da sexualidade, o incentivo à maternidade e a indissolubilidade do matrimônio, que restringiam profundamente qualquer anseio de afirmação feminina dentro ou fora da esfera familiar. Não obstante, a posição da Igreja quanto às mulheres incluía algumas ambiguidades, “se de um lado se favorecia a independência das mulheres quanto à escolha do cônjuge, a proibição do divórcio as impedia de se livrar de maridos opressores” (WOORTMANN; WOORTMANN, 2002, p. 5).

O modelo de família patriarcal, que encontrava apoio na Igreja, no Estado e nos costumes sociais, pressupunha a virgindade e fidelidade femininas como base da honra familiar, implicando na reclusão feminina aos espaços doméstico e religioso. O estatuto familiar, e o casamento em especial, mostravam-se essenciais para definir a posição das mulheres na sociedade, como na afirmação de que pelo casamento a mulher “tomava estado”, condição contraposta àquela de “solteira”, termo que era sinônimo de desprotegida. Ser filho legítimo ou “bastardo” também definia posições e oportunidades sociais, num contexto em que as famílias não eram base apenas da estratificação socioeconômica, mas também de uma “estratificação moral”.

Ao modelo da santa-mãezinha contrapunha-se o modelo infrator da mulher tida como lasciva, luxuriosa ou desviante, porque dispunha livremente de sua sexualidade. A ameaça de ser confundida com uma prostituta era um mecanismo disciplinar para enquadrar as mulheres no comportamento esperado: “a valorização das mulheres casadas passava pela existência das ‘mais fáceis’, que não apenas ajudavam a reconhecer a boa esposa e mãe, mas também o lar contra a rua, contra a estrada e o caminho...” (PRIORE, 1995, p. 101). Neste contexto, embora as mulheres das camadas inferiores contassem com maior liberdade de movimentação, isso se fazia muitas vezes às custas de sua reputação e com maior vulnerabilidade à violência. Na “estratificação moral” de então, que fazia da dependência e submissão das mulheres a base da honra familiar, o valor da mulher estava associado a seu

recato e as possibilidades de serem “protegidas” (por um marido, pai, irmão etc.) eram muito desigualmente distribuídas.

Como se verá a seguir, observado na longa duração, o processo de emancipação feminina envolveu não apenas um alargamento das oportunidades sociais das mulheres, mas também um declínio de tais rótulos e diferenciações morais entre mulheres e formas de famílias, alcançando um patamar expressivo de igualdade, pelo menos no plano jurídico, apenas há um quarto de século, com o fim das diferenciações entre tipos de família e filiações na Constituição de 1988. O século XIX traz algumas mudanças importantes em termos de ampliação do horizonte de oportunidades das mulheres, desenhando, na longa duração, um paulatino processo de quebra de barreiras e redução das profundas desigualdades de gênero e entre mulheres que, como visto, caracterizaram o passado colonial brasileiro.

1.3.2 A lenta ampliação das oportunidades femininas desde o século XIX

Os estreitos horizontes culturais e sociais que limitavam o campo de atuação das mulheres no passado ampliaram-se a partir do século XIX à medida que surgiam novas condições e oportunidades em áreas como educação, saúde, trabalho e sociabilidade. Se o contexto social não “causa” comportamentos, são condições da experiência diante da tensão entre escolhas pessoais e constrangimentos estruturais (JACQUET, 2003). Nesta seção, mostra-se como mudanças que se desenham paulatinamente ao longo do século XIX e XX vão rompendo as barreiras existentes quanto à participação das mulheres na esfera pública.

Desde o século XIX, como um processo cumulativo, mas não teleológico, as mulheres vêm conquistando maior participação em novos espaços sociais, o que caminha junto com a reordenação de sua vida privada, processos que se alimentam mutuamente. Com a vinda da corte em 1808, inaugura-se um momento de mudanças na feição do país, a começar pelo Rio de Janeiro, o que terá impacto nas relações familiares e de gênero, pois favorece a exposição da mulher no espaço público, começando a romper com a antiga reclusão.

Em *Sobrados e Mucambos*, Freyre apresenta o processo de declínio do patriarcado, relacionando-o à urbanização e ao desenvolvimento do Estado Brasileiro. Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, uma série de instituições modernas começou a se consolidar, o que teve efeitos importantes sobre a posição das mulheres e dos filhos, sobretudo destes últimos, nas famílias senhoriais. Se antes as crianças recebiam as primeiras

letras em casa através dos capelães ou tios-padres, a multiplicação de colégios retira os filhos da influência direta dos pais e os qualifica para questioná-los. A emancipação crescente dos filhos homens foi acompanhada de longe por algumas mudanças na condição das mulheres, pois a vida social das mulheres se intensificou um pouco, com a frequência ao teatro ou aos bailes de máscara. Elas também tiveram maiores oportunidades de estudar, aprendendo um pouco de piano e francês, pois a França era o país que ditava as regras da nova cultura urbana, menos religiosa e mais mundana, em formação.

O declínio do patriarcalismo se manifestou ainda no início de uma afirmação do amor romântico, pelo qual se contestava a autoridade paterna na escolha do cônjuge. Freyre relata a frequência de raptos de jovens na segunda metade do século XIX, expressão de uma certa ascensão da mulher frente ao jugo paterno, além de uma relativa abertura do mercado matrimonial, permitindo a ascensão pelo casamento de pessoas “de cor” ou de posição social inferior. Segundo Freyre, os raptos eram favorecidos “pela intrusão da ‘justiça de juiz’ em zona outrora exclusivamente dominada – repita-se – pela ‘justiça’ do patriarca de casa-grande ou de sobrado” (p. 130), indicando o impacto da ampliação do Estado sobre a vida familiar.

As famílias foram afetadas também pela expansão do mercado, pois a lenta afirmação de uma cultura de consumo trouxe, junto com os novos produtos, novos estilos de vida. Mudanças nas fachadas das casas acenavam para novos costumes que tornavam menores as restrições à exposição feminina, como a abolição de rótulas e a difusão de janelas envidraçadas. Mulheres estrangeiras, que trabalhavam como modistas e costureiras, representavam, para as senhoras brasileiras a quem prestavam serviços, uma oportunidade de exposição à influência dos modos de vida mais progressistas de mulheres de outras culturas (SILVA, M. B. N., 2007, p. 94).

A influência dos hábitos estrangeiros¹¹³ na cultura local fez-se também através da educação. Além de preceptores que iam à casa de alunos, havia estabelecimentos mais formais que dependiam de licenças para lecionar. Silva enfatiza que “o papel de franceses e ingleses na educação tem de ser ressaltado, pois contribuiu para a modernização do ensino no Rio de Janeiro” (2007, p. 100) e destaca que “uma inovação resultante do cosmopolitismo da cidade foi a abertura de colégios e aulas destinados a meninas de todos os grupos sociais, dado que elas tinham sido excluídas das aulas régias criadas durante o ministério pombalino”

¹¹³ Portanto, junto com a abertura dos portos ao comércio, houve também uma abertura de horizontes a influências mais diversificadas.

(SILVA, 2007, p. 103)¹¹⁴. Embora existissem instituições mistas de ensino, destaca-se que os conteúdos ministrados eram diferenciados por gênero, aprendendo as meninas a engomar, coser e bordar, enquanto a instrução masculina era mais cuidada e variada. “Fica bem claro que a alfabetização das alunas era facultativa e que, no fundo, a parte feminina da instituição [mista] mais parecia um atelier de costura do que um colégio” (SILVA, M. B. N., 2007, p. 105). A educação era, neste contexto, restringida para as classes baixas em geral e desigual por sexo para os que lhe tinham acesso.

Realça-se, não obstante, que a presença da corte propiciou uma ampliação do horizonte cultural e um movimento em direção a novos modelos de civilidade. A voga de manuais de civilização atingiu o Brasil em meados do século XIX, contexto em que as elites rurais eram introduzidas na urbanidade tendo como principal referência de civilidade a família imperial. Como esclarece Schwarcz em sua introdução ao manual português *Código do bom-tom* de J. I. Roquette que se destacou neste período:

Diante de uma realeza isolada, em meios às demais repúblicas americanas, de um Império escravocrata que dissimulava as marcas dessa instituição e de uma nobreza recém criada, tais guias foram recebidos com o entusiasmo daqueles que tentam apagar as pistas de seu caráter recente e bastante improvisado. [...] Bailes, teatros, jantares e concertos são novidades nessa corte que tem, até a década de 1880, a família imperial como modelo e centro de sociabilidade. (SCHWARCS, 1997, p. 29)

Essa nova etiqueta foi exercitada nos salões do Segundo Reinado. O livro *Salões e damas do Segundo Reinado* trata da evolução do bom gosto e das boas maneiras, num contexto em que passam a se reclamar grandes bailes e recepções, pois as elites já não se contentavam com os serões e partidas noturnas. Pelo menos para as elites das capitais, o comportamento da corte tendia a generalizar-se num momento em que se assiste o aperfeiçoamento das danças e a valorização social dos mestres de dança e cabeleireiros (PINHO, 1942, p. 17). Pinho apresenta um panorama da difusão dos novos modos pelo Brasil, realçando, por exemplo, que, se “os salões do século XVIII na Bahia foram igrejas, coros e

¹¹⁴ O Estado criou também algumas instituições de ensino, com ênfase na preparação de profissionais necessários para a área militar. “Ao lado das aulas e colégios particulares, e das aulas régias cujos professores eram pagos com o rendimento do subsídio literário, surgiram no Rio de Janeiro instituições destinadas à preparação de jovens para a carreira das armas ou da Marinha” (SILVA, 2007, p. 112). Schwartzman (2001), analisando a ciência Imperial no século XIX, lembra que 1808 teve por marco a criação de diversas instituições importantes como a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico (originalmente como Horto Real), o Museu Real (depois chamado Museu Imperial e Museu Nacional). No campo educacional, destacam-se o colégio Médico-cirúrgico da Bahia, a Escola Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro e a Escola Central, uma academia militar que seria a primeira escola de engenharia do Brasil. Essas opções explicam-se pela debilidade militar que levou à prioridade às escolas militares na capital, sendo a segunda prioridade dada à medicina e cirurgia, por razões de saúde pública e militar, optando-se pela Bahia que, além da capital, era o mais populoso centro urbano. Posteriormente, foram criadas, em 1827 e sobre a influência do pensamento liberal europeu, escolas de Direito, visto como o melhor destino para filhos da elite local, sendo a Recife decadente e São Paulo estagnada contempladas com a faculdade que queriam.

locutórios” (1942, p. 26), um século depois, num grande baile oferecido pela Associação Comercial a Sua Majestade, nota-se que “mais de trezentas senhoras circulavam orgulhosas ou graciosas em seus vestidos ricos entre cintilações de jóias de preço” (1942, p. 36).

O impacto da nova sociabilidade urbana e de novos hábitos de consumo também se fez sentir nos passeios em avenidas, confeitarias, cafés, restaurantes e livrarias, que tornaram mais comum a presença das mulheres no espaço público. “Por oposição ao reduzido comércio de outrora, surgiam os passeios à tarde, os chás nas cafeterias elegantes, a indumentária requintada com tecidos ingleses e modelos vindos de Paris.” (SCHWARKZ, 1998, p. 106). Gilda M. Souza (1987), se inspirando na literatura brasileira da segunda metade do século XIX, realçou a emergência de um novo papel da mulher como depositório de capital simbólico familiar, complementar à conquista de capital econômico, político e social do marido. Se antes, na colônia, a reclusão da mulher era um pressuposto de seu lugar de depositório da honra familiar, com o desenvolvimento da vida urbana e a sociedade de corte, este papel passou a ser conciliado com uma maior exposição no espaço público.

Sob diferentes aspectos, o Segundo Império pode ser considerado, portanto, outro influxo modernizador. A partir de meados do século XIX, passada a independência e o período regencial, o jovem imperador D. Pedro II ganhou destaque na cena cultural e política, reunindo em torno de si artistas e intelectuais, mobilizando-os na construção de seu projeto de nacionalidade. Não obstante a presença da corte e o desenvolvimento das cidades propiciassem sensíveis mudanças culturais, os avanços experimentados no Império foram em geral limitados na redução das desigualdades e na promoção de melhorias nas condições de vida da população em geral. Um incipiente serviço de saúde pública, voltado ao combate das epidemias começou a se delinear, assim como os primórdios de uma educação pública, ainda que de qualidade limitada e acesso elitizado.

Marcílio pondera que, no Império, o sistema de ensino de primeiras letras era deficiente quantitativa e qualitativamente, pelo número insuficiente de escolas, despreparo e descontentamento dos professores, e desinteresse dos pais. Ademais, “no campo do ensino secundário, a criação do colégio Pedro II, em 1837, na capital da corte, no Rio de Janeiro, exauriu toda a capacidade criadora do governo federal” (MARCILIO, 2005, p. 74), tendo o ensino secundário, em todas as províncias do Império, um caráter fragmentário e elitizado, servindo como trampolim para o ensino superior. Importa notar que o colégio Pedro II era exclusivamente masculino, só se tornando misto em 1922. Azevedo e Ferreira (2006, p. 235) realçam os limitados avanços da educação feminina no período imperial:

Até a instauração da República a grande maioria da população era analfabeta, as mulheres em maior proporção. Em 1827, a primeira lei imperial sobre ensino determinou a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos, estabelecendo a criação de escolas para meninas, nas quais aprenderiam a ler e a escrever, fazer as quatro operações aritméticas, além de costurar e bordar. A instrução secundária seria oferecida apenas para a população masculina, da qual se esperava que prosseguisse os estudos em nível superior, o que não era racional nem compatível com a posição da mulher, uma vez que não se esperava dela o ingresso no mercado de trabalho. Ademais, de acordo com o Ato Adicional de 1834, o ensino secundário ficaria a cargo da União, enquanto a instrução primária seria responsabilidade da administração municipal. Na Capital do Império o número de escolas femininas era inferior ao de escolas masculinas, que possuíam corpo docente mais qualificado.

As escolas normais, criadas nas décadas de 1830 e 1840, inicialmente apenas para homens, enfrentaram problemas quando passaram a ser frequentadas também por mulheres. Ao longo do século XIX, a Igreja Católica e o ideário positivista que se alastrava recomendavam a segregação entre os sexos nas escolas, levando a práticas esdrúxulas como frequência de homens e mulheres em dias, períodos ou prédios separados, até o extremo de um muro passado no meio da sala (ROSEMBERG, 2012, p. 336). A incipiência da educação feminina mobilizou reações, como a da pioneira feminista Nísia Floresta (1809-1885). “Tomando por base o *Quadro Demonstrativo das Províncias do Império e do Município da Corte* de 1852, Nísia Floresta alertou para o fato de que, em um total de 55 mil alunos das escolas públicas, apenas 8.433 eram mulheres” (ROSEMBERG, 2012, p. 337-338).

Na segunda metade do século XIX já existia um grupo de pioneiras defensoras dos direitos das mulheres que escrevia em jornais e participava de associações femininas ou abolicionistas, pregando mudanças no status econômico, social e legal das mulheres. “Como parte da florescente minoria de mulheres alfabetizadas, as primeiras defensoras dos direitos femininos enfatizavam a ideia da educação das mulheres como fonte de ampliação de opções para a independência econômica e a melhoria social” (HAHNER, 2003, p. 107). As ideias feministas de então tinham um público restrito às mulheres de classe média e alta alfabetizadas – como um parâmetro, note-se que no Rio de Janeiro, a população feminina alfabetizada era de 29,3% em 1872, atingindo 43,8% em 1890 (HAHNER, 2003, p. 99). O *Jornal das Senhoras*, pioneiro no gênero, teve seu primeiro número em 1852, e foi seguido de outros como *O sexo feminino*, cuja editora Francisca Diniz defendia a educação e outros direitos das mulheres. Alguns avanços nos direitos femininos foram obtidos neste período. A reforma educacional de 1879 permitiu que as mulheres tivessem acesso à educação superior, o que, não obstante, era dificultado pelo seu baixo acesso aos níveis anteriores de ensino, mas o voto feminino foi debatido e negado na constituinte de 1891.

Schwartz alerta para o caráter limitado das transformações modernizantes em curso no Segundo Império, numa sociedade em que os centros urbanos eram poucos e demograficamente pouco expressivos (cerca de 10% da população) e a população escrava da capital era enorme (mais de 40%). Apesar de seus estrangeirismos, seus bailes e modas, essa elite tinha seu projeto civilizacional limitado pelas condições estruturais em que se inseria. “A corte era uma ilha cercada pelo ambiente rural, por todos os lados, e a escravidão estava em qualquer parte [...] uma corte diminuta, e muito marcada pelas cores e costumes africanos” (SCHWARKZ, 1998, p. 116).

As mudanças em termos de urbanização e de formação de um incipiente mercado interno não tiveram, por sua vez, o efeito de alterar substantivamente as relações de clientela e o domínio dos potentados rurais. “A estrutura patriarcal, o sistema de clientela, os *mores* dos fazendeiros que construíram casas nas cidades, repetindo a estrutura dos casarões de fazenda, não se alteraram de imediato, permanecendo praticamente intactos nos núcleos urbanos” (COSTA, 1999, p. 248-9). Viotti da Costa realça que “o contraste era grande entre as ilhas de civilização que eram os grandes centros e os modestos núcleos urbanos do interior das províncias” (COSTA, 1999, p. 244), nestes últimos a sociabilidade feminina continuava mais restrita pela prática patriarcal de restringir o convívio social de filhas e esposas.

Mesmo que se duvide da generalidade da mudança cultural, a redução da autoridade masculina do chefe de família já podia ser observada em algumas alterações na legislação sobre família, inclusive com a redução do poder das parentelas nas escolhas matrimoniais. “O fato de a maioridade legal ter baixado de vinte e cinco para vinte e um anos, em 1831, é visto como um golpe no poder patriarcal” (D’INCAO, 1996, p. 106). Verucci (1999) enumera outras leis que regulamentavam as relações familiares promulgadas no Império, como o reconhecimento de filhos naturais em 1847 e o casamento de pessoas de religiões dissidentes em 1861.

Embora a lógica de distinção entre as classes ainda se baseasse na reclusão e no não trabalho femininos, maior valor passa a ser conferido à educação feminina, inicialmente por suas habilidades simbólicas, mas posteriormente em substituição ao dote. Nazzari realça que, nas nascentes famílias de classe média, que eram unidades de consumo e não de produção, baseadas no exercício de profissões e possuidoras de poucos bens, é que surgem famílias “verdadeiramente modernas”, impulsionando assim a educação feminina. “O casamento não podia ser um arranjo de propriedade nessas famílias de profissionais, pois elas possuíam poucos bens ou nenhum, É dentro desse contexto que o impulso para a educação e a

alfabetização femininas pode ser compreendido como um substituto do dote” (NAZZARI, 2001, p. 164). Os anseios de autonomia das mulheres estão em sinergia com o que as famílias passam a esperar das mulheres, a escolarização e a profissionalização. Portanto, as mudanças na condição feminina, nas famílias e na estratificação social estão imbricadas.

As mudanças no significado social do casamento e na condição das mulheres dentro dele estão associadas também a mudanças estruturais nas formas de propriedade – em particular o crescimento do valor das credenciais, quando antes a ênfase era na propriedade econômica – e a alterações na dinâmica de classes. Assim como Bourdieu (1989) descreveu a mudança na transmissão geracional de capital econômico para o investimento em capital escolar, a circulação de capitais através do casamento também se altera com a modernização e escolarização da sociedade. Analisando o declínio do dote como um sintoma de mudanças no pacto matrimonial, Nazzari constata que, no século XVIII, os dotes eram concedidos às filhas e seus maridos, proporcionando a maior parte da mão de obra e meios de produção necessários para um casal dar início a uma nova unidade produtiva. Nesse contexto, o noivo era escolhido por ambos os genitores entre um “igual” e com a preocupação quanto a sua capacidade de administrar os bens do casal. Já no século XIX, a noiva não trazia dote ou trazia um dote pequeno, sendo que o sustento passa a depender cada vez mais do marido, a quem cabia proteger e sustentar a noiva, ao mesmo tempo que decrescia também a capacidade dos familiares de controlar o casamento das filhas.

Segundo Nazzari (2001), vários processos sociais encontram-se subjacentes a essa mudança: o Brasil muda de uma sociedade hierárquica – na qual eram primordiais a posição social, a família e as relações clientelistas – para uma sociedade individualista, onde passa a dominar o contrato e o mercado; a família muda de unidade primordialmente de produção para unidade de consumo; o casamento transforma-se de questão predominantemente de propriedade em relacionamento reconhecido como de “amor”, cujos esteios econômicos já não eram explicitados; e há uma mudança da forte autoridade do patriarca sobre filhos e filhas adultas para uma maior independência destes, com a passagem do casamento arranjado para o casamento “livremente” escolhido pelos noivos.

A liberdade de escolha afetiva dos jovens foi favorecida pela presença das mulheres no espaço público, que facilitou o flerte e as “coreografias da sedução” (SEVCENKO, 1992). No entanto, o controle familiar das formas de aproximação dos casais – que nas famílias tradicionais envolviam os rituais de namoro e noivado – variavam por classe, estando às mulheres das camadas baixas facultadas maior liberdade e autonomia, enquanto o

ideal de castidade era mais forte nos estratos mais altos. Aderir a estes valores dominantes era também uma forma de distinção dos segmentos melhores situados das classes baixas. *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, é um romance que demonstra claramente a importância da virgindade mesmo nos estratos baixos e a associação entre sua perda e a desonra e rebaixamento social.

Grosso modo, as famílias das elites interferem mais diretamente na questão, procurando chances de arranjar casamentos, propor e vetar candidatos, o mesmo ocorrendo com a classe média, faltando a esta a pretensão de consolidar patrimônio. Nas classes populares, a menor proporção de famílias formalmente constituídas, com a presença masculina de um chefe, e a maior liberalidade de costumes atenuam o controle das práticas de namoro. (ARAÚJO, 1995, p. 108-109)

A despeito de variações no universo de valores, questões de respeitabilidade em que o controle do comportamento feminino é pressuposto da honra familiar (PERISTIANY, 1966) encontram-se espalhadas na sociedade¹¹⁵. Aliás, no início do século XX, as camadas baixas passaram a fazer uso do aparelho judiciário para reclamar reparos a sua honra¹¹⁶. Abreu, em sua análise dos valores familiares e das condutas sexuais presentes nos segmentos pobres da cidade do Rio de Janeiro da *Belle Époque*, constata uma realidade distinta daquela encontrada na camada dominante: um cotidiano de lazer na rua, vidas compartilhadas em casas de cômodos, famílias organizadas diferentemente (como mulheres sozinhas – solteiras, viúvas ou separadas – vivendo com suas filhas e sobrevivendo a trabalhos domésticos autônomos como lavadeiras, costureiras, doceiras, quitandeiras ou em casas “de família”¹¹⁷), rede de apoio entre vizinhos e parentes, ausência de prática de flerte (própria dos estratos superiores que consideravam que uma moça séria e educada devia ser cautelosa e comedida, não precipitando a aproximação) e sim um namoro que se iniciava logo, bem como uma iniciação sexual mais cedo.

Considera-se que contextos mais cosmopolitas, como é o caso do Rio de Janeiro, favoreceram mudanças nos valores tradicionais das classes superiores, de forma que “as fronteiras de classe são cada vez mais tênues na forma de namorar [...] a família é pressionada a admitir atitudes mais liberais de comportamento, redefinindo seu papel de protagonista na

¹¹⁵ Himmelfarb questiona a ideia de que as famílias de classe trabalhadora teriam valores radicalmente distintos da classe média (1995, p. 78). Mostra, por exemplo, que no contexto vitoriano a respeitabilidade é um denominador comum que liga as classes (1995, p. 43), ou seja, é importante para todas, sendo o clamor das classes baixas por igualdade moral uma indicação da pervasividade do ideal de moralidade e respeitabilidade.

¹¹⁶ Pode-se interpretar estes fatos como um sinal de que, a despeito das diferenças de classe, a presença do Estado e a ampliação do acesso a direitos, favorece, mesmo que de forma limitada, a difusão de práticas para as mulheres de classe baixa.

¹¹⁷ Irônico termo que evidencia que “família” é em si um distintivo das casas da elite.

política e na cultura matrimonial” (ARAÚJO, 1995, p. 119-120). Neste contexto haveria atenuação não apenas da segregação de papéis de gênero, mas também no componente de diferenciação familiar das fronteiras de classe.

A circulação de valores entre as classes e a difusão de novos modelos de feminilidade foram favorecidas também pela cultura de massas. Na São Paulo dos anos 20, embora poucas profissões se abrissem para as mulheres – e assim mesmo eram aquelas vistas como extensão das atribuições femininas, como professoras, enfermeiras, datilógrafas e secretárias – sinais de mudanças expressam-se na influência do cinema hollywoodiano na construção e difusão de novos modelos femininos que atravessam as fronteiras de classe.

Nas décadas de 20 e 30, a divisão sexual do trabalho e a consciência das mulheres sobre elas mesmas estavam mudando. Supreendentemente, a publicidade e o cinema, jogando com a fantasia e a excitação, permitiram que as mulheres imaginassem um fim para o enfadonho trabalho doméstico e para o desejo crônico. Imagens de cozinhas e eletrodomésticos modernos e de roupas e maquiagens bonitas e baratas em cartazes, telas de cinema, e nas novas revistas femininas, acrescentavam nova dimensão ao romantismo.

As imagens imitativas de Jean Harlow, Greta Garbo e Jean Crawford desfilavam pelas principais ruas quando elas brilhavam nas telas de cinema. Porém, poucas podiam comprar ou encomendar as novas roupas em lojas elegantes.

Entre as mulheres menos favorecidas, as mães, irmãs e amigas estreitavam seus vínculos de sociabilidade e solidariedade trocando modelos e apressadamente copiavam o vestuário das estrelas utilizando materiais baratos adquiridos em feiras ou lojas de departamentos igualmente baratas. (PINTO, 1999, p. 152, 154)

A difusão dos novos comportamentos tem, portanto, uma metáfora interessante na moda, com seus processos de absorção e reinvenção dos signos culturais. Além do cinema, as revistas também fornecem novos modelos de projeção e identificação nos quais as mulheres poderiam se espelhar na construção de novos lugares na sociedade: “A cultura de massas, especialmente o cinema, apelava para essa imagem feminina, pois ela se opunha frontalmente às mulheres do lar provinciano, arcaico, e representava antes de tudo a mulher moderna, que trabalha fora e que participa ativamente da vida pública” (PINTO, 1999, p. 159).

Continuam, todavia, convivendo no Brasil modos de vida distintos, seja por tradições particulares a determinados grupos, seja pelo ritmo variável do acesso aos benefícios da modernização. Modos de vida rurais – com moradias de pau a pique, doenças combatidas com ervas e orações, conhecimento prático e atribuição de um sentido mágico a natureza (WISSENBACH, 1998, p. 77) – emergem, por exemplo, dos relatos de integrantes de expedições sanitaristas (1907-1913), que acompanhavam a construção das estradas de ferro, permitindo vislumbrar modos de vida em tudo tradicionais e distantes dos ideais de então. Tais impasses da modernização não estão menos presentes nas questões de família, onde os

ideais higiênicos ou o modelo nuclear continuam não sendo uma possibilidade, nem mesmo um ideal, para vastas camadas da população. Episódios como Canudos e a Revolta da Vacina¹¹⁸ são exemplos usualmente lembrados para demonstrar as tensões e conflitos de classe presentes na implantação da modernidade. Não obstante, alguns processos de difusão trouxeram inegáveis benefícios, como é o caso da prática médica da puericultura, elemento fundamental para a redução da mortalidade infantil. Marques nota a centralidade das mães pobres como objeto deste novo saber e suas aliadas.

O campo da medicina alcançava novos domínios e trazia para seu interior aquela infinidade de atos privados que a mulher exerce no cotidiano da maternidade. [...] Aos poucos, porém avidamente, a medicina foi centralizando suas atenções na criança pequena e, para mantê-la sadia, sua atenção voltou-se para o combate à mortalidade infantil. Nesse processo, o discurso médico-pedagógico difundiu-se pela sociedade, disseminando a pregação de certas virtudes junto às mães pobres, com base nas quais prescreveria novos modos de viver. (MARQUES, 2000, p. 44)

Segundo Machado et al. (1978) a medicalização da sociedade¹¹⁹ desenvolve-se a partir do século XIX com o surgimento da higiene pública e a afirmação da medicina não apenas como prática social, mas também como saber. O poder médico vai substituindo ou sobrepondo-se ao anterior poder religioso sobre as famílias e a vida privada. A medicina higienista representou uma transformação substancial comparada ao que era a medicina no período colonial, quando havia grande falta de médicos e os hospitais destinavam-se aos pobres. Cresceu a influência da medicina para estabelecer os limites da sexualidade, sobretudo a feminina, e a medicina higienista contribuiu, a partir da segunda metade do século

¹¹⁸ “Euclides descreve como foi até o local dos combates acreditando piamente que Canudos era de fato um reduto de monarquistas financiados do exterior e decididos a derrubar o governo republicano. Foi apenas chegando lá que se deu conta da verdade, surpreendendo-se: eram apenas trabalhadores rurais pobres, sem nenhuma educação formal, com um profundo sentimento religioso, e que estavam atordoados por mudanças de grande impacto simbólico ocorridas num repente, sem que eles fossem minimamente esclarecidos sobre o significado, seu surgimento ou sua razão de ser. Para eles, como para o grosso da população alheada dos processos decisórios, o imperador era uma figura sagrada, assim como o eram o sacramento do matrimônio ou o campo santo dos cemitérios. A deposição do monarca, assim como a separação da Igreja e do Estado, decretada pelos republicanos, só poderia lhes soar como atos, além de incompreensíveis, de desprezo e profanação de suas crenças mais íntimas e sublimes. De resto, além de tentar manter no seu meio isolado e em seus lares o zelo e o respeito por esses princípios sagrados, eles só estavam tentando se defender dos desmandos das autoridades e dos potentados locais, usando para isso as armas que haviam tomado dos seus próprios perseguidores. [...] Do ponto de vista das autoridades as pessoas se revoltaram [Revolta da Vacina, em 1904] porque na sua ignorância tinham medo e desconheciam o processo de imunização pelas vacinas. Nesse sentido, teria sido um levante irracional, de gente rude, com mentes obsoletas e incapazes de compreender o curso inexorável do progresso. Por isso mesmo foi tratado como um segundo Canudos enquistado no seio da capital, o qual seria também preciso eliminar para salvar a República” (SEVCENKO, 1998, p. 18-19, 24).

¹¹⁹ A chamada medicalização da sociedade caracteriza-se pela crescente intervenção da medicina, cujas fronteiras se expandem indefinidamente. O conceito de “polícia médica” englobará a procriação e o bem-estar da mãe e da criança (MACHADO et al., 1978, p. 167). Em sua expansão, a medicina passa, portanto, a opinar e propor sobre temas variados que dizem respeito ao privado. Unida ao planejamento urbano, critica a moradia da classe pobre, “que vive em casa alugada, sem as menores condições de higiene, estando sujeita a todas as doenças” (MACHADO et al., 1978, p. 272). A educação das crianças e seu desenvolvimento físico e moral também merecem atenção, propondo-se até a medicalização da escola.

XIX, na redefinição dos papéis familiares em direção a um modelo mais nuclear e intimista. Segundo Freire Costa (1979), neste novo modelo a mulher deixou de ser coordenadora da empresa autossuficiente doméstica para viver em função dos filhos, o que incluiu a valorização social da amamentação – em substituição às antigas amas de leite, satanizadas pelo discurso médico – e a criação de novos saberes e tecnologias sociais em torno da educação dos filhos e da saúde familiar (o colégio, o médico da família etc.). As mulheres adquiriram o ambíguo status de “rainha do lar”, enquanto os homens tiveram seu poder sobre as mulheres ampliado desde que se submetessem à autoridade estatal.

Se a medicina foi um vetor importante na difusão do modelo de família higienizada, sua afirmação não ocorreu de forma linear ou consensual. O campo da obstetrícia, por exemplo, desenvolveu-se com resistências pelas próprias limitações da medicina no passado. Até a descoberta da causa bacteriana da infecção puerperal e da adoção de medidas higiênicas era problemática a aceitação da hospitalização na sociedade. A cesariana, por exemplo, era vista como uma sentença de morte. “A resistência em utilizar hospitais para o parto relacionava-se a vários fatores: a tradição de abrigo aos pobres dos hospitais, a moralidade da época e os perigos das artes obstétricas rudimentares de então” (VIEIRA, 2002, p. 55). Tudo isso retardou a medicalização do parto, mantendo o costume das parteiras ao longo do século XIX, recorrendo-se aos médicos apenas nos partos difíceis e cirúrgicos. A moralidade da época também tornava tabu o exame do corpo feminino por um médico¹²⁰, o que, junto com a ausência de ensino médico do parto, dificultou o desenvolvimento da medicina obstétrica, a qual surge como campo marginal, “prática menor dentro da própria medicina [...] [devido] entre outras razões, ao fato de o partejar ter sido até então uma prática de mulheres” (VIEIRA, 2002, p. 57). Apesar das restrições morais e legais, o processo de medicalização do corpo feminino e do parto crescerá com a ampliação do campo de competência da prática médica e a ampliação do acesso e do consumo dos serviços de saúde.

A ampliação do acesso a serviços de saúde insere-se no quadro mais amplo da expansão dos serviços estatais no Brasil. Antes de 1923, a atuação do governo na área de saúde restringia-se ao combate às doenças transmissíveis, à formação de recursos humanos e à polícia sanitária, mas, com a criação da Previdência Social, o governo passou também a atuar em modalidades médico-assistenciais. Nos anos 1920, já existiam algumas formas privadas de previdência social, na forma de Caixa de Aposentadoria e Pensões, mais tarde fundidas em

¹²⁰ Note-se que o acesso das mulheres ao ensino médico deu-se apenas em 1889.

institutos, de categorias ocupacionais (como marítimos e ferroviários). Nas décadas de 30 e 40, a previdência se generaliza às populações urbanas, o que é um avanço importante considerando que a assistência social estava no período colonial e no Império nas mãos de entidades privadas (irmandades religiosas, sociedades de auxílio mútuo, e santas casas de misericórdia) ou eram resultado da reciprocidade entre coronéis e seus dependentes, o que reforçava e ajudava a perdurar o poder dos primeiros. Esta dependência manteve-se no campo por mais tempo já que os direitos sociais só começaram a ser estendidos aos trabalhadores rurais a partir dos anos 70. No governo Vargas, foi criada também uma nova legislação trabalhista, que incluiu jornada de trabalho de oito horas, regulamentação do trabalho feminino (proibição do trabalho noturno e igualdade salarial com os homens) e do trabalho de menores.

Neste contexto, assiste-se ao reforço das já antes existentes tentativas de integração das classes baixas à moral dominante através da ética do trabalho. Conforme a análise de Colbari (1995), num contexto em que os setores populares eram percebidos sob os signos de desordem e insubordinação, o trabalho era visto como antídoto às ameaças da ociosidade, dos vícios e da marginalidade. O contraponto do imaginário social sobre os pobres como “classes perigosas”¹²¹ era o modelo do trabalhador-homem-provedor-chefe-de-família fundado na ética do trabalho.

Colbari (1995) sugere que o familismo do trabalhador migrante – assentado na ideia do grupo familiar como unidade de produção prevalecente no meio rural – foi incorporado à ordem industrial, como fonte de controle e motivação. Tal familismo ajudaria a compreender a adesão a valores e comportamentos tradicionais, como a divisão sexual do trabalho no ambiente doméstico e de trabalho – que previa, como uma forma de distinção, a possibilidade da mãe não trabalhar, dedicando-se ao cuidado da família e da casa, o que seria um símbolo mesmo de qualidade de vida. A integração do trabalhador à realidade urbano-industrial teria como ápice a aquisição da casa própria, considerada como realização do sonho da ascensão social, por seus conteúdos prático-material e também afetivo. A casa própria,

¹²¹ Situação especialmente problematizada para os pobres residentes em favelas. Valladares em seu histórico da constituição da favela como um problema a ser administrado situa a primeira grande campanha na imprensa carioca contra a favela nos anos 1926-7, movida por um personagem que se apresentava ora como médico, ora como engenheiro, mas que também figura como construtor imobiliário e corretor de imóveis, Mattos Pimenta, que contribui “para a transformação da favela em problema, combinando o discurso médico-higienista com o reformismo progressista e os princípios de um urbanismo ainda mais ambicioso que o de Pereira Passos [...] apresentando a imagem da favela como “lepra da estética” (VALLADARES, 2005, p. 42).

percebida como resultado do esforço e sacrifício do grupo familiar, juntamente com o acesso a serviços urbanos, indicava a efetiva inserção da família no espaço público¹²².

A questão habitacional ocupa lugar de destaque na racionalidade que preside a disciplina fabril. Rago (1985) mostra que as vilas operárias, construídas nas primeiras décadas do século XX, deveriam substituir os cortiços, criando um espaço moralizado e limpo, no qual uma família nuclearizada e com relações afetivas intensificadas seria a forma de afastar os maridos-operários dos perigos da rua (bebidas, jogos, meretrizes, etc.). A disciplina fabril se apoiaria, assim, em uma normalização da família operária com objetivos de controle social. “A família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-o ao universo dos valores dominantes.” (RAGO, 1985, p. 61). No entanto, as vilas operárias – que atingiram uma parte pequena do operariado, sendo mais comuns no interior ou em situações em que a empresa distava dos serviços urbanos – não foram de forma alguma uma solução dos problemas habitacionais do operariado (DECCA, 1987). Eva Blay, ao resgatar o passado e o presente das vilas operárias em São Paulo, situa o significado que estas tiveram como fator de intermediação das relações conflituosas entre a acumulação de capital na primeira fase do capitalismo industrial e a luta dos trabalhadores pela sobrevivência, contexto no qual “desde o primeiro momento a casa representa uma forma de reduzir o preço da força de trabalho, ampliar a capacidade de acumulação e induzir o trabalhador a permanecer no emprego” (BLAY, 1985, p. 53)¹²³.

A vida familiar das classes baixas foi também se tornando objeto de políticas de proteção estatal. A criança e a mulher receberam especial interesse: mesmo que se

¹²² “A casa representa segurança; além disso, constitui um investimento e um patrimônio que pode ser aumentado; trata-se de uma prova de ascensão social e do progresso pelo trabalho. [...] Morar em casa própria, em rua asfaltada, com esgoto, água, transporte, escola e posto de saúde, é um indicador de progresso material do casal e a marca de uma vida decente e confortável. A casa é a síntese da dimensão privada da vida social; é a objetivação da melhoria de vida e da ascensão social, nesse caso associadas com o acesso a serviços urbanos.” (COLBARI, 1995, p. 142)

¹²³ Os depoimentos coletados por Blay – como o apresentado a seguir, de uma antiga moradora – permitem demonstrar que, mesmo na vila Maria Zélia, erigida como modelo por sua ampla infra-estrutura, a proximidade entre indústria e fábrica esteve longe de minimizar a exploração sob os aparentes benefícios, representando, em especial, limitadas oportunidades para as mulheres. “Tenho duas irmãs. Sou a mais velha. Eu fui criada no grupo. Minha irmã no jardim da infância e a outra na creche, porque a minha irmã mais nova nasceu aqui. A mãe acabava a dieta e a criança já podia estar na creche. Ficava o dia inteiro. A mãe só vinha para amamentar. Minha mãe vinha três ou quatro vezes dar de mamar, as outras também vinham. [...] Não tinha dono, o armazém era da firma. Às vezes, depois do desconto, sobrava um pouco. Médico e remédio não pagava. Nem escola, creche, nem dentista. [...] Eu... estudei. Fiz só primeiro ano. Só fiz o primeiro ano porque na idade de seis anos, seis e pouco, eu já comecei a trabalhar na fábrica, a gente já ia na fábrica. Fazia serviço de fabrica, a gente já trabalhava. Já ganhava. Ganhava pouco mas não dava pra nada, o que a gente ganhava era micharia. Mas não era só eu que trabalhava, todo mundo trabalhava assim na idade nova. Se precisava, né. A senhora não pega ninguém na minha idade que tenha cultura ou estudo. [...] Não tive infância, não tive mocidade, não tenho a velhice, não conheço nada na vida, conheço só trabalho e ... a vida, serviço”(BLAY, 1985, p. 230-232).

reconheçam algumas iniciativas anteriores como o Código de Menores, Oliveira Vianna atribui à Revolução de 1930 uma centralidade a esses temas antes desconhecida, para os quais são criadas leis e instituições cujo fim é “preservar essas duas fontes da saúde e vigor da raça” (VIANNA, O., 1951, p. 134). Gomes nota que as variadas iniciativas de proteção, que incidiam sobre a saúde, habitação, lazer e vida familiar dos trabalhadores, não se constituíam em novidade, visto que tais procedimentos – que focalizavam o local de trabalho, mas espraiavam-se “pelas diversas dimensões da vida social do homem trabalhador – possuía nítidas vinculações com preocupações e ambições dos industriais brasileiros desde os finais dos anos 1920” (GOMES, 2005, p. 238).

Se existiram ações empresariais e estatais que tentaram disciplinar as classes baixas e enquadrar suas famílias em determinados modelos, as classes baixas possuíam também estratégias próprias, nas quais também tinha centralidade a vida familiar, abrangendo aspectos como migração, obtenção de emprego, suporte mútuo, e distribuição do cuidado infantil. Reconhece-se também que a classe trabalhadora – que não estava isenta de conflitos de gênero, pois, como afirmou Souza Lobo (1991), “a classe operária tem dois sexos” –, priorizou a luta por um salário familiar masculino, reiterando o lugar doméstico das mulheres.

Não obstante as contradições presentes nas tentativas exógenas de controle e nas estratégias de resistência populares, estava em curso a afirmação, mesmo que incipiente, da ideia de cidadania. Como demonstra Adalberto Cardoso (2010), um dos aspectos centrais da legislação social e trabalhista getulista, a despeito de sua não completa novidade bem como parca efetividade, é que ela erigiu uma bandeira através da qual a classe trabalhadora ganhou força para lutar por seus direitos. Ao instituir a “cidadania regulada” (SANTOS, W. G., 1987), facultando a todos a condição de pré-cidadãos aptos a, seguindo as regras estatais, acender a cidadania plena, o Estado Vargasista dista da experiência liberal anterior – em especial da Constituição de 1891 que tratou como inconstitucional a questão social – promovendo na mentalidade trabalhadora a “consciência do direito a seus direitos” (CARDOSO, A. M., 2010, p. 239), o que “representou uma novidade completa na história brasileira até ali, uma história em que o Estado foi constituído contra o inimigo interno representado pelo povo miserável, mestiço, perigoso” (CARDOSO, A. M., 2010, p. 238)¹²⁴.

¹²⁴ A promessa integradora dos direitos sociais, mesmo que para muitos não cumprida – o que envolve vários aspectos como a resistência patronal, a insuficiente fiscalização estatal, os limites estreitos do mercado formal, etc. – se erige como paradigma em relação ao qual as relações de trabalho passam a ser mensuradas. Ao considerar o crescimento de emissões de carteiras de trabalho no país enquanto indicador das expectativas de se inserir na ordem de direitos, Cardoso nota que: “[...] se as promessas de proteção sofreram substancial taxa de desconto pelos fatos, parece incontestável que o emprego registrado no Brasil representou, para parcelas

Tal legislação criou ainda um diferencial de atratividade para o meio urbano, capaz de catalizar nas classes baixas novas utopias sobre as quais construíram projetos familiares e coletivos. No entanto, o projeto civilizacional proposto por Vargas, não bastasse as limitações burocráticas para adentrá-lo – diante das dificuldades de obtenção do registro civil e depois da carteira de trabalho¹²⁵ – supunha também uma determinada configuração pessoal e familiar¹²⁶.

[...] como havia meios de se chegar ao “privilegio”, bastando para isso que o trabalhador seguisse normas que ao Estado pareciam formalmente impecáveis, como ter uma certidão de nascimento, ser bem casado e provar suas habilidades profissionais, a não obtenção do registro civil ou, depois, da carteira de trabalho era vista como fracasso pessoal, sobretudo porque *outros* (vizinhos, parentes ou amigos do fracassado) *conseguiam*. Não era o Estado que parecia como impondo barreiras burocráticas a trabalhadores pobres e analfabetos. Estes é que se não se apresentavam como estando a altura das normas do Estado enquanto artífice, segundo sua própria ideologia, de uma nova cidadania *ali onde ela jamais existira*. [...] o Estado não estava, de seu próprio ponto de vista, criando privilegiados. Estava acenando aos brasileiros que a segurança socioeconômica era acessível a qualquer um, desde que ele ou ela se pusesse à altura do que lhe estava sendo demandado e que, afinal, “era para o seu próprio bem”. (CARDOSO, A.M., 2010, p. 221-2, grifos do autor)

O governo Vargas erigiu as bases de uma política social de proteção das famílias, mas enquadrando-as em limites bem definidos. Como mostra Ana Maria Fonseca (2001), o abono familiar que diferenciava trabalhadores casados e solteiros, privilegiando os primeiros por considerar sua função social mais relevante (devido às “responsabilidades familiares”), as vantagens para pessoas casadas e com filhos no financiamento habitacional e no ingresso e promoção no serviço público, e impostos adicionais para celibatários e casais sem filhos foram algumas das medidas que estimulavam o ideal de família da época, a qual seria composta por um casal com quatro filhos.

Outra dimensão da expansão estatal que afetou a organização das famílias é a difusão da escolarização. A partir dos anos 1930 tem-se uma nova etapa na educação brasileira, a qual conjuga méritos – “A grande expansão de escolas, entre 1937 e 1950,

crescentes dos trabalhadores urbanos (e, tudo indica, também para parte dos trabalhadores rurais), um ponto de referencia normativo para a estruturação das experiências individuais e coletivas quanto aos padrões do que se poderia denominar ‘mínimos civilizatórios’, aquém dos quais o mercado de trabalho não poderia operar *de forma legítima*” (CARDOSO, A. M., 2010, p. 230-1, grifos do autor).

¹²⁵ Aqui também a biografia familiar pesava, já que “trabalhadores com vínculos precários de emprego [...] ou vida domestica desviante (por exemplo, homem com parceira consensual ou mães solteiras) sabiam de antemão que o documento dificilmente seria emitido” (CARDOSO, A. M., 2010, p. 220)

¹²⁶ Este é um problema retomado na parte 3, onde se argumenta que a cidadania, os direitos não podem estar associados a um tipo específico de família, uma premissa necessária para garantir uma efetiva democratização na esfera familiar.

contribuiu para uma pronunciada mobilidade social vertical” – e limitações – “Em 1950, o Brasil era um dos países que mantinham um dos menores períodos de escolaridade obrigatória: quatro anos” (MARCÍLIO, 2005, p. 272). Não obstante, segundo Marcílio (2005, p. 235), “a democratização do ensino deve ser considerada como o processo de maior relevância do século XX”. Um marco importante foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, assinado por 26 educadores brasileiros, líderes do movimento de renovação educacional que defendia escola laica e pública para todos.

Azevedo e Ferreira observam, já neste contexto, uma significativa “transição do perfil educacional da população feminina que, em um curto período de tempo, do início da República à década de 40, evoluiu do analfabetismo para a formação em nível superior” (2006, p. 217). Besse enfatiza que, ao longo do século XX, as mulheres avançaram no plano da educação em virtude das mudanças nos investimento das famílias nas filhas em resposta às novas necessidades de uma sociedade que se modernizava. Antes um luxo desfrutado por uma pequena elite, a educação feminina passa a ser encarada como uma necessidade pelas classes médias urbanas, diante de contingências econômicas e mudanças nos padrões de consumo.

Nas classes médias urbanas, as famílias começaram a encarar a educação feminina (pelo menos até a escola secundária) como essencial para o preparo das filhas para enfrentar as novas contingências econômicas da vida. Como a expansão da economia urbana deslocava gradativamente a produção do lar para o mercado, as famílias precisavam de dinheiro para comprar bens e serviços que tradicionalmente haviam sido fornecidos pelos membros femininos da casa. A pressão crescente para consumir restringia os orçamentos familiares, e as altas taxas de inflação corroíam os recursos monetários das famílias. Essas novas realidades econômicas refletiam-se na formação das jovens. Numa época em que as mulheres (mesmo de famílias abastadas) já não podiam contar com os parentes (nem mesmo com os maridos) para o sustento econômico por toda a vida, a educação que recebessem não só as preparava para o casamento e maternidade, mas também as provia de habilidades básicas indispensáveis para ganhar a vida decentemente, em caso de necessidade financeira. (BESSE, 1999, p. 123)

A nova valorização da educação feminina contrasta com o passado de oportunidades educacionais restringidas em especial nos níveis mais elevados. A primeira vez que uma mulher obteve um título superior no Brasil foi em 1887, com Rita Lobato Velho, formada em Medicina. Dificuldades adicionais para que as mulheres atingissem o nível superior decorriam de seu baixo acesso aos níveis inferiores de ensino e especialmente aos cursos secundários. Entre 1907 e 1912 “apenas 1/4 do total de estudantes dos cursos secundários era composto por mulheres e, nos cursos superiores, não mais do que 1,5%” (BELTRÃO; TEIXEIRA, 2005, p. 152). Um agravante era que o curso normal – em geral seguido pelas mulheres, já que o magistério foi uma das primeiras profissões em que o trabalho feminino foi legitimamente aceito – não permitia o acesso ao nível superior até que a

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (promulgada em 1961 e reformada em 1971) equiparou os cursos de nível médio: normal, clássico e científico. Diante disso, Rosemberg considera que apenas em 1971 pode-se dizer que há acesso irrestrito das mulheres à educação, sendo, portanto, a educação feminina no Brasil “fato recente e intenso” (2012, p. 333).

A expansão das oportunidades educacionais para as mulheres, como mostra Trigo (1994), também teve um caráter revolucionário para a transformação da sociabilidade e das relações de gênero, em especial com a educação superior. Analisando o contexto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – epicentro da Universidade de São Paulo criada em 1934 em sintonia com o declínio da economia cafeeira e o anseio das elites pela reconversão do capital econômico em cultural – Trigo mostra que, por um lado, os alunos homens rompem com a expectativa de que se dedicassem às carreiras tradicionalmente valorizadas como medicina, engenharia e advocacia, e, por outro lado, as alunas mulheres rompem com a ideologia da domesticidade que ainda lhes pesava fortemente na década de 1930. O fato de que os cursos oferecidos eram na área de Humanidades favorecia a aceitação pelas famílias, pois a faculdade passava a imagem de um enriquecimento cultural que não competia com a expectativa de que as mulheres se engajassem na trajetória usual de casamento e maternidade. A sociabilidade estudantil e a convivência entre os sexos – que até então tendiam a frequentar escolas segregadas – a vida cultural e os espaços de lazer, no entanto, aos poucos trouxeram tensão para a relação entre pais e filhos e abriram espaço para maior protagonismo das mulheres e dos jovens em geral. A criação da faculdade em São Paulo não deixou também de revelar a geografia das desigualdades nas oportunidades educacionais, ainda concentradas no centro sul e nas grandes cidades, ainda que Trigo realce que a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras expressou uma mudança no recrutamento da população estudantil, não só porque foi um marco na entrada das mulheres na universidade, mas também porque incluiu filhos de imigrantes, dois públicos tradicionalmente excluídos da educação superior. Esta valorização da educação superior pelas camadas médias, que nela viam um canal de mobilidade, foi mais tarde aguçada pelo “significativo aumento numérico das mulheres no curso superior trazido pela abertura para a universidade de massa na década de 60” (TRIGO, 1994, p. 107).

O crescimento da escolaridade favoreceu que as mulheres das classes médias e altas se juntassem às mulheres das classes baixas no mercado de trabalho. O crescimento do trabalho feminino se deveu, segundo Besse (1999), a uma série de razões, como a depreciação do valor do trabalho doméstico num contexto em que a família passa aos poucos de unidade

de produção à unidade de consumo, a adoção do valor burguês do trabalho, e a procura, pelos empregadores, de funcionárias.

Manteve-se, todavia, a preocupação de que o trabalho se realizasse em ocupações consideradas compatíveis com a “natureza feminina” e evitada a competição entre os sexos – também cerceadas que foram pelo Código Civil de 1916 que as proibia de aceitar emprego sem a permissão do marido e leis protetoras que defendiam mais os interesses de sindicatos controlados pelos homens do que os interesses femininos – o emprego feminino não revolucionou a posição das mulheres na sociedade. Os empregadores também se beneficiavam dessa participação periférica das mulheres no mercado de trabalho visto que representavam uma mão-de-obra que ganha menos e suporta melhor as rotinas laborais. “Segundo o censo de 1920, as mulheres empregadas no setor industrial ganhavam tipicamente entre metade e dois terços dos salários recebidos pelos homens” (BESSE, 1999, p. 166).

Não obstante, na visão de Besse, tratava-se de uma profissionalização incompleta, visto que o destino primordial da mulher continuava a ser percebido como a família e a maternidade. Estabelecia-se um círculo em que os menores rendimentos faziam com que o trabalho feminino fosse percebido como uma contribuição provisória que, por ser assim percebido, realimentava a ideia de que era condizente com uma menor remuneração¹²⁷. Além disso, enquanto trabalhadoras, as mulheres de todas as camadas sociais eram objetos de proteção, dadas as ameaças ainda percebidas no trabalho do ponto de vista da sexualidade e da honra. “Percebida e construída como frágil, a mulher precisava ser protegida e controlada. [...] Mesmo o trabalho das jovens das camadas populares nas fábricas, no comércio ou nos escritórios era aceito como uma espécie de fatalidade” (LOURO, 2000, p. 453).

As novas oportunidades abertas às mulheres eram diferentemente aproveitadas por mulheres de diferentes classes, chegando a inverter a lógica dos incentivos sociais ao trabalho remunerado feminino. Enquanto mulheres das famílias de elite começavam a exercer profissões de nível superior e mulheres das classes médias assumiam novos cargos de escritório decorrentes da expansão do setor de serviços, as mulheres pobres permaneciam segregadas nas indústrias em cargos menos qualificados e pior remunerados, devido a suas menores oportunidades, a interesses de empregadores e à legislação pseudo-protetora.

Dada a natureza extremamente estratificada da sociedade brasileira, a modernização do sistema de gênero atingiu as mulheres das diferentes classes de modos diferentes – e frequentemente contraditórios. [...] As famílias urbanas de classe média, diante do declínio do valor do trabalho doméstico da mulher, das altas taxas de inflação e

¹²⁷ Na sua análise da reestruturação do patriarcado no Brasil, Besse mostra que a modernização dos anos 30 é acompanhada de uma reação conservadora que controla o ritmo do processo de democratização das relações de gênero e classe. As mudanças que o novo contexto moderno ensejava para as hierarquias de classe e gênero foram relativamente contidas de forma a preservar a estabilidade social, pois “se a rebelião da classe operária ameaçava as relações de propriedade, a rebelião (ou insubordinação) das mulheres urbanas de todas as classes sociais parecia ameaça igualmente perigosa às relações de poder no interior da família e, portanto, da sociedade em geral.” (BESSE, 1999, p. 5).

da crescente necessidade de dinheiro, começaram a encarar de maneira mais favorável o trabalho assalariado feminino – desde que não maculasse a reputação das mulheres (pela associação com as trabalhadoras de status social inferior), não comprometessem sua feminilidade (colocando-se em competição direta com os homens), nem ameaçassem a estabilidade do lar chefiado pelo homem (fomentando ambições individuais das mulheres ou oferecendo oportunidades reais de independência econômica).

Em contraposição, o emprego das mulheres da classe operária, que fora aceito como natural e necessário no século XIX, começou a ser encarado como um mal antinatural e lamentável (ainda que necessário), que punha em risco a estabilidade familiar e a ordem social e política. Assim, as mulheres pobres, que haviam fornecido a mão-de-obra para as primeiras fábricas têxteis no final do século XIX, enfrentaram uma hostilidade crescente relativamente a sua participação na força de trabalho. (BESSE, 1999, p. 8-9)

Portanto, se as mulheres das classes médias e altas experimentavam um relativo empoderamento, as mulheres das classes baixas tinham sua autonomia diminuída. Além disso, nos setores político e social, a modernização em curso ampliava as desigualdades entre mulheres, sendo um exemplo a conquista do voto pelas mulheres, alfabetizadas de mais de 21 anos, em 1932, que excluía, na prática, as mulheres de classe baixa porque eram em grande parte analfabetas¹²⁸. Parte das mudanças reforçou, portanto, as desigualdades entre mulheres ao mesmo tempo que manteve o modelo de assimetria entre gêneros, renovado que foi nas classes médias e altas e exportado que foi para a classe operária urbana.

A ambiguidade da modernização do sistema de gênero é destacada por Besse, que constata que, por volta dos anos 1930, o relativo progresso na presença feminina nos espaços públicos, pela educação, trabalho e voto, é compensado pela manutenção da ênfase na domesticidade, sendo preciso aguardar os anos 1960, com a pílula e o crescimento do trabalho feminino, para constatar mudanças mais significativas. O contexto de 1976-2006, elegido objeto desta pesquisa e retratado a seguir, representa o ápice de transformações estruturais que vieram acelerar e intensificar o ritmo das mudanças na condição feminina na família e na sociedade que, como visto, já vinham ganhando contornos lentamente desde o início do século XIX.

¹²⁸ No plano da cidadania política feminina, o voto foi uma conquista do movimento feminista no Brasil que resultou, sobretudo, da militância das mulheres que se beneficiaram na relativa abertura na educação e emprego e assim ocupavam posições mais privilegiadas, ainda que as desigualdades entre as mulheres continuassem grandes. “Ao longo do século XIX, aumentou o número de mulheres brasileiras que recebiam alguma instrução, e as portas das instituições nacionais de educação superior finalmente se abriram para elas, como tinham pedido as primeiras defensoras dos direitos da mulher. Somente umas poucas mulheres conseguiram ser admitidas e ter sucesso ao ingressar em profissões de prestígio tradicionais como direito e medicina, mas dentre elas é que saiu a maioria das que trabalharam conscientemente para mudar o status social e político das mulheres no século XX, inclusive a liderança na bem sucedida campanha do voto. Entretanto, permanecia sem instrução a maioria das mulheres, como, aliás, a dos homens, também. A questão do voto, legalmente limitada aos alfabetizadas, não assumia a mesma importância para elas como para uma minoria instruída. No Brasil, portanto, em sua sociedade altamente estratificada, os diferentes grupos de mulheres continuavam a levar vidas muito diferentes” (HAHNER, 2003, p.172-3).

1.3.3 O período 1976-2012: lugares em movimento

O período 1976-2012 foi escolhido como objeto desta investigação por se tratar de um contexto de intensificação das transformações na condição feminina, o que foi favorecido por diversos processos macrosociais, como as transformações na estrutura produtiva e na oferta de serviços públicos, implicando em maiores oportunidades de educação e trabalho, além da difusão de novos valores pelos meios de comunicação de massa e pela segunda onda do feminismo. Nesta seção, caracteriza-se o período 1976-2012, no qual o Brasil experimenta processos de mobilidade geográfica e social, circulação cultural e novas formas de sociabilidade.

Assim como as mudanças na condição das mulheres nas famílias e na sociedade são experimentadas globalmente, ou pelo menos em boa parte do mundo ocidental, existe um conjunto de transformações estruturais que foram historicamente comuns a diversos países, sendo usualmente analisadas através da noção de modernização. As teorias da modernização são em geral criticadas por supor um processo linear que levaria de uma sociedade tradicional a uma sociedade moderna, tendo como paradigma de modernidade um, supostamente integrado, modelo europeu. Apesar das várias teorizações que procuram sistematizar suas características, modernização e modernidade não são conceitos unívocos, assim como são complexas e multifacetadas as realidades que pretendem descrever e analisar. Este desafio não é privilégio latino-americano ou brasileiro, pois, como lembra Martín-Barbero, “[...] a modernidade não foi tampouco na Europa um processo unitário, integrado e coerente, mas híbrido e desigual” (2006, p. 24).

Existe muito debate em torno do conceito de modernidade e sua aplicabilidade a diferentes sociedades e grupos dentro das sociedades. Segundo Schmidt (2011), apesar dos argumentos que enfatizam as diferenças e a ideia de “modernidades múltiplas”, a teoria da modernização sustenta que há grandes variações dentro do tipo moderno de sociedades, as quais, no entanto, distinguem-se menos entre si e mais fundamentalmente em relação às sociedades pré-modernas, por moverem-se em direção a um conjunto de instituições-chave – com o desenvolvimento dos sistemas econômico e político, escolarização em massa, universidade de pesquisa, sistema legal com normas universalistas e a disseminação rápida de informação por uma mídia de massa (SCHMIDT, 2011, p. 160). A admissão de desigualdades graduais, mas não categóricas, diferencia as fundações ideacionais das sociedades modernas em relação às pré-modernas, mas evidentemente não implica o fim das desigualdades de fato.

O autor menciona, por exemplo, a existência de divisões entrincheiradas entre grupos de status quase hereditários na América Latina, que subverteriam o funcionamento de instituições e alocariam desigualmente recursos e serviços públicos (SCHMIDT, 2011, p. 168).

A modernização latino-americana e seus processos econômicos, políticos e sociais foi analisada por Germani que considera diferenças em taxas e sequências (1974, p. 8-9). A modernização social, em particular, abrange subprocessos dentre os quais se destacam a mobilização social (mobilização psicológica e objetiva em direção a novos valores), a urbanização, mudanças demográficas, mudanças no sistema de estratificação e mudanças na forma de participação com a extensão de direitos civis e sociais aos estratos mais baixos (particularmente educação e consumo), além das próprias transformações na organização das famílias (GERMANI, 1974, p. 21).

Cada uma dessas transformações é complexa e possui impactos diversificados. A urbanização, por exemplo, deve ser compreendida não apenas em termos do adensamento da mão-de-obra em torno de novas atividades produtivas no meio urbano, mas também do ponto de vista das mudanças culturais que a cidade promove. Lembrando Weber, Germani considera que “[...] a cidade ocidental desempenhou um papel central na criação das pré-condições culturais que possibilitaram o advento da sociedade industrial. Dali, saíram os valores, as atitudes, as formas de pensamento, os grupos humanos e as obras culturais sobre as quais se constituiu este novo tipo de sociedade” (1974, p. 172-3), reconhecendo, entre outros aspectos, o papel da cidade na secularização dos comportamentos e na racionalização econômica.

Dentre as mudanças populacionais, destaca-se a transição demográfica, com a passagem de altos a baixos níveis de fecundidade e mortalidade. No caso brasileiro, e da América Latina em geral, realça-se que o declínio da mortalidade foi acelerado pela disponibilidade de inovações científicas e tecnológicas importadas dos países mais desenvolvidos, processo mais tarde experimentado também no controle da fecundidade, beneficiado pelos avanços tecnológicos na produção de contraceptivos a partir dos anos 1960. Germani compreende o controle da fecundidade como parte do processo de secularização que leva a substituição de pautas de ação prescritivas por eletivas.

Também nas análises demográficas, considera-se que a redução da fecundidade supõe, em última instância, mudanças nas propensões e motivações dos casais para ter filhos, as quais são favorecidas por melhorias nos serviços de saúde, pelo desenvolvimento econômico e por mudanças sociais (em especial quanto aos valores, ao grau de liberdade

feminina e à secularização dos comportamentos). Livi-Bacci lembra que um conjunto de fatores ligados ao desenvolvimento das sociedades¹²⁹ estão associados ao declínio da fecundidade, especialmente porque aumentam o “custo relativo” da criação dos filhos.

Este aumento [do custo relativo da criação dos filhos] pode, por exemplo, surgir em resultado da expansão da educação feminina, de forma que as mulheres estão menos dispostas a desistir da possibilidade de um emprego remunerado a favor do trabalho doméstico e da criação dos filhos. Outros fatores podem incluir a escolaridade obrigatória na infância, que adia o início do trabalho infantil, ou um aumento geral do bem-estar, com os respectivos requisitos no sentido de maiores investimentos nas crianças. A criação de mecanismos institucionais de proteção reduz a necessidade de apoio aos pais idosos por parte dos seus filhos e, desta forma, enfraquece-se o incentivo à natalidade elevada. Outros elementos que tendem a acelerar o declínio da natalidade incluem a eliminação de obstáculos, em termos da legislação, relativos ao controlo da natalidade, uma política que apoia ativamente o planeamento familiar, a disseminação das técnicas e do conhecimento dos contraceptivos e o fato de serem simultaneamente acessíveis em termos económicos e aceitáveis a nível psicológico. (LIVI-BACCI, 2013, p. 206)

A modernização também inclui, segundo Germani, mudanças na estratificação social, respondendo a uma série de processos estruturais que englobam as transformações na estrutura produtiva e os processos de migração e mobilidade social. A mobilidade social cumpre, a seu ver, um papel de integração. Como característica da modernização social, Germani inclui também a redução de diferenças demográficas, económicas e socioculturais entre estratos, apesar de reconhecer a existência de amplas parcelas da população em condição de marginalidade.

Além das mudanças estruturais nas condições objetivas, Germani confere um lugar importante em sua teoria às mudanças nas pautas normativas que possibilitam a legitimidade da modernização “em termos de expectativas institucionalizadas e atitudes internalizadas” (1974, p. 22). Neste sentido, o desenvolvimento de meios de comunicação de massa e de transportes favorece a “revolução das aspirações” que, ao invés de estar restrita à dimensão económica, diz respeito a “[...] *uma nova atitude de participação generalizada* que choca com as atitudes preexistentes” (1974, p. 84), indicando mudanças na pauta normativa independente do acesso concreto a novos padrões de consumo e de ganhos efetivos em qualidade de vida.

Uma “revolução nas aspirações” também ocorreu no Brasil, tendo representado uma dimensão importante de integração simbólica na dinâmica cultural entre as classes. Segundo Valle Silva, “mais importante que a experiência da mobilidade em si é o fato de que

¹²⁹ Livi- Bacci lembra, no entanto, que a relação entre transformações sociais e económicas e declínio da fecundidade não é determinista, indicando exemplos como: “na França rural, o declínio da natalidade começou mais cedo do que em Inglaterra, país mais rico e mais avançado em plena Revolução Industrial” (2013, p. 156).

a sociedade brasileira se tornou orientada para a mobilidade, difundindo-se a normalidade da expectativa de melhoria da condição social dos indivíduos” (SILVA, N. V., 1991, p. 80). Conforme Silva, a modernização experimentada pelo Brasil fundamentou-se em uma “dupla transição econômica e demográfica, mediada pela mobilidade social realizada ou só almejada por indivíduos e famílias” (1991, p. 68).

As transformações estruturais foram muitas e muito intensas¹³⁰ (SILVA, N. V., 2009), com os processos de urbanização, mudanças na estrutura produtiva e no emprego, e o desenvolvimento do mercado e dos serviços estatais, que incluem desde o saneamento básico até as políticas de educação, saúde e seguridade social. As melhorias no padrão geral de vida estão relacionadas também a mudanças substanciais no nível de consumo, inclusive acesso a rádio e TV que expõem a novas pautas normativas.

Silva demonstra que o rápido crescimento econômico seguiu as trajetórias usuais da teoria da modernização, com redução do emprego na agricultura e crescimento da população ocupada na indústria e no setor de serviços. Novas demandas por trabalho feminino, em especial diante do crescimento do setor de serviços, favoreceram a difusão do trabalho feminino entre as classes. Segundo Zuleica Oliveira (2003), se no Censo Demográfico de 1920 as trabalhadoras brasileiras estavam concentradas nas ocupações do Setor Primário e do Secundário (88,6%), “o que é uma clara indicação de que o trabalho extradomiciliar era uma realidade vivenciada apenas para as mulheres de baixa renda” (2003, p. 111), enquanto a participação feminina nas profissões liberais não chegava a 5,0%, durante a década de 70 cresceu a participação de mulheres dos segmentos médios, casadas e mães, transformação favorecida pela urbanização e pelas mudanças na estrutura ocupacional, que se tornou mais complexa e diversificada¹³¹.

As transformações estruturais estiveram relacionadas a intensos processos de migração rural-urbana e alta mobilidade social, o que faz com que a ascendência rural seja

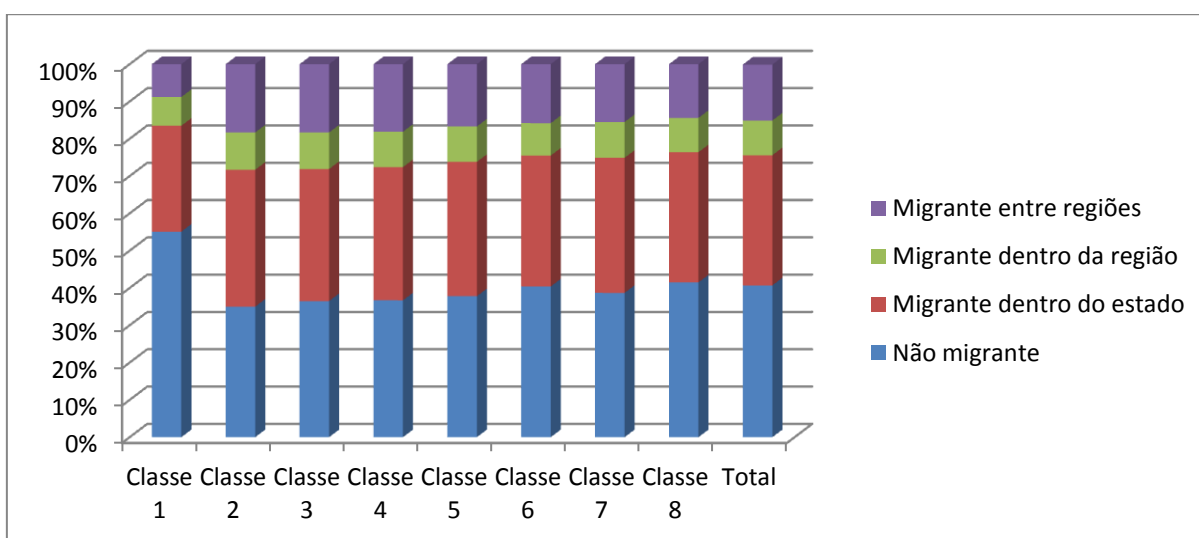
¹³⁰ Silva (2009) trata das transformações na sociedade brasileira ao longo do século XX, distinguindo três períodos - 1920-45, 1945-89 e 1980-2000 – realçando as principais transformações modernizantes experimentadas em cada período. Interessa nesta seção apresentar alguns dados das transformações mais recentes, reconhecendo, com Silva, suas raízes em processos pretéritos que remontam pelo menos aos anos 1930. Pode-se, portanto, considerar que o último quartel do século XX é o ápice deste processo de modernização.

¹³¹ O trabalho de Oliveira é interessante para pensar o movimento pelo qual as mulheres vão se deslocando entre as ocupações, espalhando-se na estrutura ocupacional. Oliveira contrapõe as profissões de secretária e gerente: “Assim, enquanto a posição de secretária é uma ocupação moldada segundo as características consideradas femininas e que traz em seu bojo a relação de subordinação que se estabelece entre as categorias de gênero, a ocupação de gerente tem uma outra conformação. A ocupação de gerente é configurada de acordo com as qualidades masculinas, simbolizando o poder masculino. Pode-se supor que a secretária reflete a permanência, enquanto a gerente revela, em contraposição, a mudança da atividade feminina” (2003, p. 112). Para outra análise sobre o crescimento do trabalho feminino em ocupações específicas, ver, por exemplo, o estudo de Segnini (1998) sobre as mulheres no trabalho bancário.

uma característica básica da maioria dos brasileiros e brasileiras, inclusive com um grande recrutamento da elite nas classes baixas: “somente 13% daqueles que pertencem ao que nós poderíamos chamar de uma ‘elite’ ocupacional provém de famílias já pertencentes a ‘elite’” (SILVA, 2009, p. 3, tradução nossa).

O vigoroso processo de urbanização e transformação da estrutura produtiva afeta as trajetórias dos indivíduos, gerando novas experiências e oportunidades em uma sociedade com intensa mobilidade social e geográfica. Quando se observa a condição de migração da população (gráfico 1), nota-se que, em 1996, cerca de 60% dos chefes de domicílio haviam experimentado algum tipo de mobilidade espacial. A maior parte dessa mobilidade é de curta distância, ficando restrita aos limites do seu estado (35%), mas em torno de 10% migram entre estados de sua região e 15% migram para outras regiões. Este processo tende a ser comum a todas as classes, indicando um processo geral de intensa circulação da população em todos os níveis sociais. Entre as classes urbanas, o percentual de não migrantes varia de 35% na classe 2 a 41,5% na classe 7. O grupo que sofre menos mobilidade espacial são os trabalhadores rurais, em parte isso se deve ao fato dos trabalhadores rurais, ao migrarem para cidades, experimentarem simultaneamente mobilidade social, o que faz com que sejam contabilizados em outro estrato conforme sua classe atual.

Gráfico 1 – Condição de migrante ou não da pessoa de referência do domicílio por classe familiar, Brasil, 1996¹³²



Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD de 1996.

¹³² Como há dados de mobilidade social apenas para 1996, optou-se por apresentar dados de migração também para esta data, que coincide com o meio do período analisado.

A migração do campo para a cidade foi um traço marcante da modernização da sociedade brasileira. Para alguns autores, a migração implica em individualização crescente das famílias, pois seus membros passam a exercer profissões especializadas individuais, diferentemente do trabalho coletivo típico do meio rural. Segundo Cândido, a migração para a cidade desintegrava a parentela, fechando sobre si mesma a família nuclear (1979, p. 253). Todavia, Durhan mostra que as redes familiares são importantes no processo de migração. Jovens do sexo masculino ou feminino e famílias com diferentes estruturas podiam ser candidatas – e de formas distintas – à migração, processo este que sempre ocorria com certo respaldo das relações familiares e comunitárias.

[...] os jovens não migram completamente sós. Eles se locomovem dentro de um grupo recrutado na comunidade de origem. Os jovens frequentemente partem com famílias conhecidas, com amigos que já migraram antes, ou vão à procura de parentes. [...] A migração também é relativamente fácil para os casais jovens e sem filhos. [...] A migração de casais com filhos pequenos parece a mais difícil, dada a maior dificuldade de locomoção desse tipo de família, as dificuldades de alojamento e manutenção na zona de destino. [...] A migração pode se processar com fracionamento temporário do grupo – o chefe de família migra sozinho, deixando mulher e filhos com parentes seus ou da mulher e só depois de conseguir uma colocação satisfatória é que manda chamar, ou vai buscar os outros. Ou, migra toda a família de vez, quando pode contar com o apoio de parentes na zona de destino. (DURHAM, 1984, p. 132-3)

Chegados à nova cidade, as relações familiares e pessoais também se mostravam centrais na obtenção de um emprego, sendo inclusive consideradas estratégicas pelos empresários na obtenção da desejada disciplina – “Embora não-formal, a política de contratação de parentes e de indicações dos empregados era estimulada pela própria empresa” (FONTES, 2004, p. 375) – além de permitir o estabelecimento de redes sociais que propiciavam práticas de solidariedade e auxílio mútuo¹³³.

Considera-se que a migração do campo para as cidades teve impacto nas relações dentro das famílias, sobretudo, para as relações entre pais e filhos, com a redução do poder paterno porque o pai já não controla o trabalho dos membros da família (DURHAM, 1984, p. 201-2). Além disso, os jovens dominam melhor a vida na cidade, pois aprendem mais

¹³³ Se um pressuposto das teorias da modernização é a passagem de famílias extensas para nucleares, a presença ou não de parentes nos domicílios é hoje reconhecida como uma dimensão mais complexa, não só porque as razões para a coabitação entre famílias variam, como também porque a ajuda mútua ocorre sem coresidência. Segundo alguns autores, mais importante que a coresidência de parentes, são as interações interfamiliares (FUKUI 1979, p. 19, DUHAN, 1984, p. 66-8), pois as famílias podem alternar entre nuclear ou extensa ao longo de seu ciclo. Filhos pequenos, por exemplo, podem exigir maior presença de adultos, estimulando a incorporação de parentes a um núcleo inicialmente conjugal. Além disso, mesmo que não seja extensa, a família pode contar com uma rede de apoio, tal como no critério, usual nos meios rural e nas camadas baixas urbanas, de morar perto dos parentes (WOOTMANN, 1987).

facilmente os códigos de sociabilidade urbana¹³⁴, além de terem maiores oportunidades ocupacionais que seus pais. Isto é válido também para a mulher solteira, cuja posição também se altera, pois seu trabalho lhe rende alguma autonomia¹³⁵, apesar dos conflitos decorrentes do fato do pai e dos irmãos quererem controlar seu salário. A mãe de família seria, pelo menos num primeiro momento, a posição que menos se altera na situação urbana (DURHAM, 1984, p. 207-8), pois continuaria cuidando dos filhos e é vista como mão de obra de reserva.

Já o crescimento da migração feminina, que vem implicando em masculinização e envelhecimento do campo (CAMARANO, ABRAMOVAY, 1999), expressa novos projetos familiares e pessoais, bem como a rejeição ao modo de vida tradicional pelas mulheres que migram do campo para a cidade. Jacquet (2003) constatou que a migração feminina do campo para a cidade faz parte de estratégias matrimoniais, visando ampliar qualitativamente a disponibilidade de pretendentes diante da desvalorização dos homens das áreas rurais de origem, além de significar uma fuga ao controle parental na escolha dos cônjuges. Esta é também uma estratégia de ascensão diante do rebaixamento social que representaria o casamento com os pequenos proprietários rurais cuja condição foi deteriorada devido à extrema fragmentação das propriedades herdadas¹³⁶.

Como nota Kofes, a migração rural urbana, através do emprego doméstico, favoreceu também a circulação de valores e muito especialmente a transmissão do “gosto legítimo” (BOURDIEU, 2007) de cima para baixo, visto que os hábitos da família empregadora são considerados superiores: “a aprendizagem urbana vai se fazer, para a migrante, através dos hábitos sociais e culturais da família empregadora – a maneira de falar, de vestir, os gostos culturais, o uso de equipamentos e os valores” (KOFES, 2001, p. 232). O contato entre classes passa, portanto, pela vida doméstica e pelo universo feminino do cuidado, para o que há evidências também de outras culturas (WEBER, E. 1988).

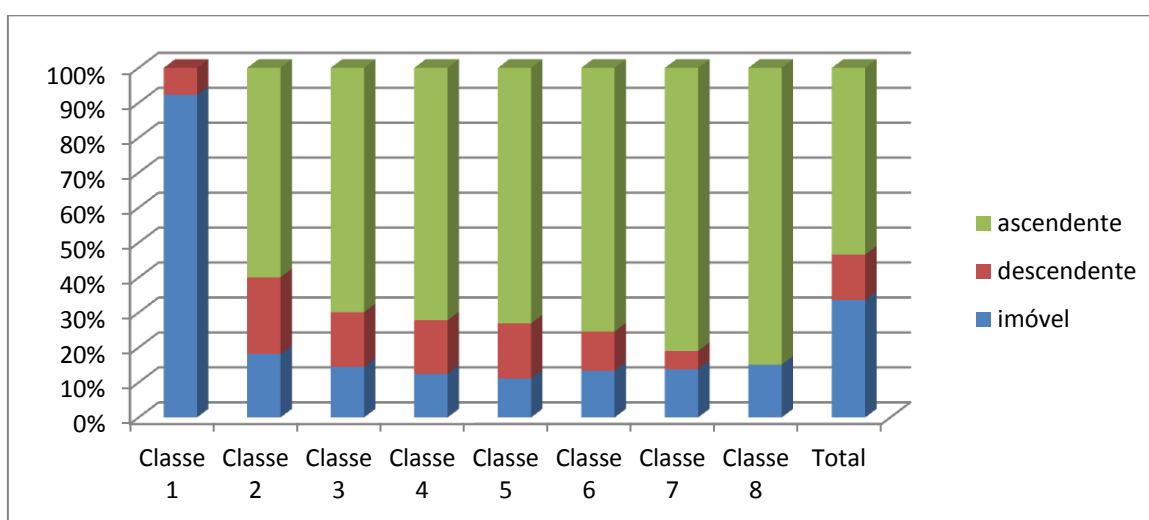
¹³⁴ A mudança de ambiente exige o aprendizado de novas habilidade e em geral descarta os conhecimentos trazidos das experiências de trabalho no meio rural (KOWARICK, 1979). Isso é particularmente verdadeiro quanto a inserção dos homens nas ocupações urbanas, notadamente a indústria e a construção civil. No caso das mulheres, mais comumente inseridas em ocupações de serviço doméstico, há uma continuidade nas tarefas domésticas já antes exercidas, exigindo-se apenas uma ressocialização nos hábitos familiares das camadas medias e altas para as quais trabalham. A experiência de emprego doméstico significa, portanto, mais uma oportunidade de circulação cultural entre as classes (KOFES, 2001).

¹³⁵ Brandão Lopes (1967) nota também a importância do trabalho dos membros femininos – sobretudo das filhas – na indústria têxtil, como aspecto importante da integração das famílias que migram do meio rural para cidades de porte médio em busca das novas oportunidades do trabalho industrial.

¹³⁶ “Os processos ocorrem de maneira simultânea, ou seja, o empobrecimento no meio rural é acompanhado pelo desejo de ascensão social que passa a determinar as ambições matrimoniais das moças, o que contribui para redefinir os critérios de avaliação e de escolha do cônjuge. Novas normas passam a determinar o valor matrimonial: um esposo não deve se contentar apenas em manter a posição social de sua mulher, deve também assegurar sua promoção social.” (JACQUET, 2003, p. 176)

Migrar do campo para a cidade envolve não apenas um processo de mobilidade espacial, mas também de mobilidade social. Análises da mobilidade social no Brasil (PASTORE, 1979; PASTORE; VALLE SILVA, 2000; SCALON, 1999) mostraram a expressiva mobilidade de tipo estrutural, ainda que frequentemente de curta distância¹³⁷. Ao observar o recrutamento das classes em 1996 (gráfico 2), considerando as pessoas de 20 a 64 anos na condição de pessoa de referência ou cônjuge em seus domicílios, observa-se que, com exceção dos trabalhadores rurais onde a herança social é da ordem de 92,4%, a maior parte da população sofreu algum tipo de mobilidade em relação a sua origem social (classe do pai). Entre 60 e 85% de cada estrato urbano foi recrutado entre filhos dos estratos inferiores, configurando uma intensa mobilidade intergeracional ascendente que em grande parte se deve às transformações estruturais ao longo do século XX. A mobilidade descendente é pouco frequente, abarcando 13% dos indivíduos ocupados em 1996. Com exceção dos trabalhadores rurais, o percentual de pessoas imóveis em cada classe oscila entre 13 e 18%.

Gráfico 2 - Situação de mobilidade intergeracional por classe individual atual, pessoas de 20 a 64 anos na condição de pessoa de referência ou cônjuge em seus domicílios, 1996



Fonte: elaboração própria a partir da PNAD de 1996.

A expectativa de mobilidade social encontra, portanto, respaldo na experiência de vida das pessoas de “baixo a alto” na estrutura social, ainda que o projeto de ascensão possa assumir a forma de uma melhoria nas condições de vida, sem mudar necessariamente de

¹³⁷ Em sua revisão sobre os estudos de mobilidade no Brasil, Valle Silva (1999, p. 71) observa que “apesar das taxas de mobilidade absoluta registrarem desvantagens para mulheres, não se verificam diferenças de gênero no que diz respeito às chances relativas (ou seja, na mobilidade de circulação)”. Para aprofundar a questão das variações por gênero na mobilidade social, ver Scalon (1999).

classe. Durham mostra, entre as classes populares de três cidades médias do estado de São Paulo, uma perspectiva de ir “melhorando de vida”, não apenas através do projeto da casa própria – cujo significado “ultrapassa bastante o de um lugar seguro para morar”¹³⁸. É por um lado, a prova de que é possível ascender; por outro, é uma poupança e um investimento” (DURHAM, 1988, p. 183) –, mas também do acesso a serviços públicos e recursos urbanos que tendem a crescer com a modernização das sociedades.

A crença na viabilidade desse projeto [de melhoria de vida] se apóia na crença do *progresso*. A experiência das transformações por que está passando a sociedade brasileira é vista, em geral, de modo positivo, implicando uma abertura das possibilidades de melhoria de vida da população que pode aproveitar-se delas através do *esforço*. Essa experiência do *progresso* é a experiência-urbanização, pensada como um processo, concretizado na história de vida, de acesso crescente a recursos urbanos: morar em casa própria, em local asfaltado, iluminado, com água, esgoto e condução, perto das escolas e postos de saúde. (DURHAM, 1988, p. 184).

A visão orientada para a mobilidade nas classes populares aparece não apenas na distribuição de sua força de trabalho de forma a maximizar os ganhos, investindo na compra da casa, mas também, numa perspectiva de melhoria intergeracional, no “esforço muito grande para garantir o ‘estudo’ para os filhos, como mecanismo de aumentar o nível de qualificação e assegurar uma participação mais competitiva no mercado de trabalho” (DURHAM, 1988, p. 189).

O crescimento da educação de massa alimenta e contribui para o atendimento destas expectativas¹³⁹, além de que a educação de massa favorece um repertório comum de valores. O interesse pela educação deve-se tanto ao fato dela ser um bem em si para a pessoa, quanto à possibilidade de transmissão de um repertório comum de uma geração a outra. A escola elementar também permite a introdução de uma língua padrão, conhecimento antes distintivo das elites. Neste sentido, “a questão de se as crianças das classes baixas devem aprender a falar, ler e escrever numa língua padrão pode ser interpretada em termos de exclusão da, ou acesso a, rede central de comunicações” (SWAAN, 1988, p. 83). Com sua linguagem padronizada, a escola também tem um impacto de difusão cultural, favorecendo a redução de diferenças entre grupos. Novas formas de distinção emergem – “numa sociedade

¹³⁸ Como mostra Bourdieu, a casa é um bem material que, como o vestuário, está exposto à percepção de todos, objeto de investimentos econômicos e afetivos: “designa ao mesmo tempo o edifício e o conjunto de seus habitantes, a casa é indissociável da família como grupo social durável e do projeto coletivo de a perpetuar” (2006, p. 38). Considerando a casa dentro das estratégias familiares, Bourdieu nota que “a propensão para adquirir uma casa é indissociável de uma ambição de ascensão social que é inseparável de uma restrição da fecundidade” (p. 57).

¹³⁹ A expansão do acesso a educação será tratada no capítulo 6.

de sufrágio universal, as diferenças de classe tornam-se mais sutis, mais pervasivas, sem nunca perder sua pitada como marca de distinção” (SWAAN, 1988, p. 87, tradução nossa) – sendo algumas formas de qualificação monopolizadas, função inicialmente atribuída ao ensino secundário e a determinadas carreiras do ensino superior.

A cultura de massa é outro fator que contribui para a aproximação dos comportamentos de classe, ao possibilitar a exposição a novos modos de vida e a circulação de modelos culturais. Ademais, a cultura de massa contribui para a individuação das pessoas, dando-lhes identidade em contextos que causam desenraizamento como a migração para a cidade, ou favorecendo sua libertação das culturas tradicionais parentais. Gans (1974) oferece o exemplo dos heróis hollywoodianos que provêm modelos de papéis e lembra que não se deve subestimar a importância da mídia para os processos de individuação numa cultura urbana, uma vez que, na modernidade, o ideal de liberar-se da cultura parental tradicional e construir sua identidade, fundado nas ideias de emancipação e liberdade, encontra abrigo na cultura de massa. No Brasil, pesquisas realçam a presença de personagens e tramas que problematizam e oferecem referenciais comportamentais quanto às mudanças nas relações familiares e de gênero (HAMBURGER, 2005, ALMEIDA, 2003). Essa reflexividade televisiva provavelmente favoreceu e foi favorecida pelo fato de que as relações de gênero, como futebol, sejam um tema de conversação geral (ERICSSON, 1996). Alguns estudos apontam a importância específica da telenovela para a difusão de novos modelos familiares (FARIA; POTTER, 2002), mas certamente o acesso à informação em geral (noticiários, programas femininos etc.) favoreceu a exposição a outros modelos de relações familiares e de gênero.

Este processo não se iniciou ou esteve restrito à influência da televisão. É notável no século XX o aumento da presença de diversos meios de comunicação na sociedade brasileira. Na década de 30, as rádios, como a Nacional do Rio de Janeiro, já começavam a expor a população a novos padrões de comportamento, ao mesmo tempo que possibilitaram “uma profunda modificação: incorporou o imenso contingente de analfabetos ao público receptor” (MILANESI, 1997, p. 33). Esse impacto foi posteriormente intensificado com a televisão, que favoreceu ainda mais a difusão cultural. Como mostra Ortiz (1991), a política modernizadora para as telecomunicações implementada pelos governos militares - EMBRATEL (1965), INTELSAT (1967), e sistema de microondas interligando o território nacional (1968-1970) – acabaram por favorecer a integração de uma sociedade urbana e industrial que se formava em meio a profundos contrastes socioculturais. Há que realçar o

caráter audiovisual da mudança cultural num país pouco e desigualmente escolarizado. Para Bernardo Sorj, até pela baixa qualidade do sistema educacional, “a televisão no Brasil se transformou na principal – e para uma boa parte da população, a única – fonte de informação e de formação de valores, expectativas e hábitos” (SORJ, 2003, p. 77).

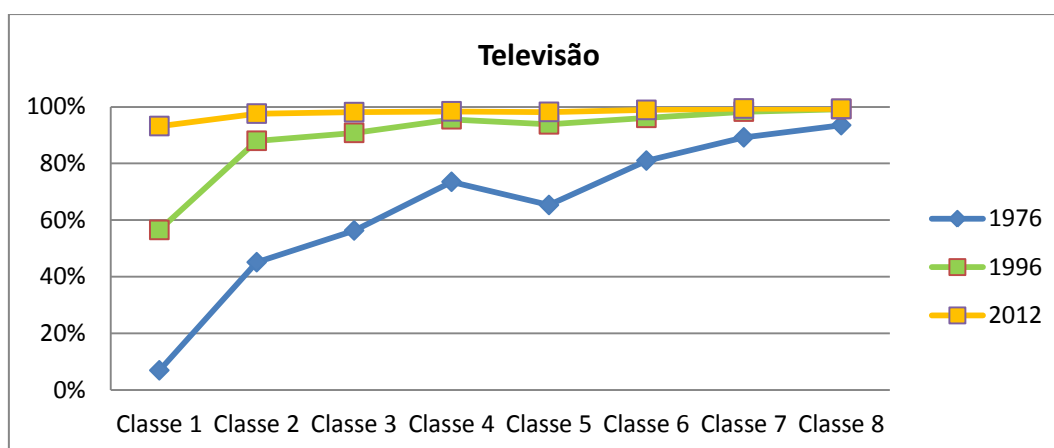
Conforme o gráfico 3, comparado a 1976, tem-se expressiva redução das desigualdades por classe no acesso a este meio de comunicação, estando já próximo de sua universalização nos estratos urbanos em 1996. O acesso foi mais lento entre os trabalhadores rurais, quase metade dos quais não tinha acesso em 1996, restando apenas 7% de domicílios sem televisão entre os trabalhadores rurais em 2012. Têm-se, assim, novas formas de construção e transmissão de modelos de comportamento num novo contexto de sociedade e cultura de massas, distinto de um passado em que os modelos de comportamento emergiam por mãos da religião, da família e da comunidade. Mais recentemente, assiste-se a difusão do uso de computador, cuja presença nos domicílios está, em 2006, sempre abaixo de 15% nas três classes mais baixas, mas alcança de 58 a 75% dos dois estratos mais altos (gráfico 4). Em 2012, já atinge pelo menos a metade dos domicílios a partir da classe 3, mas segue com acesso restrito, ainda que crescente, nas classes mais baixas (14% na classe 1 e 36% na classe 2). Bernardo Sorj (2003) mostra que, a despeito do acesso poder se dar em espaços variados – na casa, na escola, no trabalho e em telecentros de acesso público, ainda pouco desenvolvidos no país –, a exclusão digital tende a estar relacionada a outras formas de desigualdade, acompanhando as desigualdades regionais e de classe¹⁴⁰.

A crescente presença de televisores nos domicílios brasileiros atesta a sinergia entre cultura de massa e consumo de massa, pois a afirmação da publicidade também favoreceu a propagação de novas imagens de feminilidade, de maternidade, da infância e do cuidado infantil. Brites mostra como a publicidade de novas marcas e produtos destinados ao público infantil (como os produtos alimentares da Nestlé e os de higiene da Johnson & Johnson), constroem representações das responsabilidades, sobretudo das mães, pela saúde e bem-estar infantil, numa sociedade industrial em expansão, que simultaneamente precisa criar novos produtos e novos estilos de vida a eles associados. Uma nova educação do corpo, abrangendo desde a alimentação até a higiene, promovia novos hábitos de consumo que

¹⁴⁰ “A internet acompanha, e em certos casos aprofunda, o padrão nacional de desigualdade, por ser um fenômeno particularmente concentrado nas grandes metrópoles do país (em 2002 somente 350 dos municípios – 6% do total – contavam com provedores de acesso sem ter de utilizar telefonia de longa distância) e nas regiões mais desenvolvidas. No quartel mais rico da população, concentram-se 90% dos usuários, e estes setores possuem uma taxa de pessoas com acesso à internet similar ao promédio dos países avançados” (SORJ, 2003, p. 84).

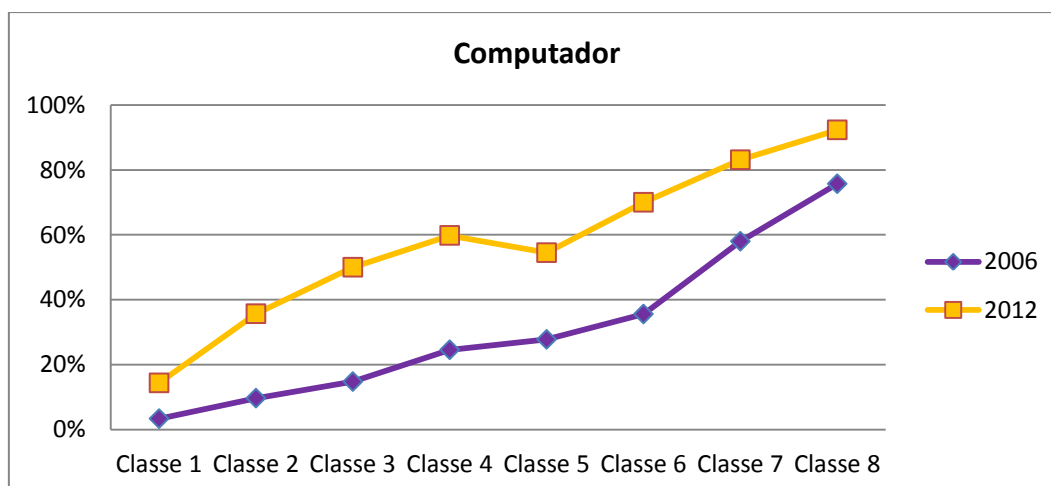
chegavam de forma variada às diferentes classes: os leites artificiais, por exemplo, têm sua difusão ampliada em meados do século XX, tanto pela “valorização de alimentos industriais, associada ao mundo científico e aos interesses dos consumidores, no contexto de uma nova economia do cotidiano que dedicava menos tempo social para o preparo doméstico de alimentos” (BRITES, 2000, p. 263), quanto porque os “Programas de Suplementação Alimentar (PSA), que tiveram início no Brasil nos anos 40, pretendiam chegar às mães pobres via distribuição gratuita de leite feita pelo governo, sempre com o apoio dos profissionais de saúde” (BRITES, 2000, p. 263)¹⁴¹.

Gráfico 3 - Presença nos domicílios de televisão por classe social, 1976, 1996 e 2012



Fonte: elaboração própria a partir das PNADs de 1976, 1996 e 2012.

Gráfico 4 - Presença nos domicílios de computador por classe social, 2006 e 2012



Fonte: elaboração própria a partir das PNADs de 1976 e 2006.

¹⁴¹ A casa também era invadida por novos produtos. Analisando a revista *Casa & Jardim* durante as décadas de 1950 e 60, Santos e Pedro (2011) mostram a relação entre urbanização e industrialização do país e as mudanças no padrão de consumo doméstico, sobretudo da classe média, beneficiada pelas novas oportunidades de trabalho e o sistema de crédito implantado em meados dos anos 50.

Assistem-se também mudanças significativas na esfera religiosa, como o processo de secularização e a diversificação das adesões religiosas (PIERUCCI, 2006). A passagem de uma sociedade tradicional sob os auspícios da autoridade religiosa para uma sociedade mais orientada por valores modernos de mercado e de racionalidade instrumental favorece um maior espaço para a individualidade e a construção de projetos, permitindo a pluralização das trajetórias disponíveis. Ainda que o fator religioso não perca sua importância, tende a ser relativizado diante da diversificação da esfera cultural. Segundo Machado e Barros (2009), a religião possui uma influência mais efetiva nas camadas populares, enquanto que nas camadas médias o contato mais diversificado com distintas ideologias permite relativizar a pertença religiosa e familiar¹⁴².

Sem tentar reviver uma visão dogmática da tese sobre a “aldeia global” de McLuhan, Gilberto Velho mostra que a cultura nas sociedades complexas, em especial nas grandes cidades e metrópoles, é marcada pelo fato de que

Os indivíduos modernos nascem e vivem dentro de culturas e tradições particulares, como seus antepassados de todas as épocas e áreas geográficas. Mas, de um modo inédito, estão expostos, são afetados e vivenciam sistemas de valores diferenciados e heterogêneos. Existe uma mobilidade material e simbólica sem precedentes em sua escala e extensão. (VELHO, 2003, p. 39)

Velho (2003, p. 66) considerou a fluidez das fronteiras culturais um traço importante para entender o Brasil. Realçou o caráter dinâmico, relacional e interativo dos diferentes níveis de cultura como a popular e a de massa, realçando que as desigualdades brasileiras não impediram as trocas culturais: “a indiscutível iniquidade social brasileira estabelece terríveis fossos, mas não exclui a possibilidade de interações sociais e simbólicas entre os diferentes mundos e classes, mediante relações de dominação ou de outra natureza” (VELHO, 2003, p. 69).

Ainda que aproximações sejam favorecidas por estas trocas culturais, não excluem a persistência e as reconfigurações das fronteiras de classe. As trocas simbólicas entre as classes são contrarrestadas pelo estabelecimento de fronteiras em práticas de consumo e experiências familiares, entre outros aspectos. Analisando as fronteiras das classes médias em São Paulo no contexto de crise inflacionária no início dos anos 90, O’Dougherty (1998) nota a importância do consumo nas estratégias de distinção social e o incômodo diante dos riscos de nivelamento social. “Os bens são elementos fundamentais para a construção da hierarquia

¹⁴² A conversão feminina ao pentecostalismo pode estar relacionada a perspectivas de reestruturar suas famílias e vidas diante de problemas conjugais. Nas camadas baixas, as igrejas evangélicas podem ter também uma influência indireta na escolarização crescente, seja pela pregação da prosperidade pelo estudo e trabalho, seja porque a adesão a um grupo com forte controle sobre a conduta dos jovens podem ajudar a adiar os envolvimento afetivos, levando a concentrar-se no trabalho e estudo (MACHADO; BARROS, 2009, p. 386).

social e para a definição do lugar e da identidade do indivíduo nessa hierarquia” (O’DOUGHERTY, 1998). A valorização da educação, para garantir aos filhos “um bom começo de vida”, a posse de bens (sobretudo carro e casa própria) e o consumo esclarecido de cultura e lazer (cinema, teatro, viagens etc.) eram então marcadores importantes nas representações da identidade de classe média. Naquele contexto, a instabilidade econômica aguçava a necessidade de estabelecer fronteiras em relação aos pobres, assim como disputas eram tecidas em torno da própria definição de classes médias, a partir do pertencimento a frações com mais ou menos recursos econômicos e culturais.

a classe média aqui estudada formula uma imagem estereotipada de "outra" classe média. A primeira, embora dispondo de recursos materiais reduzidos, distingue-se da segunda por manter um padrão cultural em seus projetos sociais e culturais [...] Meus informantes ironizavam a outra classe média por sua falta de projetos e pobreza de valores, ou seja, pela futilidade do seu consumo e pela pobreza dos seus gostos. Não surpreende, portanto, que as críticas a "essas pessoas", com base em uma distinção entre refinamento e falta de refinamento cultural (e os investimentos pertinentes), fossem formuladas com frequência por pessoas que dispunham de menor flexibilidade de renda, mas não só por elas. (O’DOUGHERTY, 1998)

Os adjetivos empregados no estabelecimento de fronteiras em relação às classes baixas ou às frações das classes médias eram, todavia, distintos. “Se, em seu discurso sobre os brasileiros pobres, as pessoas de classe média lidavam com uma espécie de naturalização pelo distanciamento radical, suas afirmações acerca dos estratos adjacentes demonstravam um alto grau de consciência” (O’DOUGHERTY, 1998). A naturalização do comportamento das classes baixas podia assumir um tom racista¹⁴³, mas para outras frações da classe média empregava-se a condenação dos gostos culturais. “Atribuía aos seus próprios investimentos e práticas de consumo uma superioridade cultural, quase um valor moral, enquanto condenavam os dos outros grupos como vulgares ou censuráveis” (O’DOUGHERTY, 1998).

A representação da classe média como um ideal nacional aparece também nos debates atuais em torno da ideia de um crescimento de uma “nova classe média”¹⁴⁴. Alertando, no entanto, para o risco de mensurar classes a partir do acesso a bens de consumo, com pouca atenção ao capital cultural, Jessé Sousa se pergunta se trata-se de uma nova classe média ou de uma nova classe trabalhadora. Na análise daqueles que chama de “batalhadores”, Souza observa que a moralidade do trabalho duro e o circuito de reciprocidade mostram-se

¹⁴³ “Algumas mulheres reclamavam que as empregadas não sabiam cozinhar nem limpar bem a casa. Essas queixas desconsideravam o fato de que a pobreza podia ser um obstáculo a tais tipos de informações culturais. Os comentários eram certamente classistas, mas não é só isso. As pessoas não esqueciam de identificar a Região Nordeste ou o estado de origem do operário transgressor, como se esta informação fosse uma explicação de sua pretensa ignorância ou comportamento errado.” (O’DOUGHERTY, 1998).

¹⁴⁴ Para uma crítica do tratamento atual da melhoria das condições de vida e dos padrões de consumo em termos de “classemedianização” da sociedade, ver, por exemplo: <<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-10-02/especialistas-divergem-sobre-ascensao-da-nova-classe-media>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

particularmente importantes nas estratégias que esta classe emprega para manter ou melhorar suas condições de vida. “Tendo pouco ou nenhum capital cultural legítimo e capital econômico, essa classe só pode contar com o aprendizado prático transmitido no seio da família, e com as relações familiares duradouras como ‘arma’, estratégia para sobreviver enquanto classe” (p. 144). A formação de uma família estável é uma das condições realçadas por Souza para a realização dos batalhadores, mais do que uma fronteira moral, esta parece ser uma dimensão funcional de seus esforços de mobilidade. Souza considera que as classes baixas sofrem um “duplo racismo de classe” – decorrente da visão das relações familiares da classe trabalhadora ora como instrumental, ora como conservadora – processo do qual resulta “a desclassificação e a deslegitimação de sua estrutura e organização familiar na hierarquia moral” (SOUZA, 2012, p. 124).

Também do outro lado da hierarquia social observa-se a força do imaginário social marcado pela orientação para a mobilidade social pelo trabalho, que poderia permitir, apesar da origem humilde, chegar a ter o máximo de conforto e glamour. Os “emergentes”, analisados por Lima (2008), são a expressão máxima do sonho brasileiro de melhorar de vida e sua presença nos meios de comunicação de massa é uma vitrine para tais anseios¹⁴⁵.

Analisando as disputas de fronteiras simbólicas entre uma elite tradicional e outra emergente, Diana Lima realça que o que ela chama de “ethos emergente” possui lógica similar ao ideal de mobilidade comum à sociedade brasileira, ainda que mais glamouroso. Eles incorporam ao seu discurso a ética do trabalho, como as evidências de que trabalham muitas horas, constituindo uma elite diferente da ideia de classe ociosa de Veblen (1980), mais típica da elite tradicional.

A explicitação do suor que lhes proporciona o padrão de vida atual é tão insistente quanto os bens de consumo de luxo que sinalizam seu “sucesso”. [...] Obedecendo a mesma lógica utilizada pela mídia para exaltar quem “batalhou”, “venceu” e merece notoriedade, aqueles sujeitos sociais identificados com o que classifico como ethos emergente adotam para se pensarem e para se mostrarem na interação com o mundo um código que associa prestigiosamente sucesso no trabalho com dinheiro. (E com o consumo que este dinheiro viabiliza.). (LIMA, 2008, p. 188-189)

¹⁴⁵ O estudo de Diana Lima sobre os emergentes permite também debater a tensão entre os valores da hierarquia e os valores do individualismo na sociedade brasileira: “Nos estudos sobre a modernização brasileira noções como personalismo, familismo e patrimonialismo compõem um quadro categorial frequentemente empregado para fundamentar a visão de uma estrutura social pré-moderna que, convivendo com o Brasil individualista moderno, é historicamente responsável pela desigualdade e pelas dificuldades de consolidação de uma ordem democrática e de mercado competitiva e eficiente. Mas o certo é que, mesmo quieta, a expansão da ordem burguesa e o conseqüente surgimento de uma galeria de personagens urbanos na vida coletiva brasileira acabam por compor o ambiente cultural onde o ideário da liberdade e dos direitos encontram alguma adesão.” (LIMA, 2008, p. 139-140)

Surpreende a autora a coincidência de estilos de vida entre elite tradicional e a dita “emergente”, o que sugere a integração simbólica da sociedade brasileira. Nota também que muitas das diferenças percebidas entre frações da elite resultam mais de acusações e disputas de fronteiras do que de variações significativas quanto ao capital cultural.

Esta integração simbólica, visível em ideias como a de mobilidade pelo trabalho, não obscurece o fato de que a sociedade brasileira continua a apresentar altos níveis de desigualdade. A excepcional estabilidade das desigualdades brasileiras durante o século XX é objeto de diversas análises (PAES DE BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2000). A persistência das desigualdades sociais no Brasil, segundo Valle Silva, combinou a herança do passado escravista com escolhas pouco democratizantes quanto à alocação de recursos durante o processo de modernização.

[...] the historical behaviour of levels of inequality and poverty derives precisely from the choices and paths taken during this rapid process of development, especially in some areas that make up its most important determining factors: the country's agrarian structure, the education offered to its population (especially basic education, both in terms of quantity and quality) and the rents and 'quasi-rents' coming both from the corporative and excluding structure of its labour market as well as from its high level of industrial concentration. (SILVA, 2009, p. 6)

Só muito recentemente foi constatada redução nos históricos níveis de desigualdades brasileiros. Entre 2001 e 2011, o Índice de Gini variou de 0,566 para 0,501, como resultado da valorização do salário mínimo, criação de emprego e programas de transferência de renda (LAVINAS, 2012). Dentre as dimensões da melhoria na condição de vida das famílias estão a renda adicional decorrente do crescimento do trabalho feminino e a redução do tamanho médio das famílias como consequência da redução da fecundidade (LEONE, MAIA, BALTAR, 2010). Além de contribuírem com seu trabalho para a melhoria da qualidade de vida de suas famílias, as mulheres também vem construindo sua própria autonomia ao redimensionarem importantes aspectos de suas vidas. Elas são hoje mais escolarizadas, têm mais acesso a trabalho e têm menos filhos. Silva realça que uma das mudanças mais significativas do século XX foi justamente a mudança quanto ao papel feminino, com a expressiva redução da fecundidade e o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, que passa de menos de 10% no início do século XX para quase 40% no final do século.

This participation, combined with the improved education of women, began to break down once and for all the barriers of occupational segregation. In the last ten years of the century, not only did women comprise the majority of those enrolled in higher education, but they had entered definitively into almost all areas of employment. The tendency to feminisation may be seen even in traditional professions such as

medicine and law where, among new graduates, there were more women than men. (SILVA, 2009, p. 4)

A expansão da presença feminina no ensino superior, além de ser expressão de seus avanços educacionais, colaborou também para formar uma elite de mulheres que pôde se mobilizar pela igualdade de gênero, criando, assim, quadros intelectuais que se dedicavam a pensar a condição feminina e as desigualdades de gênero na sociedade e na academia. O feminismo – que teve sua segunda onda nos anos 1960, mobilizando-se, entre outras bandeiras, contra a violência de gênero e pela liberação sexual – mostrou-se uma ideologia difusa e também um movimento organizado, alimentando as transformações em curso com novos valores e novos modelos de comportamento.

Diferentes perfis de mulheres, como as universitárias e as militantes de movimentos populares, vão vocalizar variadas expressões do feminismo na sociedade brasileira, encontrando também no meio artístico uma vitrine de novos referenciais para as relações de gênero. A atriz Leila Diniz, por exemplo, pode ser considerada um dos ícones dos novos modelos de comportamento feminino que passavam a circular na sociedade brasileira. Falar palavrões, viver e falar de sua vida sexual livre, afastar-se do modelo familiar tradicional (viver junto e ter filhos sem casamento), exibir a barriga e desmistificar a maternidade são alguns dos interditos e tabus impostos ao mundo feminino que Leila ajudou a desmontar no Brasil dos anos 1960. Não foi uma militante feminista, mas é considerada uma precursora ou uma “feminista intuitiva” (GOLDENBERG, 2008, p. 210)¹⁴⁶.

Os valores feministas que circularam desde os anos 60 não foram absorvidos de forma dogmática, nem homogênea. A partir de dados sobre a mulher brasileira da pesquisa Perseu Abramo realizada outubro de 2001, Vera Soares mostrou que as mulheres que são mais jovens, mais escolarizadas, que possuem melhor renda familiar, que vivem no meio urbano, que fazem parte da população economicamente ativa e que trabalham no mercado formal, tendem, em linhas gerais e em graus variáveis, a apresentar as seguintes posições: se

¹⁴⁶ Golbenberg situa os anos 1960 como um momento em que conviviam um modelo familiar mais religioso – que restringia a sexualidade feminina aos limites do casamento – e outro mais próximo do feminismo e da psicanálise que defendia a igualdade entre homens e mulheres no público e no privado e o livre exercício da sexualidade, tendo Leila contribuído justamente para legitimar e acelerar esse segundo modelo. “Leila Diniz não inventou uma forma de ser mulher, e o seu comportamento, no que diz respeito à sexualidade, já era vivenciado por outras mulheres. O que é certo é que Leila contribuiu para tornar reconhecido e legitimado um modelo de ser mulher, que não é só, nem principalmente, esposa-mãe.” (GOLDENBERG, 2008, p. 244-5). As mudanças em termos de liberdade sexual e afirmação da liberdade de escolha feminina estiveram em grande parte associadas ao contexto da contracultura. Velho (2007) realça que a contracultura incluiu a crítica à família e experiências de vida anticonvencionais, nas áreas da sexualidade, uso de drogas e “cultura psi”, associadas às ideias de individuação e autoconhecimento. Alerta, no entanto, que foi uma pequena parcela dos jovens que viveu estas experiências, pois a grande maioria estava engajada em normas mais convencionais.

considerar feministas, a perceber a existência de machismo na sociedade brasileira, a perceber que a vida das mulheres melhorou nos últimos anos¹⁴⁷.

Este resultado seria mesmo esperado, já que as mulheres com tais características estão em melhores condições de construir com suas práticas a revolução na condição feminina em curso, reconhecer as melhorias em suas vidas e ter uma maior consciência de seus direitos e das restrições à igualdade de gênero ainda presentes. Diante deste contexto é que se propõe investigar se a revolução na condição das mulheres nas famílias no Brasil é um processo geral, ainda que experimentado com desigualdades e, neste caso, como variam entre mulheres de diferentes condições sociais.

¹⁴⁷ Surpreendeu a autora a não rejeição ao feminismo e uma compreensão do feminismo, pela maioria das mulheres entrevistadas, de forma coerente com a proposta do movimento, o que sugere a disseminação desse ideário na sociedade brasileira. As conclusões de Soares apontam para um cenário positivo de ampliação da consciência de direitos e de questionamento das desigualdades experimentadas. “Em suma: a maioria das mulheres brasileiras convive bem com sua condição feminina, tem consciência das conquistas obtidas (direito ao trabalho e à autonomia social), mas reclama do peso da dupla jornada e reivindica o fim das discriminações, seja no mercado de trabalho, seja sob a forma da violência, e a divisão de responsabilidade no cuidado dos filhos e da casa” (SOARES, 2004, p. 170).

2 NOSSOS CORPOS NOS PERTENCEM

O lema ‘nosso corpo nos pertence’, uma das principais bandeiras do movimento internacional de mulheres, é expressão simultânea da base biológica da condição feminina e da almejada superação social deste mesmo fato. Afirma a importância das questões de saúde e o seu amplo significado social dentro da pauta de reivindicações que, no Brasil como em outros países, levaram à ampliação do conceito de saúde e a novas propostas metodológicas para os serviços de saúde, além de estabelecer como prioridade o direito à contracepção. (GIFFIN, 1991, p. 190).

Não é por acaso que o movimento das mulheres começa com a afirmação “Nosso corpo nos pertence”. É nesse lugar essencial, morada da identidade, que se vai travar o primeiro combate pelo reconhecimento da existência autônoma das mulheres. Isso explica porque esse movimento gastou grande parte de suas energias nas lutas pelo direito de decidir sobre o próprio corpo, seja em questões de procriação, de sexualidade, na interrupção da gravidez ou nas lutas contra a excisão.

O corpo foi o primeiro território liberado pelas mulheres. Só então foi possível constituir-se um sujeito feminino, capaz de falar na primeira pessoa, de dizer-se a partir de sua própria percepção de si. (OLIVEIRA, R. D., 2003, p. 37)

O lema “nosso corpo nos pertence” aplica-se originalmente a reivindicações de autonomia nas esferas sexual e reprodutiva. No entanto, ao recuperar aqui este slogan feminista remete-se não apenas à maior liberdade conquistada na esfera da sexualidade e contracepção, mas também aos ganhos de autonomia nas trajetórias de vida femininas como um todo. Portanto, busca-se um sentido de mobilidade, de circular livremente, de entrar e sair em vínculos ou arranjos familiares variados, de não sofrer violências numa relação hierárquica. Ter oportunidades de, desde criança, estudar e desenvolver suas potencialidades em igualdade com os meninos. De, quando jovem, não experimentar dificuldades de acesso à contracepção, e poder tomar livre e conscientemente decisões sobre se deseja ou não, e quando, se unir e ter filhos. Trata-se, portanto, de um ideal não plenamente alcançado diante do desafio de que nem todas as mulheres “se pertencem” (ou não se pertencem plenamente, pois desfrutam de autonomia limitada), já que as relações de gênero ainda lhes pesam com diversos constrangimentos, como gravidez não desejada, violência de parceiro íntimo, ou precoces e desiguais responsabilidades domésticas.

Os ganhos de autonomia feminina são causa e consequência das novas formas pelas quais as mulheres experimentam as relações familiares. Se muitas mulheres continuam a ser esposas e mães, elas o fazem de formas distintas do passado. Estes já não são destinos necessários na vida das mulheres, diante da diversificação das trajetórias femininas, que vem ganhando visibilidade e legitimidade nas últimas décadas. Pinsky (2012) considera que houve uma transformação de uma era de modelos rígidos a uma era de modelos flexíveis, ruptura

que se desenha a partir dos anos 1960. Por exemplo, se no passado uma mulher solteira e grávida era um fato grave que “manchava” a honra familiar, nos dias de hoje, união e maternidade ocorrem frequentemente como experiências independentes sem causar maior comoção social¹⁴⁸.

A diversificação dos arranjos familiares é um dos principais motes das mudanças nas famílias. Hoje até a noção de ciclo de vida familiar é polemizada diante da redução da padronização da sequência normativa “casar e ter filhos”. As mudanças em curso sugerem a necessidade de substituir a tradicional noção de ciclo de vida familiar – que supunha um padrão ideal de união-reprodução-saída dos filhos do domicílio etc. – pela visão da família como um conjunto de trajetórias individuais interactuantes e interdependentes, apreendida pela noção de cursos de vida: “en lugar de una continuidad abstracta del ciclo familiar, la perspectiva del curso de vida pone énfasis en las trayectorias individuales en los procesos de creación, expansión o disolución familiar” (TUIRÁN, 2001, p. 53)¹⁴⁹. De fato, há uma diversificação maior dos formatos das famílias, levando à percepção de que as famílias são compostas de feixes de trajetórias individuais diversificadas.

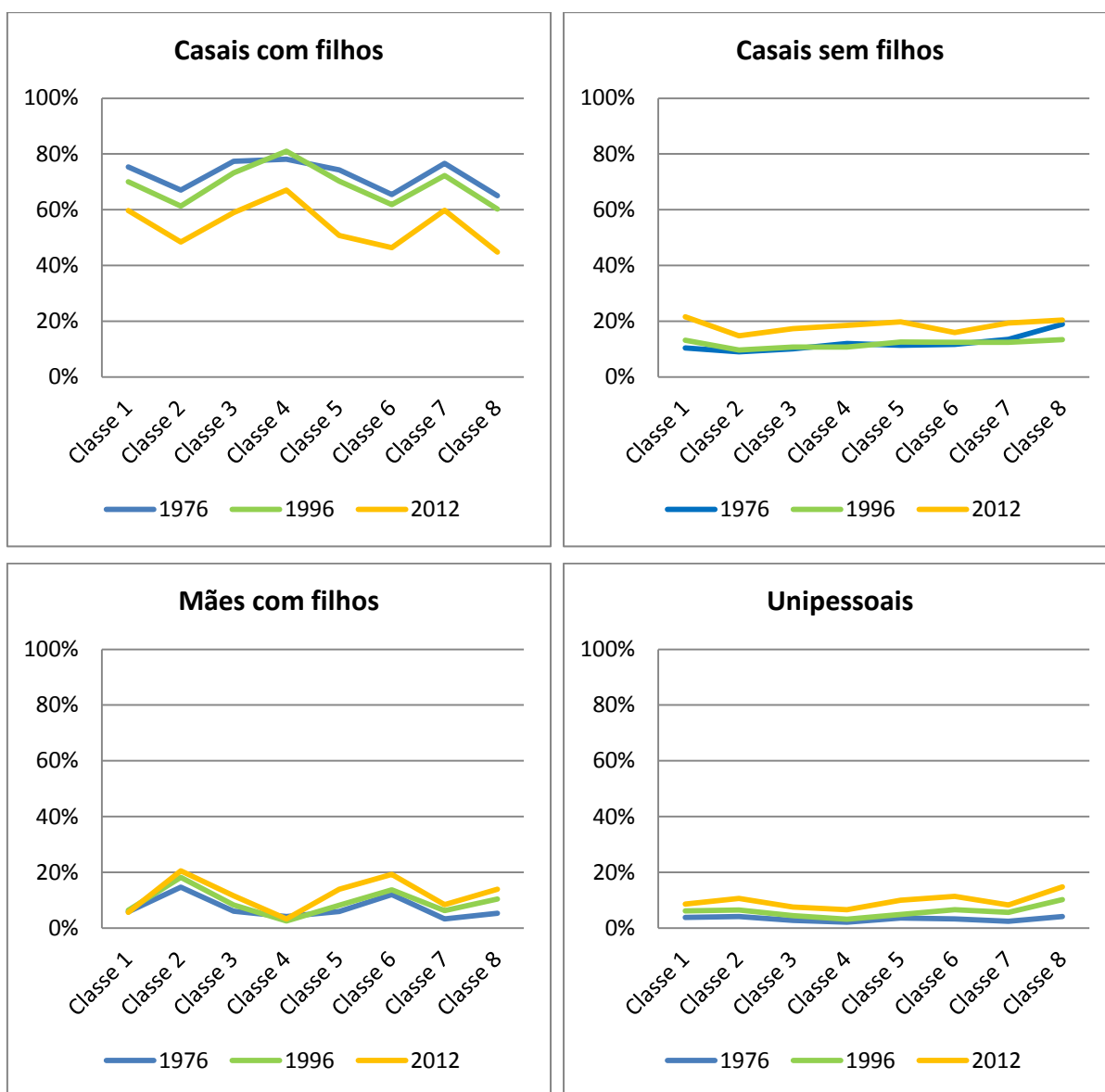
No gráfico 1, observa-se a evolução dos arranjos domiciliares nas diferentes classes, notando o declínio do arranjo casal com filhos, considerado expressão da família tradicional. Nota-se o crescimento da conjugalidade sem filhos (casal sem filhos), dos arranjos compostos por mães com filhos e das pessoas que vivem sozinhas (unipessoais). Todas as classes estão envolvidas neste processo de mudança, ainda que a hipótese de maior matrifocalidade nas classes baixas seja confirmada pela maior incidência do arranjo mãe com filhos na classe 2, o qual cresce também em outras classes, como a 6 e a 8. Nota-se, no

¹⁴⁸ A “moça de família”, de quem se esperava que mantivesse a virgindade até o casamento, cedeu lugar à “mulher moderna”, que experimenta a liberação sexual, o que tem impacto também para os homens, que puderam ter a iniciação sexual com suas namoradas – e não com prostitutas, como era apregoado no passado, quando se opunham “moças para casar” e “putas”. Ainda que a “dupla moral” que via com naturalidade a liberdade sexual masculina e restringia o sexo pré-marital das mulheres tenha em grande parte perdido força, não se pode dizer que tenha desaparecido totalmente, uma vez que “as mulheres, mesmo com maior possibilidade de escolhas eróticas e um individualismo acentuado, ainda têm que considerar os efeitos em sua reputação” (PINSKY, 2012, p. 521).

¹⁴⁹ Segundo Tuirán, dentre as tendências de mudanças no século XX compartilhadas pelos países da América Latina em geral, estão a diversificação dos tipos de arranjos familiares; a redução do tamanho médio das famílias; o esvaziamento da figura do homem como provedor único e o crescimento de mulheres que realizam trabalho extradoméstico; o crescimento das separações e divórcios; e a maior liberdade sexual com o crescimento das relações sexuais antes ou fora das uniões. Tais mudanças apoiam-se em transformações econômicas, sociais e culturais relevantes como mudanças na estrutura produtiva, retrocesso do poder patriarcal e aumento da individuação, e mudanças nos valores e práticas que separam cada vez mais a sexualidade da reprodução. Além das mudanças decorrentes de novas preferências e pautas culturais nas relações familiares e de gênero, há ainda o efeito de processos demográficos como o aumento da esperança de vida que “há provocado que la viudez ceda su lugar a la separación y el divorcio como formas predominantes de disolución conyugal” (TUIRÁN, 2001, p. 33).

entanto, que o arranjo mãe com filhos não cresce nas classes 1 e 4, as quais abrangem ocupações tipicamente masculinas, o que faz com que, por exemplo entre os trabalhadores rurais, uma mulher com filhos sem cônjuge frequentemente migre para cidades em busca de oportunidades de emprego feminino.

Gráfico 1 - Arranjos domiciliares por classe familiar, 1976, 1996 e 2012¹⁵⁰



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1996 e 2012.

Há múltiplos processos por trás da tendência de diversificação dos arranjos, os quais podem expressar diferentes dinâmicas, tais como a redução da fecundidade e o aumento de

¹⁵⁰ Nesta análise, outros arranjos domiciliares (que oscilam por classe entre 4 e 7%), dentre os quais predominam aqueles com vínculo familiar, foram excluídos.

separações e recasamentos. Essa diversificação é comum a vários países e resulta de processos demográficos (aumento da expectativa de vida) e sociais (maior espaço de escolha e por isso mais rupturas de famílias, mais pessoas que permanecem sem se unir etc.). Segundo Goldani, a queda rápida e generalizada da fecundidade e o aumento da expectativa de vida geraram “novos ‘tempos’ individuais e familiares” (1994, p. 9). A “revolução da longevidade” permitiu que as pessoas vivam mais tempo em família, seja a primeira ou a segunda, e variando os tipos de parentesco, além de gerar superposições de papéis e favorecer a convivência entre diferentes gerações.

Do ponto de vista das trajetórias familiares das mulheres brasileiras, Goldani mostra que as transformações demográficas no curso de vida têm implicações importantes para o uso do tempo das mulheres, que passam a ter menos filhos e viver mais, sendo esperado em 1984 que elas passem 38% de suas vidas sem filhos e 45% sem maridos. “As mulheres dos coortes mais jovens escolheram gastar uma menor porção dos seus anos adultos como esposas ou mães. Assim, reduzindo o espaço de casamento e filhos em suas vidas, as mulheres brasileiras potencialmente têm mais tempo para se dedicar a outros papéis sociais” (GOLDANI, 1989, p. 5, tradução nossa).

Goldani mostra que o perfil dos arranjos unipessoais é distinto para homens e mulheres – “o crescimento dos arranjos unipessoais está dado por homens mais jovens solteiros e mulheres mais velhas separadas, além de viúvas” (1994, p. 13) –, indicando que parte da diversificação dos arranjos e do crescimento da chefia feminina deve-se ao aumento da expectativa de vida das mulheres. Casais sem filhos podem ser decorrência do fato da família estar ainda em fase de formação, da impossibilidade de ter filhos ou da decisão de não tê-los, além do fato de já os terem tido e eles terem crescido e saído do domicílio. Já o crescimento de mulheres chefes pode estar relacionado a diferentes processos, como ruptura de união, gravidez não marital, erosão do suporte da família extensa, mas ao mesmo tempo expressa a crescente participação econômica das mulheres e sua capacidade de sair de uniões ou assumir uma família de forma independente. Ainda que as famílias monoparentais possam estar associadas a maior vulnerabilidade socioeconômica (em especial quando o menor número de provedores se conjuga com um maior número de filhos), há que considerar a heterogeneidade das famílias monoparentais, que também expressam o fato de que as mulheres crescentemente conseguem gerir suas próprias famílias (MACEDO, 2008).

Woortmann e Woortmann notam que a família é tanto uma ideia-valor, mais ou menos permanente, quanto grupos domésticos reais, os quais variam ao longo do ciclo de

vida. Lembram que os grupos domésticos monoparentais têm distintos significados ao longo do tempo, tendo sido comuns no passado colonial por razões várias (pela mobilidade dos homens que se ausentavam temporária ou permanentemente, como forma de ocultar concubinatos de homens casados e clérigos, por separação, viuvez etc.), persistindo como mais característico das classes baixas. Segundo Woortmann e Woortmann (2002, p. 2), o tema das famílias monoparentais ganhou mais visibilidade quando penetrou as camadas médias e altas, atingindo os próprios pesquisadores, “na medida em que deixou de ser algo característico de um ‘outro’, para se tornar presente entre ‘nós’”.

Uma vez observado que todas as classes caminham a passos variados em direção a uma maior diversificação dos arranjos familiares, reduzindo o peso dos arranjos conjugais e aumentando outros arranjos, propõe-se aqui analisar alguns dos vários processos que subjazem essa diversificação, tais como o fato de que as pessoas têm menos filhos, optam por não se unir ou não ter filhos, os filhos estudam mais e permanecem mais tempo na casa dos pais.

Esta parte aborda as experiências de conjugalidade, de reprodução e de socialização dos filhos para analisar quanto, como e quais as variações por classe nas mudanças na experiência familiar feminina. Os dados históricos antes apresentados ilustram o quanto as relações familiares podem ser espaços de opressão de gênero, em que as mulheres são cerceadas – o que no limite leva a metáforas da escravidão da maternidade e das obrigações domésticas ou do casamento como uma prisão – demonstrando que uma primeira, ou mais fundamental, trincheira que as mulheres tiveram que vencer para conquistar maior autonomia diz respeito à sua posição nas relações familiares.

Cada um dos capítulos desta parte trata de transformações em dimensões centrais das relações familiares: conjugalidade, maternidade e socialização de filhos são experiências que continuam a existir, mas que são experimentadas de formas distintas e mais flexíveis. A liberação sexual e o controle da fecundidade pela contracepção, a liberdade para entrar e sair de vínculos, a superação – e até inversão – das desigualdades educacionais das filhas comparadas aos filhos indicam um contexto de maior autonomia feminina. Abordam-se também aspectos persistentes de desigualdades em cada uma dessas esferas, como a violência entre parceiros íntimos, a maternidade na adolescência e as dificuldades no processo de autonomização dos jovens. Ao lado da problematização das desigualdades de gênero, mantém-se o foco nas desigualdades de classe, permitindo evidenciar que, a despeito de observar-se em linhas gerais uma tendência comum de autonomização feminina, os

diferenciais entre classes ora se reduzem, ora se mantêm, ora aumentam. Mudanças no equilíbrio de poder, no grau de porosidade ou fechamento nas relações sociais¹⁵¹, ou quanto à ampliação de oportunidades ou de constrangimentos são dimensões analisadas ao longo da exposição, permitindo mostrar como as estratificações de classe e gênero se fazem presentes, estáveis ou modificadas, na vida familiar cotidiana.

2.1 A conjugalidade sob um novo equilíbrio de poder

As mudanças nos processos de formação de família incluem as tendências de que as mulheres posterguem a união, mantenham-se solteira, saiam de uniões ou unam-se de maneira informal, experimentando mais flexibilidade em relação a um de seus mais antigos papéis, como sugeria o título do livro de Danda Prado (1979), “Esposa, a mais antiga profissão”. Se, historicamente, uma frequente condição para ser uma mulher independente era não se casar (FUKUI, 1979, p. 232, DURHAN, 1984, p. 66), a diversificação de arranjos e a possibilidade de ser mais independente mesmo casada evidenciam mudanças na condição das esposas e no equilíbrio de poder de gênero em que se encontram.

O declínio do “mandato matrimonial” e da dependência das mulheres do casamento para definir sua posição social e garantir-lhe a sobrevivência – dramatizada em diversos romances do início do século XIX da inglesa Jane Austen – foi acompanhado também de uma resignificação do vínculo conjugal, cujo caráter de escolha pessoal por razões afetivas ganhou força e legitimidade. Diante de novas concepções de casal (LERIDON, VILLENEUVE-GOKALP, 1988), o casamento formal deixa de ser uma etapa fundamental na vida das pessoas ou o eixo organizador da procriação, em benefício de outras trajetórias mais ou menos alternativas a este modelo: não casar, postergar ou não formalizar uma união; ter filhos sem se casar, postergá-los ou não tê-los, comportamentos cada vez mais diversos de um “modelo tradicional” de família.

Cherlin (2004, 2005) identifica duas transições no casamento contemporâneo. A primeira transição, definida originalmente por Burgess e Harvey (1945), é a passagem do *casamento institucional* – no qual as pessoas se mantinham juntas por força da lei, da tradição e de crenças religiosas – para o *casamento de companheirismo*, centrado na valorização dos laços afetivos, no ideal de companheirismo e no amor romântico, mas que mantinha a

¹⁵¹ Especialmente analisadas em aspectos como a posição relativa dos cônjuges nos casais e as taxas de endogamia.

segmentação de tarefas entre homem provedor e mulher dona de casa. A segunda transição foi a passagem para o *casamento individualizado*, com uma perspectiva mais individualista das recompensas do casamento, enfatizando a escolha pessoal e o autodesenvolvimento, com papéis conjugais mais flexíveis e negociáveis, inclusive com o trabalho de ambos os cônjuges.

Cherlin considera que as transformações no casamento envolvem fatores econômicos e culturais. Dentre os fatores econômicos, nota que as dificuldades de trabalho de homens com baixa escolaridade vêm tornando-os parceiros menos desejáveis, o que, por outro lado, está relacionado à preferência das mulheres por serem mães sem se unir ao invés de esperar indefinidamente por um cônjuge ideal. Por outro lado os fatores culturais vêm ganhando muita relevância nas análises das mudanças no casamento, em especial diante da tendência de crescimento da coabitação em diferentes grupos, o que desafia a expectativa de que a coabitação fosse um fenômeno permanente apenas entre os pobres. Se na explicação da coabitação a ênfase era na razão econômica, na falta de condições de se unir, ou na precariedade da vida, que faria com que as classes baixas sequer vislumbrassem a possibilidade de se casar, os fatores culturais ficam cada vez mais evidentes à medida que a prática se difunde.

As análises sobre as mudanças nas formas de conjugalidade, no entanto, em geral não consideram a diversidade de classes. Estas variações são visíveis na história brasileira onde o casamento, mais frequente nos estratos superiores, significava para as mulheres a entrada numa ordem de direitos que limitava seu poder de decisão, enquanto as uniões consensuais mais frequentes nas classes baixas não lhes davam garantias. No passado brasileiro recente, ser esposa em uma união formalizada implicava a perda de direitos, uma passagem da autoridade do pai para a do marido. A paridade plena de direitos entre os cônjuges é, na verdade, uma conquista recente, que incluiu sucessivas mudanças na legislação de família. Deere e León (2002) mostram que, no Brasil como em outros países da América Latina, a mulher casada experimentava restrições de direitos decorrentes da autoridade marital do homem sobre aspectos de administração de bens e decisões familiares (onde estabelecer domicílio, autorização para a esposa trabalhar etc.). A luta pelos direitos civis das mulheres, em especial pelos direitos das mulheres casadas de terem controle sobre suas questões econômicas, foi concomitante ao direito pelo voto, mas foi alcançada bem depois deste no Brasil. A aprovação do voto feminino foi em 1932¹⁵², mas apenas em 1962, com o Estatuto da

¹⁵² O Brasil foi um dos pioneiros na obtenção do voto feminino na América Latina, alcançado antes da Segunda Guerra Mundial apenas no Brasil, Equador, Uruguai e Cuba.

Mulher Casada, se reconhece a capacidade legal da mulher casada e seu direito de administrar os próprios bens.

Tentativas anteriores de fazer avançar os direitos das mulheres fracassaram¹⁵³. Embora tivessem obtido sucesso em influenciar a constituinte de 1933-34, conseguindo garantir “o sufrágio de mulheres e a sua elegibilidade, a proibição da distinção de salário por sexo ou estado civil, e o acesso de mulheres a carreiras públicas” (MARQUES; MELO, 2008, p. 472), Bertha Lutz e outras feministas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) não tiveram sucesso em sua proposta de reformar o conjunto inteiro de direitos civis, penais e sociais das mulheres¹⁵⁴. Posteriormente, obteve sucesso a iniciativa do deputado federal Nelson Carneiro – de reconhecida carreira em defesa dos direitos civis, destacando-se na aprovação do Estatuto da Mulher Casada e da Lei do Divórcio – que optou por tratar um assunto por projeto. A oposição aos direitos femininos e a defesa intransigente da família patriarcal era então levada a cabo por Arruda Câmara, que promovia uma “cruzada santa” contra os divorcistas¹⁵⁵. Marques e Melo realçam a possibilidade do recém formado eleitorado feminino ter exercido apelo para que os parlamentares se mostrassem favoráveis ao projeto¹⁵⁶, que finalmente se tornou lei assinada por João Goulart em 1962, trazendo avanços, mas mantendo o homem como chefe do lar.

Com a Lei do divórcio, de 1977¹⁵⁷, rompeu-se, por sua vez, com o ideário católico da indissolubilidade do matrimônio, mas muito ainda faltava para uma completa liberdade de casar, separar e recasar conforme a vontade individual¹⁵⁸. O Código Civil de 1916 continuou a

¹⁵³ Marques e Melo alertam para o risco de ver a mudança na lei como consequência natural do processo social, realçando o processo político que existe na elaboração e aprovação de projetos de lei, no que determinadas escolhas políticas podem favorecer ou restringir as mudanças institucionais.

¹⁵⁴ Não foi aprovado o projeto de Estatuto Jurídico da Mulher, debatido em 1937, que abolia qualquer discriminação contra as mulheres e, entre outras coisas, “garantia às mulheres o direito de ter uma atividade profissional sem a interferência dos maridos, proibia empregadores de despedir mulheres grávidas e permitia à concubina herdar bens ou estipêndios previdenciários de seu companheiro falecido” (p. 473).

¹⁵⁵ A semelhança dos embates atuais de bancadas religiosas contra novos direitos na esfera familiar. Ver, por exemplo, Vital e Lopes (2012).

¹⁵⁶ Documentos internacionais sobre os direitos civis e políticos das mulheres, com a Conferência Interamericana das Nações Unidas em Bogotá em 1948, já recomendavam que fossem garantidos às mulheres os mesmos direitos civis e políticos dos homens.

¹⁵⁷ É possível que, como no caso da Argentina, onde o divórcio só foi aprovado em 1987, a sua proibição tenha estimulado a adesão à união consensual, o que pode explicar sua difusão nas classes médias e altas no Brasil.

¹⁵⁸ Houve outras mudanças legais depois da lei 6.515 de 1977, que regula a dissolução dos casamentos. A possibilidade de separação consensual e divórcio consensual por via administrativa (lei nº 11.441, de 4 de janeiro de 2007, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111441.htm>) acelera o processo para casais sem filhos em separação não litigiosa. Outra inovação foi a regulamentação da guarda compartilhada, através da lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014 (disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113058.htm>). Em 5 de maio de 2011, Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, por unanimidade, a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar.

valer sem reconhecer a igualdade entre marido e mulher, razão pela qual em 1984 o Brasil assinou com reservas a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (ONU, 1979)¹⁵⁹, que inclui, entre outras recomendações, não discriminar as mulheres na família e no casamento (BARSTED; GARCEZ, 1999, p. 11). Apenas com a Constituição de 1988 se reconheceu a igualdade de direitos de homens e mulheres na sociedade conjugal.

Já as mulheres em uniões informais enfrentavam o desafio da falta de direitos de propriedade dentro da união e de herança para seus filhos, ainda que, por serem legalmente solteiras, usufruíssem de maior liberdade, comparada à autoridade marital experimentada pelas mulheres legalmente casadas (DEERE; LEÓN, 2002, p. 64). Para as mulheres em uniões informais, os direitos de família vieram ainda mais tardiamente, com o reconhecimento das uniões estáveis como família na Constituição de 1988 e a regulamentação para que tivessem os mesmos direitos do casamento pelas leis 8.971 de 1994, referente aos direitos relativos a alimentos e matéria sucessória entre pessoas não casadas, e a Lei 9.278 de 1996, que regulamentou os direitos na união estável.

Esta é uma convergência de classe importante na nupcialidade e as implicações para a autonomia das mulheres merecem ser discutidas. Por um lado, a maior liberdade que as mulheres de classes baixas sempre gozaram de entrar e sair em uniões só foi conquistada tardiamente pelas mulheres inseridas no casamento legal, as quais a partir de 1962 tem seus direitos civis parcialmente garantidos e em 1977 alcançam o direito à dissolução conjugal com recasamento. Já as mulheres de classes baixas que frequentemente se inseriam em uniões informais – as quais careciam de direitos assegurados – têm seus direitos paulatinamente assegurados com a Constituição de 1988 e a legislação sobre união estável em 1994 e 1996. Não se pode ignorar a hipótese de que a difusão de uniões estáveis para as camadas superiores tenha favorecido a mobilização pelos direitos relativos à união estável, seja porque difundiu e legitimou sua existência na sociedade, seja porque engajou nesta causa pessoas com mais acesso ao poder político.

Crescentemente reconhece-se que o casamento não é a base da família e nem mesmo da procriação, a qual recentemente deixa de comportar a distinção legítimo-ilegítimo, que vigorou por muito tempo como se observa pela história da paternidade jurídica no Brasil:

¹⁵⁹ Esta convenção é um importante marco na história dos direitos humanos das mulheres. Foi reforçada, em 1994, pela Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, assinada pelos membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). Outras Conferências da ONU dos anos 1990, sobre direitos humanos (Viena, 1993), população (Cairo, 1994) e mulheres (Beijing, 1995) reiteraram ou ampliaram o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres.

o art. 358 do Código Civil Brasileiro de 1916 proibia o reconhecimento dos filhos incestuosos ou adúlteros, impedindo que, se assim desejasse, um homem casado pudesse reconhecer o filho havido fora do casamento. Houve uma série de leis que amenizaram este efeito¹⁶⁰, mas apenas em 1989, a Lei n. 7.841 revogou expressamente o art. 358 do Código Civil Brasileiro, embora ele já estivesse tacitamente revogado por força da Constituição de 1988 que assegura (art. 227, parágrafo 6º) que “os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”. Também a criação do teste de DNA ajudou a fortalecer as mulheres e as crianças contra as clássicas prerrogativas patriarcais¹⁶¹, favorecendo o compartilhamento de responsabilidades. Cláudia Fonseca nota que ciência e lei hoje colaboram como nunca antes para a responsabilização masculina pelos filhos.

É uma coincidência irônica que a tecnologia envolvida nos testes de DNA de paternidade se torne acessível quase ao mesmo tempo em que essas cláusulas constitucionais começam a surtir efeito. Não apenas a lei estipula, como nunca antes, obrigações do pai em relação aos seus filhos, como hoje a ciência fornece meios para identificar esse pai e, assim, atribuir tais obrigações a um indivíduo preciso (2002, p. 280).

Nota-se que os direitos das mulheres em uniões legais e em uniões informais não evoluem ao mesmo tempo. A ampliação dos direitos das mulheres casadas, com a

¹⁶⁰ Em 1941, o Decreto-Lei n. 3.200 deu o primeiro passo para o reconhecimento ao determinar que não se fizesse menção nas certidões de registro civil sobre a forma de filiação. Em 1942, o Decreto-lei n. 4.735 estabeleceu que o filho havido pelo cônjuge fora do matrimônio pode, depois do desquite, ser reconhecido ou demandar que se declare sua filiação. Em 1943, o Decreto-lei n. 5.213 possibilita que o pai fique com a guarda do filho natural, se assim o tivesse reconhecido. Em 1949, a Lei n. 883 permite que os filhos havidos fora do matrimônio pudessem ser reconhecidos, após dissolvida a sociedade conjugal, e em seu artigo 4º permite a investigação da paternidade extramatrimonial, mas só para fins de alimento e em segredo de justiça, ou seja, o pai pode pagar alimentos, mas não pode registrar o filho. Em 1977, a lei n.6.515 permite o reconhecimento da paternidade ainda na constância do casamento, desde que em testamento cerrado. Em 1984, a Lei n.7.250 permitiu o reconhecimento de filho adúlterino, se o pai estivesse separado de fato do seu cônjuge por mais de cinco anos. Nota-se que, no passado, o casamento legal é a base do exercício da procriação legítima, favorecendo os homens (em um contexto patriarcal, em que a assimetria das relações de gênero permite o seu envolvimento simultâneo com mais de uma família natural) e suas famílias legítimas, das quais resultariam os filhos legítimos. Como não há mais um parâmetro para definir quem é o pai (antes o homem casado era o responsável pelos filhos nascidos durante o casamento, sendo inclusive o adúlterio insuficiente para contestar tal paternidade), acabou-se por dar maior importância à dimensão biológica na definição da paternidade, o que se manifesta na valorização do teste de DNA.

¹⁶¹ Cláudia Fonseca, todavia, chama a atenção de que a confiança crescente nas verdades biológicas abre uma “caixa de Pandora”, cujos resultados estão indeterminados. Alguns juristas ainda usam evidência não genética e defendem que considerações sociais devem sobrepujar fatos biológicos. Há questões muito polêmicas, como o uso de DNA para crianças legítimas, revertendo uma dimensão importante da legislação de 1916 que (por prever um limite de dois meses após o nascimento da criança para negar a paternidade) dava à criança mais segurança quanto à sua identidade pessoal. Fonseca apresenta o contraponto do caso francês em que o resultado da legislação (1972) que em favor da “verdade biológica” reverteu a *indisponibilité* (caráter irrevogável de uma relação socialmente definida), teve por resultado uma fragilidade crescente dos laços familiares. A ideia de parentalidade sócio-afetiva (Bruno, 2001) também caminha no sentido de uma desbiologização dos laços familiares, evitando que, pela genética, a procriação seja retirada do âmbito dos laços sociais.

despatriarcalização do casamento, ocorre bem antes da extensão de direitos de família às pessoas em união estável e o pleno reconhecimento das formas de filiação. Esse descompasso reforçou historicamente as desigualdades de classe em matéria de direitos de família, uma vez que se observa que o casamento formal é mais frequente nas classes altas e o consensual nas classes baixas.

As desigualdades de classe no que diz respeito à experiência de conjugalidade abrangem, no entanto, muitos outros aspectos. Para tratar deles, este capítulo está organizado em mais três seções. Inicialmente, trata-se do processo de formação de famílias, considerando os diferenciais por classe em vários aspectos da nupcialidade como transição ou não do estado de solteira para casada e a idade ao casar, e refletindo sobre como as tendências observadas afetam as oportunidades de vida experimentadas pelas mulheres já que a formação de família é uma dimensão da vida que concorre com outros projetos pessoais e profissionais. Na segunda seção, aborda-se a composição dos casais, considerando as taxas de endogamia por classe e educação, bem como as características das mulheres comparadas a seus companheiros em aspectos como escolaridade, idade e renda, os quais podem afetar as relações de poder e autoridade nos casais. Por fim, aborda-se a questão da violência contra a mulher, a qual, como sugere a literatura, pode ser tanto expressão da vulnerabilidade de mulheres com baixo poder de barganha, quanto uma reação masculina última diante de sua perda relativa de poder frente ao empoderamento feminino em curso.

2.1.1 O processo de formação de família de uma perspectiva de classe e gênero

Nesta seção, observam-se algumas dimensões das mudanças em curso¹⁶² nos processos relativos à formação de união, analisando os diferenciais por classe e o possível

¹⁶² Na análise demográfica, as características de um regime nupcial, convencionalmente chamada nupcialidade, incluem a prevalência, o tipo e a idade de união. Outras características como prevalência de dissolução de união e o tempo de recasamentos não foram analisadas, devido a falta de informações. Além da maior liberdade de escolher quando e em que tipo de vínculo entrar, a possibilidade de sair de uma união insatisfatória é outro importante signo da emancipação feminina. O crescimento da união consensual torna mais difícil a análise da dissolução conjugal, pois são poucas as bases de dados que contemplam o tema da nupcialidade (LAZO, 2002) e não existem informações sobre a ruptura de uniões consensuais tal como existe para as formais. Os dados do registro civil, que se aplicam apenas às uniões formais, revelam que entre 1984 e 2010, a taxa geral de divórcios passou de 0,5 a 1,8 e a taxa geral de separações passou de 0,9 a 0,5. A evolução do divórcio e das separações é afetada por mudanças legais, como as alterações na exigência de prazos para solicitação do divórcio. Segundo o IBGE, “a taxa geral de separação é obtida pela divisão do número de separações concedidas ou escrituradas pela população e multiplicada por 1 000. O mesmo procedimento foi adotado para o cálculo da taxa geral de divórcio. Neste trabalho, foram considerados as separações e os divórcios concedidos sem recurso ou realizados nos Tabelionatos de pessoas de 20 anos ou mais de idade na data da sentença e a população da mesma faixa etária”. Disponível em: <

impacto das tendências constatadas para a autonomia das mulheres. Na sequência, analisam-se o percentual de solteiras, a incidência de celibato, a idade da mulher ao casar, bem como os tipos de uniões que se formam.

Descrições de medidas agregadas para o Brasil demonstraram ter havido poucas mudanças no período de 1940 a 1970 (SILVA, N. V., 1979), caracterizando-se a nupcialidade brasileira por ser semelhante à europeia: casamento tardio e incidência relativamente alta de celibato, com base em medidas da idade média ao casar (26,21 para os homens e 22,96 anos para as mulheres) e da proporção de não casados aos 40-44 anos (8,8 para os homens e 9,7 para as mulheres) em 1970. Se até os anos 70 há uma certa estabilidade, é a partir daí que mudanças fundamentais na organização familiar começam a ocorrer. Berquó e Oliveira (1992) observam o crescimento no número de separações para afirmar que sua explicação ultrapassa um possível efeito depressor da crise econômica dos anos 80, revelando mudanças culturais e na posição da mulher na sociedade. Evidências sobre a nupcialidade coletadas por Lazo (1996) incluem, por sua vez, a tendência declinante nas diferenças de idade ao casar de homens e mulheres, o aumento na idade média da mulher por ocasião da união, e o aumento de uniões consensuais. Segundo Fussell e Palloni (2004), entre 1970 e 2000, a percentagem de mulheres de 20 a 29 anos em união consensual cresce de 5,4 para 18%, a idade média da união praticamente não varia, passando de 23 a 22,7 anos; enquanto o percentual de mulheres solteiras aos 45-49 anos cai de 8,8 para 5,2% no Brasil. Estes valores gerais, no entanto, escondem variações por classe, como será mostrado.

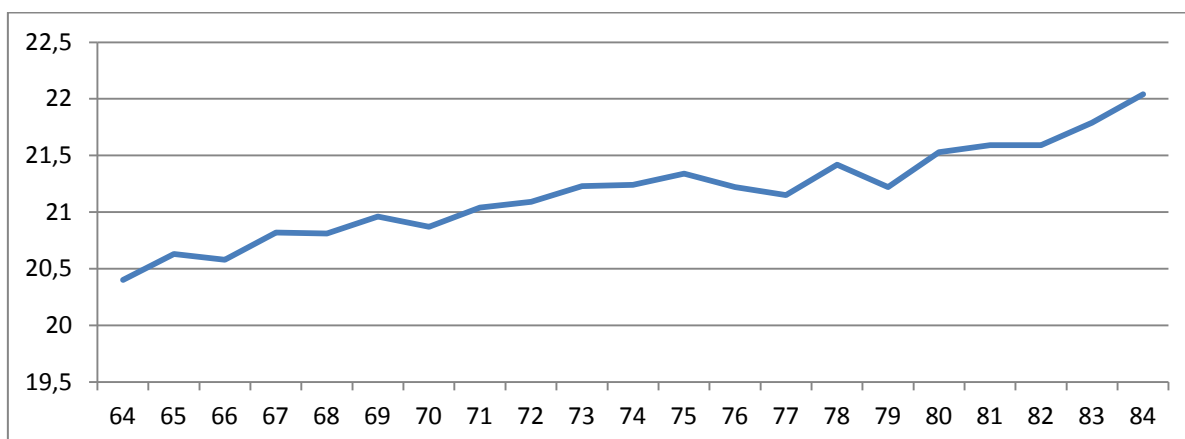
O controle do ano da união demonstra que as mulheres brasileiras vieram experimentando uma elevação da idade de união entre 1964 e 1984, data da última PNAD em que há dados detalhados da história da união. Conforme indicado no gráfico 1, considerando-se todas as mulheres de 15 a 54 anos alguma vez unidas segundo o ano da primeira união no período de 1964 a 1984¹⁶³, nota-se uma tendência de postergamento da entrada em união, que oscila nesse intervalo de 20,4 a 22 anos em média. Para se ter um parâmetro comparativo em face das tendências dos anos 1990, nota-se que, na América Latina, a idade média era em torno de 23 anos para países vanguardistas nas mudanças demográficas, como Argentina e Uruguai (GARCIA; ROJAS, 2004, p. 74).

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000662261112011261330432122.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

¹⁶³ Em 1996, temos dados sobre idade de entrada na primeira união apenas para mulheres unidas na data da pesquisa (PPV), como as chances de findar a união são maiores entre aqueles que casam mais cedo, até pelo maior tempo de exposição ao estado de unido, julgamos que apresentar os dados para essa data poderia dar margem a interpretações equivocadas.

Existem, no entanto, variações notáveis por classe (gráfico 2) na idade da mulher ao casar para as uniões celebradas entre 1964 e 1984. Observa-se que os estratos superiores (classes 6, 7 e 8), que já em 1964 se uniam mais tarde, passam a fazê-lo ainda mais tarde nos anos 80. Nas demais classes, com exceção dos trabalhadores rurais, nota-se também a tendência de postergamento da primeira união. Se no início da curva, os estratos 2, 3, 4 e 5 oscilavam em torno de 20 anos, na parte final do período considerado, as idades médias de entrada em união desses estratos oscilam entre 21,5 e 22 anos. Em linhas gerais, os estratos urbanos mudam, enquanto os trabalhadores rurais mantêm seu padrão de que a idade ao casar ocorra mais cedo.

Gráfico 1 – Idade média (em anos) de entrada na primeira união por ano de realização da primeira união, Brasil, mulheres de 15 a 54 anos alguma vez unidas, 1984



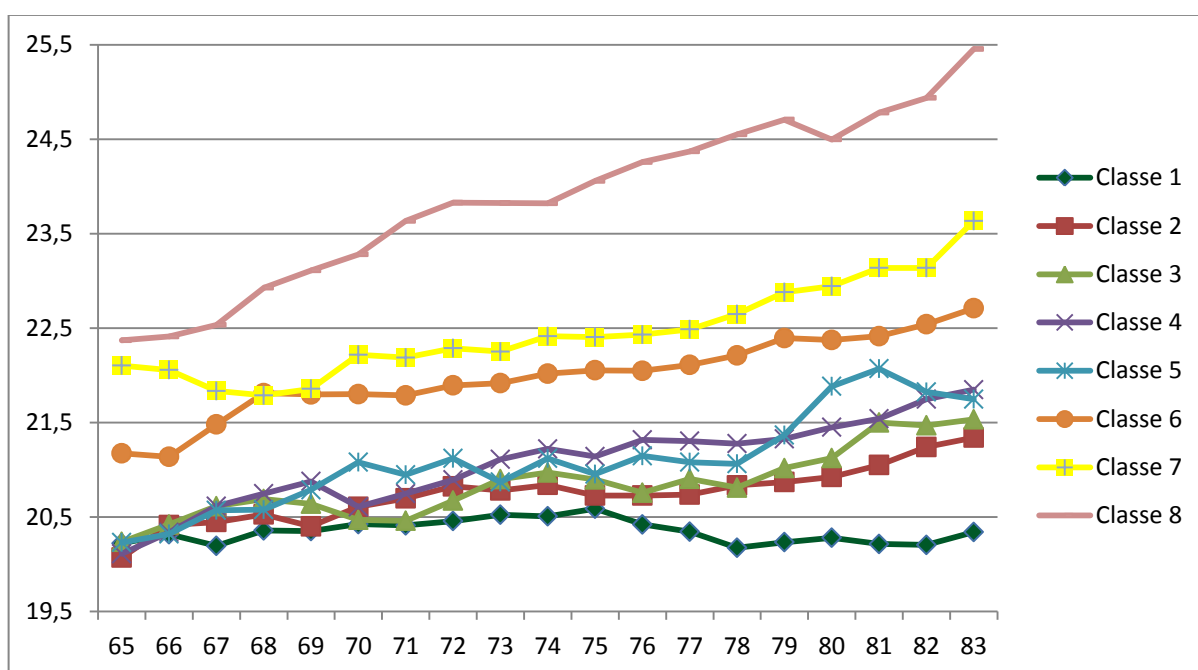
Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD de 1984.

Se, por um lado, nota-se claramente a estratégia do adiamento da entrada em uniões nas classes mais altas, esse adiamento acontece de forma muito mais moderada nas classes mais baixas. Dessa forma, os diferenciais por classe para as uniões realizadas entre 1964 e 1984 aumentam expressivamente, passando de pouco mais de 2 anos para mais de 5 anos (tempo suficiente, aliás, para as classes altas consolidarem seus ganhos educacionais através da formação superior). Identificam-se claramente quatro blocos: trabalhadores rurais (1); estratos manuais urbanos (2, 3 e 4) dos quais se aproximam os pequenos proprietários (5); classes não manuais urbanas (6 e 7); profissionais de nível superior (8), que guardam uma grande distância em relação às demais classes não manuais urbanas.

Vários estudos enfatizaram a relação entre expansão da escolaridade e adiamento da união. Singh e Samara (1996), em um estudo para a década de 1980 em países em

desenvolvimento que incluiu o Brasil, apontam a existência de uma associação negativa, a nível tanto de sociedades quanto de indivíduos, entre educação da mulher e entrada precoce em união, bem como uma redução na proporção de mulheres que se casam antes dos 20 anos nas coortes de idade mais jovens. Lazo (1996) constata o adiamento da primeira união e a maior proporção de solteiras entre as mulheres mais escolarizadas no Brasil. Considerando os países em desenvolvimento, Hertrich e Locoh notam que a escolaridade da mulher é o que mais pesa na idade do casamento, até pelo efeito indireto da escolaridade para a autonomia da mulher: “a instrução influencia a prática matrimonial das mulheres, dando-lhes mais meios para desenvolver um projeto pessoal e para defendê-lo” (2004, p. 119). Esses autores notam a tendência generalizada de recuo da entrada em união das mulheres na África e Ásia e a manutenção de seus níveis comparativamente já elevados na América Latina.

Gráfico 2 – Idade média da mulher ao início da primeira união por ano de realização da primeira união e classe familiar, Brasil, mulheres de 15 a 54 anos alguma vez unidas, 1984



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD de 1984.

A expectativa de que a idade média da primeira união mudasse diante da expansão educacional não se verificou na América Latina, segundo Esteve, López-Ruiz e Spijker (2013). No entanto, estes autores notam que a aparente estabilidade no tempo de formação das uniões é produzida pelo contraste entre tendências diferentes entre vários grupos educacionais. Na verdade, comparando 1970 e 2000, constatam que a idade na qual as

mulheres estão entrando em união ocorre em média um pouco mais cedo, sobretudo nos grupos com escolaridade intermediária, a exceção é o extremo mais alto de escolaridade, em que a idade de união mantém-se estável¹⁶⁴. Segundo os autores, parte desta união ocorre mais cedo por coabitação e não casamento, o que gera a hipótese de que o caráter mais informal seja um facilitador da entrada em união mais cedo.

Fussell e Palloni (2004) consideram que a América Latina é contemporaneamente um caso único quanto à prevalência de uniões, com vários caminhos para o casamento e próximo da universalidade de participação na instituição. Surpreende-lhes que, a despeito das profundas mudanças estruturais em curso ao longo da segunda metade do século XX, que incluem maior educação e trabalho feminino, duas atividades que competem com a formação de família, pouco mudou o padrão de união latino-americano, que ocorre cedo e é universal¹⁶⁵.

É preciso ponderar sobre esta expectativa frustrada de que a idade de união cresça continuamente. Deve-se lembrar, como alertou Valle Silva (1979), que a idade de casamento no Brasil já se encontrava em níveis, comparativamente, elevados, ou seja, em um patamar a partir do qual não se poderia esperar aumentos expressivos. Não obstante, nota-se tendência de permanência por mais tempo no estado de solteira, logo um relativo adiamento, ainda que não seja uniforme para mulheres de todas as classes (mas perceptível nas classes 3, 4, 5, 7 e 8). As mudanças no significado da união, por outro lado, estimulam a experimentação, que, junto com a liberação sexual, pode ocorrer mais cedo. Diante da tendência de desinstitucionalização do casamento (CHERLIN, 2004) desenha-se um quadro em que a maior flexibilidade dos vínculos favorece que as pessoas experimentem a conjugalidade, não havendo, portanto, apenas estímulos para o adiamento. No caso do Brasil, como visto, a redução do custo de perda de direitos que o casamento formal implicava para a mulher – e

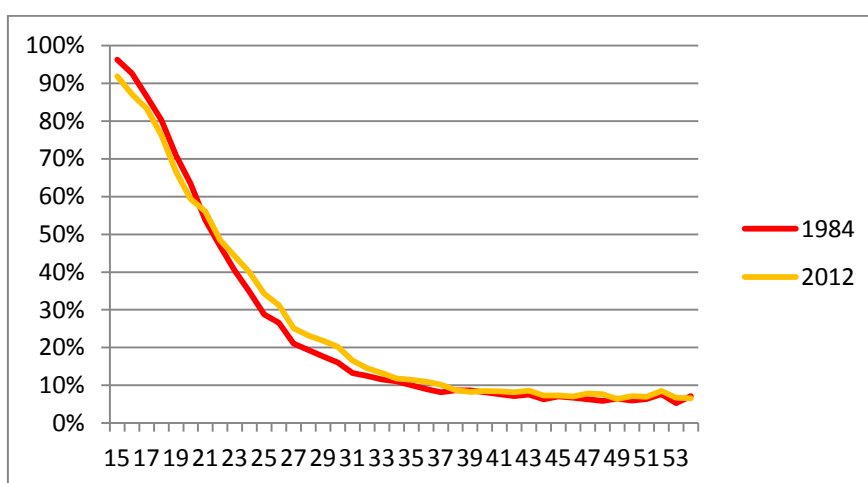
¹⁶⁴ A mudança predita na idade média de entrada em união (SMAU) como função dos anos de escolaridade para o Brasil entre 1970 e 2000 foi a seguinte: sem escolaridade: -0,47; 1 a 5 anos de estudo: -2,32; 6 a 8 anos de estudo: -2,82; 9 a 12 anos de estudo: -2,25; 13 ou mais anos de estudo: - 0,03; total: -0,77 (ESTEVE; LÓPEZ-RUIZ; SPIJKER, 2013, p. 71).

¹⁶⁵ A explicação dos autores, no entanto, não se dirige à questão da autonomia feminina, realçando muito mais as tradicionais relações de dependência familiar. Os autores argumentam que a persistência deste padrão deve-se às forças familistas que se constituem numa rede primária de seguridade. Este papel é, a seu ver, importante em todas as classes sociais, “families are formed early in the life course and serve as a buffer against the vicissitudes of the economy for those with fewer resources, and as a resource for preserving and accumulating wealth among those with more resources” (p. 1202). Realça também o papel da mulher na reprodução social e a influencia dos laços de parentesco e amizade na vida social, pois, devido ao menor grau de desenvolvimento do Estado e da economia de mercado, no contexto latino-americano, a família seria uma entidade social e politicamente mais relevante do que na Europa. Neste sentido, quanto menor as solidariedades modernas, maior a necessidade da família como proteção social.

também o fato de que a separação foi simplificada quando não há guarda de crianças – e a ampliação dos direitos da união estável favorecem a entrada e saída de uniões.

Conforme o gráfico 3, a proporção de mulheres no estado de solteira é semelhante em 1984 e 2012¹⁶⁶, indicando não haver, em nível agregado, mudanças significativas no período no que diz respeito ao processo de entrada em união. Nas duas datas, cerca de 50% das mulheres encontram-se unidas aos 22 anos. Quanto ao final da curva, nota-se que o celibato é relativamente estável, mantendo-se em torno de 8% a partir dos 40 anos.

Gráfico 3 – Percentual de mulheres de 15 a 54 anos no estado de solteira, 1984 e 2012



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1984 e 2012.

Enquanto tendência geral nota-se que, apesar do intervalo de 28 anos, houve pequena mudança com modesto aumento do percentual de mulheres unidas (não solteiras) na idade mais jovem (15 a 18 anos) e um suave postergamento a partir de 23 anos.

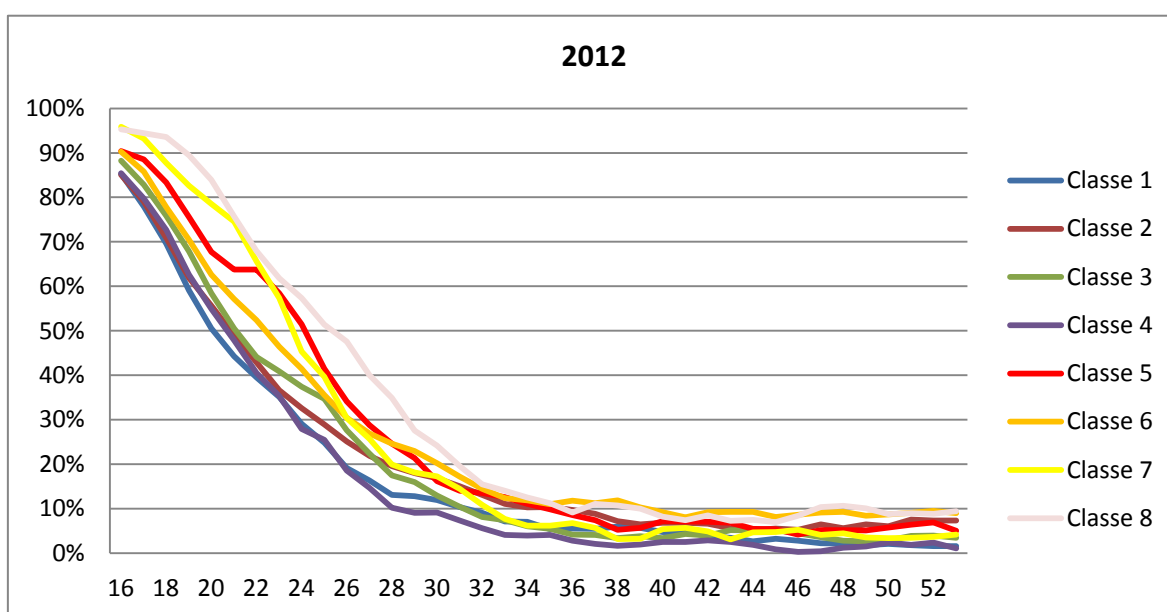
Quando se detalha, no gráfico 4, a proporção de mulheres no estado de solteira por classe, em 1984¹⁶⁷, nota-se a entrada em união mais cedo nas classes 1, 3 e 4, ou seja os estratos manuais com exceção do 2. Até por volta dos 24 anos, as classes com menor

¹⁶⁶ Optou-se por analisar apenas as PNADs de 1984, na qual consta a história das uniões, e de 2012, onde existe a opção de já ter vivido união para pessoas não unidas na data da pesquisa. Ainda que conste a informação de estado civil na Pnad 1976 e na PPV 1996, para estas datas não é possível ter certeza se a pessoa já teve uma união informal e se separou. Como será mostrado ao calcular os dados de celibato, existem situações de pessoas que se declaram solteiras mas que já foram unidas.

¹⁶⁷ Observou-se também a curva de 1976, mas uma vez que ao comparar as curvas classe por classe, não houve mudanças significativas entre 76 e 84, optou-se por apresentar apenas a de 1984. Por um lado, a semelhança entre as curvas de 1976 e 1984 é importante porque mostra um padrão estável de diferenciais por classe, mas também porque sugere que possíveis mudanças se deram posteriormente. Como enfatizado por Lazo (2002), dados sobre nupcialidade tem sido negligenciados nas PNADs da década de 1990. Em 1996, temos dados sobre estado civil apenas na PPV, base essa que, devido ao tamanho da amostra ser menor que o das Pnads, não suporta a desagregação simultânea por idade da mulher e classe social. Para 2006 não há dados sobre estado conjugal, informação disponível na Pnad 2012.

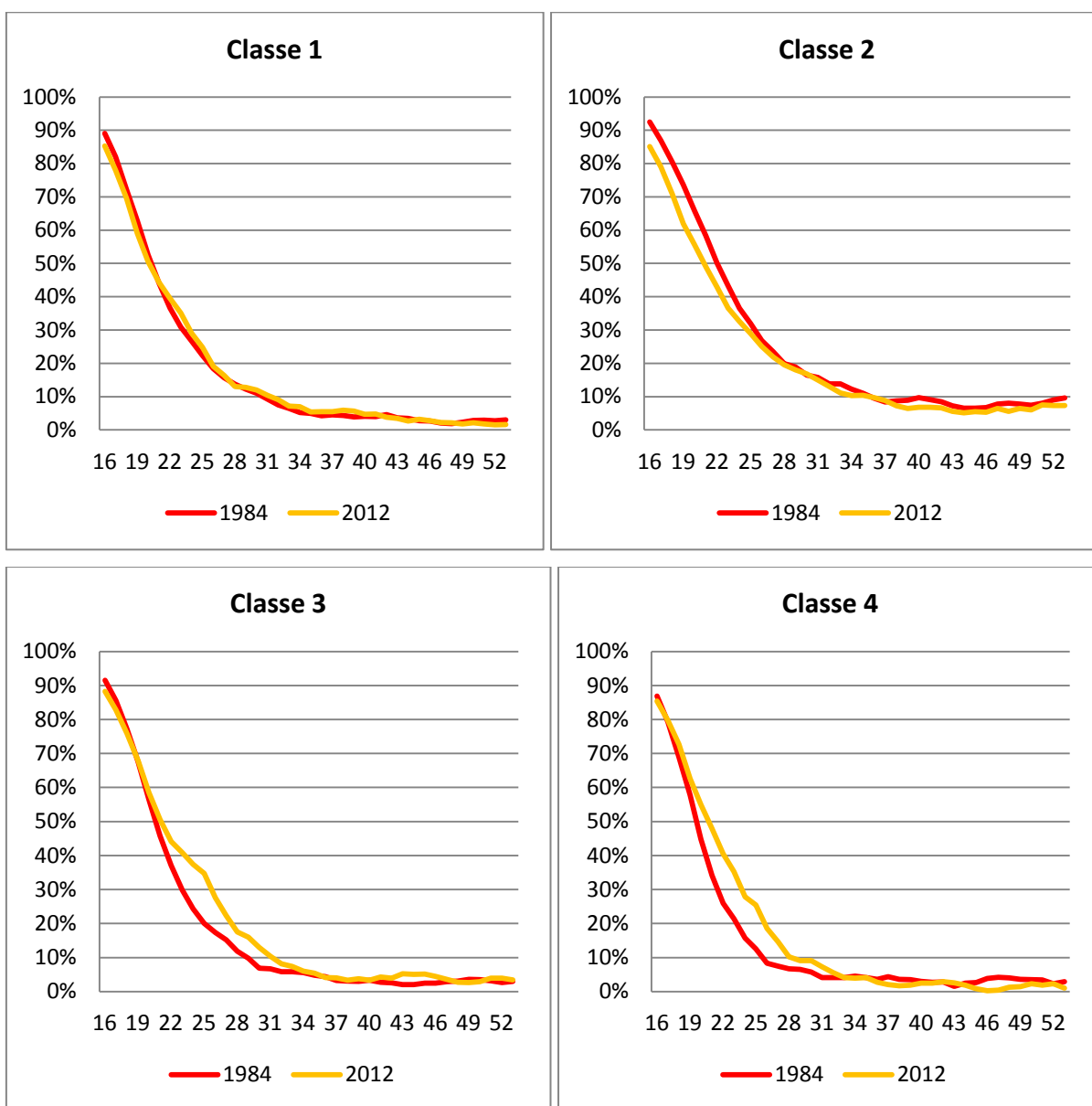
incidência de uniões são as 7 e 8 , indicando um postergamento da entrada em união nos estratos mais altos se comparados aos mais baixos, mas a partir daí sobressaem-se os estratos 2 e 6 como aqueles que apresentam maior frequência de celibato definitivo, acompanhado da classe 8. As classes 1, 3 e 4 apresentam um padrão mais uniforme de entrada em união cedo e baixos níveis de celibato, indicando que na maioria dos estratos manuais a entrada em união se dá em idade mais jovem e abrange a maioria das mulheres. Já a observação dos diferenciais por classe em 2012 revelam algumas mudanças. A classe 2 tende a se reunir à tendência das demais classes manuais. Dentre as classes não manuais, a classe 6 segue mais próxima das manuais, enquanto a classe 5, e sobretudo as 7 e 8, tendem a estar mais distantes, ficando mais nítida a separação entre classes manuais e não manuais.

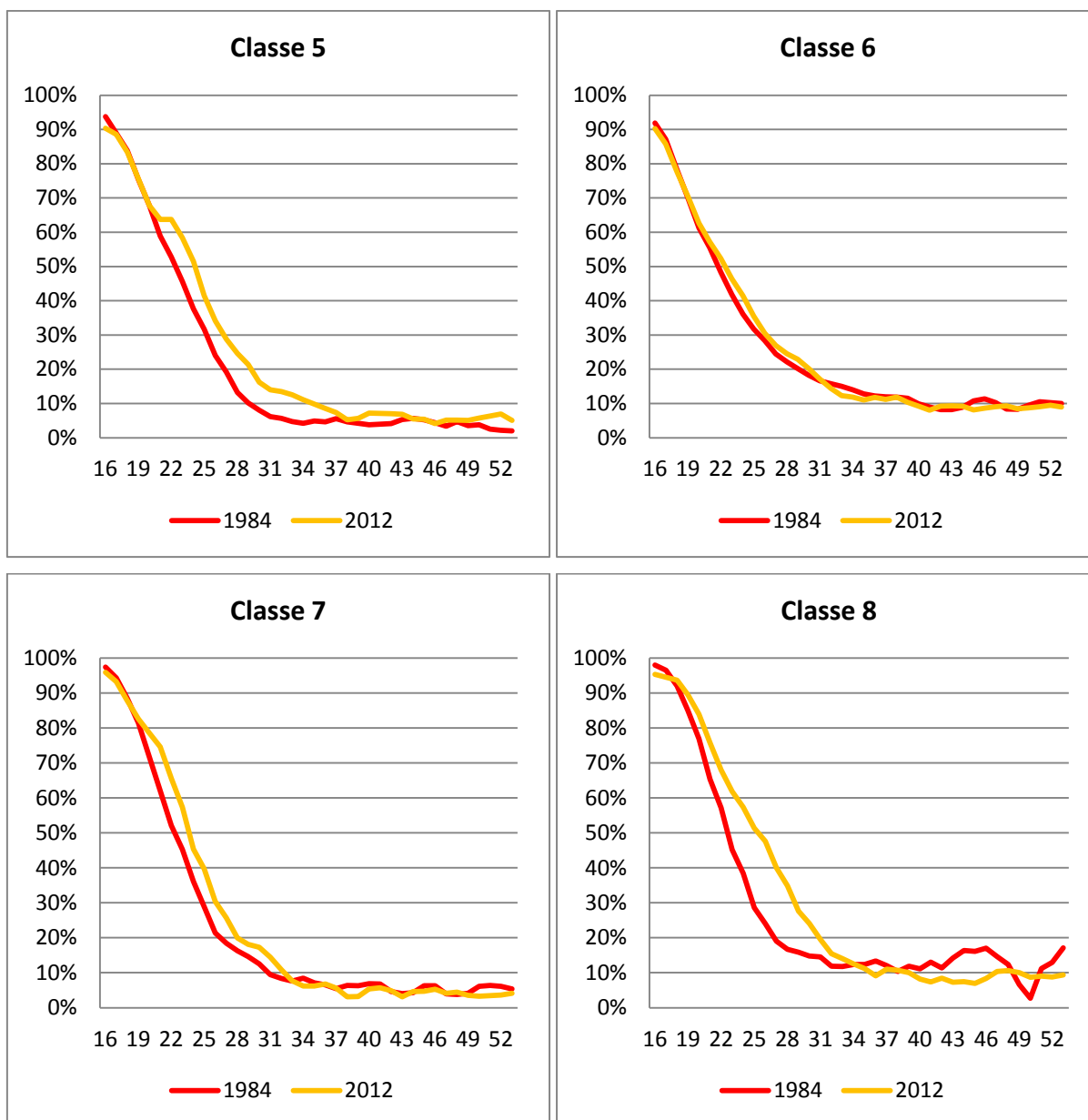
Gráfico 4 – Percentual de mulheres de 15 a 54 anos no estado de solteira por classe, 1984 e 2012



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNADs de 1984 e 2012.

Gráfico 5 – Percentual de mulheres de 15 a 54 anos no estado de solteira, comparação 1984-2012 para cada classe





Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNADs de 1984 e 2012.

Considerando que a proporção de mulheres no estado de solteira reflete basicamente a idade ao casar, aspecto já abordado, e o nível de celibato, é sobre este último aspecto que se aprofunda na análise a seguir. A maior permanência das classes 2, 6 e 8 no estado de solteira pode ser confirmada através do percentual de mulheres solteiras aos 40-44 anos, idade em que o percentual de solteiras tende a se estabilizar, como apresentado na tabela 2. Há que considerar o fenômeno de mulheres que já viveram união consensual e uma vez separadas voltam a se declarar como solteiras. A Pnad 1984 permite mensurar qual o percentual, dentre as solteiras em cada classe, que havia na verdade vivido alguma união consensual. Esse percentual atinge 31% dos casos de mulheres antes declaradas solteiras,

oscilando de 9 a 50% dos casos antes identificados como celibato, subdeclaração que é maior nas classes mais baixas acompanhando a tendência de menor formalização das uniões nesses estratos. De posse das taxas de celibato recalculadas, pode-se afirmar que este atinge em torno de 7,5% das mulheres no país em 1984, indicando que a experiência do casamento é relativamente universal a todas as classes, mas que há uma maior incidência de celibato nas classes 2, 6 e 8, provável reflexo da maior inserção ocupacional das mulheres nessas classes devido à segregação ocupacional por gênero que alimentaria e seria alimentada pelo celibato que disponibiliza mais as mulheres ao trabalho. Neste sentido, provavelmente há uma reciprocidade causal, em que as mulheres mais propensas a investir seu tempo em trabalho são também menos propensas a investir em vida familiar e, por uma questão de segregação por gênero do mercado de trabalho, encontram-se então nos estratos ocupacionais mais receptivos para com as mulheres, ou seja, com mais ocupações femininas. Não obstante, como se visualiza no gráfico 6, além de sua frequência ser baixa, o celibato tende a se reduzir em 2012 nas classes 2, 6 e 8, onde era um pouco mais frequente, reduzindo, assim, os diferenciais por classe.

Tabela 2 – Mulheres solteiras aos 40-44 anos, 1976, 1984 e 2012

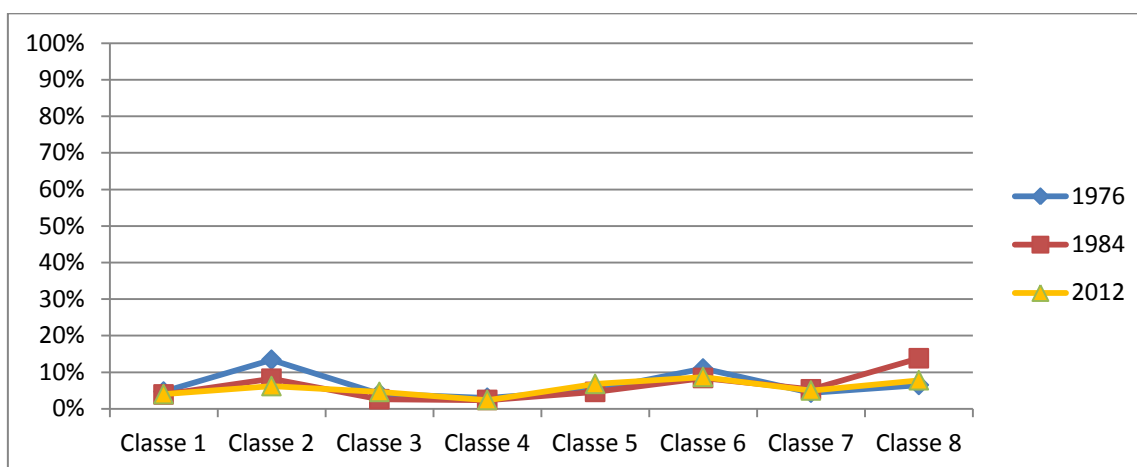
<i>Classe familiar</i>	<i>Celibato 1976¹⁶⁸</i>	<i>Celibato 1984</i>	<i>“Solteiras” antes unidas, 1984</i>	<i>Celibato recalculado, 1984</i>	<i>Celibato 2012</i>
<i>Classe 1</i>	4,7%	5,4%	27,8%	3,9%	4,0%
<i>Classe 2</i>	13,4%	14,0%	41,2%	8,2%	6,2%
<i>Classe 3</i>	4,1%	5,3%	50,5%	2,6%	4,6%
<i>Classe 4</i>	3,0%	2,9%	17,6%	2,4%	2,4%
<i>Classe 5</i>	5,2%	6,7%	31,4%	4,6%	6,8%
<i>Classe 6</i>	11,0%	10,1%	16,8%	8,4%	8,7%
<i>Classe 7</i>	4,4%	6,3%	14,8%	5,3%	5,0%
<i>Classe 8</i>	6,5%	14,9%	8,9%	13,8%	7,8%
<i>Total</i>	8,5%	10,2%	26,5%	7,5%	8,4%

Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1984 e 2012.

¹⁶⁸ Deve-se fazer uma ressalva de que os dados de 1976 podem incluir antes unida que declarou estado civil de solteira. Portanto, são mais seguros os dados para 1984 (uso o percentual recalculado) e para 2012, quando a pergunta se vive em companhia de cônjuges incluía a opção “não, já viveu antes”. Foi considerado celibato apenas as que responderam “não, nunca viveu”. Valle Silva (1979, p. 354) alertou para variações anteriores na mensuração da condição de solteiros e casados: “o conceito de ‘casado’ (e, portanto, de ‘solteiro’) tem variado ao longo do tempo. Em 1940 e 1950 ‘casamento’ referia-se apenas ao matrimônio civil ou religioso, enquanto que nos censos de 1960 e 1970 incluiu também as uniões consensuais estáveis. Dessa forma, as proporções de solteiros em 1940 e 1950 incluem os casos de uniões consensuais, enquanto que os valores para 1970 os excluem, o que pode explicar a notável redução na proporção de mulheres permanentemente solteiras (PNM 40-44) entre 1950 e 1970. Ainda assim, pode-se discernir uma pequena tendência descendente no celibato feminino, conforme indicado pela proporção de solteiras com 40-44 anos de idade, uma conjectura razoável para 1960 parecendo ser um valor em torno de 10%”.

Não apenas as taxas se mantêm baixas, mas vai caindo também o estigma de gênero – como nas expressões “solteirona”, “ficar para titia” – associadas ao celibato feminino, em geral mais graves quando aplicadas às classes mais baixas. Deve-se lembrar que, com a profissionalização das mulheres, o celibato feminino vem ganhando legitimidade na sociedade como um todo, algo que era mais restrito e desigual no passado. A historiografia brasileira permite observar que a legitimidade social de não se casar sempre foi maior nas classes altas, seja no passado colonial em que havia a opção do celibato através da dedicação religiosa em conventos e recolhimentos que convertiam em status e honra familiar esse ingrediente das estratégias matrimoniais familiares (SILVA, M. B. N., 2002), seja num período mais recente em que as opções de trabalho feminino das classes altas (sobretudo a docência) eram revestidas de honorabilidade (NOGUEIRA, 1962). O trabalho das mulheres das classes baixas (fábricas, emprego doméstico etc.), ao contrário, era visto como mais vulnerável e associado à prostituição, supostamente ligada à circulação no espaço público e a falta de proteção masculina (ESTEVES, 1989).

Gráfico 6 – Celibato aos 40-44 por classe, 1976, 1984 e 2012



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1984 e 2012.

O adiamento da união e o celibato feminino vêm sendo associados aos ganhos de autonomia feminina por diferentes autores na literatura internacional. O celibato feminino vem recebendo mais legitimidade, segundo Knibiehler (1992), devido a três conquistas femininas, de autonomia econômica, de identidade e de autonomia sexual. Uma vez que se diversificam as formas de vínculo não é necessário unir-se para ter um parceiro sexual. Galland (1992) realça, por outro lado, que muda a relação dos indivíduos com a instituição família e que a mudança de significado do casamento reflete as transformações nas relações

entre homens e mulheres, pois o casamento já não é a primeira forma das mulheres definirem sua posição social, posto hoje ocupado pelo trabalho. Galland nota que as mudanças na entrada em união estão associadas a processos como a maior escolarização feminina, que tende a retardar a união.

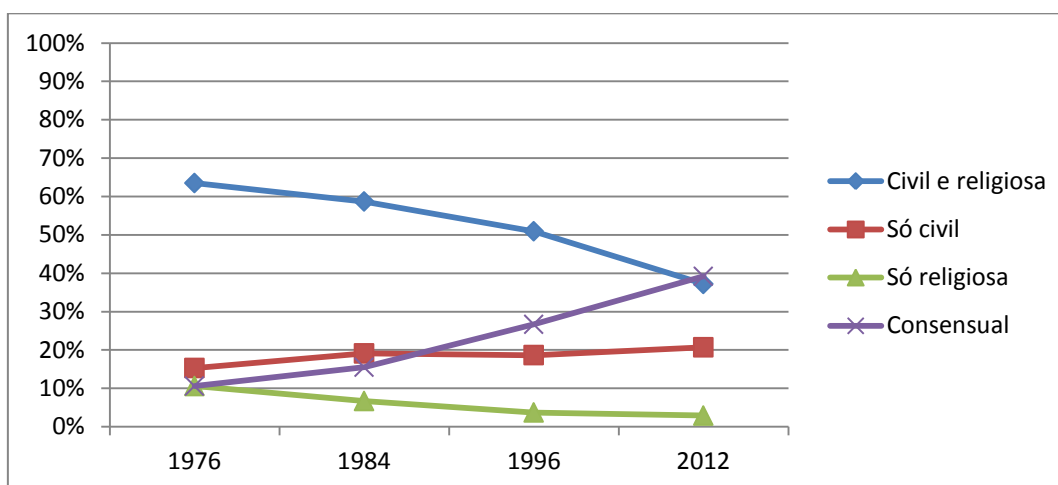
Outros autores notam que as decisões das mulheres são afetadas pelo fato de que haveria menos homens em condições de se casar, considerando em especial as dificuldades dos homens das classes baixas de obter bons empregos (CHERLIN, 1992; FURSTENBERG, 2007). England (2011, p. 25) considera que as explicações do adiamento da formação de família podem ser buscadas nas próprias constelações de comportamentos das mulheres, e nota que estas são variáveis por classe. England observa que os custos de oportunidade de ter um filho são maiores para as mulheres com melhores perspectivas de emprego, o que as incentiva ao uso consistente da contracepção, mas também existem incentivos não econômicos, como a identidade de estudante ou profissional, o incentivo dos pares e a crença em sua eficácia pessoal. Enfatiza que está em curso um reexame do casamento a luz das novas aspirações das mulheres, das taxas ascendentes de divórcio e da emergência da pílula. Nota-se também que as mudanças propiciadas pela liberação sexual e o acesso à contracepção deram mais segurança às mulheres para adiar a formação de família e perseguir projetos educacionais e profissionais (GOLDIN; KATZ, 2002)¹⁶⁹.

Além do adiamento da união, um outro aspecto das mudanças na nupcialidade que vem sendo objeto de análise diz respeito ao tipo de união, com a tendência de declínio das uniões com cerimônias simultaneamente civil e religiosa ou só religiosa, e aumento da opção por uniões só civis e consensuais, indicando, portanto, uma tendência de secularização e desinstitucionalização das uniões, como mostrado no gráfico 7.

Observa-se para o Brasil, no gráfico 7, considerando apenas Nordeste e Sudeste para compatibilizar com a PPV, a tendência de convergência do percentual de uniões consensuais (39,2% em 2012) e uniões simultaneamente civis e religiosas (37,2% em 2012), enquanto a união apenas civil (20,7% em 2012) mantém estabilidade com crescimento, e as religiosas (2,9% em 2012) estabilidade após queda.

¹⁶⁹ “Because up-front, time intensive career investments are difficult for women with child care responsibilities, the pill encouraged women’s careers by virtually eliminating the risk of pregnancy. But the pill did far more than control the number and timing of births. It also altered the marriage market. The pill enabled young men and women to put off marriage while not having to put off sex. Sex no longer had to be packaged with commitment devices, many of which encouraged early marriage. Before the pill was widely available, young people devised means to secure commitments that enabled sexual relations.” (GOLDIN; KATZ, 2002, p. 747).

Gráfico 7 – Tipos de união, mulheres de 15 a 54 anos residentes no Nordeste e no Sudeste do Brasil, 1976, 1984, 1996 e 2012



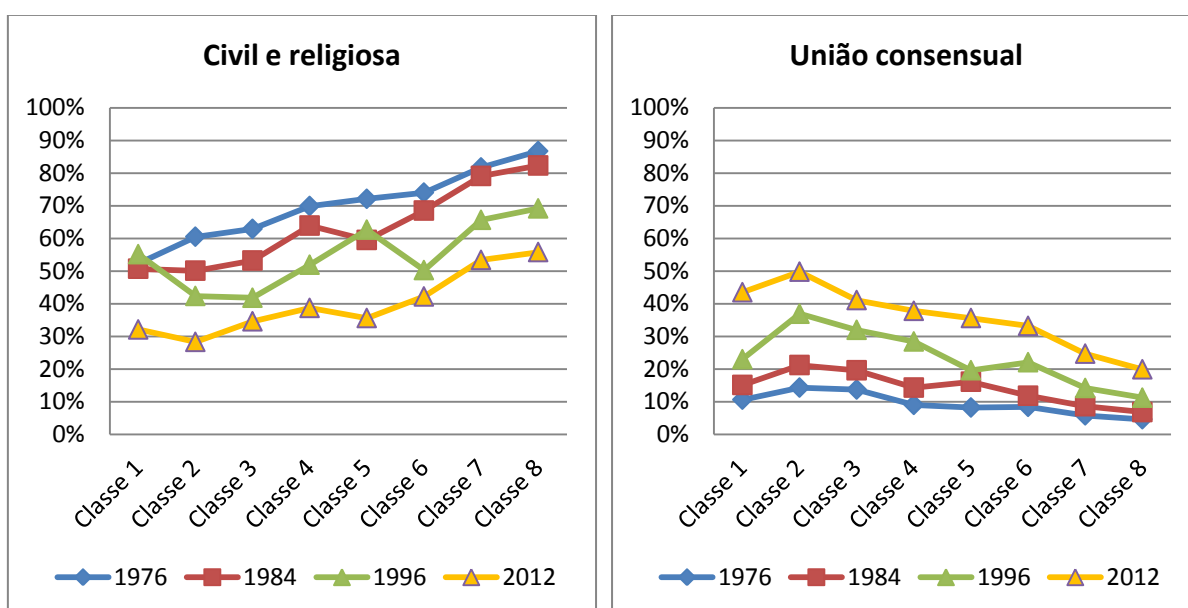
Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1984, 1996 e 2012.

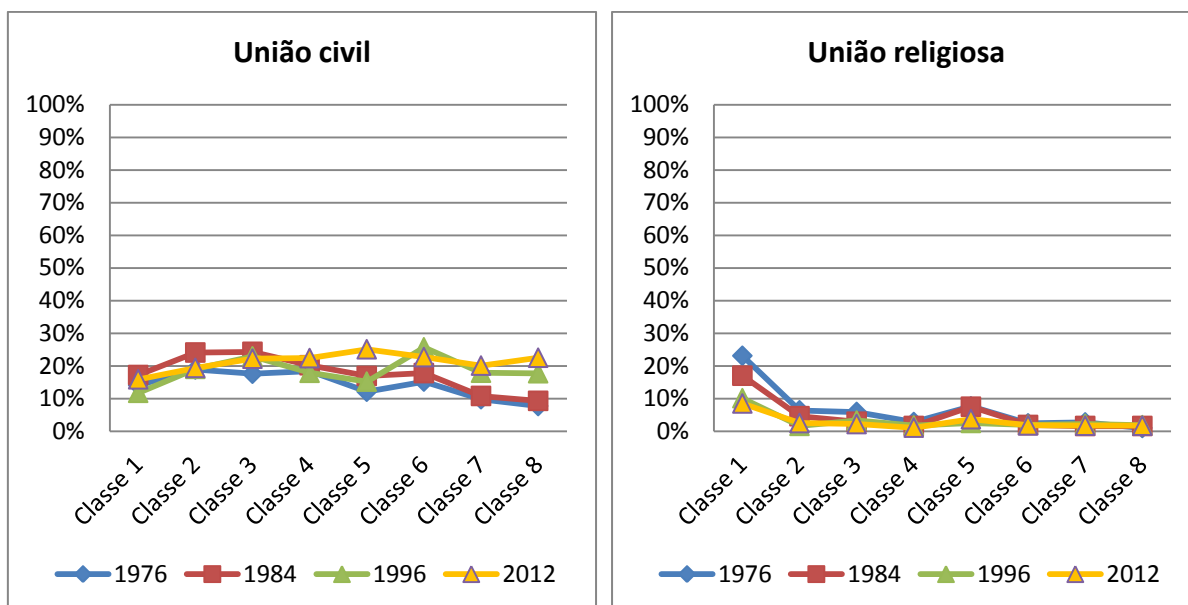
As variações por classe (gráfico 8) sugerem que, como observou Bozon (1992) para o caso da França, a evolução do ritual matrimonial entre os diferentes grupos sociais inclui diferenças persistentes, tendo em conta os diversificados simbolismos a que os diferentes tipos de rituais se prestam. Observa-se uma tendência de convergência em torno da tendência geral, que, no entanto, retém as variações típicas de maior frequência de união consensual nas classes baixas e maior percentual de união formal nas classes superiores. Quanto à incidência de uniões simultaneamente civil e religiosa, nota-se que esta declina em todas as classes, mantendo a tendência de ser mais frequente nos estratos mais altos. Quanto à incidência de união apenas civil, que indica um desejo de formalizar uniões, mas abrindo mão da chancela religiosa, nota-se que esta cresce mais nos estratos não manuais, onde aparentemente há tendência de substituição do vínculo civil e religioso pelo vínculo apenas civil, enquanto reduz-se ou mantém-se estável nos estratos manuais. Nota-se, ainda, que esse tipo de vínculo, antes mais frequente entre os estratos manuais urbanos (2, 3 e 4), tende a homogeneizar-se na medida em que inclui crescentemente estratos não manuais na última data analisada.

As uniões apenas religiosas parecem ser uma tradição quase em extinção, declinando inclusive no seu antigo reduto, que são os trabalhadores rurais. Já as uniões consensuais tendem a crescer em todas as classes, mantendo-se, todavia, os diferenciais que fazem dela um tipo de vínculo mais típico, mas longe de ser exclusivo, aos estratos manuais urbanos, já que os trabalhadores da indústria moderna (classe 4), que se diferenciavam das

classes 2 e 3, converge em direção a elas na última data analisada. Nas três datas, os níveis mais baixos de uniões consensuais são encontrados nas classes 7 e 8, indicando a manutenção desse distintivo no processo de formação de famílias nos estratos superiores. Enquanto o declínio da união civil e religiosa nas classes não manuais (6, 7 e 8) reverte-se no crescimento das uniões civis, ou seja, abre-se mão da união religiosa, mas não da celebração civil historicamente uma forma de regular a transmissão de patrimônio, nas classes manuais a redução da união civil e religiosa se reverte em união consensual. Nota-se, portanto, que ainda que as uniões estáveis se difundam em todas as classes, os diferenciais na sua incidência aumentam, sobretudo quando se contrasta os estratos urbanos, passando de 10 pontos em 1976 (4,6% na classe 8 e 14,3% na classe 2) para 30 pontos em 2012 (19,9% na classe 8 e 49,8% na classe 2).

Gráfico 8 Tipos de união por classe, mulheres de 15 a 54 anos residentes no Nordeste e no Sudeste do Brasil, 1976, 1984, 1996 e 2012





Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1984, 1996 e 2012.

Pode-se supor que diversos fatores favoreceram a difusão das uniões estáveis, tanto as mudanças legais que reduziram as penalidades em termos de restrições de direitos, favorecendo maior liberdade de decisão na escolha do vínculo, quanto processos que tornaram as uniões mais dinâmicas, como coabitação juvenil, recasamento¹⁷⁰ ou uniões homoafetivas¹⁷¹. Existe muito debate em torno da difusão da união consensual, até porque esta não é uma categoria homogênea, mas sim compreende uma grande variedade de situações. Uma vez que as uniões consensuais não são uma novidade, mas sim uma prática que desponta desde longo tempo como característica marcante da nupcialidade no Brasil e na América Latina¹⁷², a interpretação de suas implicações para o equilíbrio de poder dos casais varia¹⁷³. Em especial antes da legislação que ampliou os direitos das pessoas em união consensual, prevalecia a visão de que estas eram desfavoráveis às mulheres.

¹⁷⁰ Quando se observa a incidência dos tipos de união conforme se trate de primeira união ou recasamento (dados não apresentados, disponíveis para 1984 e 1996), nota-se que entre os recasados é bastante frequente a opção por uma união não formalizada. Se o percentual de mulheres em primeira união que tinham vínculo consensual era em 1984 de 10,7% passando a 21% em 1996, a incidência de união consensual nos recasamentos passa de 77,7% para 81,5% entre 1984 e 1996 (Nordeste e Sudeste do Brasil), portanto, o fato de haver separações e recasamentos também ajuda na difusão da união estável.

¹⁷¹ Estas não foram incluídas na análise devido a sua especificidade em face do objeto proposto, pequena incidência e indisponibilidade de dados até 2006.

¹⁷² Sendo inclusive sua mensuração pouco confiável até 1980 (ver Valle Silva, 1979).

¹⁷³ O pressuposto da comparação da incidência de casamentos formais e coabitação é a consideração de que se tratam de casais diferentes e de que a união informal representaria desvantagens, as quais vem sendo consideradas do ponto de vista institucional e das relações intrafamiliares. “La primera línea de argumentación atañe a las *desventajas institucionales*, cuya fuente es el trato diferenciado que la legislación y los organismos oficiales otorgan al matrimonio y a la unión libre y que sistemáticamente va en desmedro de estas últimas por: (i) no reconocimiento de derechos; (ii) exclusión de programas de asistencia; (iii) invisibilización e imposibilidad

Os estudos dos anos 80 e início de 90 sugerem que uniões consensuais parecem mais desejáveis aos homens do que as mulheres, porque estes veem nelas mais facilidade de dissolução, enquanto as mulheres percebem falta de proteção, de segurança ou de legitimidade social, muitas vezes “resignando-se a” antes que escolhendo este tipo de união (BERQUÓ, LOYOLA, 1984). Greene e Rao (1992) ao mostrar que desde os anos 70 tem crescido a importância das uniões consensuais no país, consideram que, no caso do Brasil, sua crescente incidência poderia estar funcionando como um mecanismo de circulação dos homens, já que estas uniões se rompem com maior facilidade, de forma a compensar os desequilíbrios entre o número de homens e mulheres no mercado matrimonial. Greene e Rao descrevem caminhos opostos pelos quais este tipo de união pode estar relacionado com o poder da mulher: se, por um lado, as uniões informais são mais frequentes entre as mulheres menos escolarizadas o que poderia ser uma indicação de que este tipo de vínculo costuma ser mais desfavorável às mulheres que aos homens, por outro, são também mais frequentes entre as mulheres que trabalham as quais, a seu ver, teriam mais condições de contrapor-se às normas que enfatizam o casamento formal.

Nesse contexto, estudos sobre as representações associadas a este tipo de união demonstravam que a referência para quem coabita permanecia sendo o casamento formal, sendo a união consensual muitas vezes percebida como um estado transitório antes que como um questionamento ao casamento tradicional. Eram notados, no entanto, ensaios contestatórios, enfatizando relacionamentos baseados em liberdade e igualdade, sobretudo sem filhos e sem coabitação, experimentados nas camadas médias (QUINTEIRO, 1990). A equiparação dos direitos das mulheres em união estável ou casadas legalmente deve, para o período recente, matizar a leitura de que união estável é mais insegura para as mulheres e fortalecer a interpretação de uma tendência de informalização dos vínculos afetivos num contexto em que os direitos familiares tendem a prescindir do contrato de casamento.

Diferentemente dos países europeus em que o crescimento da união consensual é mais recente, Castro Martin (2002) realça que a união consensual é um componente que caracterizou o sistema de famílias da América Latina por séculos, configurando um sistema

de acreditar situación conyugal cuando es menester hacerlo (postulación de hijos a escuelas, repartición de herencias, transferencias de recursos acumulados o de seguridad social, solicitud de créditos, etc.). [...] La segunda línea de argumentos remite a las relaciones intrafamiliares, que serían más frágiles e inseguras y menos estimulantes y enriquecedoras (en particular para niños y niñas) en las uniones consensuales que en los matrimonios formales [...]. Las debilidades de las uniones libres se verifican en: (a) duración y estabilidad; (b) capacidad de proyección y de acumulación de la pareja y la familia; (c) relaciones entre la pareja y entre padres e hijos/as; (d) bienestar y desempeño de los miembros de la familia, en particular los niños y adolescentes.” (VIGNOLI, 2005, p. 13-14, grifos do autor).

dual, em que as duas formas de união aparecem lado a lado. A incidência varia na região, sendo maior nos países da América Central (mais de 50% na República Dominicana, por exemplo), estando o Brasil (21,1%) numa posição intermediária nos anos 1990. Comparando o perfil socioeconômico e demográfico das mulheres em união consensual ao daquelas em uniões formais, encontra-se que as primeiras são mais frequentes nos grupos mais jovens, menos escolarizados e entre as mulheres recasadas. Ao abordar o panorama das mudanças na nupcialidade na América Latina, García e Rojas (2004) também rejeitam a aplicação simples do rótulo de Segunda Transição Demográfica¹⁷⁴, já que não só variam as práticas de união estável, como também “la unión libre tradicional latinoamericana se encuentra lejos de ser un símbolo de emancipación femenina y de abandono de las normas que rigen la institución matrimonial, tal y como se afirma que sucede en la actualidad en los países desarrollados” (p. 84)¹⁷⁵.

Segundo Vignoli (2005, p. 15), a leitura histórico-cultural sobre as razões da tradição das uniões livres na América Latina e Caribe considerou a tensão entre as práticas originais e a tentativa de imposição do matrimônio católico num contexto de institucionalidade débil – civil e eclesiástica – para implementá-lo, além da pobreza da maior parte da população incapaz de fazer face aos custos da união formal, redundando numa compreensão de que as uniões estáveis estariam longe de expressar qualquer tipo de autonomia. As raízes históricas das diferenças sociais na adesão a união formal no continente foram também abordadas por Esteve, Lesthaeghe e López-Gay (2012), que mostraram que a institucionalização do casamento católico envolveu ambiguidades da parte da Igreja, porque padres não aderiam estritamente ao celibato e porque havia sincretismo na devoção; e também da parte do Estado, que promovia oficialmente o modelo europeu, mas reconhecia e atribuía direitos iguais para a união consensual. Os estratos superiores tinham especial interesse em aderir às regras católicas de casamento, pois esta era uma condição para manter a posição ou ascender. “As a consequence, the European Model [characterized by monogamy,

¹⁷⁴ Segundo as autoras, se a primeira transição tem um caráter altruísta, reduzindo-se a fecundidade para melhorar a qualidade da atenção aos filhos, a segunda transição tem um caráter mais de busca de autonomia pessoal e de melhorar a relação do casal.

¹⁷⁵ Para essas autoras, a união estável pode ser ainda, nas classes baixas, uma forma de sair da pobreza, de conflitos familiares ou de pesadas responsabilidades de trabalho doméstico e cuidado de irmãos menores. “[...] es posible conjeturar que la posible presencia de crecientes costos de oportunidad para las mujeres fuera de la unión o el matrimonio, el aumento de la autonomía individual, así como la búsqueda de calidad en las relaciones entre los cónyuges, serían preocupaciones que difícilmente podrían extrapolarse a todos los grupos que configuran las sociedades latinoamericanas. La desigualdad social y de género que las caracteriza llevaría a insistir en la necesidad de precisar el significado particular que tienen la unión conyugal y el momento de su ocurrencia para mujeres (y hombres) que pueden o no aprovechar las oportunidades (hoy más bien escasas) de mejores condiciones de vida y ascenso social.” (p. 82)

institutionally regulated marriage, condemnation of illegitimacy, and low divorce] became a marker of social success and an ingredient in the process of *embourgeoisement*” (ESTEVE; LESTHAEGHE; LÓPEZ-GAY, 2012, p. 57). No Brasil, Cândido sugere que a maior frequência de uniões formais nas classes mais altas se deveria ao fato das pessoas deste estrato estarem em maior contato e mais sujeitas a pressões de instituições tais como Igreja e associações profissionais (1979, p. 238).

Se variam as interpretações quanto às razões e implicações da união estável, reconhece-se uma grande novidade no fato de que ela se difunde entre grupos em que não era típica, o que leva, no mínimo, a uma mistura entre tradição e mudanças nas relações familiares. Segundo Vignoli (2005) seu crescimento atual foi proporcionalmente maior nos grupos mais escolarizados, em que era menor a frequência inicial, implicando a tendência de convergência entre distintos grupos socioeconômicos. Não obstante, ainda é frequente que a dualidade tradicional-moderno, justificável do ponto de vista da ordem temporal em que se difundiu a união estável entre as classes, seja empregada simplificando de antemão sua interpretação devido à “relación directa que la literatura especializada establece entre el carácter tradicional y moderno de la unión consensual y el grupo socioeconómico en que ocurre” (VIGNOLI, 2005, p. 15).

Esteve, Lesthaeghe e López-Gay (2012) demonstram que o crescimento da coabitação na América Latina ocorre tanto em áreas em que esta era uma prática antiga quanto em áreas em que era uma prática excepcional. Nos anos 90, houve uma aceleração da tendência de coabitação e os autores consideram que o substancial crescimento da coabitação seria em grande parte de tipo novo (não tradicional), para o que oferecem dois argumentos: por um lado, o aumento da escolaridade feminina e a redução do gradiente educacional que antes fazia da coabitação uma característica das mulheres menos escolarizadas; e, de outro lado, as mudanças em várias outras atitudes em favor de maior secularismo, arranjos familiares não conformistas e relações de gênero mais igualitárias. Sua análise do World Values Surveys (WVS), – aplicado, no caso do Brasil em 1991 e 2006 – demonstra uma mudança cultural generalizada, que inclui uma maior tolerância em relação a homossexualidade e divórcio, entre outros temas, sugerindo que também tenha caído o estigma contra a coabitação.

Diante da constatação das mudanças no gradiente educacional no tempo, Esteve, Lesthaeghe e López-Gay (2012) procuram explicar o que causou o aumento da coabitação nos grupos mais escolarizados, empregando o modelo “ready, willing and able”(RWA) de Coale

(p. 68)¹⁷⁶, que se refere ao custo-benefício de uma ação, à desejabilidade de um novo comportamento de acordo com sua legitimidade ética ou religiosa, e a sua condição de “ability”, ou seja, os meios legais e tecnológicos para sua realização. Aparentemente estas três dimensões mudaram num sentido de redução dos custos e maior incentivo à união estável, que já não está associada a estigmas ou perda de direitos¹⁷⁷. O Brasil também tem uma longa tradição de união estável, em parte estigmatizada, em parte socialmente aceita (ideia de que “amigado com fé, casado é”, tal como a tradição colonial do casamento segundo o costume do reino), e a legislação que garante direitos para união estável veio fortalecer a balança para o lado da aceitação e reduzir os estigmas, num contexto em que esta forma de união se difundia entre as classes.

Cherlin (1992) associa a difusão da coabitação, que passa a estar presente entre casais de variados níveis educacionais, à difusão dos valores individualistas, mas considera que se o casamento perde sua importância prática, continua a ter importância simbólica. Após analisar a desinstitucionalização do casamento, diante do crescimento da coabitação, Cherlin indaga que o que deve surpreender não é que menos pessoas se casem, mas sim que tantas ainda queiram se casar. Sugere que, se o casamento torna-se opcional, continua a ser altamente valorizado. Ainda que perca importância prática, mantém-se sua importância simbólica, como uma marca de prestígio e realização (*achievement*) pessoal. Considera que o casamento torna-se menos dominante na sociedade, mas é mais distintivo. Deixa de ser uma marca de conformidade para se tornar uma marca de prestígio. Cherlin não concorda que o casamento tenha se tornado apenas uma entre outras alternativas, pois ele retém seu prestígio simbólico¹⁷⁸. Cherlin nota que nos Estados Unidos os afro-americanos e os menos escolarizados valorizam mais o casamento ainda que se casem menos, sugerindo que as classes baixas possam valorizar mais o casamento, apesar de o obter menos, justamente porque o valor de uma prática tem a ver com sua raridade (1992, p. 49).

A maior frequência de separações e a maior facilidade como são realizadas é outra dimensão da flexibilização nas leis e nos costumes sobre o casamento. Além da proibição do divórcio, no passado, o estigma que recaía sobre a separação (desquite ou separação de fato)

¹⁷⁶ Este esquema foi usado, por Coale em 1973, para analisar a adesão a contracepção.

¹⁷⁷ Hoje, observa-se que as razões institucionais de desvantagem da união estável fazem cada vez menos sentido no Brasil com a equiparação de direitos. Há visões também que descartam ou relativizam os efeitos adversos da coabitação até porque diferentes sentidos da coabitação foram identificados, conforme sejam tradicionais, jovens ou de longa duração: “Mientras la primera se asocia a precariedad, exclusión e inestabilidad, la segunda se vincula con contracultura y vanguardismo y la tercera con transformaciones valóricas generalizadas aunque de inciertas perspectivas a largo plazo” (VIGNOLI, 2005, p. 15).

¹⁷⁸ O benefício do casamento parece ser seu compromisso público – “enforceable trust” (CHERLIN, 2004, p. 854) – enquanto a coabitação exige apenas um compromisso privado.

contribuía para que as mulheres persistissem em vínculos insatisfatórios. Analisando o discurso de mulheres de classe média, Rocha-Coutinho nota que o estigma da separação presente na sociedade nos anos 1950-60 dificultava o rompimento da união, devido ao sentimento de vergonha e fracasso, pois era cobrada da mulher a responsabilidade de manter o casamento.

Talvez devido a esta dificuldade em romper uma relação – que, além de dolorosa e humilhante para elas (afinal, cabia à mulher manter a qualquer preço seu casamento), as colocava numa posição difícil na sociedade preconceituosa da época (a de mulher descasada ou “desquitada”) –, aliada a uma preocupação muito grande, presente em seu discurso, com a manutenção das aparências, as mulheres preferissem não saber dos casos extraconjugais de seus maridos. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 191)

Na visão de muitos autores, longe de uma desvalorização do vínculo conjugal, o que se assiste hoje é uma valorização de sua qualidade, sendo as separações e recasamentos expressão da busca de um vínculo que traga mais satisfação pessoal aos parceiros (GIDDENS, 1993, 2002)¹⁷⁹. Além do processo de individuação, que faz com que a união se torne uma decisão mais pessoal que familiar, contribui também para as mudanças o fato de que o casamento já não seja percebido como um vínculo religioso, o que estava associado à indissolubilidade. Nesse contexto, signos da autonomia feminina são a liberdade de entrar e sair de vínculos, o fato de que estar unida não implique perda de direitos, que a mulher não seja vulnerável a violência por parceiro ou ex-parceiro (o fato de que exista feminicídio depois que a mulher separa é sinal de que ela sofre constrangimentos para não se separar) e que a mulher não esteja em uma união hierárquica, dimensões aqui analisadas. Começa-se por investigar, a seguir, se a composição dos casais favorece hoje um novo equilíbrio nas relações de gênero e o quanto e como variam entre as classes.

2.1.2 Padrões de composição dos casais, endogamia e novos equilíbrios de poder

A composição dos casais pode ser pensada tanto do ponto de vista das distâncias e proximidades entre grupos sociais, quanto do ponto de vista de sua configuração interna de poder, dimensões que podem ser observadas, respectivamente, mas não exclusivamente (pois, por exemplo, existem análises da endogamia educacional e por cor, bem como existem desigualdades por idade e status familiar dentro das famílias), nas relações de classe e gênero.

¹⁷⁹ Embora o recasamento masculino seja muito mais frequente, algumas pesquisas sugerem que o recasamento ofereça um contexto de maior emancipação feminina. Menor influência da família de origem, mais espaço para a individualidade, mais valorização da sexualidade são alguns dos aspectos observados em casais recasados comparados aos em primeira união (FÉRES-CARNEIRO, 1998). Considera-se, assim, que o primeiro casamento seja mais influenciado pelas expectativas sociais, enquanto as segundas núpcias expressem escolhas mais livres.

O casamento sempre foi um tema importante da teoria social. Considerado dentro dos estudos de parentesco, de uma perspectiva sobretudo antropológica e sociológica, o casamento representa uma aliança pela qual se funda a sociedade como propôs Lévi-Strauss (1982), expressando as interações entre grupos no espaço social que, ao se unirem ou não entre si, deixam claras ora as porosidades, ora as fronteiras que caracterizam a estratificação social em uma determinada sociedade.

Tradicionalmente o casamento é considerado parte das estratégias de grupos familiares que decidiam sobre seus filhos e filhas, sobretudo quando havia propriedade a ser transmitida e esta era a terra ou outros bens cuja fragmentação dificultaria a manutenção de um modo de vida¹⁸⁰. A emergência do ideal do amor como motivo da união coloca em questão o poder da parentela, mas a seletividade conjugal continua a expressar a proximidade social entre grupos, já que a tendência endogâmica sinaliza que a eleição do cônjuge equivale à sua percepção como um igual. Este processo é crucial para a existência de grupos distintos em uma sociedade estratificada, na medida em que o casamento não apenas cria alianças entre famílias, mas também erige barreiras entre grupos sociais. Na visão de Bourdieu (2007), a endogamia é uma evidência da aversão por estilos de vida diferentes, sendo responsável por traçar barreiras fortes entre classes¹⁸¹, através da propensão a unir-se a pessoas com *habitus* semelhantes.

Uma configuração complexa de elementos está na base da moderna visão do casamento como escolha livre de indivíduos autônomos. Seja a afirmação de uma noção de amor romântico como base da relação, seja o processo pelo qual as relações de trabalho se monetarizam e a renda se individualiza, tornando o casamento menos dependente das estratégias de transmissão de propriedade. Todavia, a despeito da maior autonomia usufruída pelos jovens nos dias de hoje, persistem taxas significativas de endogamia. Surgem novos mecanismos pelos quais preferências conjugais homogâmicas se materializam, fazendo com

¹⁸⁰ Um exemplo é a análise de Bourdieu (2006) sobre os camponeses franceses. Bourdieu está interessado num “parentesco prático” (e não genealógico) que emerge das estratégias dos agentes envolvidos no campo do parentesco com seu caráter político – no qual os interesses, todavia, ficam disfarçados e não emergem no discurso – além do celibato ser parte do jogo de alianças. “Cada casamento é um cálculo que objetiva reproduzir a “casa” e, eventualmente, ampliar seus domínios, o que resulta em estratégias diferentes com relação aos primogênitos e aos demais filhos e filhas. O que temos, então, como já dito, é um jogo onde, um tanto hobbesianamente, “todos jogam contra todos”. Nesse se faz presente menos a regra do que a *maîtrise pratique*, capaz de evitar a *mésalliance* e capaz de obter um dote máximo para o casamento do filho, assim como gastar um mínimo com o dote de uma filha.” (WOORTMANN, 2004, p. 132)

¹⁸¹ Em suas análises das diferenças por classe no consumo de bens culturais, percorrendo desde a fruição da alta cultura até práticas de decoração domiciliar, Bourdieu (2007), mostra como a hierarquia de classes manifesta-se na forma de diferentes estilos de vida, em cuja (re)produção a família desempenha papel central.

que as distâncias sociais, que outrora se manifestavam na orientação dos pais na escolha de parceiros para seus filhos(as), encontrem hoje outros espaços para se realizar.

Em suas análises para a sociedade francesa, Bozon (1988, 1992) constata que os espaços em que se deram os primeiros encontros de casais com diferentes origens sociais são diferenciados, sinalizando para o fato de que a endogamia se produz através da segmentação do espaço social presente em sociedades estratificadas. As preferências diferenciadas entre as classes sociais quanto a suas práticas de lazer determina que as possibilidades de encontro entre pessoas de classes sociais distantes sejam menores do que entre classes adjacentes.

Como mostra Silva (2003), a seletividade conjugal é afetada pela desejetabilidade dos possíveis parceiros – hierarquizados conforme seus recursos econômicos, culturais e sociais – além da intensidade das interações, decorrentes da convivência no espaço geográfico (espaços de lazer, estudo ou trabalho) e de fatores demográficos, sendo que quanto maior o tamanho do grupo populacional a que se pertence maior a possibilidade de realizar um casamento homogâmico.

As distintas abordagens das escolhas conjugais consideram ora um mercado matrimonial no qual as pessoas buscam maximizar suas preferências de beleza, capital econômico, cultural e educativo, ora os limites impostos aos possíveis candidatos pela estrutura da população (LOPEZ; ESTEVE; CABRÉ, 2008). Em geral se consideram três elementos: as preferências individuais, os limites do mercado matrimonial, e as influências dos grupos a que pertencem os membros do casal, que ajudam a construir tais preferências e impõem limites extras – sociais, e não demográficos – ao universo de escolhas.

Lopez, Esteve e Cabré realçam que os processos modernizadores modificaram o significado do matrimônio e a forma como este se vincula com as estruturas de dominação e hierarquização. Isto se passa num contexto em que as mulheres alteram sua posição relativa nas relações familiares, pois reduzem sua fecundidade, aumentam sua participação no mercado de trabalho e passam a participar com igualdade, e em algumas dimensões superam os homens, do sistema educacional¹⁸². Em sua análise, que considerou também dimensões étnicas, raciais e migratórias, Lopez, Esteve e Cabré (2008) constata que a homogamia

¹⁸² “La mayoría de investigadores suele explicar los resultados de sus trabajos a partir de ciertas transformaciones vinculadas a los procesos de modernización e individualización. Entre los factores más mencionados sobresalen: 1) la incorporación de la mujer en distintos espacios de la vida pública, como por ejemplo los mercados laborales y el sistema educativo formal; 2) el paso de una sociedad en donde predominan los criterios adscriptivos de estatus (etnia, género u origen social) a una en donde predominan los criterios adquiridos (la ocupación o la educación); y 3) un lento proceso de erosión de los fundamentos mismos del sistema de dominación patriarcal. Teóricamente, estos factores amplían las posibilidades de tomar decisiones con respecto a una amplia gama de situaciones, fortaleciendo el papel que ejercen los mecanismos de mercado en la búsqueda de pareja.” (LOPEZ; ESTEVE; CABRÉ, 2008, p. 51)

educativa é o padrão dominante em seis países latino-americanos analisados, incluindo o Brasil. Na comparação entre 1970 e 2003, observam que a mudança mais dramática foi no nível superior onde as desigualdades educacionais entre homens e mulheres eram maiores: os autores constataam que, no caso do Brasil, salta de 0,60 para 1,30 a proporção entre número de mulheres por número de homens matriculados.

No Brasil, os estudos sobre seletividade conjugal enfatizaram a importância da cor na escolha do cônjuge (SILVA, 1987), e também o nível educacional (LAZO, 1991). A maior parte destes estudos conclui por uma alta taxa de endogamia, demonstrando que a eleição do cônjuge não é aleatória, mas sim obedece a um padrão de preferência por pessoas com características semelhantes. Optou-se por analisar aqui as dimensões de classe e escolaridade¹⁸³. A opção por analisar o grupo de mulheres de 15 a 54 anos mantém a uniformidade dos dados analisados no capítulo, conforme a disponibilidade de dados sobre nupcialidade, bem como permite evitar incluir na análise a inércia social que decorreria da consideração das uniões mais antigas.

Ao calcular a Taxa Geral de Endogamia (TGE), que se refere às pessoas que se casaram dentro de sua própria classe, constata-se que, utilizando oito classes, esta declina continuamente no período, acumulando uma variação de mais de 12 pontos no intervalo 1976-2012 (passa de 48,6 a 36%). Já a Taxa de Endogamia Ampliada (TEA), que abrange, além da diagonal principal, as uniões entre estratos adjacentes (ou seja, imediatamente superior ou inferior a cada classe), o percentual também se reduz em mais de 12 pontos no intervalo analisado (passa de 72,8 a 60,2%). Outro dado digno de nota é que as uniões tendem a respeitar a divisão social entre estratos manuais e não manuais, tendo se realizado respeitando esses limites em 81,1% dos casos em 1976, valor que decresce para 70,6% em 2012. Já para a educação, em 2012, 79,5% das uniões respeitam a linha entre até 4 e 5 ou mais anos de estudo, percentual que também declinou pois era 85,5% em 1976. A endogamia entre grupos de escolaridade é maior que a de classe, mas também se reduz no período analisado. Considerando cinco grupos de escolaridade, o percentual de união dentro do mesmo grupo cai 10 pontos percentuais entre 1976 e 2012 (de 59,8 a 48,1). Já as uniões que ocorrem entre grupos educacionais adjacentes (TEA – escolaridade) passam de 93,9 a 86,1% no período analisado.

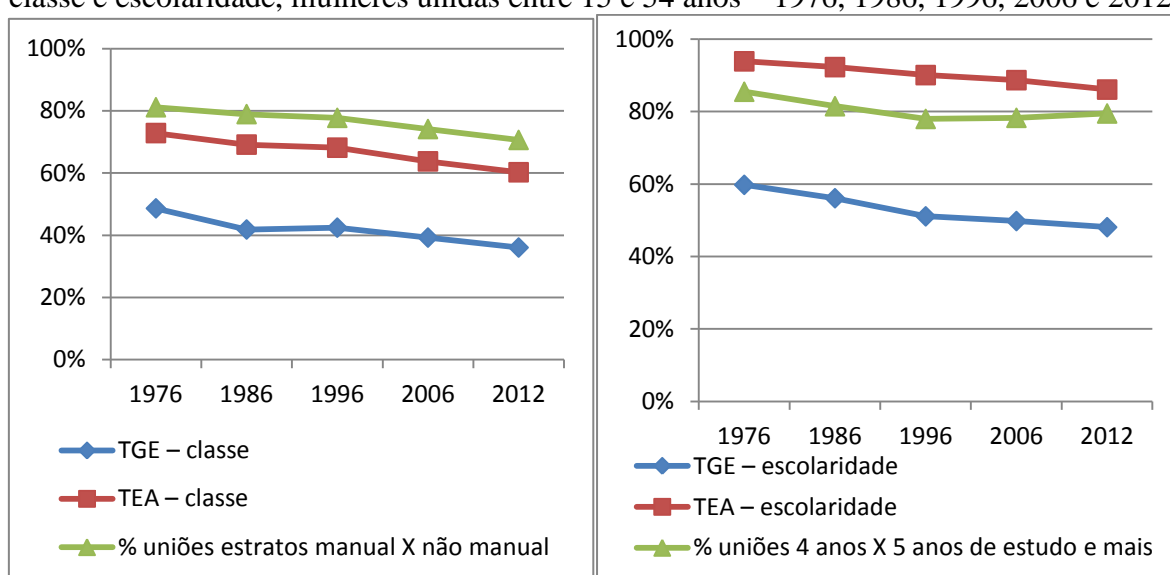
¹⁸³ Os dados para escolaridade abrangem toda a sociedade, enquanto no caso da classe só são considerados os casais em que a mulher também trabalha. Logo, apesar de todas as mulheres terem uma classe familiar, obtida de forma direta ou mediada, evidentemente, na discussão da endogamia por classe, apenas as mulheres engajadas no mercado de trabalho foram consideradas.

Tabela 3. Taxa Geral de Endogamia (TGE) e Taxa de Endogamia Ampliada (TEA) por classe e escolaridade, mulheres unidas entre 15 e 54 anos – 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012

	1976	1986	1996	2006	2012
<i>TGE – classe</i>	48,6%	41,8%	42,4%	39,2%	36,0%
<i>TEA – classe</i>	72,8%	69,1%	68,1%	63,7%	60,2%
<i>% uniões estratos manual X não manual</i>	81,1%	78,9%	77,7%	74,1%	70,6%
<i>TGE – escolaridade</i>	59,8%	56,1%	51,1%	49,8%	48,1%
<i>TEA – escolaridade</i>	93,9%	92,3%	90,1%	88,7%	86,1%
<i>% uniões 4 anos X 5 anos de estudo e mais</i>	85,5%	81,5%	78,0%	78,3%	79,5%

Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

Gráfico 10 - Taxa Geral de Endogamia (TGE) e Taxa de Endogamia Ampliada (TEA) por classe e escolaridade, mulheres unidas entre 15 e 54 anos – 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

A tendência de redução da endogamia pode ser considerada expressão de certa democratização das relações sociais, como antes constatado em análises por cor e escolaridade (SILVA, 1987, 2003). Analisando a interação entre barreiras ao casamento por cor e educação simultaneamente, Ribeiro e Silva (2009) notam menos barreiras e maior fluidez nas relações sociais na modernidade brasileira, onde manifesta-se “weberianamente o casamento como um indicador de sociabilidade ou contatos sociais entre diferentes grupos” (p. 34). Alertam, todavia, para a manutenção de barreiras no que tange a população com educação superior.

Interpretando os casamentos como um indicador da proximidade entre os grupos de cor, podemos concluir que, pelo menos na esfera da sociabilidade representada pela união matrimonial, há uma crescente tendência de aceitação de pessoas de grupos de cor distintos, sendo a proximidade de brancos e pardos significativamente maior do que a de pardos e pretos. Essas tendências são independentes do nível educacional dos cônjuges, ou seja, não são apenas um efeito da diminuição das desigualdades

educacionais entre brancos, pardos e pretos nem da crescente diminuição das barreiras educacionais ao casamento. Essas últimas barreiras, por sua vez, também estão diminuindo, o que indica que casamentos entre pessoas com níveis educacionais distintos são cada vez mais comuns.

As barreiras entre grupos educacionais adjacentes diminuíram significativamente entre 1960 e 2000, com exceção da barreira aos casamentos entre pessoas com segundo grau (9-11 anos) e universidade (12 anos ou mais), a qual está se tornando mais rígida, sobretudo por causa do aumento do número de mulheres alcançando educação universitária entre 1960 e 2000. (RIBEIRO, SILVA, 2009, p. 46)

Para detalhar o padrão de endogamia, optou-se por analisar os resíduos ajustados de forma a identificar os padrões de casamento favorecidos ou inibidos na estrutura social. Considerando que valores superiores a 1,96 indicam uma discrepância significativa ao nível de 5%, optou-se por destacar em vermelho os valores negativos e, em azul, os positivos, deixando sem marcação os valores inferiores a 1,96. Por outro lado, uma vez que se constatou um expressivo isolamento dos trabalhadores rurais, os quais apresentam valores muito altos (tendendo a crescer no período, variando de 67,9 a 104,7) para uniões endogâmicas¹⁸⁴ e valores significativamente negativos para uniões com quaisquer estratos urbanos, optou-se por analisar os resíduos ajustados apenas para os estratos urbanos.

Tabela 4. Classe da mulher (linha) pela classe do homem (coluna) - resíduos ajustados, mulheres unidas de 15 a 54 anos

1976	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	Classe 8
Classe 2	23,0	13,4	4,9	-7,5	-11,5	-16,4	-15,4
Classe 3	5,8	10,3	1,3	-4,0	-5,3	-5,7	-7,0
Classe 4	3,7	-1,0	6,5	-2,2	-1,0	-3,8	-2,8
Classe 5	-2,0	-1,4	-,3	10,7	-,3	-1,8	-1,2
Classe 6	-19,4	-13,6	-3,3	8,2	15,1	12,0	7,2
Classe 7	-7,1	-3,1	-3,9	-1,9	-,9	14,1	4,7
Classe 8	-9,2	-8,6	-5,1	-1,4	,4	7,6	25,0
2012	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	Classe 8
Classe 2	41,6	9,5	3,2	-9,8	-17,2	-23,5	-23,9
Classe 3	9,4	13,7	,5	-3,5	-6,8	-11,3	-10,9
Classe 4	-1,6	-2,7	14,3	-2,8	-,9	-3,1	-4,1
Classe 5	-3,4	-,9	-2,1	28,2	-2,0	-3,4	-4,3
Classe 6	-24,2	-4,9	2,6	4,8	20,8	4,9	1,3
Classe 7	-16,7	-10,3	-6,0	-3,6	-1,7	39,9	7,8
Classe 8	-19,9	-11,2	-8,5	-3,1	4,2	9,7	45,5

Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

¹⁸⁴ Historicamente, algumas razões contribuem para a maior incidência de endogamia no meio rural. No campo era mais comum inclusive o casamento entre parentes, fato para o qual concorre não só preferências na formação de alianças, mas também o relativo isolamento em que se encontram, já que grande parte dos moradores do meio rural são parentes entre si. Willems (1961) aponta que a prática de casar dentro da própria comunidade não se deveria a razões exclusivistas, já que não era comum conhecer pessoas de fora.

Nota-se estabilidade dos padrões de endogamia por classe, tendendo a ficar inclusive mais intensos na diagonal principal. Interessante notar (tabela 4) que, quando em ocupações masculinas, como as classes 4 e 5, as mulheres tendem a se casar com homens de seu próprio estrato. A linha separando estratos manuais e não manuais é clara, ocorrendo, por um lado, casamentos entre os estratos 2, 3 e 4, e, por outro lado, entre os estratos 5, 6, 7 e 8. Nota-se ainda que o aumento da tendência de endogamia é ainda mais forte nos dois extremos das classes urbanas, quase duplicando nas classes 2 e 8, e mais que duplicando na classe 7.

Tabela 5. Escolaridade da mulher (linha) pela escolaridade do homem (coluna) - resíduos ajustados, mulheres unidas de 15 a 54 anos

1976	0 anos	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e mais
0 anos	114,6	-36,7	-47,8	-33,5	-34,6
1 a 4 anos	-45,0	87,3	-21,1	-27,8	-43,6
5 a 8 anos	-47,8	-32,6	80,3	29,6	9,3
9 a 11 anos	-34,1	-38,4	15,3	61,0	66,6
12 e mais anos	-24,4	-34,4	-2,2	21,7	105,1
2012	0 anos	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e mais
0 anos	71,2	11,2	-10,7	-26,4	-18,7
1 a 4 anos	32,2	67,4	-5,2	-44,9	-33,4
5 a 8 anos	-2,6	15,2	48,7	-26,3	-40,0
9 a 11 anos	-33,2	-40,0	-5,9	71,0	-17,0
12 e mais anos	-26,5	-36,3	-36,8	-2,1	108,4

Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

A seletividade educacional, por sua vez, alcança especial interesse por agregar vários processos sociais incidentes na escolha do cônjuge, “dado que é simultaneamente uma consequência das condições familiares em que o indivíduo foi criado e também um determinante fundamental de suas possibilidades de realização no mercado de trabalho e, de uma forma geral, de seu modo de vida” (SILVA, 2003, p. 361). Silva lembra que a idade da união também afeta a escolha conjugal, quanto mais jovem, mais distante do término da escolarização e menor a probabilidade de que a escolha seja feita neste ambiente e, logo, menor a homogamia educacional. A convivência no espaço universitário entre os jovens que lhe têm acesso também tende a fazer da escolaridade uma variável mais importante que a classe de origem, democratizando o mercado matrimonial do ponto de vista da origem social.

A análise dos resíduos ajustados para endogamia educacional revela, além da esperada maior propensão a unir-se em sua faixa de escolaridade, que, se em 1976 havia maior permeabilidade entre os estratos de mais alta escolaridade, em 2012, os mais altos

níveis de educação possuem mais forte endogamia e são nos níveis mais baixos que há mais exogamia matrimonial.

Além de evidenciar barreiras entre grupos, a análise das características dos cônjuges oferece indicações sobre o grau de assimetria e desigualdade nas relações de gênero, representando uma medida indireta do potencial poder de barganha das mulheres em relação ao companheiro. A composição dos casais em aspectos como educação, renda e idade tem implicações do ponto de vista das relações de gênero, afetando as relações de poder e autoridade nos casais. Como realça Pinnelli em sua análise comparativa dos países desenvolvidos, idade no começo da união, educação e emprego são três aspectos cruciais para identificar desequilíbrios de gênero: “se a mulher é jovem no começo da união e o parceiro é muito mais velho, se suas qualificações escolares são baixas e as de seu parceiro mais altas, e a mulher não trabalha, espera-se que o desequilíbrio de gênero seja igualmente grande de outros pontos de vista” (2004, p. 76).

Na medida em que cresce a escolarização das mulheres unidas acompanhando o movimento de expansão da escolaridade na sociedade brasileira, bem como seu acesso a trabalho e renda, pode-se esperar maior autonomia nas suas decisões e maior capacidade de influência nas decisões familiares. Interessante por se tratar de uma área onde as desigualdades de gênero sempre foram – e continuam – muito fortes, vale citar um trecho do estudo da propriedade fundiária de Deere e León que ilustra bem o que está em questão quanto ao impacto do acesso a bens ou renda na melhoria do poder de barganha da mulher no casal ou no mercado matrimonial.

Há um corpo crescente de evidências de estudos de caso da América Latina, demonstrando que, se compararmos proprietárias camponesas com aquelas que não possuem terra, as proprietárias têm muito maior escolha de parceiros no casamento e conseguem uma posição muito mais forte ao negociar o seu casamento. Dentro dos casamentos, as proprietárias desempenham um papel muito maior, tanto na tomada de posição referentes à casa e à propriedade, inclusive decisões sobre produção e aquelas que governam a destinação daquilo que é produzido, e como é usada a renda assim gerada. A posse da terra pelas mulheres também foi associada com menores taxas de violência doméstica, pois as proprietárias estão em posição muito melhor para abandonar um parceiro abusivo, devido a sua posição mais forte na retaguarda; também lhes é mais fácil atrair outro cônjuge. (DEERE; LÉON, 2003, p. 146)

England (1997) considera que, na distribuição de poder no casal, a questão a ser enfatizada é que tipo de poder ou recurso a pessoa pode levar consigo ao sair da relação, pois é este poder que pesaria na balança no momento de ameaçar ou tomar uma decisão de saída. England realça que “empower” significa “give power to”, mas a definição depende do que se

entende por poder. Em sua visão, as situações objetivas relevantes para o poder podem ser conceituadas como recursos, considerando uma definição ampla de recursos, o que inclui não só dinheiro e propriedade material, mas também leis, regras institucionais ou normas informais favoráveis à igualdade de gênero. England esclarece que sua definição deixa duas questões em aberto: que os indivíduos podem não exercer o poder de que dispõem (ter poder é diferente de exercê-lo), e que as metas a serem escolhidas no exercício desse poder são culturalmente construídas. Ao observar o poder dentro do casamento de uma “perspectiva de barganha”, England faz o seguinte apontamento:

The basic idea is that bargaining power with a spouse is increased the more one's alternatives outside this relationship increase relative to the gains from staying in the relationship and the less one's partner's alternatives outside this relationship increase relative to the partner's gains from the relationship. Thus, contrary to how exchange theory is often portrayed, the notion is not simply that bargaining power is proportional to contributions. [...] How earnings differ from homemaking is not that one is a more important contribution than the other, but that earning power is portable if one leaves a marriage. [...] Thus, women's traditional roles in marriage are often provide things that they would not take away from their husbands in the case of a divorce (child rearing services), whereas men's role is to provide things that they will withdraw if the marriage ends. (ENGLAND, 1997, 4-5)¹⁸⁵

A tipologia de Hirschman de lealdade, saída e voz, como três diferentes tipos de vínculos ou relações sociais¹⁸⁶, é outro ponto de vista útil para pensar sobre as condições em que, diante da degradação ou decepção com um vínculo ou relação social, as pessoas optam por rompê-lo (saída), questioná-lo (voz) ou manter-se no vínculo (lealdade) na esperança, ativa (combinada ao uso da voz) ou passiva, de sua recuperação. O autor considera a família

¹⁸⁵ Os ganhos de poder femininos não precisam, no entanto, serem tratados como uma relação de soma zero, sendo melhor compreendidos como processos que afetam as relações familiares como um todo. O trabalho feminino, por exemplo, pode aliviar a responsabilidade financeira masculina, além de alterar o lugar da família na transmissão das desigualdades. No limite, o empoderamento das mulheres pode libertar também os homens dos estereótipos de gênero, permitindo a eles novas experiências emocionais. “Hay que tener en cuenta también que el empoderamiento de las mujeres representa un desafío para las relaciones familiares patriarcales o un desempoderamiento de los hombres o pérdida de la posición privilegiada en que los ha colocado el patriarcado. Kannabiran, citada por Batliwala, señala que “el empoderamiento ha ocurrido cuando cruza el umbral del hogar”. Ello significa que se produce un cambio en la dominación tradicional de los hombres sobre las mujeres, en cuanto a control de sus cuerpos, su sexualidad, su movilidad, el abuso físico y la violación sin castigo, el abandono y las decisiones unilaterales masculinas que afectan a toda la familia. Visto de otra manera, el empoderamiento de las mujeres libera y empodera a los hombres en lo material y lo psicológico, ya que la mujer logra acceder a recursos materiales en beneficio de la familia y la comunidad, y entran a compartir responsabilidades, y también debido a que se permiten nuevas experiencias emocionales para los hombres y lo libera de estereotipos de género. En suma, el empoderamiento de las mujeres en las relaciones cercanas implica no sólo cambio de los comportamientos y experiencias de ellas, sino de su pareja y de los otros.” (LEÓN, 2000, p. 204)

¹⁸⁶ A tipologia foi originalmente empregada para compreender os mecanismos que permitem uma instituição – sobretudo as econômicas e políticas – mudar (ou se recuperar após, por exemplo, um declínio de qualidade) em virtude da pressão exercida pelo risco de perda de adeptos (saída), de questionamento (voz), bem como a proteção ao declínio da instituição exercida pelos membros que se mantêm a ela ligados por acreditarem numa recuperação (lealdade). Contudo, sua análise tem sido extrapolada para outros vínculos sociais, sendo passível de aplicação inclusive aos relacionamentos familiares, como sugerido pelo autor em algumas passagens.

entre os grupos tradicionais, aqueles que são capazes de impor altas penalidades para a saída, reduzindo a força de uma das mais poderosas armas de seus membros que é a ameaça de saída (1973, p. 98). Escrito no início dos anos 1970, o livro certamente superestima a presença na família de “barreiras institucionais à saída” – “parece ser esta a maior razão dos complicados processos de divórcio, envolvendo perda de tempo, dinheiro e saúde” (1973, p. 84) – num contexto em que a dissolução de vínculos não contava com muita legitimidade. A substituição de uma legislação restritiva por outra mais flexível ao divórcio deixa claro que as restrições a romper vínculos familiares só permanecem quanto aos vínculos intergeracionais, para os quais são previstas maiores responsabilidades legais. Com o *exit* facilitado, este torna-se cada vez mais uma ameaça ou uma situação de fato¹⁸⁷.

Num contexto institucional em que estão melhor garantidos os direitos das mulheres de entrarem e saírem das uniões, as características dos cônjuges podem ser pensadas, portanto, como *proxies* do poder de barganha de cada qual na relação ou ainda como capacidade de *sair* de uma relação insatisfatória ou mesmo reivindicar mais *voz*, ao invés da esperada *lealdade* das relações familiares, para falar em termos do esquema de Hirschman (1973).

Nota-se (gráfico 11) um movimento progressivo, entre 1976 e 2012, de incorporação das mulheres unidas ao mercado de trabalho¹⁸⁸. No passado, existia a expectativa de que a mulher trabalhasse quando solteira, mas se retirasse do mercado de trabalho quando se casasse ou quando tivesse filhos, só retornando quando estes crescessem e atingissem a idade escolar (então 7 anos), ou seja, era esperado que processos familiares limitassem as chances das mulheres terem autonomia econômica. Observa-se um padrão em que as mulheres unidas das classes baixas urbanas são as que apresentam menor presença no mercado de trabalho. Este padrão tende a agravar as desigualdades sociais, já que a crescente participação das mulheres dos estratos altos é garantia de famílias com dois rendimentos, favorecendo também que mais recursos sejam investidos em menor número de filhos.

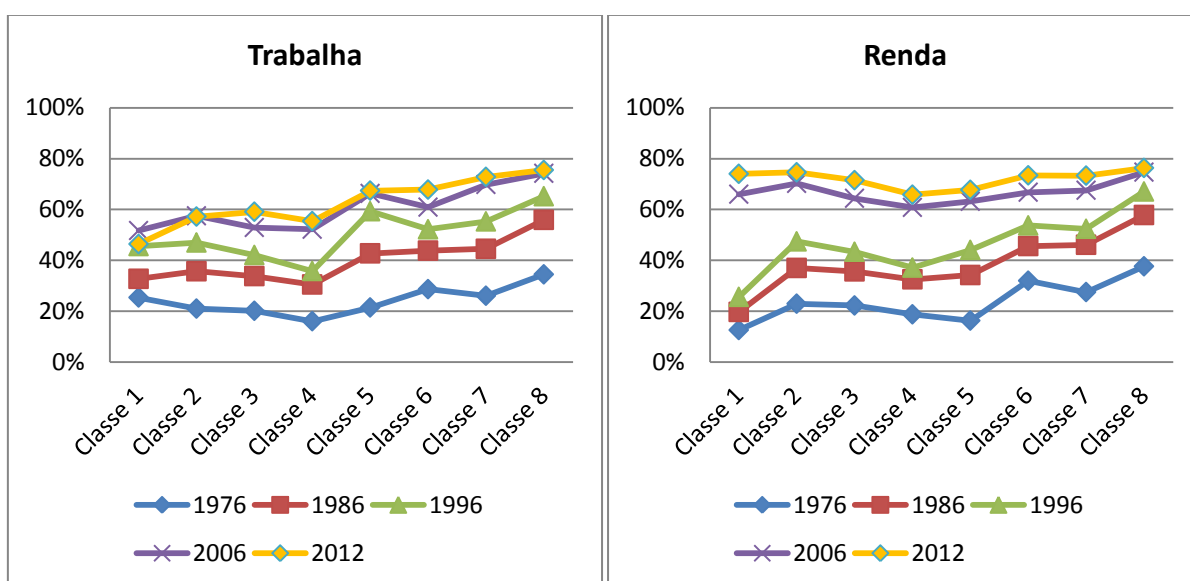
¹⁸⁷ Existem barreiras à saída, que podem ser de tipo institucional ou informal, neste caso trata-se da lealdade. A lealdade supõe uma aposta na possibilidade de recuperação de uma relação, sendo característico da lealdade resistir à saída, apesar do descontentamento. A saída, mecanismo típico da racionalidade no mercado, pode ser objeto de censura moral, encarada como deserção ou traição, quando existe a expectativa de lealdade. Para Hirschman, o mecanismo típico da família tende a ser a voz, visto que ela se inclui entre os grupos com preço de entrada nulo (ele indica que, tal como a nação, a entrada se dá pelo nascimento, desconsiderando as relações familiares resultantes da afinidade, como é o caso da união), uma vez que “o fato de se pertencer totalmente por direito de nascimento, alimenta a voz e compensa a impossibilidade de ameaçar a saída” (1973, p. 99) – essa impossibilidade de saída, todavia, só existe para a relação pais-filhos. Trata-se, então, de indagar como ficam a lealdade e a voz na família na medida em que se desfazem as barreiras à saída ou esta é mesmo legitimada.

¹⁸⁸ A única exceção é um ligeiro recuo do trabalho das mulheres unidas da classe 1 entre 2006 e 2012.

Observa-se também um crescimento progressivo do percentual de mulheres que têm renda de alguma fonte, incluindo não apenas renda de trabalho mas também benefícios de políticas sociais, como o Programa Bolsa-família, aspecto que será retomado no capítulo 7.

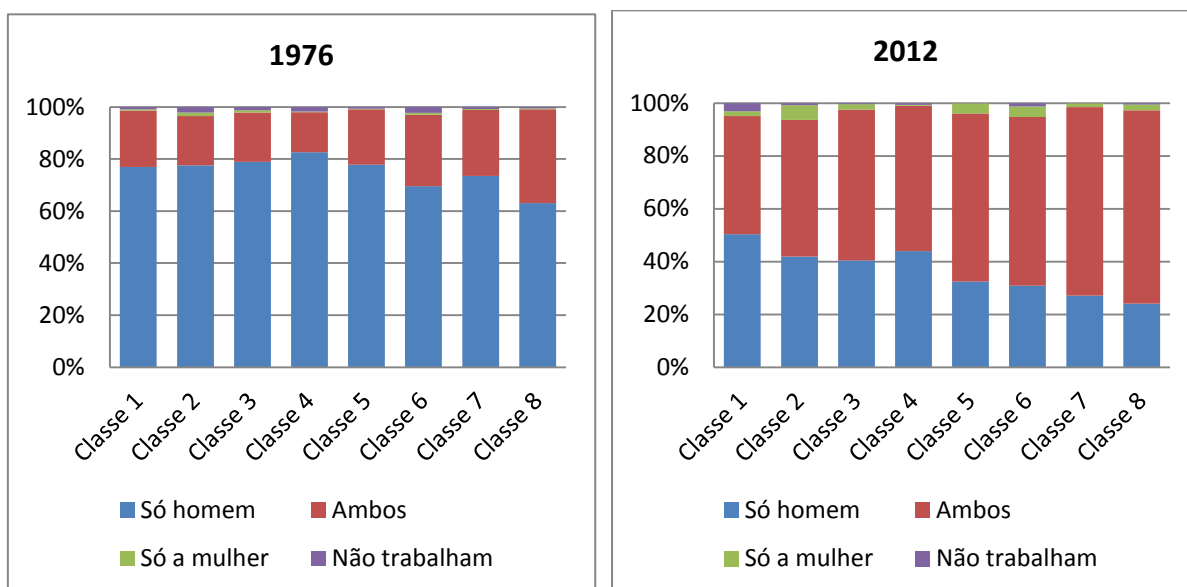
O fato de que as mulheres unidas mais frequentemente trabalhem representa uma profunda subversão do padrão familiar tradicional, comumente descrito como homem provedor – mulher dona de casa. É marcante e generalizado o crescimento dos casais com dois provedores (gráfico 12). Se em 1976, em todas as classes, em 70% ou mais dos casais existia apenas o homem como provedor, em 2012, este percentual caiu para um máximo de 50% (classe 1) e um mínimo de 24% (classe 8). Ambos os cônjuges trabalham em 44% dos casais da classe 1 e 73% da classe 8, observando-se que a situação de coprovedores cresce à medida que se observam os estratos mais altos.

Gráfico 11. Percentual de mulheres unidas de 15 a 54 anos que trabalha e percentual que têm renda por classe social, 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

Gráfico 12. Composição dos casais (com mulheres com 15 a 54 anos) do ponto de vista da inserção dos cônjuges no mercado de trabalho por classe, 1976 e 2012



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

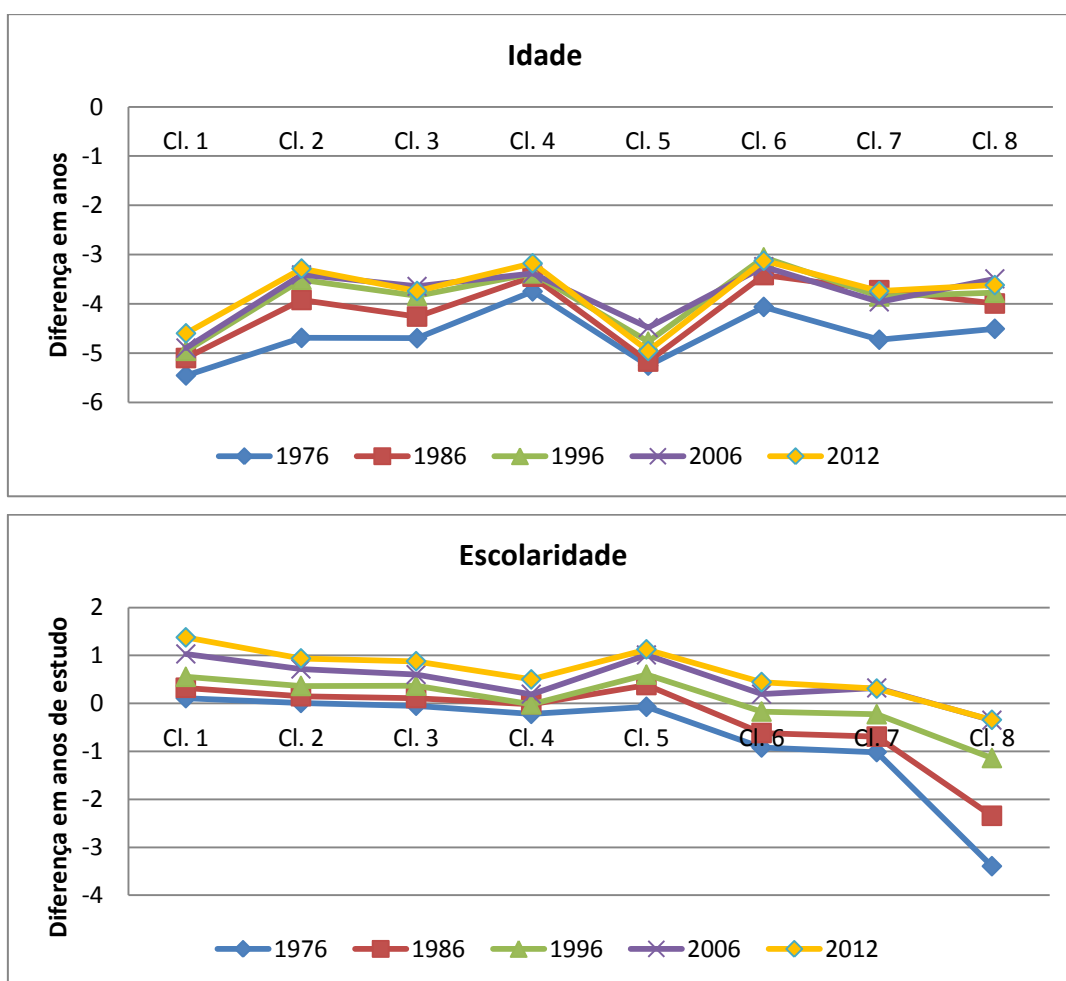
Por outro lado, quando se considera a composição dos casais do ponto de vista da educação, idade e renda (gráfico 13), nota-se o mesmo movimento de elevação da posição relativa da mulher. Embora ainda prevaleçam os arranjos em que os homens são mais velhos e tem maior renda, nota-se que as diferenças vem se reduzindo. A reversão do hiato educacional de gênero (BELTRÃO; ALVES, 2009) também se expressa dentro dos casais. A maior redução das desigualdades educacionais é observada na classe 8, o que reflete o crescimento da escolaridade superior nas classes mais altas. Nota-se que nas classes baixas, apesar da baixa escolaridade das mulheres, elas sempre estiveram em posição relativamente superior a seus maridos, se comparadas às classes não manuais, onde a maior igualdade dos cônjuges é uma conquista mais recente.

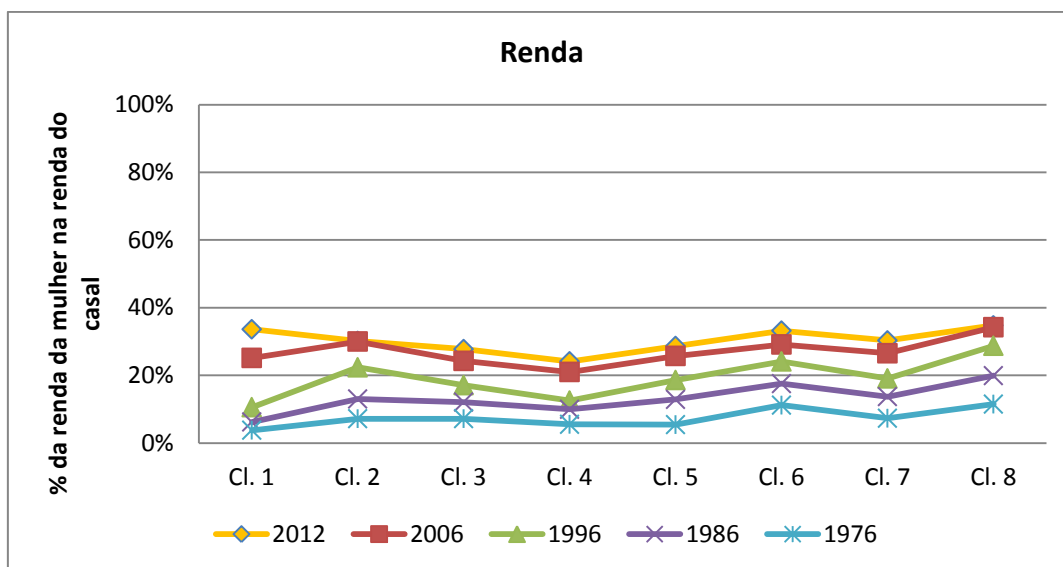
As diferenças de idade entre os cônjuges são em geral associadas a diferenças de autoridade dentro do casal, expressando padrões culturais que estruturam as relações de gênero. Se no passado, era revolucionário que os cônjuges tivessem idades próximas, hoje já se observa a presença de casais em que as mulheres são mais velhas, dado que expressa uma maior porosidade no mercado matrimonial e constitui uma clara afronta ao sistema de autoridade que tradicionalmente vigia nos casais.

Quando se observa as diferenças de idade entre os cônjuges, nota-se que esta tende a se reduzir, mas os homens ainda são em média entre 3 (na classe 6) e 5 (na classe 5)

anos mais velho que suas esposas. A expectativa das próprias mulheres de que o arranjo ideal seria aquele em que os homens fossem alguns anos mais velhos, o que Bozon (1990) chama de “dominação consentida” parece ser ainda um traço forte mesmo que declinante. Hertrich e Locoh notam que o diferencial de idade subjugava as mulheres duplamente, somando a assimetria de gênero e geracional. Notam que o diferencial de idade entre os cônjuges está ligado à idade de entrada em união da mulher, atingindo valores em média entre 3 a 5 anos na América Latina (2004, p. 113). Casterline et al. (1986), situando a América Latina (sem incluir o Brasil) frente a outros países pouco desenvolvidos, apontam que as diferenças de idade entre os cônjuges tendem a ser menores aqui, além de encontrar-se no continente maiores proporções de mulheres mais velhas que o marido. No nível agregado, estas menores diferenças de idade parecem estar associadas a um maior status da mulher nos países da América Latina, medido por indicadores como seu nível de instrução.

Gráfico 13. Diferenças médias de idade e escolaridade nos casais e média da participação feminina na renda do casal, mulheres unidas de 15 a 54 anos, 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012





Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

Nota-se que no Brasil a escolaridade das mulheres é em média superior a de seus cônjuges, tendência comum às classes manuais desde 1976, mas que só é acompanhada pelas classes 6, 7 e 8 no período mais recente, já que nos estratos não manuais era mais comum que a escolaridade masculina fosse superior à feminina, num contexto em que o homem era frequentemente o único provedor e deles era logicamente esperada escolaridade mais elevada compatível com a inserção nas classes mais altas. Já a renda média das mulheres unidas como percentual da renda do casal, ainda que cresça continuamente em todas as classes, continua a representar menos de 40%, condição que tende a ser um pouco menos desigual nos extremos da hierarquia de classe (34% nas classes 1 e 8 em 2012).

Considerando ainda os casais com mulheres de 15 a 54 anos, os diferenciais podem ser analisados também segundo a composição dos casais quanto às situações em que o homem tem qualificações superiores (hipergamia, segundo o modelo de família tradicional), inferiores (hipogamia, em que as mulheres têm posição superior, invertendo as expectativas tradicionais) ou semelhantes (homogamia).

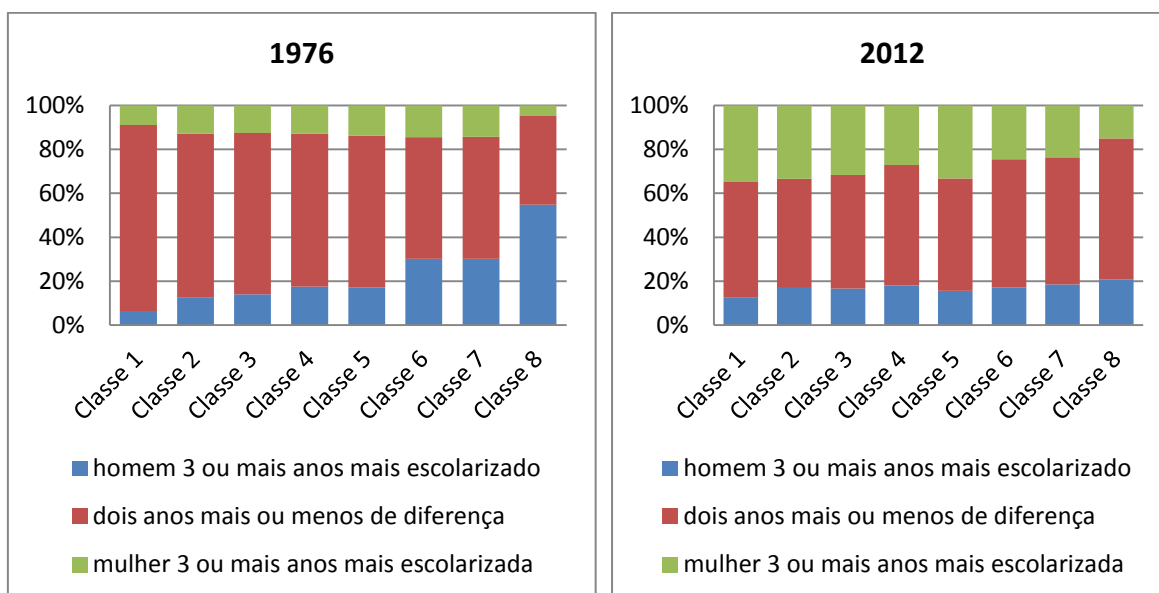
Conforme o gráfico 14, em 1976, a hipergamia quanto à educação (homem 3 ou mais anos mais escolarizado que a mulher) era muito maior nas classes mais altas (variando de 6 a 55%), mas hoje atinge entre 13% (classe 1) e 21% (classe 8). O percentual de casais em que as mulheres são três ou mais anos mais escolarizadas que os homens mais que duplica em todas as classes, atingindo um máximo de 35% na classe 1 e um mínimo de 15% na classe 8. Se em 1976 era mais comum nas classes mais baixas que os cônjuges tivessem níveis de

escolaridade semelhantes, hoje a situação de homogamia é mais comum nos estratos superiores, variando de 50% na classe 2 a 64% na classe 8.

A composição por idade dos casais (gráfico 15) não se altera muito, representando 50% ou mais dos casos as uniões em que os homens são 3 ou mais anos mais velhos que as mulheres. Ainda que cresça ligeiramente o percentual de uniões em que a mulher é três ou mais anos mais velha, o percentual de casais hipogâmicos quanto à idade representam apenas entre 9 e 14%.

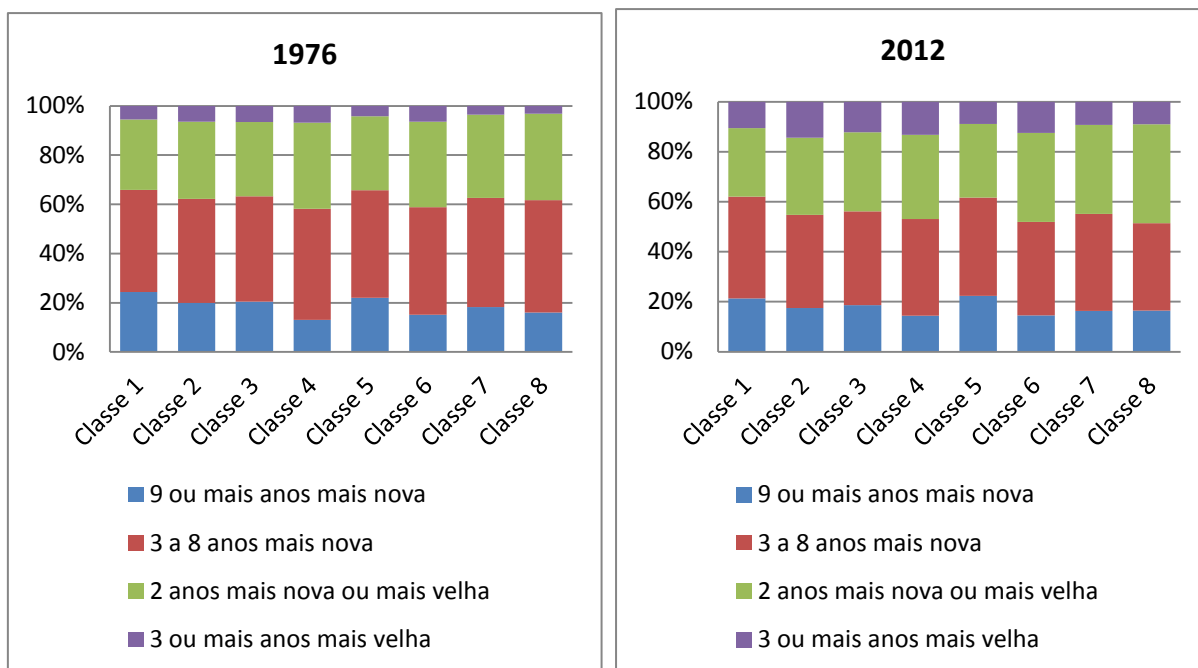
Conforme se observa no gráfico 16, se em 1976 predominavam fortemente (mais de 70%) os casais em que as esposas não tinham renda, em 2012 predominam (entre 30 e 40% do total) aqueles em que a mulher tem até 40% da renda do casal e crescem também os casais em que as mulheres detêm entre 40 e 60% da renda do casal (entre 20 e 30% dos casais). Nota-se que é pouco expressivo o percentual de casais em que as mulheres detêm mais de 60% da renda do casal (entre 13 e 17%), sendo os maiores percentuais de mulheres que detêm a maior parte da renda do casal encontrados nos extremos, nas classes 1 e 8, onde chegam a representar 17% dos casais em 2012.

Gráfico 14 – Hiper, hipo ou homogamia dos casais quanto à educação¹⁸⁹ por classe, 1976 e 2012

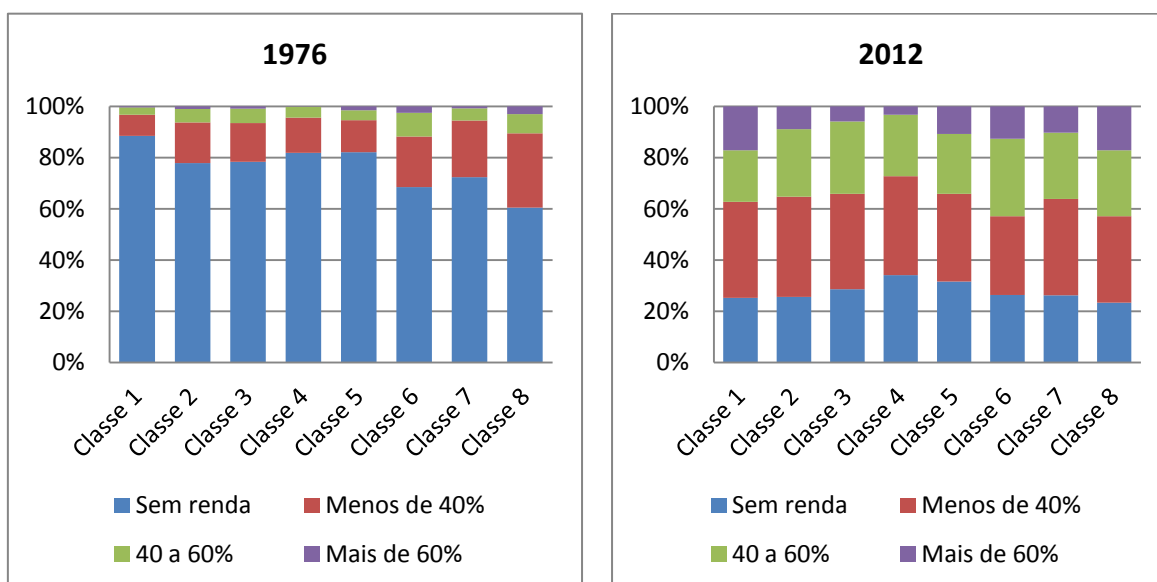


Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

¹⁸⁹ Já que a endogamia educacional é o mais comum, interessou verificar os casos em que as mulheres são significativamente mais escolarizadas que os seus cônjuges. Como na maior parte das vezes é o homem que define a classe familiar, observa-se que as diferenças de educação a favor do homem crescem com a classe.

Gráfico 15 – Hiper, hipo ou homogamia dos casais quanto à idade por classe, 1976 e 2012

Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

Gráfico 16. Hiper, hipo ou homogamia dos casais quanto à renda por classe, 1976 e 2012

Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

Marri e Wajzman (2007) também constataram, para 2004, que, nos casais com dupla renda, as situações em que as mulheres são as principais provedoras ou têm maior contribuição na renda do casal são mais frequentes nos decis mais baixos de renda: “O

fenômeno dos sobre-rendimentos das esposas, apesar de concentrar na cauda inferior da distribuição de renda, não se restringe a ela” (MARRI; WAJNMAN, 2007, p. 33). Embora discutam a literatura que afirma que a contribuição da mulher na renda aumenta seu poder de barganha, notam que o fato da mulher se tornar principal provedora não leva a uma revisão da divisão do trabalho doméstico¹⁹⁰. Como será tratado no capítulo 8, o trabalho e a renda feminina não necessariamente alteram a divisão do trabalho doméstico, na ausência de maiores transformações nas normas culturais e estruturas institucionais (por exemplo, cuidado público) sobre este aspecto.

Ainda que os dados revelem uma tendência de mudança contínua, que ocorre em todas as classes, em direção a uma posição relativa melhor das mulheres em relação a seus companheiros, as situações em que as mulheres ocupam uma posição claramente superior ainda são pouco frequentes. As situações em que se subverte completamente o padrão antes habitual em que homens tinham idade, escolaridade e renda superior às mulheres são minoritárias. Ainda que se esteja longe de ser uma reversão do equilíbrio de gênero num intervalo de 1/3 de século, os gráficos mostram mudanças graduais em direção a uma maior autonomia econômica das mulheres e uma maior paridade de escolaridade, idade e renda nos casais. O percentual de casais em que as mulheres são três ou mais anos mais velhas que seus companheiros, três ou mais anos mais escolarizadas e responsáveis por mais de 60% da renda do casal é pequeno, mas crescente.

Ao analisar a hipótese da independência econômica, segundo a qual a crescente educação e o crescente poder de ganho das mulheres seriam os catalisadores do adiamento na formação de família¹⁹¹, Domínguez-Folgueras e Castro-Martín (2008) consideram que estes efeitos variam conforme os contextos, sendo mais prováveis em sociedades com inconsistência entre os níveis de igualdade de gênero nas esferas públicas e privada, defendendo que o efeito da educação e do potencial de ganho econômico, variáveis

¹⁹⁰ Zuleica Oliveira, analisando a participação de homens e mulheres na provisão de suas famílias, observa que, apesar do crescimento da participação feminina como co-provedora ou provedora principal, elas não vêm sendo beneficiadas pelo prestígio social de sua condição, o que decorre da resistência do patriarcalismo no plano simbólico. “Cabe ressaltar que o homem referência já não é mais o único provedor e, em alguns casos, não é mais o provedor principal, como no grupo dos mais escolarizados. Mas, apesar disso, a função de provedor continua sendo associada no plano simbólico, ao papel da pessoa de referência na família. E como esse papel é de atribuição masculina, a função de provedor continua também expressando a figura masculina. Essa associação faz com que a presença significativa da mulher cônjuge assalariada em tempo integral na co-provisão das famílias encabeçadas pelo homem referência não tenha ainda a necessária visibilidade social.” (2005, p. 145).

¹⁹¹ Deve-se realçar que esta relação deveria ser considerada recíproca pois as mulheres também mudam suas famílias para ter mais independência.

tradicionalmente empregadas na hipótese da independência econômica, são contingentes ao regime de gênero da sociedade ¹⁹².

Os desafios de relacionar as mudanças nas famílias aos processos de autonomização das mulheres são maiores no caso da nupcialidade. Para reprodução, há mais consenso sobre o fato de que controlar a fecundidade é a mulher ganhar poder sobre suas vidas; o que também se aplica a não sofrer violência, receber mais educação e ter mais acesso a trabalho e renda. As implicações para a autonomia das mulheres do fato de não se unir ou viver em união estável ao invés de formal não é algo sobre o que exista consenso, ainda que se realce a importância de ter igualado direitos, as mulheres podem ser mais autônomas à medida que possam escolher não se casar ou adiar esta decisão, mas igualmente porque têm mais condições (até por sua capacidade de trabalho) de se casar, quando o quer. Ciente desta diversidade de situações, é que se pode analisar o equilíbrio de poder nos casais, o potencial poder de barganha e capacidade de *exit* das mulheres, e também a questão da violência.

Processos simultâneos, nas esferas privada e pública se interceptam para gerar uma melhor condição para as mulheres barganharem suas relações de gênero. Por um lado, novas trajetórias familiares, com entrada mais tarde em união e menores diferenças de idade entre os cônjuges. Por outro lado, os avanços femininos em educação, participação no mercado de trabalho e renda. Juntos esses processos repercutem em menor assimetria nos casais, favorecendo mudanças nas relações de poder e autoridade nos casais.

A análise das mudanças nas práticas de nupcialidade e na composição de casais deve ser complementada pela consideração do problema da violência de gênero visto que sua criminalização é outra dimensão da construção da autonomia feminina, como tratado a seguir.

¹⁹² “Educational attainment appears to deter marriage mostly in societies where improvements in women’s economic opportunities have not been accompanied by an important reorganization of men’s and women’s responsibilities within the family, increasing the opportunity costs of union formation.” (DOMÍNGUEZ-FOLGUERAS; CASTRO-MARTÍN, 2008, p. 1514). Esta hipótese é empregada para analisar o paradoxo de baixa fecundidade e padrões tradicionais de família no sul da Europa, o que alguns autores relacionam à fraqueza do Estado Social, à importância da família como proteção social e ao legado histórico dos laços fortes de parentesco. As autoras lembram que embora seja comum considerar que os países da Europa do sul sejam tradicionais, exceto pela baixa fecundidade, tem havido mudanças importantes. As autoras acrescentam a variável ter residido pelo menos um ano fora da casa dos pais, a qual reduz a chance de casar, mas aumenta a de coabitar. Embora não exista consenso a respeito, estudos sugerem que atitudes igualitárias estão positivamente associadas com a decisão de coabitação. As autoras notam que as mulheres com mais potencial de ganho podem ser mais seletivas com parceiros quanto à igualdade na divisão do trabalho doméstico e usar a coabitação como um processo de triagem para escolher parceiros mais igualitários.

2.1.3 Violência contra a mulher: ícone do patriarcado e/ou paradoxo do empoderamento?

Dentro das tendências contemporâneas de judicialização das relações familiares e dos conflitos de gênero, que inclui a afirmação de direitos de família e a proteção a membros considerados vulneráveis como crianças e mulheres (SINGLY, 2007), a superação da violência contra mulher é uma dimensão central para a construção da autonomia feminina e vem ganhando crescente espaço na agenda política¹⁹³. Na medida em que a presença ou a ameaça de violência constringe as ações das mulheres, este é considerado um dispositivo político-cultural de dominação, que impede o gozo de direitos e liberdades em igualdade com os homens.

A violência contra a mulher foi importante objeto de mobilização feminista nos anos 1970 no Brasil, quando muitos assassinatos de mulheres ficavam impunes apoiados em argumentos de honra. Crimes famosos geraram intensas mobilizações¹⁹⁴, com faixas e piquetes feministas em frente aos fóruns com o slogan “Quem ama não mata”. O movimento feminista foi, assim, um ator importante na construção da noção de violência contra a mulher e de violência doméstica como crime, favorecendo a emergência de uma agenda política em torno da questão e resultando em avanços na legislação e na infraestrutura – pública e da sociedade civil - para o enfrentamento da violência contra a mulher.

Principal política pública de atendimento à mulher vítima de violência, as Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAMs) surgem favorecidas pelo contexto da Segunda Onda do Feminismo e da redemocratização do país, tendo a primeira

¹⁹³ Embora se trate aqui especificamente da questão da violência, deve-se notar que existe uma tendência geral de judicialização das relações familiares, que inclui outros direitos de família, igualdade de gênero entre os cônjuges e direitos dos filhos.

¹⁹⁴ Alguns casos são analisados por Eluf na obra *A paixão no banco de réus*. Um exemplo foi o caso do assassinato de Ângela Diniz por Doca Street, absolvido no primeiro julgamento, mas que sofreu a pressão do movimento feminista para sua efetiva condenação, bem como teve repercussão na visibilidade de outras denúncias. “Os movimentos feministas fizeram grandes protestos, a acusação recorreu e Doca foi novamente levado a julgamento, dois anos depois, em novembro de 1981. [...] Dessa segunda e última vez, Doca foi condenado, por homicídio qualificado, a quinze anos de reclusão. O júri entendeu, por 5 votos a 2, que ele não agiu em legítima defesa de direito algum, muito menos de sua honra ferida” (ELUF, 2003, p. 69). Igualmente importante foi a mobilização em torno da morte da atriz Daniella Perez, pois “deve-se a um movimento liderado pela mãe de Daniella, Glória Perez, a inclusão do homicídio qualificado no rol dos crimes hediondos, previstos na Lei n. 8.072/90.” (ELUF, 2003, p. 92), com tratamento legal mais severo, não havendo possibilidade de fiança, nem de cumprir a pena em regime aberto ou semiaberto. Outra faceta dessa personalização que permite uma identificação com casos individuais é o emprego de nomes de vítimas de violência nas leis: é o caso não só de Maria da Penha, mas também da nadadora Joanna Maranhão que dá seu nome a lei 12.650, que altera as regras sobre a prescrição do crime de pedofilia, estupro e atentado violento ao pudor praticados contra crianças e adolescentes, cujos prazos agora só começam a ser contados quando a vítima completa 18 anos (caso o Ministério Público não tenha antes aberto ação penal contra o agressor). Trata-se de uma estratégia política interessante em seus efeitos, ao mostrar que mesmo ilustres passam por tais violências.

DEAM sido criada em 1985 em São Paulo¹⁹⁵. Como expõem Pasinato e Santos, a presença das delegacias especializadas torna-se crescente na sociedade brasileira: passam de 125 em 1993 para 307 em 2001, alcançando, em 2007, 403 unidades¹⁹⁶. A articulação entre segurança pública e saúde vem sendo também favorecida com o reconhecimento da violência como um problema de saúde pública (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999), diante dos impactos da violência na saúde física e psicológica das mulheres, com custos inclusive econômicos (faltas ao trabalho, por exemplo). Além disso, a atuação do Ministério da Saúde somou-se à luta contra a violência, em especial com a Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes (1999), a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Aborto (2005) e a Lei 10.778/2003, que instituiu a notificação compulsória de casos de violência contra as mulheres atendidas em serviços de saúde públicos e privados¹⁹⁷.

Pasinato e Santos (2008) realçam dois importantes marcos no enfrentamento da violência contra a mulher. Em primeiro lugar, a reforma do Código Penal aboliu expressões discriminatórias, como “mulher honesta”; revogou arcaísmos sexistas como os delitos de adultério, sedução e rapto, além de artigos que extinguíam a punibilidade mediante o casamento com a vítima; e tipificou o assédio sexual e a violência doméstica. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) apresenta-se como outro marco no enfrentamento da violência contra a

¹⁹⁵ Neste estado, havia também criado um Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi criado pela Lei 7.353 de 29 de agosto de 1985 e regulamentado pelo Decreto nº 6.412, de 25 de março de 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6412.htm>. Acesso em: 30 nov. 2014.

¹⁹⁶ Críticas persistem, uma vez que o atendimento ainda dista muito das demandas feministas de capacitação dos profissionais das DEAMs e humanização do atendimento condizente com a complexidade das situações de violência. O atendimento não é feito exclusivamente por mulheres como esperado, assim como não cessaram as falas machistas e grosseiras dos policiais (não necessariamente dos policiais homens). Outras demandas como Casas Abrigo ou assistência psicológica e social apontam para a necessidade de uma rede articulada de serviços que nem sempre funciona bem ou é concentrada em determinadas áreas reforçando as desigualdades sociais e espaciais no país. Uma pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública, citada por Pasinato e Santos permite visualizar o aparato institucional que responde hoje pela violência contra a mulher e realça onde caminhou ou não a integração da DEAM ao restante dessa estrutura de atendimento. “A articulação entre as delegacias da mulher, os Institutos Médico-Legais, o Judiciário (Juizados Especiais, Varas da Infância e Juventude, Varas de Família, Ministério Público e Defensorias) e serviços de saúde da rede pública e Conselhos Tutelares foi considerada como ótima ou boa por mais de 60% das delegacias pesquisadas. No extremo oposto dessa avaliação – ou seja, casos em que a articulação é péssima ou nem mesmo existe – encontram-se Casas Abrigo, Núcleos e Postos de Atendimento à Mulher, ONGs e Conselhos de Direitos da Mulher. A avaliação como péssima ou inexistente também apareceu para mais de 60% das delegacias que participaram da pesquisa” (PASINATO; SANTOS, 2008, p. 29).

¹⁹⁷ “Os serviços de saúde –hospitais e postos de saúde– representam uma importante porta de acesso à justiça, em sua concepção mais ampla, para as mulheres em situação de violência. Essa entrada caracteriza-se particularmente por duas situações: mulheres vítimas de violência doméstica que não desejam acionar o serviço policial e judicial; mulheres vítimas de violência sexual (principalmente aquela praticada por autores desconhecidos) que se sentem envergonhadas perante a autoridade policial, mas procuram os serviços de saúde para fazer a profilaxia de DST/AIDS e de contracepção de emergência” (PASINATO; SANTOS, 2008, p. 30).

mulher na sociedade brasileira. As autoras realçam dois eventos que ajudaram a impulsionar a criação da Lei Maria da Penha. Em primeiro lugar, surgiram muitos protestos contra a banalização da violência contra a mulher a partir da Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099), de 1995, pois tais violências foram tratadas como de menor potencial ofensivo e os agressores “punidos” com penas como cestas básicas ou multas irrisórias. Outro fator foi que, em 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos responsabilizou o governo brasileiro no caso de Maria da Penha – vítima de violência do marido cuja história a erigiu em ícone de uma luta e nome de uma lei – primeiro caso de aplicação da Convenção de Belém do Pará¹⁹⁸ que criou um importante precedente na luta pela defesa dos direitos femininos no continente americano.

Outro encaminhamento importante na legislação brasileira é a tipificação do feminicídio como crime hediondo pela Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. O feminicídio é definido como homicídio qualificado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. “Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher”¹⁹⁹.

Atualmente, a persistência de situações de impunidade leva Pimentel, Pandjarian e Belloque (2006, p. 94) a afirmar que “a cultura da sociedade brasileira, que ingressa no século XXI, ainda entende como não recriminável a conduta de homens que matam ou ferem suas esposas, companheiras ou namoradas em nome de uma suposta honra conjugal ou familiar”²⁰⁰, numa atitude de proteção da família patriarcal em detrimento de seus integrantes, além do reforço ao sentimento machista de propriedade sobre a mulher²⁰¹. A

¹⁹⁸ Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”, adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/belemdopara.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

¹⁹⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 20 abr. 2015.

²⁰⁰ Note-se que a doutrina e a jurisprudência brasileira não reconhecem a honra conjugal ou da família, sendo a honra um atributo próprio e personalíssimo. Embora o Código Penal de 1940 continue em vigor, a Lei 11.106, de 28 de março de 2005 veio a alterar diversos artigos referentes aos crimes sexuais, pondo fim à figura penal do adultério, bem como a admissão do casamento com a vítima como reparação à violência sexual. Cai por terra também a figura da “mulher honesta” ou “mulher virgem” que representavam um desrespeito à liberdade sexual da mulher.

²⁰¹ As mudanças nas mentalidades no que diz respeito às relações de gênero comportam ambiguidade suficiente para que persistam ainda no século XXI não só a violência de gênero como também a absolvição dos homens sob o antigo argumento da defesa da honra. A sobrevivência de brechas legais que permitem esse tratamento, a discriminação e violência de gênero institucional presente na interpretação e aplicação da lei nos tribunais. A competência dos tribunais de júri é objeto de debate, já que mesmo quando os jurados absolvem o homicida em decisão contrária às provas dos autos, os Tribunais de Justiça dos Estados apenas podem anular a decisão dos jurados e determinar a realização de um novo julgamento pelo Tribunal de Júri, com novos jurados, que pode acabar por absolver novamente o homicida.

permanência da violência contra a mulher e do imaginário de honra são uma clara indicação de que séculos de patriarcado não se dissolvem facilmente, em prejuízo dos direitos humanos femininos e da integridade física e liberdade sexual das mulheres²⁰².

Com a tipificação penal e a ampliação nas últimas décadas da estrutura de atendimento de vítimas de violência, ainda que haja limites de cobertura²⁰³, favorece-se que esta deixe de ser uma questão privada, ingressando nas esferas da saúde e segurança pública. Com a evolução da legislação e a afirmação da violência contra a mulher como um tema da agenda política é possível que se tenha criado um clima mais propício para a denúncia, tornando mais visível um problema que tendia a ser subdeclarado e que expressa limites da mudança no equilíbrio de poder nas relações de gênero. Ciente das inúmeras limitações presentes nos dados²⁰⁴ sobre violência contra a mulher, propõe-se analisar brevemente sua incidência, considerando suas implicações para o equilíbrio de poder nas relações de gênero.

Nas últimas décadas muitos estudos vêm evidenciando a questão da violência de gênero, mas persistem muitos desafios para analisar um tema ainda tabu, em parte por falta de uma teoria social mais sólida que enquadre o problema dentro do quadro mais amplo da questão da desigualdade de poder entre homens e mulheres, bem como a carência de estudos sobre masculinidades ou outras estratégias investigativas que captem melhor o caráter relacional do problema. Castro e Riqueur (2003) fazem uma crítica das pesquisas de violência de gênero na América Latina que, a seu ver, estão mais voltadas para a denúncia do que para a produção de conhecimento que esclareça as causas da violência contra a mulher. Ao seu ver, nas análises quantitativas, despidas de uma teoria que as informe, incorre-se frequentemente na falácia metodológica de supor uma causa última estrutural (o patriarcado) e analisar variáveis individuais (buscando caricaturas de indivíduos vítimas ou agressores). Defendem, ao contrário, que se passe da análise do indivíduo para a família, tratando a violência a partir do desequilíbrio de poder nos casais: “si se acepta que la violencia de género es un problema relacional y específicamente de acceso y uso desigual de diversos recursos entre lós integrantes de una pareja y/o al interior del hogar, sobre lo que habría de preguntar es acerca del poder en las relaciones de género” (CASTRO; RIQUEUR, 2003, p. 138). Ademais, na

²⁰² Liberdade sexual afirmada mais fortemente desde os ventos contraculturais dos anos 1960, mas ainda hoje não plenamente aceita, dados os preconceitos e estereótipos de gênero ainda existentes.

²⁰³ A rede de apoio está concentradas nas áreas urbanas das grandes cidades. Ver, por exemplo, Scott, Rodrigues e Saraiva (2010), para uma abordagem das dificuldades de acesso a justiça por parte das mulheres vítimas de violência na zona rural.

²⁰⁴ Trata-se de uma problemática para a qual persistem inúmeros problemas de registro, ainda que existam pressões para melhorá-las, sobretudo diante da necessidade de informes preconizados por conferências internacionais das quais o Brasil é signatário.

busca de estatísticas infladas para fortalecer a denúncia feminista da violência contra a mulher, os estudos de prevalência em geral não avaliam a severidade da violência, moderada e episódica em alguns casos, e grave e crônica em outros, diferença que afetaria tanto a prevenção quanto o próprio encaminhamento de soluções para as mesmas. Castro e Riqueur realçam ainda que é preciso diferenciar desigualdade de gênero de violência de gênero, entendendo a última como uma consequência extrema da primeira.

As desigualdades de gênero que definem lugares e experiências distintas em torno de representações de feminilidade e masculinidade também implicam diferenças entre a violência contra a mulher e a violência em geral, bem como diferenças em relação à violência a que são acometidos os homens. A análise da vitimização²⁰⁵ diferenciada para homens e mulheres deixa claro o quanto a esfera doméstica e familiar ainda é fonte de opressão para as mulheres. Os dados nacionais mais recentes sobre vitimização provêm da PNAD de 2009, permitindo mostrar que, no caso das agressões físicas em geral, as mulheres são menos frequentemente vítimas de agressão do que os homens, mas o perfil da violência sofrida é nitidamente distinto.

Os homens são mais agredidos por pessoas desconhecidas (46%), seguidos de pessoas conhecidas (39,3%) e policiais (6%), enquanto as mulheres são agredidas em primeiro lugar por pessoas conhecidas (32,2%), seguidas de pessoas desconhecidas (29%) e de cônjuge ou ex-cônjuge (26%). Considerando que a categoria pessoa conhecida pode abranger parceiro íntimo que não seja cônjuge e ex-cônjuge, somando também parentes, chega-se ao fato de que 70% das agressões sofridas pelas mulheres provêm de suas relações pessoais, enquanto para os homens o número seriam 47%.

Tabela 6 – Características da vitimização por agressão física por sexo, Brasil, 2009, pessoas de 10 anos e mais²⁰⁶

		Homens	Mulheres
Vitimização	Foi vítima de agressão física no ano de referência	1,8%	1,3%
Agressor	O agressor na última vez foi pessoa desconhecida	46,4%	29,1%
	O agressor na última vez foi policial	6,0%	1,3%
	O agressor na última vez foi segurança privada	,7%	,2%
	O agressor na última vez foi cônjuge/ex-cônjuge	2,0%	25,9%
	O agressor na última vez foi parente	5,6%	11,3%
	O agressor na última vez foi pessoa conhecida	39,3%	32,2%
Local	O local da última agressão foi própria residência	12,3%	43,1%

²⁰⁵ Pesquisas de vitimização são empregadas de forma a contornar os problemas de subenumeração (que se devem a diferentes causas, como dificuldade de acesso, desconfiança ou descrédito com a polícia) de casos nas estatísticas oficiais.

²⁰⁶ O percentual pequeno de casos não permite análise desagregada por classes.

	O local da última agressão foi residência de terceiros	3,6%	6,2%
	O local da última agressão foi estabelecimento comercial	11,3%	3,8%
	O local da última agressão foi via pública	56,4%	36,8%
	O local da última agressão foi estabelecimento de ensino	9,4%	6,9%
	O local da última agressão foi transporte coletivo	1,2%	1,2%
	O local da última agressão foi ginásio ou estádios esportivos	1,5%	,3%
	O local da última agressão foi outro	4,4%	1,8%
Recurso à polícia	Após a última agressão procurou a polícia	38,9%	51,5%
Razão do não recurso à polícia	Principal motivo pelo qual não procurou a polícia foi falta de provas	6,8%	7,1%
	Principal motivo pelo qual não procurou a polícia foi não era importante	20,8%	13,7%
	Principal motivo pelo qual não procurou a polícia foi não acreditava na polícia	13,9%	11,3%
	Principal motivo pelo qual não procurou a polícia foi não queria envolver a polícia	14,6%	19,6%
	Principal motivo pelo qual não procurou a polícia foi medo de represália	15,2%	18,8%
	Principal motivo pelo qual não procurou a polícia foi recorreu a terceiros	4,8%	4,6%
	Principal motivo pelo qual não procurou a polícia foi resolveu sozinho(a)	20,0%	18,6%
	Principal motivo pelo qual não procurou a polícia foi outro	3,8%	6,3%
Registro na polícia	Foi feito registro da última agressão em delegacia de polícia (inclui Delegacia Virtual)	86,1%	87,7%
Razão do não registro na polícia	Principal motivo pelo qual não registrou foi falta de provas	11,9%	8,4%
	Principal motivo pelo qual não registrou foi não era importante	9,3%	8,8%
	Principal motivo pelo qual não registrou foi não acreditava na polícia/desistiu	13,0%	7,1%
	Principal motivo pelo qual não registrou foi não queria envolver a polícia	8,1%	5,5%
	Principal motivo pelo qual não registrou foi medo de represália	12,7%	11,9%
	Principal motivo pelo qual não registrou foi a polícia não quis fazer o registro	20,2%	24,7%
	Principal motivo pelo qual não registrou foi o registro foi feito em outro órgão	,7%	1,3%
	Principal motivo pelo qual não registrou foi recorreu a terceiros	2,8%	2,8%
	Principal motivo pelo qual não registrou foi resolveu sozinho	13,1%	16,3%
	Principal motivo pelo qual não registrou foi outro	8,3%	13,2%

Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNAD de 2009.

A observação do local da agressão reforça o fato de que as mulheres experimentam violência no espaço privado e os homens no público, já que a metade das agressões se passa em sua residência ou na de terceiros, enquanto para os homens mais da metade ocorre em via pública. Todavia, as mulheres procuram mais a polícia do que os homens (51,5% contra 38,9%) e quando não procuram as razões principais são não querer envolver a polícia na questão (19,6%) ou ter medo de represália (18,8%). Homens e mulheres quando recorrem à polícia em quase 90% dos casos fazem registro da queixa e, quando não, um quarto dos casos de deve a inação da polícia, tendo sido importante também a opção de

resolver sozinho ou medo de represálias (para os homens o descrédito com a polícia pesa quase o dobro do que entre as mulheres)²⁰⁷.

Comparados os dados de 2009 com a pesquisa de vitimização anterior (1988) do IBGE para o Brasil (tabela 7), nota-se que houve crescimento (ou maior declaração?²⁰⁸) do percentual de pessoas que sofreram agressão. Segundo a PNAD 1988, apenas 1% dos homens e 0,6% das mulheres de 18 anos e mais haviam relatado ter sido vítima de agressão. Para o mesmo grupo em 2009, os percentuais foram de 1,8% dos homens e 1,3% das mulheres. Embora nem todos os tópicos investigados se repitam, vale a pena comparar (tabela 7) os dados sobre quem foi o agressor e o local onde ocorreu a agressão nas duas datas. Embora haja uma relativa estabilidade no padrão mulher vitimada no privado e homem no público, nota-se um crescimento desta polarização, já que o percentual de mulheres vitimadas em residências²⁰⁹ em 2009 aumenta em 5 pontos percentuais. Somadas as categorias de agressor²¹⁰ (para evitar o risco da diferença ser devida à forma de classificação do ex-cônjuge), as mulheres também foram mais vitimadas por pessoas próximas (parentes ou conhecidas), enquanto entre os homens decresce as duas categorias.

Os dados do IBGE são apenas uma aproximação ao problema que tende – por vergonha, medo, resignação, dependência econômica etc. – a ser muito subdeclarado. Nas últimas décadas, muitas pesquisas apostaram em metodologias variadas para dar visibilidade à violência contra a mulher, que, conforme pergunta estimulada da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2001 (VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA, 2004), atinge 43% das mulheres brasileiras, percentual que caiu para 34% segundo levantamento da mesma instituição em 2010²¹¹. Por sua vez, segundo Pesquisa do Instituto Avon (2011), 27% das

²⁰⁷ Pode-se indagar se, apesar de suas limitações, o fato de existir uma delegacia especializada faz com que a segurança pública seja um pouco mais acessível às mulheres que aos homens.

²⁰⁸ É preciso estar atento ao fato de que em vinte anos a percepção individual e coletiva sobre o que é ser vítima de agressão possa ter mudado. Ademais, a denúncia da violência contra a mulher poderá ser incentivada à medida que se alcance um maior acesso a justiça, com a criação da estrutura de atendimento e do novo marco legal, e um maior nível de conscientização acerca de direitos. Esta é a proposta da campanha “Mulher viver sem violência” (Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/video-despertar-abre-campanhas-de-conscientizacao-do-programa-mulher-viver-sem-violencia/>>. Acesso em: 30 nov. 2014.).

²⁰⁹ Para residência, agregou-se a própria com a de terceiros que não estavam detalhadas na pesquisa de 1988.

²¹⁰ Para a comparação foi preciso agregar como violência por parentes em 2009 as agressões por cônjuges e ex-cônjuges, agregação muito imperfeita já que um ex-cônjuge não é um parente, mas que nos pareceu preferível do que passar os cônjuges para a categoria de pessoa conhecida, sobretudo se supomos que a agressão por cônjuge seja mais frequente que por ex-cônjuge dada a maior exposição ao risco devido à convivência.

²¹¹ Segundo a Perseu Abramo: “Comparando-se a 2001, quando apenas 12 modalidades de violência haviam sido investigadas, a taxa de mulheres que já sofreram alguma caiu de 43% para 34% - mais especificamente a taxa agregada de violências ou ameaças físicas oscilou de 28% para 24% e a de violências psíquicas caiu de 27% para 21%. Isoladamente, entre as modalidades mais frequentes, 16% das mulheres já levaram tapas, empurrões ou foram sacudidas (20% em 2001), 16% sofreram xingamentos e ofensas recorrentes referidas a sua conduta sexual (antes 18%) e 15% foram controladas a respeito de aonde iriam e com quem sairiam (modalidade não

mulheres declararam ter sofrido agressão grave. Os tipos variam, com forte presença da agressão física – a mais claramente nominada como violência – mas com crescente declaração de outras formas de violência, sobretudo psicológica.

Tabela 7 – Vitimização na esfera privada por sexo, Brasil, comparação 1988-2009, pessoas de 18 anos e mais²¹²

	Homens 1988	Homens 2009	Mulheres 1988	Mulheres 2009
Agressor foi parente	10,6%	8,3%	31,5%	41,6%
Agressor foi pessoa conhecida	43,4%	32,6%	33,4%	27,0%
Agressão ocorreu em residência	18,1%	17,8%	47,5%	54,4%

Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1988 e 2009.

Se a maior parte das pesquisas inquirir apenas sobre a violência sofrida, uma proposta interessante de análise foi a tradução para o português e a aplicação de um instrumento americano que mensura a violência intrafamiliar considerando simultaneamente a agressão cometida e a recebida entre parceiros íntimos²¹³. O instrumento epidemiológico de identificação da violência familiar denominado *Revised Conflict Tactics Scales* (CTS2) pergunta por uma série de comportamentos rotineiros que denotam a agressividade na vida do casal, inferindo daí a existência de violência²¹⁴. Esse formato mais sutil e relacional permite

investigada em 2001). Além de ameaças de surra (13%), uma em cada dez mulheres (10%) já foi de fato espancada ao menos uma vez na vida (respectivamente 12% e 11% em 2001). Considerando-se a última vez em que essas ocorrências teriam se dado e o contingente de mulheres representadas em ambos levantamentos, o número de brasileiras espancadas permanece altíssimo, mas diminuiu de uma a cada 15 segundos para uma em cada 24 segundos – ou de 8 para 5 mulheres espancadas a cada 2 minutos. Com exceção das modalidades de violência sexual e de assédio – nas quais patrões, desconhecidos e parentes como tios, padrastos ou outros contribuíram – *em todas as demais modalidades de violência o parceiro (marido ou namorado) é o responsável por mais 80% dos casos reportados.* (Grifos nossos). Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/node/7244>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

²¹² O recorte de 18 anos e mais foi necessário porque a PNAD de 1988 só aplicou o suplemento de justiça para moradores de 18 anos e mais.

²¹³ “A CTS2 faz parte de um conjunto de instrumentos de identificação de violência na família, que vem sendo elaborado pelo *Family Research Laboratory* nos Estados Unidos da América há cerca de duas décadas. [...] A CTS2 é um desses instrumentos e foi concebida especificamente para identificação da violência entre indivíduos que tenham uma relação de namoro, casamento ou afins. Como os outros, é estruturado e multidimensional. [...] A CTS2 contém, ao todo, 78 itens que descrevem possíveis ações do respondente e, reciprocamente, de seu companheiro. Estes formam cinco escalas que representam as respectivas dimensões. Três delas são abordadas por itens abarcando táticas de resolução de conflitos através de negociação, agressão psicológica e violência física. As outras duas informam sobre as possíveis consequências da violência na saúde individual do respondente e de seu companheiro(a) e a existência de coerção sexual no relacionamento do casal.” (MORAES; HASSELMANN; REICHENHEIM, 2002, p. 164)

²¹⁴ Suas conclusões conclamam a diferenciar o grau da violência buscando medidas criminais e/ou de saúde conforme seja o caso. “At any rate, one cannot hastily conclude that violence involving intimate partners is quantitatively and qualitatively symmetrical in relation to gender. Power structures and domination must be contemplated and discussed, since the potential for hurting and severely injuring the other is not reciprocal. The second point is that there are different scenarios for clashes. Some are alarming, calling the attention of the media and the general public and having been traditionally portrayed as “spouse abuse” or “wife battering”. However, others are much subtler and can easily be fit into the “normalcy” of relational cohabitation. Although

ver a violência como um evento interativo e possibilita constatar também a violência da mulher contra o homem, embora a reversa seja mais severa.

A complexidade da violência conjugal e familiar, praticada por homens e mulheres, é salientada por Bárbara Soares (2009). Nesse sentido, a maior denúncia feminina deve-se a maior frequência e gravidade da agressão masculina (inclusive pelos diferenciais de força física entre os sexos), capaz de causar maiores danos, assim como a não denúncia masculina deve-se em parte aos estereótipos de gênero que tornam inadmissível ou vergonhoso que um homem “apanhe de mulher”. Embora seja bem-vinda a passagem da análise da polaridade agressor-vítima para a compreensão de relações violentas, não se deve esquecer o viés patriarcal e machista da violência de gênero que claramente penaliza mais intensamente as mulheres. Portanto, há um equilíbrio desigual de forças (físicas, econômicas e até psíquicas dado o impacto da violência sobre a saúde emocional e a autoestima das vítimas) que vulnerabiliza diferentemente as pessoas.

A análise relacional evidencia que o fenômeno da violência entre casais é muito mais complexo do que simplesmente a busca de vítimas e algozes. Os homens são prisioneiros da perspectiva dominante de machos viris, agressivos e provedores assim como se espera socialmente que as mulheres sejam cuidadoras, submissas e passivas. Ambos estão submetidos a expectativas construídas no meio em que se inserem e ambos as reproduzem “com naturalidade” no cotidiano das relações e das práticas sociais (ABDALA; SILVEIRA; MINAYO, 2011, p. 572).

O estudo transversal *Multi-country Study on Women`s Health and Domestic Violence against women*, com amostras em São Paulo e na zona da mata pernambucana, analisado por D`Oliveira et al. (2009) permite pensar a multi-causalidade da gênese da violência entre parceiros íntimos, bem como a interferência contexto-específica de aspectos como a autonomia financeira da mulher – que é fator de proteção em São Paulo, mas de risco na Zona da Mata de Pernambuco – diante de contextos em que as normas de gênero são menos ou mais (respectivamente) tradicionais. Além disso, evidenciou-se a transmissão geracional da violência contra a mulher, uma vez que fatores importantes de risco foram ter sido a mãe agredida pelo parceiro e o abuso sexual na infância, experiências que reiteram a “naturalidade” da violência e reduzem a capacidade das mulheres de se protegerem no futuro.

Embora seja esperado que o empoderamento feminino reduza sua vulnerabilidade à violência, há indicações de que esta relação seja mais complexa. Se a renda e o trabalho vêm

severely victimized women require unconditional support and such cases demand firm and immediate action, measures should also be contemplated in the sphere of daily routine procedures in the health sector, allowing to deal with the more common and less severe situations, but which nevertheless are not harmless in terms of proper functioning of families and the well-being of their members” (REICHENHEIM et al., 2006, p. 434).

reduzindo a dependência feminina das relações familiares, ganhos no poder de decisão das mulheres podem estar relacionados tanto com o aumento (reação masculina à autonomização feminina) quanto com a diminuição (capacidade de saída de relações danosas) da vulnerabilidade à violência intrafamiliar (CASIQUE, 2010).

A violência seria uma forma dos homens buscarem afirmar ou restaurar suas prerrogativas de poder. Como afirmação, trata-se da questão antiga de controle sobre o tempo, a liberdade de movimento e a sexualidade feminina: exigências sobre atividades domésticas, proibições de sair e manifestações de ciúmes são algumas das dimensões comuns nos conflitos cotidianos e nas situações de violência no Brasil e em outras sociedades latino-americanas (HERRERA; AGOFF, 2012). Como restauração, trata-se de questão estruturalmente nova, já que foi nas últimas décadas que cresceu a capacidade das mulheres de se autoproverem e assumirem maior independência material e emocional, gerando um novo equilíbrio de poder contra o qual os homens podem reagir. As mulheres podem sofrer violência por serem dependentes ou por terem autonomia, mas no segundo caso tem mais chances de sair da situação.

Neste sentido, se o empoderamento é associado a um maior poder de barganha ou capacidade de “saída” (HIRSCHMAN, 1973) de uma relação afetiva danosa, há também a visão de que o empoderamento feminino é gerador de tensão devido às alterações que causa no equilíbrio de poder. Schraiber et al. argumentam que os avanços femininos podem ser contrarrestados por violência como tentativa masculina de restaurar um modelo mais tradicional de relações familiares e de gênero.

Trata-se do fato de que, tendo ocorrido grandes mudanças sociais no mundo de hoje, alguns fatores tradicionais de sustentação da autoridade na família, como é o caso da renda que se consegue pelo trabalho, ou da escolaridade conquistada, bem como ocupações de prestígio social, fatores esses tradicionalmente conseguidos pelos homens, passaram a ser por vezes até mais acessíveis às mulheres. O conflito das relações que daí advém, assumindo a configuração de crise das relações de gênero, bem como a falta de um melhor caminho para lidar com tais experiências totalmente novas, pode resultar na violência como tentativa de restaurar as antigas posições nas relações interpessoais (SCHRAIBER et al., 2005, p. 17-18).

Dado que os rearranjos de gênero instauram conflitos, abre-se espaço para a manifestação da violência. Esta é a hipótese de Muszkat et al. (2008), que apresentam uma proposta de mediação familiar transdisciplinar para lidar com os conflitos de gênero, buscando reequilibrar poderes, empoderando mulheres e revendo modelos de masculinidade.

Deve-se realçar também que continua a existir a naturalização da violência doméstica, nem sempre percebida como uma violação dos direitos humanos das mulheres – “a

ideia de que a violência é normal, quase um destino a que se deve suportar calada, em nome da união e da manutenção da família, segue sendo uma concepção de muita força” (SCHRAIBER et al., 2005, p. 142)²¹⁵. A visão acrítica sobre a violência de gênero é também favorecida pela dramatização de crimes passionais na mídia. Em análise da cobertura sobre violência contra a mulher na imprensa brasileira (monitoramento de 16 jornais impressos no ano de 2010) notou-se que este é um tema hoje frequente, mas com uma cobertura policialesca que pouco contribui para fazer a população refletir sobre o assunto, ajudar a monitorar e cobrar mais eficiência quanto à infraestrutura de atendimento de vítimas ou mesmo orientar outras vítimas sobre onde e como buscar ajuda. Embora haja cuidado na linguagem para não infringir o artigo oitavo da Lei Maria da Penha que determina que os meios de comunicação coíbam papéis estereotipados²¹⁶ que legitimem ou exacerbem a violência doméstica ou familiar, pouco se contribui para estimular uma reflexão crítica e bem informada a respeito (SANEMATSU, 2011).

Mudanças no imaginário social são processos lentos e complexos, o que é reconhecido pela Lei Maria da Penha ao prever programas educacionais, nas escolas e na sociedade em geral²¹⁷. A Lei Maria da Penha tornou-se indubitavelmente um marco importante na luta contra a violência de gênero, mas enfrenta dificuldades em sua implementação, como mostra o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito²¹⁸

²¹⁵ Por outro lado, Schraiber et al. levantam a questão de porque as mulheres permanecem em relações íntimas violentas, resposta que encontram menos no equilíbrio de poder – sendo mencionado como fatores facilitadores para a saída da relação violenta, as condições materiais e econômicas favoráveis, juntamente com apoio de pessoas próximas e serviços e informações de qualidade – e mais nas razões culturais e subjetivas. “É importante lembrarmos aqui o que já discutimos: que as escolhas de cada indivíduo dependem não apenas de sua consciência e vontade individual vistas isoladamente, mas da cultura, da situação social, do acesso a serviços, da opinião da comunidade, amigos e familiares, aspectos que fazem parte da construção e reconstrução cotidiana desses indivíduos. Até hoje, a violência do marido contra a esposa, como visto, pode ser percebida por homens e mulheres como um acontecimento dentro do usual, banal, que não demandaria nenhuma providência, exceto talvez, em casos de grande gravidade e risco de vida. Mas como precisar esse momento em situações de desrespeito e violência cotidiana? Parece-nos que a agressão por parceiro íntimo é sempre percebida, por quem a sofre, como situação indesejável, que não deveria ocorrer. Entretanto diversas razões dificultam a saída da situação e o pedido de apoio, algumas relacionadas à dinâmica própria do ‘ciclo de violência’, outras relacionadas ao estigma associado à condição de vítima de violências, além da importância do casamento e do cuidado dos filhos como projeto de vida para as mulheres. A mulher pode sentir-se culpada, pode ter vergonha, medo, temer por sua segurança e a de seus filhos; pode achar que, se for melhor esposa e mãe, o marido vai mudar, como prometeu; pode amar o parceiro, sentir-se incapaz de sobreviver sozinha, pensar que o que sofre é banal e que ninguém daria importância” (SCHRAIBER et al., 2005, p. 122-123).

²¹⁶ Neste sentido, é fortemente defensável a punição de piadas sexistas (além das piadas racistas e homofóbicas), sobretudo em apresentações públicas. A esse respeito, ver, por exemplo, as polêmicas em torno de alguns humoristas: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2011/10/quando-a-piada-perde-a-graca-e-vira-ofensa/>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

²¹⁷ A nova lei não é apenas punitiva, mas tem um forte componente pedagógico, incluindo a possibilidade do juiz determinar a participação do réu em programas de recuperação e reeducação de agressores.

²¹⁸ Relatório final disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getpdf.asp?t=130748&tp=1>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

para o tema da Violência Contra a Mulher que analisou as insuficiências da estrutura disponível para sua aplicação.

Recente pesquisa do IPEA destacou que a Lei Maria da Penha não teve impacto na incidência de feminicídios, pois “as taxas de mortalidade por 100 mil mulheres foram 5,28 no período 2001-2006 (antes) e 5,22 em 2007-2011 (depois)”(GARCIA et al., 2013, p. 1). Houve apenas um sutil decréscimo da taxa anual de mortalidade em 2007 (4,74 por 100.000 mulheres). A pesquisa usa dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), o qual não permite diferenciar as mortes decorrentes de conflitos de gênero de outras causas, como a violência urbana que atinge de forma até mais intensa os homens e que, espera-se, atinja cada vez mais as mulheres porque elas estão crescentemente expostas na esfera pública. A própria pesquisa reconhece falhas de cobertura do SIM, o que faz com que estados com sistemas de informação ruins figurem com baixas taxas sem que isso signifique efetivamente uma menor incidência de violência contra mulher. Ademais, como a pesquisa mediu apenas morte, deixando de fora dados sobre violência psicológica, patrimonial ou agressões físicas não invalida a hipótese de que a lei pode coibir a violência cotidiana, mas continuar existindo situações de violência fatal. Outro aspecto é que, como este sempre foi um tema subdeclarado, o crescimento das denúncias pode ser uma indicação positiva de visibilização de cifras antes ocultas.

Este é apenas um exemplo das muitas limitações dos dados que impedem considerações conclusivas sobre esta importante dimensão da autonomia feminina. Não obstante as dificuldades de que soluções jurídicas transformem uma realidade complexa como a violência de gênero, deve-se destacar a crescente judicialização dos conflitos familiares como um indicador, no mínimo, da politização das desigualdades de gênero na esfera privada. Por um lado, poderia existir uma demanda reprimida de acesso à justiça em questões familiares a qual emerge quando a denúncia ganha legitimidade – tanto por mudanças nos valores sociais, quanto pelo incentivo de campanhas públicas. Por outro lado, pode estar havendo crescimento de situações de violência cuja causalidade, como mostra a literatura, pode envolver tanto vulnerabilidade quanto empoderamento, sendo que no último caso é mais provável que as mulheres acionem órgãos de justiça.

Ainda que os Juizados Especiais Criminais (JECrim) tenham despertado muito debate, acusados de banalizar a violência doméstica – na medida em que incentivavam a conciliação e aplicavam penas irrisórias como cestas básicas – expressaram uma inequívoca demanda existente de acesso à esfera institucional de administração de conflitos, uma vez que

“tão logo entraram em funcionamento, os Juizados foram colonizados por conflito de natureza doméstica” (KANT DE LIMA; AMORIM; BURGOS, 2002, p. 100). Pesquisas (KANT DE LIMA; AMORIM; BURGOS, 2002) mostram a predominância nos JECrim de situações tipificadas como lesão corporal leve e ameaça, envolvendo na maioria das vezes homens contra mulheres, ambos de classe baixa. Não obstante, alerta-se que mulheres de distintas classes (AMORIM, 2007, p. 69-70) não se sentiram contempladas com os JECrim, seja porque não atendiam as expectativas das mulheres de classe média de penas duras a seus agressores, seja porque as mulheres de classe baixa temiam que seus maridos fossem presos dificultando ainda mais o sustento familiar. A punição com o pagamento de cestas básicas revelava, assim, outros paradoxos de classe:

Para o homem de classe média, pagar cestas básicas resultava na vantagem de se livrar do processo, enquanto para a mulher dessa condição não trazia qualquer efeito para a violência sofrida, geralmente, de caráter contínuo. Já para partes conflitantes de condição sócio-econômica pouco favorecida, a transação penal, materializada no pagamento de cestas básicas, tornava-se um problema familiar, porque reduzia o exíguo orçamento doméstico, resultando em penalidade para os filhos e outros eventuais dependentes. Nesses casos, era usual a mulher desistir da ação contra seu agressor, pois para ela o processo no JECrim significava uma ameaça à sua família e não uma proteção judicial para ela, enquanto vítima de agressão contínua. (AMORIM, 2007, p. 69-70)

Mesmo que haja menor incidência (e também maior subdeclaração) de violência contra a mulher nas classes superiores, não se pode olvidar que os membros dessas camadas estão em melhores condições de buscar outras alternativas para mediar seus conflitos (como terapias de casal, separação conjugal consensual ou litigiosa etc.). No passado, podia-se supor que a legislação dava margem para que as mulheres de classe baixa usassem a polícia e os JECrim como mediadores e aconselheiros na ausência de outros serviços de apoio psicossocial. Fechada essa porta pelo maior rigor da Lei Maria da Penha, seria desejável que se abrissem outras portas de solução não apenas penal dos conflitos familiares. Uma alternativa de atuação preventiva seria utilizar o sistema de saúde – em especial, o Programa de Saúde da Família – com equipes multiprofissionais incluindo atendimento psicológico, jurídico e social, de forma a prevenir a violência doméstica em geral – incluindo não apenas mulheres, mas também crianças, idosos, pessoas com necessidades especiais etc. – permitindo tanto mediação quanto encaminhamento legal conforme a situação. Esta seria uma forma de estender de forma democratizada o acesso das camadas baixas a outras formas de solução de conflitos – tal como dispõem as camadas mais altas – ao invés de, como de costume no país, não restar outra alternativa senão a fórmula “aos pobres à polícia”. Algo grave, sobretudo diante das muitas indicações de que se tem um sistema de justiça desigual pelo qual “se o

crime não é privilégio de classe, a punição parece sê-lo” (ADORNO, 1994, p. 149), o que tem raízes profundas no senso comum difundido entre os operadores do direito²¹⁹.

A questão da judicialização das famílias não se restringe aos problemas de violência. Nas defensorias públicas, as mulheres são crescentemente usuárias, como nas demandas de reconhecimento e pensões para filhos. Um tema a ser melhor investigado, portanto, é o acesso às instituições de direito e sua relação com os processos de emancipação feminina, bem como as desigualdades de acesso à justiça e de resolução legal de conflitos²²⁰.

Não obstante a conjugalidade apresente seus desafios específicos, como a questão da violência conjugal, que a literatura registra estar associada tanto à vulnerabilidade das mulheres em posição desvantajosa nos casais quanto a uma reação masculina aos avanços femininos, este capítulo constatou uma maior dinamicidade no processo de formação de família, que inclui seu adiamento na maioria das classes. Notou-se também que as mulheres experimentam um equilíbrio de poder mais favorável nas uniões.

O crescimento da união consensual, por sua vez, expressa também a liberação sexual que reduz as exigências institucionais para a vida em comum, fazendo da entrada e saída em união cada vez mais uma dimensão de liberdade e individualidade. Num contexto em que a sexualidade se exerce antes, durante e depois de uniões, o controle da fecundidade se torna ainda mais importante para garantir que a maternidade seja efetivamente uma escolha. Trata-se, agora das mudanças na esfera da reprodução.

2.2 Sob o signo da escolha: mudanças no comportamento reprodutivo

Antigo destino “natural” das mulheres, a maternidade vem ganhando crescentemente o status de escolha a ser planejada. A razão principal dessa importante transformação é a emergência da contracepção moderna através de métodos femininos. Mais de meio século após a disponibilização da pílula para consumo nos Estados Unidos em 1960,

²¹⁹ “A criação judiciária contém igualmente um peso não desprezível de incontáveis preconceitos que grassam sobre a população suspeita de ser perigosa e violenta. Algumas dessas teorias parecem mesclar-se com a interpretação racional dos códigos. Conversas informais com promotores públicos e magistrados permitem identificar três dessas teorias: a dos três pés, a do MIB e a da nordestinidade. Pela primeira, réus são preferencialmente recrutados entre pobres, pretos e prostitutas. Pela segunda, o que leva as pessoas a delinquir são a miséria, a ignorância e a bebida. Pela terceira, os réus e vítimas são infelizes migrantes nordestinos que não conseguem se adaptar aos padrões civilizatórios da metrópole” (ADORNO, 1994, p. 140).

²²⁰ As PNADs 1988 e 2009 analisadas nesta seção também contêm dados sobre judicialização das relações familiares – como ação judicial de separação e alimentos – que merecem ser investigados de uma perspectiva de gênero e classe. Outra possibilidade interessante de análise que as PNADs permitem são as variações por cor, escolaridade e renda entre outros.

a “revolução da pílula”, principal ícone das mudanças na esfera reprodutiva, ainda é comemorada (LOYOLA, 2010), visto que o controle da fecundidade tem sido condição essencial para os avanços femininos na esfera pública e para sua maior autonomia na esfera privada.

Ao realçar que a fecundidade na França começou a diminuir antes da Revolução Francesa, Bozon lembra a importância histórica dos métodos naturais, destacando que estes dependiam do controle e cooperação masculinos, dos quais se distinguem os métodos modernos de controle feminino, que tornam-se fundamentais para a autonomia feminina na esfera reprodutiva.

Quase invisíveis os primeiros métodos de controle da natalidade apelavam para a “disciplina” masculina. Falava-se em “dar um jeito”, “prestar atenção”, “se conter”. Mas o temor e as consequências de eventuais gestações não desejadas pesavam sempre essencialmente, sobre as mulheres [...] Foi só a partir dos anos 1960 que as formas de contracepção mais confiáveis, medicalizadas e sob o controle das mulheres difundiram-se mais amplamente nos países desenvolvidos [...] (BOZON, 2004, p. 39)

A contracepção moderna possibilitou a separação entre sexualidade e reprodução, o que Giddens (1993) chama de “sexualidade plástica”, indicando que a sexualidade assume hoje o caráter reflexivo próprio da modernidade, o que inclui uma maior diversidade de identidades sexuais²²¹.

A importância do controle da reprodução é destacada também em textos feministas sobre as implicações da maternidade para a subordinação feminina. Para Stolcke (1980), o casamento monogâmico que perpetua os privilégios de classe, o ideal burguês de confinamento da mulher ao lar e o baixo valor atribuído ao trabalho doméstico são aspectos relacionados entre si²²². O controle da sexualidade feminina realiza-se tanto quanto possível

²²¹ Em seu contraponto entre sociedades regidas pela tradição e sociedades em que o projeto reflexivo do *self* encarrega os indivíduos de refletir e fazer escolhas, Giddens realça o caráter criativo da sexualidade, favorecido pela separação da reprodução, bem como pelo declínio da oposição entre mulheres virtuosas e não virtuosas, tradicionalmente usada para cercear a liberdade feminina na esfera da sexualidade.

²²² Stolcke (1980) critica a perspectiva produtivista que realça a importância do trabalho remunerado e ignora o papel da reprodução na subordinação das mulheres. A seu ver, as instituições família e casamento sustentam e servem para perpetuar a desigualdade social e as relações de poder de gênero e classe. Segundo Stolcke o fracasso da emancipação feminina nos países socialistas sugere que a solução não passa apenas pela incorporação das mulheres no chamado trabalho produtivo e pela socialização do trabalho doméstico. A seu ver, Lenin não entendeu a necessidade de abolir o controle da sexualidade da mulher no casamento, ainda que facilitasse o divórcio. A revolução sexual não produz necessariamente revolução social e vice-versa. Por um viés economicista, o *Manifesto Comunista* supôs que a sociedade burguesa aboliria todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Na verdade, a família patriarcal precede ao capitalismo, que não a cria, apenas se apoia inicialmente na autoridade do pai (por exemplo, contratos familiares) e também na autoridade sobre as mulheres (como no exemplo das fábricas que impõem às mulheres disciplina em dormitórios, agindo de forma semelhante à autoridade familiar). Neste sentido, a família é uma instituição que destoa do ideário capitalista, pois “dentro

pelo seu confinamento à esfera doméstica, onde ela realiza as tarefas da maternidade, a qual é apresentada como fonte de gratificação das mulheres e sua vocação natural dentro da lógica de que “a função primária das mulheres na vida é produzir herdeiros legítimos” (p. 102).

Agacinski (1999) realça que o primeiro feminismo considerou a maternidade um *handicap*, por sua interferência direta na capacidade de ação e na liberdade femininas, num contexto em que não havia um controle eficiente da fecundidade. As dificuldades de controle reiteravam a visão do senso comum de que “todo mundo casa e tem filhos”, como uma lei da vida. Em seu estudo sobre uma comunidade rural brasileira em meados do século XX, Willems notou que a procriação era considerada como a finalidade do matrimônio, aceitando-se que “se deve ter tantos filhos quanto Deus der” (1961, p. 64), mas a curiosidade quanto a anticoncepção já começava então a se manifestar, embora, no dizer de suas entrevistadas, não se conhecesse o “segredo” para controlar o número de filhos. O processo pelo qual as mulheres passaram a almejar este controle e ter a informação e os meios para tanto reveste-se de fundamental importância para sua autonomia.

Nos anos 70, o “mandato materno” (RUSSO, 1976) era ainda bastante evidente no Brasil e no mundo, funcionando como uma barreira à saída feminina do mundo doméstico, muito mais difícil de ser mudada do que as barreiras de acesso ao voto, educação ou trabalho. Se os estereótipos de gênero sempre incluíram prescrições e proscricões, a maternidade era então uma prescrição fundamental, que poderia compensar a inexistência de outros atributos.

A woman can spend time working – perhaps even at a nontraditional job – as long as she keeps the house clean and her husband and children well tended [...] Characterizing motherhood as prescribed, however, does not adequately communicate the centrality of this behavior to the definition of the adult female. “Being pretty” is also prescribed, but one can compensate for not being pretty (by being a “good mother,” for example). Motherhood is on a qualitatively different plane. It is a woman's *raison d'être*. It is mandatory. The mandate requires that one have at least two children (historically as many as possible and preferably sons) and that one raise them “well.” As long as this situation exists for the vast majority of women in Western society and the world in general, prohibitions may be eliminated and options widened, but change will occur only insofar as women are first able to fulfill their mandate of motherhood. (RUSSO, 1976, p. 144)

Russo realçava, no contexto dos anos 1970, a importância da tecnologia reprodutiva para eliminar a inevitabilidade biológica da maternidade e reduzir as concepções não desejadas, mas lembrava que, mesmo que um contraceptivo perfeito fosse desenvolvido,

dela a liberdade, a oportunidade, o nexo do dinheiro e a busca do lucro individual não eram a regra” (1980, p. 91).

as forças sociais e culturais que prescreviam a maternidade continuavam a atuar através da socialização em papéis sexuais, a despeito da crescente exposição a outros modelos, como o de mulheres orientadas a carreira. Russo nota sinais de enfraquecimento do mandato materno na redução do tamanho ideal da família, mas realça que os conflitos entre família e trabalho foram historicamente resolvidos pela opção por profissões consideradas adequadas para a conciliação, como o magistério, tornando-se digno de nota, um sinal de autonomia, quando as mulheres não faziam escolhas ocupacionais típicas do seu sexo²²³.

Até que ponto o “mandato materno” deixou atualmente de ser um imperativo social? Um artigo da revista *Times* de agosto de 2013 polemizava esta questão sob o sugestivo título “Having it all without having children”, realçando as vantagens de uma vida sem filhos e os tabus ainda existentes em torno dessa opção (SANDLER, 2013). O artigo realça o crescimento do percentual de mulheres de 40 a 44 anos que não tiveram filhos, que atingia então 18% nos Estados Unidos e próximo de um quarto na Itália, e que a comunidade de adultos sem crianças se diversifica nas linhas de raça, nível educacional e afiliação política.

No entanto, o artigo realça que mesmo que uma mulher cresça sem a ideia de que está destinada a ser mãe, a cultura norte-americana é obsecada com crianças e existe um comércio massivo para mães. Socialmente, ainda são as mulheres que não têm filhos que precisam justificar porque não os tem, e não o contrário. Aparentemente, toda a tecnologia surgida em torno da pedagogia, psicologia infantil e pediatria, juntamente com o desenvolvimento de um mercado de produtos para a infância, aumentam as expectativas e os diversos custos da maternidade²²⁴, o que ajuda a torná-la ainda menos atrativa em tempos de

²²³ Russo realçava o peso do legado histórico de que as mulheres foram treinadas para servir aos homens as custas delas próprias (não respeitando a si mesmas) ou não se preocupar com a gravidez (além da vulnerabilidades a doenças sexualmente transmissíveis) porque não teria nada melhor para fazer (RUSSO, 1976, p. 146). Enfatizava ainda que o mandato materno foi usado para justificar a discriminação contra as mulheres, na medida em que parte delas interrompe o estudo ou o trabalho para se dedicar a maternidade. Seus argumentos para reduzir a segregação ocupacional de gênero, que inclui um ataque ao mandato materno e a provisão de serviços de cuidado, guarda grande atualidade, evidenciando importantes e persistentes desafios para a mudança social. “At minimum, two strategies are needed for change to occur in the sex segregation of occupations: a direct attack on the motherhood mandate, and the provision of support services such as day-care centers so that perceived occupational/family conflicts will not be a factor in career choice. In addition, a change must take place in the male concept of career as requiring single-minded devotion, to the detriment of personal and family needs. [...] A direct attack on the motherhood mandate is also needed to eliminate sex-role stereotypes, mythologies, and sex-typed behaviors. The educational approach, including statistics debunking myths about women, has not been totally effective in producing behavior change because the woman-as-mother assumption is so closely connected to basic values and beliefs about the “proper and normal” way of life.” (RUSSO, 1976, p. 148).

²²⁴ O desenvolvimento do mercado de bens de consumo também deve ter encarecido ter filhos – como se observa nos exemplos de revistas que calculam quanto custa ter um filho – ou sua percepção, pois indica que há mais coisas a gastar com filhos.

indivíduo, com maiores investimentos em si mesmo, e de instabilidade afetiva e no mercado de trabalho.

Se, no passado, a não maternidade era quase uma anomalia, hoje cresce o número de mulheres *childless*²²⁵ por escolha, e a opção por não ter filhos tende a ganhar legitimidade social. Badinter enfatiza que se diversificam as trajetórias disponíveis para as mulheres, levando-as a questionar seus investimentos familiares: “o individualismo e a busca da plenitude pessoal predispõem as futuras mães a se fazerem perguntas que elas não faziam no passado” (2011, p. 21).

A contracepção tornou-se uma realidade disseminada, o que não impede que a maternidade persista no horizonte dos projetos de grande parte das mulheres²²⁶. Todavia, as mulheres têm hoje menos filhos e para uma parte delas a maternidade é um evento mais tardio. A redução no tempo de vida dedicado pelas mulheres à maternidade está associada a mudanças no engajamento feminino em atividades públicas, como as de escolaridade e trabalho, embora seja temeroso apontar uma direção causal na relação entre estas duas ordens de fenômenos. Arriagada (2006) realça as dificuldades para estabelecer relações de temporalidade entre mudanças demográficas e socioculturais, o que a leva a defender a noção de “causalidade circular cumulativa”, aplicável a relações como aquela entre redução e adiamento da fecundidade e ganhos educacionais e econômicos femininos. O menor número de filhos tem implicações importantes também no plano familiar e social, podendo repercutir não só em maior autonomia feminina, mas também em maiores investimentos de recursos e cuidados oferecidos às crianças.

Com graus e ritmos variáveis, o mundo inteiro vem experimentando declínios na mortalidade e fecundidade, processos que foram favorecidos por avanços nas áreas de saúde e saneamento. Se a Europa atravessa esse processo lentamente no século XIX, no contexto latino-americano, as mudanças dos altos níveis de fecundidade e mortalidade para níveis baixos (teorizadas como Primeira Transição Demográfica) ocorrem fundamentalmente na segunda metade do século XX²²⁷. Mais recentemente, para a Europa, teoriza-se uma Segunda

²²⁵ Emprega-se hoje também a expressão “childfree”, por considerar que “childless” supõe uma falta.

²²⁶ Por isso Russo enfatiza o risco de atacar a maternidade em si, visto que esta é uma fonte de identidade para muitas mulheres. O que deve ser criticado é o imperativo de ser mãe e os ideais de “boa mãe” – que incluíam ideias como a que elas deviam ficar em casa até que a criança frequentasse a escola. Lembra ainda que os homens também podem ser “boas mães” e que o problema do cuidado também será beneficiado pela oferta de serviços. Para uma visão contemporânea das contradições da maternidade ver, por exemplo, o artigo de Mabel Burin, “Madre asfíxiada”. Disponível em: < <http://www.pagina12.com.ar/diario/psicologia/9-267391-2015-03-05.html>>. Acesso em 20 abr. 2015.

²²⁷ Há, na América Latina, países que começaram a transição demográfica antes, como foram os casos do Uruguai e Argentina, que iniciam a queda da fecundidade em finais do século XIX e, por isso, para os padrões da

Transição Demográfica em que mudanças como a intensificação da queda da fecundidade e o surgimento de novos arranjos familiares, decorrentes de uniões consensuais, separações e chefia feminina, estariam relacionados ao crescente protagonismo feminino na vida privada e a transformações nas relações de gênero (LESTHAEGUE, 1995). A Segunda Transição Demográfica (STD) envolve três revoluções, sexual, contraceptiva e de gênero, expressando um anseio de autonomia pessoal por oposição às antigas hierarquias de gênero.

O importante é que a STD seria uma manifestação pública da autonomia individual. As pessoas querem mais da vida em geral, inclusive do ponto de vista do padrão de consumo, e querem mais das suas relações interpessoais. Impõem-se a autorrealização e a autossatisfação como necessidade, situação em que autoritarismo e assimetria nos papéis de gênero não se encaixam mais. (OLIVEIRA, M. C., 2012, p. 144)

Lesthaeghe (2011, p. 181) nota que durante a primeira transição demográfica a questão era adotar a contracepção para evitar gravidez e que na segunda transição é interromper a contracepção para engravidar²²⁸. Se ser ou não mãe torna-se uma decisão crescentemente racionalizada, a questão das desigualdades sociais continua posta, visto que “esta escolha será tanto mais reflexiva quanto maior a possibilidade de acesso à informação, à cultura e ao conhecimento especializado” (SCAVONE, 2004, p. 185).

Tais desigualdades são especialmente visíveis no caso brasileiro e este capítulo evidencia as desigualdades de classe no processo de redução da fecundidade e de difusão do acesso à contracepção, debatendo suas implicações para a autonomia das mulheres em diferentes condições sociais. O texto está organizado em três partes: uma introdução histórica que contextualiza as transformações estruturais e culturais associadas ao fato macrossocial do declínio da fecundidade no Brasil, cujas teorias explicativas também supõem uma racionalidade individual ou familiar para a adoção dos novos comportamentos; a análise das mudanças no comportamento reprodutivo em suas variações por classe; e, por fim, a discussão sobre a maternidade na adolescência, ainda um importante desafio na construção da autonomia feminina.

região, já estão no grupo de fecundidade baixa ao redor dos anos 1950, enquanto Brasil e México tinham fecundidade média baixa segundo os padrões da região, declinando intensamente só nas últimas décadas (CEPAL, 1993, p. 35).

²²⁸ Lesthaeghe (2011) considera que se há consenso de que a primeira transição foi universal, independente do nível econômico, a segunda transição pode ser um fenômeno localizado, restrito a países desenvolvidos (não restritos ao contexto europeu, pois ele até analisa evidências da STD em países asiáticos como Japão, Coreia do Sul e Hong Kong), havendo mesmo, a seu ver, a possibilidade de uma dualidade demográfica em escala global.

2.2.1 O contexto das transformações no comportamento reprodutivo: da preocupação populacional à construção dos direitos sexuais e reprodutivos

A importância da afirmação nas últimas décadas dos direitos sexuais e reprodutivos fica evidente quando estes são contrastados ao passado de procriação regida pela vontade de Deus e pela falta de controle das mulheres sobre seus corpos. Se a partir do século XIX, com o discurso médico-higienista, os assuntos da sexualidade e reprodução passam, no Brasil, pouco a pouco a estar sob uma autoridade laica, o poder médico não rompe com os tabus que habitualmente cercavam o corpo feminino. A ligação da mãe com o filho continua a ser suposta natural e intrínseca²²⁹, enquanto a contracepção praticamente inexistia, seja porque “a ética médica e as leis do país não autorizavam o médico a ensinar as práticas anticoncepcionais” (ROHDEN, 2003, p. 112), seja porque os métodos eram pouco desenvolvidos, sendo mais comumente recomendado o método de Ogino-Knaus para as situações em que uma gravidez fosse contraindicada. Mas os médicos já reconheciam o interesse feminino pela contracepção: “longe de se prever a contracepção, prega-se a valorização da maternidade e da vida familiar. Contudo, é interessante que os próprios médicos admitam que há uma pressão social – e alguns dizem que é mais forte entre as mulheres – para a propagação da contracepção” (ROHDEN, 2003, p. 118)

Apesar das restrições morais e legais, o processo de medicalização do corpo feminino e do parto cresceu à medida que se ampliavam o campo de competência da prática médica e o acesso a serviços de saúde. No Brasil, a expansão dos serviços de saúde relaciona-se à criação de institutos de seguro social – privados e depois públicos – nos anos 1930, bem como à prática da medicina liberal. “A expansão da assistência à saúde em relação aos cuidados com o corpo feminino e seus problemas se deu com a expansão de serviços e programas de saúde, operados através da rede de serviços de saúde pública, que visavam à saúde materno-infantil” (VIEIRA, 2002, p. 61), mas tais serviços em geral focavam as mulheres apenas na condição de mães.

²²⁹ Isto transparece numa polêmica nos meios médicos em 1915 em torno do direito de aborto para mulheres estupradas na guerra, com os interesses nacionais prevalecendo sobre o direito dos indivíduos, sendo o aborto e o infanticídio pensados como atitudes desesperadas e nunca conscientes. Tratava-se de mulheres francesas e belgas, vítimas de soldados alemães. Nota-se a preocupação ao aceitar ou rejeitar o aborto, respectivamente por receio racial de ter o inimigo infiltrado e por receio de despovoamento, só considerando aspectos de população e soberania nacional e não a mulher como indivíduo com direitos. (ROHDEN, 2003).

Foi apenas nos anos 1960, quando as agências internacionais começam a investir na pesquisa de métodos anticoncepcionais²³⁰, que as ideias já defendidas pelo movimento de *birth control*, existente desde o final do século XIX vinculado ao neomalthusianismo, encontrarão espaço para se difundir. A esterilização, antes malvista em sua associação com a eugenia e o nazi-racismo²³¹, reaparece como decisão da mulher, legitimada pela medicina, de controlar seu número de filhos. Juntamente com a pílula anticoncepcional, inventada no final da década de 1950 e disseminada nos anos 1960, serão causa e consequência das mudanças nas expectativas femininas em relação à vida reprodutiva.

No Brasil, somente em 1979 mudanças legais permitiram a divulgação de meios anticoncepcionais. Como demonstra Pedro (2003), a experiência da contracepção no Brasil emergiu pouco associada ao discurso de autonomização feminina. Se a Europa experimentou políticas natalistas no pós-guerra, o Brasil e o então chamado terceiro mundo, ao contrário, experimentaram a divulgação de métodos contraceptivos como parte de políticas internacionais de redução da população, atrelada ao perigo da superpopulação, especialmente na América Latina, percebida, após a Revolução Cubana, como um “continente explosivo”. No Brasil e muitos outros países, ditaduras militares se encarregaram de impedir esse prognóstico, favorecendo, no caso brasileiro, a entrada de agências de planejamento familiar direcionadas sobretudo às classes baixas, como a Benfam, a partir de 1965.

Sem adotar uma política explícita de planejamento familiar, o governo brasileiro congregava posições antinatalistas, como parte de um projeto de desenvolvimento, e natalistas, como parte de estratégias de soberania nacional que incluía a ocupação de territórios vazios. Dentre os natalistas, encontravam-se não só militares e Igreja católica, mas inclusive grupos feministas temerosos da ingerência internacional e política na vida privada nacional. Segundo Pedro, o comércio de pílula foi associado ao contexto militar e não pareceu uma conquista feminina – até porque, até então, não reivindicada como tal – além de ser objeto de muitas queixas médicas devido às altas dosagens hormonais, o que deixava a impressão de que as mulheres terceiro-mundistas eram como cobaias da indústria farmacêutica internacional. A desconfiança diante do recente autoritarismo político vivido fez

²³⁰ Num contexto que alia temores de excesso populacional, preocupação com a qualidade de vida de mulheres e crianças, bem como o crescimento do conhecimento médico sobre procriação, incentivando esperanças nas novas tecnologias contraceptivas.

²³¹ Em sua revisão bibliográfica, Vieira (2002, p. 64), nota que “a ampla disseminação do movimento eugênico foi responsável pela esterilização de mais de 45.000 pessoas nos Estados Unidos entre 1907 e 1945. Na realidade, a esterilização era aceita e usada como uma solução médica para prevenir a procriação indesejável entre deficientes mentais, pobres e criminosos. Nesses casos, a esterilização era compulsória e realizada em instituições como prisão ou hospícios. Também foi utilizada na Alemanha antes e durante a Segunda Guerra para impedir a procriação dos judeus, ciganos e outros grupos, considerados de raça inferior”.

com que não só as mulheres, mas amplos setores da esquerda (GONDIM, HAKKERT, 1984), se indispuessem com a possibilidade de políticas públicas voltadas para o acesso à contraceção, o que contribuiu para o vazio mantido nessa área²³².

Tampouco houve uma intervenção estatal clara²³³, mas uma atitude reativa em face de outros atores, como as agências de planejamento, grupos religiosos, e o movimento de mulheres. O primeiro pronunciamento oficial sobre a necessidade de o Brasil implementar um programa de planejamento familiar foi na Conferência Mundial de População de Bucarest, em 1974, na qual o planejamento familiar foi reconhecido como um direito humano, a ser decidido pelo casal, cabendo ao Estado fornecer informações e meios, democratizando o que então era “um privilégio das famílias abastadas”, em benefício das “famílias de recursos reduzidos” (SOBRINHO, 1993, p. 148).

Em 1975 foi criado o Programa de Saúde Materno-Infantil (PSMI), com atenção ao planejamento familiar às mulheres gestantes durante o puerpério. Em 1977, o Ministério da Saúde propõe o Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco (PPGAR), que seria parte do PSMI, iniciativa que não chegou a ser efetivada diante das pressões contrárias da sociedade civil, notadamente da Igreja Católica. Posteriormente, definiu-se que o planejamento familiar seria parte de uma política de atenção ao grupo materno-infantil no pacote de assistência à saúde a ser inaugurado em 1980, o PREVSAÚDE, no qual se incluía um projeto de um Programa Nacional de Paternidade Responsável, todavia abandonados.

O primeiro programa de saúde que incluiu o planejamento familiar no Brasil surge apenas em 1983, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que incorpora as principais ideias do movimento feminista, ao tratar o planejamento familiar como parte da assistência à saúde da mulher, sem qualquer motivação de controle populacional. Apesar da sua implementação insuficiente, o PAISM antecipou os preceitos de integralidade e equidade

²³² Analisando a emergência do planejamento familiar no Brasil, Rabelo realça a surpreendente convergência na sua negação por parte dos militares, esquerda e Igreja, que, por caminhos e motivos diversos, ignoraram as demandas femininas pelo controle sobre seus corpos para fazer valer a vontade de Deus, as necessidades da pátria ou resistir ao autoritarismo ou imperialismo. “Uma questão interessante nesse debate é que em vários momentos amplos setores do governo militar tinham discursos similares ao da esquerda. Ambos defendiam, por motivos diversos, que uma política de controle de natalidade estava relacionada ao imperialismo e feria deliberadamente a soberania nacional brasileira. A Igreja também tinha um discurso moralista baseado na ideia de que o sexo deve ser voltado para procriação, o que engrossava o coro anticontralista. Os direitos reprodutivos e o controle da mulher sobre o seu corpo eram temas que raramente eram citados nesse debate” (RABELO, 2009, p. 14-15).

²³³ Estudos que focalizaram o debate populacional no Brasil apontam a timidez das iniciativas governamentais quanto a este assunto. Se a preocupação com o crescimento populacional começa a despontar já nos anos 70, catalizada por pensadores que o viam como um impedimento ao desenvolvimento econômico, as ações governamentais concretas demoraram bem mais a tomar forma. Sobrinho (1991) define a atitude do governo anterior aos anos 70 como um pró-natalismo difuso.

na atenção que estariam depois presentes no Sistema Único de Saúde (SUS). Sua concepção de respeito aos direitos individuais das mulheres, considerando o planejamento familiar como uma das dimensões de uma política de saúde reprodutiva incluiu ideias próximas das que viriam a constar na plataforma de ação proposta na Conferência da ONU de População (Cairo, 1994) e sobre Mulher (Beijing, 1995).

No relato de Ávila e Correa (1999) sobre o processo de constituição do PAISM, percebe-se que as feministas precisaram enfrentar o Estado autoritário, a ordem médica, os planejadores familiares e o conservadorismo religioso, construindo pontes e forjando aliados, menos com partidos políticos (sempre temerosos do impacto eleitoral negativo das bandeiras feministas) e mais a partir das próprias mulheres, como as médicas que ocuparam cargos-chaves na administração pública e a Organização Católica pelo Direito de Decidir, a qual defende o direito a aborto e contracepção falando a partir de uma posição interna, mesmo que marginal, à Igreja.

Outros atores políticos importantes no debate sobre reprodução foram as agências de planejamento familiar e os grupos religiosos. Dentre as agências de planejamento familiar estão a BEMFAM, o Centro de Pesquisa e Assistência Integrada à Mulher e à Criança (CPAIMC), criado em 1974 no Rio de Janeiro, e a Associação Brasileira de Entidades de Planejamento Familiar (ABEPF), criada em 1981 e que em 1986 reunia mais de 130 entidades associadas. Considera-se que essas entidades contribuíram para o debate público sobre o tema do planejamento familiar no Brasil, influenciando inclusive as ações governamentais a respeito (SOBRINHO, 1993, ROCHA, 1993).

Os grupos religiosos, e em especial a Igreja Católica, têm tido papel importante na luta anti-controlista e contra o aborto. Pesquisas indicam, todavia, a distância entre a prática dos fiéis e os dogmas católicos (RIBEIRO, 1994; NUNES, 1994). Por outro lado, o catolicismo pôde ser conciliado com a militância feminina, como no caso das líderes das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) analisadas por Nunes, ajudando indiretamente a criar espaços de intercâmbio entre mulheres fora dos espaços religiosos nos quais conquistaram novas justificativas para a transgressão – que sempre existiu – aos dogmas religiosos, de forma a criticar a ingerência religiosa em questões de sexualidade e reprodução em nome da “afirmação de sua autonomia individual, em face de uma instituição que se declara depositária da capacidade de definir o que é moralmente lícito, e também diante dos próprios maridos” (NUNES, 1994, p. 187).

Além disso, a diversificação e concorrência que o campo religioso brasileiro vem experimentando, sobretudo com o pentecostalismo, permitiram mais variações no discurso religioso sobre sexualidade e reprodução, com aceitação e até incentivo ao planejamento familiar para “melhorar de vida”. Não obstante reiterem a responsabilidade feminina pelo sucesso do matrimônio e a visão hegemônica e desigual de gênero na dimensão da sexualidade – incentivada dentro de certos limites para manter o casamento e não como um direito feminino ao prazer – denominações pentecostais têm obtido uma maior aproximação com suas fiéis, “e mesmo criticando o feminismo, consagra pastoras e dedica uma especial atenção às demandas das mulheres pobres brasileiras, particularmente aquelas relativas ao controle da fertilidade” (MACHADO, 1997, p. 198).

Na esfera estatal, a despeito da criação do PAISM, a insuficiência das ações ficou evidente com a constatação do crescimento estrondoso da esterilização feminina no início dos anos 1990, que motivou uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a “incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil” (BRASIL, 1993). Dentre as conclusões da CPMI estavam a atuação de instituições privadas de controle da fecundidade, subsidiadas por recursos internacionais²³⁴. Todavia, não se confirmou o viés racial em relação a maior esterilização de mulheres negras. A CPMI conclui também com a proposição de um anteprojeto de Lei de Planejamento Familiar, motivada pela constatação de que a esterilização em massa devia-se ao vazio de políticas de saúde que oferecessem condições efetivas de colocar em prática o preceito constitucional da paternidade responsável como livre decisão do casal. Vale citar os trechos do capítulo de conclusões e recomendações em que reconhece o problema do acesso não democratizado à saúde reprodutiva:

Não há no Brasil uma política de saúde da mulher por parte do Governo Federal; O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM não passa de uma aspiração dos movimentos sociais e sua implantação na rede pública está em estado embrionário; [...] O contexto em que as esterilizações são realizadas é bastante perverso: ausência de outras alternativas contraceptivas disponíveis e reversíveis e desinformação quanto aos riscos, sequelas e irreversibilidade da laqueadura; (BRASIL, 1993, p. 116-117)

²³⁴ Rabelo realça que dentre as conclusões da CPMI estão não apenas os interesses internacionais no controle demográfico, mas as práticas perniciosas no mercado de trabalho, a carência de serviços públicos que reproduzem as desigualdades de gênero, incluindo o uso eleitoral da restrição de direitos. “Outras atitudes que não tinham fins controlistas também contribuíram para esse cenário. A troca de votos por cirurgias de laqueadura e a restrição do número de empregos de mulheres visando o não cumprimento de leis trabalhista e ausência de custo com creches, bem como a ausência do Estado brasileiro, também foram fatores essenciais para a consolidação desse quadro” (RABELO, 2009, p. 19).

O ambiente da redemocratização e o panorama internacional ajudaram a revigorar o debate sobre reprodução e seu tratamento em termos de direito e de cidadania. A visão da contracepção como um direito da mulher e como parte da atenção à sua saúde é fortalecida pela Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e pela IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995), que trouxeram a tona, respectivamente, os conceitos de saúde e direitos reprodutivos, e de saúde e direitos sexuais. Estes conceitos têm por base o reconhecimento das desigualdades de gênero e propostas de ação para o fortalecimento das mulheres nessas esferas²³⁵.

Uma vez que o direito ao planejamento familiar, incluído no capítulo sobre a família da Constituição de 1988²³⁶, se mostrava pouco efetivo como destacado na conclusão da CPMI, seguiram-se mobilizações para garantir o acesso à contracepção pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o que culminou na aprovação da Lei do Planejamento Familiar (Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996²³⁷). O Ministério da Saúde, por sua vez, baixou em fevereiro de 1999 portaria (nº 048) que regulamenta a prática de esterilização pelo sistema público, garantindo que mulheres ou homens com pelo menos 2 filhos ou com mais de 25 anos tenham acesso à esterilização desde que seja observado um prazo de 60 dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado acesso a outros métodos. Ponto importante dessa portaria é a proibição da ligadura concomitante ao parto, o que fez parte de projeto mais amplo de incentivo ao parto normal (Campanha “Parto Normal é Natural”, em parceria com o

²³⁵ As definições destes conceitos constam no seguinte trecho da Declaração de Beijing: “94. A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não de mera ausência de enfermidade ou doença, em todos os aspectos relacionados com o sistema reprodutivo e suas funções e processos. A saúde reprodutiva implica, assim, a capacidade de desfrutar de uma vida sexual satisfatória e sem risco, e que se tem a capacidade de procriar e a liberdade para decidir fazê-lo ou não fazê-lo, quando e com que frequência. [...] A promoção do exercício responsável desses direitos de todos deve ser a base primordial das políticas e programas estatais e comunitários na área da saúde reprodutiva, nela incluindo o planejamento da família. Como parte desse compromisso, deve-se prestar plena atenção à promoção de relações de respeito mútuo e igualdade entre os homens e mulheres e, particularmente, às necessidades dos adolescentes em matéria de ensino e de serviços, a fim de que possam assumir sua sexualidade de modo positivo e responsável. A saúde reprodutiva está fora do alcance de muitas pessoas de todo o mundo em virtude de fatores tais como: conhecimentos insuficientes sobre a sexualidade humana e a informação e os serviços também insuficientes ou de má qualidade em matéria de saúde reprodutiva. [...] 96. Os direitos humanos da mulher incluem o seu direito a ter controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, inclusive sua saúde sexual e reprodutiva, e decidir livremente com respeito a essas questões, livres de coerção, discriminação e violência. As relações igualitárias entre a mulher e o homem a respeito das relações sexuais e à reprodução, incluindo o pleno respeito à integridade pessoal, exigem o respeito e o consentimento recíproco e a vontade de assumir conjuntamente a responsabilidade e as consequências do comportamento sexual.”(Organização das Nações Unidas, 1996, 77-8)

²³⁶ Artigo 226, parágrafo 7 que prevê: “Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas” (Brasil, 1997, p. 137).

²³⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9263.htm>.

Conselho Federal de Medicina), visando reverter o quadro alarmante de incidência de parto cirúrgico no país²³⁸.

Pesquisas realizadas sugerem que cada unidade de saúde apresenta critérios próprios para permitir a esterilização, às vezes discordantes da portaria mencionada (Comissão de Cidadania e Reprodução, 2001), bem como que a necessidade de uma nova internação, pelo menos 42 dias após o parto, encarece e dificulta o acesso a laqueadura. As restrições na efetivação da Lei do Planejamento Familiar correm, assim, o risco de trazer em si o paradoxo de que, quando a esterilização era proibida e feita clandestinamente, o acesso era mais fácil e maior do que depois que foi finalmente regulamentada²³⁹.

A nova norma pode ter dificultado o acesso ao exigir uma nova hospitalização e outros critérios, todavia, há indicações de que a oferta de métodos reversíveis durante o tempo anterior à cirurgia esteja ajudando a aumentar a diversidade do leque de métodos contraceptivos, sobretudo porque existe a possibilidade de desistir da esterilização, constatada em 10% dos casos na análise de Vieira (2011) para um município do Estado de São Paulo. Vieira também assinalou a necessidade de melhorias na informação proporcionada, já que, ainda que satisfeitos com o serviço, havia usuários que não sabiam que se tratava de uma cirurgia de difícil reversão.

As dificuldades do sistema de saúde em seu conjunto se estendem ao campo da saúde reprodutiva, como mostra Osis et al. (2006) que diagnosticou a demanda insatisfeita para a esterilização e a oferta inadequada do kit básico e do complementar de outros contraceptivos modernos, que inclui métodos hormonais, preservativos e dispositivos intrauterinos. Embora a implementação do PAISM tenha sido marcada "pela descontinuidade e baixa efetividade" (OSIS et al., 2006, p. 2481) e sejam bem documentadas as dificuldades de gestão e recursos na implementação do SUS no Brasil, o contexto atual favorece a autodeterminação feminina no campo reprodutivo. De um lado, alcança-se um estágio de desenvolvimento técnico-

²³⁸ O que se mantém grave como demonstrado pela pesquisa "Nascer no Brasil" coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz, que constatou que a cesariana é realizada em 52% dos nascimentos, sendo que, no setor privado, o valor é de 88%, valores muito altos comparados à recomendação da Organização Mundial da Saúde de que somente 15% dos partos sejam realizados por meio cirúrgico. Disponível em: <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/pesquisa-revela-numero-excessivo-de-cesarianas-no-pais>>. Acesso em 20 abr. 2015.

²³⁹ Ou seja, ao incluir tantas medidas para prevenir o arrependimento da adoção de um método irreversível, a medida tornou mais trabalhoso o acesso, ao que se soma a interpretação dos médicos que trocam o "ou" do texto legal por "e", somando critérios (exigindo que tenha mais de 25 anos e pelo menos dois filhos) e restringindo o acesso. A validade dessas interpretações ficou clara para mim ao conversar com uma gestante pobre usuária do SUS em 2005, que diante da impossibilidade de fazer a ligadura no momento da internação para o parto e da obrigação de participar de programa de planejamento familiar para receber informação sobre outros métodos pelo período de dois meses (participação muitas vezes inviável na realidade de trabalho das classes baixas), acabou ficando grávida novamente.

científico que disponibiliza meios para o controle da reprodução; de outro, o acesso ao planejamento familiar foi regulamentado e democratizado – ainda que de forma limitada, já que a demanda insatisfeita de métodos anticoncepcionais existe, sobretudo, nas classes mais baixas (LACERDA et al, 2005).

Estes desdobramentos, no entanto, são bastante recentes, e o crescimento do acesso à contracepção foi bastante desigual como tratado a seguir.

2.2.2 Uma análise do comportamento reprodutivo e seus diferenciais por classe

Nessa seção, analisa-se o processo de declínio da fecundidade nas diferentes classes, indicando quando, como e em que sentido caminham as mudanças no lugar ocupado pela maternidade na vida das mulheres dos diferentes estratos sociais. Embora a maternidade seja uma experiência frequente entre as mulheres brasileiras, o número de filhos reduziu-se dramaticamente no último quartel do século XX.

Análises do declínio da fecundidade no Brasil demonstram que, do ponto de vista dos seus determinantes próximos, de importância central foi o incremento da contracepção (MERRICK; BERQUÓ, 1983; SILVA; HENRIQUES; SOUZA, 1990), na ausência de mudanças expressivas nos padrões de casamento e aleitamento materno e na ausência de informações seguras sobre o aborto. Quanto aos determinantes indiretos, várias teorias foram propostas para explicar a associação entre processos sociais em curso e as mudanças nos valores e práticas acerca do número de filhos, incluindo mudanças estruturais e no nível de educação (FARIA, 1989; LAM et al, 1992)²⁴⁰. Teorias sobre mudança no valor ou significado de ter filhos abordam também as condições do trabalho, seja no campo (OLIVEIRA, M. C., 2009), seja no ambiente urbano (BARROSO; BRUSCHINI, 1989) que dificultam a conciliação entre atividades produtivas e reprodutivas, motivando o controle da fecundidade pelas mulheres.

A análise de Faria (1989), que realçou a importância da expansão de uma série de serviços estatais, foi retomada por Perpétuo e Wong (2003), que sintetizam como diversas políticas e programas nacionais afetaram a fecundidade, como as medidas sanitárias que reduziram a mortalidade e ampliaram as expectativas de sobrevivência dos filhos; as políticas econômicas; e um vasto conjunto de políticas públicas que incluíam crédito ao consumidor,

²⁴⁰ As pesquisas em geral levam em conta diferenciais socioeconômicos no número de filhos tidos e nas práticas contraceptivas (PERPÉTUO; WAJNMAN, 1993), indicando que a queda da fecundidade teve início nas camadas mais altas.

permitindo a incorporação ao mercado de camadas pobres²⁴¹; a política de telecomunicações que difundiram novos modelos de comportamento feminino²⁴²; a política de seguridade social, que instituiu pensões e aposentadorias, reduzindo o incentivo à prole numerosa para segurança na velhice; e a política de atenção à saúde, que acelerou a medicalização da sociedade brasileira, fazendo que aspectos da sexualidade, reprodução e parto deixassem de estar sob autoridades tradicionais, passando à autoridade médica²⁴³. Ou seja, todo um conjunto de transformações associadas ao contexto geral de modernização da sociedade brasileira favoreceu de diferentes formas o controle da fecundidade. A urbanização reduz a importância de ter muitos filhos como mão de obra no campo e conjuga-se com um contexto de individualização do salário e proibição ou restrições ao trabalho infantil junto com a obrigação de escolarização. Já a cultura de massas dissemina valores familiares, como no modelo de famílias com até dois filhos nas novelas.

Usualmente as mudanças são descritas como tendo partido das classes altas e difundido para as baixas e considera-se que as classes baixas têm mais dificuldades em controlar a fecundidade, devido ao menor nível de informação e às dificuldades de acesso e de uso adequado dos meios contraceptivos, além de que muitas vezes não formulam uma visão assertiva sobre a possibilidade de controlar a reprodução.

Lee Rainwater lança luz sobre a questão da fecundidade diferencial²⁴⁴ entre as classes numa obra dos anos 1960 que investiga a segunda afirmativa da expressão “*the rich get richer and the poor get children*” (1960, p. 2, grifo nosso). A pesquisa analisa as dificuldades das classes baixas de alcançar um controle efetivo da fecundidade, o que estaria relacionado a menor confiança em sua capacidade de planejar o futuro e intervir nele, sendo que alguns entregam a questão completamente a determinação de Deus ou da natureza. A experiência de ter crescido em famílias grandes pode também reforçar o sentimento de que

²⁴¹ Segundo as autoras, “surgía la posibilidad, real o simbólica, de acceso a bienes que no eran los de primera necesidad [...] eso introdujo en el cotidiano de las familias de estratos sociales medio y bajo el ejercicio del ‘cálculo económico’ sobre la evaluación del costo/beneficio de los hijos” (PERPÉTUO; WONG, 2003, p. 364-365)

²⁴² Este proceso ocorre, na visão das autoras, em especial através de telenovelas, nas quais é frequente “la imagen de familia con pocos hijos, relaciones interpersonales igualitarias, alto padrón de consumo, inestabilidad conyugal, arreglos familiares no convencionales” (2003, p. 365)

²⁴³ Consideram que os valores da subcultura médica foram absorvidos pela população, legitimando a moderna tecnologia reprodutiva, bem como os parâmetros médicos de cuidado dos filhos.

²⁴⁴ A polêmica levantada pelo livro é tratada no prefácio de Stycos, que afirma a utilidade da hipótese de classe e já deixava claro que o estudo não sustenta os estereótipos de uma maior permissividade ou mesmo liberdade sexual nas classes baixas. Notar que há estilos de vida associados a posições na hierarquia social e que a classe pode ser um bom preditor do comportamento familiar não implica, segundo Rainwater, aderir à equação cultural habitual que faz equivaler baixo na hierarquia social e no sentido moral (1960, p. 6).

seria uma privação não ter condições de ter uma família maior, em especial porque o contexto urbano parece menos abundante que o rural.

Segundo Rainwater, as mulheres jovens pobres teriam aspirações semelhantes às ricas, mas experimentam maiores dificuldades de efetivar o número pretendido de filhos (1960, p. 25), seja porque não usam contracepção, não o fazem de forma efetiva ou apenas em estágios avançados de suas histórias reprodutivas. O estudo constata nas classes baixas americanas quatro padrões de comportamento quanto à limitação da fecundidade que inclui, de um lado, uma minoria que não faz nada a respeito, seja porque não atingiu a fecundidade desejada, seja por convicções religiosas; e, no outro polo, outra minoria que controla a fecundidade antes de atingir o número desejado de filhos. A maior parte dos casais de classe trabalhadora estaria, no entanto, em dois padrões intermediários, aquele que faz um controle esporádico e descuidado, deixando boa parte dos resultados da fecundidade ao destino, e aqueles que aderem ao planejamento familiar efetivo de forma desesperada, apenas depois de ultrapassar o número de filhos desejado (RAINWATER, 1960, p. 43).

Rainwater realça a tensão de gênero e a busca de controle, ainda que desesperado, pelas mulheres e que aquelas com maior visão de autonomia obtinham um controle mais efetivo e eram mais assertivas para discutir essas questões com seus companheiros. As tensões nos casais quanto ao planejamento familiar decorriam da frequente situação de despreocupação e não cooperação masculinas, enquanto a mulher experimentava a sexualidade com tensão por medo de engravidar. Isto era agravado pelo contexto geral de escassez de informação, um pouco melhor nos estratos mais altos, pois as mulheres em geral casavam-se praticamente sem informações sobre sexualidade.

Analisando os fatores que subjazem a decisão de controlar a fecundidade, Rainwater encontrou que a razão mais comum era econômica, apresentada em duas versões, uma que considerava a incapacidade de alimentar e atender as necessidades elementares dos filhos, e outra que considerava ganhos de renda acima da subsistência, indicando anseios de mobilidade.

Uma visão semelhante foi constatada em segmentos da classe operária brasileira analisados por Macedo (1979) nos anos 70. A decisão de ter filhos era marcada pela comparação campo-cidade, em que se percebia a cidade como um lugar onde é difícil criar muitos filhos, mas existem recursos para criar melhor os que se tem. No grupo analisado, o número de filhos estava em geral entre 2 e 4 filhos, constatando o uso da contracepção, com

métodos predominantemente modernos, e uma racionalidade da redução da fecundidade como parte do projeto de melhorar de vida.

Assim, de um lado, a família luta por manter-se e, se possível, ascender. Calcula-se o número de filhos em função de seu custo, ou seja, da medida em que afetam essas pretensões de viver o presente de certo modo. Por outro lado, os pais se acreditam responsáveis pelo futuro dos filhos e esse futuro é uma barreira ao crescimento da família. Quando se tem pouco, uma forma de garantir o máximo para todos é diminuir o divisor. Nesse sentido, os entrevistados afirmam que “não se deve ter filho a toa”, “não se deve ter filho prá judiar”, “a situação hoje não permite muito filho”, “com menos filho a gente tem mais conforto”, “ter filho depende de quem quer o filho”, “é mais fácil prá quem tem mais recursos”, “se a gente reparte por mais, sobra menos”. (MACEDO, 1979, P. 55).

Não se deve, portanto, considerar que o desejo de controle da fecundidade estivesse ausente nas classes baixas, mas que as condições de acesso e uso eram mais difíceis, o que incluía um nível de informação menor. Giffin realça evidências de uso de contracepção e um tamanho ideal de família menor nas classes baixas urbanas²⁴⁵ no final dos anos 80, o que em parte era motivado pela maior necessidade das mulheres de trabalhar.

Embora as mulheres, na sua quase totalidade, continuem a ter filhos, a contracepção e/ou o aborto passam a ser adotados pela grande maioria, fato explicado por elas como função das dificuldades econômicas. Isto pode ser entendido tanto em termos do custo de sustentação dos filhos como em termos da necessidade de elas trabalharem fora. (1994, p. 27)

No início da década de 1980, Barroso e Bruschini tiveram contato – a partir de uma pesquisa-ação na periferia de São Paulo, planejada no âmbito da Fundação Carlos Chagas – com o interesse pelo debate sobre sexualidade e pelo acesso à contracepção por parte das mulheres pobres: “a anticoncepção é considerada por elas como uma necessidade imediata, à qual elas atribuem grande prioridade e que não encaram como algo incompatível com a luta por um melhor sistema de saúde e contra as causas de sua pobreza” (BARROSO; BRUSCHINI, 1989, p. 234). Ávila e Correa também lembram a importância da descoberta pelas feministas de que as mulheres pobres queriam regular a fecundidade e buscavam meios para isso²⁴⁶, realçando ainda a capilaridade microsocial das “conversações dispersas e invisíveis” (1999, p. 97), bem como na mídia, para a legitimação de um discurso público renovado sobre sexualidade e reprodução.

²⁴⁵ Giffin cita o estudo de Iutaka (“Factores Relacionados con la Fecundidad de las Mujeres en Rio de Janeiro”, Anais de la Conferencia Regional Latinoamericana de Población, Santiago, 1972, pp. 329-33) que constatou, para a cidade do Rio de Janeiro, “uma taxa de uso de métodos contraceptivos de 74% na classe alta, 67% na classe média e 49,7% na classe baixa” (1994, p. 25).

²⁴⁶ Não apenas as feministas, mas também os demógrafos reconhecem que a motivação das mulheres foi um elemento esquecido nas primeiras análises do declínio da fecundidade (CARVALHO; BRITO, 2005).

Não obstante, o processo de disseminação do controle da fecundidade e do uso da contracepção foi marcadamente desigual. Para descrever os traços principais do comportamento reprodutivo das diferentes classes sociais partimos de suas taxas de fecundidade e do tempo que cada classe dedica à reprodução para, a seguir, analisar como se deu o processo de controle da fecundidade através da adesão ao uso de contracepção²⁴⁷.

Os dados apresentados na tabela 1 permitem observar que a taxa de fecundidade para a população total situava-se, no ano de 1976, em 4,4 filhos por mulher, tendo se reduzido em cerca de um filho por década, de forma a atingir 2,0 filhos em 2006, número que se mantém em 2012²⁴⁸. Quando se comparam as taxas de fecundidade específicas de cada classe, nota-se que estas tendem a ser maiores nos estratos inferiores, declinando à medida que se observam os estratos mais altos. Todavia, como a queda tende a ser mais intensa nos estratos mais baixos os quais partem de patamares maiores de fecundidade, o resultado é uma expressiva redução dos diferenciais de fecundidade, tal como visualizado no gráfico 1.

Tabela 1. Taxa de fecundidade total e por classe social, Brasil, 1976, 1986 e 1996

	1976	1986	1996	2006	2012
<i>Classe 1</i> - Trabalhadores rurais	6,62	5,47	3,61	2,82	2,84
<i>Classe 2</i> - Trabalhadores na indústria tradicional, nos serviços pessoais e domésticos	4,54	3,56	2,70	2,09	2,25
<i>Classe 3</i> - Trabalhadores nos serviços gerais e vendedores ambulantes	4,49	4,06	2,74	2,24	2,29
<i>Classe 4</i> - Trabalhadores na indústria moderna	4,07	3,24	2,57	2,13	2,20
<i>Classe 5</i> - Empresários por conta-própria	3,75	2,59	2,28	1,69	1,48
<i>Classe 6</i> - Ocupações não-manuais: técnicas, artísticas, de rotina e supervisão	2,63	2,52	2,00	1,77	1,68
<i>Classe 7</i> - Proprietários e dirigentes	3,66	2,60	2,22	1,72	2,05
<i>Classe 8</i> - Profissionais de nível superior	2,49	2,16	2,07	1,52	1,19
<i>Brasil</i>	4,41	3,44	2,51	2,02	2,01

Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

De maneira geral, observa-se que a fecundidade caiu e alcança níveis baixos em todas as classes em 2006: se nos grupos ocupacionais urbanos manuais (2, 3 e 4), o nível alcançado já é muito próximo da taxa de reposição, entre as categorias não manuais está abaixo desta,

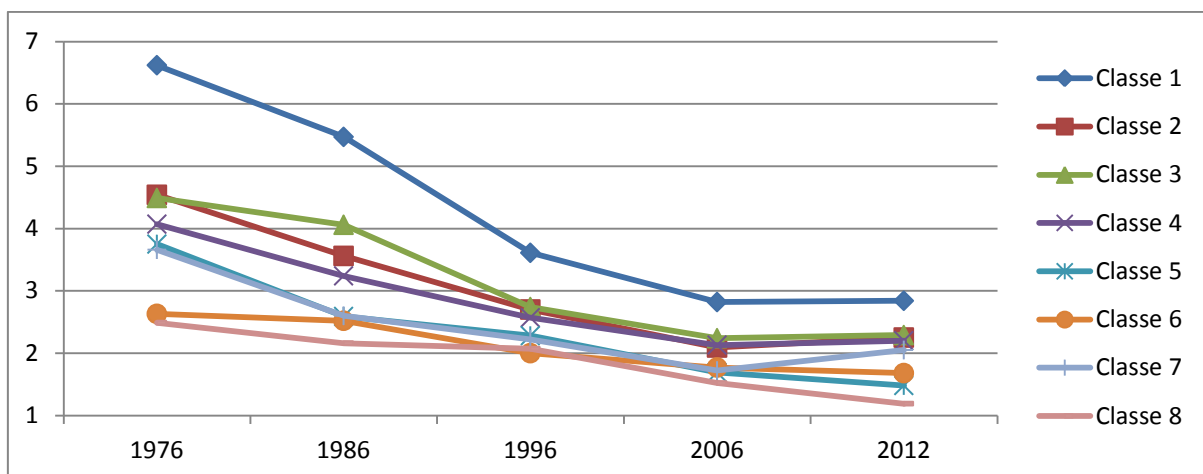
²⁴⁷ Para a análise das taxas de fecundidade e das curvas de entrada na maternidade utilizam-se as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012. Para a análise do uso de contracepção, recorreu-se ao suplemento sobre anticoncepção da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1986 e a parte dedicada à fecundidade na Pesquisa sobre Padrão de Vida (PPV) de 1996. Devido ao recorte geográfico da PPV, que cobriu apenas as regiões Sudeste e Nordeste, consideram-se, quanto à contracepção, apenas essas regiões. O IBGE não coletou dados sobre contracepção depois de 1996.

²⁴⁸ A taxa de fecundidade encontrada para 2012 foi confirmada junto ao setor responsável do IBGE, pois difere do valor que constava nas projeções do IBGE de 1,8 filhos.

oscilando entre 1,5 e 1,8. Apesar dos trabalhadores rurais ainda manterem um número médio de filhos de 2,8 em 2006 e 2012, realça-se que esse valor é menos que a metade da taxa de fecundidade que possuíam em 1976. O gráfico 1 ajuda a visualizar o movimento de convergência entre as classes em direção a níveis mais baixos de fecundidade, deixando claro que a fecundidade já era mais baixa nos estratos não manuais urbanos. Embora declinantes, os diferenciais por classe continuam expressivos. Se, por um lado, a diferença quanto ao número de filhos entre o grupo mais alto e o mais baixo caiu, entre 1976 e 2006, de 4,1 para 1,3 – diferencial que aumenta ligeiramente (passa a 1,6) em 2012 em virtude da redução ainda maior da fecundidade na classe 8 que chega a 1,2 filhos – por outro, a fecundidade dos trabalhadores rurais ainda é mais que o dobro da encontrada na classe mais alta. Portanto, no caso da fecundidade, confirma-se a difusão de cima para baixo, ou seja, de que “é nas classes superiores que começa a restrição voluntária dos nascimentos, pra se propagar em seguida às classes médias e populares” (SAUVY, 1979, p. 152).

Os diferenciais de fecundidade têm implicações do ponto de vista da dinâmica de formação ou transformação das desigualdades sociais. As taxas encontradas sugerem que, mantida a atual estrutura de classes, será necessária intensa mobilidade ascendente, pois os estratos mais altos não conseguirão se reproduzir pela herança social, dada sua fecundidade abaixo da reposição. Por outro lado, como discutido por Esping-Andersen (2009), a fecundidade diferencial implica que os poucos filhos dos estratos mais altos contarão com superinvestimentos capazes de maximizar suas chances de ascensão ou manutenção da posição social de seus pais. De um lado, tem-se uma elite de superinvestidos, dada a baixa fecundidade dos estratos superiores; de outro, uma elite crescentemente recrutada nas classes mais baixas já que a fecundidade no topo não é suficiente para a reprodução social das elites, o que as torna necessariamente mais porosas. Há ainda os arranjos de casais sem filhos – apelidados como DINK (Double Income, No Kids), traduzido para o Brasil como DINC (Duplo Ingresso, Nenhuma Criança) (ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010) – que tendem a acumular privilégios, pois está relacionado a maiores níveis de escolaridade de seus membros, no entanto, sem herança social.

Gráfico 1. Taxa de fecundidade por classe social, Brasil, 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

Nota-se que em 2006 e 2012 as taxas de fecundidade encontram-se oscilando em torno da taxa de reposição. Estas oscilações são esperadas quando se alcança níveis de reposição, o que inclui a possibilidade de recuperação da fecundidade. Existem opiniões variadas sobre o que acontecerá com a fecundidade no mundo no longo prazo, existem hipóteses de que esta oscilará em torno de 2 filhos, que voltará a aumentar, e também de que as sociedades se ajustarão à natalidade estruturalmente muito baixas²⁴⁹. Em sua análise dos países europeus, Lesthaeghe (2011) mostra que diferentes fatores estão associados a variações negativas ou positivas das taxas de “fecundidade baixa”, ora atuando no sentido de postergamento (constrangimentos estruturais, como prolongamento da educação, tempo de construção de carreira e custos habitacionais; além de auto-realização, valores expressivos e aspirações de consumo e lazer), ora no sentido de recuperação (como maior simetria de gênero, emancipação feminina e papéis familiares masculinos; além de aspectos históricos e organizacionais de políticas para a articulação família-trabalho).

A maternidade no Brasil é uma experiência frequente, mas não universal. O percentual de mulheres que não tinham tido filho aos 40-45 ou 45-49 anos tende a crescer. Embora a primeira medida seja usualmente a mais empregada, empregamos também uma segunda faixa etária, considerando que as tecnologias reprodutivas vêm estendendo a possibilidade de ser mãe em idades mais avançadas. Ainda que se considere que a curva de mulheres que já haviam experimentado a maternidade se estabiliza em 40-44 anos, nota-se que há pequena diferença quando se compara com a faixa etária de 45 a 49 anos, por causa da recuperação da fecundidade, que é um pouco maior nas classes não manuais. Nota-se que o

²⁴⁹ Para uma visão do debate, ver Livi-Bacci (2013, p. 154).

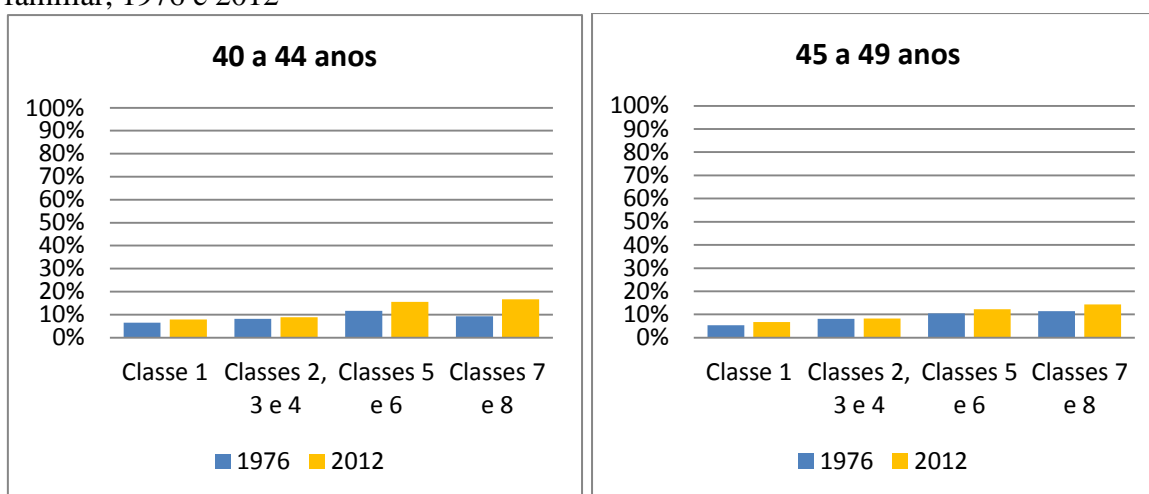
percentual de mulheres que não foram mães cresceu entre 1976 e 2012 e que são expressivas as diferenças por classe. A experiência de *childless* em 2012 é o dobro nas classes 7 e 8 se comparadas com a classe 1. Deve-se notar que se está falando de uma geração que nasceu nos anos 70 e que tinha mais de 40 anos em 2012, sendo possível que nas gerações mais jovens a não reprodução possa crescer, fenômeno que deverá ser diagnosticado nas próximas décadas.

Tabela 2. Percentual de mulheres de 40 a 49 que não haviam sido mães por classe social familiar, 1976 e 2012

40 a 44 anos	1976	2012	45 a 49 anos	1976	2012
Classe 1	6,5%	7,9%	Classe 1	5,4%	6,8%
Classes 2, 3 e 4	8,1%	8,8%	Classes 2, 3 e 4	8,1%	8,3%
Classes 5 e 6	11,7%	15,5%	Classes 5 e 6	10,5%	12,2%
Classes 7 e 8	9,3%	16,7%	Classes 7 e 8	11,5%	14,3%
Total	10,1%	13,5%	Total	10,1%	12,1%

Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

Gráfico 2 – Percentual de mulheres de 40 a 49 que não haviam sido mães por classe social familiar, 1976 e 2012

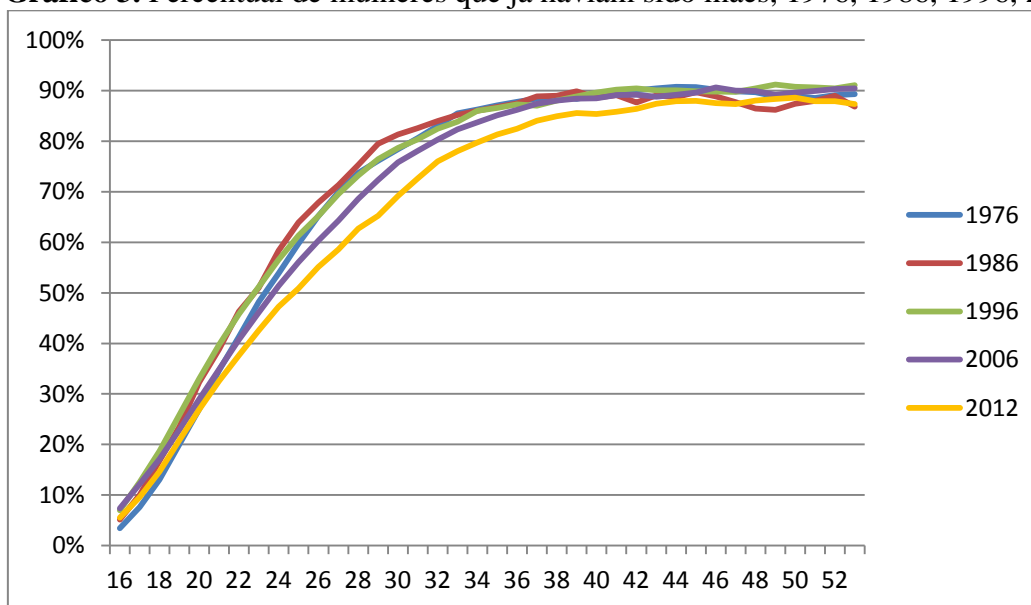


Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

As curvas de entrada na maternidade, por outro lado, permitem analisar a idade em que as mulheres começam a ter filhos. Observando-se as curvas de entrada na maternidade (gráfico 3), nota-se que, de maneira agregada, ela apresenta uma certa estabilidade no período de 1976 a 1996, com uma leve tendência de aumento do percentual de mulheres que já haviam sido mães entre os 15 e os 24 anos, como consequência do aumento da gravidez na adolescência. Esta tendência mantém-se em 2006, mas nesta data nota-se a redução das mulheres que já haviam sido mães entre 25 e 35 anos, diferença que deixa de existir no final da

curva, sugerindo o adiamento da maternidade. O percentual de mulheres que já haviam sido mães entre 25 e 40 anos caiu ainda mais em 2012.

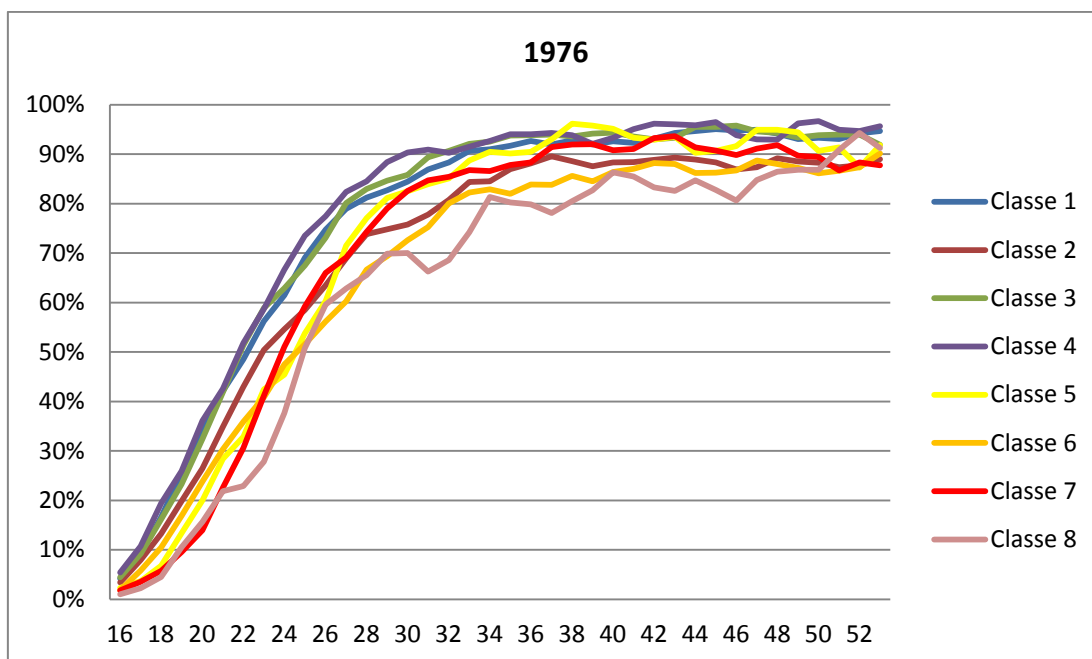
Gráfico 3. Percentual de mulheres que já haviam sido mães, 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

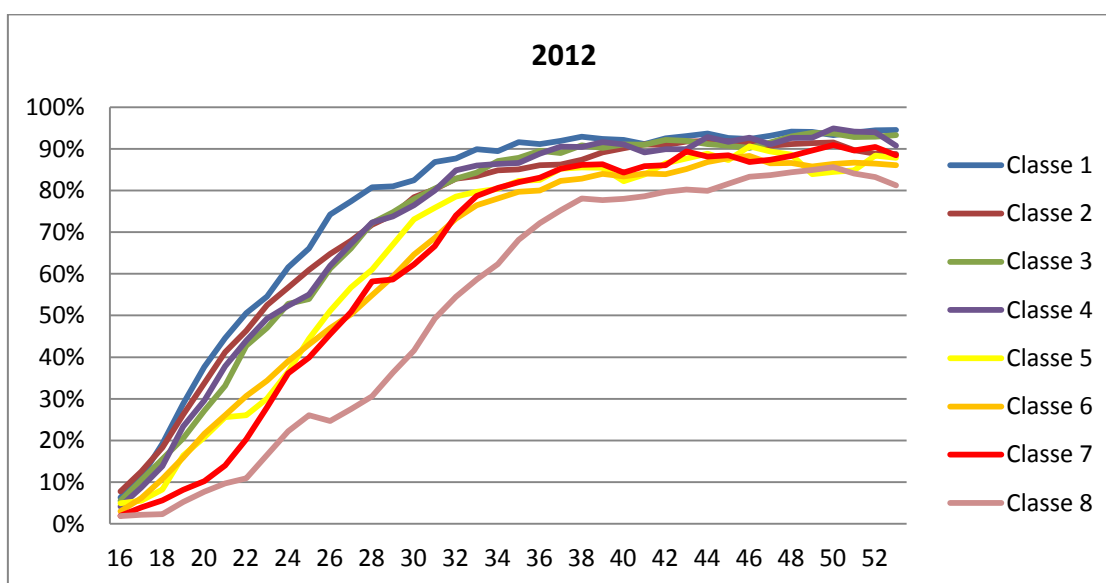
A frequência e a idade em que ocorre a experiência da maternidade variam muito por classe. Observando os gráficos que comparam as oito classes em 1976 e 2012 (gráficos 4 e 5), nota-se que a experiência da maternidade é mais frequente entre as mulheres dos estratos manuais (exceto no 2), se comparada aos estratos não-manuais, nos quais é experimentada em menor proporção e de forma mais tardia, sobretudo entre as mulheres pertencentes à camada mais alta (classe 8). Nas duas datas, as curvas mais altas (o que indica maior proporção de mulheres experimentando o evento em questão – ser mãe) são as dos estratos 1, 3 e 4 que se diferenciam do 2, entre os manuais. Dentre os estratos não-manuais, nota-se que os estratos proprietários, 5 e 7, tendem a ter filhos mais cedo, se comparadas as mulheres dos estratos mais escolarizados (6 e 8). Na última década, o estrato 8 tende a se distanciar um pouco mais dos demais estratos não manuais, enquanto o estrato 6 acompanha os outros estratos não-manuais.

Gráfico 4. Percentual de mulheres que já haviam sido mães por classe social, 1976



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD de 1976.

Gráfico 5. Percentual de mulheres que já haviam sido mães por classe social, 2012



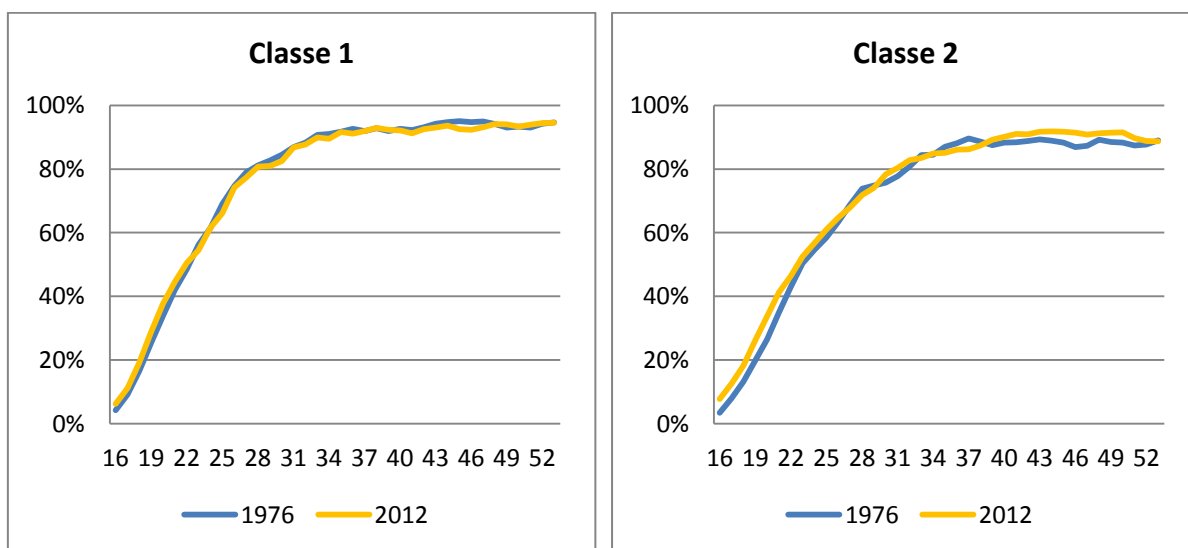
Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2012.

Nota-se que, em 2012, formam-se três blocos, classes manuais, classes não manuais 5, 6 e 7, e classe 8 separada. A classe 2, que possuía menor percentual de maternidade em 1976, acompanha a tendência das demais classes baixas urbanas em 2012. Outra nuance é que a classe 1 possui um percentual superior de mulheres que já haviam sido

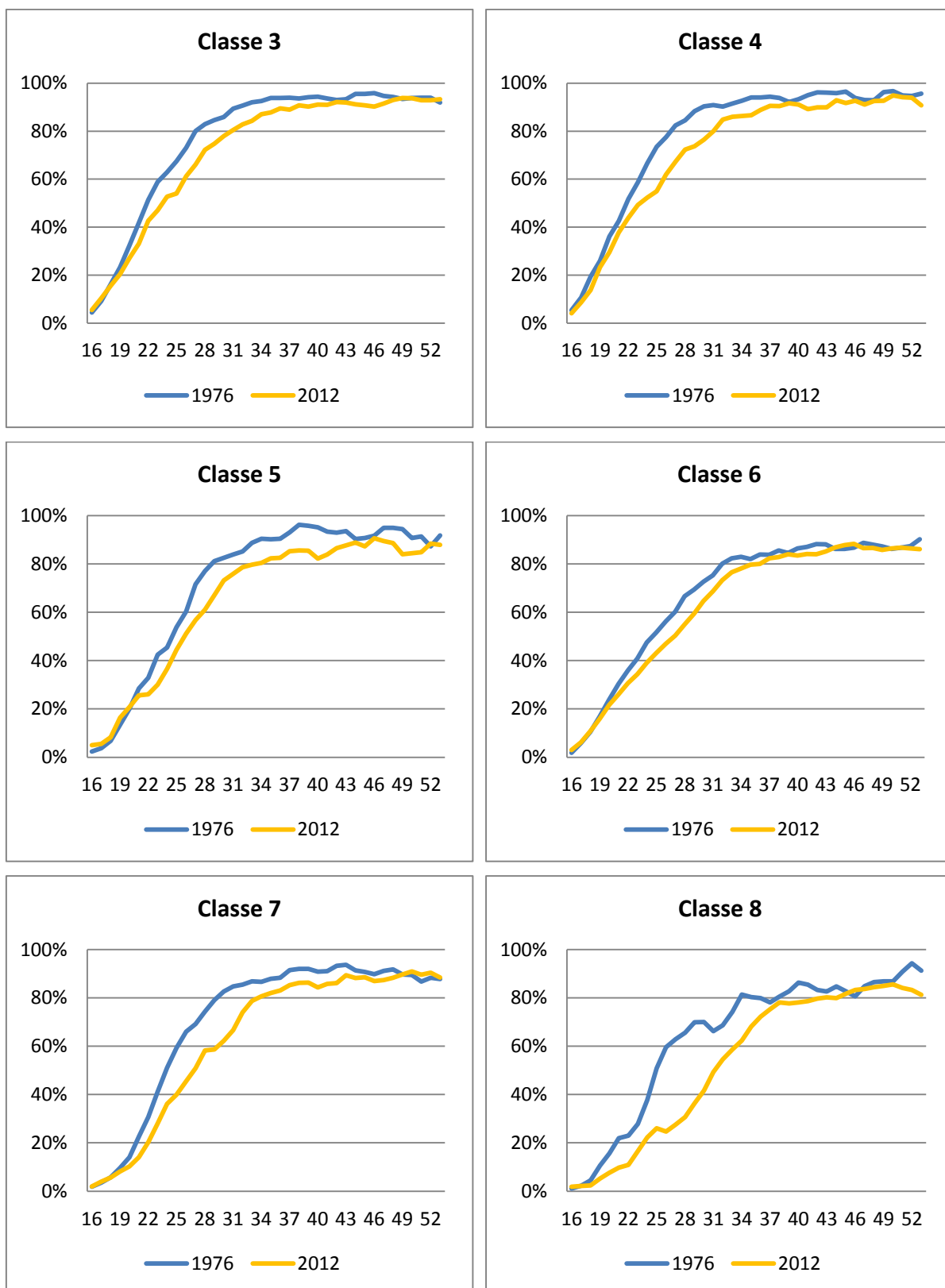
mães, tendendo a separar-se das demais classe manuais. É possível também que a classe 7, que em 1976 estava muito próxima a classe 5, e em 2012 começa também a descolar das demais nas idades mais jovens, siga a mesma tendência da classe 8, como mostra o gráfico 6 que compara a entrada na maternidade para cada classe. Comparado o espriamento das classes em 1976 e 2012, observa-se que há um aumento dos diferenciais por classe, o que se deve sobretudo ao afastamento da classe 8, já que as demais classes tendem a se manter próximas dentro do grupo manual e do não manual.

A tendência de adiamento da maternidade na data mais recente (2012) é melhor compreendida quando desagregadas as variações por classe (gráfico 6). Observando-se o percentual de mulheres que haviam sido mães em 1976 e 2012 para cada classe, nota-se que há um postergamento da maternidade, sobretudo antes dos 36 anos, para as classes 3, 4, 5, 6, 7 e 8 (diferenças que oscilam em torno de 12 pontos percentuais), valor que na classe 8, em algumas idades é superior a 20 pontos²⁵⁰. Um ligeiro crescimento da gravidez na adolescência, por sua vez, aparece apenas na classe 2, a mais baixa urbana, enquanto a curva se mantém a mesma na classe dos trabalhadores rurais. Além da redução da fecundidade, a experiência de ser mãe tende, portanto, a partir da classe 3 a ser postergada.

Gráfico 6. Percentual de mulheres que já haviam sido mães em cada classe social, 1976-2012



²⁵⁰ Como esta é a menor classe são também maiores as possibilidades de oscilações aleatórias.

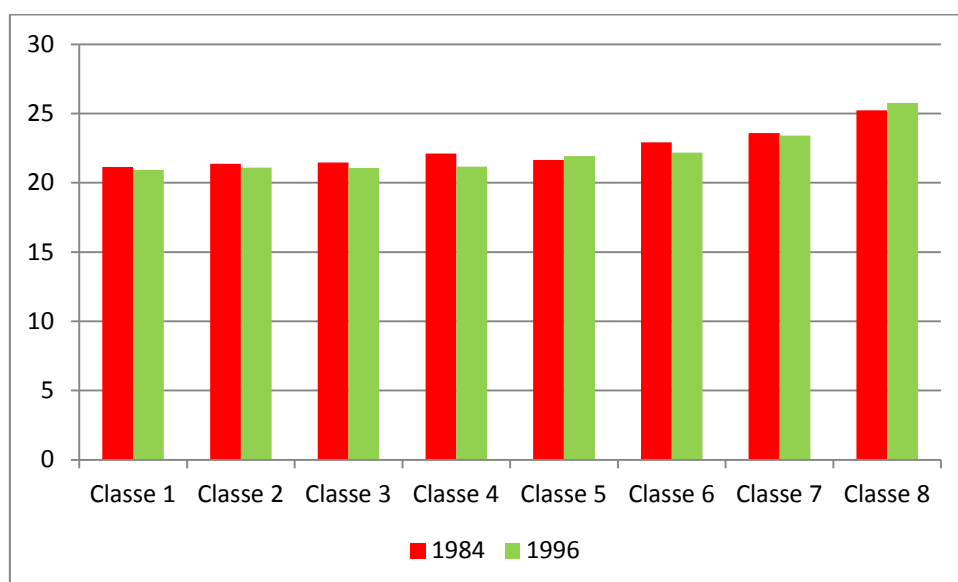


Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

Informações mais detalhadas sobre a história reprodutiva são escassas, dados retrospectivos sobre a idade em que a mulher teve o primeiro filho estão disponíveis apenas

em 1984 e 1996. Pelo gráfico 7, observa-se que a idade média de início da vida reprodutiva tende a crescer à medida que se observam os estratos mais altos. A diferença entre a classe mais baixa e a classe mais alta na idade média do início da vida reprodutiva é de quase cinco anos, tempo suficiente para fazer um curso superior, variando de 20,9 (classe 1) a 25,8 (classe 8) em 1996. Comparando as duas datas, nota-se que a idade média de entrada na maternidade das mulheres que haviam sido mães cai ligeiramente ou se mantém estável, apresentando algum incremento apenas nos estratos 5 e 8. Portanto, se todas as classes diminuem a fecundidade e têm menor número de filhos, a entrada na maternidade tende a ser um processo em que os diferenciais por classe mantêm-se importantes.

Gráfico 7. Idade Média da mulher por ocasião do nascimento de seu primeiro filho, mulheres de 15 a 49 anos residentes no Nordeste e Sudeste



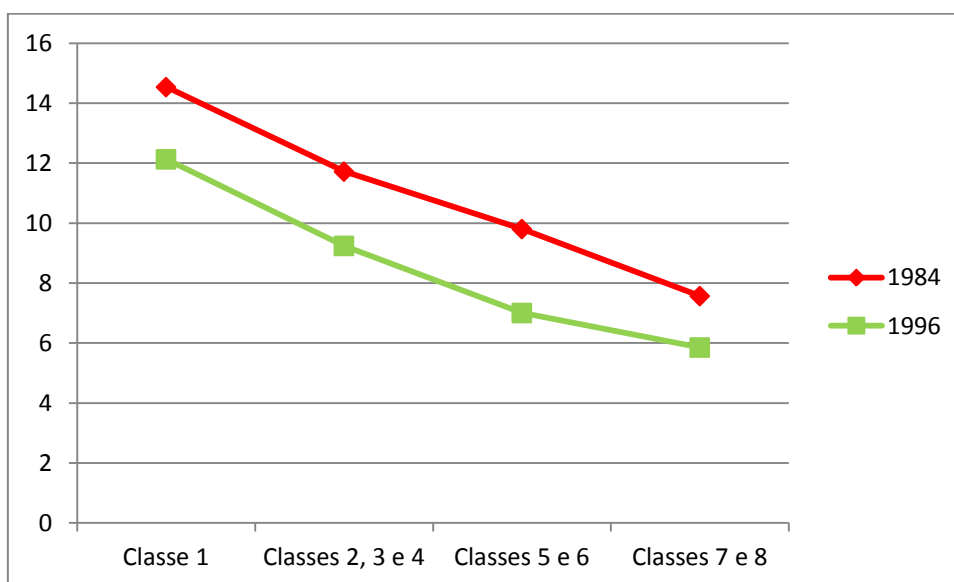
Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD de 1984 e da PPV 1996.

Não obstante tais variações, existe a tendência geral de que as mulheres dediquem menos tempo de suas vidas a ter filhos, o que se deve em parte à redução do número de filhos tidos, e em parte à possibilidade de controlar o espaçamento entre os filhos, permitindo a concentração da maternidade em um intervalo menor de tempo. Considerando-se apenas as mulheres de 40 a 49 anos que tiveram pelo menos dois filhos (gráfico 8), nota-se que elas apresentam intervalos menores entre os primeiros e os últimos filhos tidos, processo esse comum a todas as classes. Importa realçar que as mulheres que atingem 40-49 anos em 1996 iniciaram suas vidas reprodutivas, nos anos 60-70, momento em que teve início a revolução

na contracepção, pelo menos para os estratos mais altos, acesso que aos poucos vai se difundindo para os demais estratos. Portanto, esta tendência seria provavelmente mais pronunciada se houvesse dados de história reprodutiva para o período mais recente.

Nota-se ainda que esse tempo dedicado a maternidade é progressivamente menor quando se caminha dos estratos mais baixos aos mais altos na hierarquia social. Se as mulheres da classe trabalhadora que tinham entre 40 a 49 anos em 1984, haviam dedicado mais de 14 anos de suas vidas a ter filhos, valor que decresce a 12 anos em 1996, os números equivalentes entre as mulheres do estrato de profissionais de nível superior são 6,2 e 4,8 anos. Ou seja, há um declínio para todas, mas o diferencial por classes permanece o mesmo.

Gráfico 8. Intervalo entre o nascimento do primeiro e do último filho, mulheres de 40 a 49 anos residentes no Nordeste e Sudeste que tiveram pelo menos 2 filhos²⁵¹



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD de 1984 e da PPV 1996.

Os diferenciais por classe também são visíveis no acesso à contracepção. O grande motivo de surpresa quanto à transição da fecundidade no Brasil reside no fato desta ter se dado rapidamente e na ausência de qualquer programa público de planejamento familiar, o que não impediu que se alcançasse aqui níveis próximos a de países com intensos programas de controle populacional (MARTINE, 1996). Estudos do início da década de 80, já realçavam que, na ausência de uma política pública de planejamento familiar, o setor privado é que teria tido papel central na crescente disponibilidade de métodos contraceptivos. Essa

²⁵¹ Do universo analisado (mulheres de 15 a 49 anos residentes no Nordeste ou Sudeste que haviam tido filhos), apenas 8,5% em 1984 haviam tido apenas um filho.

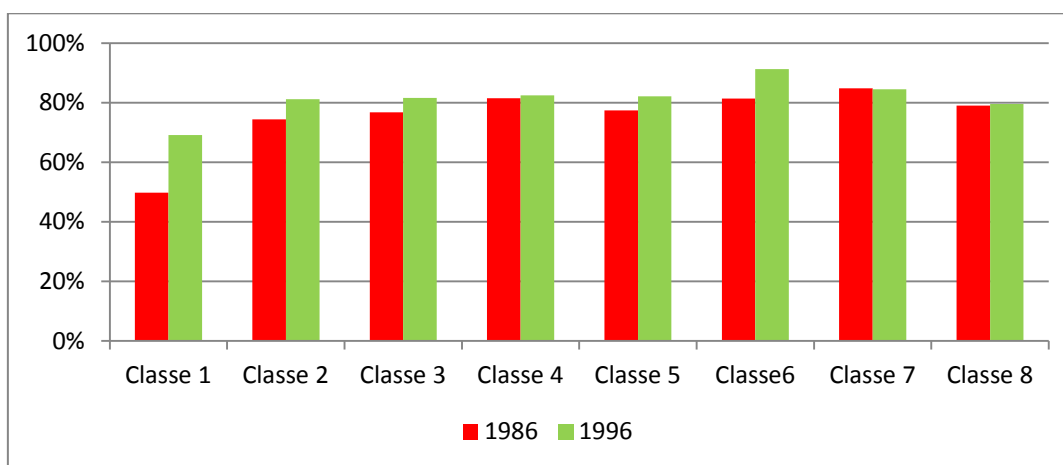
oferta seria proveniente basicamente de canais comerciais e de agências privadas de planejamento familiar (MERRICK; BERQUÓ, 1983). Apesar do primeiro programa de saúde pública que incluiu o planejamento familiar ter sido criado em 1983, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), houve falhas em sua implementação, o que gerou impasses do ponto de vista da saúde e direitos reprodutivos da mulher (CORREA, 1993; COSTA, A. M., 1999).

O gráfico 9 apresenta o crescimento do uso de contraceptivos entre 1986 e 1996 entre as mulheres unidas²⁵², permitindo mostrar que o crescimento da sua difusão foi maior entre as classes baixas, o que tem o efeito de reduzir os diferenciais por classe no acesso à contracepção. No período observado, o aumento mais expressivo se dá entre os trabalhadores rurais que saltam de 50 a 70% de adesão ao uso de contracepção entre as mulheres unidas. Ainda assim, os trabalhadores rurais, encontram-se num patamar inferior aos estratos manuais urbanos, em que o uso de contracepção alcançava 81% das mulheres unidas em 1996. Já os estratos não-manuais mantêm índices de acesso a contracepção entre 79 e 91% entre as mulheres unidas. No caso dos estratos 4, 7 e 8, nota-se que não há acréscimos em relação aos percentuais já encontrados em 1986, todavia essas classes já apresentavam índices altos de contracepção (entre 79 e 85%), se comparadas aos estratos manuais. Realça-se ainda o alto uso de contracepção entre as mulheres do estrato 6, onde 9 a cada 10 mulheres unidas utilizam contracepção²⁵³. Embora os dados ajudem a confirmar, a partir de uma perspectiva de classes, a visão usual de que o uso de métodos anticoncepcionais se disseminou de cima para baixo na hierarquia social, esse processo não é linear.

²⁵² A definição de demanda insatisfeita considera em geral apenas as mulheres unidas, o que é particularmente útil na presente análise porque torna mais homogênea a exposição ao risco de gravidez, uma vez que existem diferenças socioeconômicas na idade de início da vida sexual (ITABORAÍ, 2003). Ademais, evita-se o problema de subdeclaração, pois as mulheres unidas têm mais autonomia para assumir sua vida sexual. A demanda insatisfeita em matéria de planejamento familiar é muito menor no Brasil (6% em 2006) que na América Latina (9,9% em 2011, ambos os percentuais conforme os metadados do Cepalstat). “Entre las razones que explican la demanda insatisfecha de planificación familiar, se cuentan –aparte de la imposibilidad de llevar adelante la planificación deseada-, la mayor demanda e insuficiente oferta de servicios de salud reproductiva, la falta de apoyo de la pareja y los costos asociados al acceso a métodos anticonceptivos” (CEPAL, 2011, p. 19-20).

²⁵³ Pode-se considerar a hipótese de que na classe 6 seja maior a necessidade de controlar a fecundidade para ascender. Existe vasta literatura sobre controle da fecundidade e aspirações/processos de mobilidade, que realçam que “é preciso ser leve para subir”, conforme analisado em Itaboraí (2012).

Gráfico 9. Proporção de mulheres unidas que fazem uso de anticoncepcionais²⁵⁴ por classe social (Mulheres de 15 a 49 anos residentes no Nordeste e Sudeste do Brasil)



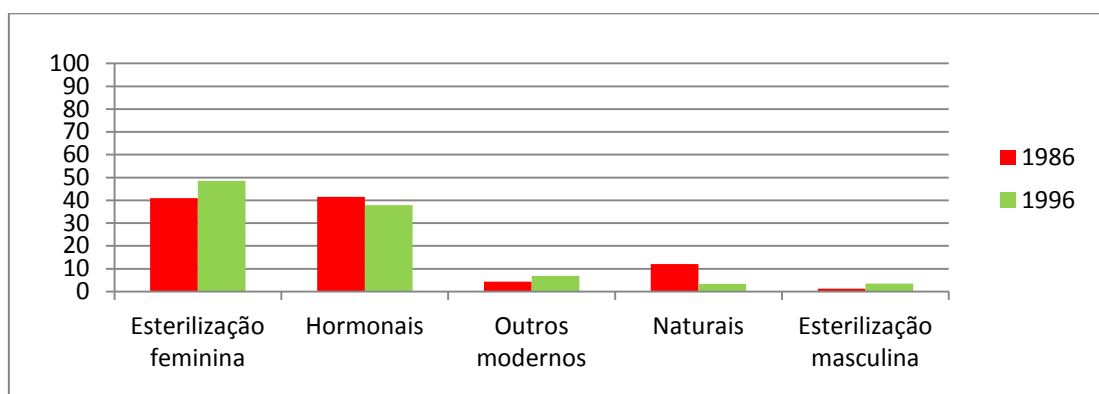
Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD de 1986 e da PPV 1996.

O mix de anticoncepcionais utilizados (gráfico 10), por outro lado, pode ser analisado do ponto de vista da diversidade ou massificação nas opções adotadas e oferecidas a cada classe social. É bastante conhecido o fato de que a esterilização e a pílula são os métodos largamente predominantes no Brasil, bem como a tendência de crescimento da primeira. Pelo gráfico 10, observa-se que os métodos hormonais (41,5% em 1986 e 37,8% em 1996) lideravam, em 1986, o mix de contraceptivos, seguidos pela esterilização feminina. A ordem na liderança desses dois métodos se inverte em 1996, em parte como efeito do próprio caráter cumulativo da esterilização (que passa de 41% em 1986 para 48,5% em 1996). A participação de métodos naturais no mix de contraceptivos cai de 12 a 3,4%, enquanto crescem os outros métodos modernos (DIU e os de barreira: diafragma, preservativo e espermicidas), que passam de 4,3 a 6,8% e a esterilização masculina, que passa de 1,2 a 3,5%²⁵⁵.

²⁵⁴ Na análise do uso de contracepção foram excluídas, por serem consideradas não expostas, as mulheres que afirmaram estarem grávidas, terem retirados trompas ou útero e serem amenorréicas.

²⁵⁵ Dados mais recentes estão disponíveis apenas para 2006, através do levantamento da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS/DHS). Analisando os diferenciais socioeconômicos (educação e renda), Perpétuo e Wong (2009, p. 89) observam que “Entre 1996 e 2006 aumentou a prevalência de uso de anticoncepcional, devido à expansão do uso de métodos nos estratos socioeconômicos mais baixos. Mudou a distribuição proporcional dos métodos usados, pela redução da esterilização feminina e o aumento do uso da pílula, da esterilização masculina e do condom. A esterilização feminina ainda foi o método mais utilizado por mulheres com pequena escolaridade e renda, mas estas variáveis não tiveram influência sobre a probabilidade de esterilização na análise ajustada pela idade da mulher, parturição e local de residência. Indicadores relativos à experiência reprodutiva e anticoncepcional de mulheres esterilizadas e usuárias da pílula indicam que houve uma relativa melhora na qualidade da anticoncepção. [...] A regulamentação da prática da esterilização nos serviços de saúde pública parece ter contribuído para mudar o perfil de uso de métodos. Houve a homogeneização do acesso à esterilização feminina para os estratos sociais, uma maior participação do homem na contracepção de mulheres com melhor nível socioeconômico, mas pouca melhora na ‘qualidade’ da contracepção de mulheres com pior nível socioeconômico.”

Gráfico 10. Mix de anticoncepcionais, 1986 e 1996, mulheres de 15 a 49 anos residentes no Nordeste e Sudeste do Brasil



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD de 1986 e da PPV 1996.

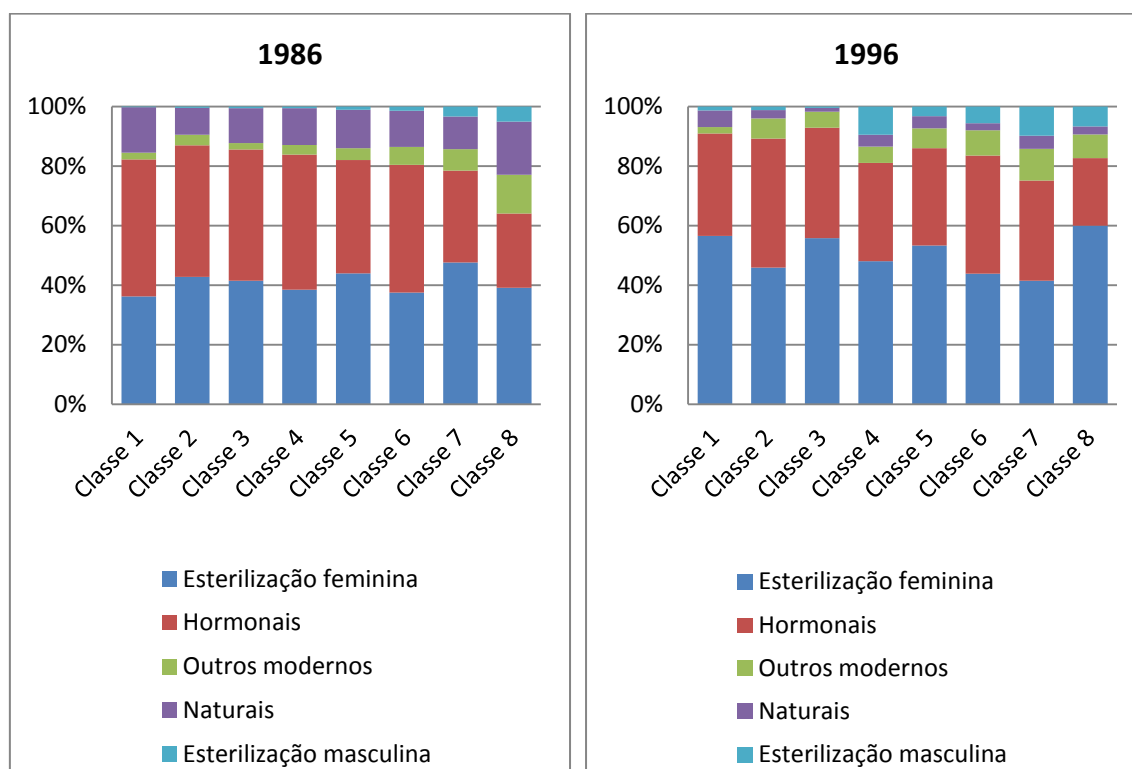
Decompondo o mix de contraceptivos por classe (gráfico 11), observam-se algumas diferenças importantes no período analisado, que indicam uma maior massificação do uso de métodos hormonais e esterilização feminina nas classes mais baixas, enquanto os estratos mais altos dispõem de um leque um pouco mais diversificado de escolhas. Calculados os percentuais que os dois métodos principais significam em cada classe, nota-se que variam, em 1996, de um máximo de 93% na classe 3 e 91% na classe 1, para um mínimo de 75% na classe 7 e 80% na classe 4.

O uso de outros métodos modernos tende a crescer em todas as classes, com exceção dos trabalhadores rurais, onde mantém um percentual muito baixo (2,3%) e na classe 8 onde se reduz (de 13% a 8,2%). Já o uso de métodos naturais reduz-se significativamente em todas as classes, a maior frequência de uso desses métodos se deu nos anos 80 nos dois extremos da hierarquia social (nas classe 1 e 8), podendo-se levantar a hipótese de motivações diferentes, em que se misturam preferências e dificuldade de acesso a outros métodos mais modernos. Quanto à esterilização masculina, nota-se que sua participação no mix de anticoncepcionais até 1996 era mínima, tendendo a estar mais presente nos estratos não manuais e entre os trabalhadores da indústria moderna.

O uso de contracepção moderna, causa central do declínio do número de filhos, é já bastante alto em 1996, mas algo muito criticado é que concentra-se em apenas dois métodos: esterilização feminina e pílula (ou outros métodos injetáveis hormonais equivalentes), que são de inteira responsabilidade feminina. Lefaucheur (1995) realçou a importância das transformações tecnológicas que possibilitaram que as mulheres ascendessem ao poder na esfera reprodutiva, tanto porque métodos de iniciativa feminina (sobretudo pílula

e ligadura) limitam as possibilidades do homem impor seu desejo de paternidade, bem como porque o avanço da genética²⁵⁶ impede que os homens responsabilizem as mulheres pela sua esterilidade ou deixem de assumir sua paternidade. O contraponto do fato de que os homens veem dificultadas suas possibilidades de impor ou negar a paternidade é que as mulheres passam a ter mais voz e autonomia na eleição ou não da maternidade.

Gráfico 11. Mix de anticoncepcionais por classe, 1986 e 1996, mulheres de 15 a 49 anos residentes no Nordeste e Sudeste do Brasil



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD de 1986 e da PPV 1996.

Ao mesmo tempo que mostram um maior poder das mulheres nas decisões reprodutivas, a prevalência de métodos femininos é objeto de questionamento por sugerir falta de diálogo nos relacionamentos, expressando não apenas que o controle é das mulheres, mas que também que a contracepção é considerada responsabilidade delas. Além de ter motivado, como visto, uma CPMI, a crescente incidência de esterilizações femininas foi vista com muitas ressalvas também do ponto de vista médico. Realça-se sua associação com a prevalência de partos cesáreos e que uma decisão irreversível não deveria ser o resultado do

²⁵⁶ Para uma análise dos efeitos da “verdade científica” do teste do DNA no Brasil, ver Fonseca (2002)

baixo grau de informação ou do pouco acesso a outros meios igualmente eficazes, mas reversíveis (BARROSO, 1984, BERQUÓ, 1993).

Ao avaliar as possíveis diferenças no perfil das mulheres esterilizadas por classe social, nota-se que o crescimento das esterilizações nas classes mais baixas da população se deu em condições mais desfavoráveis. Inicialmente observa-se (tabela 3) a idade da mulher por ocasião da cirurgia, o que coloca duas ordens de questões: a facilidade de acesso que pode encurtar a decisão e o problema da precocidade, que pode sugerir poucas opções e mesmo ocasionar arrependimentos futuros. Observa-se que a idade média em que foi feita a cirurgia caiu na década considerada em quase um ano. Mas essa queda não é igual em todas as classes, concentrando-se nas classes 1 (-1,7), e nas classes 5 e 6 (-1,4), enquanto a idade de realização das cirurgias mantém-se praticamente estável nas demais (-0,2 e -0,3).

Tabela 3. Idade por ocasião da esterilização por classe e data da cirurgia, mulheres unidas, Nordeste e Sudeste do Brasil

	<i>Idade média Até 1985</i>	<i>Idade média 1986 -1996²⁵⁷</i>	<i>Até 24 anos Até 1985</i>	<i>Até 24 anos 1986-1996</i>
<i>Classe 1</i>	31,5	29,8	13,5%	19,9%
<i>Classes 2, 3 e 4</i>	30,2	29,9	15,5%	17,8%
<i>Classes 5 e 6</i>	30,9	29,5	12,6%	18,8%
<i>Classes 7 e 8</i>	31,0	30,8	8,4%	7,1%
<i>Total</i>	30,8	29,9	13,2%	17,1%

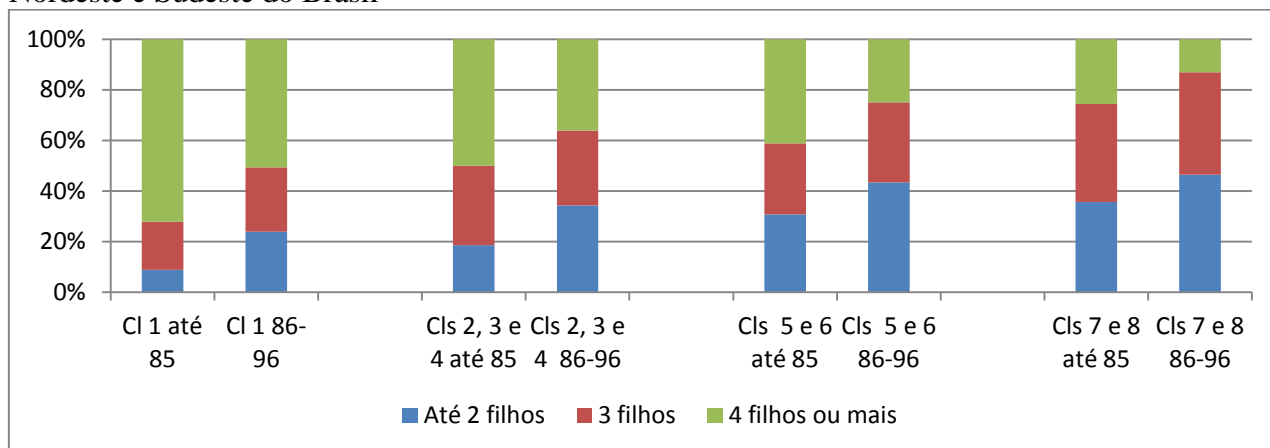
Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD de 1986 e da PPV 1996.

Observando o percentual de mulheres que foram esterilizadas muito jovens, com até 24 anos de idade, há redução apenas nas classes mais alta (onde é 7% em 1996, mas já era menor o número, até pelo fato da vida reprodutiva iniciar-se em média mais tarde), aumentando nas demais classes o percentual (entre 18 e 20%) de mulheres que fizeram ligadura muito jovens. Nota-se que, embora pesquisas internacionais tenham evidenciado que as taxas de arrependimento sejam geralmente pequenas, há que se considerar as características do contexto do arrependimento. Analisando informações de Porto Rico e Estados Unidos, Warren et al (1988) constatam que estão mais propensas a se arrepender ou desejar reverter a cirurgia as mulheres que se esterilizaram mais jovens e mulheres menos educadas, duas características frequentes no período analisado entre as mulheres esterilizadas no Brasil.

²⁵⁷ Foram excluídas da análise as mulheres que haviam sido esterilizadas antes de 1985, de forma a evitar o efeito cumulativo deste método e observar apenas a tendência mais recente.

Comparadas as duas datas (gráfico 12), menos mulheres fazem ligadura com muitos filhos, o que mostra que já se estava colhendo os frutos do uso da contracepção para o planejamento familiar. Todavia, nota-se um acesso mais custoso, possivelmente após uma trajetória reprodutiva acidentada, para mulheres de classe baixa.

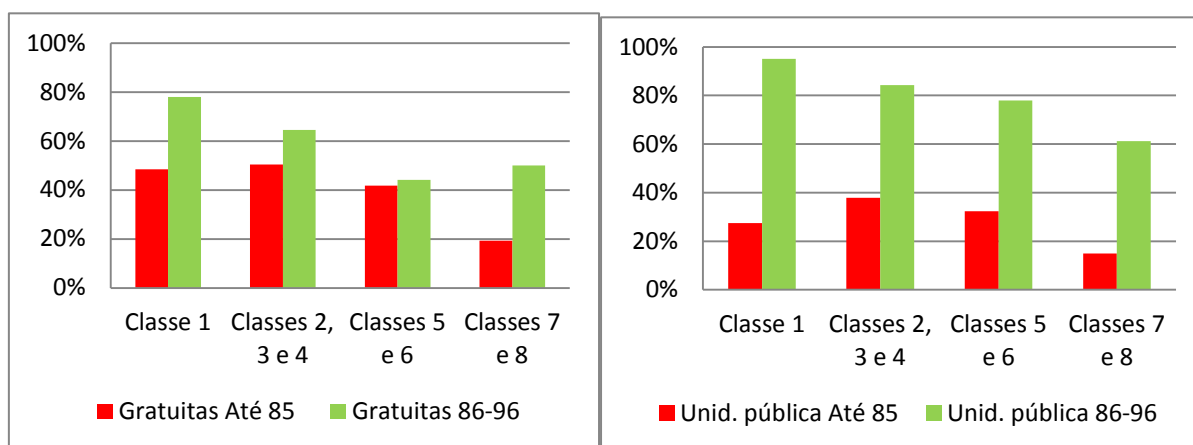
Gráfico 12. Número de filhos tidos por ocasião da esterilização por classe e data da cirurgia, Nordeste e Sudeste do Brasil



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD de 1986 e da PPV 1996.

Pelo gráfico 13, reforça-se a tese de que, embora não tenha havido uma política pública de planejamento familiar, as esterilizações foram majoritariamente feitas de forma gratuita e utilizando hospitais públicos, importância que tende a ser maior nas classes mais baixas. Houve utilização clandestina das unidades públicas, na quase totalidade das ligaduras feitas em mulheres trabalhadoras rurais e mais de 80% entre as mulheres das classes baixas urbanas que obtiveram a ligadura. Por outro lado, as cirurgias gratuitas representavam, em 1996, mais de 60% das esterilizações nas classes baixas e mais de 40% nas classes mais altas. Portanto, a realização de cirurgias pelo sistema público – o que inclui os acordos das pacientes com os médicos para a indicação de parto de risco, coberto pelo sistema público, e o pagamento da ligadura a parte clandestinamente – cresceu na década analisada em todas as classes. Junto com o crescimento da gratuidade, a possibilidade de fazer a ligadura com o aval do sistema público deve ter sido um estímulo para o crescimento do número de mulheres esterilizadas, favorecendo a difusão desse método.

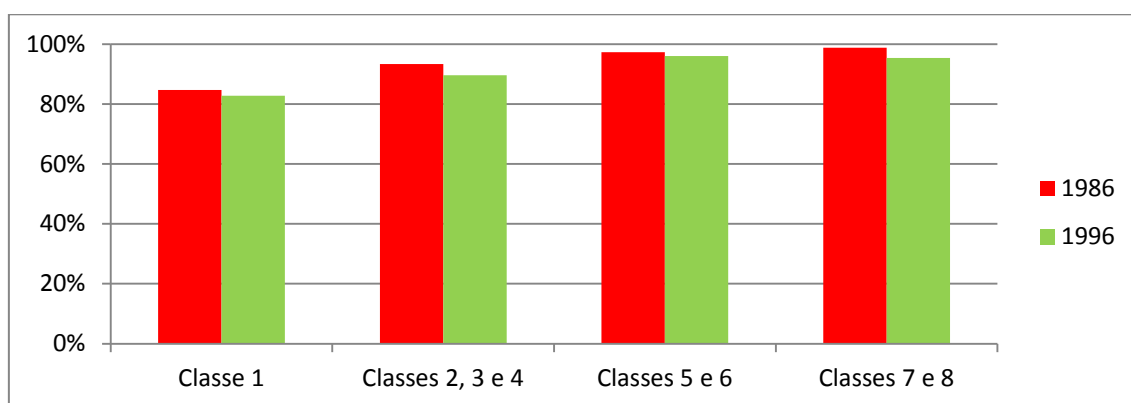
Gráfico 13. Porcentagem de mulheres esterilizadas que realizaram a cirurgia de forma gratuita e em unidades públicas por classe social, Nordeste e Sudeste do Brasil



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD de 1986 e da PPV 1996.

Por sua vez, o acesso à pílula (gráfico 14) se fez majoritariamente através de farmácias, ou seja, eram adquiridas de forma privada no mercado. Pelo que se observa no gráfico 14, houve apenas uma leve tendência de redução da compra de cartelas em farmácias para todas as classes. O percentual de mulheres que obtiveram pílula em unidades de saúde públicas em 1996, apesar de ter dobrado em relação a 1986 (de 4,3 para 8,7%, considerando-se o Nordeste e o Sudeste), continuava inferior a 10%.

Gráfico 14. Porcentagem de usuárias de métodos hormonais que adquiriram contraceptivo em farmácia, Nordeste e Sudeste do Brasil



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD de 1986 e da PPV 1996.

O crescente recurso a esterilizações e cesarianas no Brasil é questionado na medida em que atesta o avanço da medicalização do corpo feminino. Apesar da validade das críticas, a medicalização do corpo feminino não foi apenas poder sobre a mulher, mas, em

especial no caso do controle reprodutivo, também foi criador de poder para a mulher, permitindo o controle sobre seu próprio corpo, condição de possibilidade para outros projetos pessoais.

Não será apenas na direção de domínio da medicina para e sobre a condição feminina que se dá o processo medicalizador. Também o movimento dialético em direção oposta lhe pertence e o qualifica: o quanto o corpo feminino e a condição de ser mulher, por ter sido dos primeiros e historicamente original objetos de interesse e manipulação daquele poder, é substrato para seu próprio entendimento, enquanto prática que desqualifica atos, conhecimentos e sujeitos. Processo que se pode apreciar não só pela transgressão prática e violência simbólica, senão pelo conjunto contraditório de valores éticos que criou – como técnica, ciência e socialidade. [...] Que os corpos femininos relatem, então, essa dupla história: do desqualificado, do dominado, ou da sujeição; mas igualmente da invenção do indivíduo-sujeito, da criação do poder e do poder-fazer sobre o próprio corpo, para que se evidencie, afinal, qual sujeito é este que se formou. (SCHRAIBER, 2002, p. 13-14)

Uma consequência das novas escolhas reprodutivas é a possibilidade do adiamento da maternidade estar associado ao crescente recurso a tecnologias reprodutivas, o que é mais frequente nas classes superiores (JELÍN, 1995) e não deixa de ser uma expressão das diferentes trajetórias por classe. Segundo Jelín (1997), o campo da reprodução tem um viés de classe claro, com a ênfase na anticoncepção para as pobres e nas técnicas de fertilização para as ricas. Esta seria uma expressão das diferentes trajetórias de classe, o adiamento da maternidade pelas mulheres das classes superiores e as dificuldades no controle da fecundidade pelas mulheres das classes baixas. Não obstante, como destacaram Peri y Pardo (2008, p. 5) para o Uruguai, ainda que as mulheres dos setores médios tenham menos filhos que seu número desejado e as mulheres das classes baixas tenham mais filhos que os desejados, “tener una fecundidad menor a la deseada es más común de lo que se preveía”. O problema da insatisfação por falta, ao invés de por excesso em relação ao número de filhos desejado, também vem sendo analisada no Brasil (CARVALHO; WONG; MIRANDA-RIBEIRO, 2014), ressaltando o desafio de conhecer melhor as demandas de saúde reprodutiva de pessoas com diferentes condições sociais, para alcançar um ideal de sociedade em que “cada persona tenga los hijos que desea”(PERI; PARDO, 2008, p. 19).

Giffin (2002) alerta que o fato de que a linguagem de direitos das mulheres tenha sido incorporada na agenda política não é suficiente, sobretudo se às custas da invisibilização de outras desigualdades interconectadas, como as de classe, constatando que as escolhas reprodutivas e as condições de parto continuam a ser condicionadas pela pobreza e falta de cidadania.

As desigualdades no acesso das mulheres à saúde reprodutiva são parte do campo mais amplo das desigualdades no acesso à saúde. Apesar da proposta avançada de descentralização e equidade do Sistema Único de Saúde, expressão que foi das lutas democráticas no Brasil, nota-se que as desigualdades existem não apenas no acesso a serviços de saúde, mas também são passíveis de serem ampliadas pelo uso seletivo do SUS como demonstrou Médici:

O fato de que um sistema de saúde fragmentado e insuficientemente regulado sempre favorece os que procuram tirar proveito dessa situação. O percentual de pessoas que, tendo alguma cobertura do SMS, não são usuárias exclusivas do SUS, pode chegar em torno de 50% nos grupos de escolaridade mais avançada. Isso incentiva uma série de comportamentos que, ainda que legalmente permitidos são inequitativos, especialmente entre as classes médias e altas, que costumam usar o SUS para consumir serviços de alto custo e alta tecnologia não cobertos pelos seus planos de saúde, como forma de reduzir os valores que pagam por esses planos e os gastos do próprio bolso. Ao assim fazer, consomem parte expressiva dos recursos que poderiam ser utilizados a fim de melhorar os serviços básicos de saúde para os mais pobres (MEDICI, 1999, p. 122-123).

Outra importante razão de desigualdades entre mulheres no Brasil é o aborto, visto que sua prática clandestina²⁵⁸ penaliza, com sequelas ou com a morte, sobretudo as mulheres das classes baixas que recorrem a métodos mais inseguros. Não existem estatísticas seguras sobre a frequência com que as brasileiras recorrem ao aborto, na medida em que é uma prática ilegal e sub-declada²⁵⁹. Abordando a alta incidência de aborto clandestino no Brasil, Scavone realça que, embora seja uma prática comum a distintas classes, variam as condições em que ocorre. “Evidentemente, os riscos à saúde e à vida são proporcionais a qualidade do atendimento e aos métodos utilizados, evidenciando as profundas desigualdades sociais” (2004, p. 102). Relata ainda que em 1991 o aborto era a terceira causa de morte materna, passando a ser a quarta causa em 2000.

Estimativas para a década de 70 apontavam entre 600 mil e três milhões de abortos induzidos por ano no Brasil (MARTINS; COSTA; FREITAS; PINTO, 1991)²⁶⁰. Segundo

²⁵⁸ O Código Penal de 1940 considera o aborto como crime contra a vida, sendo admitido apenas em casos em que a continuidade da gravidez represente risco de vida para a mulher ou em que seja decorrência de estupro. Em 2012, o STF reconheceu o direito de aborto nos casos de anencefalia.

²⁵⁹ As estatísticas sobre aborto são limitadas, pois são estimadas a partir do número de atendimentos de complicações. Para um debate das políticas de redução de danos, ver a entrevista de Sônia Correa, que defende que o aborto deve ser raro, legal e seguro. Disponível em: < <http://www.ccr.org.br/videos-detalle.asp?cod=74>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

²⁶⁰ Martins, Costa, Freitas e Pinto (1991) realizaram pesquisa em sete favelas do Rio de Janeiro em 1984-5, constatando que a prática do aborto induzido era muito frequente. Destacavam que a criminalização da prática aumentava as desigualdades sociais e os riscos para saúde das mulheres de classe baixa: “as consequências reais da legislação restritiva em matéria de aborto [...] no lugar de impedir sua ocorrência, termina resultando no agravamento do problema e contribuindo para um excesso de riscos à saúde e para o aumento da mortalidade

Drezett (2010, p. 64-65), “no Brasil, as estimativas mais recentes e confiáveis apontam para cerca de 1 milhão de abortos induzidos a cada ano”. Levantamento com amostragem aleatória realizado em 2010 (DINIZ; MEDEIROS, 2010) constatou que ao final da vida reprodutiva mais de uma em cada cinco mulheres realizou aborto, o qual é mais comum entre 18 e 29 anos e entre mulheres com baixa escolaridade. O declínio da incidência de aborto é esperado diante do maior uso de contracepção. Acredita-se também que “os níveis de segurança do aborto não hospitalar no Brasil devem ser hoje superiores aos observados em décadas passadas, uma hipótese que se fortalece com a queda da morbimortalidade por aborto inseguro no país” (DINIZ; MEDEIROS, 2010, p. 963-964)²⁶¹.

Segundo Oliveira, pode-se diferenciar movimentos de mulheres de movimentos feministas a partir da defesa ou não do aborto, considerado para os últimos como direito humano das mulheres e dimensão última da autodeterminação na esfera reprodutiva. “Para o feminismo, a questão do direito ao aborto, do direito à escolha de ter ou não ter filhos, a escolha do livre exercício da sexualidade é premissa básica, fundamental e necessária” (OLIVEIRA, E. M., 2005, p. 132).

Outra dimensão que é experimentada de forma desigual e que persiste como um desafio para a autonomização feminina é a maternidade na adolescência, que é abordada a seguir.

2.2.3 Maternidade na adolescência em tempos de baixa fecundidade: desigualdades nos pontos de partida e de chegada

Apesar de e justamente porque há uma expressiva queda da taxa de fecundidade brasileira em todas as classes sociais, um tema que vem despertando preocupação é a fecundidade adolescente. Esta concentração da fecundidade no grupo mais jovem é, segundo Berquó e Cavenaghi (2005), característica de populações com controle da fecundidade por terminação, como é o caso da alta incidência de ligaduras no Brasil. Segundo estas autoras, há consenso de que a fecundidade adolescente cresceu entre 1991 e 2000, data a partir da qual esta tendência se reverteu. Dentre os possíveis fatores que explicam o crescimento da

materna, ampliando, deste modo, as já tão grandes injustiças sociais existentes” (MARTINS; COSTA; FREITAS; PINTO, 1991, p. 265).

²⁶¹ Como esclarecem Diniz e Medeiros (2010), os principais estudos sobre a magnitude do aborto no Brasil empregam três abordagens metodológicas: registros de internações hospitalares para procedimentos relacionados à prática de aborto, pesquisa a mulheres internadas por complicações de aborto; e sondagens técnicas aleatórias e com urna (para garantir o sigilo das respostas).

fecundidade nos anos 1990, considera-se a maior liberdade sexual, reduzindo a idade de iniciação sexual, na ausência de programas adequados para adolescentes e jovens que considerassem as desigualdades geracionais (que dificulta o acesso a serviços de saúde sem autorização de adultos) e de gênero (dadas as maiores dificuldades das mulheres jovens em negociar o uso de contracepção com seus parceiros).

O paradoxo da fecundidade adolescente resulta do próprio contexto de liberação sexual e de ganhos de autonomia feminina em curso, que se torna mais complexo entre pessoas que ainda têm insuficiente controle de suas vidas. Henriques e Silva (1988) realçam a ênfase que este fenômeno já vinha recebendo nos anos 80, em especial pela sua alta incidência nos Estados Unidos, e a preocupação gerada em torno das oportunidades sociais perdidas pelas jovens mães. Dois seriam os eixos de determinação: “Por um lado, a percepção do jovem sobre as oportunidades futuras afeta a sua motivação sobre quando procriar e/ou unir-se. Por outro lado, a maneira como o sexo é tratado socialmente, pode dificultar (ou facilitar) o aparecimento de atitudes responsáveis entre adolescentes” (HENRIQUES; SILVA, 1988, p. 358). A primeira situação seria comum ao meio rural, onde tipicamente a formação de família ocorre mais cedo, enquanto na segunda, o foco seria o meio urbano, onde a “revolução sexual” teria propiciado mais liberdade aos jovens sem as medidas correspondentes de prevenção da gravidez.

No entanto, a liberdade que os jovens desfrutam no domínio da sexualidade convive com restrições de autonomia em outras esferas. Singly (2000) considera que a sociologia da juventude precisaria dedicar maior atenção às práticas de negociações entre filhos e pais sobre controle de territórios, o que inclui sexualidade e acesso à contracepção. A seu ver, boa parte das famílias funciona com a segmentação de duas zonas: enquanto amizade, vida sexual e lazer é deixada sob a responsabilidade dos jovens, decisões em assuntos escolares seguem sendo compartilhadas com os pais. Por outro lado, restrições legais (e também preconceitos e estereótipos sobre os adolescentes presentes na sociedade e entre os profissionais de saúde²⁶²) que dificultam o acesso à contracepção, regular ou de emergência, pelos jovens podem estar relacionadas a maior incidência de gravidez não planejada nesta faixa etária.

²⁶² Em estudo sobre fecundidade adolescente na América Latina, Pantelides observou que “Resulta fundamental que los servicios que se instalen sean accesibles, tanto desde un punto de vista físico (localización) como subjetivo. Para que los adolescentes hagan efectivamente uso de éstos es crucial la actitud de los profesionales, que deben evitar la censura. Un clima cultural adverso a la sexualidad en la adolescencia puede verse reflejado en actitudes tales como la negativa de proveer anticoncepción o incluso atención.” (PANTELIDES, 2004, p. 21)

Destacando que o uso de contracepção por adolescentes é proporcionalmente mais baixo e, logo, são mais frequentes relações sexuais desprotegidas na adolescência, Perpétuo (2010) nota que, embora a informação sobre pílula do dia seguinte seja insuficientemente disseminada, quase 20% das adolescentes já fizeram uso em algum momento. Figueiredo (2010) destaca que, embora a contracepção de emergência seja regulamentada no Brasil²⁶³ e recomendada pela OMS, profissionais de saúde receiam que a orientação ou disponibilização cause uso indiscriminado por adolescentes e jovens, dificultando o acesso das gerações mais jovens.

As dificuldades decorrentes da maior liberdade usufruída pelos jovens não vir sendo devidamente acompanhada pelo acesso à contracepção são reconhecidas atualmente pelos órgãos de saúde. Osis et al. realçam que a falta de formação adequada de profissionais de saúde para fazer frente à autonomia dos beneficiários das políticas em matéria de sexualidade afeta, sobretudo, aos adolescentes, “embora o Ministério da Saúde venha enfatizando os direitos dos(as) adolescentes à preservação do sigilo e ao consentimento informado, bem como a necessidade de abordagens adequadas a essa etapa da vida”(OSIS et al., 2006, p. 248). Na Conferência de Beijing também se reconheceu os desafios adicionais para se alcançar a saúde sexual e reprodutiva na adolescência:

Na maioria dos países, os adolescentes são particularmente vulneráveis por causa de sua falta de informação e de acesso aos serviços pertinentes; a prevalência de comportamentos sexuais de alto risco; as práticas sociais discriminatórias; as atitudes negativas para com mulheres e meninas; e o limitado poder de decisão que têm muitas mulheres com respeito à própria vida sexual e reprodutiva. Na maioria dos países, os adolescentes são particularmente vulneráveis por causa de sua falta de informação e de acesso aos serviços pertinentes.(Organização das Nações Unidas, 1996, 77-8)

Observa-se que, quando comparadas aos grupos etários mais velhos, as mulheres de 15 a 19 anos apresentam maior necessidade insatisfeita de contracepção (BEMFAM, 1997, p. 88). Pode-se esperar que o aumento de atividade sexual na adolescência, na ausência de melhorias correspondentes nos serviços de planejamento familiar para o público jovem, amplie o percentual de mulheres que desejam controlar ou limitar o número de filhos mas não usam contracepção. Outro fato já estudado é que as dificuldades emocionais da adolescente

²⁶³ A anticoncepção de emergência é regulamentada no Brasil (BRASIL, 2011), entendida como uma forma de prevenir a gravidez inoportuna ou indesejada após uma relação sexual desprotegida, por falha conhecida ou presumida de método. Seu uso quando necessária é garantia do exercício pleno dos direitos humanos das mulheres no que refere a tomada de decisão sobre sua reprodução. No caso da violência sexual, a anticoncepção de emergência é um procedimento profilático, na perspectiva de redução de danos, em conformidade com o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, lançado em 2007.

em admitir que está grávida levam a um início mais tardio do acompanhamento médico pré-natal (TAKIUTI, 1997), com a consequente menor qualidade deste. Além das diferenças na nupcialidade e na idade da iniciação sexual de mulheres adolescentes que impactam na sua exposição ao risco de uma gravidez precoce, as dificuldades de acesso aos serviços faz com que muitas vezes as jovens só empreguem contracepção depois do primeiro filho.

Wong e Bonifácio realçam o problema dos conflitos geracionais e de gênero na adolescência e seu impacto no acesso à contracepção, lembrando que “mesmo em países desenvolvidos, níveis elevados de fecundidade entre adolescentes das populações mais vulneráveis socialmente não respondem às políticas sociais destinadas a adiar ou evitar gravidezes precoces” (2009, p. 102). Não obstante, campanhas de saúde e educação que se seguiram às taxas consideradas alarmantes no Brasil podem, segundo Berquó e Cavenaghi (2005), ter ajudado na redução da fecundidade jovem no período mais recente.

A participação da fecundidade do grupo de 15 a 19 anos no processo reprodutivo cresce e ganha visibilidade, em especial diante do declínio das taxas de fecundidade de outros grupos etários. Wong e Bonifácio (2009, p. 99) realçam que “um importante traço da demografia da América Latina é que o declínio da fecundidade não adiou o início da maternidade, como aconteceu em outros contextos”, caracterizando-se assim por um padrão etário jovem. No entanto, em suas previsões sobre a continuidade da queda da fecundidade no Brasil e na América Latina – contrapondo-se às expectativas de uma estabilização no nível de reposição – já contabilizam que, se a fecundidade está com padrão etário jovem e cai entre adolescentes desde 2000, a TFT pode declinar ainda mais. Outros comportamentos vão ao encontro dessa expectativa como os padrões elevados de contracepção e as preferências reprodutivas. As autoras, não obstante, realçam que é preciso indagar sobre a tendência de queda da fecundidade do grupo de 15 a 19 anos: “se se trata de uma convergência a baixos níveis ou uma maior ampliação da já grande diferença entre os diversos estratos da sociedade” (WONG; BONIFÁCIO, 2009, p. 102).

Em um relatório produzido para a Organização Internacional da Juventude, Rodríguez e Hopenhayn (2007) argumentam que os níveis de fecundidade adolescente na América Latina desconcertam por três razões: a ausência de correlação com a queda da fecundidade total; a não correspondência com a teoria da segunda transição demográfica no que diz respeito ao adiamento da união e do primeiro filho; e por não corresponder à expectativa de redução da fecundidade diante de transformações materiais e culturais, como a crescente escolarização e urbanização. A noção de “modernidade sexual truncada” é

empregada pelos autores para destacar que a liberalização dos costumes tem caminhado na América Latina junto com a ineficiência contraceptiva.

A análise de Vignoli sobre as tendências e determinantes da fecundidade adolescente realça que a América Latina e o Caribe são a única região do mundo que teve aumento da fecundidade adolescente nos últimos 30 anos do século XX, só estando atualmente abaixo da fecundidade da África. A América Latina²⁶⁴ se sobressai pela desvinculação entre fecundidade total e adolescente, uma vez que a segunda não acompanha o declínio das taxas gerais. Ao notar que este período foi marcado por intensa urbanização e expansão do acesso à educação, enfatiza os efeitos da mudança na composição educativa das adolescentes sobre os níveis de reprodução precoce. Logo, se não tivesse aumentado a escolaridade, a fecundidade precoce seria bastante maior. O efeito deflator do avanço da educação foi ainda maior no Brasil e Colômbia, justamente os países onde mais aumentou a fecundidade adolescente, os quais, segundo Vignoli, se não tivessem mudado seus níveis educacionais entre 1980 e os anos 2000, teriam atingido níveis de fecundidade adolescente mais altos que a média da África Subsaariana (VIGNOLI, 2008, p. 35). Essa influência das mudanças nos níveis de escolaridade faz o autor realçar que, para analisar a fecundidade adolescente, é mais adequado usar critérios socioeconômicos, como quartis de renda, do que a escolaridade, porque esta última medida é afetada pela mudança do peso relativo dos grupos educacionais ao longo do tempo²⁶⁵.

Dois medidas são usualmente empregadas para analisar a fecundidade adolescente, a taxa específica de fecundidade do grupo de 15 a 19 anos e o percentual de mães entre as mulheres de 15 a 19 anos. A primeira medida é afetada pela queda dos nascimentos de segunda ou mais ordens, mudança que não afeta o percentual de adolescentes que são mães²⁶⁶. A adesão ao uso regular de contracepção apenas após o nascimento do primeiro filho é uma dimensão dessa diferença, pois assim controlam-se novos nascimentos de mulheres jovens já contadas como mães.

A gravidez na adolescência é um fenômeno que condensa uma série de desigualdades, pois à proporção que cresce a escolaridade observa-se maior acesso à informação e a métodos contraceptivos, além de que adolescentes mais escolarizados adiam

²⁶⁴ Entre 1980 e 2000, a fecundidade adolescente cresceu no Brasil e na Colômbia, países que, pelo seu peso populacional, têm a capacidade de influenciar as estatísticas latino-americanas.

²⁶⁵ O que é também mais um argumento a favor do critério de classe familiar aqui empregado.

²⁶⁶ Vignoli nota que a distribuição das adolescentes que são mães do primeiro ou de dois ou mais filhos no Brasil entre 1991 e 2000 manteve-se estável: em torno de 77% tinha apenas um filho, em torno de 18% tinham 2 filhos e apenas cerca de 5% tinham 3 ou mais filhos (2008, p. 24).

mais o início da vida sexual (HENRIQUES; SILVA; SINGH; WULF, 1989; ITABORAÍ, 2003). Rodríguez e Hopenhayn (2007, p. 8) realçam as desigualdades sociais na fecundidade adolescente mostrando que, no Brasil e em outros países da América Latina, a fecundidade adolescente cai ou mantém-se constante no quintil mais rico enquanto cresce no quintil mais pobre.

Pela tabela 4, observa-se que o percentual de jovens que haviam sido mães é bem maior nas classes baixas rural e urbanas²⁶⁷, enquanto é mínimo nos estratos superiores. Entre 1976 e 2006, o percentual de jovens que já haviam sido mães cresce 70% na classe 1 (atingindo 16,8% em 2006) e dobra na classe 2 (alcançando 15,6% em 2006). Nestas duas classes, o crescimento é contínuo, enquanto nas classes 3 e 4, a tendência é de redução, estando em torno de 12% em 2006. Nas classes não manuais, que também experimentaram crescimento nos anos 90, a tendência de redução leva a percentuais que oscilam entre 2,2% na classe 8 e 7,5% na classe 6 em 2012. Entre 2006 e 2012, observa-se, no entanto, a queda da fecundidade adolescente em todas as classes. Como antes observado, no gráfico 6, que compara o percentual de mulheres de cada classe que haviam sido mães em 1976 a 2012, o fato da fecundidade adolescente neste intervalo ter crescido e depois voltado a cair faz com que ela pareça semelhante (exceto na classe 2, onde há um ligeiro aumento comparado a 1976).

Tabela 4 - Percentual de mulheres de 15 a 19 anos que já haviam tido filho por classe familiar²⁶⁸

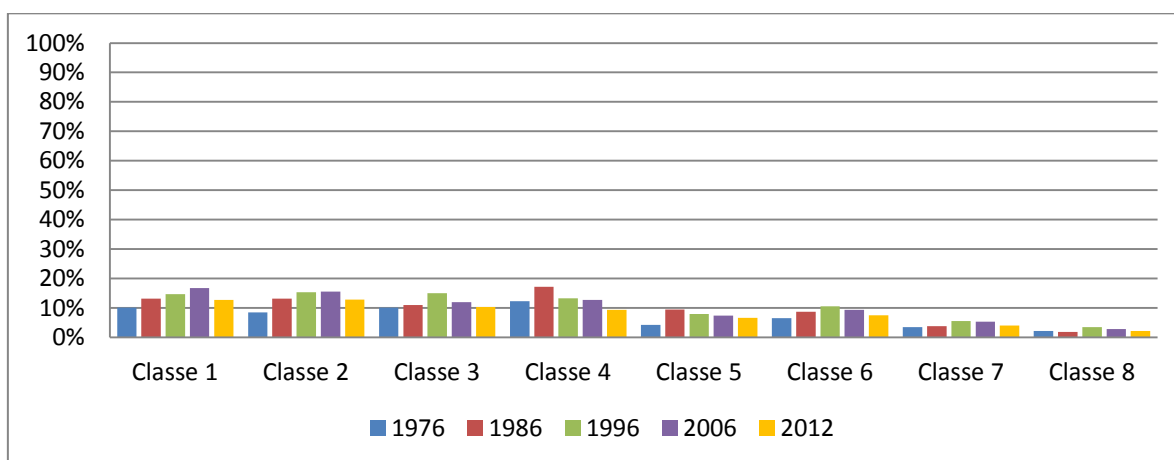
	1976	1986	1996	2006	2012
Classe 1	10,1%	13,2%	14,7%	16,8%	12,7%
Classe 2	8,5%	13,2%	15,4%	15,6%	12,9%
Classe 3	10,1%	11,0%	15,0%	12,0%	10,3%
Classe 4	12,3%	17,2%	13,3%	12,7%	9,4%
Classe 5	4,3%	9,5%	8,0%	7,4%	6,7%
Classe 6	6,5%	8,7%	10,6%	9,4%	7,5%
Classe 7	3,5%	3,8%	5,6%	5,3%	4,1%
Classe 8	2,2%	1,9%	3,5%	2,8%	2,2%
Total	8,2%	11,0%	12,6%	12,2%	9,7%

Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

²⁶⁷ Uma exceção é que a classe 2 apresenta em 1976 uma fecundidade um pouco menor que os demais grupos manuais urbanos. Nesta data, 27,7% das jovens de 15 a 19 anos que não eram mães e 3,8% das que já haviam tido filhos se encontravam na condição de empregado doméstico, ou seja, residiam nos domicílios. O controle e a coerção resultantes deste fato podem ter ajudado a restringir a fecundidade ou podem ter afetado a declaração, no caso da patroa ter respondido e não ter a informação de que a jovem possuía filhos.

²⁶⁸ Os valores encontrados diferem ligeiramente daqueles divulgados pelo IBGE porque, para compatibilizar os dados, excluiu-se as áreas rurais das regiões Norte e Centro-Oeste que não eram cobertas na PNAD 1976.

Gráfico 15 - Percentual de mulheres de 15 a 19 anos que já haviam tido filho por classe familiar



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

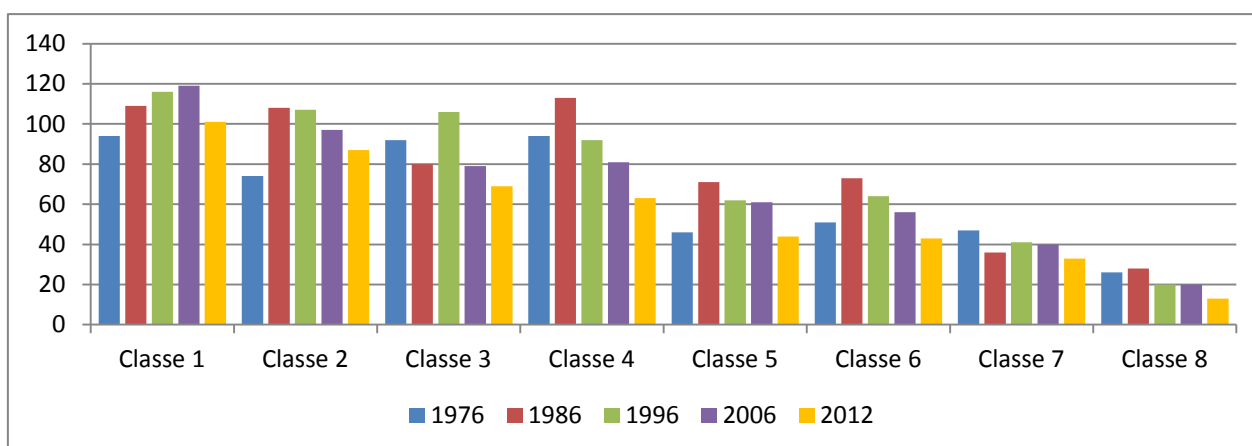
Considerando-se, por sua vez, as taxas de fecundidade específicas do grupo de 15 a 19 anos, que levam em conta a tendência de ter ou não segundo ou mais filhos, nota-se que a fecundidade cresceu no período de 1976 a 1996, tendendo então a decrescer ou manter-se estável entre 1996 e 2006, com exceção da classe 1, onde ela continuou crescendo. Os níveis mais altos foram encontrados nas classes baixas urbanas e rurais. Em 2012, observa-se redução em todas as classes, inclusive na classe 1, mas a taxa de fecundidade específica na classe 1 ainda é quase oito vezes maior que na classe 8.

Tabela 5 - Taxa de fecundidade específica, 15 a 19 anos, 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012

	1976	1986	1996	2006	2012
Classe 1	94	109	116	119	101
Classe 2	74	108	107	97	87
Classe 3	92	80	106	79	69
Classe 4	94	113	92	81	63
Classe 5	46	71	62	61	44
Classe 6	51	73	64	56	43
Classe 7	47	36	41	40	33
Classe 8	26	28	20	20	13
Total	73	86	88	77	66

Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

Gráfico 16 - Taxa de fecundidade específica, 15 a 19 anos, 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012

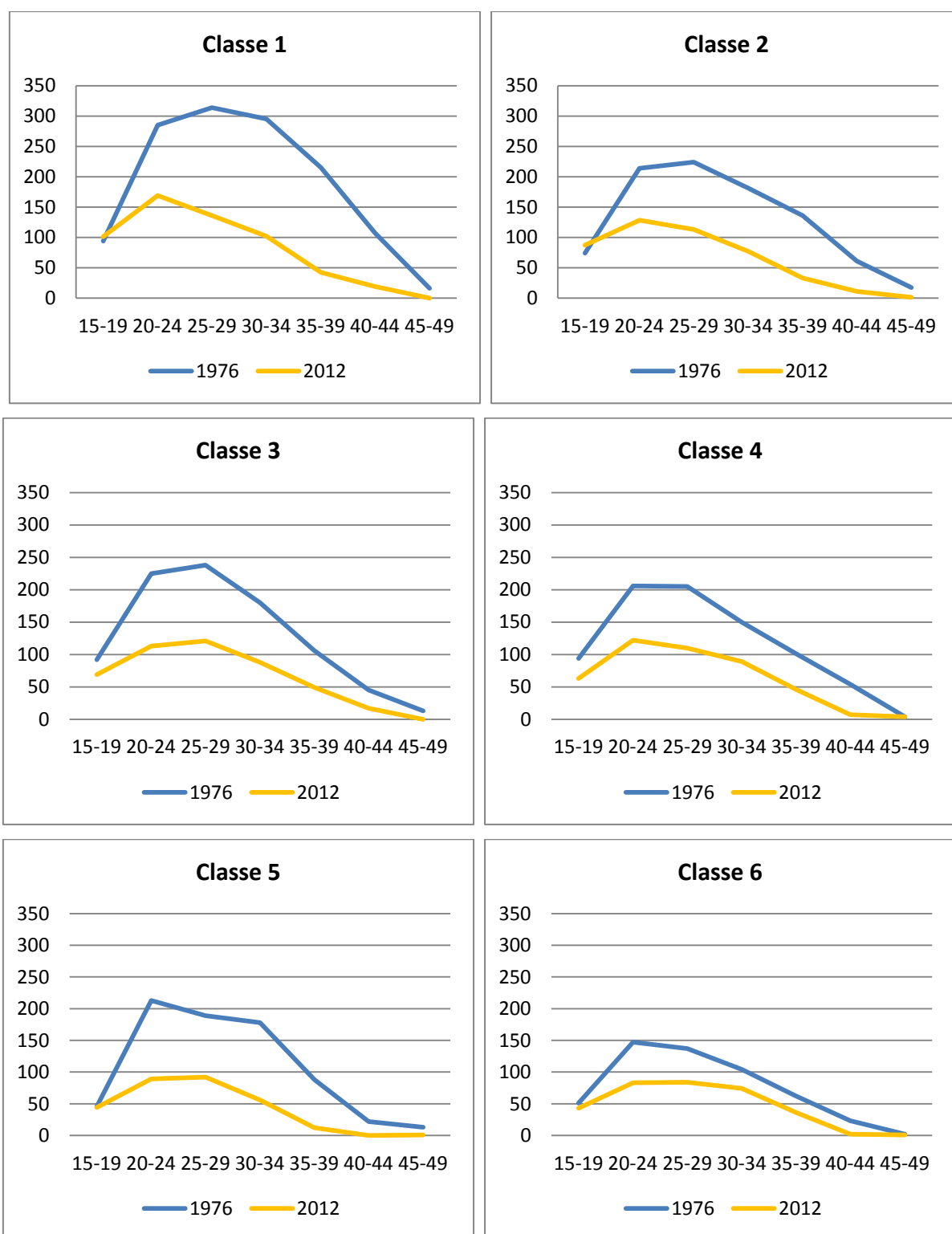


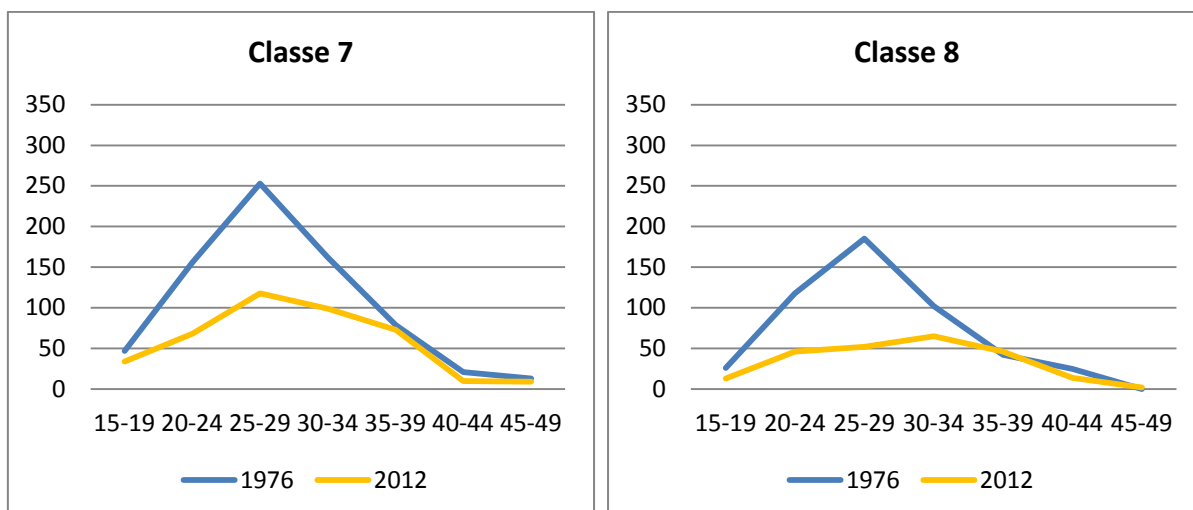
Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

Interessa contextualizar a fecundidade adolescente frente aos demais grupos etários. Assim, o gráfico a seguir permite analisar a evolução das taxas específicas de fecundidade em cada classe e o movimento da curva por idade, permitindo realçar seu rejuvenescimento ou postergamento. Se nas classes mais baixas (1, 2 e 3) a curva de 2012 move-se para a esquerda, quando comparada à curva de 1976, indicando um rejuvenescimento da fecundidade, nas três classes mais altas (6, 7 e 8) a curva move-se para a direita, indicando um adiamento da fecundidade. Outra dimensão das desigualdades entre mulheres é, portanto, que a fecundidade das classes mais baixas se rejuvenesce e a das classes mais altas envelhece. O fato de que as classes baixas têm a fecundidade mais rejuvenecida (o ápice da curva em 2012 está nos grupos etário de 20 a 24 anos) impacta nas oportunidades sociais. Já nas classes mais alta, a fecundidade mais adiada (o ápice da curva da classe 8, por exemplo, em 2012 está no grupo etário de 30 a 34 anos) abre oportunidades. Nota-se que em 1976 havia certa uniformidade, em que classes altas e baixas tinham seu pico de fecundidade no grupo de 25 a 29 anos, mas, em 2012, as classes baixas tem seu pico de fecundidade antecipado (20 a 24 anos) e a classe mais alta adiado (30 a 34 anos), ampliando, portanto, as desigualdades na idade da reprodução.

Além da redução expressiva do montante da fecundidade para todos os grupos, nota-se certo aplainamento, sobretudo na classe 8, como se a fecundidade deixasse de ser um evento típico de uma determinada fase e se distribuisse mais homogeneamente ao longo da vida.

Gráfico 17 - Taxas específicas de fecundidade por grupos de idade e classe, 1976 e 2012





Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

Para compreender as implicações da maternidade na adolescência, é importante analisar as condições em que vivem as jovens mães. O que se passa com a mãe adolescente em cada classe, o tipo de arranjo familiar que se forma para cuidar do bebê, a relação ou não da maternidade com a interrupção de estudos e trabalhos, são questões que afetam suas oportunidades sociais presentes e futuras.

Para este fim, julgou-se mais produtivo analisar as jovens mães a partir de sua classe de origem²⁶⁹, de forma a não ser a análise afetada por movimentos de ascensão ou descenso social relacionados à entrada precoce na maternidade. A base de dados que continha informações capazes de detalhar a relação da maternidade adolescente com a interrupção ou continuidade no trabalho e estudo era a PPV. Devido ao recorte de analisar jovens mães, um universo amostral pequeno e variável por classe, optou-se por agregar em três grupos, classe baixa rural (classe 1), baixa urbana (2, 3 e 4) e classe média (5 e 6)²⁷⁰.

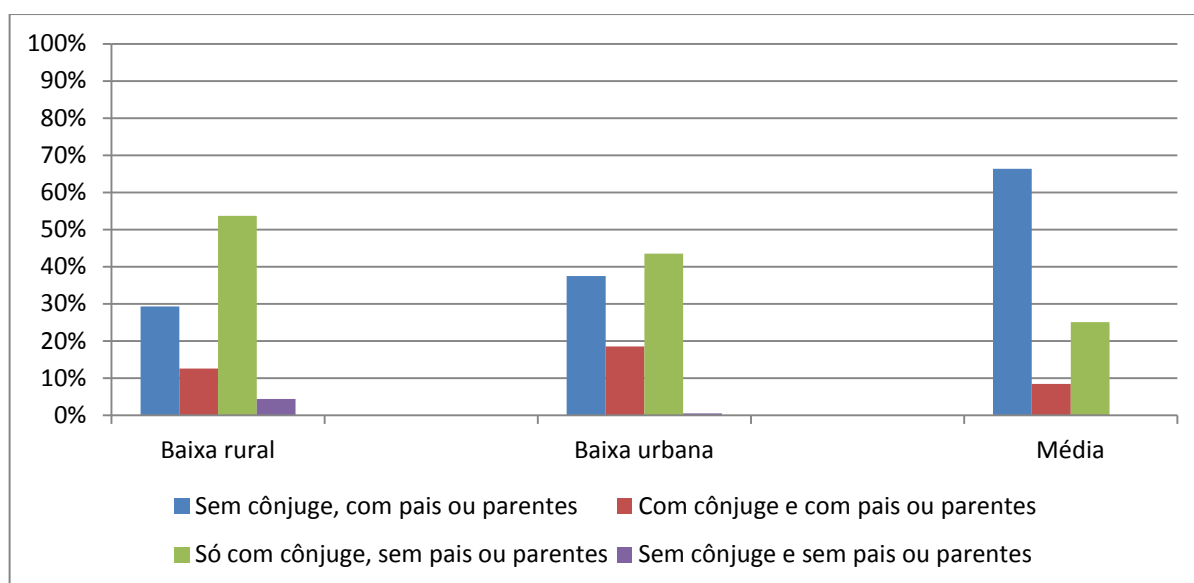
Uma primeira forma de avaliar o impacto da maternidade adolescente é comparar como vivem as mulheres de 15 a 19 anos que já tiveram filhos, comparadas com as que não os tiveram. Nota-se pelo gráfico 18 que os arranjos familiares em que vivem as jovens mães são diferentes por classe. Observando com quem vivem as adolescentes que já tiveram filho, é possível perceber que se entre as classes baixas predominam aquelas que vivem apenas com o

²⁶⁹ Para investigar se a gravidez precoce penaliza diferentemente mulheres de diferentes origens sociais, controlou-se as desigualdades nos pontos de partida, empregando a classe de origem da mulher, medida a partir da ocupação de seu pai ou mãe, se ela vivia com algum deles, quando ela tinha 15 anos de idade. Optou-se por empregar a base da Pesquisa de Padrão de Vida, tanto por permitir o detalhamento de algumas questões relevantes, quanto também por permitir uma medida da classe de origem, pois a gravidez precoce pode afetar a classe das mulheres, efeito que se quer aqui evitar.

²⁷⁰ O número diminuto de casos de maternidade precoce nas classes 7 e 8 impediu que se incluísse esta categoria na análise.

cônjuge (53,7% na baixa rural e 43,5% na baixa urbana), sem pais nem parentes, na classe média 66% das jovens mães vivem com os pais ou outros parentes sem a presença de cônjuge. Nas classes baixas, especialmente urbana, também é mais frequente a constituição de famílias extensas para abrigar as jovens e o seu núcleo familiar em formação. Nota-se que uma proporção mínima vive sozinha com os filhos, sem apoio de familiares ou do companheiro, que seria o pior cenário, porque uma mulher jovem, ainda pouco qualificada e eventualmente sem emprego teria muitas dificuldades para criar sozinha uma criança.

Gráfico 18. Situação familiar por classe de origem da mulher, mulheres de 15 a 19 anos que tinham algum filho nascido vivo

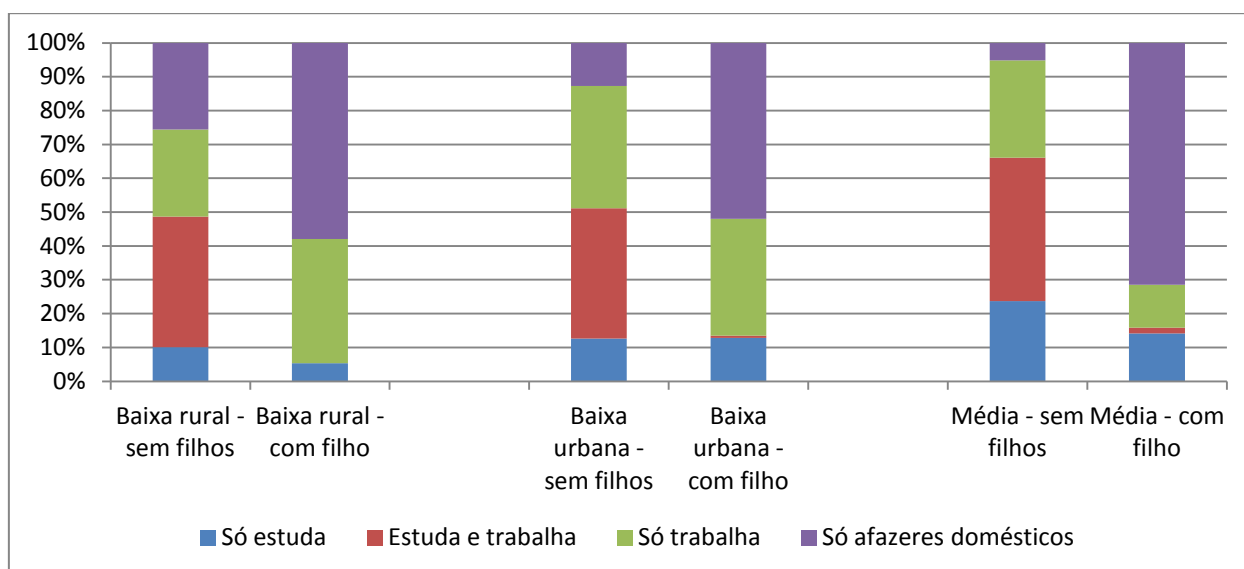


Fonte: elaboração própria a partir de dados da PPV 1996.

O que muda na rotina destas jovens mães com a chegada de um filho? O Gráfico 19 resume a condição de atividade das mulheres de 15 a 19 anos segundo o fato de ter tido ou não filhos. Quando não têm filhos, cerca de 40% das mulheres de 15 a 19 anos estuda e trabalha e cerca de 30% só trabalham. A proporção de mulheres que se dedicam apenas a afazeres domésticos (15,1% no total) é maior na classe baixa rural (25,6%). Só estudar, por sua vez, é privilégio de um quarto das mulheres de classe média (contra apenas 10% da classe baixa rural). O quadro se inverte quando as adolescentes têm filhos. Mais da metade delas dedica-se apenas a afazeres domésticos, percentual que chega a 71% dentre as que têm origem na classe média. Já o percentual de mulheres que só trabalham mantém-se ou aumenta entre as mães adolescentes provenientes das classes baixas, quando comparadas às que ainda não tiveram filhos, reduzindo-se, ao contrário, à metade quando se observam as de origem nos

estratos médios. Estudar e trabalhar é uma condição que praticamente desaparece, enquanto o percentual das mães adolescentes que se dedicam apenas ao estudo reduz-se, com exceção daquelas da classe baixa urbana, onde se mantém.

Gráfico 19. Condição de atividade das mulheres de 15 a 19 conforme tenham ou não tido filhos e segundo a classe de origem



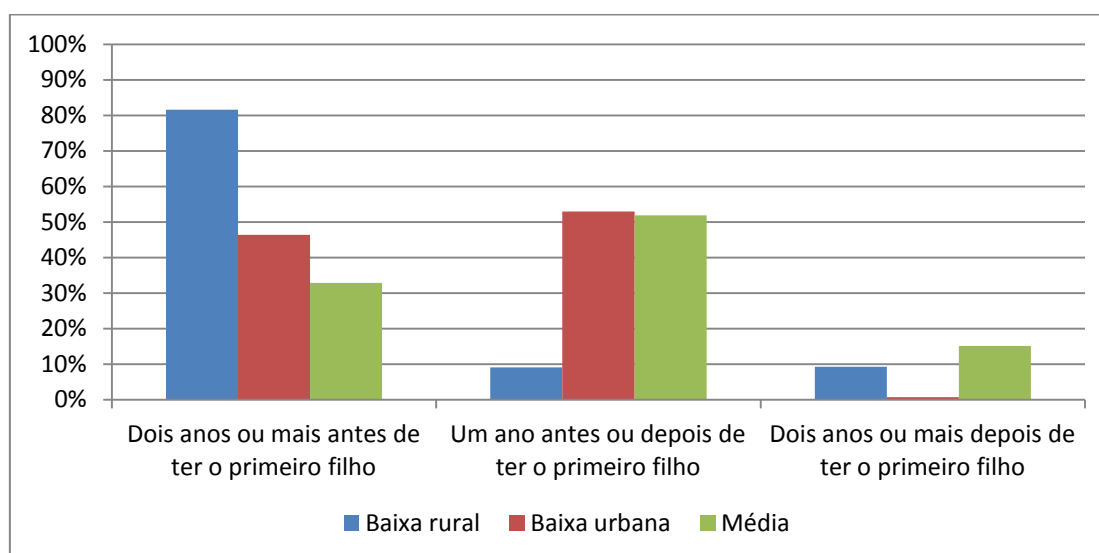
Fonte: elaboração própria a partir de dados da PPV 1996.

A interrupção do trabalho ou estudo é um importante argumento para a percepção corrente da gravidez precoce como desvantagem social para a mulher (SOUZA, 1998). A seguir detalha-se em que condições estas mulheres deixam de trabalhar ou estudar. Dentre as mulheres que tiveram filhos, nota-se que a coincidência entre a interrupção dos estudos e o nascimento do primeiro filho (gráfico 20) é maior nas classes média e baixa urbana (cerca de 50%), tendo as mulheres da classe baixa rural, em sua grande maioria (81,6%), interrompido os estudos antes de ficarem grávidas. Portanto, para estas últimas a gravidez precoce não parece interferir especificamente na continuidade dos estudos, o que pode estar associado a carência de escolas, sobretudo para ensino médio, nas áreas rurais.

Ao analisar informações retrospectivas de homens e mulheres com 20 a 49 anos em 1996 (portanto que não diz respeito à experiência recente dos jovens), Oliveira, Rios-Neto e Oliveira (2006) observam que a saída da escola é acionada pelo primeiro filho apenas quando a mãe tem até 15 anos, pois em geral as decisões de sair da escola e entrar no mercado de trabalho precedem o primeiro filho. Não obstante, os autores observam que quanto mais cedo a mulher sai da escola mais cedo ela tem o primeiro filho, o que sugere que uma

educação de qualidade capaz de motivar e reter os estudantes poderia ajudar a postergar a maternidade. Ainda que se considere que a transição para o primeiro filho não é o fator decisivo para deixar a escola – até porque no grupo populacional analisado há certamente pessoas que deixaram a escola, entre outras razões, porque residiam em áreas com cobertura limitada de escolas, em especial de ensino médio cuja expansão é mais recente – o que deve ser destacado é que a maternidade juvenil, agravada por um quadro de baixa cobertura de serviços públicos de cuidado infantil, não apenas dificulta a escolarização, mas também atrapalha a inserção no mercado de trabalho.

Gráfico 20. Relação entre conclusão ou interrupção da escolarização e nascimento do primeiro filho por classe de origem, mulheres de 15 a 19 anos que tinham algum filho nascido vivo,

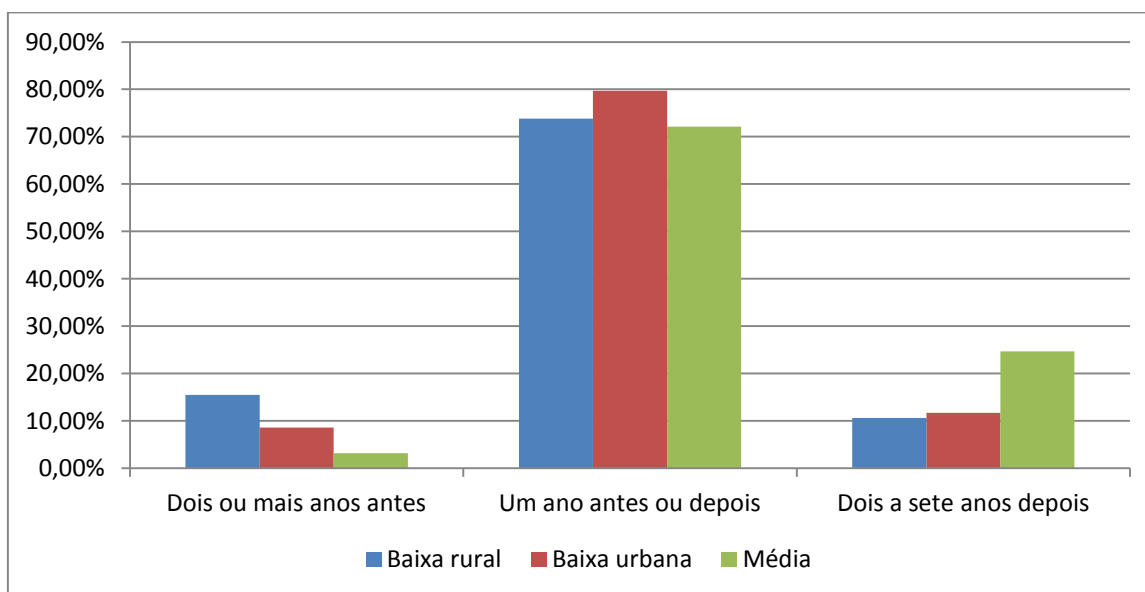


Fonte: elaboração própria a partir de dados da PPV 1996.

Observando-se o momento em que as adolescentes deixaram o mercado de trabalho e a data de nascimento do primeiro filho (gráfico 21), pode-se supor, pela proximidade temporal, que em 72-80% dos casos, para todas as origens sociais, estes eram eventos relacionados. Embora as dificuldades na conciliação entre trabalho e maternidade sejam comuns a mulheres mais velhas, como será tratado no capítulo 7, a juventude tende a ser acompanhada de menor autonomia, dificultando ainda mais soluções que as permitam continuar trabalhando. Outro aspecto que merece ser ressaltado é que, enquanto entre as mulheres mais velhas que têm filhos pequenos o engajamento no trabalho tende a ser maior nas classes mais altas, o contrário é verdade para o universo das jovens mães, em que é maior

a frequência de trabalho entre as de origem social mais baixa (rever gráfico 19), parte das quais provavelmente foi impelida a trabalhar para contribuir no sustento do filho. Ou seja, as jovens mães trabalham numa etapa da vida em que seria desejável se qualificar e não trabalhar.

Gráfico 21. Momento em que deixou o mercado de trabalho em relação ao nascimento do primeiro filho por classe de origem, mulheres de 15 a 19 anos que já trabalharam



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PPV 1996.

A preocupação social com a gravidez na adolescência deve-se aos seus possíveis impactos quanto à transição para a vida adulta e às oportunidades futuras das mulheres. Ao mesmo tempo, uma gravidez não planejada na adolescência costuma ser fruto de uma série de privações que se desenham desde a infância e que se acentuam na adolescência, conforme sintetizado em um relatório da Organização Mundial de Saúde sobre prevenção de gravidez na adolescência.

Key determinants of adolescent pregnancy include early marriage, sexual coercion and lack of access to and use of contraception. Consequences of early pregnancy can include morbidity and mortality attributable to low access to skilled antenatal, childbirth and postnatal care as well as unsafe abortions (7). Structural inequities and the social environment place certain groups of adolescents at risk of engaging in behaviours that jeopardize healthy transitions to adulthood. For example, poor adolescents are less likely to complete their schooling (8). Consequently, they often have less access to health information, since sexual and reproductive health education (to the extent that it takes place) is often provided to students in the higher grades. Over the past 15 years, fertility rate among the poorest adolescents in many countries has increased (9), and adolescent girls from the poorest fifth of the population are four times more likely to become pregnant than those in the richest fifth. (WHO, 2011, p. 12)

A gravidez na adolescência vem sendo ocupando lugar de destaque na agenda pública. Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio deram visibilidade à questão da gravidez na adolescência, considerando que as mulheres mais jovens apresentam riscos maiores quanto à sua saúde, com implicações também para a saúde de seu filhos, afetando assim as metas de redução da mortalidade materna e infantil. A OMS (WHO, 2011, p. 3-8) sugere uma série de ações para conseguir prevenir o casamento (antes dos 18 anos) e a maternidade (antes dos 20 anos) definidos como precoces, como também para reduzir o risco de violência sexual e aborto inseguro, aumentar o uso de contraceptivos entre adolescentes sob o risco de ter uma gravidez não desejada e aumentar o acesso a serviços de pré-natal, parto e pós-natal.

A Unicef dedicou seu Relatório Mundial da Infância de 2011 ao tema da adolescência como uma fase de oportunidades, por considerar que os ganhos nos indicadores infantis necessitam ser consolidados na segunda década de vida (a adolescência é definida pela ONU como 10 a 19 anos). A Unicef ressalta que é tão importante combater a iniquidade nesta etapa quanto o é na infância. Chama especial atenção para a saída da escola com déficit de habilidades e o desemprego ou a inserção dos jovens em ocupações ruins. Quanto ao desafio de interromper a transmissão intergeracional da pobreza, a Unicef alerta para a situação das meninas adolescentes no mundo: “a adolescência é a década crucial quando a pobreza e a desigualdade frequentemente passam para a geração seguinte à medida que meninas adolescentes pobres dão a luz crianças sem recursos, o que é particularmente verdadeiro em meio a adolescentes com baixo nível de educação” (UNICEF, 2011, p. 3).

A despeito de um certo consenso quanto aos danos da maternidade precoce nas oportunidades de vida das adolescentes, recentemente vem recebendo destaque estudos que questionam a ênfase na maternidade na adolescência como um “problema social”. Pesquisas como *Destinies of the disadvantaged* de Furstenberg (2007) – que em uma análise longitudinal acompanhou 300 mães adolescentes desde 1960²⁷¹ – demonstram que a fecundidade é em geral protagonizada por jovens que já estavam na pobreza e tinham muitos déficits sociais, tendo sido a gravidez na adolescência mais consequência do que causa da pobreza.

O autor se pergunta quem é mais propenso a ser mãe precocemente, a garota que tem poucas habilidades e foi reprovada na escola ou a que é ótima aluna e elogiada pelos

²⁷¹ Observe-se também que ele fala de mulheres que foram mães nos anos 1960 e da sociedade americana, o que por princípio não permite transferir estas conclusões quando se fala de outro período e outro país.

professores? Considera que o problema para estabelecer uma relação causal é que a gravidez na adolescência não é aleatória, mas ocorre em perfil tipicamente distinto daquele que posterga a maternidade, além de ser difícil controlar as diferenças preexistentes. O autor questiona o estereótipo de desastre social, mostrando que um número considerável de mães adolescentes consegue retomar os estudos, obter emprego, e não precisar de assistência social. Elas têm resultados piores, mas nem tão piores, porque as que foram mães mais velhas tem também persistentes problemas para obter um bom emprego, ter casamentos estáveis e criar filhos.

O ponto central de Furstenberg, no entanto, não é negar que a maternidade precoce tenha efeitos negativos para as oportunidades das mulheres e de seus filhos²⁷², mas realçar que os efeitos não são tão grandes quanto a mídia e as visões conservadoras sobre políticas públicas apregoavam, chegando a propor campanhas de abstinência na suposição de que combater a maternidade adolescente seria uma solução milagrosa para resolver o problema da pobreza²⁷³. Considera que, comparado a outras nações de alto desenvolvimento econômico, os Estados Unidos destaca-se pela maternidade precoce e a instabilidade familiar, os quais caminham junto com os elevados níveis de pobreza e desigualdade, dimensões que estão, a seu ver, relacionadas (2007, p. 76).

Outra questão levantada por Furstenberg é que em geral não se reconhece a semelhança entre as adolescentes que são mães e as mulheres mais velhas, que também apresentam um padrão de maternidade mais jovem. A grande diferença é que, no passado, existia uma expectativa, que se realizava, de casamento diante da gravidez, o que não vem ocorrendo²⁷⁴. A grande força que dirige as mudanças contemporâneas, na visão de

²⁷² “The fact is that causality runs in both directions: high rates of instability produce poor families, and poor families reproduce high rates of instability.” (FURSTENBERG, 2007, p. 166). Furstenberg retoma também o relatório Moynihan e mostra que historicamente foi comum responsabilizar os padrões de organização familiar pelas desigualdades sociais, mas realça que Moynihan estava incorreto ao supor que o crescimento de nascimentos fora da união fosse um padrão confinado às mulheres negras, as quais foram precursoras de mudanças que se espalharam pela sociedade. “By the end of twentieth century, it was evident that Black women were only at the vanguard of a new pattern of family formation that was being rapidly adopted by all teens and eventually by older couples” (p. 14).

²⁷³ O autor realça que a relação entre um problema estar na agenda pública e sua gravidade não é linear. Neste caso, ele compara a encontrar uma bala de prata capaz de resolver de uma tacada os problemas sociais. Estas políticas revelam o que pensamos das minorias, dos pobres e suas famílias. Este argumento usado por conservadores, permitindo que, para não lidar com a questão redistributiva, baste dizer que pobres tem muito filho e que tem filho cedo, sem estar preparado para a responsabilidade. A estigmatização da gravidez precoce foi, assim, um argumento usado para justificar uma agenda conservadora, que propõe reduzir a maternidade precoce como um meio para cortar gastos sociais.

²⁷⁴ Com as mudanças no padrão de virgindade antes do casamento – que segundo Furstenberg (2007, p. 81) já não era seguido por boa parte das pessoas nos EUA nos anos 50, como mostrava o relatório Kinsey –, a experiência sexual feminina vai se tornando menos ligada ao casamento. O autor sugere que há um declínio do estigma associado ao sexo pré-marital, no entanto, este não é completo, não só porque persiste a dupla moral –

Furstenberg, é o declínio do casamento diante de uma gravidez precoce, o que é afetado pela disponibilidade de recursos e de trabalho, que tipicamente condicionam o tempo de formação das famílias.

O declínio da expectativa de união também está relacionado ao fato de que as mulheres percebem que ser mãe sozinha é tão viável ou até melhor que viver com um homem pouco educado e subempregado. Cherlin notou que as dificuldades de emprego de homens menos escolarizados, que gera um quadro em que não existem maridos provedores disponíveis, fazem com que mulheres prefiram ter a experiência familiar de ter filhos apoiando-se na rede de parentesco (CHERLIN, 2004, p. 854).

Ao questionar a apropriação política da questão da gravidez na adolescência, Furstenberg pretende demonstrar que tais mulheres tornam-se mães adolescentes porque são pobres e não são pobres porque foram mães adolescentes. O maior mérito de sua análise é, portanto, incentivar mais atenção aos fatores prévios à maternidade adolescente e a uma maior ênfase às oportunidades oferecidas às jovens, já que prevenir a gravidez em si não é panaceia para resolver os problemas da pobreza.

Rodríguez e Hopenhayn (2007), por outro lado, realçam que o efeito “blindagem” da escolarização para prevenir a gravidez precoce vem sendo amplamente debatido visto que muitas jovens já haviam deixado a escola antes de engravidar. Neste sentido, deve-se considerar também outros fatores escolares que desmotivam pela falta de qualidade ou desconexão entre os conteúdos aprendidos e a preparação para o mercado de trabalho, além da falta de perspectivas que pode fazer da maternidade o principal projeto de vida das meninas. Não obstante se reconheça que a trajetória exitosa é também resultado da não gravidez, mostra-se que mães com trajetória exitosa tem mais chance de seguir na escola do que aquelas que já tinham atraso escolar.

Também no Brasil, a gravidez na adolescência vem recebendo recentemente a leitura de que esta não seria uma “ruptura” nas classes baixas, visto que seria desejada e muitas vezes precedida pela saída da escola. Nesta perspectiva, a socialização precoce das mulheres no trabalho doméstico e de cuidado favoreceria que jovens que têm filhos precocemente não vejam neste fato uma ruptura com sua rotina habitual que já era cuidar de seus irmãos menores ou outras crianças. Investigações sobre maternidade entre jovens pobres

quanto à sexualidade de homens e mulheres – mas também porque persistem preconceitos e controle sobre a sexualidade dos adolescentes. Furstenberg considera que esta mudança social ocorreu como um processo em bola de neve: “As Americans began to perceive that the general standards about sex were more relaxed than they had been led to believe, change in both attitudes and behavior began to snowball” (p. 11).

realçam que “uma parcela considerável das moças é, desde cedo, a principal responsável pelo desempenho de tarefas domésticas em suas famílias de origem. Delineia-se um cenário em que alternativas de maior escolarização e eventual inserção no mercado de trabalho não se apresentam” (HEILBORN; CABRAL, 2006, p. 242). Esta perspectiva deverá, no entanto, ser matizada diante do crescimento dos investimentos educacionais das jovens também nas classes baixas que será analisado no capítulo 6.

Outra nuance importante é que a visão da maternidade como um “projeto” não ocorre apenas na privação, mas também em meio a uma relativa abundância. Kehl registra a ocorrência de gravidez como algo desejado também por jovens de classe média, cuja liberdade sexual e ausência de limites e controles geram um apelo (inconsciente?) de frear o imperativo do gozo por uma solução de compromisso com um filho. “Difícil é uma adolescente ter um filho aos quinze anos – forçando-se a uma generosidade e a uma maturidade no mínimo mais interessantes do que a obrigação de se divertir que persegue sua vida – mas não ser capaz de imaginar outros destinos para sua própria liberdade” (KEHL, 2001, p. 37). Embora esta experiência pareça paradoxal mostra que o desejo de ser mãe é mais complexo, indo além do cerceamento objetivo das oportunidades sociais, causa a qual geralmente se atribui a sua ocorrência nas classes baixas.

Por fim, interessa destacar que não só vulnerabilidades experimentadas favorecem a gravidez precoce, como também as oportunidades sociais, em especial de escolarização e mobilidade social, são afetadas pela maternidade precoce. Inclusive porque, diante do conjunto de desvantagens experimentados pelas mulheres de classe baixa, retardar a maternidade e investir mais em educação e trabalho pode tornar-se uma condição muito mais necessária para alcançar uma melhoria de condição social.

Uma forma de analisar esta questão é considerar a gravidez precoce junto com outras características familiares, mensurando seus efeitos nas oportunidades de vida das mulheres. Os efeitos a longo prazo da maternidade precoce podem ser pensados a partir das chances de atingir níveis mais altos de escolaridade ou alcançar mobilidade social ascendente. Como a ascensão social na maioria das vezes passa pelo processo de escolarização, importa observar as chances das mulheres terem alcançado níveis de escolaridade e começa-se pela questão das chances de atingir o nível médio e o superior.

Para o Brasil, a PPV é uma base de dados que oferece a possibilidade de avaliar alguns processos passados e o impacto de experiências familiares pretéritas. Optou-se por considerar como variáveis dependentes, as chances de ter cursado o nível médio (9 anos

de estudo e mais) e as chances de ter cursado o nível superior (12 anos de estudo e mais). Consideraram-se as mulheres de 30 a 54 anos, que já teriam maior probabilidade de ter finalizado seu processo de escolarização. Pretende-se, assim, minimizar o efeito da existência de uma relação de mão-dupla, visto que quem estuda mais também tem filhos mais tarde, uma vez que o ciclo reprodutivo em geral sucede o período de escolarização.

Tabela 6 – Chances de ter cursado o nível médio e o nível superior, mulheres de 30 a 54 anos, 1996

	9 ou mais anos de estudo		12 ou mais anos de estudo	
	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)
Classe de origem – classe 1	,000		,000	
Classe 2	,000	2,462	,598	1,149
Classe 3	,000	2,622	,376	1,280
Classe 4	,000	3,276	,000	2,670
Classe 5	,000	5,957	,000	5,061
Classe 6	,000	3,540	,020	1,832
Classe 7	,000	5,242	,000	5,364
Classe 8	,000	4,596	,000	6,008
Escolaridade do pai – sem instrução	,000		,000	
1 a 4 anos	,000	1,454	,000	2,862
5 a 8 anos	,107	1,306	,001	2,888
9 a 11 anos	,000	2,694	,000	5,391
12 anos e mais	,001	2,746	,000	4,812
Escolaridade da mãe – sem instrução	,000		,000	
1 a 4 anos	,000	2,553	,000	2,185
5 a 8 anos	,000	3,398	,000	3,798
9 a 11 anos	,000	8,824	,000	6,623
12 anos e mais	,000	11,037	,000	8,183
Mãe trabalhava quando ela tinha 15 anos	,000	,718	,001	,642
Idade em que teve o primeiro filho – até 19 anos	,000		,000	
20 a 24 anos	,000	2,616	,000	3,475
25 anos e mais	,000	4,916	,000	12,685
não teve filho	,000	2,981	,000	3,450
Contante	,000	,032	,000	,002
Nagelkerke R Square		,403		,378
Poder preditivo		77,9		92,0

Fonte: elaboração própria a partir de dados da PPV 1996.

Dentre as variáveis independentes, considerou-se a escolaridade da mãe e do pai; a classe de origem, medida pela ocupação do pai e, na ausência deste ou de informação sobre este, pela ocupação da mãe. Nota-se que, controladas as demais variáveis, a origem social

apresenta um peso expressivo nas chances de ter alcançado 9 ou mais anos de estudo, crescendo continuamente conforme se observam os estratos mais altos. Para 12 ou mais anos de estudo, no entanto, a diferença não é significativa nas três primeiras classes, mostrando que o ensino superior estava distante do horizonte de projetos das classes baixas rurais e urbanas (classes 2 e 3, com exceção da 4). Considerou-se a variável se a mãe trabalhava quando a mulher tinha 15 anos, variável a qual se atribui 30% a menos de chance de ter alcançado os níveis de ensino em questão. Esta variável foi inicialmente pensada como um indicador do modelo de feminilidade recebido, mas pode estar relacionada também à atenção recebida. Num contexto em que o trabalho feminino não contava com muita legitimidade e que mais comumente eram as mulheres que trabalhavam “por necessidade”, é possível que o trabalho da mãe seja também uma variável relacionada à insuficiência de renda.

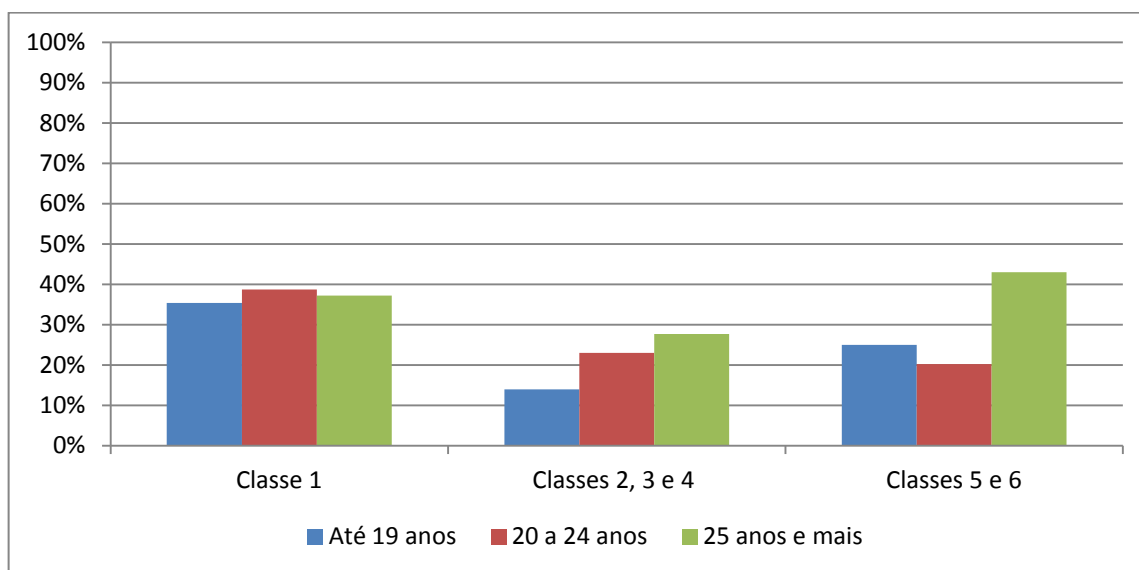
A variável central para a questão analisada é a idade em que a mulher teve o primeiro filho. Observa-se que as chances de ter alcançado níveis mais altos de escolaridade são expressivamente mais altas entre as que tiveram filhos após os 20 anos, sobretudo entre as que postergaram até os 25 anos, efeito ainda mais forte no caso do acesso ao nível superior, para o qual o adiamento da maternidade para depois dos 25 anos aumenta em 12 vezes as chances. Realça-se, portanto, que, a despeito da força da origem social, o postergamento da maternidade aumenta substantivamente as chances das mulheres alcançarem níveis mais altos de ensino. Ou seja, mulheres com as mesmas origens sociais tem mais chances de alcançar níveis superiores de educação quando controlam a fecundidade.

Esta dimensão pode ser observada também quanto ao percentual de mulheres que alcançaram mobilidade social ascendente. Controladas por sua origem social, com exceção das filhas de trabalhadores rurais que não apresentam distinções sensíveis entre os níveis de imobilidade, ascensão ou descenso conforme a idade em que tiveram o primeiro filho, para as classes 2, 3 e 4, por um lado, e para as classes 5 e 6, por outro, nota-se chances maiores de ascensão entre as mulheres que postergaram a maternidade para depois dos 20 (para classes 2, 3 e 4) e ainda mais para depois dos 25 anos. O adiamento do primeiro filho para depois dos 25 anos mostra-se expressivo para as classes 2, 3 e 4, mas, ainda mais, para classes 5 e 6, pois para estas últimas a educação superior é mais premente para se alcançar as classes 7 e 8 e, como antes visto, o adiamento da maternidade é praticamente uma condição de possibilidade para o acesso ao nível superior.

Se para a origem social mais baixa não parece haver relação entre idade em que teve o primeiro filho e o percentual que obteve mobilidade social, para as demais classes, o

percentual de mulheres que ascenderam é maior entre as que tiveram filhos a partir de 25 anos. Portanto, o debate deve ser não apenas sobre se a maternidade precoce penaliza, mas também que restringir ou postergar a maternidade é condição de possibilidade para ascender.

Gráfico 22. Percentual de mulheres que experimentaram mobilidade intergeracional ascendente por classe de origem²⁷⁵ e faixas de idade em que foi mãe pela primeira vez, mulheres de 30 a 54 anos



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNAD 1996.

A gravidez na adolescência continua a ser, portanto, uma dimensão importante da agenda da emancipação das mulheres, pois afeta significativamente suas chances de avançar nos estudos e obter mobilidade social.

Como qualquer mudança social, as transformações na esfera reprodutiva não estão isentas de impasses. Com a liberação sexual, a iniciação sexual começa mais cedo, o que provocou aqui como em outros países um aumento da gravidez na adolescência. A maternidade adolescente segue sendo um processo desigual nos pontos de partida e de chegada (ITABORAÍ, 2003), evento a que as jovens das classes baixas são mais vulneráveis e que, mesmo quando se controla a origem social, impacta nas oportunidades futuras de escolarização e ascensão social de todas. Esta questão é parte do quadro maior dos desafios de ampliar os horizontes das filhas, processo que vem ocorrendo, não sem desigualdades, como se observa no capítulo seguinte.

²⁷⁵ Para medir se a pessoa experimentou mobilidade, considerou a mobilidade entre 8 classes, mas agregou-se em 4 para ter um número suficiente de casos.

2.3 Desigualdades de gênero e classe nas novas gerações: a socialização dos filhos

As formas de socialização dos filhos revelam as responsabilidades familiares da geração adulta e as oportunidades desfrutadas pelas novas gerações, ambas desiguais por gênero e classe. Analisar o estado atual da socialização dos filhos revela não apenas as variações nas estratégias familiares por classe e o lugar nelas atribuído às desigualdades de gênero, mas também permite indagar sobre a sustentabilidade das tendências de mudanças em curso nas relações de gênero e classe no longo prazo. Neste sentido, deve-se tanto indagar tanto sobre as mudanças em uma das dimensões centrais da vida familiar, a socialização das crianças, quanto pensar as dinâmicas das desigualdades de classe e gênero através das gerações.

As formas de socialização dos filhos têm implicações para as dinâmicas de herança social no nível das famílias e também das sociedades, ou seja, quanto aos níveis e a estrutura das desigualdades sociais. As famílias são lugar central da solidariedade entre gerações, como realça Attias-Donfut (1995, p. 41): “Transmissões e influências entre gerações formam um dos fenômenos de base pelos quais a sociedade se reproduz, se transforma, se perpetua. A família é uma das engrenagens essenciais, favorecendo as interações permanentes entre gerações, seu funcionamento mútuo, nas transmissões descendentes, ascendentes e nas confrontações constantes.” As trocas privadas entre gerações não se processam apenas dos mais velhos para os mais jovens. Bens, dinheiro e serviços circulam entre familiares, do mesmo domicílio ou de domicílios distintos, apoiados no afeto, na reciprocidade e em obrigações morais. Masson (1995) recorda que a herança é responsável por uma parte importante da concentração de riquezas, sendo necessário considerar diversos processos que afetam as desigualdades de patrimônio: “tudo depende mais uma vez de quem recebe o que, seja a fecundidade segundo o grupo social, o modo de distribuição da fortuna transmitida (primogenitura ou repartição equitativa, por exemplo), e do grau de homogamia social, mas também da repartição de receitas ou dos patrimônios acumulados” (1995, p. 302).

Saraceno realça a qualidade não apenas material, mas também afetiva e simbólica, da hereditariedade.

Quando se pensa em hereditariedade vem imediatamente a mente os bens materiais, o patrimônio econômico e a posição social. Não há dúvida que este tipo de hereditariedade seja muito importante e tenha efeito de médio e longo prazo, não só para as chances individuais, mas também para o modo como se produz e reproduz as desigualdades sociais. Hereditariedade, todavia, cobre um arco mais amplo de fenômenos: do genético ao social, do afetivo ao intelectual. Considera a relação

entre indivíduos e gerações no interior da rede familiar, mas ainda indivíduos e gerações no tempo histórico de uma sociedade e de uma cultura e mesmo entre culturas. (SARACENO, 2013, p. 103, tradução nossa).

Não está circunscrita à família a herança afetiva, moral, intelectual ou política de cada um. A herança não é apenas individual, mas coletiva, com as tradições, pertencimentos, instituições e práticas consolidadas, que fornecem um mapa para mover-se no mundo (SARACENO, 2013, p. 18)²⁷⁶. Há heranças que não se gostaria de reconhecer, seja a dificuldade numa sociedade de assumir um passado negativo como o nazismo, seja a transmissão de comportamentos negativos (uso de drogas, violência etc.) numa família. Portanto, famílias não transmitem apenas características positivas, mas negativas, privações, também (SARACENO, 2013, p. 97).

Por outro lado, como as famílias são responsáveis pela socialização dos filhos, tarefa que historicamente ficou a cargo sobretudo das mulheres, mudanças na forma como a sociedade encaminha a questão da socialização dos filhos tem impacto direto na carga de responsabilidades familiares das mulheres. A maior escolarização dos filhos, por exemplo, afeta o tempo livre das famílias, em especial das mães sobre as quais recaem as maiores responsabilidades de cuidado. Além da menor fecundidade, a possibilidade de compartilhar as responsabilidades de cuidado de crianças é uma condição importante para a construção da autonomia feminina, sobre o que se aprofundará nos capítulos 7 e 8.

As mudanças na socialização dos filhos(as) têm implicações, assim, tanto para entender as oportunidades desfrutadas por eles próprios quanto pela geração adulta, esta última considerada do ponto de vista de quanto de suas responsabilidades de cuidado pode ser compartilhada com outras instituições, através de serviços fornecidos pelo Estado ou adquiridos no mercado. Neste capítulo, assume-se o ponto de vista das oportunidades dos filhos, enquanto as desigualdades de responsabilidades dos pais é um aspecto retomado na parte 3.

Filhas e filhos têm expandido seu tempo de escolarização e postergado sua entrada no mercado de trabalho, no Brasil, caracterizando a emergência de gerações que coletivamente experimentam maiores oportunidades sociais. Ainda que em percentuais muito menores que em 1976, persistem significativas desigualdades educacionais entre filhos(as) de

²⁷⁶ Saraceno observa que na construção da tradição cultural, ignora-se atores como mulheres e classes baixas (2013, p. 47).

diferentes classes. Na dimensão das desigualdades de gênero, no entanto, as filhas crescentemente ultrapassam seus irmãos e pares masculinos na escola.

As concepções de infância e quanto aos cuidados que lhe são devidos variaram no tempo e no espaço. O consenso atual nas ciências sociais de que a infância é uma construção social teve impulso através da obra de Ariès, que constatou o surgimento paulatino na Europa – desde o século XII, mas especialmente a partir do fim do século XVI – de um sentimento moderno para com as crianças, desde então percebidas como merecedoras de afetos e cuidados especiais. Apesar de estes sentimentos aparecerem aos olhos contemporâneos como triviais, Ariès chega a considerar surpreendente a precocidade desta sensibilidade enquanto as condições demográficas de elevada mortalidade infantil continuavam a ser tão pouco favoráveis (ÁRIES, 1981, p. 58)²⁷⁷. A hipótese dominante é que a valorização da vida singular de cada criança tenha se desenvolvido a partir das camadas sociais mais altas, que podiam contar com maiores recursos para lutar pela vida de seus filhos. Ao mesmo tempo, a emergência progressiva de uma família “moderna”, composta de casal e filhos, que remonta, na Europa, ao século XV (GÉLIS, 2009), coloca em evidência sensíveis mudanças na condição de criação das crianças, dentre as quais estão a passagem de uma criação coletiva para uma criação centrada na família e principalmente na figura da mãe; e a passagem de uma aprendizagem cotidiana e diversificada para a especialização da educação ministrada em instituições especificamente desenhadas para esse fim.

A socialização das gerações mais jovens ainda tem tradicionalmente como local privilegiado as famílias, mas a modernidade caracteriza-se pela criação de novos espaços de socialização, dando relevo sobretudo à escola. Em sua análise dos modos de vida de crianças pequenas, Mollo-Bouvier nota que esses são marcados pelas mudanças no modo de vida dos pais. Adotando um conceito interacionista de socialização – como “um processo contínuo embora não-linear (isto é, submetido a crises) de ajuste constante de um sujeito a si mesmo, ao outro e a seu ambiente social” (2005, p. 393) –, Mollo-Bouvier enfatiza a tendência de socialização em estruturas coletivas fora da família. Nesse sentido, o crescimento de instituições que cuidam da socialização de crianças responde a necessidades dos pais e do mercado de trabalho, além de se constituir num mercado de serviços que se profissionaliza²⁷⁸.

²⁷⁷ A parte mais interessante da análise de Ariès que lamentavelmente foi excluída da tradução brasileira diz respeito à novidade da experiência escolar.

²⁷⁸ Ao lado da tendência de redução do tempo de circulação das crianças pelas redes familiares e de vizinhança em favor de redes especializadas, assiste-se um renovado interesse pelo conhecimento científico da infância em seu desenvolvimento psicológico, intelectual e social. A criança torna-se, assim, objeto de múltiplos investimentos, de suas famílias e da sociedade.

Atualmente, assume especial relevo a coexistência de família, escola e mídia como instâncias socializadoras, entre as quais “a relação estabelecida [...] pode ser de aliados ou de adversários. Podem ser relações de continuidade ou de ruptura. Podem então determinar uma gama variada de experiências de socialização” (SETTON, 2002, p. 110). Se a família funciona simultaneamente como espaço de construção de identidade e de vínculos afetivos e morais e como transmissora de patrimônio econômico e cultural, suas transformações nas últimas décadas levam a refletir sobre possíveis mudanças em seu papel socializador: “Estariam os jovens igualmente sujeitos às experiências paternas e maternas no contexto contemporâneo?” (SETTON, 2002, p. 112). A escola vive também uma crise, dividida entre a transmissão de valores ou de conhecimentos, o que em grande parte está relacionado à democratização do acesso às suas salas. “Sujeita a uma variedade de público e pouco preparada para enfrentar os desafios que cada um deles lhe propõe, a escola se enfraquece enquanto agência de socialização, responde e serve de forma fragmentada às expectativas diferenciadas de seu público” (SETTON, 2002, p. 112). Já a cultura de massas, apesar de estar sujeita a resistências e apropriações variadas de seu conteúdo, exerce um efeito ampliador das experiências. “Considerar o caráter pedagógico da cultura de massa é salientar que a ampla circularidade dos bens culturais juntamente com a difusão das informações contribuem para o surgimento de novas formas de interação educativas [...]” (SETTON, 2002, p. 113). Além dessas instâncias institucionais, realça-se a importância do grupo de pares, ou seja, o próprio pertencimento a uma geração e as experiências compartilhadas.

A despeito da longa tradição do emprego do conceito de socialização na Sociologia, este vem sendo criticado por supor um desenvolvimento orientado à aquisição de competências para o mundo adulto, desconsiderando aspectos como as culturas de pares e a experiência construída pelas crianças em sua dimensão geracional²⁷⁹. Segundo Corsaro (2011, p. 31), “a socialização não é só uma questão de adaptação e internalização, mas também um processo de apropriação, reinvenção e reprodução”, sendo fundamental “o reconhecimento da importância da atividade coletiva e conjunta – como as crianças negociam, compartilham e criam cultura com adultos e entre si”. Não obstante, as famílias de origem continuam sendo muito importantes, pois através delas as crianças começam a interagir em sociedade, além de servir como uma ligação com as demais instituições culturais.

²⁷⁹ Discussões recentes mostram os limites das noções de socialização e desenvolvimento infantil por levarem a uma compreensão da infância a partir do olhar adulto e da preparação para a vida adulta, sendo proposto, ao contrário, pensar a infância a partir de si própria, valorizando relações como as culturas de pares (CORSARO, 2011).

A socialização familiar dos filhos também vem passando por expressivas mudanças nos padrões de autoridade, nas sensibilidades e nas formas de convivência. Elias observa um complexo processo de mudanças nas relações entre pais e filhos que inclui, por um lado, a queda das barreiras de respeito rumo a uma maior informalização; e, de outro, a proibição do uso da violência (ELIAS, 2012, p. 489). O processo de “civilização dos pais”, de controle da autoridade e da violência, propiciou que os pais tivessem sua autoridade restringida, mas também que fossem apoiados em suas responsabilidades socializadoras.

Os pais são “civilizados” e limites são colocados ao seu domínio sobre os filhos, pelas leis, pela emergência de uma nova mentalidade e pelo autocontrole. Como enfatiza Elias, as mudanças operam-se tanto nas sensibilidades, contemporaneamente muito distintas dos modelos pretéritos, quanto no crescimento do controle estatal: “É duvidoso que, nas sociedades passadas, os vizinhos se inquietassem ao ouvir os gritos de crianças. Além disso, por muito tempo, as autoridades estatais careciam de leis e órgãos executivos que poderiam ter sido empregados na proteção das crianças” (ELIAS, 2012, p. 477). Elias nota que existe um período preparatório cada vez mais prolongado entre a infância e a idade adulta, o que reflete o maior nível de complexidade alcançado pelas sociedades atuais.

Maiores investimentos são hoje feitos nos filhos em geral, num contexto em que estes são planejados, permitindo mais facilmente levantar a questão das razões dos pais para tê-los, tais como os desejos de afetividade e a construção de projetos familiares intergeracionais. Norbert Elias nota que, não obstante a relação entre pais e filhos seja muito desigual, os filhos também exercem/preenchem demandas sobre os / dos pais, o que ajuda a equilibrar uma relação que, na sua ausência, poderia ser mais unidirecional.

Em sociedades como as nossas, dificilmente haverá outro tipo de relação em que os diferenciais de poder entre indivíduos interdependentes sejam tão grandes como na relação pais-filhos.

Entretanto, também nesse caso existe uma reciprocidade nas oportunidades de poder. As coisas não se limitam ao poder dos pais sobre os filhos e, normalmente, os filhos, inclusive os recém-nascidos, também exercem um poder sobre os pais. Através de seus gritos podem pedir auxílio. Em muitos casos, o nascimento de um filho obriga os pais a reorganizarem sua vida. [...] Hoje em dia, graças a um determinado desenvolvimento tecnológico, os pais estão em condições de decidir se desejam ter filhos e quantos, mas, nas sociedades anteriores, os pais costumavam ter filhos cegamente, sem nenhum desejo, sem nenhuma necessidade de um filho a mais ou a menos. Tinham filhos que para eles não tinham nenhuma função. Portanto, esses filhos contavam com oportunidades muito reduzidas na relação com seus pais; todo o poder estava na mão dos últimos. (ELIAS, 2012, p. 475)

Os filhos também passam por uma transformação civilizatória através do sistema escolar. A intervenção da escola tem ainda o efeito de ampliar horizontes e capacitar os filhos para questionar a autoridade parental. “Só a aprendizagem da leitura e da escrita, bem como

da aritmética, demanda um alto grau de regulação dos impulsos e afetos; mesmo na sua forma mais elementar, toma pelo menos dois ou três anos da infância e, no geral, requer uma ocupação parcial dentro de alguma instituição fora da família, comumente a escola. Estamos diante de um sintoma de desfuncionalização parcial dos pais.” (ELIAS, 2012, p. 485).

Outro aspecto da escolarização que beneficia a emancipação dos jovens em relação à família é o fortalecimento de uma cultura de pares. Segundo Caron (1996), os liceus e colégios europeus não eram apenas lugares de educação, mas também de formação social, vinculados à ascensão da burguesia²⁸⁰. Perrot mostra que os jovens das famílias operárias trabalhavam e, assim, experimentavam simultaneamente o poder patronal e familiar, sobretudo quando os salários ainda não eram individualizados. Com a individualização da renda, estes jovens ganharam mais autonomia frente aos pais. Ainda que o movimento operário reivindicasse educação, seus filhos tinham acesso à educação limitado ao ensino primário, sendo os liceus e universidades redutos da juventude burguesa. O acesso à educação formal ou profissional era ainda mais limitado no caso das mulheres, para quem era considerada desnecessário. O trabalho feminino das jovens das famílias operárias também era condenado devido a preocupações com a moralidade e a preservação de sua virtude. Visto como provisório, porque as mulheres se destinariam ao casamento diante da associação usual entre reclusão feminina e honra familiar, o mercado de trabalho era restrito, comportando em geral o emprego doméstico e a indústria de vestuário. Segundo Perrot (1996), as mulheres estavam relativamente excluídas tanto da autonomização das classes altas pela via da escolarização que leva à profissionalização, quanto da via da profissionalização operária. Uma educação voltada para as habilidades domésticas e uma oferta restrita de nichos ocupacionais fechava os caminhos da autonomia para ricos e pobres.

Historicamente, portanto, o acesso à educação foi desigual por gênero e classe. Swaan, analisando alguns países do ocidente, mostra que a educação das classes baixas no passado ou não era vista com bons olhos, diante do risco de despertar descontentamento nas massas, ou era permeada de ambiguidades, diante da visão do trabalho como escola moral e da escola como um lugar de custódia ou aprendizado de virtudes para pobres, diferentemente da visão de ensino aplicada aos filhos dos ricos. A visão da educação como meio de progresso individual só ocorre no século XIX, rompendo com o anterior quase monopólio da elite

²⁸⁰ “Nessa estratégia, a escola desempenha um papel essencial: indireto no caso da escola primária, que, dando os rudimentos necessários ao povo, supostamente o ‘civiliza’ e o faz admitir a supremacia da classe ‘superior’; direto no caso do ensino secundário, que, mais ainda que o ensino superior, é a antecâmara de uma posição social que a herança familiar (transmissão de um cargo, de uma clientela ou de um patrimônio) nem sempre permite.” (CARON, 1996, p. 188-189)

letrada em mediar a comunicação entre sua clientela e as redes políticas e de mercado. O fenômeno do crescimento da educação elementar, alcançado após intensas campanhas e debates, exerce, assim, um efeito de alterar o equilíbrio de poder entre as classes. Como observa Swaan, “o crescimento da alfabetização e a emergência dos sistemas escolares foram resultado de conflito social e, por sua vez, afetou as posições relativas dos grupos envolvidos na disputa” (SWAAN, 1988, p. 60, tradução nossa).

Além da transformação no acesso das classes, a mudança no acesso por gênero foi também profunda, já que a história da educação foi por muito tempo uma história masculina. O atraso no ensino das moças é atribuído na Europa à fórmula dos três k – Kirche, Kinder, Küche (Igreja, crianças, cozinha) – que afetou o conteúdo e os níveis de educação a elas oferecidos. Segundo Caron (1996), na Europa, é apenas na segunda metade do século XIX que as mulheres passam a ter acesso ao ensino secundário e superior. A educação das mulheres é descontínua (uma minoria delas termina os estudos) e a homogeneidade social é maior, sendo pior o acesso do povo entre as jovens do que entre os jovens. “Fora os liceus públicos ou as escolas privadas leigas, existem duas outras soluções para dar às moças uma instrução superior aos rudimentos que são ler, escrever, contar: o ensino familiar ou o ensino ministrado por congregações superiores, o convento” (CARON, 1996, p. 185). Como realçou Russo (1976), os empregos das sociedades industriais em geral supõem educação, treinamento e experiência para os quais as mulheres não estavam preparadas no passado, sendo a conquista da educação um aspecto fundamental para que elas se integrassem ao mercado de trabalho.

Até certo ponto, a escolarização é uma realidade que revoluciona modelos de família, de relações de gênero e de classe. Por muito tempo a escola era lugar dos grupos mais abastados, caracterizando-se a socialização nas classes baixas pela iniciação precoce no trabalho e pela imitação dos adultos, favorecendo a repetição e a tradição. Potencialmente, a escola amplia horizontes, coloca crianças e jovens da mesma idade convivendo um longo período juntos, favorecendo as culturas de pares. Na medida em que esta experiência se estendeu cada vez mais às mulheres, até chegar ao nível superior, contribuiu para a individualização das mulheres e a construção de projetos, além de criar novos espaços para a sociabilidade de gênero. O crescente acesso das filhas à educação também contribuiu para o questionamento da autoridade familiar, e contextos como Maio de 68 evidenciam a importância que a juventude escolarizada tem para os processos de mudança social (HOBBSAWN, 2002). Deve-se notar, no entanto, que o conflito da geração jovem com os

adultos estrutura as relações sociais, mas não se mantém quanto às pessoas envolvidas, visto que “os jovens de um dia serão os adultos de amanhã” (PERROT, 1996, p. 113). Por outro lado, esta balança de poder também é afetada pela valorização da juventude, que ganha relevo nos atuais ideais de individuação e nos ideais de beleza em torno do corpo jovem (KEHL, 2004).

O impacto da expansão escolar para a redução das desigualdades de gênero e classe não são consensuais, visto que se reconhece criticamente que a educação não é panaceia para todos os problemas sociais. Como mostram Hannun e Buchmann (2003) é comum que, nos documentos de agências multilaterais, como Banco Mundial, Unesco e Unicef, seja enfatizada a importância do acesso à educação para gerar mudanças para pessoas e nações, em especial porque a educação é mais fácil de distribuir do que terra ou capital. Examinando os efeitos da educação sobre uma série de aspectos para os quais supostamente ela é benéfica – como oportunidades de trabalho e produtividade, saúde, desigualdades e democracia – os autores mostram que algumas das afirmações encontram suporte empírico, mas outras são controversas ou equivocadas²⁸¹. Segundo Hannun e Buchmann (2003), os efeitos da educação para a redução de desigualdades socioeconômicas são limitados – uma vez que a expansão da educação não reduz a vantagem relativa das crianças de elite sobre as menos privilegiadas – a menos que sejam feitas também reformas no ensino para modificar as oportunidades educacionais.

No que diz respeito às desigualdades de gênero, o avanço da educação feminina também não garante por si melhores oportunidades de trabalho, já que normas culturais podem desvalorizar o trabalho feminino – como a ideia até bem pouco tempo frequente no Brasil de que o trabalho da mulher seria complementar, visão que tende a perder força com o crescente engajamento feminino. Alguns efeitos interessantes da educação para as mulheres são destacados, como a ampliação de suas aspirações e habilidades (HANNUN; BUCHMANN, 2003, p. 8), além das clássicas análises que mostram que mulheres escolarizadas têm menos filhos e que estes têm menores taxas de mortalidade e melhores condições de saúde.

²⁸¹ Mostram que, quanto ao desenvolvimento econômico, o efeito da educação pode variar conforme o nível de desenvolvimento do país, pois, se o setor formal for pouco desenvolvido, a educação pode até levar a mais desemprego. Os autores notam também que o quanto a educação capacita ou não os indivíduos para melhores empregos é algo que varia entre e dentro de países: o valor da educação costuma ser mais baixo em áreas rurais e também depende da educação média das pessoas dado o efeito de “inflação de credenciais” que tende a desvalorizar os diplomas quando há muita oferta e insuficiente demanda de pessoas qualificadas.

Baudelot e Establet (1992) mostram que, na explosão da escolarização feminina na França dos anos 1960, as mulheres passam a estar melhor que os homens em todas as etapas do ensino, mas segue havendo desigualdades de gênero no interior do sistema escolar. As fileiras de preparação para os postos de maior poder seguem majoritariamente masculinas; as alunas têm carreiras escolares mais brilhantes, mas orientam-se para áreas de conhecimento menos valorizadas; e elas têm mais dificuldade de negociar seu capital escolar no mercado uma vez que seu diploma não rende um destino profissional equivalente ao alcançado pelos homens. O êxito escolar feminino, portanto, é relativizado, considerando que “à medida que avança o processo escolar de orientação e seleção através de certas matérias, as meninas se tornam minoritárias nos cursos escolares considerados como os de maior prestígio” (ZAIDMAN, 1994, p. 349), demonstrando que há “limites da eficácia emancipadora da escola” (ZAIDMAN, 1994, p. 352).

Deve-se ressaltar, no entanto, que, embora as distâncias de gênero permaneçam significativas, elas jamais são mais importantes que as desigualdades de classe, dimensão que afeta a própria desigualdade de gênero na escolarização, a qual tende a ser maior nos estratos mais baixos e mais fraca nos estratos superiores. Em sua análise dos “excluídos do interior”, Bourdieu e Champagne (1997) mostram a transformação do sistema escolar que, no caso da França até o final dos anos 1950, era marcado pela eliminação precoce e brutal dos filhos das famílias menos favorecidas. Estes passam a ter acesso ao jogo escolar, o que, no entanto, é compensado pelos maiores investimentos educativos daqueles há muito presentes no sistema escolar. Dessa forma, ainda que haja uma ampliação do acesso, que alguns descrevem como democratização, “a estrutura de distribuição diferenciada dos proveitos escolares, e dos benefícios sociais correlativos, se manteve sem grande esforço” isto porque “o processo de eliminação foi adiado e diluído no tempo: e isso faz que a instituição seja habitada a longo prazo por excluídos potenciais” (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1997, p. 482). Uma democratização plena do sistema implicaria a desvalorização econômica e simbólica dos diplomas, contra a qual diversos mecanismos se contrapõem, como a transmissão do capital cultural nas famílias e a hierarquização de estabelecimentos escolares²⁸².

²⁸² “Graças a estes mecanismos, o sistema de ensino aberto a todos e ao mesmo tempo estritamente reservado a poucos, consegue a façanha de reunir as aparências de ‘democratização’ e a realidade da reprodução, que se realiza num grau superior de dissimulação, e por isso com um efeito maior ainda de legitimação social. Esta conciliação dos contrários tem seu preço. Os protestos estudantis que pipocam, faz vinte anos, sob todo tipo de pretexto, e a violência que se manifesta continuamente nos estabelecimentos escolares mais pobres são a manifestação visível dos efeitos permanentes das contradições da instituição escolar e de uma violência totalmente nova que ela aplica aos que não se adaptam a ela. A Escola exclui, como sempre, mas ela exclui agora de forma continuada, a todos os níveis de curso, e mantém no próprio âmbito aqueles que ela exclui,

Ainda que se deva questionar os limites das oportunidades educacionais, tanto do ponto de vista das desigualdades de gênero quanto de classe não se pode ignorar que a escola é um espaço a partir do qual as mulheres e as classes baixas vêm forçando alterações em suas posições na estratificação social. A experiência da escolarização torna também menos dessemelhantes as rotinas de meninos e meninas e das diferentes classes, representando uma tendência importante de convergência nas formas de socialização das novas gerações.

Não obstante, continuam a existir variações nas formas de socialização por classe, inclusive quanto à socialização escolar. Thin (2006) nota que as famílias populares têm maneiras de estar com, comunicar e controlar crianças e jovens bastante diferentes do modo escolar de socialização. O que está em questão são dissonâncias e tensões entre lógicas socializadoras divergentes, estando o modo escolar de socialização em uma posição hierárquica superior à forma de socialização popular – já a lógica socializadora das classes superiores é mais próxima ao modo escolar. A escola instaura uma nova relação com a infância, num espaço tempo específico, que supõe a aprendizagem através de regras, e não mais pela repetição prática dos gestos observados no contexto familiar, distintos das formas de autoridade e vigilância familiar populares. Enquanto escola e camadas superiores enfatizam o autocontrole e um trabalho explícito sobre a linguagem (por exemplo, corrigindo as construções gramaticais das crianças), as camadas populares agem mais pela pressão exterior e o emprego de castigos corporais e uma comunicação prática que visa à troca sem outra finalidade (THIN, 2006, p. 218-219).

Este é um tema de pesquisas também no Brasil, pelo menos desde os anos 80 quando Duarte contrapõe o centramento nos adultos que prevaleceria nas classes mais baixas ao centramento nas crianças presente nas camadas médias. Além disso, realçou a existência de hierarquias entre filhos por sexo e idade nas classes baixas, em contraposição ao ideal igualitário que prevalece nas camadas mais altas. Tal ênfase na diferença e na hierarquização nas classes baixas “segue pelo menos duas vias estruturais: a que opõe filhos homens e filhas mulheres e a que qualifica diferencialmente os filhos(as) mais velhos(as) e os(as) caçulas” (DUARTE, 1986, p. 190).

Fonseca constata, por outro lado, um modelo de classe média centrado na família conjugal e que confere um papel secundário aos parentes consanguíneos, em que “crianças, tidas como veículo de um projeto familiar de longo termo, merecedoras de sacrifício imediato,

simplesmente marginalizando-os nas ramificações mais ou menos desvalorizadas. Esses “marginalizados por dentro” estão condenados a oscilar entre a adesão maravilhada à ilusão proposta e a resignação aos seus veredictos, entre a submissão ansiosa e a revolta impotente.” (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1997, p. 485)

tornam-se o foco da unidade conjugal” (FONSECA, 1995, p. 38). Já nas famílias das camadas populares, os laços de sangue teriam precedência sobre o vínculo contratual do casamento e as “crianças são consideradas não como indivíduos singulares, mas sim como partes integrantes do grupo” (FONSECA, 1995, p. 39). Fonseca notava, todavia, que a família brasileira não seguia estritamente o modelo moderno nem mesmo nas classes médias, dada a persistência da influência do clã, pela proximidade com a casa da avó materna e o recurso aos cuidados dessa para os netos, por exemplo (FONSECA, 1995, p. 39). Já a coletivização da responsabilidade pelas crianças nas camadas mais baixas era vista por Fonseca como uma forma de responder em grupo à instabilidade vivida. No entanto, Fonseca (1995) já observava também nas classes baixas a adoção de novas práticas para com os filhos, expressando processos de ascensão social, real ou pretendido.

Vem ocorrendo mudanças, jurídica e de sensibilidade, quanto à compreensão da socialização dos filhos nas últimas décadas no Brasil, o que afeta as desigualdades entre os filhos de diferentes classes sociais. É comum a crítica de que, historicamente, o Estado garantiu direitos de família às crianças de classe alta, enquanto as de classes baixas só eram objeto de interesse em situações emergenciais ou quando eram consideradas um risco à ordem social. Um exemplo para o Brasil é a análise de Rizzini (1997) do significado social da infância na passagem do regime monárquico para o republicano. Mobilizando estereótipos de famílias viciosas das classes baixas e da periculosidade de suas crianças, a categoria menor era empregada para diferenciar a infância em duas, com diferentes perspectivas e direitos: “tal opção implicou na dicotomização da infância: de um lado, a *criança* mantida sob os cuidados da família, para a qual estava reservada a cidadania; e do outro, o *menor*, mantido sob tutela vigilante do Estado, objeto de leis, medidas filantrópicas, educativas/repressivas e programas assistenciais” (RIZZINI, 1997, p. 35, grifos da autora)²⁸³.

²⁸³ A autora realça as opções políticas que marcam o desenvolvimento da desigualdade no país. Segundo Rizzini, neste contexto, as elites brasileiras optaram pelo controle e não democratização (da educação, por exemplo). A romantização da infância não era uniforme, mas variava por classe: “a ideia de inocência sobreviverá associada apenas às crianças de ‘boas famílias’, em paralelo à noção de perversidade inata atribuída à infância das classes pobres” (RIZZINI, 1997, p. 163). A meta era a moralização da pobreza. Rizzini descreve este como tempos de escrutínio da moralidade, em que atribuía-se, numa escala de valores, maior respeitabilidade às classes altas e maior viciosidade às classes baixas. “A certeza com que nossos autores classificavam o que era ou deixava de ser moral, nos leva a imaginar uma espécie de escala fictícia de valores, a partir da qual era possível “medir” o grau de moralidade dos indivíduos. Este “instrumento”, que poderíamos imaginar como uma espécie de “escala de moralidade”, registrava as virtudes na sua extremidade superior e, no extremo inferior, os vícios. A sociedade brasileira era representada por um elevadíssimo grau de imoralidade, já que grande parte da população pendia para o lado da viciosidade. Como explicavam o fato? Concebia-se que vícios e virtudes eram, em parte, originários dos ascendentes; assim, os filhos nascidos de boas famílias teriam um pendor natural a serem virtuosos, ao passo que os que traziam má herança, seriam obviamente vistos (inclusive por si próprios) como portadores de ‘*degenerescências*’. Essa crença justificava privilégios para uns e corretivos para outros” (p. 79).

O conceito de “cidadania invertida” é usado por Miotto (2004) para referir-se a situações em que a família só recebe apoio quando é considerada incapaz de cuidar²⁸⁴. O estado de abandono ou a perda do pátrio poder definia o momento em que as famílias, especialmente as de baixa renda, se tornavam incapazes de cuidar de suas crianças e as entregavam nas mãos do Estado no contexto do primeiro Código de Menores do Brasil (1927)²⁸⁵. Roberto da Silva (1998) considera que o Código de 1927 instituiu um sistema dual, em que os direitos civis valem para as crianças inseridas em famílias padrão (tutela dos pais), enquanto o código de menores vale para aquelas provenientes de famílias “desorganizadas” (leia-se pobres ou socialmente marginalizadas) sob a tutela do juiz. A seu ver, esta situação não se alterou quando, em 1979, foi criado um novo código, que instituiu a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, pela qual o menor foi incluído nos temas de interesse para a Segurança Nacional. O Estado deveria se interessar pela criança apenas quando ela se encontrasse em “situação irregular” junto à família, percebida como sua responsável habitual. O termo “situação irregular” juntava sob um mesmo rótulo o que antes era diferenciado como exposto, abandonado, delinquente, infrator, vadio, etc.

Um marco importante da mudança na legislação foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA-1990), quando as crianças (definidas como pessoas com 12 anos incompletos) e os adolescentes (definidos como pessoas de 12 aos 18 anos²⁸⁶) passam a ser percebidos como sujeitos de direitos, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e merecedores de prioridade absoluta. Desta forma, substituiu-se a doutrina da “situação irregular” pela doutrina da proteção integral. Reconhece-se que as crianças são responsabilidade dos pais, da comunidade e do Estado. Além disso, no Novo Código Civil (2002), a noção de pátrio poder foi substituída por “poder familiar”, afirmando a igualdade de pais e mães na criação dos filhos, cabendo até a mediação do judiciário na ausência de consenso entre os pais. Crescentemente, o Estado define parâmetros para a socialização de

²⁸⁴ Miotto (2004) identifica três formas do Estado intervir nas famílias: através da legislação, das políticas demográficas e da cultura de especialistas, que através dos aparatos assistenciais do Estado, atuam principalmente junto às classes populares.

²⁸⁵ Entendia-se por situação de crianças em estado de abandono, “quando não possuíssem moradia certa, tivessem os pais falecidos, fossem ignorados ou desaparecidos, tivessem sido declarados incapazes, estivessem presos há mais de dois anos, fossem qualificados como vagabundos, mendigos, de maus costumes, exercessem trabalhos proibidos, fossem prostitutas ou economicamente incapazes de suprir as necessidades de sua prole” (SILVA, R., 1998, p. 2).

²⁸⁶ Por oposição aos conceitos hoje empregados de criança e adolescente, é ilustrativo refletir sobre a evolução do conceito de menor no vocabulário jurídico. Segundo Londono (1996), até o século XIX, a palavra menor era usada para assinalar os limites etários, que impediam as pessoas de ter direito à emancipação paterna ou assumir responsabilidades civis ou canônicas (por exemplo, idade para o casamento). Depois da Independência, o termo é usado para definir a responsabilidade penal do indivíduo pelos seus atos. E, a partir de 1920, a palavra menor se refere a criança em situação de abandono e marginalidade.

crianças e jovens, determinando a obrigatoriedade da escolarização e restringindo as possibilidades de trabalho²⁸⁷.

Também no Brasil a educação foi historicamente mais frequente nas classes superiores, além de que filhos e filhas recebiam tratamento educacional diferente, visto que as expectativas eram de que os homens seriam provedores e as mulheres donas de casa, devendo, portanto, serem preparadas para habilidades domésticas e de cuidado. Atualmente já não existe no Brasil discriminação escolar das meninas como há em outras partes do mundo (UNICEF, 2012). Ao contrário, no Brasil já houve a reversão do hiato de gênero na educação (BELTRÃO; ALVES, 2009), acompanhando as tendências de melhor desempenho escolar das mulheres do que dos homens, diagnosticadas para outros países, como a França (BAUDELLOT; ESTABLET, 2007) e os Estados Unidos (DIPRETE; BUCHMANN, 2006). Na história recente do Brasil, a presença nova e generalizada da escola na vida dos filhos(as) de todas as classes é um fato importante a ser destacado. Ainda que o acesso à escolarização comporte desigualdades (sobretudo quanto à sua duração e resultados), a presença da escola tende a reduzir a influência da socialização familiar, à proporção que aumenta a socialização escolar, e ao mesmo tempo uma mais intensa cultura de pares. Esta transformação nas experiências socializadoras está relacionada a diversos fatores. A redução da fecundidade também contribuiu para maiores investimentos familiares e sociais diante de uma menor geração de filhos. Marteleto observou que a escolaridade dos filhos é afetada pelo tamanho da família. Neste sentido, “a transição demográfica beneficiou a escolaridade dos jovens brasileiros, explicando uma significativa proporção do ganho educacional entre as coortes” (2002, p. 175). Isso se deveu sobretudo a um efeito de composição, na medida em que uma maior proporção de jovens vive em famílias menores, nas quais os recursos (não apenas financeiros, mas de atenção, comunicação etc.) e investimentos educacionais passam a ser partilhados entre menos irmãos. Não obstante, os filhos de famílias grandes continuam em desvantagem comparados aos de famílias pequenas, “este impacto negativo do tamanho da família na escolaridade não apenas persiste, mas aumenta sensivelmente na coorte pós-transição demográfica” (MARTELETO, 2002, p. 175).

As gerações que crescem no Brasil desde o último quartel do século XX vêm desfrutando de novas oportunidades sociais decorrentes seja da melhoria da situação social de seus pais, seja da expansão de bens públicos, como investimentos estatais em educação. O objetivo deste capítulo é investigar as transformações na socialização da geração dos filhos

²⁸⁷ A constituição de 1934 foi a primeira a assegurar a instrução pública como direito de todos e, durante o século XX, assiste-se a expansão das matrículas na rede pública.

conforme o gênero e a classe social familiar. Como a grande maioria das crianças cresce em suas famílias, justifica-se a análise a partir dos filhos²⁸⁸, o que nos permite falar de estratégias de investimento nos filhos por classe, a qual por sua vez comporta diferenciações por gênero.

O capítulo está organizado em três partes. Num primeiro momento analisa-se o acesso à educação na primeira infância, direito ainda em construção diante da baixa cobertura da educação para crianças de zero a seis anos, sobretudo nas classes baixas. A seguir, analisam-se os filhos de 7 anos e mais, considerando seus processos de escolarização e entrada no mercado de trabalho. Por fim, enfatizando os fenômenos da geração canguru e dos “nem nem”, observam-se algumas dimensões das transformações nas transições juvenis.

2.3.1 A primeira infância

A primeira infância vem ganhando espaço no debate sobre desigualdades sociais e formação de capital humano. Agências multilaterais como o Banco Mundial consideram que programas que promovem o desenvolvimento de crianças pequenas (0 a 6 anos) são o melhor investimento para desenvolver o capital humano necessário ao crescimento econômico (YOUNG, 2007, p. 2), pois as experiências positivas ou negativas na primeira infância têm um impacto decisivo e as crianças que participam de programas de estimulação se saem melhor na escola e na vida. Esta visão, no entanto, foi acusada de adotar uma retórica enganadora de redenção pela educação, que ignora o pertencimento de classe (PENN, 2002, p. 20). Fortes críticas também foram feitas às propostas de cuidado infantil promovidas pelo Banco Mundial que recomenda programas informais como “mães-crecheiras” ou creches domiciliares, vistos como uma forma de atender pobremente a pobreza²⁸⁹.

²⁸⁸ A socialização na família é quase universal nas faixas etárias mais novas, com muito pequenas variações entre classes (em 2012, para 0 a 6 anos, atingia os valores mínimos e máximos de 89,0 e 94,6%, respectivamente; enquanto, para 7 a 14 anos, oscilava entre 87,9 e 94,6%). A tendência é que o percentual de crianças na condição familiar de filhos seja sempre ligeiramente maior nas classes mais altas. Nota-se também que, no total, há, entre 1976 e 2012, uma pequena redução no percentual de crianças na condição de filhos, passando de 96,3 para 88,1 na faixa de 0 a 6 anos, e de 93,6 para 87,8% na faixa etária de 7 a 14 anos. O percentual de pessoas na condição de filhos começa a cair a partir de 15 anos e de forma mais variável por classe, mas este fenômeno será tratado especificamente na seção final deste capítulo. É importante destacar desde já esta questão por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, é uma ressalva importante na análise que empreenderemos quando estendemos a discussão da escolarização e do trabalho de filhos até os 24 anos, pois estamos falando de um grupo altamente seletivo e diferenciado por classe. Por outro lado, a permanência dos filhos na casa dos pais por mais tempo é em si uma evidência de desigualdades de classe no que diz respeito às estratégias de mobilidade social e processos de transição para a vida adulta.

²⁸⁹ Reconhece-se o risco de que tais práticas possam “gerar um efeito contrário ao que aparentemente se propõem, incentivando a exploração da mão de obra feminina, a não profissionalização do cuidado e da educação, assim como a criação de categorias diferenciadas de atendimento” (ROSETTI-FERREIRA; RAMON;

Por outro lado, a recente valorização dos investimentos nos primeiros seis anos de vida não deve servir para endossar um discurso determinista sobre a experiência infantil. Jerome Kagan (1998) realça a maleabilidade do desenvolvimento humano, argumentando que a crença excessiva no determinismo infantil traz alguns riscos. Do ponto de vista das famílias, a ideia de um período crítico em que os investimentos nos filhos são decisivos expressa muito de uma ansiedade de classes – visível em outros períodos históricos como a Europa do século XVIII, quando a incerteza social de uma sociedade móvel leva a investir nos filhos para garantir seu sucesso futuro – atualizada na prática de gestantes que ouvem Beethoven para sensibilizar seus fetos para boa música ou na caricatural capa da revista *Época* que mostra crianças pequenas vestidas de executivos sob a manchete “O sucesso de seus filhos”²⁹⁰. Kagan mostra que é antiga a experiência de produzir panfletos para incentivar (e cobrar) que as mães estimulem seus filhos com afeto e atenção. A desonestidade dessa visão é que ela tende a responsabilizar as famílias pobres pelo insucesso de seus filhos quando outros fatores – educação e renda dos pais, lugar de residência, qualidade da educação recebida etc. – são tão ou mais decisivos no sucesso futuro dos filhos. É incomparavelmente mais barato incentivar mães a brincar e conversar com seus filhos do que rever políticas sociais para melhorar a qualidade das habitações, da educação e da saúde (KAGAN, 1998, p. 91).

Se recentemente vem ganhando relevo a importância da educação e do cuidado infantil, historicamente o acesso a tais serviços foi extremamente desigual. Uma incursão pela história dos investimentos educacionais na primeira infância no Brasil revela muitas desigualdades em torno da oferta e do tipo de estabelecimento de ensino ou cuidado disponível para distintas clientela. Segundo Kishimoto, os primeiros jardins da infância foram criados para as elites cariocas (em 1875) e paulista (1877, a famosa Escola Americana, hoje Colégio Mackenzie). Nesta época, os imigrantes ressentiam-se dos baixos níveis de educação do Brasil e criavam suas próprias escolas para seus filhos. Em 1881 as escolas maternais passam a ser o novo nome que substitui as salas de asilo, alvo de preconceitos por serem frequentadas por crianças pobres e abandonadas. Nos anos 1920, surgem também escolas maternais junto a centros fabris, para atender filhos de operários. Jardins infantis para ricos e escolas maternais para pobres expressavam não apenas distintas clientela, mas

SILVA, 2002, p. 69). A panaceia dos investimentos na primeira infância é também considerada contraditória com os custos sociais das políticas de ajuste que advoga (ROSETTI-FERREIRA; RAMON; SILVA, 2002, p. 75-76).

²⁹⁰ *Época*, ed. 267 de 26 jun. 2003. Capa disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/edicoes-antiores/p/46/#>>. Reportagem disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI38475-15228,00-COMO+FAZER+SEU+FILHO+CHEGAR+LA.html>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

também distintos propósitos e oportunidades de vida. Este tipo de discriminação também estava presente em outras sociedades de classes, como realça Kishimoto (1988, p. 60): “Essa forma discriminatória de organização da pré-escola assemelhava-se a de países europeus, como a França, onde a educação infantil comportava escolas maternais anexas a escolas primárias, para filhos de operários, e jardins de infância, anexas aos liceus particulares, destinados à classe de melhor poder aquisitivo”.

Filgueiras mostra que aos projetos filantrópicos médico-higienistas para as camadas populares que existiam até os anos 1970 sucedem iniciativas a cargo da sociedade e de organizações populares às quais se deve “a redefinição da creche como um equipamento pedagógico específico e como um direito – e não mais como uma ajuda às famílias consideradas incapazes de se ocupar convenientemente de suas crianças” (1994, p. 19). Nos anos 70 e 80, assistiu-se ao florescimento de clubes de mães e outros movimentos de mulheres, muitos ligados à igreja ou organizações de bairro, que demandavam creches e infraestrutura para favorecer o trabalho das mães (ROSEMBERG, 1989). A resposta usual à pressão de movimentos populares foram as creches comunitárias, que emergiram da colaboração entre poder público e organizações populares. Se inicialmente a mobilização era pelo direito das mães trabalhadoras a terem um lugar para deixar seus filhos, aos poucos vai se convertendo em defesa da educação infantil. As administrações públicas municipais que subvencionavam tais iniciativas incitavam a criação destas creches comunitárias, alternativa precária e barata, demonstrando que a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho não foi adequadamente acompanhada de iniciativas do poder público de apoio a cuidados.

Quando o trabalho das mulheres das camadas médias cresce e assume um sentido de liberação da mulher de seu papel tradicional, os setores médios também passam a demandar creches o que, mesmo se fazendo pela via privada, contribuiu para a maior legitimidade da creche como alternativa de educação e cuidado infantil, favorecendo assim uma mudança cultural na aceitação de outros espaços não familiares de socialização infantil. Realçam-se, assim, as desigualdades agudas entre mulheres de diferentes classes quanto às alternativas de conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares.

[...] a entrada maciça dessas mulheres [brasileiras pobres] no mercado de trabalho se fez sem que nada fosse previsto para apoiá-las na saída de casa. Sujeitas ao subemprego (às vezes mais compatível com a guarda das crianças) e subremuneradas, elas improvisam como podem para garantir a guarda dos filhos. [...] [nos] setores [médios], quer as mulheres trabalhassem ou não, estavam também à procura de creches ou pré-escolas para seus filhos. Eles os encontrariam sobretudo na rede privada. Assim, o fenômeno “criança na creche” e na pré-escola tomou aos poucos uma dimensão social importante e ganhou outro tipo de legitimidade. Uma

mudança cultural importante emergia e a creche como equipamento social não era unicamente uma demanda das classes populares. (FILGUEIRAS, 1994, p. 22-23).

Lenira Haddad mostra que o desenvolvimento paralelo de serviços de assistência social (creche) para pobres e educação (escolas infantis) para ricos não é exclusivo da história do Brasil²⁹¹. Variações nas formas de socialização infantil entre diferentes culturas estão relacionadas à disponibilidade ou não de instituições de educação infantil e à formação de profissionais e métodos para atender suas especificidades²⁹². Segundo Haddad (2006), a ideologia ocidental de que o cuidado infantil deve ser primazia da família foi estimulada pela Guerra Fria como uma forma de oposição ao cuidado coletivizado socialista²⁹³. No entanto, as experiências de contestação a partir dos anos 1960 e 1970, incluindo os movimentos de mulheres e o feminismo, ajudaram a problematizar as responsabilidades de cuidado infantil e sua distribuição dentro das famílias e na sociedade, com ênfase no novo papel do Estado na oferta de serviços.

Esse período é marcado em muitos países pela presença mais ativa do Estado na oferta ou subvenção de serviços, especialmente do tipo creche, e pela revisão de seu significado psicológico, sociológico, econômico e político. O movimento feminista tem um papel especial nessa revisão, ao discutir o significado da creche à luz de questões como a maternidade, a paternidade e as mudanças de papéis no âmbito doméstico, e questionar a ideia de que os serviços de educação e cuidado infantil deveriam ser restritos às famílias pobres, trabalhadoras ou em situação de risco. (HADDAD, 2006, p. 258)

²⁹¹ “As instituições dedicadas à educação e cuidado da criança pequena têm uma dupla origem, e aparecem mais ou menos na mesma época para atender a necessidades e aspirações diferentes [...] Elas surgem, de um lado, no âmbito de programas sociais e filantrópicos de proteção e prevenção ao abandono e à delinquência, voltados ao atendimento de crianças e famílias em condições de vulnerabilidade por pobreza, doença, invalidez ou desempenho. De outro lado, desenvolvem-se em direção à implementação de modelos de educação para a criança pequena concebidos por importantes educadores, como Oberlin (salles d’asile), Robert Owen (infant school), Froebel (Kindergarten) e Montessori (casas del bambini), e que se difundiram por todo o mundo.” (HADDAD, 2006, p. 525)

²⁹² Para uma comparação entre Estados Unidos e Itália, por exemplo, ver o interessante depoimento de Corsaro em entrevista à Muller: “Essas diferenças são muito grandes, pois, nos EUA, a educação precoce é basicamente privada e muitas pessoas acreditam que não é necessariamente a melhor coisa para as crianças, e que elas ficariam muito melhor em casa com um dos pais até começarem o jardim de infância no sistema escolar público, com 5 anos. De fato, o governo americano gasta milhões de dólares por ano em estudos sobre possíveis efeitos negativos do cuidado às crianças e da educação inicial das crianças com menos de 5 anos nos EUA. Essas verbas de pesquisa pareceriam absurdas para os italianos, que têm um sistema pré-escolar plenamente desenvolvido que atende quase a maioria das crianças entre 3 e 5 anos, além de uma pedagogia desenvolvida e coerente, o que é conhecido como a abordagem de Reggio-Emília.” (MULLER, 2007, p. 276).

²⁹³ Tal debate, em especial a visão americana, influenciou as políticas educacionais implementadas no Brasil. Conforme Haddad: “Por exemplo, o programa americano Guerra contra a Pobreza, lançado na década de 1960, com o objetivo de promover as condições das crianças em situação de privação e desvantagem cultural via programas de educação compensatória, teve um enorme impacto sobre as políticas educacionais brasileiras. A expansão da educação pré-escolar durante a ditadura militar é promovida a partir de um modelo de baixo custo visando prevenir o futuro fracasso escolar” (HADDAD, 2006, p. 528).

Houve um crescimento substantivo do número de crianças atendidas por creches no Brasil desde os anos 70, em grande parte motivado por demandas de movimentos de mulheres e dos direitos garantidos pela constituição de 1988, que incluiu o atendimento em creche e pré-escola a crianças de 0 a 6 anos de idade nos deveres do Estado, subordinando esse setor, antes de cunho assistencialista, à área de educação²⁹⁴.

Cabe prioritariamente aos municípios ofertar vagas em creches e pré-escolas, sendo o governo federal corresponsável pela educação infantil. Segundo Gomes, além de uma história marcada pela fragmentação dos programas para crianças de zero a seis anos, há o problema da educação infantil estar a cargo do “elo mais fraco da corrente federativa. Se a gestão é descentralizada e os serviços estão mais perto do cidadão, por outro lado, é no município que se encontram as maiores dificuldades de ordem técnica, orçamentação e gestão” (2009, p. 105). Flores e Mello (2012) mostram que não houve investimentos federais em educação infantil no período 1995 a 2006, situação que muda neste ano com a incorporação da educação infantil ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)²⁹⁵. Ademais, a União vem apoiando a construção e reforma de creches e escolas infantis desde a criação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) em 2007, que disponibiliza recursos para construção de unidades, compra de mobiliário e instalações, além de possibilidade de assessoria pedagógica do MEC²⁹⁶.

Com a emenda constitucional EC59/09 que prevê a matrícula obrigatória de crianças de 4-5 anos na pré-escola até 2016, há a expectativa de que haja um esforço redobrado do poder público para a expansão da educação infantil, o que envolve grandes desafios. Dentre os problemas para a expansão deste nível de ensino está seu alto custo, pela maior necessidade de pessoal (razão aluno/professor) qualificado de acordo com as

²⁹⁴ Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, lei nº 9.394/1996), a Educação Infantil é assim definida no artigo 29: “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Distinguem-se, no artigo seguinte, as “creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade” das “pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade”. Já a emenda Constitucional 59/2009, em seu artigo 208, estabeleceu a obrigatoriedade e gratuidade da educação dos 4 aos 17 anos.

²⁹⁵ A educação infantil não fazia parte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que vigorou entre 1996 e 2006.

²⁹⁶ Diferentemente de outras políticas como Brasil Alfabetizado, o ProInfância não tem por critério o número de matrículas, mas sim a condição populacional, educacional e social dos municípios. Na dimensão de vulnerabilidade social, entram critérios familiares, como o percentual de mulheres chefes de família. Entre 2007 e 2010, 2003 unidades haviam sido contratadas para construção, com variações por estados. Mais informações disponíveis em: <<https://i3gov.planejamento.gov.br/dadosgov/>>.

especificidades desta etapa, além de materiais pedagógicos e infraestrutura adequados. Apesar dos recursos para construção oferecidos pelo governo federal através do ProInfância, os municípios, a quem compete a manutenção da educação infantil, queixam-se das dificuldades de investir em um nível de ensino com um custo maior.²⁹⁷

Nascimento (1999) realça que já em 1996 o país estava em um processo acelerado de construção do modelo de atribuição de competência, com prevalência ou tendência à oferta municipal de vagas na maioria dos estados (tendência mais forte no Sudeste, seguido do Nordeste e do Sul), adequado, pois, ao que é determinado pela LDB. Pinto (2009) reitera que a pré-escola pública passa por progressiva municipalização, e, sobretudo com a LDB em 1996, os estados tendem a abandonar a educação infantil²⁹⁸. Segundo Roselane Campos, há uma forte tendência de incorporar nos sistemas formais de ensino as etapas da educação infantil mais próximas da escolarização (4 e 5 anos), enquanto a frequência a instituições privadas e conveniadas é maior nas idades menores. Corre-se, assim, o risco de uma polarização dentro da educação infantil. O temor é que se possa gerar uma re-assistencialização da educação infantil, finalmente incluída na área de educação, ou que o menor controle estatal possa favorecer hierarquias entre escolas e entre públicos atendidos.

Diante de tantos desafios persistem fortes desigualdades no acesso, que é pior para a população que não é branca, que vive em área rural, e nas regiões mais pobres (Norte,

²⁹⁷ A urgência em tratar esta questão foi reafirmada com a Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, que determina que a educação básica é obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade. Ainda que a obrigatoriedade da escolarização a partir dos 4 anos possa ser objeto de debate do ponto de vista da liberdade de escolha dos pais, a obrigatoriedade da oferta enquanto um direito é inquestionável. A adequação até 2016 gera preocupação de que os esforços sejam insuficientes para o atendimento com qualidade deste novo direito, exigindo especial cuidado a questão da desigualdade na oferta. Destaca-se também a importância do Brasil ter incluído o problema das creches nos programas sociais de transferência de renda, como é o caso do “Programa Brasil Carinhoso”.

²⁹⁸ Enquanto vigorou o FUNDEF (1997-2006), constatou-se uma tendência de incorporar crianças de 5 e 6 anos na educação fundamental para aumentar os repasses. Objeto de preocupação são também os convênios com a rede privada, pelo risco de impactos graves na qualidade. “[...] metade das matrículas em creches no setor privado ocorre em estabelecimentos conveniados com o setor público (estados ou municípios), com grande participação nas regiões Sudeste e Sul. Na pré-escola o fenômeno ocorre com menor peso, embora atinja 30% das matrículas na região Sul, um índice considerável. Esses convênios, muitas vezes, são a forma encontrada pelo poder público para aumentar a oferta a custo menor. O problema é que, exatamente em razão dos valores repassados ficarem, geralmente, abaixo daqueles praticados pelo próprio poder público, tais estabelecimentos, em especial os filantrópicos, não conseguem cumprir os parâmetros mínimos de atendimento (como, por exemplo, razão adulto/criança e qualificação do corpo docente). Observe-se que são parâmetros estabelecidos justamente pelo mesmo poder público, o que gera uma postura de tolerância do órgão supervisor (que, quando existe, é mal estruturado) com o descumprimento das normas de funcionamento. Outra consequência é que a oferta de dois tipos de serviços é aceita como se fosse natural e como se o direito a educação de qualidade fosse diferente para as crianças” (PINTO, 2009, p. 160). No debate sobre as parcerias público-privada na educação infantil questiona-se o fato de que estas geram uma transferência de serviços do Estado para organizações sociais (possibilidade que está prevista nos artigos 18 e 20 da LDB 9394/96). Fala-se de um setor público não estatal ou de um alargamento e resignificação da esfera pública, sendo discutido o caráter não formal dessas instituições, ainda que as condicionalidades demandadas para receber recursos públicos possam induzir processos de adequação aos modelos de creches públicas (CAMPOS, R., 2009, p. 12).

Nordeste e Centro-Oeste) e para as camadas mais pobres (PINTO, 2009; ROSEMBERG; ARTES, 2012; SORJ; FONTES, 2012). As desigualdades de acesso à educação infantil são consideradas marcadamente de classe, uma vez que “a clivagem socioeconômica é mais acentuada que a racial” (PINTO, 2009, p. 138), e o sexo da criança não é razão de exclusão, como observa Pinto a partir de dados do Censo Demográfico de 2000:

Os dados evidenciam que a educação na faixa etária de zero a seis anos no Brasil é determinada pelas condições socioeconômicas das famílias, mostrando uma relação diretamente proporcional entre renda familiar e acesso à escola. Embora esse fato seja esperado na rede privada, a rede pública (responsável por 62% das matrículas em creches e 74% nas pré-escolas) deveria exercer um efeito equalizador no acesso, o que não está acontecendo. A taxa de atendimento, por exemplo, para crianças cujas famílias têm renda *per capita* superior a cinco salários mínimos é cerca de três vezes maior que para as de famílias sem rendimento. Isso parece indicar que, mesmo no sistema público, as famílias mais carentes encontram maior dificuldade de acesso aos serviços, inclusive porque as áreas municipais nas quais vive a população mais pobre registram menor oferta de equipamentos sociais. (PINTO, 2009, p. 137)

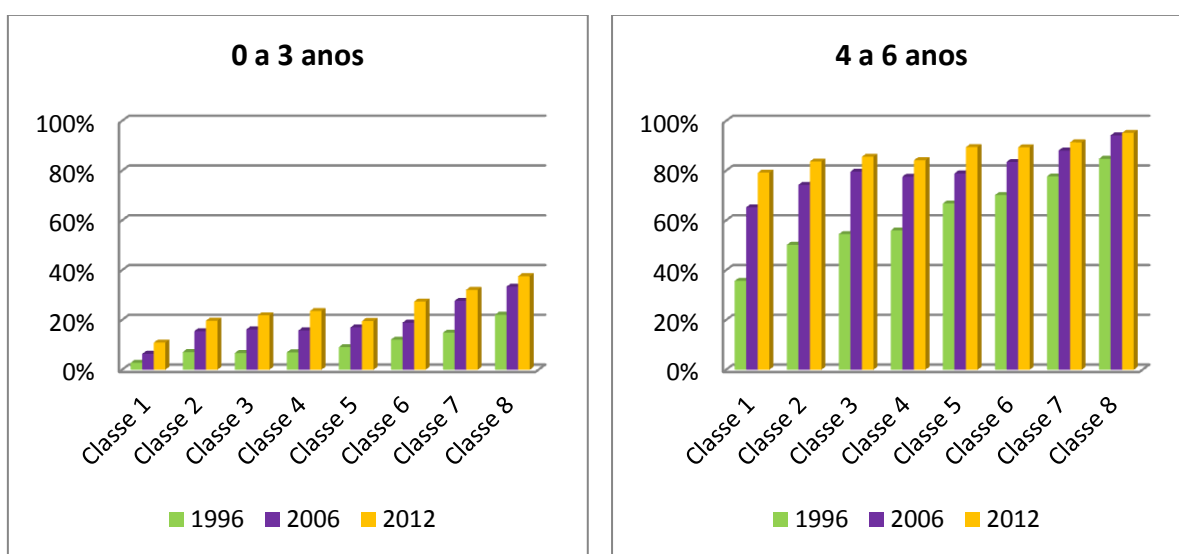
Se o acesso à educação infantil tende a ser progressivamente melhor conforme melhora a renda das famílias e seu contexto socioeconômico, mais essenciais se mostram as políticas públicas direcionadas à educação infantil. Conforme Rosenberg e Artes, na educação infantil, a maior discriminação no acesso é por idade, já que este é sempre pior para crianças menores de 3 anos. As autoras notam que não apenas as crianças de até 3 anos têm menos acesso, como também é diferenciada a frequência dentro deste grupo, pelos dados do Censo 2010, “as crianças de 2 e 3 anos representam 81,5% do grupo etário de 0 a 3 anos que frequentam creche ou pré-escola” (2012, p. 42). Deve-se notar, não obstante, como mostra Hein (2005), que em várias partes do mundo o percentual de crianças de 0 a 3 anos em creches é bem menor que o de crianças de 4 a 6 anos em pré-escolas, o que em parte deve-se a concepções sobre infância e cuidado infantil. Esping-Andersen (2009, p. 93) constata que a cobertura de creches para crianças de 0 a 3 anos é de 30% na Bélgica, Holanda e Estados Unidos e menos de 10% nos países do sul da Europa.

No Brasil, as desigualdades por classe no acesso à educação infantil são visíveis nas duas faixas etárias usualmente analisadas. Como se observa no gráfico 1, a cobertura continua distante da universalização, a despeito da progressiva melhora no acesso entre 1996 e 2012. Se o percentual de acesso à creche ou escola infantil pelos filhos de 0 a 3 anos dos estratos manuais mais que dobrou entre 1996 e 2012, mesmo na última data os patamares continuam muito baixos, em torno de 20% nas classes 2, 3 e 4, e apenas 11% na classe 1. O crescimento foi proporcionalmente menor nos estratos não manuais, o que não impediu que os diferenciais entre as classes crescessem: se em 1996 a vantagem no acesso à educação infantil

da classe 8 comparada à classe 1 era de 19,3 pontos (22,1 contra 2,8%) em 2012 passou para 26,7 pontos (37,6 contra 10,9%).

Já a porcentagem de crianças de 4 a 6 anos que têm acesso à educação infantil é maior, crescendo muito mais nas classes mais baixas no período considerado, o que reduz as desigualdades de acesso em mais de 30 pontos percentuais, passando a diferença de 49 para 29 pontos de diferença entre 1996 e 2006, alcançando 16 pontos em 2012. Se em 1996, apenas um terço dos filhos de 4 a 6 anos dos trabalhadores rurais (classe 1) tinham acesso a pré-escola, em 2006, o valor salta para 65% e em 2012 para 79%. Por outro lado, no outro extremo (classe 8), partindo de patamares mais altos, o salto é menor – passa-se de 85% para 95% em 2012, chegando próximo da universalidade. Constata-se, portanto, a tendência de universalização do acesso à educação infantil na faixa etária de 4 a 6 anos.

Gráfico 1 - Frequência à escola ou creche dos filhos de 0 a 6 anos por faixas de idade e classe familiar, Brasil, PNADs 1996, 2006 e 2012

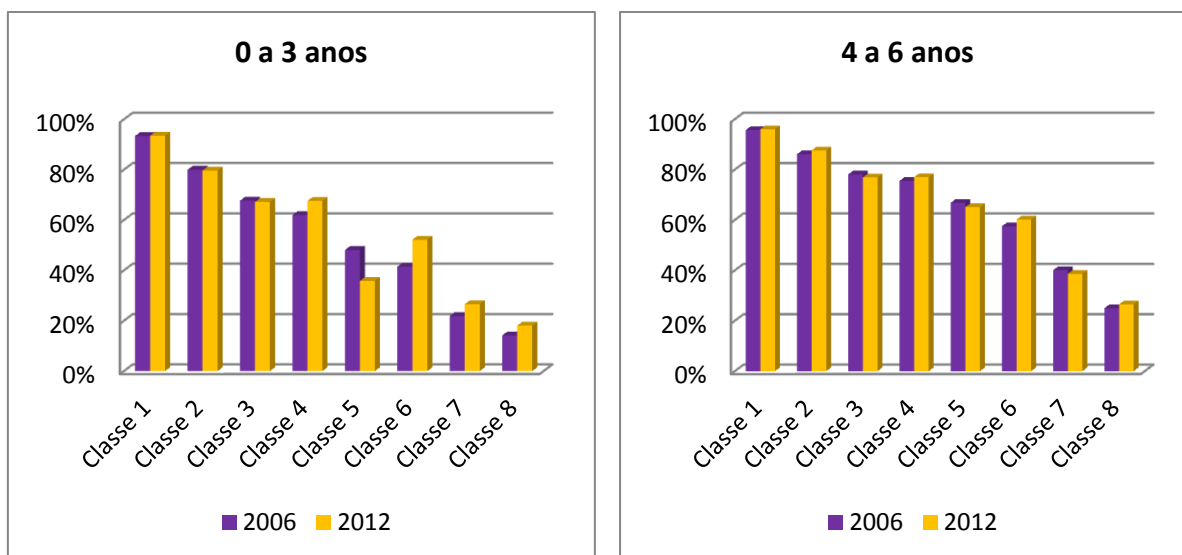


Fonte: elaboração própria a partir das PNADs de 1996, 2006 e 2012.

Em ambos os grupos etários, a presença da educação infantil pública é maior nas classes mais baixas e decresce progressivamente quando se observam as classes mais altas (gráfico 2). Se, como antes visto, entre 0 a 3 anos o acesso é bastante pequeno, o que torna de pouco significado a presença da educação pública, cabe realçar que em 2006 e 2012 (não há esse dado para 1996), a presença da educação infantil pública para o grupo de 4 a 6 anos é expressiva nas classes baixas, atendendo mais de três quartos dentre as crianças que tem acesso à educação infantil, e atende inclusive boa parte dos estratos médios e altos,

representando, em 2012, dentre os que têm acesso, 65,1% das vagas para os filhos da classe 5, 60,2% na classe 6, 38,6% na classe 7 e 26,5% das vagas na classe 8.

Gráfico 2 - Frequência à educação infantil na rede pública, dentre os que frequentam, por faixas de idade e classe familiar, filhos de 0 a 6 anos, Brasil, 2006 e 2012



Fonte: elaboração própria a partir das PNADs de 2006 e 2012.

Não obstante a oferta ainda limitada, a expansão da educação infantil no Brasil expressa uma mudança de concepção em relação à responsabilidade pelo cuidado das crianças, antes restrito às famílias, e hoje cada vez mais percebido como devendo ser uma responsabilidade socialmente compartilhada. Conforme Rosemberg, a mobilização pela oferta de vagas em creches e pré-escolas de qualidade para crianças de 0 a 6 anos, como um direito à educação das crianças e um direito dos pais ao trabalho extradoméstico, é uma causa recente na sociedade brasileira.

Este é um consenso novo na sociedade brasileira, que vem se forjando desde a década de 1970, legitimado por textos legais (constituição, ECA, LDB, LOAS), mas que ainda apresenta certas fragilidades em sua concretização exatamente por se tratar de algo novo. Até os anos 1970, o consensual na sociedade brasileira era que a educação e o cuidado da criança pequena constituíam preocupações da vida privada das famílias, especialmente das mães. Poucos e esparsos eram os sinais de que educar e cuidar de crianças pequenas era uma tarefa de toda a sociedade. “Quem pariu Mateus que o embale”, era o ditado da época. Transformações demográficas, econômicas e culturais impulsionaram esta que é a mais recente revolução da família e do sistema educacional brasileiros. Até a década de 1970, o consenso era que apenas crianças necessitadas, órfãs, abandonadas, enfim, filhas de famílias e mães problemáticas, deveriam ser educadas e cuidadas em instituições coletivas” (ROSEMBERG, 2007, p. 1).

Esta revolução não apenas das famílias, mas também no sistema educacional, coloca novos desafios. Do ponto de vista pedagógico, tem-se uma experiência nova para o sistema educacional brasileiro que sempre adotou o tempo parcial²⁹⁹, focado no escolarizar, e que não está acostumado a atender crianças tão pequenas, cujas necessidades são outras, e por tempo mais extenso de forma a conciliar com o trabalho das mães³⁰⁰. Rosemberg realça duas ameaças antigas que continuam atuais “a escolarização precoce da criança de 0 a 6 anos e da pré-escola; a assistencialização das creches ou da oferta pobre para as crianças pobres” (2007, p. 7). A seu ver, em ambos os casos, o que se teria são “crianças fora do lugar”, seja tratando a educação infantil como mera etapa preparatória do ensino fundamental, seja adotando modelos incompletos e emergenciais, ambos inadequados para a especificidade desta etapa da vida³⁰¹.

A preocupação com o atendimento adequado diante da especificidade da educação infantil vem incentivando estudos sobre a questão da qualidade. Pelo censo escolar, analisado por Pinto, é possível notar que a presença de equipamentos como biblioteca, parquinho ou sanitário adequado é sempre pior nas regiões mais pobres e na rede pública, embora mesmo na privada não atinja a qualidade recomendada³⁰². O acesso à merenda escolar é um dos poucos pontos positivos realçados – ainda que o valor assegurado pelo governo federal, por aluno, seja muito baixo – pois “praticamente todas as crianças matriculadas em pré-escolas públicas têm acesso à merenda escolar; nas creches esse índice é de 95%” (PINTO, 2009, p. 159). O autor nota ainda que predominam os professores com nível médio, existindo nas creches 10% de docentes com apenas o fundamental completo. “Seja para creche ou pré-

²⁹⁹ Segundo Pinto (2009), predominam entre as creches as de jornada integral (mais de 9 horas), enquanto, entre as pré-escolas, predominam as de 4h.

³⁰⁰ Mais recentemente vem sendo discutida a possibilidade de creches em horário noturno e por mais dias no ano, inclusive para acompanhar a flexibilidade de horário de trabalho dos pais. Ver, por exemplo: < <http://www.soscorpo.org.br/home/entry/educadores-e-feministas-buscam-alternativas-para-ampliacao-de-creches-publicas.html>>.

³⁰¹ “Permanecer oito horas numa creche ou numa pré-escola excessivamente quente, ou fria; sem espaços adequados para brincar; com adultos sobrecarregados; sem área externa para correr, sem estímulo para saciar a curiosidade, à espera das rotinas é um sofrimento para qualquer um. Se a infância é transitória na vida da pessoa, ela é permanente como etapa da vida na sociedade. Não podemos nos esquecer que as crianças pequenas dispõem de inúmeras competências, de um rico e complexo potencial de sensibilidade e criatividade cada vez mais reconhecidos pela neurociência, pela psicologia e educação. Este potencial ultrapassa em muito os recortes das disciplinas escolares. Para ser alimentado, este potencial requer atenção individualizada (turmas pequenas); professores/as formados/as, capazes de acompanhar a curiosidade e a mobilidade da criança” (ROSEMBERG, 2007, p. 7).

³⁰² A normalização da qualidade é feita pelo MEC. Segundo Rosemberg e Artes (2012), dentre esses documentam se encontram: *Subsídios para Credenciamento e Funcionamento das Instituições de Educação Infantil* de 1998, *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo* de 2002, *Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil* de 2006, os *Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Estabelecimentos de Educação Infantil* de 2006 e os *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* de 2009. Outra referência das políticas de educação é o Plano Nacional de Educação, que vigora de 2011 a 2020.

escola, em nenhuma região do país o percentual de professores com formação em nível superior (licenciados ou não) chega a 50%” (2009, p. 153)³⁰³.

A questão da qualidade, e muito especialmente da qualificação dos profissionais para atividades pedagógicas adequadas a crianças pequenas, é um desafio importante para uma efetiva promoção de menores desigualdades de oportunidades através da inclusão das crianças de camadas baixas no ensino público. Heterogênea em sua clientela e em seu perfil, a educação infantil tende a reproduzir as desigualdades sociais, permitindo entrever que “nem só o acesso é mais difícil para os segmentos de menor renda, mas também a qualidade da educação oferecida nas instituições localizadas nesses bairros tende a ser pior” (CAMPOS et al., 2011, p. 47). Os autores realçam a necessidade de investir em infraestrutura, melhor orientação e formação continuada de pessoal. Mencionando evidências nacionais e internacionais dos efeitos da educação infantil na superação de privações decorrentes do contexto familiar de origem e na redução dos índices de fracasso escolar (ainda muito altos no Brasil), os autores realçam o direito à educação de qualidade como um enriquecimento da experiência de vida das crianças.

O pressuposto adotado é que a frequência a uma creche ou pré-escola de qualidade faz a diferença na vida das crianças não só em se tratando do impacto positivo em sua trajetória escolar posterior, mas também, e principalmente, no que diz respeito à natureza das experiências vividas durante o tempo em que frequentam estas instituições, possibilitando uma plena vivência de sua infância e ampliando suas possibilidades de compreensão e interação com o mundo e pessoas ao seu redor (CAMPOS et al., 2011, p. 28).

Desde os movimentos pró-creches dos anos 1970, observa-se que, embora ainda com oferta insuficiente e com acesso desigual, a educação infantil vem sendo objeto de políticas de expansão, hoje asseguradas em diversos dispositivos legais. Preocupa que a expansão da oferta se efetive com qualidade, sem o emprego de convênios inadequados e pouco fiscalizados, bem como o desafio de superar as desigualdades de acesso por classe social, regiões e áreas urbanas ou rurais. A cobertura insuficiente da educação infantil,

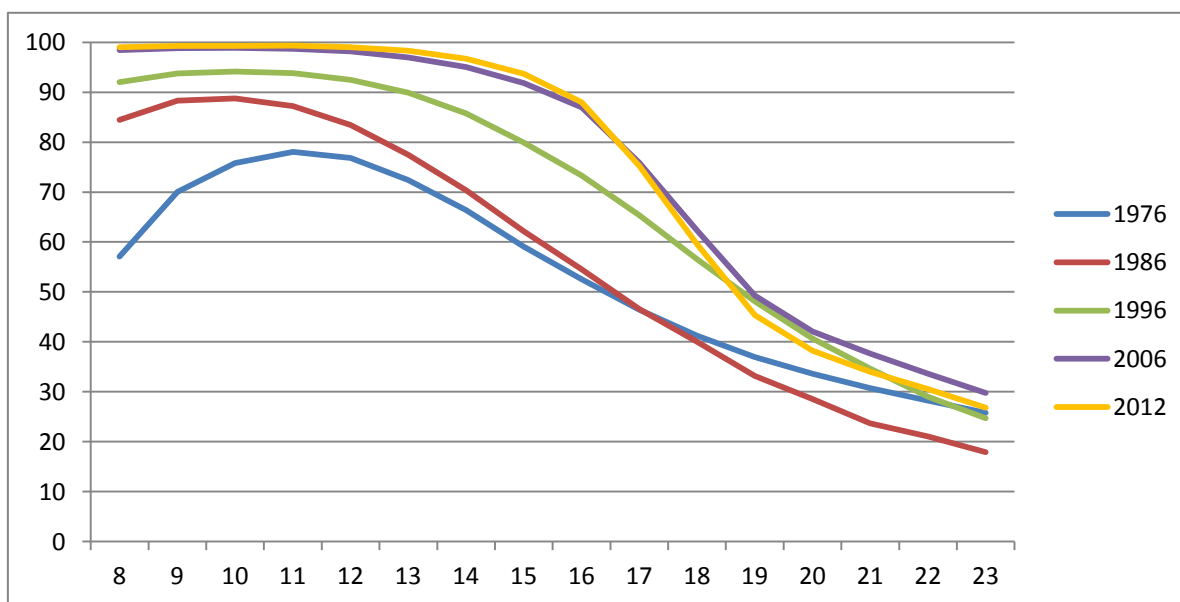
³⁰³ Outros indicadores de qualidade foram analisados por Campos et al. (2011). Analisando seis capitais brasileiras a partir de diversos itens empregados em escalas internacionais de avaliação de qualidade, notam que, para as creches, o maior valor foi encontrado para a interação das crianças entre si e com os adultos, considerada adequada, estando no nível básico aspectos como espaço e mobiliário, estímulos à linguagem e raciocínio, o relacionamento da equipe com os pais das crianças e o envolvimento destes e a adequação da estrutura dos programas. Já as atividades proporcionadas às crianças e os materiais disponíveis, bem como os cuidados pessoais de promoção da saúde, segurança e bem-estar das crianças foram considerados inadequados. Os resultados para as pré-escolas não foram muito diferentes, variando o fato de que a estrutura do programa obteve uma média considerada inadequada (juntamente com as atividades oferecidas), enquanto as rotinas de cuidado pessoal (juntamente com espaço e mobiliário, pais e equipe, linguagem e raciocínio) estavam no nível básico. Também no caso das pré-escolas, o único item considerado adequado foi a interação.

expressão de sua prioridade recente na agenda de políticas públicas, contrasta com o estado mais avançado do acesso escolar dos 7 aos 14 anos, como tratado a seguir.

2.3.2 Filhos entre a escola e o trabalho

Mudanças robustas podem ser observadas no acesso à educação dos filhos a partir de sete anos nas últimas décadas. Pelo gráfico 3, nota-se que em 1976, mais de 20% das crianças não tinha acesso à escola com o agravante da entrada com atraso, o que fazia que o percentual máximo (em torno de 75%) fosse atingido apenas por volta de 11 anos. Em 1986, observa-se o crescimento progressivo da frequência à escola, aproximando-se já em 2006 da universalização até por volta dos 14 anos (95%), idade a partir da qual o percentual de filhos na escola tende a declinar, mas de forma mais lenta, abrangendo ainda 86% de filhos frequentando a escola aos 16 anos em 2006. Nota-se que em 1976 e 1986 o percentual de filhos de 16 anos frequentando a escola oscilava em torno de 52%, saltando para 73% já em 1996, atingindo 88% em 2006 e 2012. A presença da escola na vida das crianças e adolescentes cresce, portanto, no montante de pessoas incluídas e também no montante de anos de escolarização.

Gráfico 3. Frequência à escola entre filho(a)s, Brasil, 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012³⁰⁴



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

³⁰⁴ Como a Pnad de 1976 e 1986 não consideraram a frequência a creches e pré-escolas e estas já foram objeto de discussão na seção anterior, a presença da escola na vida dos filhos foi medida a partir dos 7 anos de idade até os 24 anos. Em todas as curvas analisadas empregaram-se médias móveis, portanto, em torno de 8 a 23 anos, de forma a obter, na apresentação dos gráficos, uma curva mais suave.

Esse processo ocorre em ritmos variáveis segundo os estratos sociais, expressando as vantagens históricas dos estratos mais altos, incluídos desde há muito na educação. A expansão da escolarização resulta de sua promoção pelo Estado, que a torna obrigatória dos 7 aos 14 anos a partir dos anos 70³⁰⁵ e também de sua valorização pelas famílias, determinando uma transformação na forma de socialização das crianças, em especial no caso das camadas baixas, onde no passado prevaleceu uma aprendizagem múltipla pelo acompanhamento dos adultos (CÂNDIDO, 1979). Como observa Nelson do Valle Silva (2003), a rápida expansão do sistema educacional brasileiro e a evolução positiva de seus indicadores de desempenho possibilitaram a redução das desigualdades educacionais brutas em dimensões como cor, gênero, região e renda familiar. Esse processo de democratização é recente, fruto da crescente expansão da educação pública.

Observando os diferenciais por classe na frequência de filhos à escola nas quatro datas (gráfico 3), nota-se que esses se reduzem muito pelo menos até os 14 anos (menor distância entre as curvas mais altas e as mais baixas), idade a partir da qual voltam a aumentar. O que está em questão, portanto, é a universalização no ensino fundamental, ou seja, dos primeiros oito anos de escolarização. Em 2006, as curvas começam a se espriar justamente aos 15 anos (quando 87% dos filhos da classe 1 estão estudando contra praticamente todos na classe 8), idade em que jovens que tivessem cumprido sem acidentes (repetições, evasão, etc.) os oito primeiros anos de estudo – uma hipótese tão otimista quanto improvável – poderiam dar início ao nível médio, o qual, como se verá, está longe de ser universalizado, até pelo déficit de concluintes do ensino fundamental, pressuposto lógico da ampliação do nível médio. Em 2012, nota-se um estreitamento – ou seja, redução nas desigualdades de frequência escolar – ainda maior na idade que corresponde ao ensino médio, 15 a 18 anos.

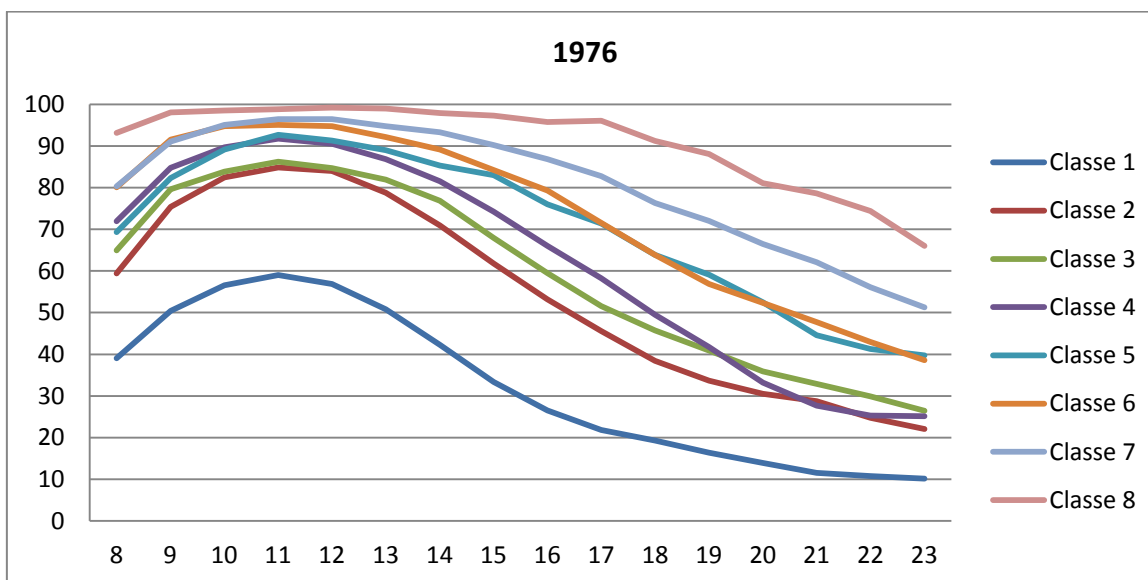
Se o comportamento de progressiva aproximação entre as linhas de classe nos gráficos de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012 revela uma progressiva eliminação das desigualdades de classe no acesso à educação, sobretudo até os 14 anos, a partir desta idade há uma crescente diferenciação, chegando aos 22 anos a uma diferença de 46 pontos (26% de

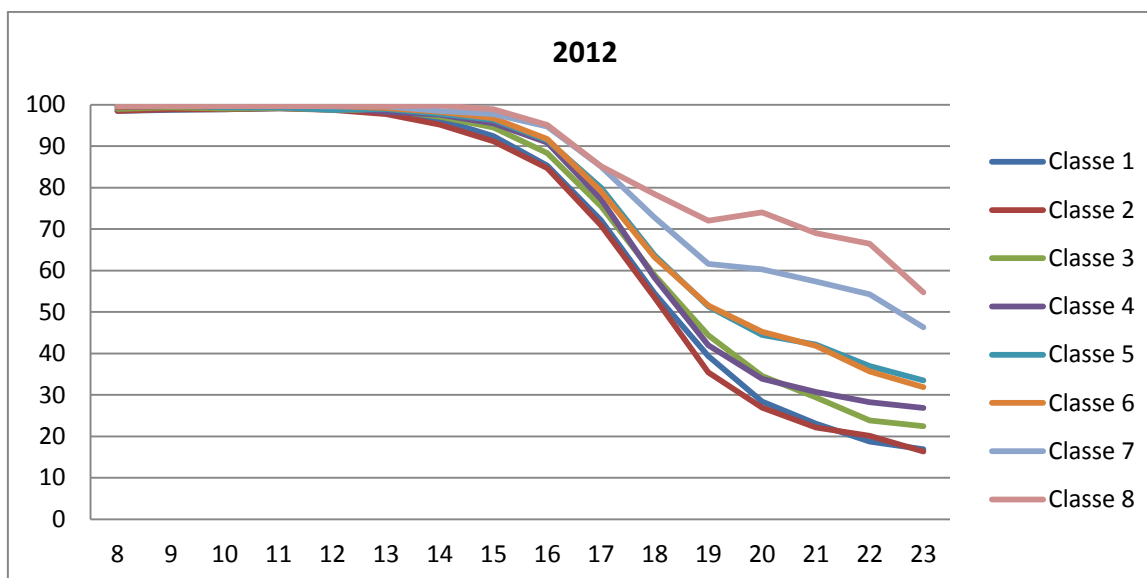
³⁰⁵ Para um histórico dessas datas de educação obrigatória no período recente, ver Flach (2009). Em 1971 é aprovada a Lei 5692, que reforma o ensino de 1º e 2º graus, exigindo uma reestruturação do ensino, com a ampliação da obrigatoriedade escolar de 4 para 8 anos. A constituição de 1988 prevê ensino fundamental obrigatório e gratuito e a progressiva universalização do ensino médio gratuito, atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. A Lei nº. 10.172/2001 estabeleceu, por sua vez, a ampliação da duração do ensino fundamental para nove anos, devido ao diagnóstico de que o inchaço de matrículas no ensino fundamental devia-se a grande ocorrência de distorção idade-série.

filhos estudando na classe 1 contra 72% na classe 8). Como a diferença na frequência aos 22 anos em 1976 era ainda maior (eram 10% na classe 1 contra 75% na classe 8), o diferencial entre classes reduz-se também no final da curva, passando de 56 para 38 pontos percentuais entre 1976 e 2012.

Portanto, o acesso universal ao ensino fundamental pelas classes mais baixas é uma conquista recente. Nota-se que, enquanto as classes não manuais já haviam praticamente universalizado o acesso à escola desde a década de 70, as classes baixas vão se aproximando do limite de 100% aos poucos, especialmente os trabalhadores rurais que só em 2006 têm 90% de seus filhos frequentando a escola aos 14 anos (percentual que dez anos antes, em 1996, era de 72%). Em 2006 e 2012 o final da curva deixa bastante visível a estratificação por classe na permanência de filhos na escola, mostrando que a democratização do acesso vai até determinada idade (por volta dos 16 anos), a partir da qual as oportunidades se diferenciam num leque de classes.

Gráfico 4. Frequência à escola, filho(a)s por classe social, Brasil, 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012

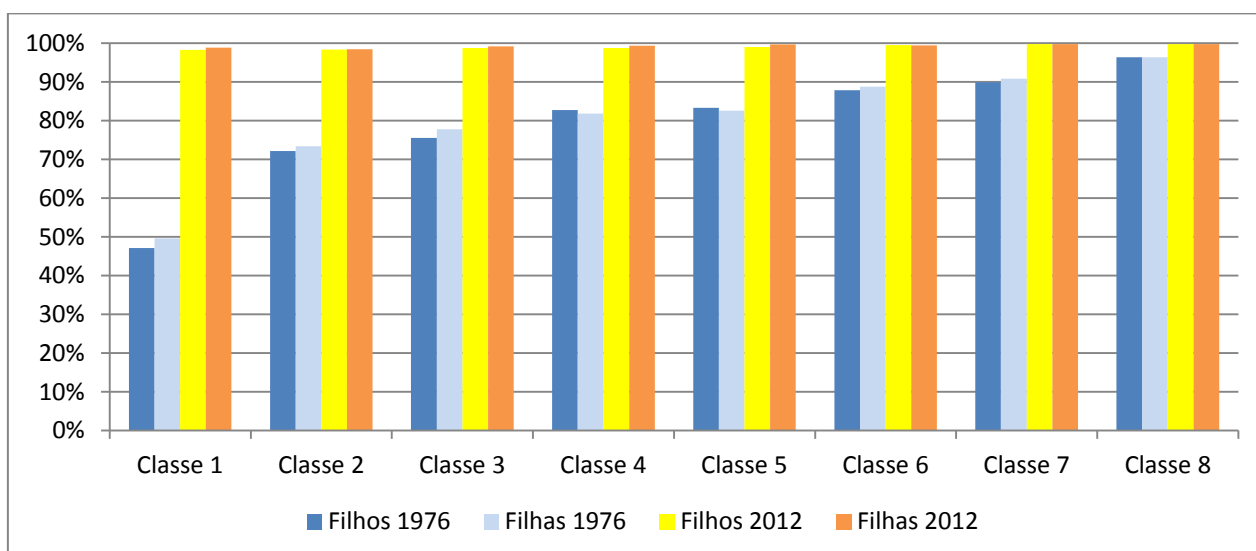




Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

O acesso à escola, no período analisado, é pouco desigual do ponto de vista de gênero. Nota-se que, já em 1976, existe uma pequena vantagem das filhas na frequência a escola entre os 7 e 14 anos³⁰⁶, mais visível nas classes mais baixas. Os percentuais de frequência por sexo são mais semelhantes em 2012, data na qual também se registra uma ligeira vantagem das filhas no que diz respeito à frequência escolar.

Gráfico 5 - Percentual de filhos de 7 a 14 anos que estudam por sexo e classe familiar



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD 2012.

³⁰⁶ Tomou-se por referência aqui a educação obrigatória de oito anos, determinada no início dos anos 70. Os dados para as demais faixas de idade são analisados a frente na discussão sobre a que atividades se dedicam os filhos, por classe social e sexo, de 15 a 29 anos.

As curvas mostram permanência na escola, mas não o nível alcançado. Nos gráficos seguintes sumariza-se o percentual por classe social de filhos e filhas que atingem 8 anos de estudo (na idade de 15 a 24 anos) e o percentual que alcançou 11 anos de estudo (na idade de 18 a 24 anos). Mesmo considerando que aqui já há a restrição de que são filhos, pois parte destes jovens já formaram família, nota-se que mesmo ainda usufruindo de apoio da família de origem, as desigualdades de classe mantêm-se fortes. As desigualdades por classe nos resultados escolares, visível nas “escadinhas” que se formam nas duas datas, ainda que em patamares distintos, são acompanhadas também por desigualdades de gênero cujo sentido, desafiando a hierarquia tradicional, favorece às mulheres.

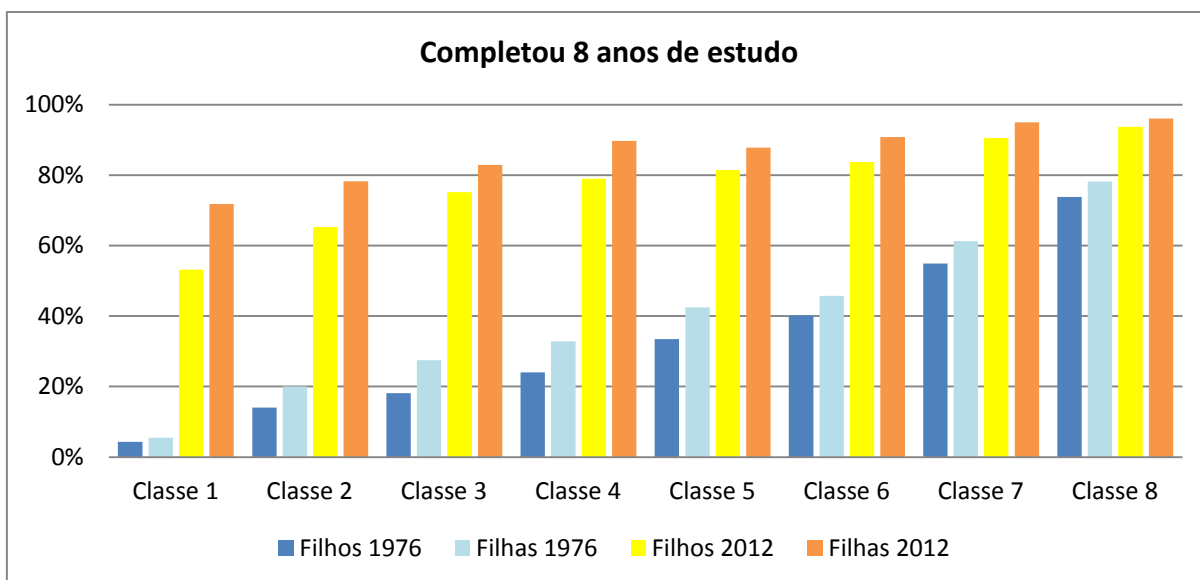
A vantagem feminina, pequena para o acesso, é mais expressiva quanto aos resultados escolares³⁰⁷. Desagregando por sexo, nota-se que já em 1976, comparadas aos jovens que permaneciam na condição de filhos, as mulheres na condição de filhas já apresentavam um desempenho melhor. Esta vantagem se mantém em 2012 e tende a ser maior nas classes mais baixas. Dentre os filhos da classe 1 de 15 a 24 anos, menos de 4,3% haviam completado o ensino fundamental em 1976, percentual que cresce para 53,2% em 2012, mas segue bastante inferior ao resultado feminino que salta de 5,5% para 71,8% nestes 36 anos. Nas classes baixas urbanas os resultados são bastante melhores do que entre trabalhadores rurais, mas a diferença a favor das filhas é sempre maior nos estratos manuais (classes 1 a 4) que nos não manuais (classes 5 a 8). O percentual de sucesso das filhas pode chegar a ser 50% superior ao dos filhos nos estratos manuais, enquanto nas três classes mais altas chega a ser no máximo 15% superior.

Também no que diz respeito ao nível médio, as desigualdades de gênero na escolarização são maiores nos estratos mais baixos. Tudo indica que, se existe uma estratégia familiar nas classes baixas de escolher um ou parte dos filhos para seguir estudando, é provável que sejam meninas, seja pelo seu melhor desempenho escolar, seja por atributos como disciplina, que os estereótipos de gênero atribuem às mulheres e que a escola valoriza e reitera (CARVALHO, M. P., 2001). Se mesmo em 2012 completar o ensino médio ainda é uma realidade distante para muitos filhos de trabalhadores rurais, quase o dobro (53,3%) de filhas obtém êxito, quando apenas 28,5% dos filhos alcançam esse resultado. Nas classes 2 e 3 o percentual de conclusão pelas filhas é quase 50% superior ao dos filhos, enquanto nas classes 4, 5 e 6 é cerca de 30% superior, diferenças que reduzem-se para 18% na classe 7 e apenas 7% na classe 8. Neste sentido, quanto mais alta a posição de classe menores

³⁰⁷ Há que realçar o fato de que uma parcela das jovens sai da condição de filha pela formação de família, o que, como visto no capítulo sobre reprodução, muitas vezes implica em interrupção da escolarização.

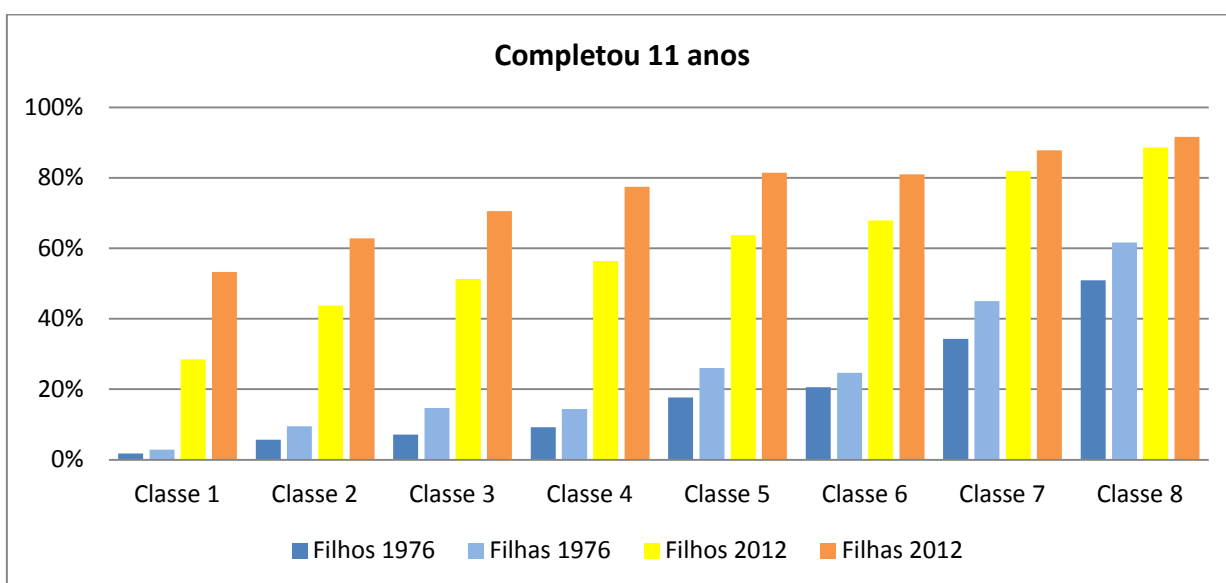
proporcionalmente (até porque os níveis alcançados tornam-se mais altos) são as desigualdades de gênero nos resultados escolares da geração de filhos.

Gráfico 6 - Filhos de 15 a 24 anos que completaram 8 anos de estudo por sexo e classe familiar



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

Gráfico 7 - Filhos de 18 a 24 anos que completaram 11 anos de estudo por sexo e classe familiar



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

A questão do sucesso escolar diferenciado por gênero já mereceu diferentes abordagens. Rosimeire Brito (2006) questionou a tese de que o sucesso feminino se devesse à valorização de sua passividade e “bom comportamento”, características desejáveis no ambiente escolar, mostrando a existência de diferentes modelos de masculinidade e feminilidade e indicando que, na escola por ela estudada, a autonomia (em geral vinculada ao capital cultural familiar) é que era a característica valorizada. Madeira (1997) realçou que, a despeito das muitas pesquisas sobre sexismo na escola, esta é um dos lugares menos sexistas na sociedade, além de um espaço importante e legítimo de sociabilidade feminina, mais importante para elas do que para os meninos, pois estes têm muito mais possibilidade de ir e vir. Assim, o valor da escola para a menina é maior que para o menino e, enquanto o fracasso dele pode ser encarado como rebeldia, o dela é visto como “burrice”. “Sobretudo, não se atentou para o fato de que as consequências do fracasso escolar são diferentes para meninos e meninas, moças e rapazes. Para a grande maioria das meninas, o fracasso escolar tem um caminho certo, quase inexorável – a reclusão nos limites de uma família pobre” (MADEIRA, 1997, p. 52)³⁰⁸.

No entanto, hoje em dia, a reversão do hiato de gênero na educação, faz com que se dedique atenção ao fracasso escolar dos meninos (RISTOFF et al., 2007; RISTOFF, 2008). Se no passado havia restrições à escolarização das mulheres, por falta de instituições, desigualdades de currículos ou preferências das famílias em alocar recursos mais nos filhos que nas filhas, Beltrão e Alves mostram que, considerando o número médio de anos de estudo, a reversão do hiato de gênero ocorreu na década de 1980. Observam ainda que “as mulheres dos grupos etários mais jovens têm não só diminuído as diferenças em relação aos homens quanto à escolaridade, como também vêm ganhando terreno sobre eles” (2009, p. 153).

No nível superior é bastante evidente este crescimento. Ristoff e colaboradores (2007, p. 7) notam que nas últimas décadas cresce fortemente a matrícula feminina que já supera a masculina, sendo as mulheres, em 2005, 55,9% das matriculadas e 62,2% das

³⁰⁸ Se a menina que fracassa em geral é direcionada ao trabalho doméstico em sua casa ou na de outrem, o menino ingressa no mercado de trabalho em ocupações intermitentes – carreteiro de feira, vendedor de rua, etc. – que o conduzirá na vida adulta a posições desclassificadas, mas de qualquer forma mais independentes que o trabalho doméstico. Madeira realça que a relação entre saída da escola e trabalho é de mão dupla e diferenciada por gênero. “O importante porém a salientar aqui é que não é só o trabalho que afasta a criança da escola, mas a escola, ao expulsar a criança, colabora decisivamente na trajetória de colocá-la seja no mercado de trabalho (sobretudo os meninos), seja em trabalhos domésticos (as meninas)” (MADEIRA, 1997, p. 90).

concluintes dos cursos de graduação presenciais³⁰⁹. Em 2006, as mulheres eram a maioria em 69% das áreas, mas persistiam desigualdades na “escolha” de carreiras por sexo, atestando a permanência de estereótipos de gênero. “Os cursos mais procurados pelos homens são os relativos a engenharia, tecnologia, indústria e computação; e, pelas mulheres, os relativos a serviços e educação para a saúde e para a sociedade (secretariado, psicologia, nutrição, enfermagem, serviço social, pedagogia)” (RISTOFF, 2008, p. 28).

Ristoff chama a atenção para a necessidade de analisar melhor as valorações sociais que sustentam essas desigualdades de carreiras e as suas implicações para as relações de gênero. Não obstante, a transformação em curso evidencia o notável salto que ocorreu na educação feminina na história do Brasil.

é inescapável a observação de que a trajetória da mulher brasileira nos últimos séculos é, para dizer pouco, extraordinária: de uma educação no lar e para o lar, no período colonial, para uma participação tímida nas escolas públicas mistas do século 19; depois, uma presença significativa na docência do ensino primário, seguida de uma presença hoje majoritária em todos os níveis de escolaridade, bem como de uma expressiva participação na docência da educação superior. (RISTOFF, 2008, p. 27)

O avanço feminino foi tão expressivo que hoje a causa de preocupação é a desvantagem masculina³¹⁰. Ristoff nota que os homens ingressam mais tarde que as mulheres no ensino superior e que as mulheres são maioria entre os ingressantes e os concluintes. Dentre as possíveis razões do pior desempenho masculino, Ristoff indaga se eles seriam mais

³⁰⁹ As desigualdades sociais presentes no acesso ao ensino superior mantêm-se evidentes. Como mostra Ristoff, o sistema de educação superior brasileiro é “essencialmente privado, pago, noturno, não-universitário” (2008, p. 14), restando ao estudante trabalhador o ensino superior privado e pago, que oferece o maior percentual de vagas no turno noturno (69,2%), enquanto as IES públicas concentram suas vagas no turno diurno (63%). Comin e Barbosa (2011), por sua vez, realçam que parte dos alunos que compõem a acelerada expansão do ensino superior no Brasil são, na verdade, trabalhadores que estudam e não estudantes que trabalham, uma tendência que desafia a expectativa convencional de transição escola-trabalho, na qual os jovens terminariam o ensino médio aos 17 ou 18 anos e a graduação aos 25 anos – padrão este típico dos países ricos e das classes altas no Brasil – realçando uma tendência de envelhecimento dos estudantes de nível superior (que possuíam mais de 25 anos em 40% dos casos em 2009, contra 31% em 1995). Os autores notam que a expansão do nível superior não resultou apenas da aspiração das pessoas de estudar mais, mas em alguns casos foi também uma exigência, seja num sentido geral de uma demanda do mercado, seja pelo surgimento de um requerimento formal, como no caso dos diplomas para professoras de vários níveis e enfermeiras. Constatam ainda que “não foi apenas entre diplomados e não diplomados que as diferenças salariais encolheram, em termos relativos; o mesmo se observa entre homens e mulheres, brancos e negros, jovens e adultos regiões mais pobres e mais ricas” (p. 95). O crescimento da educação superior no Brasil ocorreu mesmo em ocupações que não exigem diploma, o que não deve ser encarado como um quadro necessariamente sombrio, pois ter muita gente qualificada e poucas ocupações condizentes é a situação atual em vários países europeus (p. 95).

³¹⁰ “A maior presença de mulheres tanto na educação básica como na superior parece enviar dupla mensagem, uma boa e outra preocupante. A boa é que o Brasil começa a liberar as energias criativas de uma população tradicionalmente educada para a esfera privada. Mais e mais teremos mulheres altamente qualificadas ocupando posições de liderança em todas as áreas do conhecimento e contribuindo para a consolidação de um país soberano, avançado e democrático. A notícia preocupante é que a desproporção entre *campus* e sociedade escancara o fato de que há muitos homens jovens deixando os bancos escolares cedo demais, por necessidade de contribuir para o sustento da família” (RISTOFF, 2008, p. 28).

responsáveis pelo sustento das famílias ou estudariam menos que as mulheres. De fato, nota que o percentual de estudantes que trabalham é maior entre os homens e que as mulheres são mais frequentemente financiadas pela família, sugerindo que, dependendo do aspecto em debate, a vida familiar e as expectativas diferenciadas por gênero, que antecipam o ingresso de meninos no mercado de trabalho, enquanto as meninas conciliam estudo e afazeres domésticos – favorecem as mulheres. Ristoff nota que as mulheres são oriundas de famílias mais pobres que os homens, levando a suposição de que para os homens mais pobres haveria uma maior obrigação de trabalhar e, assim, menos oportunidades de estudar³¹¹.

O sucesso ou fracasso escolar também está longe de ser uniforme por classe. Atraso escolar e repetência são indicadores tradicionalmente empregados para sinalizar a má qualidade da educação e que evidenciam que as classes obtêm rendimentos variáveis para os investimentos educacionais nos filhos(as), o que está relacionado não apenas a desigualdades de capital cultural familiar, mas também à baixa qualidade do ensino brasileiro.

As análises de Sérgio Costa Ribeiro (1991) sobre a “pedagogia da repetência” denunciaram a “repetência branca” decorrente do aconselhamento pelos professores da desistência antes do exame final, fazendo com que os mesmos alunos voltassem como alunos novos na mesma ou em outra escola no ano seguinte. O autor realça a persistência das famílias em manter seus filhos na escola a despeito desse baixo retorno. Já o lugar desconfortável do ensino médio no sistema educacional brasileiro vem sendo caracterizado de diferentes formas como “um time com meio de campo frágil” (ROSEMBERG, 1989, p. 40), “órfão de idéias, herdeiro de equívocos” (CASTRO, 2008) ou “ensino de minorias sobreviventes” (MELLO, 1999, p. 91). Alcançado na idade adequada em 1996 por menos de um quarto dos brasileiros de 15 a 17 anos (MELLO, 1999, p. 91), sua expansão desde sempre foi limitada pelo baixo número de concluintes do ensino básico³¹². Portanto, para alcançar a universalização do ensino médio, definida como 100% de frequência para a população de 15 a 17 anos nas séries adequadas, “é preciso considerar a retenção de jovens no fundamental, aqueles que estão cursando outras modalidades como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), aqueles que simplesmente evadiram e, ainda, os que interromperam os estudos por não terem em sua cidade escolas que ofereçam o curso” (GOULART; SAMPAIO; NESPOLI, 2006, p.

³¹¹ Estariam as classes mais baixas investindo mais nos estudos das filhas, por serem elas mais estudiosas e/ou porque seria mais fácil poupá-las do trabalho remunerado ainda que estas contribuam no trabalho doméstico? Mais pesquisas são necessárias para entender as desigualdades de gênero na educação, que vêm crescentemente beneficiando as mulheres, num contexto em que elas estão cada vez mais orientadas para a vida profissional e percebem nos diplomas um instrumento para facilitar sua inclusão no mercado de trabalho.

³¹² A própria meta de universalização do ensino médio pressupõe o desafio de uma verdadeira universalização do ensino fundamental, já que parte do alunado fica retido ou evade no nível anterior.

12). Por sua vez, o baixo percentual de concluintes do nível médio gera um quadro peculiar no nível superior, com mais de 50% dos graduados do ensino médio indo para o superior, situação que aproximaria o Brasil dos países mais desenvolvidos não fosse sua curiosa explicação: “Isso porque o médio sempre foi muito pequeno, em grande parte, por receber alunos de um fundamental onde apenas um pouco mais da metade da coorte consegue se formar” (CASTRO, 2008, p. 115).

Alves et al. (2013) realçam que há diversos fatores familiares que merecem ser analisados para explicar o desempenho escolar dos filhos, ainda que os três estados do capital cultural – incorporado (posturas corporais, esquemas mentais, habilidades linguísticas, preferências estéticas), objetivado (em livros, computadores e diversos suportes culturais) e institucionalizado (em diplomas e outros instrumentos que atestem competências culturais) – continuem a ser um ponto de partida interessante para a análise. Se o capital cultural, sobretudo objetivado, depende muito do capital econômico da família, depende também de seus valores e práticas. O capital cultural objetivado pode, por exemplo, tornar-se não apropriado na medida em que os pais não consigam agir como intermediários entre os filhos e os bens culturais. Portanto, fatores como a interação pais/filhos e o acompanhamento dos deveres de casa devem ser considerados ao lado dos conhecimentos sobre o funcionamento do sistema de ensino (por vezes chamado “capital informacional”) e da ação estratégica das famílias, que frequentemente é ação das mães, para obter vagas nas melhores escolas, inclusive das escolas estaduais e municipais mais destacadas quanto à qualidade do ensino. Segundo Alves et al. (2013) uma série de variações, não apenas nos desempenhos mas também nas aspirações escolares, e aspectos como os usos da escrita no cotidiano familiar, o exercício da autoridade e a ordem moral doméstica que favorecem também uma ordem cognitiva nos filhos, devem ser acrescentados à dimensão mais geral do nível socioeconômico, a qual não obstante mantém-se central na compreensão do rendimento escolar.

Existe uma extensa literatura sobre o processo de escolarização nas camadas populares (CARVALHO, 1992, DAUSTER, 1992, ZAGO, 2000)³¹³ que discute o contexto e as razões do menor rendimento educacional dos seus filhos e filhas. Considera-se que o

³¹³ São comuns estudos que apontam as dificuldades em manter os filhos nas escolas, mesmo as públicas. Os gastos com uniformes, transporte, material escolar não são insignificantes para quem já tem um orçamento minguado. Mães que fazem trabalho extra para pagar os gastos com educação ou fazem longas caminhadas em busca de vagas atestam os esforços da família para manter os filhos na escola, demonstrando o quanto as pessoas pobres também valorizam a educação. Realça-se que, quando os recursos são insuficientes, é possível que haja a escolha de um filho para prosseguir os estudos, em geral o que demonstre maiores habilidades na escola.

acesso à educação se ampliou, mas com qualidade deficitária, e critica-se a inadequação das escolas para atender as demandas de sua clientela, pois a linguagem, os critérios e as exigências escolares são formulados tendo em vista os filhos das camadas médias, sendo incapazes de atender as demandas múltiplas e mais complexas que emergem da ampliação da clientela. Apesar de todas as barreiras encontradas, as famílias das classes baixas se esforçam para manter os filhos na escola pelo menos até uma idade mínima ou até completar o ensino fundamental. Daí em diante tendem a ver como responsabilidade dos próprios filhos arcar com os custos da educação, o que eleva a frequência de trabalhadores estudantes.

Análises das trajetórias de estudantes de origem social baixa que atingiram o nível superior demonstram que são precisos um mínimo de suporte familiar (afetivo e material) e muita determinação para vencer todas as barreiras sociais até chegar ao ápice da escolarização. Estes alunos “superselecionados” já haviam se destacado desde as séries iniciais, tendo sido desde então incentivados a prosseguir os estudos (VIANA, 2000, PORTES, 2000). Portes (2000) lista as características próprias ao “trabalho escolar” ou investimento dos pais na escolarização dos filhos nas classes mais baixas, onde destacam-se um ambiente moral doméstico que valorize o esforço, bem como o apoio de terceiros, professores ou parentes, dispostos a investir. Já nas camadas médias, as estratégias de investimento têm sido outras, como “escolha ativa do estabelecimento de ensino, contactos frequentes com os professores, ajuda regular nos deveres de casa, reforço e maximização das aprendizagens escolares, [...] utilização do tempo extra-escolar com atividades favorecedoras do sucesso escolar” (VIANA, 2000, p. 53).

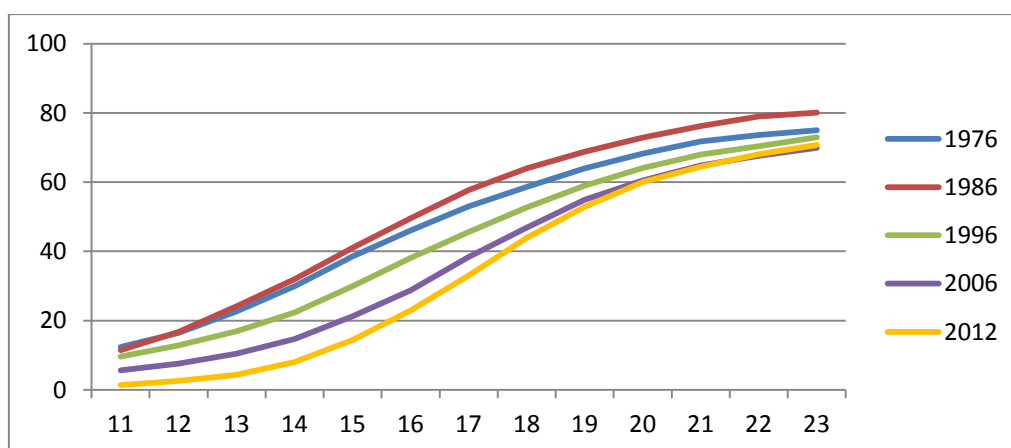
As pesquisas sobre escolarização nas classes altas constata importantes diferenças conforme a composição do capital seja predominantemente econômico ou cultural. Analisando a escolarização dos filhos entre professores universitários, Brandão e Lellis constata que o monitoramento e o investimento em atividades escolares e extra-escolares destes pais, cientes de que se encontram em condições privilegiadas quanto aos diferentes tipos de capitais – “econômico, acadêmico, intelectual, linguístico, simbólico, social” (2003, p. 520) – acaba assumindo um ar *blasé*, o que “seria uma diferença-chave se compararmos com as prática educativas de outras frações de camadas médias, que se caracterizam por uma relação com a cultura mais laboriosa, forçada e ansiosa” (2003, p. 521).

Já a análise de segmentos das elites mais dotados de capital econômico do que cultural mostra a prevalência de uma estratégia distinta como a conciliação entre educação – em especial com a opção por ramos superiores de ensino da área de gestão empresarial – e

trabalho remunerado em empresas da família ou de conhecidos, com horários de trabalho em geral parciais e flexíveis (NOGUEIRA, 2003). Esses jovens diferem do estudante-trabalhador das classes mais baixas que precisam trabalhar para poder prosseguir os estudos e que, como trabalham em período integral, são obrigados a frequentar a escola à noite. Grun (2003) analisa o modelo da concessão sucessiva pelos pais de dinheiro, carro e loja no shopping como incentivo ao empreendedorismo empresarial³¹⁴ nos filhos, estratégia que entre os armênios visa a uma socialização com vistas à preservação étnica no ramo empresarial de calçados, mas que, a seu ver, tende a se expandir na sociedade como um todo dada a porosidade que vem alcançando os valores neoliberais.

A despeito dessa situação em que o trabalho visa a contribuir com a formação profissional, na maior parte das vezes é visto como concorrente com a escola, sendo a saída da escola associada à entrada no trabalho, processos relacionados, ainda que não de forma linear. Ao longo das últimas décadas nota-se (gráfico 8) que a frequência de trabalho entre os filhos e filhas, que apresenta um movimento de crescimento entre 1976 e 86, mostra tendência de declínio desde os anos 90. Este movimento conjuga variadas respostas individuais e familiares às alterações no contexto macroeconômico. Por um lado, registra-se a entrada de mais membros da família no mercado de trabalho nos anos 80 devido à crise econômica do período (ZYLBERSTAJN; PAGOTTO; PASTORE, 1983). Por outro lado, deve-se considerar também o desemprego juvenil e o adiamento da entrada no mercado de trabalho para possibilitar um maior investimento em escolarização. Focalizando as regiões metropolitanas brasileiras, Tomás, Oliveira e Rios-Neto (2008) notam que a tendência de adiamento do ingresso no mercado de trabalho pode estar associada não apenas ao prolongamento dos estudos, mas também a dificuldades de inserção no mercado de trabalho e a mudanças culturais na transição para a idade adulta, processos que variam entre grupos.

³¹⁴ Visão que se apoia em contraposições quanto aos estilos de vida das frações de classe, visível no discurso sobre a distinção entre orientação para a ação dos homens de negócios *versus* orientação para a reflexão do intelectual, ou “empreendedores” de um lado e “funcionários” de outro.

Gráfico 8. Frequência de trabalho entre filhos, 1976, 1986, 1996 e 2006³¹⁵

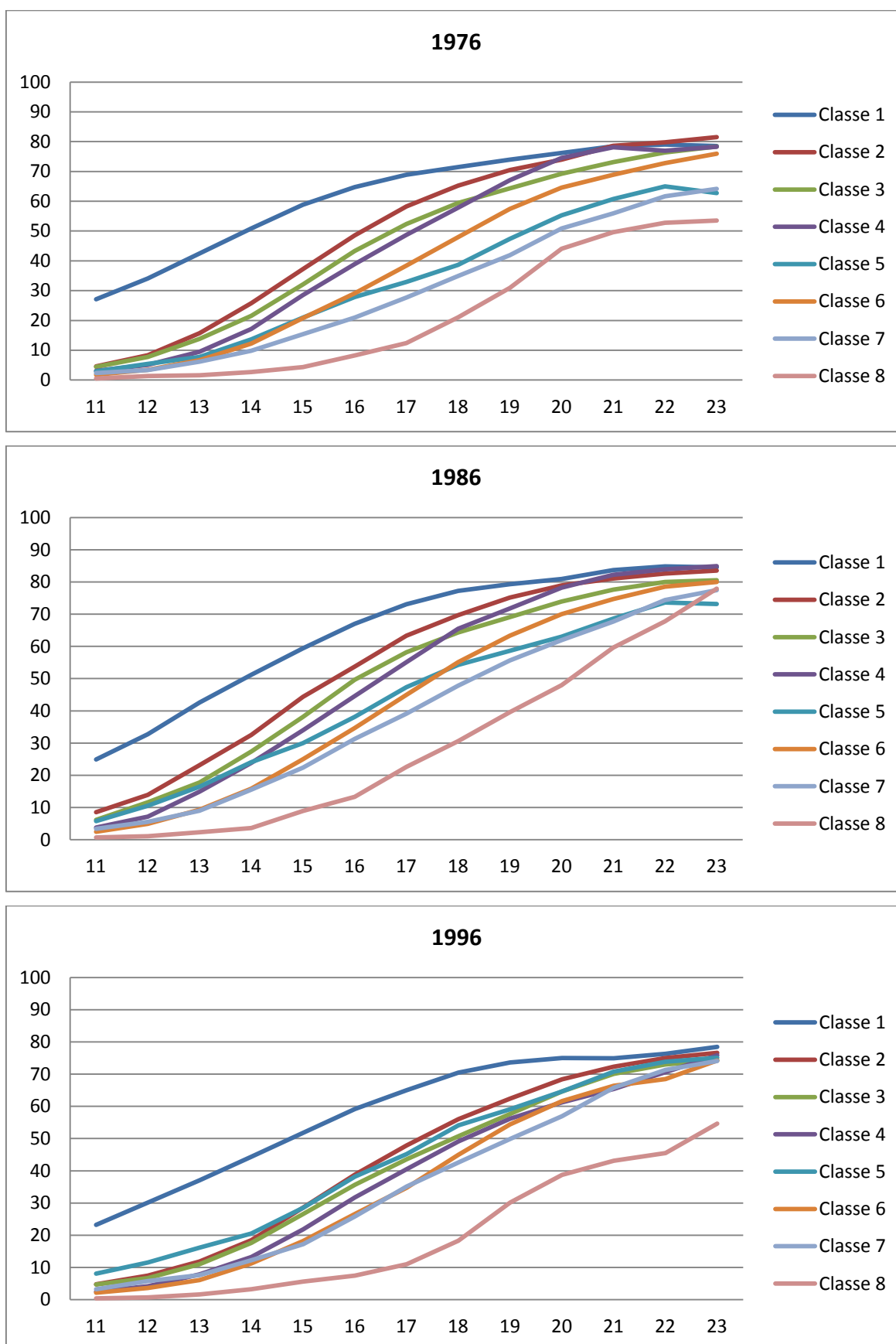
Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

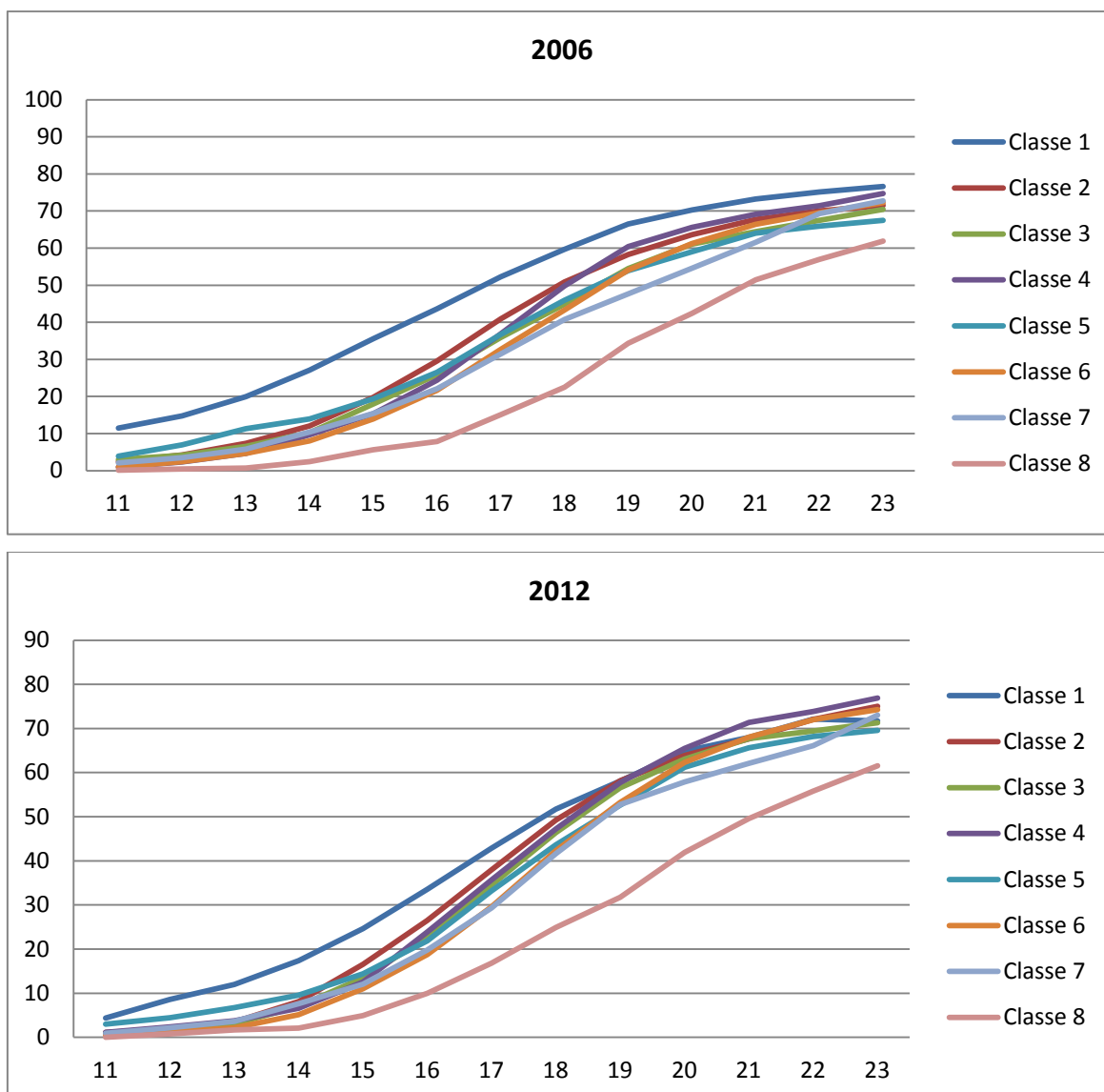
Quando se compara por classes a frequência de trabalho entre os filhos (gráfico 9), observa-se que, pelo menos entre as classes urbanas (2 a 7), há redução dos diferenciais por classe no que diz respeito à entrada no mercado de trabalho. Contrastando as cinco datas, observa-se uma notável convergência no meio, o que torna as classes 2 a 7 cada vez menos diferenciadas. Todavia, mantêm-se a singularidade dos dois extremos da estratificação, em que existe uma elevada frequência de trabalho entre os filhos de trabalhadores rurais desde os 12 anos, ainda que com reduções expressivas no período (se, em 1976, 34% dos filhos de 12 anos e 59% dos filhos de 15 anos trabalhavam, esses números reduzem-se para 9 e 25% respectivamente 36 anos depois), e um igualmente significativo postergamento da entrada no trabalho entre os filhos da classe 8, provável resultado da ampliação das exigências de escolarização para reproduzir o topo da hierarquia social, com percentuais de no máximo 10% de trabalho antes de completar a maioridade (atingindo 28% apenas aos 18 anos), idade a partir da qual cresce paulatinamente a inserção no trabalho, mas em níveis sempre muito inferiores às demais classes urbanas. Entre as demais classes urbanas nota-se que, a exceção dos pequenos proprietários (classe 5) – grupo que tradicionalmente mobiliza mão de obra familiar³¹⁶ –, quanto mais alta a posição social maior a capacidade de adiar a entrada dos filhos no mercado de trabalho, ainda que tal diferenciação venha se tornando cada vez mais reduzida entre as classes 2 a 7 para restar apenas a diferença evidente nos extremos.

³¹⁵ Analisou-se o trabalho a partir dos 10 anos conforme a disponibilidade de dados nas Pnads.

³¹⁶ Mills, realçando que o trabalho infantil muitas vezes excessivo é frequente na fazenda e loja varejista, o que ele chama de “lupen-burguesia”, que empregam apenas o trabalho familiar, nota que “a liberdade econômica que pode desfrutar a empresa familiar tem como preço a falta de liberdade dentro da própria família” (1979, p. 51).

Gráfico 9. Frequência de trabalho entre filhos por classe social, 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012





Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

Na medida em que as desigualdades se concentram nos extremos, o não trabalho segue sendo privilégio da classe 8 e o trabalho característico da classe 1. A distância entre os dois extremos reduz-se neste intervalo de 36 anos: considerando, por exemplo, o ponto referente aos filhos de 16 anos, observa-se que passa de 57 pontos (variava de 65% na classe 1 a 8% na classe 8) em 1976 para 24 pontos (variava de 34% na classe 1 a 10% na classe 8) em 2012.

Costa-Ribeiro (2008, p. 11), analisando os jovens em geral e não apenas os filhos como tratado aqui, havia notado que a estrutura das desigualdades no Brasil é marcada por alta desigualdade no topo e menos diferenciação nas posições mais baixas. Realçou, por outro lado, a especificidade da área rural, onde antecipa-se a transição da escola ao trabalho devido às condições materiais, à carência de escolas e à frequência de trabalho informal que incentiva

a participação dos filhos na produção familiar. Segundo Costa-Ribeiro (2008), se as desigualdades sociais engendram diferentes padrões de transição para a vida adulta, por outro lado, as mudanças institucionais – como a expansão da educação pública e dos direitos de cidadania desde a Constituição de 1988 – têm um efeito homogeneizante. Um dos fatores homogeneizantes é a importância do sistema educacional para organizar a transição à vida adulta, a qual é afetada não apenas pela educação obrigatória, mas também pela idade em que é permitido trabalhar. Uma vez que aos 14 anos coincidem o fim do ensino obrigatório e o início da idade em que é legalmente permitido trabalhar, há um estímulo para que os jovens combinem educação e trabalho em especial no ensino médio.

Desde 1998 a legislação brasileira não admite o trabalho de crianças com idade inferior a 14 anos, podendo estar na condição de aprendiz entre 14 e 15 anos, sendo 16 anos a idade mínima para que um adolescente possa ingressar no mercado de trabalho³¹⁷. Exercido em condição ilegal e informal, o trabalho entre 5 e 14 anos tem se reduzido de forma acentuada desde o início dos anos 1990. Segundo Barros e Mendonça (2010), o fator mais relevante para esta redução são as políticas de erradicação do trabalho infantil, o que tem permitido que o país reduza o trabalho infantil a uma velocidade superior à meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a um ritmo mais veloz que a média mundial. Não obstante, o trabalho infantil tem um perfil marcado por desigualdades e vulnerabilidades cumulativas, pois “a incidência ainda é muito mais elevada nas áreas rurais, na região Nordeste, em famílias pobres e na população negra. Nos grupos socioeconômicos mais vulneráveis (os 10% mais vulneráveis), a ocorrência do trabalho infantil é de 20%, cerca de quatro vezes a média nacional” (BARROS; MENDONÇA, 2010, p. 14).

O trabalho precoce é considerado um agravante das desigualdades sociais por suas consequências para a escolarização e as chances futuras de ascensão social (BARROS, SANTOS, 1996). Como sugerido por Dauster (1992), em estudo com crianças e jovens de classe baixa, o trabalho infantil pode ser uma decisão orientada pelos pais com o fim de garantir uma formação que facilite o início na vida profissional dos filhos. No entanto, embora seja comum a percepção da família como um grupo em que há um gerenciamento do trabalho coletivo para o bem-estar de todos, existem lógicas desiguais de distribuição de responsabilidades, segundo a hierarquia de gênero, idade e ordem de nascimento. Isto é

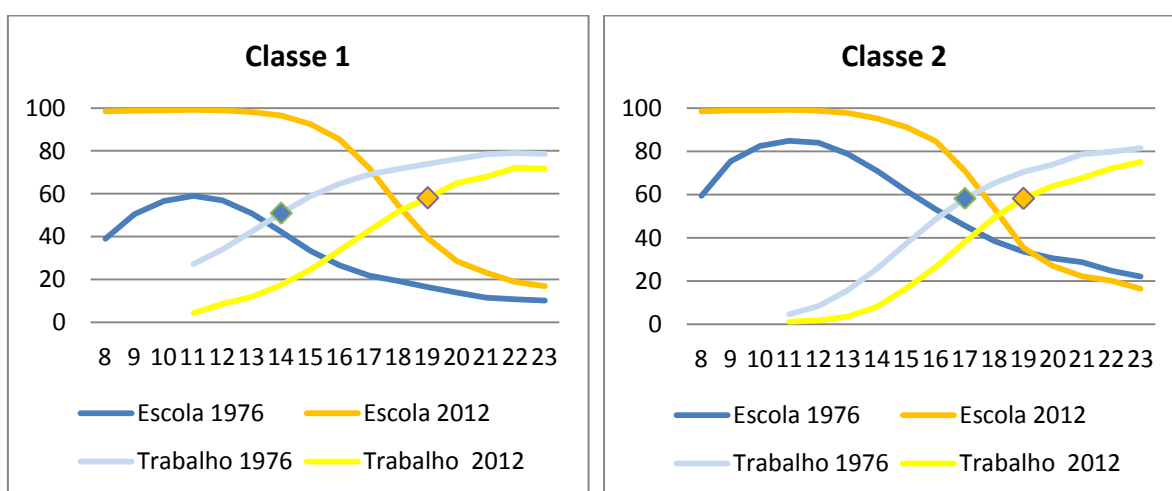
³¹⁷ “Art. 1º XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”, da Emenda Constitucional no 20 de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm>. Acesso em: 1 ago. 2013.

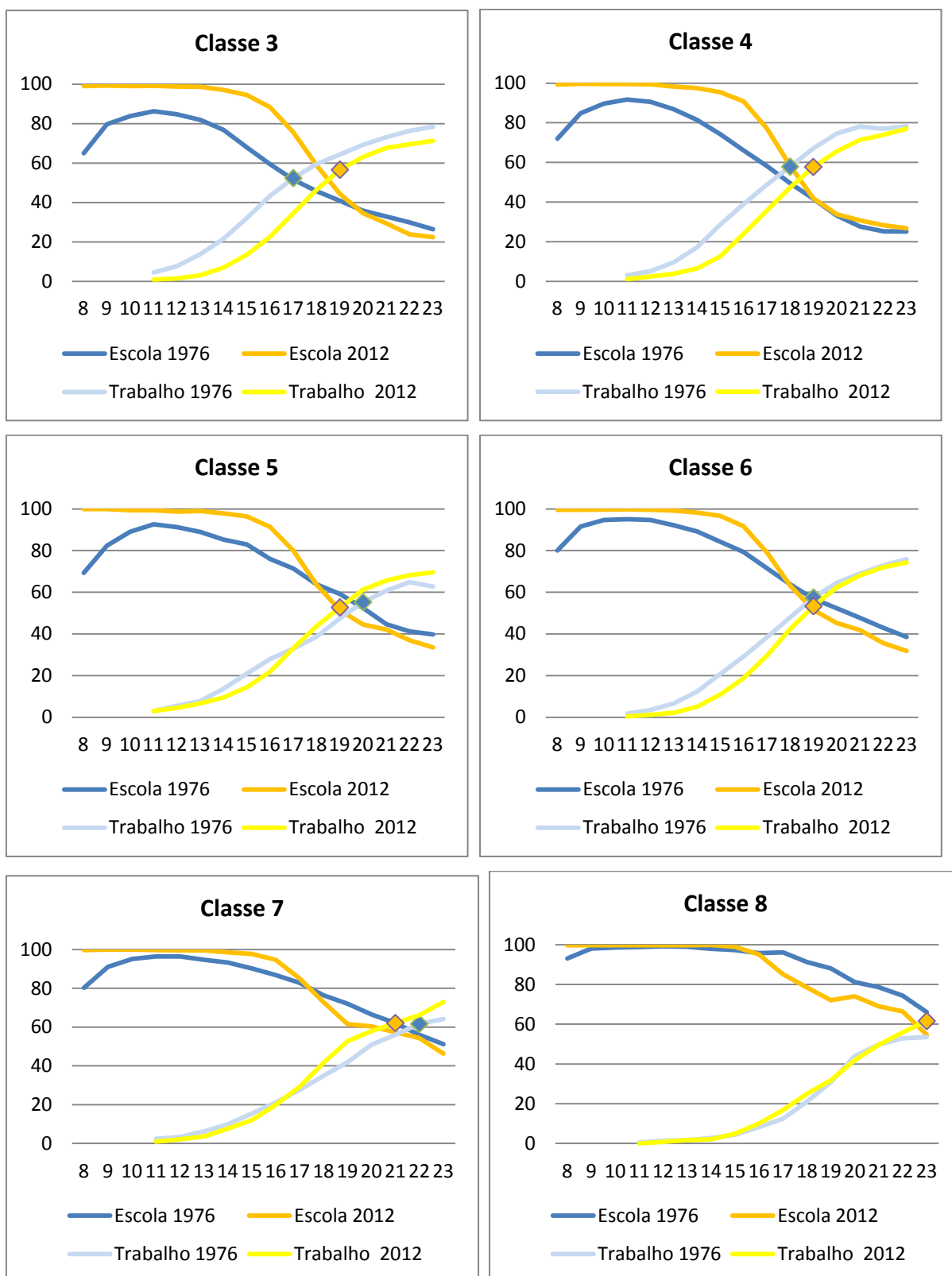
visível, por exemplo, em estudos que apontam que a filha mais velha pode ter sua trajetória pessoal prejudicada diante da necessidade de assumir os papéis domésticos de mãe na ausência desta, ou como o filho mais velho pode assumir o papel de provedor na ausência do pai, cabendo aos filhos mais novos realizar os sonhos de ascensão das famílias de classes baixas (RODRIGUES, 1978, p. 112). Hoje, realça-se que o trabalho também precisa ser pensado do ponto de vista dos próprios filhos, assim como se reconhece a existência de um mercado de trabalho infantil (BARROS; MENDONÇA; VELAZCO, 1994). Se o trabalho infantil tende a ser visto como parte das estratégias familiares das classes mais baixas em situações extremas (pobreza extrema, morte de um dos pais, etc.), o trabalho juvenil vem sendo mais analisado do ponto de vista dos anseios de autonomização dos jovens, algo observado desde os anos 1980 (CARDOSO, SAMPAIO, 1994), mas intensificado a partir dos anos 1990 em virtude da expansão da sociedade de consumo e seus fortes apelos exercidos sobre os jovens (SANSONE, 2003).

A despeito dos diferentes significados do trabalho para filhos de diferentes classes, a capacidade de cada classe postergar a entrada de seus filhos no mercado de trabalho e sua saída do estudo está associada às possibilidades de herança social ou estratégias de ascensão. Nota-se que o tempo de vida passado na escola e no trabalho por classe (gráfico 10) interceptam-se em momentos distintos para as diferentes classes. Uma vez que a entrada no trabalho e a saída da escola são eventos não necessariamente simultâneos, mas relacionados, o contraste dos gráficos específicos por classe permite concluir que, à medida que se observam as classes mais altas, aumenta a capacidade das classes de postergar o momento de saída da escola e o momento de entrada no mercado de trabalho. A comparação por classe entre as idades em que essas curvas se cruzam é ilustrativa, ressalva feita ao fato de que a permanência na condição de filhos em idades mais avançadas (como será realçado na seção seguinte) é maior nas classes mais altas, o que se deve em parte à extensão da escolarização destas classes e em parte ao processo de formação de família mais cedo nas classes baixas. Se na classe 1, as curvas se cruzavam (idade em que há o mesmo patamar de crianças na escola e no trabalho, de forma concomitante ou não) aos 14 anos em 1976 e a um patamar de 51%, em 2012 elas se encontram aos 19 anos em um patamar de mais de 58%. Nas classes mais altas esse ponto é cada vez mais tarde, ultrapassando os 20 anos nas classes 7 e 8. Como realçam Guerreiro e Abrantes (2007) uns têm trajetórias longas, através de estudo superior e entrada tardia e qualificada no mercado de trabalho, enquanto outros têm trajetórias aceleradas pela escolarização mais curta e pela premência da entrada no mercado de trabalho.

Realçou-se nos gráficos com triângulos a idade a partir da qual os filhos de cada classe deixaram de ser predominantemente estudantes para se tornarem predominantemente trabalhadores: triângulos azuis em 1976 (logo após interceptar a curva azul da frequência à escola em 1976) e triângulos amarelos em 2012 (logo após interceptar a curva amarela da frequência à escola em 2012). A juventude prolongada na condição de estudante não é novidade nas classes mais altas, o que se observa é que os triângulos ora se sobrepõem, ora indicam uma passagem a condição de predominantemente trabalhador um pouco mais cedo, o que junto com o movimento antes observado nas classes baixas indica redução dos diferenciais por classe nas transições da escola para o trabalho. Nas classes baixas nota-se um movimento de adiamento deste ponto, indicando que os filhos dessas classes estão se tornando predominantemente trabalhadores mais tarde, ainda que o sentido desse prolongamento varie muito, já que muitos trabalham e estudam ao mesmo tempo. Nota-se que mesmo com essa tendência de postergamento deste ponto de inflexão em 2012 para as classes baixas em geral, mantém-se o padrão de que este momento ocorre mais cedo nas classes mais baixas e é progressivamente postergado nas classes mais altas, ocorrendo apenas aos 23 anos para a classe 8 em 2012 (observe que em 1976 este ponto apareceria ainda mais tarde se o gráfico se estendesse por mais anos). Já nas classes 5 e 7, que comporta segmentos de proprietários, aparece uma ligeira redução da idade de intercepção das curvas, o que pode sinalizar ganhos de experiência de trabalho mais cedo, em empresas da família ou de conhecidos como analisado por Grun (2003).

Gráfico 10. Frequência à escola e trabalho entre os filhos por classe social e idade, 1976-2012





Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

Como nota Mills, o declínio do monopólio das classes superiores sobre determinados níveis educacionais não significa a igualdade de oportunidades de instrução, e

“a pergunta fundamental que se deve fazer a qualquer sistema educacional refere-se ao tipo de produto que seus administradores esperam fabricar, e para que tipo de sociedade” (MILLS, 1979, p. 284). O acesso das diferentes classes aos níveis de educação afeta, não obstante, a diferenciação entre as classes e sua própria composição. Mills observa, por exemplo, para o caso americano que “a principal consequência da instrução universitária foi a passagem para a nova classe média dos filhos de famílias da antiga; no nível da educação secundária, foi a passagem para a nova classe média dos filhos de operários especializados” (MILLS, 1979, p. 286). A ideologia das virtudes necessárias ao êxito não correspondem evidentemente à estrutura impessoal das oportunidades de êxito (MILLS, 1979, p. 279) ajudando a entrever a distância entre a ideologia democrática e a democratização de fato.

Esping-Andersen (2009, p. 122) questionou a suposição otimista de que basta equalizar o acesso à educação para que os recursos dos pais deixem de afetar os filhos, questão ainda evidente nas chances diferenciais de mobilidade social dos filhos³¹⁸. Como já realçava Goblot (1989, p. 49), a escolaridade longa é necessária, mas não suficiente para transpor as barreiras de classe. Todavia, o problema da promoção da igualdade social através da escola ultrapassa o objetivo da presente pesquisa e exigiria outras análises³¹⁹. Nosso foco é

³¹⁸ Esping-Andersen (2009) questiona a herança social também do ponto de vista da eficiência, o que leva a um desperdício de inteligência na sociedade. Na visão de Esping-Andersen (2009, p. 112), por exemplo, embora haja um impacto redistributivo do estado de bem-estar social, este não é seu objetivo principal, mas sim prover seguridade e proteção. Se estiver comprometido com um ideal igualitário, ele promove mais provavelmente igualdade de oportunidades do que de resultados. O autor lembra pesquisas como a de Bourdieu, que notou que as escolas têm um meio favorável às classes dominantes, e as pesquisas cognitivas atuais, que realçam que a motivação e habilidades das crianças para aprender se formam na idade pré-escolar em que muitas não têm acesso à educação e estímulos adequados. Argumenta que existem dois cenários de sociedade do conhecimento: ilhas de excelência em meio a um mar de ignorância, ou média alta com ignorância mínima, o que exige, quanto a testes como PISA, estar mais atento às desigualdades de desempenho dentro dos países do que a comparação entre estes.

³¹⁹ Para uma análise do alcance e limite das transformações, ver Silva e Hasenbalg (2000): “Já é lugar comum o diagnóstico segundo o qual o Brasil apresenta, quando comparado a países de níveis semelhantes de desenvolvimento e renda *per capita*, um desempenho educacional insatisfatório. [...] Barros e Lam (1993:1) destacam quatro traços indesejáveis da educação no Brasil: a) o nível educacional médio da população é baixo; b) a educação está desigualmente distribuída; c) existe uma correlação alta entre as realizações educacionais das crianças e as de seus pais e avós, indicando a ausência de igualdade de oportunidades; d) há grandes disparidades regionais nas realizações educacionais das crianças. Apesar destes aspectos negativos do desempenho educacional, o Brasil experimentou nas últimas décadas, junto com os demais países da região, uma expansão educacional que melhorou sensivelmente seus indicadores na área. [...] Cabe destacar que, se, por um lado, essas melhorias quantitativas do sistema educacional implicaram uma diminuição nos atritos do fluxo escolar, por outro, não foram eliminados os problemas relativos à qualidade do ensino. [...] A lenta, mas contínua, expansão educacional das últimas duas décadas elevou o nível de instrução da população e diminuiu a desigualdade educacional entre regiões, grupos de cor, gênero e estratos de renda. O exercício de decomposição dos fatores explicativos da melhoria educacional proposto neste trabalho sugere, como estimativa conservadora, que aproximadamente 60% dessa melhoria é devida à mudança nas condições de vida e à distribuição geográfica das famílias, decorrente da urbanização e da transição demográfica, devendo-se os 40% restantes às melhorias efetivas no desempenho do sistema educacional. Destaca-se, finalmente, que nestas duas décadas finais do século a elevação do patamar educacional, junto com a diminuição das desigualdades educacionais, não foram

a experiência escolar como uma mudança nas relações familiares, tanto porque se constitui num espaço de socialização e cuidado – o fato de que esta se torna uma experiência generalizada, aproximando as experiências de filhos e famílias de distintas classes –, bem como porque é causa e consequência das mudanças nas relações familiares, sendo a permanência maior de filhos e filhas nas casas dos pais para estudar (e/ou trabalhar) e o adiamento dos processos de formação de família fenômenos relacionados.

Todas as classes experimentam alongamentos em suas trajetórias, umas maiores que outras. Esse alongamento é vivido como ampliação da experiência de escolarização e adiamento do trabalho e está associado ao fato de que os filhos também convivem mais com os pais, uma mudança nas relações familiares hoje denominada “geração canguru”. Prolongamentos ou encurtamentos de trajetórias escolares e profissionais estão relacionadas a novos processos familiares e às dinâmicas de autonomização dos jovens, como tratado a seguir.

2.3.3 Entre os "nem nem" e a "geração canguru": paradoxos das desigualdades de classe e gênero nas transições juvenis brasileiras

A Juventude é uma categoria que emergiu na primeira metade do século XX (GUERREIRO; ABRANTES, 2007, p. 13). Bourdieu (1983) lembra que as divisões entre idades da vida são arbitrárias, sendo a juventude e a velhice noções construídas socialmente no embate entre gerações em torno de questões como (ir)responsabilidade e acesso (ou não) a patrimônio. O ápice da escolarização, a transição para o trabalho, o início da vida sexual e a possibilidade de entrada na vida familiar (pela conjugalidade e/ou parentalidade) são algumas das razões que tornam este período particularmente útil para pensar como mudanças sociais e pessoais conjugam-se em oportunidades e desigualdades sociais. Considerar a juventude uma fase especificamente transicional não significa desconhecer o caráter “também ‘instável’ que tem marcado o ‘mundo dos adultos’” (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2006, p. 35), o que é particularmente relevante quando se considera a maior dinamicidade da vida familiar com a complexificação do trajeto, antes suposto linear, entre as diversas fases da vida.

Transformações de diversas ordens (no prolongamento da vida pelo aumento da expectativa de vida, no mercado de trabalho, no acesso e duração da escolarização e nos vínculos afetivos) modificam o mapa da vida, levando a debates sobre suas novas etapas ou

acompanhadas por uma elevação do nível de renda e uma melhoria na sua distribuição”. (SILVA; HASENBALG, 2000)

fases (SHEEHY, 1996). Segundo Singly (2000), os jovens recebem hoje mensagens contraditórias, visto que são incitados a serem autônomos o mais cedo possível, em aspectos como a liberdade sexual e o direito de votar, mas têm sua independência econômica crescentemente retardada por um alargamento do período de escolarização, exigências de experiência e dificuldades de inserção profissional. O diagnóstico de Singly é de uma situação de de-sincronização das etapas de entrada na idade adulta e de dissociação das dimensões da individualização. A dimensão da autonomia é experimentada no manejo pelos jovens de suas próprias regras de vida, mas a independência, que deveria se manifestar na disponibilidade de recursos (renda própria, de trabalho ou outra fonte), é inexistente para muitos que têm sua “juventude prolongada” pelo processo de escolarização³²⁰.

Domínguez-Folgueras e Castro-Martín (2008) argumentam que as tendências de postergamento da saída da casa dos pais vão contra a ideia de busca individual de autonomia, privacidade e auto-realização, lembrando a importância dessa experiência até para a escolha de arranjos familiares não tradicionais.

The experience of a family “role hiatus”, that is, time outside the traditional family roles of daughter, wife or mother, introduces alternative life-style options in which adult roles are not constrained by traditional gender roles, and provides women with a sense of independence and self-confidence, as well as a propitious context to develop tastes for non-familial roles [...] (DOMÍNGUEZ-FOLGUERAS; CASTRO-MARTÍN, 2008, p. 1519).

O fato de que casamento e maternidade perdem centralidade para estruturar a entrada na vida adulta, impacta na forma como a juventude é vivida. Se a saída da casa dos pais tradicionalmente foi considerada um indicador de emancipação, o padrão de saída mais tarde (canguru) pode significar menos autonomia. Ainda que se assinale a maior liberdade em algumas esferas (sexualidade, por exemplo) mesmo na casa dos pais e a democratização das relações geracionais, persiste a questão da menor autonomia econômica (SINGLY, 2000).

³²⁰ O problema usual quanto à “autonomia sem independência” é que acontece num quadro de relações desiguais – o que acaba limitando também a autonomia – seja entre os gêneros, seja entre as gerações. As trocas nas famílias não são apenas expressões de solidariedade, mas instituem dons e contradons, relação na qual os pais têm um recurso de poder em relação aos jovens dependentes. Por isso Singly (2000) considera que, a despeito das críticas de que a intervenção do Estado providência possa gerar um hábito de assistência, esta pode evitar também outro perigo, que é a dependência nas relações privadas. Considerando que as condições de possibilidade estão desigualmente repartidas, Singly conclama a considerar a urgência prática, política e teórica da questão dos jovens adultos, em especial diante dos riscos de uma longa dissociação como nos casos de desemprego prolongado e jovens marginalizados. Singly considera que a “autonomia sem independência” foi experimentada pelas mulheres donas de casa no passado, mas estas aderem hoje cada vez mais ao modelo masculino de independência econômica e liberdade de decisão, enquanto os jovens são progressivamente vistos como um problema social. Singly observa que a experiência no passado de uma renda mínima de inserção para donas de casa foi bem aceita pelo fato de existir uma contrapartida do trabalho doméstico, mas a atitude do estado francês é ambígua em relação à independência dos jovens, o que é particularmente grave no caso de muitos jovens que experimentam diversas privações para os quais tal renda seria indispensável.

Por outro lado, a expansão do acesso e da duração da escolarização não foi suficiente para apagar as profundas desigualdades entre as juventudes. Segundo Bourdieu, é preciso analisar as diferenças entre as juventudes, ou, pelo menos, entre duas juventudes: o jovem operário e o estudante burguês: “de um lado, as coerções do universo econômico real, apenas atenuadas pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quase-lúdica, fundada na subvenção, com alimentação e moradia a preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido, etc.” (BOURDIEU, 1983, p. 113). Guerreiro e Abrantes (2007) falam em convergência na forma de ser jovem e de grandes tendências de uma “juventude global”, mas, ao mesmo tempo, realçam que as oportunidades de educação e formação são variadas conforme a estruturação dos percursos juvenis nas diferentes sociedades. A leitura de Guerreiro e Abramo é que se as classes médias têm estratégias que privilegiam o futuro, as classes baixas têm transições mais centradas no imediato, no entanto, a crise do emprego tem dificultado a transição rápida, generalizando transições longas e mais complexas. Diagnosticam que hoje se favorece o prolongamento da juventude, como uma fase de oportunidades em diferentes planos, algo que, no entanto, é mais intenso para aqueles que investem mais na escolarização do que na via profissional. “Transições incertas” é um termo que se refere, portanto, ao fato de que hoje “para as jovens gerações, a relação trabalho-família é revestida de tensões, dilemas e incógnitas” (2007, p. 12).

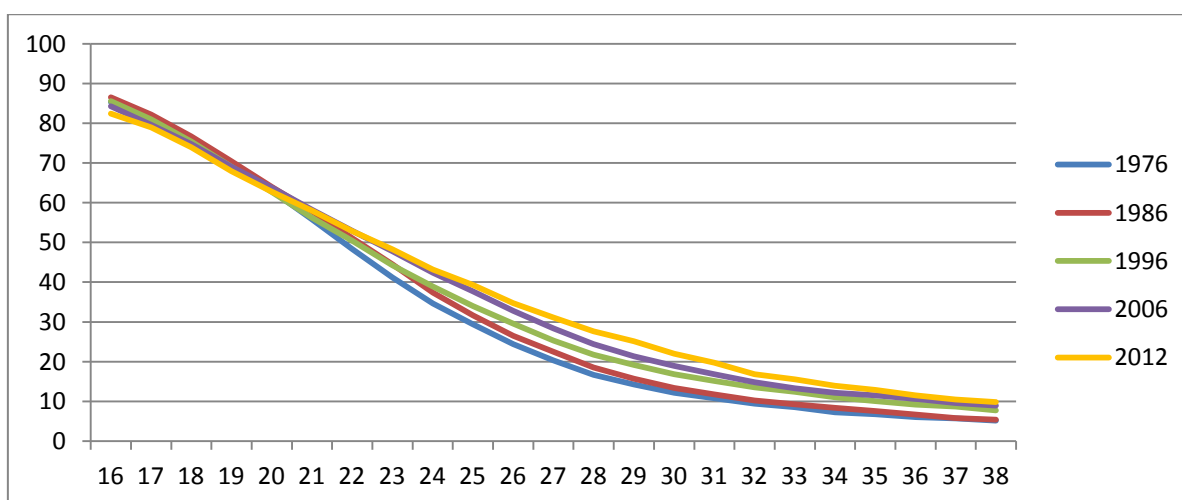
Pais, Cairns e Pappámikail (2005) mostram, por exemplo, que entre os jovens europeus o contexto de mobilidade profissional e geográfica favoreceu um reforço ou reemergência do papel das famílias no apoio aos jovens. Vários rótulos – tais como “prolongamento da juventude”, “geração suspensa”, ou “geração ioiô” – são empregados hoje para se referir aos movimentos entre sistema educativo e mercado de trabalho ou entre casa dos pais e domicílio próprio, incluindo as variações no status familiar (solteiro, unido, etc.). A (re)invenção de novos trajetos para a vida adulta seria uma resposta da agência juvenil diante de transformações no público e no privado, na medida em que “as transformações no mercado de trabalho (flexibilização e precarização) e nas estruturas familiares (pluralização das formas de organização familiar) enfraqueceram as referências culturais que serviam de fio condutor biográfico às trajetórias individuais” (PAIS; CAIRNS; PAPPÁMIKAIL, 2005, p. 113).

A “geração canguru” é considerada sintoma das dificuldades na transição para a vida adulta e das mudanças nas relações familiares em que a democratização das relações entre pais e filhos permite a convivência até idades mais velhas. Se a saída da condição de filho em direção a um novo status familiar – com a entrada na maternidade ou em união – é

tradicionalmente considerada uma das dimensões da transição para a vida adulta, hoje, cresce a presença de filhos adultos, que permanecem ou voltam a morar com os pais. As razões para este comportamento devem-se tanto a motivações materiais – como poupar com moradia, enquanto se investe na compra de um imóvel e/ou na continuação da escolarização, além de manter o padrão de vida da família de origem e poder investir mais em lazer – quanto afetivas, dado o estreitamento das relações entre pais e filhos num contexto de democratização das relações entre gerações, o que permite que o desejo de conviver se realize com maior negociação da autonomia dos filhos (HENRIQUES; JABLONSKI; FÉRES-CARNEIRO, 2004).

No Brasil, constata-se que entre 1976 e 2012 houve de fato um prolongamento da presença dos jovens na condição de filhos e filhas (gráfico 11). Até por volta de 21 anos mantém-se relativamente estável o percentual de jovens que residem com os pais na condição familiar³²¹ de filhos. É por volta de 23 anos que a tendência de aumento no tempo de permanência na condição de filho torna-se visível. A diferença de 2012 comparado a 1976 oscila entre 5 e 8 pontos percentuais. O aumento é lento, mas progressivo. Entre 1986 e 1996 cresce a partir de 25 anos e entre 1996 e 2006 este crescimento acontece cerca de dois anos antes e vai até por volta de 30 anos.

Gráfico 11– Percentual de jovens de 15 a 39 anos na condição de filhos, 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012

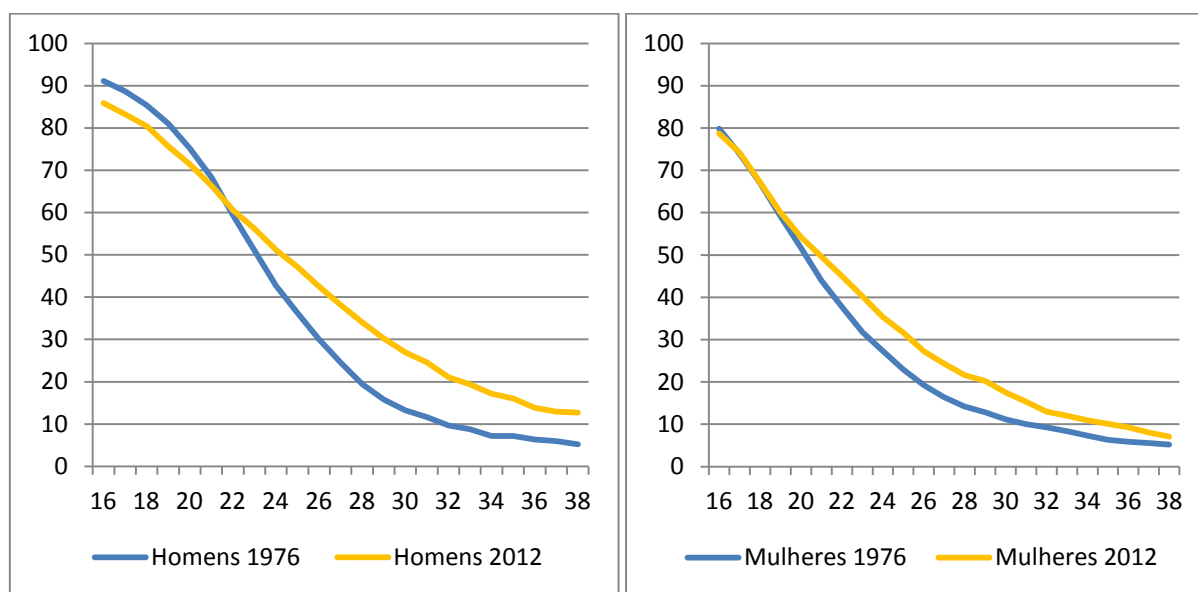


Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

³²¹ O que exclui também a hipótese de ter formado outra família que resida no mesmo domicílio, o que o deixaria na “condição no domicílio” de filho, mas na “condição na família” de chefe ou cônjuge

Uma primeira questão é a desigualdade de gênero no fenômeno “canguru”, que tende a ser mais frequente e cresce mais entre os homens. Em grande parte as jovens estão em patamares menores na condição familiar de filha porque formam família mais cedo que os homens, dadas as diferenças de idade nos casais que, como antes visto, ainda são marcadas pelo padrão hipergâmico.

Gráfico 12 – Percentual por sexo de jovens de 15 a 39 anos na condição de filhos por sexo, 1976-2006

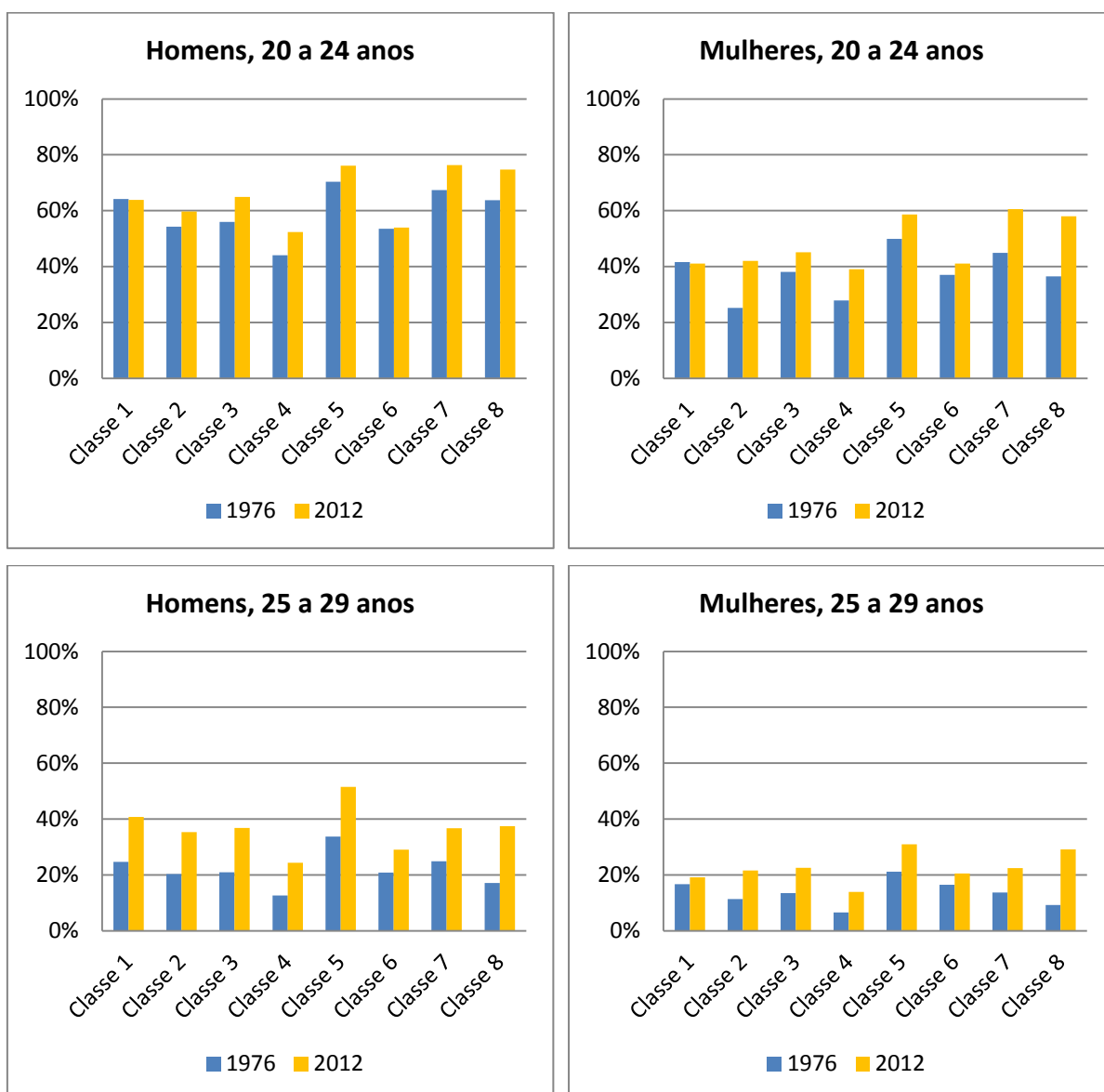


Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

Por outro lado, quando se observa o percentual de pessoas de 20 a 29 anos em cada classe que se encontravam na condição de filho(a), nota-se que este é sempre maior entre os homens, ainda que tenha crescido entre homens e mulheres no intervalo observado. O gráfico 13 detalha por sexo, classe e idade o percentual de pessoas de 20 a 29 anos na condição de filhos. Observa-se que este prolongamento é mais comum dos 20 a 24 anos, mas cresce mais entre os 25 e 29 anos. O fenômeno passa a incluir mais as classes baixas, tendendo a se difundir, mas em todas as classes e idades, ser “canguru” é um fenômeno mais frequente entre homens, que desfrutam por mais tempo dessa espécie de “moratória existencial” possibilitada pela condição de filhos, enquanto as mulheres saem da condição de filhas mais cedo. O crescimento do percentual de “canguru” pode estar relacionado tanto ao adiamento quanto à ruptura de uniões, que pode levar a uma recoabitação de filhos adultos com os pais. Peixoto e Luz (2007) analisaram fenômenos de coabitação permanente (filhos

que seguem residindo com os pais) e recoabitação, filhos adultos que retornam à casa dos pais, só ou com suas famílias, em geral devido a situações como desemprego e separações conjugais. Segundo as autoras, estas situações decorrem das expectativas de apoio e solidariedade familiar, exigindo rearranjos do espaço físico, do orçamento doméstico e das relações interpessoais, que se realizam não sem tensão, podendo incluir violência.

Gráfico 13 – Percentual de pessoas de 20 a 29 anos na condição de filhos por sexo, faixa etária e classe familiar



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

Pelo gráfico 13, nota-se que o prolongamento da condição de filhos é mais frequente nas classes 5, 7 e 8 (ou seja, as classes não manuais com exceção da classe 6),

sugerindo que são pessoas que estão hoje usufruindo da condição de classe dos pais por mais tempo que no passado, o que pode ser pensado como parte das estratégias familiares de dar suporte aos filhos para prolongar sua escolarização ou diante da rupturas conjugais sem filhos sob seu cuidado³²². Mas não se trata de um fenômeno que possua uma linearidade de classe. O perfil usualmente analisado dos cangurus tende a ser de classe média e alta, sem lhes ser exclusivo, ainda que as razões que levem os filhos a residir com os pais possam variar por classe. Os jovens que vivem com os pais tendo consigo um cônjuge e/ou filho(s) (o que os torna chefe ou cônjuge de uma nova família secundária no mesmo domicílio), aspecto encontrado mais frequentemente nas camadas mais baixas, é um fenômeno distinto, pois os “cangurus” incluem apenas pessoas na condição familiar de filho.

Entre os homens das classes manuais, destaca-se a classe 1, que entre os 25 a 29 anos apresenta 40% de jovens prolongando a condição de filho, provavelmente em razão do mais frequente celibato masculino no campo, como estudado por Bourdieu (2006) para a França. Segundo Camarano e Abramovay (1999) existe atualmente uma preocupação em países capitalistas centrais com o esvaziamento do campo, cuja expressão é o envelhecimento e masculinização do meio rural. Para o Brasil, constatam que durante os anos 90, sobretudo no Sul do Brasil, houve um êxodo predominantemente feminino e jovem, o que se reflete na evolução da razão de sexo nas faixas de 15 a 29 anos. “Em 1950, há mais moças que rapazes no meio rural brasileiro. Em 1960, a proporção entre os sexos é praticamente a mesma para ir aumentando a cada década o predomínio populacional dos rapazes. Em 1996, o número de rapazes na faixa de 15 a 24 anos foi superior em 14% ao número de moças” (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, p. 16).

Diante do contexto em que os filhos (com participação maior de filhos homens das classes 1, 5, 7 e 8) residem por mais tempo com seus pais, cabe indagar a que se dedica essa geração de filhos. No que diz respeito à escolarização e trabalho, quatro alternativas se desenham na juventude, diante da possibilidade mais premente ou adiada de sair da escola e entrar no mercado de trabalho. Uma vasta literatura discute as desigualdades presentes nesta etapa da vida. Corseuil, Santos e Foguel (2001) analisaram quatro variações (só estudo, estudo e trabalho, só trabalho, nem trabalho nem estudo) na alocação de tempo entre trabalho e estudo para quatro países da América Latina, incluindo o Brasil. Observam que na medida em que se tornam mais velhos, é comum que os homens trabalhem, de forma concomitante a

³²² Se o jovem em questão tiver filhos que resida com ele e algum dos avós, este jovem estará na condição familiar de chefe de uma outra família secundária e não na condição familiar de filho, o que o exclui de ser computado como um “canguru”.

escola, enquanto entre as mulheres a categoria que mais cresce com a idade é não trabalhar nem estudar, o que está relacionado aos afazeres domésticos. Esta diferenciação que Corseuil, Santos e Foguel (2001) encontram para o caso do Brasil e de Honduras, não está presente em países como Chile e Peru, onde as mudanças na adolescência (12 a 17 anos) são mais parecidas para homens e mulheres, seja porque apenas estudar é um evento mais duradouro para meninos e meninas no Chile, seja porque o crescimento de estudar e trabalhar simultaneamente seja um evento pouco diferenciado por gênero no Peru.

A educação dos pais é considerada um dos principais determinantes da alocação do tempo dos jovens, pois, quanto mais educados os pais, maiores as chances que os filhos dediquem-se exclusivamente aos estudos por mais anos, o que leva Corseuil, Santos e Foguel a concluir que “os benefícios que a educação traz para um indivíduo brasileiro transbordam para a geração seguinte” (2001, p. 12). Outro dado interessante constatado por Oliveira, Rios-Neto e Oliveira (2006) é que a educação do pai afeta mais o filho e a educação da mãe afeta mais a filha em aspectos como prolongamento da escolarização e adiamento da entrada no mercado de trabalho, sugerindo assim a possível existência de modelos distintos por gênero.

Análises das transições para a vida adulta no Brasil mostraram que, entre as classes baixas, existe uma passagem rápida ou condensada para a vida adulta, seja pelo imperativo masculino do trabalho, seja pela maternidade precoce no caso feminino. Tal fato contrasta com as camadas mais altas, onde o prolongamento da juventude pela escolarização seria a regra. “A passagem condensada para a vida adulta propiciada pela reprodução precoce é fato para os meios sociais desfavorecidos. Nos meios privilegiados, onde o fenômeno é raro, quando ele acontece não implica o encurtamento da juventude” (HEILBORN; CABRAL, 2006, p. 251).

Analisando a coorte nascida entre 1972 e 1984, maior geração de jovens em termos absolutos ocorrida na sociedade brasileira e por isso conhecida como “onda jovem”, Costa-Ribeiro observa simultaneamente desigualdades de gênero e condição socioeconômica, considerando tanto as transições na esfera produtiva (escola e trabalho) quanto na esfera reprodutiva (casamento e maternidade). As diferenças de gênero começam a ficar pronunciadas aos 15-16 anos, observando-se que os “homens tendem a trabalhar mais cedo e casar mais tarde, e as mulheres tendem a estudar por mais tempo e casar mais cedo” (COSTA-RIBEIRO, 2008, p. 18). Ainda que em grande parte as mulheres sigam um caminho tradicional de entrada em união e maternidade, o que, até pela ausência de uma estrutura de cuidados, leva a redução da frequência de trabalho e ao aumento da dedicação aos afazeres

domésticos, Costa-Ribeiro destaca a exceção dos jovens com origem social mais alta, entre os quais homens e mulheres têm padrões de casamento mais semelhantes³²³.

Observar tais transições ou “decisões críticas” quanto a estudo e trabalho em 2012 comparadas a 1976 por classe permite sintetizar e compreender melhor as desigualdades que se produzem nessa etapa da vida. Nos gráficos seguintes analisam-se por classes, o percentual de filhos que apenas estuda, estuda e trabalha, apenas trabalha ou não estuda e não trabalha para as faixas etárias de 15-19, 20 a 24 e 25 a 29 anos por sexo. Estas faixas foram recortadas dentro da definição usual de juventude como o grupo de 15 a 29 anos, adotada pela Secretaria Nacional de Juventude e também usualmente utilizada para calcular a proporção de “nem nem”. Diferentemente dos estudos de transição para a vida adulta que comumente analisam os jovens em geral, considera-se aqui apenas aqueles que estão na “condição na família” de filhos, o que exclui os jovens que se uniram ou tiveram filhos, ainda que morem no mesmo domicílio dos pais, pois neste caso seriam chefes ou cônjuges. Este recorte deve-se ao interesse em observar especificamente as variações nas atividades de pessoas que prolongaram sua condição de filhos.

Comparado ao panorama de 1976, nota-se que os filhos em geral – mas ainda mais os filhos que as filhas – das classes mais baixas têm um ganho importante que é a mudança da condição de apenas trabalho com o crescimento do percentual dos que estudam e trabalham. Entre os filhos de 15 a 19 anos da classe 1 cai muito o percentual dos que apenas trabalham (era 73,5% em 1976 e passa a 24,3% em 2012), o que se faz em benefício da conciliação de trabalho e estudo ou da dedicação exclusiva ao estudo. O percentual dos que apenas estudam cresce bastante nas classes baixas urbanas (2, 3 e 4) em detrimento dos que apenas trabalham, mantendo-se relativamente estável o percentual dos que conciliam trabalho e estudo (em torno de 21%). Nas classes 5, 6 e 7 reduz-se o percentual dos que só trabalham (que oscilava de 25 a 15% em 1976), passando a convergir em torno de 13% ou menos, enquanto aumentam aqueles que só estudam ou estudam e trabalham. A categoria “nem nem” que praticamente não existia na classe 8 em 1976 cresce nesta classe (atinge 7,4% em 2012),

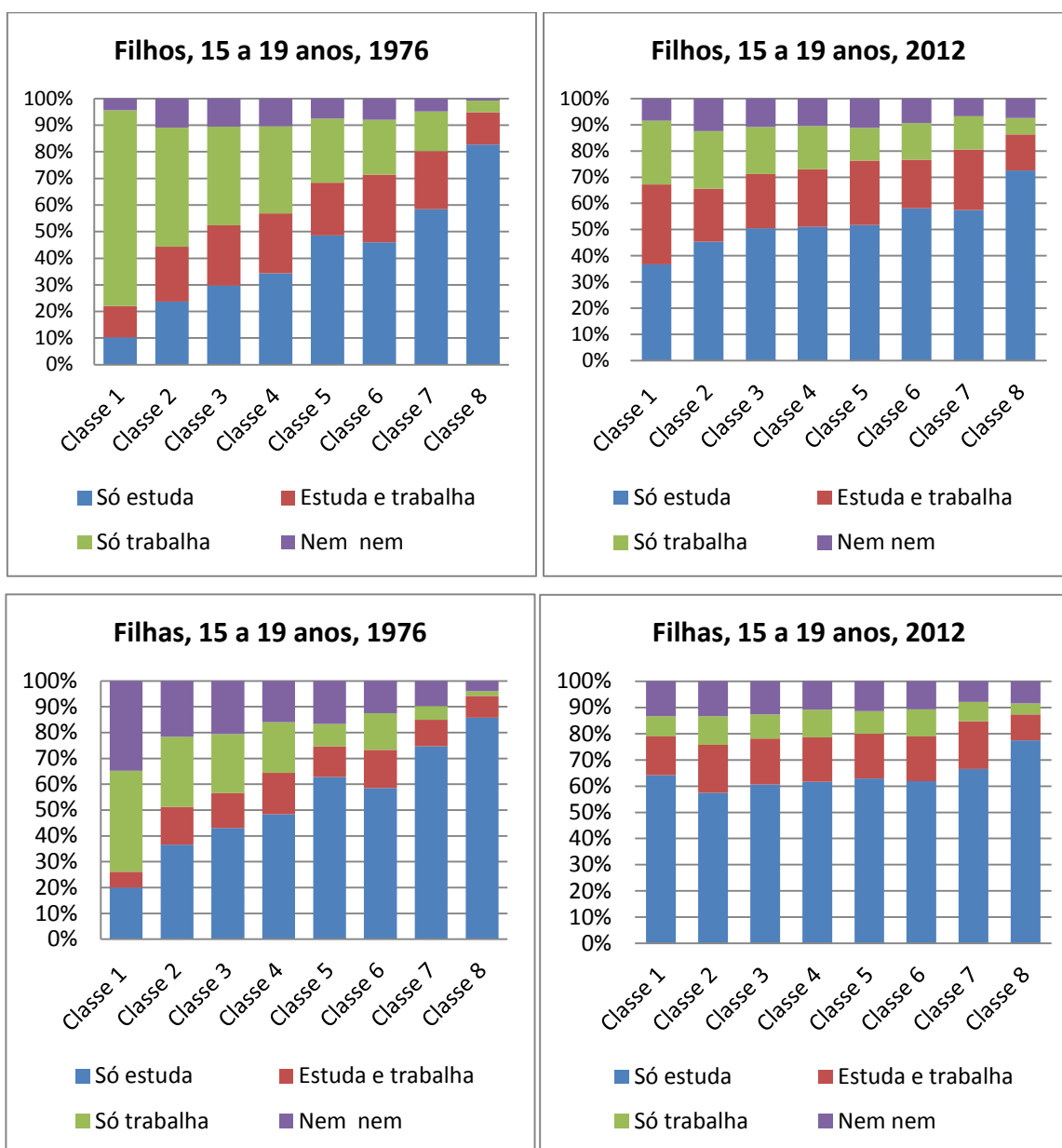
³²³ Costa-Ribeiro conclui por dois padrões de transição: “The impact of social inequality begins to really set in after the age of 14 and engenders heterogeneous transition patterns into adulthood. The nature of the impact is distinct (as opposed to gradual), distinguishing two clear-cut patterns in the transition process: one for those at the top of the social hierarchy, the other one for those below the top. Late transitions to work, marriage and parenthood are common among sons and daughters of skilled workers with higher educational credentials. Early transitions are equally likely for those below the top whose parents had less than higher education and were not skilled workers. Another source for differentiating transition patterns is area of residence. Youths living in rural areas or those whose fathers are agricultural workers show very different trajectories to work, marriage and parenthood. Compared to those in urban areas, rural youth are more likely to begin working earlier, to marry earlier (for girls), and to be parents earlier (also for girls).” (COSTA-RIBEIRO, 2009, p. 21-22).

enquanto se mantém estável nas demais. No geral, observa-se que os jovens homens de 15 a 19 anos vêm se beneficiando de uma redução da dedicação exclusiva ao trabalho em benefício da escolarização, exclusiva ou conjugada com o trabalho.

Entre as mulheres da mesma faixa etária, nota-se que também cresce muito nas classes manuais (1 a 4) a dedicação exclusiva ao estudo, alcançando percentuais cerca de 10% maiores que entre os filhos. Cresce também o percentual daquelas que estudam e trabalham, o que é um pouco mais frequente entre as filhas de trabalhadores rurais. Observa-se que o percentual de filhas de 15 a 19 anos que não trabalham nem estudam, que era grande entre os trabalhadores rurais (o que em grande parte podia ser atribuído à indisponibilidade de escolas e à invisibilidade do trabalho doméstico), atingindo 35% em 1976, reduz-se para 13%, mesmo nível encontrado nas classes 2 e 3 em 2012, as quais também reduziram seus patamares (que eram em torno de 20% em 1976). Portanto, reduz-se o percentual de jovens “nem nem” entre as filhas das classes manuais, sendo o mesmo válido para as filhas dos estratos não manuais com exceção da classe 8, onde cresce e atinge 8,4%, nível semelhante ao das classes 6 e 7 (10,7% e 7,9% respectivamente).

A distribuição de atividades entre trabalho e estudo não passa por alterações expressivas nos estratos não manuais, cujos filhos de 15 a 19 anos mantêm os privilégios já visíveis em 1976 de maior dedicação só ao estudo e, em menor proporção, de conjugar estudo e trabalho. As mudanças expressivas na distribuição destes eventos ocorrem na verdade nas classes mais baixas que passam a prolongar a experiência de escolarização. Reduz-se assim a heterogeneidade de classe na condição de atividade dos filhos e filhas de 15 a 19 anos. A escadinha por classe que existia em 1976 quanto ao percentual dos filhos(as) que apenas estudam chega a desaparecer em 2012 no caso das mulheres.

Gráfico 14 - Condição de atividade dos filhos de 15 a 19 anos por classe familiar, 1976 e 2006



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

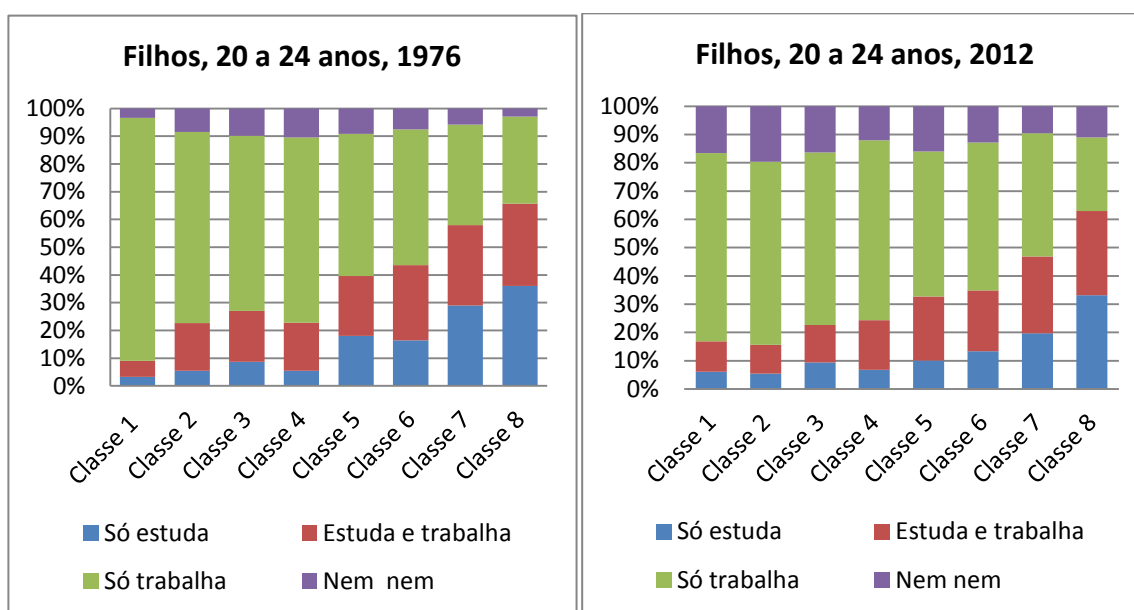
Já para os filhos de 20 a 24 anos, a dedicação integral ao estudo continua a ser um privilégio quase que exclusivo das classes não manuais, nas quais se encontra, no entanto, em declínio, passando de 36 a 33% na classe 8, de 29 a 20% na classe 7, de 16 a 13% na classe 6 e de 18 a 10% na classe 5, enquanto cresce um pouco nas classes manuais, nas quais alcança no máximo o percentual de 9% em 2012. Entre os filhos de trabalhadores rurais prevalece a situação de dedicação ao trabalho (66% em 2012) e mantém-se o percentual daqueles que conciliam trabalho e estudo (cerca de 11%). Na classe 8, cai o percentual dos filhos de 20 a 24

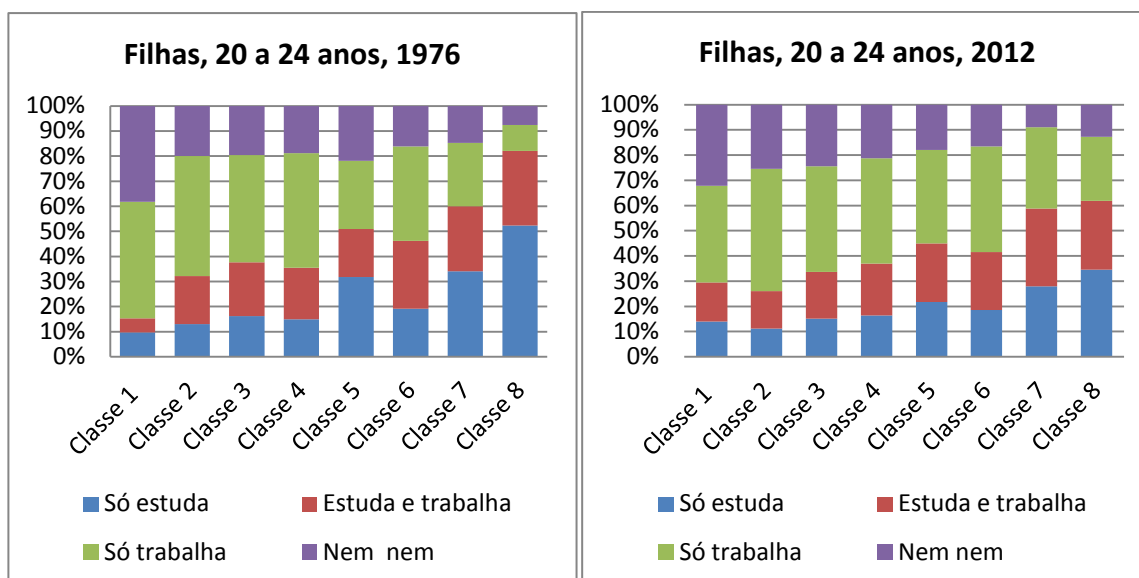
anos que apenas trabalham (passa de 31,4 para 26%) e mantém-se o percentual dos que trabalham e estudam (em torno de 30%). O que surpreende é o crescimento, em todas as classes, do percentual dos filhos de 20 a 24 anos que não estudam nem trabalham, presente de alto a baixo em 2012: entre 9 e 16% nas classes 5 a 8, entre 12 e 20% nas classes de 1 a 4.

Já entre as filhas de 20 a 24 anos reduz-se o percentual de “nem nem” na classe 1 (era 38% em 1976 e passa a 32% em 2012), alcançando níveis mais parecidos aos das classes 2 e 3 (em torno de 25%). O percentual de “nem nem” entre as filhas dessa faixa etária segue sendo maior nas classes mais baixas nas quais é maior também a dedicação exclusiva ao trabalho, enquanto o prolongamento do estudo, associado ou não ao trabalho, segue sendo um privilégio sobretudo das filhas (assim como dos filhos) das classes 7 e 8.

Nota-se que a classe dos trabalhadores rurais vai apresentando padrões mais próximos das demais classes baixas urbanas. A classe 8, ainda com fortes privilégios, vai se misturando mais às classes não manuais, inclusive com o crescimento dos “nem nem”.

Gráfico 15 - Condição de atividade dos filhos de 20 a 24 anos por classe familiar, 1976 e 2006



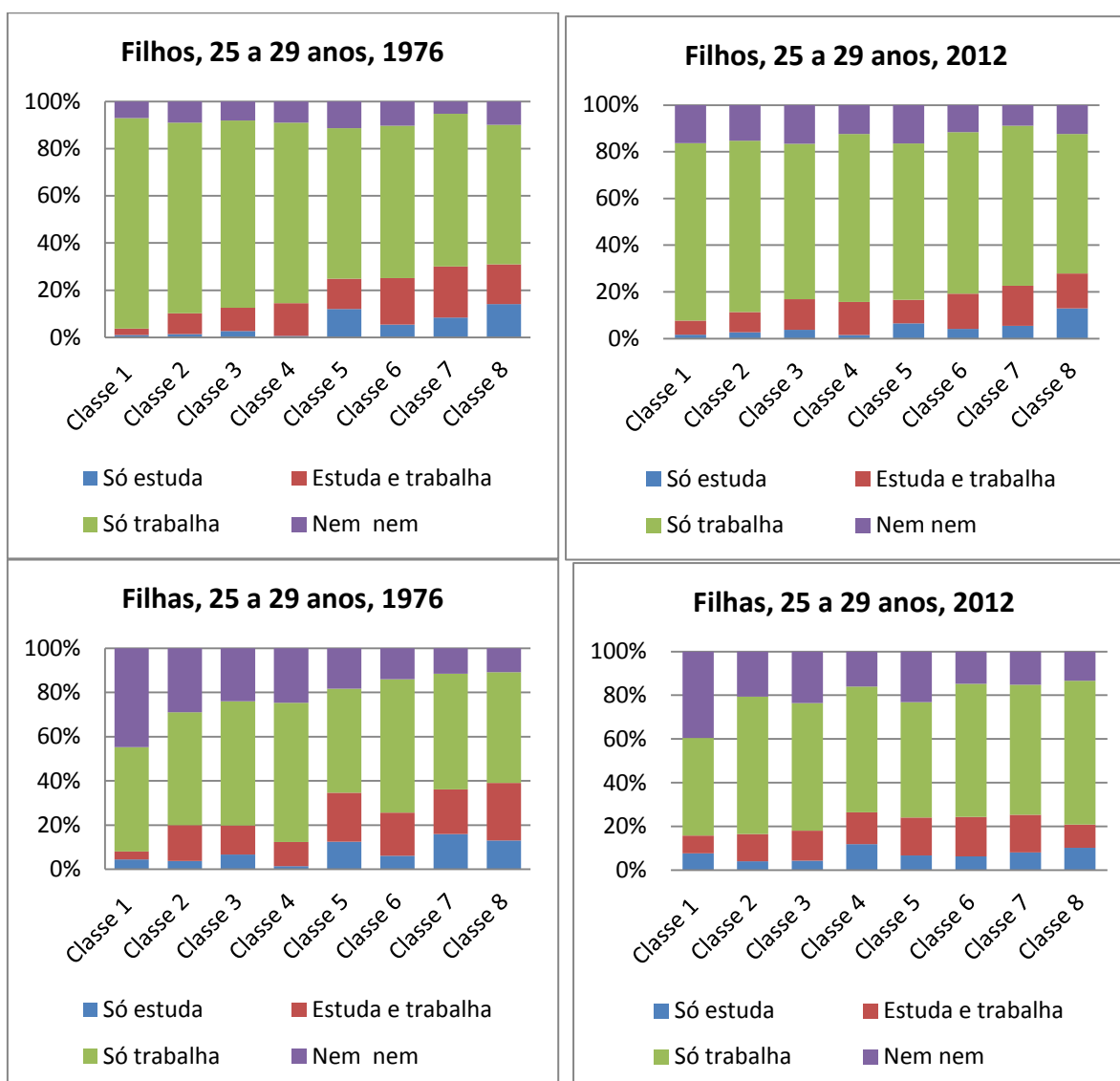


Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

No grupo de 25 a 29 anos, apesar do número mais reduzido de pessoas que permanecem na condição de filhos, nota-se um pequeno percentual que se dedica integralmente aos estudos, mais frequente nos estratos não manuais (12,8% dos filhos e 10,2% das filhas da classe 8 em 2012). Apenas estudar é mais frequente entre as filhas do que entre os filhos também nos estratos manuais (por exemplo, 1,7% dos filhos e 7,7% das filhas na classe 1). A dedicação integral ao trabalho é o que tem mais destaque para todos, mas nota-se que os filhos se dedicam mais ao trabalho que as filhas (diferenciais mais fortes na classe 1: 76% dos filhos e 45% das filhas em 2012), entre as quais é maior o percentual de “nem nem” (16% dos filhos e 40% das filhas na classe 1 em 2012), não obstante esta condição também demonstre crescimento entre os filhos, em especial nas classes baixas urbanas.

Enquanto a noção de “geração canguru” comporta tanto a leitura de dificuldade ou adiamento da autonomização quanto a leitura de uma ampliação de oportunidades, a questão dos “nem nem” aparece como fonte de preocupação, associada a uma juventude não orientada para atividades produtivas de qualificação educacional ou trabalho.

Gráfico 16 - Condição de atividade dos filhos de 25 a 29 anos por classe familiar, 1976 e 2006



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

O tema dos “nem nem” é parte do debate mundial sobre a juventude, em que a questão do desemprego vem merecendo destaque. O mundo vem experimentando uma crescente preocupação com o desemprego juvenil que atingiu recentemente níveis alarmantes em alguns países europeus como Espanha e Grécia. Em comparação com os adultos, jovens de 15 a 29 anos experimentam taxas de desemprego em média três vezes maiores, atingindo mundialmente o valor de 12,3% em 2011 (OIT, 2013). As mulheres jovens tendem a apresentar taxas de desemprego maiores que os homens da mesma idade com exceção das economias desenvolvidas, União Europeia e Leste Asiático. Empregos fora do padrão, como os de tempo parcial ou temporários, que podem ser uma alternativa interessante para conciliar

trabalho com estudo ou outras atividades de cuidado, acabam sendo não uma escolha mas a única opção disponível (e com tendência crescente) para os jovens.

Diante do desemprego e das formas precárias de emprego juvenil, a OIT (2013) demonstra especial preocupação com o grupo dos “nem nem” que representava, em 2010, 15,8% dos jovens com entre 15 e 29 anos, por expressarem um sinal de descrença (desencorajamento) no mercado de trabalho, muitas vezes após longo período de desemprego, com agravantes como baixa escolaridade e baixa renda familiar³²⁴. Em relatório específico para o Brasil, a OIT também apresentou a preocupação com os “nem nem” como um sinal de exclusão social, que se acumula com outras desvantagens que historicamente moldam as desigualdades no país, diante da maior probabilidade de encontrar jovens “nem nem” entre mulheres, negros e pessoas de baixa renda. Ademais, os “nem nem” expressam fissuras da transição da escola para a inserção profissional: “o percentual de jovens que não estudam e não trabalham aumenta, na medida em que a idade se eleva, demonstrando que o mundo do trabalho não consegue absorver os que deixam a escola e passam a procurar um emprego ou ocupação”(OIT, 2009, p. 65)

Considerando os jovens brasileiros em geral, Camarano e Kanso (2012) encontram um percentual de “nem nem” um pouco maior que a média mundial e com tendência de crescimento, tendo passado de 16,9% para 17,2%, entre 2000 e 2010, dentre a população de 15 a 29 anos em geral. Notam que aumenta entre os homens e diminui entre as mulheres, dentre as quais 2/3 são unidas e 61,2% têm filhos. Ainda que tenha seu perfil por sexo se tornado menos dissimilar na data mais recente, em geral os “nem nem” continuam sendo majoritariamente mulheres e acumulando muitos traços de vulnerabilidade.

Os jovens que não estudavam e não estavam na força de trabalho eram majoritariamente compostos por mulheres. Independente do sexo, predominavam os de cor parda, com baixa escolaridade, inseridos em domicílios na zona rural, com maior número de crianças, renda baixa e onde o chefe possuía escolaridade menor. Dentre as mulheres, quase ¾ delas já eram mães e 2/3 moravam com um parceiro” (CAMARANO; KANSO; MELLO; ANDRADE, 2006, p. 286-287).

As autoras lembram também que parte das pessoas na condição de “nem nem” possui deficiência que as impede de trabalhar e/ou estudar. Merece destaque a presença de maior número de crianças no domicílio, sugerindo que parte da razão para o não engajamento no trabalho ou estudo possa se dever a tarefas de cuidados de filhos ou irmãos menores. Se

³²⁴ “Because they are neither improving their future employability through investment in skills nor gaining experience through employment, NEETs [young people neither in employment nor in education or training] are particularly at risk of both labour market and social exclusion. In addition, the NEET group is already in a disadvantaged position due to lower levels of education and lower household incomes” (OIT, 2013, p. 11).

grande parte dos “nem nem” são mulheres, as autoras concluem que muitas delas fizeram a transição para a vida adulta pelo caminho tradicional da união e/ou maternidade. Já os homens “nem nem”, na visão das autoras, em grande medida adiaram a transição para a vida adulta. Nota-se que, no caso das mulheres, se tal transição é feita com baixa escolaridade e reduzida empregabilidade, há desafios específicos na medida em que a falta de uma renda as torna dependentes do cônjuge ou de outros parentes. Portanto, as jovens “nem nem” unidas ou responsáveis por famílias monoparentais partilham os problemas comuns às mulheres mais velhas quanto às dificuldades de trabalhar quando se tem filhos pequenos. Estas mulheres que fizeram a transição para a vida adulta sobretudo pelas responsabilidades familiares demandam serviços de educação e cuidado para seus filhos, além de políticas educacionais, de formação profissional e de trabalho para elas próprias.

Como realça Cardoso (2008), considerando o período 1970-2000, a proporção de mulheres nem nem cai a cada década como reflexo da crescente profissionalização feminina que leva a sua maior permanência na escola e também maior participação no mercado de trabalho. Por outro lado, o desemprego expressa a crescente dificuldade de inserção profissional dos jovens de todas as classes sociais, tornando a transição da escola para o trabalho hoje mais fluida, incerta e despadrionizada. Situando a preocupação mundial com os nem nem, Cardoso recorda que:

[...] em toda parte, ao diagnóstico da desocupação dos jovens associam-se outros, múltiplos, relacionados, por exemplo, com suas conseqüências sociais mais ou menos duradouras para: os padrões de sociabilidade (com destaque para a violência e os diversos tipos de delinqüência juvenil); a saúde reprodutiva das adolescentes; as oportunidades de vida abertas (ou fechadas) aos jovens no transcurso dessa experiência (o desemprego) que, até há bem pouco tempo, era pensada como intrinsecamente transitória. (2008, p. 570)

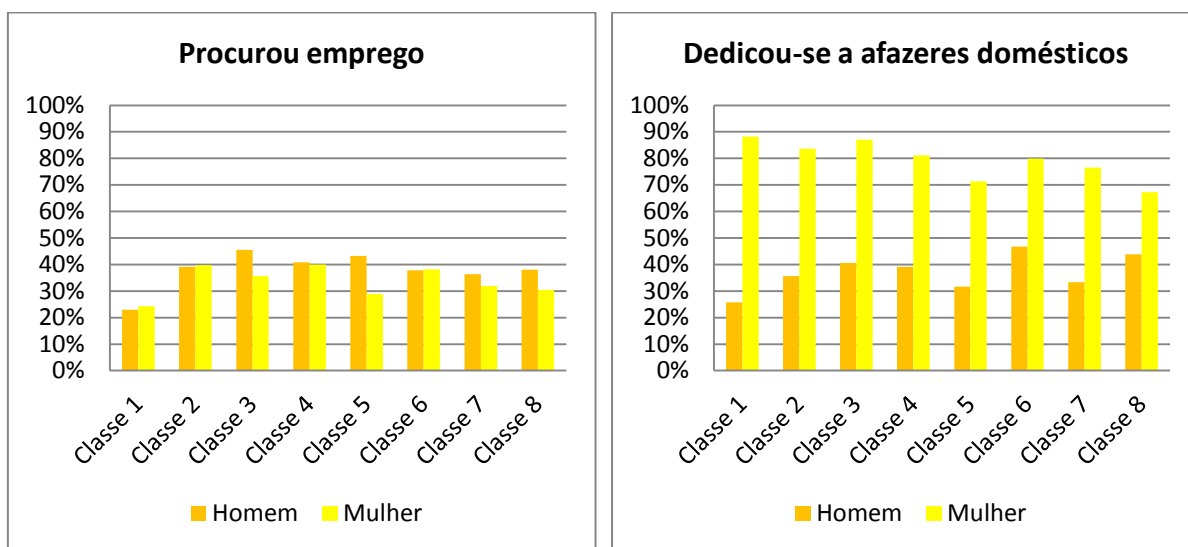
Sobre os jovens na condição de “nem nem” pairam, portanto, muitas inquietações: são jovens que apresentam dificuldades específicas de inserção no trabalho? Expressariam uma crise de sentido de uma juventude pós-moderna, sem projetos ou perspectivas? No caso das mulheres, expressariam a persistência da invisibilidade do trabalho doméstico e do enclausuramento doméstico das mulheres?

A condição de filhos “nem nem” causa especial preocupação pois trata-se de pessoas dependentes que não se encontram em situação que favoreça sua futura autonomização através da qualificação para ou efetiva inserção profissional. Observando para 2012 (gráfico 17), os filhos e filhas de 15 a 29 anos na condição de “nem nem” que declararam ter tomado providência para conseguir trabalho na semana de referência, nota-se que, com

exceção da classe 1 onde os níveis de procura de trabalho são mais baixos, em torno de 40% dos “nem nem” encontravam-se procurando emprego no mês de referência, o que era um pouco mais frequente entre os filhos do que entre as filhas.

As diferenças de gênero são muito maiores no que diz respeito à dedicação ao trabalho doméstico, pois a dedicação feminina é frequentemente o dobro da masculina entre os filhos e filhas na condição de nem nem. Nota-se, portanto, que são muito menos generificados os mandatos de busca de trabalho na esfera pública do que no tradicional mandato de trabalho doméstico.

Gráfico 17 - Filhos de 15 a 29 anos na condição de “nem nem” que declararam ter tomado providência para conseguir trabalho no último mês e filhos que se dedicaram a afazeres domésticos, por classe e sexo, 2012



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD 2012.

Além da questão do desemprego, Guimarães (2006) observou que os “nem nem” são expressão do insulamento feminino no trabalho doméstico. De fato, uma vez que as mulheres não estejam trabalhando nem estudando, as duas atividades valorizadas socialmente, boa parte delas está se dedicando ao trabalho que, embora essencial a vida, é socialmente invisível, os chamados afazeres domésticos, os quais podem estar associados a uma situação de desemprego por desalento, usualmente disfarçada na condição feminina de dona de casa (AQUILINI; COSTA, 2003).

Já foi constatado que jovens na condição de “nem nem” são predominantemente mulheres e um grande percentual já formou sua própria família (CAMARANO; KANSO;

MELLO; ANDRADE, 2006). Mesmo entre os “nem nem” na condição de filhos a dedicação feminina ao trabalho doméstico ajuda a explicar a aparente ociosidade do grupo. Se no passado “nem nem” podia se dever a situações de dificuldade de acesso a escola, esta situação não seria esperada num contexto de ampliação do acesso à educação e, no caso feminino, e de ampliação de oportunidades de trabalho antes mais restritas.

Como observado ao longo do capítulo, a recente ampliação do acesso à educação no Brasil fez com que a escola passasse a ocupar um espaço maior nas vidas dos filhos e filhas das famílias das diferentes classes. Do ponto de vista das gerações, observam-se melhorias significativas ao longo do período considerado, com o aumento do acesso à educação e a redução da entrada precoce no trabalho.

A ampliação da experiência de escolarização vem sendo recebida com aprovação pelos jovens segundo a interpretação de Sposito da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, realizada em 2003. Ainda que os jovens reconheçam limites no impacto da instituição escolar em suas vidas e nas oportunidades de emprego, emerge “uma nova geração de jovens que incorporaram a variável escolar no seu repertório de práticas e expectativas [...] há um mergulho na ‘sociedade escolarizada’, pois a instituição escolar está no centro das referências identificatórias” (SPOSITO, 2005, p. 123). Aliás, a autora realça que família, trabalho e escola continuam a ser dimensões centrais da vida dos jovens, ainda que tenham se tornado mais complexos os contornos da entrada na vida adulta.

As mudanças na condição dos filhos quanto a estudo e trabalho afetam o equilíbrio de poder de classe e gênero. A universalização do acesso nas primeiras séries, até 14 anos, transforma um quadro que era muito desigual em 1976 e que foi progressivamente melhorando nas classes mais baixas, reduzindo, assim, as desigualdades de acesso por classe. Ainda que a generalização do processo de escolarização torne a condição de filho menos dissimilar por classe, as desigualdades na qualidade da educação recebida expressam-se nos persistentes diferenciais nos níveis completados. Por outro lado, as desigualdades de gênero mostram-se no período favoráveis às meninas, o que ocorre, de forma mais intensa, nas classes baixas.

É importante lembrar que, apesar da recente melhoria, ainda é baixa a qualificação educacional alcançada pelos jovens brasileiros. Soares, Carvalho e Kipnis (2003) observaram que os níveis de escolaridade da população de 18 a 25 anos são muito baixos e expressam uma enorme dívida de política educacional: em 1999, 68% dos jovens de 18 a 25 anos não frequentam a escola, sendo que apenas 22% completaram o segundo grau. Entre os 32% que

frequentam as escolas há 11% no primeiro grau, com profundo atraso escolar, e 21% no segundo grau.

Deve-se, portanto, ponderar sobre os resultados deste “prolongamento da juventude”. Do ponto de vista da estrutura das desigualdades sociais, tal permanência não significa necessariamente maior igualdade de oportunidades, uma vez que esta permanência ocorre em uma escola de qualidade duvidosa, em grande medida conciliada com o trabalho e cujos resultados em termos de conclusões dos níveis de ensino e melhor inserção não são muito alentadores. Ademais, se a educação funciona como uma credencial que organiza a fila, a fila na verdade funciona como uma escada rolante em que melhora-se um degrau, mas o de cima também melhora, portanto a posição relativa frequentemente continua sendo a mesma³²⁵.

Assim como se fala que existem juventudes, existem variados, na forma e no significado, prolongamentos da juventude. Num contexto em que o processo de escolarização é hoje comum a todas as classes, ainda que com resultados (escolaridade alcançada e rendimento dos diplomas) desiguais, a transformação rumo a “transições mais incertas” parece também se generalizar entre as classes. Do ponto de vista de gênero, dinâmicas novas se desenham com a crescente escolarização de jovens homens e mulheres, em especial com o maior avanço delas. O fato de que filhos homens experimentem uma redução da dedicação exclusiva ao trabalho em benefício da escolarização, exclusiva ou conjugada com o trabalho, sugere uma tendência de redução do “mandato de provedor”, que beneficia os filhos homens em geral, o que conjugado a um declínio do “mandato materno” que pesa historicamente sobre as mulheres, pode favorecer a redução dos estereótipos e desigualdades de gênero.

Deve-se notar neste sentido que, de diferentes formas, as mudanças nas famílias estão relacionadas entre si. A extensão do tempo de convivência entre pais e filhos está relacionada à maior flexibilidade do processo de formação de família dos jovens. Na análise do que fazem os filhos que permanecem na casa dos pais, nota-se que esta permanência pode estar relacionada a estratégias de ascensão, mas também a falta de perspectivas, processos que têm probabilidades distintas por classe, uma vez que a extensão da escolarização é maior nas classes altas e o percentual de nem nem é maior nas classes baixas.

³²⁵ Esta imagem foi oferecida em palestra proferida por Elísio Estanque (Universidade de Coimbra) na Mesa “Trabalho, pobreza e desigualdade” durante o VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho (ALAST), realizada em São Paulo entre 2 e 5 de julho de 2013. Considerando que as classes expressam uma estrutura de relações, Estanque propôs a ideia de uma “escada rolante” para mostrar que quando os segmentos baixos, num contexto de crescimento, melhoram de vida, eles perdem a noção de que os de cima também subiram por vezes até mais, o que levaria a ideia de uma “escada rolante elástica”.

Permanecer na casa dos pais está relacionado a novas dinâmicas no mercado de trabalho e na vida familiar. Pode ser uma proteção contra o desemprego, uma estratégia de escolarização prolongada e mobilidade social, ou um arranjo que absorve os adiamentos ou rupturas de uniões. Livi-Bacci mostra a inter-relação entre fatores estruturais, “externos” às famílias, tais como a ampliação das oportunidades educacionais e as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho e as transformações propriamente na vida familiar e os novos sentidos culturais atribuídos à união, maternidade/paternidade e convivência familiar. No caso italiano, Livi-Bacci argumenta que a “síndrome de adiamento” quanto à entrada da vida adulta seria a outra face da baixa fecundidade. Transições juvenis mais lentas, possibilitadas pela permanência na casa dos pais³²⁶, estão relacionadas não apenas à escolarização prolongada e ao adiamento da entrada no mercado, mas também ao adiamento da decisão de ter filhos. Os planos de ter filhos, por ocorrer numa fase mais avançada do período reprodutivo, estão mais sujeitos à sub ou não fecundidade, além de serem afetados pela instabilidade ou ruptura das uniões e as avaliações dos custos da maternidade/paternidade³²⁷. O adiamento da entrada na vida adulta é reforçado por tendências culturais que desestimulam a entrada na vida adulta, como a imagem da juventude como uma fase de liberdade frente às responsabilidades, além da democratização da relação entre pais e filhos, que permite maior autonomia e espaços próprios para os jovens na casa dos pais – com “o efeito aparentemente paradoxal de que quanto maior a autonomia que os jovens desfrutam dentro das famílias, mais eles se tornam dependentes das famílias”³²⁸ (CAVALLI, 1996, tradução nossa).

Não obstante, os desafios na inserção das mulheres no mercado de trabalho e a manutenção das desigualdades de gênero na divisão do trabalho doméstico estão presentes na geração dos filhos e dos pais, como mostrado a seguir.

³²⁶ É preciso refletir sobre as implicações da convivência estendida com a família de origem para a dinâmica das desigualdades sociais. A maior duração da dependência dos pais pode significar estender a “herança social”, tanto de benefícios quanto de privações?

³²⁷ “The combination of these delays implies, for an increasing number of couples, that the decision to have a first or a second child—no matter how much desired and planned—is taken in an advanced phase of the reproductive period, and that for some these plans are not realized because of the onset of infecundity or subfecundity, or because of the instability or rupture of the relationship, or because of the realization that the physiological or psychological costs of childbearing are heavier than expected.” (LIVI-BACCI, 2001, p. 10). As interconexões entre a baixa fecundidade e o adiamento da transição para a vida adulta assumem centralidade nos debates atuais na medida em que dizem respeito à sustentabilidade das sociedades do ponto de vista das transferências intergeracionais (LIVI-BACCI, 2001).

³²⁸ “Apparently paradoxical effect that the more autonomy young people enjoy within the family the more dependent they become from the family”.

3 UM TETO TODO SEU

Tudo o que poderia fazer seria oferecer-lhes uma opinião acerca de um aspecto insignificante: a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu se pretende mesmo escrever ficção; e isso, como vocês vão ver, deixa sem solução o grande problema da verdadeira natureza da mulher e da verdadeira natureza da ficção. [...] De qualquer modo, quando um tema é altamente controverso – e assim é qualquer questão sobre o sexo –, não se pode pretender dizer a verdade. Pode-se apenas mostrar como se chegou a qualquer opinião que de fato se tenha. (WOOLF, 2004, p. 8)

Esse quarto [teto] é uma saída secreta para a aventura da rua, para além das paredes estreitas da sala de estar, para além da repetição cíclica dos mesmos gestos. A renda própria é uma carta de alforria [...] (OLIVEIRA, R. D., 1991, p. 115).

Quando Virgínia Woolf escreveu *Um teto todo seu*, advogando que as mulheres necessitavam de uma renda regular, espaço e tempo suficientes para se dedicar à literatura, ela contou sua própria experiência de herdar uma renda vitalícia, realçando a importância da autonomia material para que ela realizasse seus projetos. A notícia de que havia recebido uma herança de uma tia que lhe garantia 500 libras anuais chega quase simultaneamente à aprovação do voto da mulher em seu país, e Woolf comenta: “Dos dois – o voto e o dinheiro – o dinheiro, devo admitir, pareceu-me infinitamente mais importante” (2004, p. 44).

Como realça a citação de Rosiska Oliveira, o significado de “um teto todo seu” é potencialmente amplo e remete à questão da individuação feminina, a qual supõe uma renda própria, rompendo com a histórica dependência econômica da mulher em relação ao homem, em especial no casamento. A presença de renda própria é condição de possibilidade da liberdade feminina de tomada de decisão, afetando inclusive os eventos familiares analisados nos capítulos anteriores, pois escolhas pessoais se tornam possíveis graças aos ganhos de autonomia material que boa parte das mulheres vem conquistando. Nesse sentido, a flexibilização das trajetórias familiares está relacionada aos avanços no trabalho e independência feminina.

Permanecer numa relação conjugal não é mais uma obrigação de caráter moral ou religioso, mas uma escolha de pessoas adultas, economicamente independentes, que renovam cada dia ou denunciam seu comportamento recíproco. Ter ou não ter filhos, tê-los fora do casamento, voltar a se casar são escolhas que se tornaram possíveis, desde que as mulheres encontraram uma possibilidade de se manterem por si mesmas. (OLIVEIRA, R. D., 2003, p. 76, grifos nossos)

Esta parte trata de avanços, sobretudo pelo trabalho, e também incompletudes e paradoxos presentes no movimento das mulheres de conquistar um “teto todo seu”. Problematisa-se o avanço feminino no trabalho e as restrições ainda enfrentadas na vida privada, como as dificuldades de trabalhar com filhos pequenos e a divisão desigual do

trabalho doméstico e de cuidado. A análise por classe social permite mostrar que os desafios são maiores entre as mulheres das classes baixas, que encontram menores oportunidades de trabalho, têm carga maior de trabalho doméstico e de cuidado, e menos alternativas para externalizar tais tarefas.

Pretende-se evidenciar que “ter um teto todo seu” é mais do que ter um trabalho ou renda, pois supõe também a construção de alternativas de cuidado público e maior igualdade de gênero na divisão do trabalho doméstico e de cuidado. A maior dedicação ao trabalho doméstico, resultando em uma maior carga total de trabalho, e o fato de que as responsabilidades familiares ainda impactam nas oportunidades profissionais femininas, cumulando em piores condições ou falta de acesso à aposentadoria, revelam a gravidade das desigualdades que se tecem na relação entre família e trabalho e sua relevância para a manutenção de “desigualdades duráveis” (TILLY, 1999) entre as categorias homens e mulheres, e entre mulheres de diferentes classes.

Para construir o “teto seu” das “indivíduas” é preciso avançar em outros tetos, coletivos, como políticas de trabalho e seguridade. Os processos de transformação na condição feminina analisados nos capítulos anteriores encontram como limite o fato de que há dimensões da estratificação de gênero – sobretudo as expectativas culturais sobre as atribuições femininas domésticas e de cuidado – mais resistentes a mudanças. Como enfatizou Esping-Andersen (2009), as mudanças na condição feminina apresentam-se como uma “revolução incompleta”, que está a exigir repensar a organização da sociedade e os mecanismos que sustentam este desequilíbrio de gênero. Argumenta-se que as mudanças têm sido parciais ou mesmo se mostrado unidirecionais (ENGLAND, 2010), em especial porque as mulheres dirigem-se ao mercado de trabalho e, sem o contraponto de uma redivisão do trabalho doméstico, seguem sobrecarregadas na vida privada.

Ao debater o contexto atual em que a revolução de gênero mantém-se desigual e mostra sinais de estagnação, England (2010) levanta hipóteses sobre os porquês de alguns aspectos terem mudado muito mais que outros. Nota que as mulheres têm muito mais incentivos – econômicos e de prestígio – para atravessar as barreiras de gênero rumo a empregos e comportamentos masculinos, enquanto as atividades tipicamente femininas seguem desvalorizadas e os homens perdem dinheiro e sofrem desaprovação cultural se atravessam as fronteiras e assumem atividades femininas. Nesta perspectiva, a mudança nas relações de gênero é uma estrada de mão única, em que apenas as mulheres mudam.

Apesar da tendência de que as mulheres crescentemente adquiram a qualificação educacional necessária e integrem ocupações antes dominadas por homens, England constata, dentre os limites da revolução de gênero, a falência em tratar o cuidado de crianças como um bem público. As mudanças no sentido de de-segregação foram maiores nas atividades profissionais que nas pessoais, do que é exemplo o fato de que os pais dão às filhas brinquedos tipicamente masculinos, mas não dão aos filhos bonecas³²⁹. Portanto, também na vida privada, a de-segregação é uma estrada de mão única, na qual as mulheres experimentam comportamentos antes tipicamente masculinos, mas menos frequentemente ocorre o contrário.

Balances sobre os avanços e limites nas conquistas das mulheres compõem um debate bastante antigo, que mobilizou variadas vozes, não apenas feministas, e variadas perspectivas. Stuart Mill, por exemplo, ao defender filosófica e politicamente os direitos femininos em seu clássico sobre a subordinação feminina (*The subjection of women*, 1869), tinha em vista uma sociedade liberal na qual as mulheres pudessem participar livremente em todos os níveis de ensino e em todas as ocupações. Na visão de Bernardo de Vasconcelos, que prefacia a edição portuguesa do livro de Mill, este retomou ideias do feminismo – em especial do clássico *A vindication of the rights of women*, de Mary Wollstonecraft, publicado em 1792 – para defender os direitos liberais femininos, mas deixou de considerar as necessidades de rearranjo da sociedade, visto que, vencidas as restrições de direitos de acesso e alterada a legislação matrimonial, as mulheres ainda se viam com o desafio de conciliar vida privada e pública. Em suas considerações sobre as contribuições e limites do legado de Mill, Tulloch destaca que é preciso ir além dos direitos liberais para se alcançar maior igualdade de gênero.

Mill pensava que igualizar o acesso ao sufrágio, à propriedade, à educação, e a cargos públicos era suficiente, mas subestimou a necessidade também de poder econômico, bem como de uma revisão de papéis na família. Assim, facultar mais igualdade às mulheres fora da família não seria por si só suficiente, sem uma revisão das estruturas subjacentes – quer públicas, quer privadas – que reforçavam e perpetuavam essa mesma subjugação das mulheres que o seu ensaio denunciava. (TULLOCH, 1989, p. 65 apud VASCONCELOS, 2006, p. 27-28)

Como analisado nos capítulos anteriores, se historicamente a vida familiar dificultou a participação feminina na esfera pública (OKIN, 1992), o cenário atual é muito mais favorável a que as mulheres alcancem autonomia. Mudanças na legislação que antes era restritiva das liberdades das mulheres casadas e não reconhecia direitos das uniões não formais e de outros arranjos familiares, avanços nos direitos reprodutivos e a criminalização

³²⁹ Ver Baudelot e Establet (2007), para um inventário das pesquisas atuais sobre diferenças de gênero na socialização.

da violência contra as mulheres caminham ao lado da expansão das oportunidades de educação e trabalho. As mudanças na experiência familiar das mulheres, sobretudo a redução da fecundidade, favorecem o aproveitamento de novas oportunidades, mas pode-se indagar até que ponto expandiu-se o grau de autonomia experimentado pelas mulheres das diferentes classes.

A noção de autonomia é complexa e as mulheres experimentam diferentes dimensões de autonomia ou dependência. Tradicionalmente, as pessoas dependem dos cuidados familiares das mulheres, enquanto as mulheres experimentavam dependência econômica dos homens. Considerando as dimensões da autonomia definidas pela Cepal, por exemplo, nota-se que a dimensão da autonomia física considera diversas dimensões relacionadas a vida familiar já analisadas, como acesso a contracepção e uma vida livre de violência. Na autonomia política, é considerada a participação das mulheres em diferentes posições de poder (nos cargos eletivos do executivo e legislativo e também nas instâncias decisórias do judiciário), dimensão em que o Brasil tem uma posição baixa, pois ainda que as mulheres aumentem sua participação em movimentos sociais, seguem pouco representadas nos cargos de poder³³⁰. Na dimensão econômica, nota-se o aumento da presença de renda, o que se deve ao crescimento tanto do trabalho feminino quanto das transferências estatais para as mulheres. Os indicadores de autonomia econômica da Cepal incluem também a carga de trabalho total, doméstico e remunerado, reconhecendo que a dimensão familiar afeta as oportunidades de ampliação da autonomia econômica da mulher.

Nesta parte, tece-se um quadro da situação da autonomia econômica das mulheres no Brasil, considerando a inter-relação entre as dimensões do trabalho doméstico e remunerado e os desafios que a revolução incompleta na vida familiar ocasiona. No capítulo 7, após mostrar a situação feminina no mercado de trabalho e os impactos das características familiares nas chances das mulheres estarem nele engajadas, analisa-se a evolução da presença de renda, considerando, além do trabalho, a contribuição e os limites no acesso feminino à seguridade e assistência social. No capítulo 8, analisam-se as desigualdades na divisão sexual do trabalho doméstico, na geração adulta e na geração dos filhos, empregando para tanto dados retrospectivos de usos do tempo. A constatação da manutenção de tais

³³⁰ O campo político formal é considerado uma das searas em que as mulheres alcançaram avanços medíocres (CAMPOS; MIGUEL, 2008). Ao analisar os discursos proferidos no Congresso no Oito de Março, os autores identificam variações nas representações sociais sobre as mulheres – que incluem estereótipos mais conservadores (mãe ou cuidadora, companheira, pura, sensível, boa) e estereótipos militantes (guerreira e lutadora, vítima social), comemoração e reflexão crítica sobre a data – e sobre o estado em que se encontraria a luta pela igualdade, observando que a presença ou ausência de determinados tópicos no debate está relacionado às próprias relações de força dentro da política e também a aceitação social ou não de determinadas pautas.

desigualdades leva a abordar o debate atual sobre articulação entre família e trabalho e a necessidade de redistribuição do cuidado nas famílias e de maior oferta de cuidado público.

3.1 A construção da autonomia econômica feminina: intersecções entre trabalho, políticas públicas e responsabilidades familiares

Neste capítulo, analisa-se o processo de construção da autonomia econômica feminina, destacando a crescente participação feminina no mercado de trabalho e também a contribuição das políticas de transferência de renda. Para cada uma destas dimensões, realçam-se as formas como se colocam os velhos dilemas da atribuição desigual por gênero das responsabilidades familiares, seja porque as características familiares das mulheres continuam a impactar em suas chances de trabalho, seja porque programas que conferem titularidade de benefícios às mulheres se apoiam nas desigualdades de gênero quanto às responsabilidades de cuidado. A análise leva a questionar, portanto, se é possível construir a autonomia econômica feminina pelo mercado ou pelas políticas públicas sem considerar o problema do trabalho doméstico e de cuidado, aspecto que será aprofundado no capítulo 8.

3.1.1 O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho e a questão do impacto da vida familiar

Embora o receituário de Woolf (2004) não se limitasse ao trabalho remunerado, este vem sendo considerado a principal estratégia para se conquistar a autonomia feminina, não apenas por ser a principal forma de obter renda própria em nossa sociedade, como também por representar a inclusão das mulheres na esfera que tradicionalmente era vista como masculina, ajudando assim a romper com a segregação de papéis de gênero.

Bruschini (1994) mostra que o tema do trabalho foi a porta de entrada dos estudos sobre gênero na academia no Brasil, tanto porque o trabalho era um tema dominante na teoria sociológica, quanto porque o trabalho remunerado era visto como estratégia de emancipação das mulheres em relação à família, considerando que a condição de dona de casa excluída do mundo produtivo seria a razão da subordinação feminina.

O trabalho remunerado foi apontado, pelas diversas correntes feministas – radical, liberal e marxista –, como pré-condição da libertação feminina. Esta afirmação baseou-se no pressuposto de que a exclusão da mulher no mundo público e sua identificação com o mundo privado estavam na raiz da subordinação social, ideia que constitui um dos alicerces do movimento feminista. (SARTI, 1997, p. 153).

Um dos avanços mais marcantes da revolução na condição das mulheres no Brasil e boa parte do mundo nas últimas décadas é o crescimento do trabalho feminino, favorecido pela crescente escolarização das mulheres e caracterizado pela diversificação de seu perfil que

passa a incluir cada vez mais mulheres unidas e com filhos. A mudança no perfil das mulheres trabalhadoras, hoje frequentemente mais velhas, unidas e mães, atesta a transformação em curso na identidade feminina, que inclui um maior engajamento no trabalho ao longo de suas trajetórias de vida. “As trabalhadoras, que até o final dos anos setenta, em sua maioria, eram jovens, solteiras e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães a partir dos anos oitenta. Na década seguinte, a atividade feminina também aumenta, principalmente nas faixas etárias mais elevadas” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001, p. 163). Machado, Oliveira e Wajnman (2005) consideram que as causas do crescimento do trabalho feminino no Brasil, como no restante do mundo, abrangem fatores culturais, relativos às mudanças nas expectativas sociais e pessoais quanto ao papel feminino; econômicos, incluindo crises que incentivam o trabalho de mais membros da família; e demográficos, relacionados à redução da fecundidade e do tamanho da família³³¹. Lavinias (2011), por sua vez, comparando diferentes países, considera que dois fatores fundamentais para a promoção da autonomia feminina pelo trabalho remunerado foram a queda da fecundidade e a rápida elevação da escolaridade das mulheres. Ademais, nota que outros dois fatores relevantes foram a expansão do trabalho em tempo parcial e as oportunidades de emprego no setor público (em especial, porque o acesso por concurso minimiza os efeitos da discriminação), os quais favoreceram a conciliação do trabalho remunerado com o trabalho doméstico e de cuidado³³².

Segundo Bruschini, Lombardi e Unbehaum (2006), a expansão da escolaridade é um dos fatores com maior impacto no trabalho feminino, permitindo ampliar e também diversificar a presença das mulheres no mercado de trabalho. Ainda que seja favorecido pelo aumento da escolaridade feminina, o maior engajamento no trabalho abrange todas as classes. Nota-se, pelo gráfico 1, que em 1976 o maior percentual de trabalho feminino³³³ era

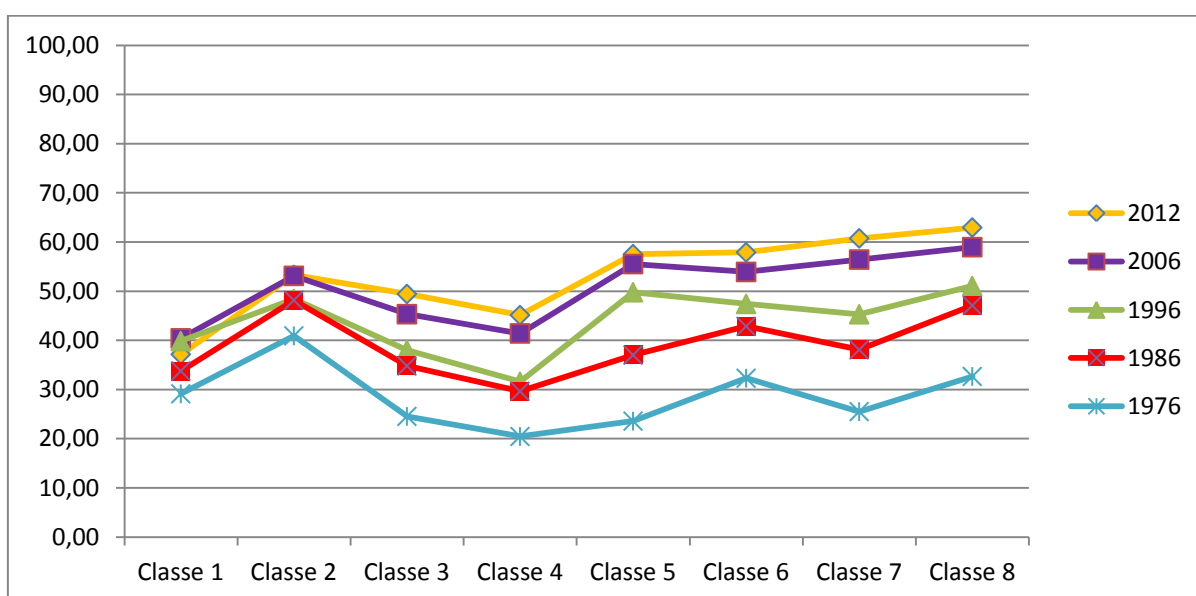
³³¹ Segundo as autoras, o que há de específico no Brasil, e em outros países em desenvolvimento, é a oferta abundante e barata de trabalho doméstico remunerado para substituir as mulheres em casa e liberá-las para o mercado.

³³² “Pode-se, assim, afirmar que o efeito conjugado da progressão do assalariamento, sobretudo o emprego assalariado na sua forma mais precarizada (tempo parcial), juntamente com o aumento constante do nível médio de formação escolar das mulheres são os fatores que mais contribuíram para a feminização do mercado de trabalho. Não por acaso, a taxa de participação é uma das poucas variáveis de emprego onde a paridade entre os sexos tende a ocorrer, pois considera apenas o nível da ocupação e não a qualidade do emprego.” (LAVINAS, 2011, p. 71).

³³³ A visibilidade dos trabalhos femininos no Brasil foi em parte resultado de um diálogo de longa data entre academia, feministas e órgãos de pesquisa, dentre os quais, o IBGE. Um exemplo, como mostra Bruschini (1998), foi a participação do IBGE, OIT e CEPAL de um seminário realizado em 1978 no IUPERJ com o fim de discutir a visibilidade do trabalho feminino e buscar melhor captar as atividades femininas. Estes e outros debates refletiram-se nas mudanças na forma de captação de dados do IBGE, que ampliou o conceito de População Economicamente Ativa (PEA), atendendo também a recomendações da OIT. Todavia, uma implicação que precisa ser vista com cuidado é que a ampliação do conceito de PEA pode levar a um aumento espúrio do trabalho feminino desde as PNADs dos anos 1990, quando passou a incluir o trabalho na produção

encontrado na classe 2, a mais baixa urbana (41%), que era seguida pela classe 8 (33%). Em 1986, a participação feminina no mercado de trabalho dessas duas classes quase se iguala (48% na classe 2 e 47% na classe 8). Em 1996, a classe 8 já é aquela em que mais mulheres trabalham (52%), ficando as demais classes não manuais urbanas em patamares próximos ainda que um pouco inferiores. Em 2006 e 2012, essa tendência se consolida, pois os patamares maiores de emprego feminino são encontrados nas classes não manuais, seguidas da classe 2. Portanto, à proporção que se desenvolve um mercado de trabalho para as mulheres de classe média e alta, o que ocorre junto com a expansão da escolarização feminina, o trabalho feminino vai deixando de ser uma prática típica das classes baixas e vai se tornando cada vez mais uma experiência que cresce junto com a educação³³⁴.

Gráfico 1. Percentual de mulheres de 10 anos e mais que tinha ocupação na semana de referência por classe social familiar, 1976, 1986, 1996, 2006, 2012



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

para o próprio consumo e autoconstrução. Bruschini e Lombardi (1996) realçam que os efeitos da nova metodologia são mais contundentes para o trabalho feminino, sobretudo o rural. Diante deste impacto e para garantir a compatibilidade das definições e permitir a comparação, ao falar de participação feminina no mercado de trabalho considerou-se na presente análise as pessoas que estavam trabalhando na semana de referência ou que tinham trabalho do qual estavam temporariamente afastados por férias ou licença, desconsiderando o trabalho para o próprio consumo e autoconstrução. Considerou-se também, para fins de compatibilização, o trabalho não remunerado apenas se exercido por 15 ou mais horas semanais.

³³⁴ Não se deve supor, portanto, que o crescimento do trabalho nas classes baixas é recente, pois em 1976 a maior taxa de trabalho é na classe 2. Deve-se fazer uma ressalva também quanto a classe 1 que tem as menores frequências de trabalho feminino em parte porque o trabalho feminino no meio rural é menos contabilizado, devido às fronteiras mais tênues entre trabalho para o próprio consumo, doméstico ou produtivo.

O crescimento das ocupações femininas de classe média teve um impacto importante na legitimação do movimento das mulheres em direção à esfera pública. O fato da mulher trabalhar fora, antes aceito como “uma necessidade”, hoje perde o estigma e é ressignificado com sua crescente profissionalização. Como mostra Goldin (2004), as ocupações não manuais das mulheres mais escolarizadas ajudaram a “dignificar” o trabalho feminino.

Também no Brasil, tradicionalmente o trabalho das mulheres de classe baixa era visto como necessidade, a qual era percebida de forma negativa, como um rebaixamento social (MACEDO, 1979). O trabalho feminino passa a receber uma leitura emancipatória quando se difunde de baixo para cima na hierarquia social. Ardaillon intitulou “salário de liberdade” a obra onde analisa o peso da autonomia econômica nos projetos de emancipação de mulheres de estratos superiores. Nota-se uma inversão da reflexão habitual aplicada às classes baixas. O trabalho feminino nas classes altas é problematizado menos por sua contribuição à renda familiar e mais pela autonomia e individuação possibilitadas à mulher. Indaga Ardaillon: “A pergunta a fazer talvez não seja: “o que pode representar o salário de uma mulher na vida da família?”, e sim: “o que pode representar o salário de uma mulher no interior das relações de um casal?”, nesse delicado equilíbrio entre os sexos?” (1997, p. 56). Ardaillon observa que o ideal de profissionalização feminina também é uma construção tipicamente de classe média, na esteira de sua crescente escolarização, que consagra o ideal de realização profissional: “O modelo cultural de mulher moderna para a classe média é uma profissional eficiente e satisfeita, ‘realizada’, desenvolvendo uma atividade que lhe agrada, exteriorização do seu ‘eu’ mais autêntico” (ARDAILLON, 1997, p. 70).

O movimento das mulheres em direção ao trabalho remunerado é acompanhado em graus variáveis da rejeição da identidade de dona de casa ou, no mínimo, da crítica da dedicação exclusiva ao trabalho doméstico, o qual é diferenciado por classe social em suas representações e no conjunto de tarefas realizadas. Numa pesquisa exploratória, Prandi (1981) comparou mulheres de classe baixa, de classe média e da burguesia, constatando a rejeição do papel de dona de casa entre as mulheres das classes médias em geral e da geração de 20 a 30 anos da burguesia e do proletariado³³⁵. Constata que as mulheres de

³³⁵ Na geração que tinha 40 a 50 anos em 1980, o estatuto de dona de casa apenas pareceu valorizado pelas mulheres de classe baixa, que realçam sua importância para o bom funcionamento da vida familiar, e pelas mulheres da burguesia que realçam sua dimensão gerencial e a importância da socialização dos filhos. O autor chega a fazer um paralelo entre as mulheres de 40 a 50 anos de classe baixa que aceitam mais o trabalho doméstico que é rotineiro e manual como aquele dos homens de sua classe e as da burguesia que o percebem como um trabalho gerencial como o de seus maridos. Já entre as mulheres de 40 a 50 anos da classe média, a

classe média rechaçam o papel de dona de casa à medida que desenvolveram o modelo de “profissional”, mas as soluções encaminhadas não passaram pela transformação das desigualdades de gênero na vida doméstica. “Na prática, a rejeição significaria, na melhor das hipóteses, não assumir o papel, transferindo-o para outra mulher, preferencialmente para a empregada doméstica” (PRANDI, 1981, p. 114). Prandi nota que as mulheres de classe média e da burguesia então com de 20 a 30 anos rejeitavam o trabalho doméstico pela impossibilidade de permitir à mulher sua realização pessoal, ou seja, o tempo livre que as permitiria dedicar-se ao trabalho e outras atividades de cultura e lazer. Já as mulheres da classe baixa da mesma faixa etária viam o trabalho doméstico como uma atividade sem importância social, mas o aceitavam com um conformismo fatalista, especialmente em face das dificuldades da etapa de formação de família. Esta geração já expressava, não obstante, seu descontentamento e desejo de mudança: “ ‘a mulher tinha que trabalhar fora, como o homem, não sei explicar, mas só dona-de-casa não dá...’; ‘...ficar só em casa é ruim, é ruim depender dos outros’ ” (PRANDI, 1981, p. 119). Ainda que gerações mais velhas expressem maior aceitação, porque mais resignadas, o texto deixa entrever que o mal-estar diante da dedicação exclusiva ao papel de cuidar dos outros e da casa era generalizado nas gerações mais jovens.

A tensão entre responsabilidades domésticas e o anseio de autonomia das mulheres emerge de etnografias em diferentes estratos sociais, em especial as que analisaram mulheres que são mães, como visível nos depoimentos abaixo. O primeiro é de uma pesquisa sobre família operária (final dos anos 70) e o segundo é de uma pesquisa sobre os estratos altos (campo realizado em 1984-5).

Eu não trabalhava e aí tinha que pedi dinheiro pra ele (o marido). Aí ele ou não dava ou dava pouco. Sempre me perguntava: pra que? Eu detesto que me pergunte pra que eu quero dinheiro. Eu não peço dinheiro à toa. Que que é isso? Eu tava com as mão presa. E eu pensei: eu não sou aleijada, eu tenho mão pra trabalhá porque que eu vou ficá aqui nesse sufoco. Aí que resolvi pegá de novo as minhas lavação e voltei a trabalhá.

Se eu saio de casa pra trabalha fora quem faz as coisas aqui? Não é eu mesmo? E eu tenho que me dividi em quantas? Eu tenho que trabalhá o dia todo no emprego e tenho que trabalhá em casa prá não vê meus filhos í para aula todo sujo e ficá jogado aí de qualquer jeito. (FAUSTO NETO, 1982, p. 85)

... eu estou ganhando dinheiro, porque sem ganhar dinheiro não dá, porque pra eu pedir meu dinheiro pra alguém, não posso, né, não dá certo pra mim, eu não consigo mais... o equilíbrio da minha personalidade depende disso, quer dizer a forma como

fronteira entre aceitação resignada e a rejeição é atravessada, o que é visível em lamentações que realçam que o trabalho de dona de casa seria um papel associado à subordinação feminina.

eu me relaciono com ELE [marido] e que é, vamos dizer assim, a base da vida familiar, tem na raiz isso: eu sou uma pessoa independente, livre, e não dependo dele. A gente depende, nós somos interdependentes e tal, porque temos que respeitar os filhos e tal, se gostar, mas dinheiro, não. Não pode ter essa confusão... (ELA, administradora de empresas, duas crianças).

... Quer dizer, a mãe pode não acordar à noite por causa de uma cólica do filho porque está cansada, porque trabalhou o dia inteirinho. Pode a babá ou pode o marido levantar. E não é por isso que ela é uma má mãe, né. Ela pode ser uma boa mãe. Ela tem o direito de tar cansada. Isso eu vejo realmente em todas as profissões. Porque eu atendo aqui um monte de mulheres com profissões diferentes. E aí, elas se babam, ficam todas felizes quando eu conto para elas o que eu também faço. “Ah, então você também é assim?” Então aí, eu acho que tem uma identidade muito grande e eu tenho uma relação muito boa com elas nesse sentido, e eu acho que cresci muito como profissional depois que eu tive meu filho. Acho que hoje eu sou uma melhor médica do que eu era antes, da mesma forma, pra entender essa coisa da cabeça, como fica uma loucura, né. [médica, um filho] (ARDAILLON, 1997, p. 67-8, 135)

Não obstante varie o grau de articulação do discurso quanto ao anseio de emancipação e às dificuldades de conciliação entre as responsabilidades familiares e de trabalho, as mulheres de classe baixa também cultivam o valor de ter uma renda própria de trabalho para ganhar independência em face do marido. O elemento estrutural comum é que ambos os depoimentos mostram mulheres unidas que trabalham, que manifestam que não querem depender dos maridos e experimentam sobrecarga pela conciliação do trabalho com as responsabilidades domésticas.

Se a mulher de classe baixa fala do “sufoco” de depender de alguém, a de classe alta fala da “loucura” que é simultaneamente trabalhar e cuidar de crianças pequenas³³⁶. A mãe médica reconhece o “direito” ao cansaço físico e conta que compartilha com suas pacientes o questionamento do desgaste e as formas de driblar as expectativas em torno de um modelo ideal de mãe. No seu intento de inventar outras formas de ser mãe e dividir as responsabilidades, nota-se que ela tem babá a noite em casa e inclusive a babá é citada antes do marido, dentre os possíveis substitutos para levantar e atender a criança em seu lugar³³⁷. O contraste entre os dois depoimentos sugere que questões como a construção da autonomia

³³⁶ Ardaillon considera que é a presença de uma criança pequena que acelera e adensa o cotidiano (1997, p. 93), deixando mais evidentes os dilemas das desigualdades de gênero.

³³⁷ No entanto, a pergunta “se é uma má mãe” vem com a partícula né (não é) de dúvida, e diz que “pode ser” uma boa mãe, sugerindo que os ideais maternos ainda lhe pesam. Se a mulher de classe alta reconhece o direito da mulher estar cansada e que outros cuidem, a de classe baixa tem que assumir o trabalho de casa mesmo cansada para que os filhos sejam cuidados. Como a mulher de classe baixa diz que parou e voltou a trabalhar, supõe-se filhos maiores, tanto que frequentam escola, deixando entrever a questão da intermitência do trabalho remunerado, com a saída provável quando têm filhos pequenos. As mulheres dos estratos superiores, ambas com curso superior e exercendo profissões liberais, têm mais condições de questionar seus papéis e mais recursos para mobilizar, tal como o marido e a babá com quem dividir atribuições de cuidado, e um discurso mais articulado sobre o sentido de sua independência e a crítica aos ideais maternos. Mas a lavadeira igualmente tem mão e coragem para trabalhar, “não sou aleijada”, diz, sobre sua reação contra o sentimento de estar “com as mãos presas”, quando antes não podia decidir gastos e o controle financeiro do marido a sufocava.

feminina através do trabalho remunerado e dificuldades de “conciliação” entre trabalho e família possuem mais semelhanças do que diferenças entre classes.

As explicações do crescimento do trabalho feminino frequentemente oscilaram entre causalidades macroeconômicas e variáveis familiares, sendo, neste último caso, comum a afirmação de que o ciclo de vida, inexpressivo para explicar a participação masculina no trabalho seria essencial para compreender a participação feminina (através de variáveis como idade, situação conjugal, número e idade dos filhos) (CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 225)³³⁸. A relação entre vida familiar e presença feminina no mercado de trabalho é aqui abordada para verificar se tal relação continua relevante a despeito de, como demonstrado, o trabalho feminino ter se consolidado como uma tendência estrutural que abrange todas as classes.

Na tabela 1, apresentam-se os resultados de regressões logísticas usadas para avaliar o efeito de variáveis de família sobre o trabalho feminino, controladas as variáveis relacionadas ao mercado de trabalho³³⁹. Considerando-se as características individuais das mulheres de idade e escolaridade, nota-se que o efeito da escolaridade decresce entre 1976 e 1996 (cada ano de estudo representava, em 1976, 22% a mais de chance de estar trabalhando comparado a 9% em 1996), mas recupera um pouco sua importância em 2006 e 2012 (13% a mais de chance). Pode-se considerar que, controlados outros fatores, a educação perde peso em determinar a participação das mulheres no mercado de trabalho, indicando que o trabalho feminino torna-se mais e mais um valor que se generaliza, independente do grau de escolaridade, embora evidentemente a educação o favoreça. No caso da idade, nota-se que o engajamento profissional tende a ser maior entre os 30 e 49 anos, decaindo a participação nas idades mais jovens, o que está relacionado à tendência de maiores investimentos educacionais e dificuldades na transição para a vida adulta. Não se referem, todavia, a efeitos da idade reprodutiva ou de formação de família, visto que as características familiares foram controladas, pois o foco da análise é justamente o número de filhos presentes no domicílio³⁴⁰, a presença de cônjuges e de parentes.

³³⁸ Inicialmente supôs-se que as esferas de produção e reprodução eram subordinada uma à outra, seja porque a participação das mulheres na produção determinaria sua vida familiar, seja no sentido inverso, mais analisado no Brasil. O enfoque da articulação entre esferas buscou recusar prioridades, integrando as duas dimensões de influência, assim como as sociologias do trabalho e da família (CASTRO; LAVINAS, 1992).

³³⁹ As variáveis de região e áreas rural, urbana e metropolitana foram utilizadas como controle de diferenças no mercado de trabalho, assim como cor foi considerada para controlar a possível discriminação racial no mercado de trabalho. Uma vez que essas variáveis não são o foco da análise, optou-se por não apresentá-las na tabela.

³⁴⁰ São comuns pesquisas que consideram o número de filhos tidos, optou-se aqui por avaliar o impacto apenas de filhos presentes nos domicílios, excluindo filhos que se autonomizaram ou que por outra razão já não dependem diariamente das mães. Para preparar a base de dados para especificar a informação dos filhos residentes foi preciso excluir da análise as famílias secundárias. Outro ponto importante nos investimentos de

A presença de parentes tinha um efeito positivo de aumentar a participação feminina no mercado de trabalho até 1996, mas esse efeito tende a decrescer, pois as mulheres que, em 1976, tinham 43% a mais de chance de trabalhar se tivessem pelo menos um parente em casa, passam a ter 31% a mais de chance em 1986 e 25% a mais em 1996. Esse efeito deixa de ser significativo em 2006, sugerindo que, seja pelo crescimento da oferta de equipamentos domésticos e serviços de cuidado infantil, seja pela menor fecundidade, ter um parente em casa já não é necessário para que a mulher trabalhe³⁴¹. A presença de um marido³⁴², ao contrário, tem efeito negativo sobre o trabalho feminino, indicando que o fato de haver outro provedor dá mais flexibilidade às famílias para que o trabalho feminino seja uma opção, diferentemente das mulheres chefes de famílias monoparentais que se veem mais obrigadas a serem provedoras. Não obstante, esse efeito é decrescente, realçando que as mulheres unidas tornam-se cada vez mais parecidas com as mulheres chefes no engajamento profissional. Se, em 1976, uma mulher unida tinha 26% das chances de uma mulher chefe de trabalhar, esse valor passa a 31% em 1986, 48% em 1996, alcançando 65% em 2006 e 2012. Ou seja, nesta data as mulheres unidas tinham 35% a menos de chance de estar trabalhando comparada às mulheres chefes.

Em relação ao efeito da redução da fecundidade, nota-se que as mulheres que não têm filhos ou têm apenas um filho têm chances de estar trabalhando significativamente maiores que aquelas que tem cinco ou mais filhos. Em 1976, as mulheres sem filhos tinham quase o dobro de chance e as com apenas um filho 25% a mais de chance. Em 1996, estes efeitos são de 73% e 16% a mais de chance respectivamente e em 2006, de 63 e 30% a mais de chance. Em 1986, nota-se o efeito apenas da ausência de filho, que aumenta a chance de trabalhar em 43%³⁴³. Em 2006, num contexto de fecundidade de reposição, faz-se notar mais claramente o efeito progressivo da redução da fecundidade nas chances da mulher trabalhar, ter quatro ao invés de cinco ou mais filhos aumenta em 11% a chance da mulher trabalhar,

cuidado materno é a idade dos filhos, abordada nos gráficos seguintes, para que não fosse necessário restringir a regressão apenas às mulheres que eram mães.

³⁴¹ É comum que etnografias registrem que a presença de parentes, sobretudo a avó, nos domicílios estava associado ao fato da mãe trabalhar fora. Ver, por exemplo, Fausto Neto (1982, p. 52). O fato de que a presença de parentes muda de efeito deve levar a examinar a hipótese de que estes sejam hoje menos pessoas que ajudam a cuidar e mais pessoas dependentes de quem cuidar.

³⁴² Foi criada uma variável com a informação sobre a presença efetiva de cônjuge no domicílio, visto que a variável sobre condição no domicílio não fornece essa informação, uma vez que a mulher pode figurar como pessoa de referência e ser unida.

³⁴³ Há em 1986 também um efeito negativo (entre 13 e 17% a menos de chance) das fecundidades intermediárias, para o que não se descarta a possibilidade de que num contexto de fecundidade em declínio, as mulheres com cinco ou mais filhos já tivessem filhos adultos, o que favoreceria o seu trabalho, ademais do contexto de crise econômica em que uma mãe com muitos filhos necessitaria de maneira mais intensa de trabalhar.

controlados todos os outros fatores, com três filhos tem-se 16% a mais de chance e com dois 17% a mais de chance, apenas um filho aumenta em 30% e não ter filhos eleva a chance da mulher trabalhar em 63%. Os valores para 2012 são semelhantes, deixando no entanto de fazer diferença ter 4 ou 5 filhos e mais, pois só os níveis mais baixos de fecundidade passam a contar.

Tabela 1. Chances de trabalhar, mulheres chefes ou cônjuges da família principal, 1976 a 2012

	1976		1986		1996		2006		2012	
	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)
Idade - 50 a 54 anos	,000		,000		,000		,000		,000	
15 a 19 anos	,000	,244	,000	,438	,000	,387	,000	,268	,000	,300
20 a 24 anos	,002	,687	,000	,728	,000	,732	,000	,563	,000	,663
25 a 29 anos	,401	1,097	,143	1,070	,039	1,080	,001	,902	,706	,987
30 a 34 anos	,000	1,528	,000	1,641	,000	1,440	,000	1,278	,000	1,299
35 a 39 anos	,000	1,861	,000	2,042	,000	1,731	,000	1,502	,000	1,643
40 a 44 anos	,000	2,048	,000	2,099	,000	1,807	,000	1,544	,000	1,587
45 a 49 anos	,008	1,354	,000	1,501	,000	1,459	,000	1,357	,000	1,396
Anos de estudo	,000	1,226	,000	1,183	,000	1,090	,000	1,132	,000	1,126
Percentil de renda - 100	,000		,000		,000		,000		,000	
Percentil 10	,000	8,942	,000	5,308	,000	2,236	,000	2,997	,000	2,366
Percentil 20	,000	3,501	,000	2,506	,000	1,412	,000	1,780	,000	1,339
Percentil 30	,000	3,191	,000	2,679	,000	1,400	,000	1,559	,000	1,296
Percentil 40	,000	2,396	,000	2,467	,000	1,323	,000	1,756	,000	1,323
Percentil 50	,000	2,538	,000	2,323	,000	1,325	,000	1,575	,000	1,410
Percentil 60	,000	2,270	,000	2,166	,000	1,396	,000	1,564	,000	1,454
Percentil 70	,000	1,843	,000	1,839	,001	1,154	,000	1,453	,000	1,330
Percentil 80	,000	1,702	,000	1,607	,003	1,119	,000	1,411	,000	1,425
Percentil 90	,002	1,399	,000	1,377	,541	,976	,000	1,176	,000	1,218
Presença de parente(s)	,000	1,426	,000	1,308	,000	1,107	,537	1,016	,034	,948
Presença de cônjuge	,000	,261	,000	,313	,000	,456	,000	,638	,000	,639
Número de filhos - 5 ou +	,000		,000		,000		,000		,000	
Sem filhos	,000	1,941	,000	1,438	,000	1,729	,000	1,627	,000	1,619
1 filho	,013	1,245	,369	,965	,000	1,162	,000	1,303	,000	1,290
2 filhos	,112	1,141	,000	,871	,070	1,072	,001	1,167	,023	1,162
3 filhos	,226	1,112	,000	,830	,596	1,021	,002	1,164	,121	1,112
4 filhos	,285	1,105	,032	,910	,913	1,005	,068	1,110	,616	,961
Constante	,000	,080	,000	,174	,000	,656	,000	,439	,000	,298
Nagelkerke R Square		0,256		0,223		0,108		0,132		0,141
Poder preditivo		81,2%		71,0%		62,6%		63,9%		65,4%

Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

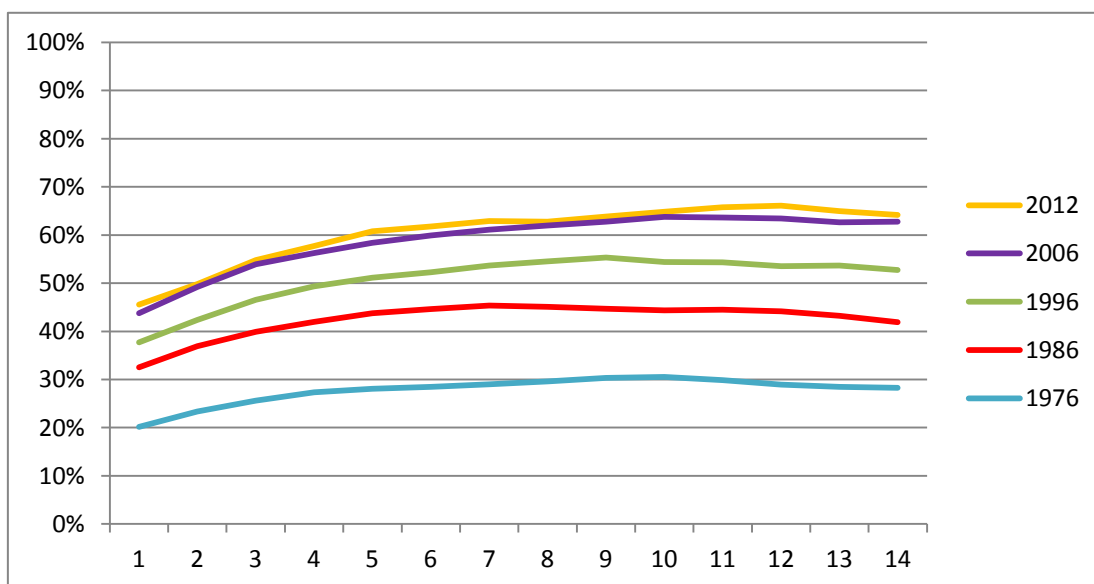
O percentil de renda familiar excluída a renda da própria mulher expressa, por sua vez, o peso das necessidades econômicas na presença feminina no mercado de trabalho. O que se pode esperar é que, à medida que o trabalho feminino se torne uma norma social, perde peso a necessidade econômica, e se difunde esse comportamento não porque as famílias precisem do trabalho feminino, mas porque as mulheres querem trabalhar. Nota-se que, comparados aos percentis mais altos, quanto menor o percentil de renda familiar exclusive a

renda feminina, maiores as chances de que a mulher trabalhe, controlados os demais fatores. Este efeito, no entanto, reduz-se ao longo do tempo, passando de oito vezes mais de chance no percentil 1 em 1976 para 2 vezes entre 1996 e 2012, o que demonstra que o trabalho feminino tende a se generalizar independentemente da necessidade econômica.

Deve-se notar que a importância do trabalho feminino vai além de sua contribuição para a renda feminina ou familiar, pois inclui a relação entre trabalho feminino e mudanças no comportamento familiar – num círculo virtuoso, em que a mulher estuda mais, une-se ou tem filhos mais tarde e tem menos filhos, e, por isso, pode estar mais livre para trabalhar.

Apesar da redução do impacto de fatores familiares eles permanecem importantes e registra-se especial ênfase quanto à presença de filhos pequenos. Como não foi possível detalhar a idade dos filhos na regressão, o que limitaria o universo de análise às mulheres que são mães, trata-se dessa questão em separado. Quando se considera o trabalho feminino conforme a idade do filho mais novo (gráfico 2), nota-se que esta participação é maior à proporção que as crianças crescem, mas observa-se um crescimento regular em todo o intervalo, ainda que muito mais intenso entre 1976 e 86.

Gráfico 2 - Trabalho feminino pela idade do filho mais novo³⁴⁴, 1976 a 2012



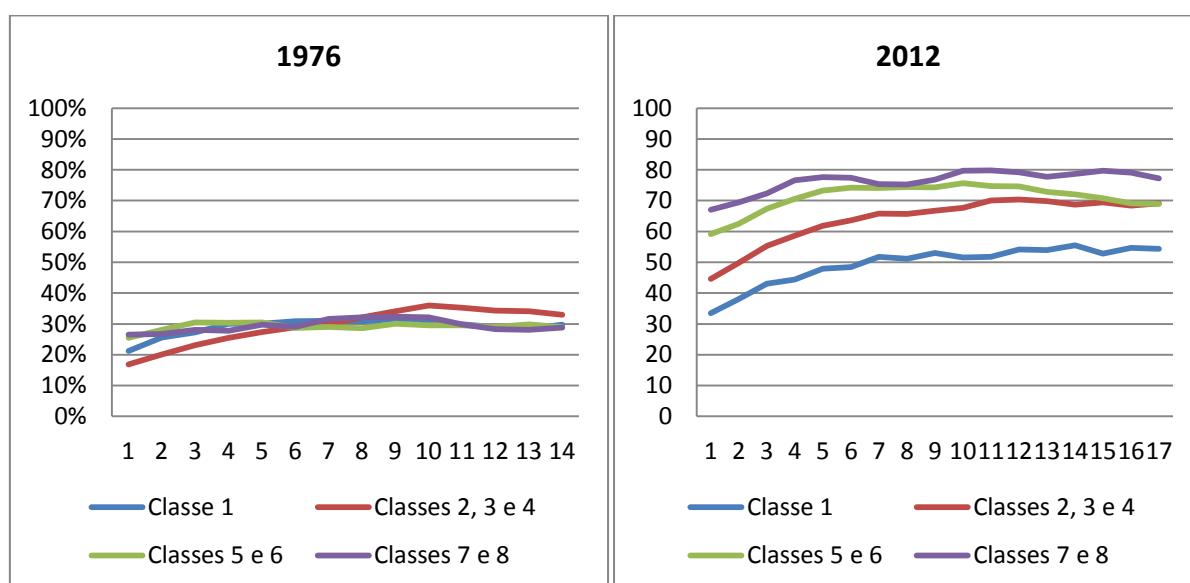
Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

³⁴⁴ Consideraram-se mulheres que tinham como condição na família serem chefes ou cônjuges com filhos no domicílio, inclui famílias principais e apenas a primeira família secundária, também não inclui empregadas domésticas residentes.

Quando se analisam os diferenciais por classe familiar na participação de mulheres com filhos no mercado de trabalho segundo a idade do filho mais novo (gráfico 3), nota-se que em 1976 a participação das mães de crianças pequenas no mercado de trabalho era baixa em todas as classes, oscilando entre 14 e 30%, realçando-se o fato de que as classes baixas urbanas (2, 3 e 4) apresentavam menor frequência de trabalho que as demais classes quando tinham filhos de 0 a 4 anos e maiores frequências depois que seus filhos atingiam 10 anos. O impacto diferenciado da maternidade já se fazia notar no menor percentual de mães das classes baixas que trabalhavam no primeiro ano de vida de seus filhos (17% na classe 1; 14% nas classes 2, 3 e 4; 23% nas classes 5 e 6; e 25% nas classes 7 e 8). Em 2012, estes valores se elevam em todas as classes (passando para 26%, 39%, 56% e 67%, respectivamente), mas os diferenciais entre as classes aumentam, evidenciando aguçadas desigualdades entre mães de diferentes classes nas possibilidades de conciliação entre vida familiar e laboral.

Se em 1976, as diferenças entre classes atingiam no máximo 5 pontos percentuais, em 2012 atingem entre 22 e 33 pontos, dependendo da idade do filho mais novo. Como os diferenciais de participação no mercado de trabalho são maiores entre as mães do que entre as mulheres em geral, percebe-se que a maternidade agrava as desigualdades nas oportunidades de trabalho femininas.

Gráfico 3. Diferenciais por classe na participação de mulheres com filhos no mercado de trabalho segundo a idade do filho mais novo, 1976 e 2012



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

Tais diferenciais sugerem que as alternativas de conciliação entre trabalho e família são muito desiguais. Tem-se, por um lado, a insuficiência das alternativas não familiares de educação e cuidado infantil, de outro, os limites das mudanças nas percepções e práticas familiares que se tornam mais evidentes diante da presença de filhos pequenos.

Analisando o sentido do trabalho remunerado para a vida das mulheres e sua concorrência com os projetos familiares, Araújo e Scalon (2006) mostram que a conciliação do trabalho pago com a vida familiar continua sendo vista como problemática, para homens e mulheres pesquisados, mas sobretudo os primeiros, quando há filhos pequenos. É alarmante o fato de que 72% dos homens e 75% das mulheres acham que a mulher deve trabalhar tempo parcial ou deixar de trabalhar quando têm filhos pequenos (as mulheres opinam mais pela opção de trabalho parcial enquanto os homens opinam mais pela interrupção do trabalho), levando à conclusão de que “a construção de uma outra identidade feminina ainda parece estar condicionada a esse lugar materno” (2006, p. 49)³⁴⁵.

Lavinias questiona, no caso brasileiro, quais são as opções profissionais ao alcance das mulheres, destacando o abandono de escolhas *first best* por uma inserção *second best* que favoreça a conciliação entre carreira e família (LAVINAS, 2011, p. 66)³⁴⁶.

[...] uma tendência parece inexorável nos próximos anos: a atividade das mulheres pode vir a depender fortemente da recusa da maternidade ou da política do filho único e isso seria particularmente verdadeiro no caso das mulheres que querem fazer uma escolha *first best* no que tange a sua carreira profissional e uma vida produtiva que atenda às suas expectativas e aos investimentos realizados numa formação de qualidade. (LAVINAS, 2011, p. 77)

Além da expectativa de que o crescimento do trabalho feminino dependa da recusa da maternidade, Lavinias aponta a tendência de aumento da polarização entre as mulheres:

A polarização entre escolhas *first best x second best* tende a dividir as mulheres — dois modelos de relações de gênero estarão, então, em disputa — e o risco é que

³⁴⁵ Araújo e Scalon (2006) argumentam que as mudanças na condição feminina estão relacionadas a imperativos estruturais (como a centralidade crescente do mercado na vida social) e não apenas internos às famílias. Neste sentido, as dinâmicas globais, com impactos variáveis mediados que são pelas culturas nacionais, incidem sobre as chances de vida das mulheres de forma particular devido ao fato de que “o doméstico” permanece como o principal elemento de mediação da vida das mulheres, mesmo que isso ocorra de forma involuntária” (2006, p. 47).

³⁴⁶ Thévenon (2009b) observa, em diferentes países europeus, que são persistentes as diferenças nos regimes de participação feminina na força de trabalho na Europa e sugere que as decisões de ter filhos dependem da percepção da possibilidade de conciliação com o trabalho. “It is not easy to interpret these trends, however. On the one hand, the specific increase in labour force participation of mothers appears to reflect more favourable conditions for reconciling work and family life. On the other hand, the sharp increase in the number of women without children and the smaller number of children per mother [...] may signify a greater selection of women in employment (on the part of women as well as employers). Only women able to reconcile their working lives with the presence of children are in a position to decide to have a child, or to not postpone conception.” (THÉVENON, 2009, p. 253)

dinâmicas e opções individuais, apoiadas em argumentações subjetivas, acabem prevalecendo sobre rupturas geracionais, massivas, cujo efeito foi avassalador na projeção exitosa e singular do protagonismo feminino nos últimos 40 anos. O mercado de trabalho é a arena onde o jogo vai acontecer. As perspectivas sugerem que ante tais escolhas de Sofia aumentem as desigualdades de oportunidades entre mulheres. (LAVINAS, 2011, p. 78).

As desigualdades experimentadas pelas mulheres no mercado de trabalho estão associadas não apenas a suas maiores responsabilidades familiares, mas também à persistência de estereótipos de gênero sobre o engajamento profissional feminino. A visão idealizada de um “trabalhador normal” que não tem uma vida pessoal para cuidar e que tem disponibilidade total para o trabalho apoia-se na ideia de que há uma mulher no âmbito doméstico para as tarefas de cuidado, classificadas assim como “trabalhadoras anômalas” (ABRAMO; TODARO, 2008). A reprodução e as responsabilidades familiares são frequentemente usadas como justificativas para as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Abramo e Todaro demonstraram, todavia, que a visão do senso comum de que os menores salários das mulheres se justificariam pela necessidade das empresas compensarem os maiores custos do trabalho feminino é um engano já que não são os empregadores que sustentam os custos da reprodução, sendo mais comum³⁴⁷ que o salário maternidade seja custeado pelo Estado ou o sistema de previdência social.

Quanto às perspectivas futuras da igualdade de gênero no mercado de trabalho, Lavinias (2011) destaca que a igualdade na participação de homens e mulheres no mercado de trabalho não parece vir a ser alcançada, e o papel do Estado como empregador ou como apoiador da participação feminina se reduz com a redução de suas funções sociais³⁴⁸.

Diversas medidas contabilizam as desigualdades experimentadas pelas trabalhadoras mulheres, comparadas aos homens, no mercado de trabalho. A segregação ocupacional é usualmente medida através do índice de dissimilaridade, que é a proporção de mulheres ou homens que deveriam trocar de ocupação para que não existissem diferenças nas

³⁴⁷ As autoras analisam Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai.

³⁴⁸ “[...] as chances de vermos as mulheres — porque igualmente ou mais diplomadas —, substituindo os homens no mercado de trabalho em ritmo sustentado parece improvável: elas certamente não vão, num futuro próximo, ocupar 60% dos empregos contra os 40% atuais, invertendo as taxas de participação com o chamado sexo forte. O modelo sugere que a vantagem de serem mais escolarizadas que os homens vai perder intensidade como fator de estímulo à entrada das mulheres no mercado de trabalho, senão nos setores ainda pouco investidos por elas (transportes, construção civil, engenharia) e onde o déficit de mixidade é aviltante. Portanto, mais do que nunca é indispensável incentivar a mixidade nas áreas de C & T, TIC, engenharia, etc. Por fim, há que se reconhecer que uma das portas de entrada das mulheres no mercado de trabalho, em igualdade de condições, inclusive por meio de concursos *blind*, fecha-se com a redução do Estado e das suas funções sociais. Essa grande avenida parece estreitar-se a cada dia, com os cortes no gasto público e alterações no seu perfil e estrutura. Se o Estado do Bem-estar ofereceu às mulheres possibilidades de desmercantilizar ao menos uma parcela de suas atribuições na divisão social e sexual do trabalho, ao mesmo tempo em que mercantilizava sua força de trabalho, as perspectivas futuras mostram-se tímidas diante dos avanços do passado.” (LAVINAS, 2011, 77-78).

distribuições ocupacionais de homens e mulheres (ou seja, se a razão de sexo de cada ocupação fosse igual à razão de sexo da população ocupada). Machado, Oliveira e Wajnman (2005) encontraram que o índice de dissimilaridade vem diminuindo desde a década de 1980, mas continua alto, pois, pelos cálculos das autoras, em 2003, metade da força de trabalho brasileira teria que mudar de ocupação para que a distribuição ocupacional fosse equitativa. A hipótese mais otimista seria que a crescente escolaridade feminina ajudaria a reduzir as desigualdades no mercado de trabalho (MACHADO; OLIVEIRA; WAJNMAN, 2005, p. 45). Assim, seria esperada a queda da segregação como resultado de uma maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho, na medida em que elas se tornam mais qualificadas e mais capazes de competir por posições mais diversificadas.

Ainda que declinante, a segregação continua a reduzir as oportunidades femininas. Ao restringir seu leque de escolhas, favorece outros tipos de desigualdades.

A segregação por sexo envolve também um maior leque de ocupações para os homens e a concentração de mulheres naquelas que tendem a ser de pior qualidade, o que pode significar piores salários, menor proteção da legislação trabalhista e previdenciária e menos perspectivas de mobilidade ascendente nas carreiras. Segregar os sexos contribui para menores remunerações e menos poder social para as mulheres - no trabalho, em suas famílias e na sociedade; e as consequências destas diferenças repercutem em toda a sociedade (MACHADO; OLIVEIRA; WAJNMAN, 2005, p. 33).

A segregação ocupacional resulta de diferentes fatores, incluindo tanto a forma como o mercado de trabalho recruta quanto o imaginário de gênero que afeta as escolhas profissionais³⁴⁹. Bruschini e Lombardi (2001) notam que, uma vez que a “sexualização das ocupações” começa já nos bancos escolares, rupturas nos guetos na escolarização ajudam a que também se reduza a segregação no trabalho. Ademais, para estas autoras, o fato de que a escolaridade, que aumenta para ambos os sexos, cresça mais na PEA feminina vem favorecendo a entrada das mulheres em empregos, privado e públicos, mais protegidos. Machado, Oliveira e Wajnman (2005, p. 52) constataram, no entanto, que as mulheres estão mais frequentemente em situações de inconsistência de status, tais como ter nível superior e se encontrar em ocupações que não exigem esse nível de escolaridade, o que sugere um não aproveitamento da qualificação que as mulheres vêm alcançando. Argumenta-se também que

³⁴⁹ Esse último tema é mais estudado para a segregação nos estratos superiores, que em geral é antecipada pela segregação de gênero nos cursos universitários. Não obstante a expansão das universidades públicas e privadas tenham ido ao encontro dos anseios femininos por um projeto de vida profissional, as mulheres continuam direcionando-se mais para áreas de conhecimento tradicionalmente femininas, ainda que também se amplie sua presença em outros campos e em redutos masculinos (BELTRÃO; TEIXEIRA, 2005).

as mulheres se encontram com mais frequência em ocupações precárias, definidas por Lavinas (1997) como aquelas que recebem menos de um salário feminino por 40 horas ou mais de trabalho.

As mulheres também possuem menores chances de estar em posições de autoridade no trabalho. Bruschini e Puppini (2004) mostraram que, em 2000, as mulheres ocupavam menos de um quarto dos cargos de diretoria e, quando ocupavam, predominavam os cargos em empresas comunitárias e sociais e “em áreas tradicionais femininas, como a social, a da cultura e a da saúde” (2004, p. 113). A segregação que acompanha as mulheres desde a escolha da carreira universitária e que, ao especializar as mulheres em determinadas áreas, também aumenta as chances femininas de ascensão profissional nelas, também está presente na administração pública, onde, apesar da presença de mulheres em cargos de direção ser maior (44%), estas tendem a ocupar diretorias que se concentram nos ministérios de missão social (BRUSCHINI; PUPPIN, 2004).

As desigualdades ocupacionais também impactam nos salários recebidos pelas mulheres. Não obstante, Sergei Soares mostrou a tendência de redução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro quanto aos rendimentos do trabalho. Ao investigar a discriminação racial e de gênero no Brasil, nota que as mulheres brancas recebem 79% do rendimento dos homens brancos, enquanto os percentuais são piores para homens negros (46%) e mulheres negras (40%). Considerando que a diferença de salário é resultado de processo divisível em três etapas – qualificação, inserção e rendimento –, Soares nota que a população negra está pior devido sobretudo a desigualdades cumulativas nos processos de formação e inserção, enquanto as mulheres sofrem mais na etapa de definição salarial. Observa ainda que a discriminação contra mulheres brancas tende a declinar, “se a taxa dos últimos 11 anos continuar, em 30 anos não haverá mais discriminação salarial contra mulheres brancas” (SOARES, S., 2000, p. 22), enquanto no caso dos negros o quadro é de estabilidade nas desigualdades.

Outra desigualdade experimentada pelas mulheres é quanto ao desemprego. Segundo Machado, Oliveira e Wajzman (2005) até o início dos anos 1990 não havia distinção entre as taxas de desemprego feminina e masculina, ambas oscilando entre 2 e 4%, mas a partir de 1992, a taxa feminina descola da masculina, atingindo 13% em 2003, contra 8% para os homens. São frequentemente apontados variados vínculos entre desemprego e responsabilidades familiares das mulheres. Existem as mulheres engajadas que são prejudicadas por reveses no mercado de trabalho, mas também mulheres cujo desemprego

decorre não da “reestruturação produtiva”, mas estão relacionados à velha “estrutura reprodutiva”.

Segnini (2003) mostra que a decisão de deixar de trabalhar tem dimensão familiar e não apenas pessoal, podendo a decisão ser tomada em conjunto com o marido considerando que o salário do homem é suficiente. Existem também situações em que as mulheres começam a trabalhar ou retomam o trabalho quando separam ou depois que os filhos crescem. Dentre as razões das mulheres deixarem de trabalhar está sua socialização para o papel de cuidadora, cuja repercussão varia “pelos níveis de renda familiar, pelas situações conjugais, econômicas e sociais, pela escolaridade e pela qualificação” (SEGNINI, 2003, p. 38). Mulheres pouco qualificadas simplesmente podem fazer o cálculo de que a remuneração paga não compensaria “os custos (financeiros e familiares) que arcavam por deixarem os filhos em casa com outras pessoas, mesmo que fossem da família. Portanto, a opção ‘por amor’ repousa sobre um substrato material que as inscreve em uma situação social precária” (SEGNINI, 2003, p. 38). Deixar de trabalhar para cuidar dos filhos também pode refletir uma desesperança diante das dificuldades no mercado de trabalho e na sua conciliação com a vida familiar³⁵⁰. Segundo a pesquisa sobre mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado (VENTURI; GODINHO, 2013), 70% das mulheres que nunca trabalharam e 66% das que deixaram de trabalhar alegam responsabilidades familiares.

Na visão de Aquilini e Costa (2003), se o direito ao emprego para o homem é evidente, para as mulheres é contingente, diante da ideologia de que as mulheres poderiam escolher entre trabalhar ou não. Logo, as mulheres possuem menor representação na população ativa e maior presença entre os desempregados, ainda que as fronteiras entre inatividade, ocupação e desemprego sejam mais tênues para as mulheres que para os homens. Se as mulheres desempregadas por desalento caem facilmente na categoria de “donas de casa”, para os homens não há essa ambiguidade, pois na falta de ocupação serão sempre desempregados. Embora o Brasil não possua políticas públicas que incitem a inatividade das mulheres que são mães – as autoras citam o exemplo do bônus para mães que interrompem o

³⁵⁰ Dilema visível neste depoimento: “Ou seja: em que medida deixar de trabalhar para cuidar de Tales [seu filho], mais do que cuidados, revela desesperança, em face de um trabalho de tão baixo rendimento (R\$ 30,00 por dia) e com tantas dificuldades cotidianas, como, por exemplo, o longo trajeto que tem de fazer para chegar à casa da patroa?” (SEGNINI, 2003, p. 36-37). O estatuto desta decisão é questionado diante da causalidade e da consequência material dos fatos “Efetivamente deixaram, por opção pessoal, o trabalho remunerado para se dedicarem à casa e aos filhos, ao trabalho doméstico? A decisão, mesmo que tomada ‘por amor’, como qualifica Kergoat, ‘nada muda à dura realidade dos fatos’” (SEGNINI, 2003, p. 38).

trabalho quando têm o segundo filho na França³⁵¹ – tampouco há medidas que favoreçam o engajamento profissional quando possuem filhos pequenos, sendo frequente, entre as razões apresentadas por mulheres para o fato de não trabalharem, a indicação de não ter com quem deixar as crianças. A valorização da identidade de dona de casa ou mãe acaba, assim, mascarando a situação de desemprego por desalento (AQUILINI; COSTA, 2003, p. 32).

A tensão entre responsabilidades profissionais e familiares é um dos aspectos que afeta não só o presente, mas também o futuro das mulheres. A aposentadoria das mulheres é afetada por suas condições de trabalho ao longo da vida que leva a menores benefícios ou a que parte das mulheres não tenha condições de se aposentar. Ao mostrar o efeito cumulativo das desigualdades experimentadas pelas mulheres no mercado de trabalho, em piores condições e por períodos mais intermitentes, Aquilini (2013) realça que, ao final da vida, é bem maior a chance de que elas não tenham condições de aposentar. Neste aspecto, as mulheres de classe baixa acumulam maiores desvantagens, encontrando-se em condições desfavoráveis à aposentadoria³⁵².

Uma vez que as desigualdades experimentadas pelas mulheres ao longo da vida laboral acumulam-se na forma de desvantagens na hora da aposentadoria, o tratamento diferenciado de homens e mulheres quanto aos benefícios da previdência social é considerado uma forma de compensação³⁵³. Wajnman, Marri e Turra (2008) consideram que os critérios distintos de elegibilidade por gênero (menor tempo de contribuição e menor idade mínima para aposentar para as mulheres) pretendem compensar parte das desigualdades no mercado de trabalho e a menor capacidade contributiva das mulheres ao longo da vida, pois é próprio

³⁵¹ Para um panorama de variadas políticas de restrição ou incentivo à fecundidade no mundo ver: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/bonus-bebe-e-filho-unico-sao-exemplos-de-controle-populacional.html>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

³⁵² “Claro que a divisão desigual das responsabilidades com os filhos e a casa entre os sexos não está resolvida, mesmo nas famílias mais favorecidas economicamente, mas a mulher com mais recursos financeiros consegue terceirizar uma parte dessas tarefas para poder compatibilizá-las com sua atividade remunerada. No entanto, é importante afirmar que essas responsabilidades agem fortemente como fator inibidor da presença das mulheres pobres no mercado de trabalho, impedindo-as de melhorar as suas condições atuais e de sua família, bem como acessar os direitos e benefícios sociais advindos do trabalho remunerado, quando formalizado, comprometendo seu futuro. Assim, no final de sua vida produtiva, essas mulheres podem não preencher os requisitos para a aposentadoria por tempo de serviço e/ou contribuição para a previdência social.[...] Para as mulheres mais pobres, a presença do Estado é vital, tanto para que elas possam exercer o direito ao acesso ao trabalho, como para reduzir as desigualdades de gênero dentro do lar, pois são as que possuem menos recursos para delegar a outros tanto os cuidados dos filhos como os afazeres domésticos, para conseguirem fazer parte da população economicamente ativa e contarem com legislação para garantir o acesso à aposentadoria quando dispõem do seu tempo cuidando dos filhos e da casa.” (AQUILINI, 2013, p. 9, 33).

³⁵³ Beltrão et al. (2002), por exemplo, notam que a faixa etária onde é maior a contribuição feminina é entre 25 e 29 anos, idade a partir da qual já se nota redução, a qual atribuem à trajetória laboral mais acidentada das mulheres em virtude das responsabilidades familiares; enquanto os homens atingem o ápice de sua contribuição entre os 30 e 39 anos.

da previdência social gerenciar transferências de grupos com maior capacidade contributiva para grupos com mais vulnerabilidade.

Melo e Oliveira (2008) destacam, no entanto, que os benefícios femininos são em média menores que os masculinos e em grande parte resultados de pensões para viúvas³⁵⁴. Realçam as desigualdades que as mulheres acumulam durante suas vidas produtivas (inclusive a dupla jornada), bem como seu trabalho reprodutivo que segue invisível, gerando, no passado, dribles à previdência social na forma de ocupações inventadas, até que fosse admitida a contribuição na condição de dona de casa. Restam, contudo, o desafio daquelas que não podem contribuir nem mesmo com o mínimo³⁵⁵, num contexto em que ainda é grande o contingente feminino fora do mercado de trabalho.

Melo e Oliveira notam que as compensações atuais são necessárias diante de um passado de desigualdades acumuladas, mas não em um contexto com maior engajamento feminino no mercado de trabalho e tendência de redução das desigualdades salariais. “Nesse mundo, no entanto, não tem lugar para a maternidade e as mulheres precisam driblar muito para conciliar suas tarefas como trabalhadora e a função materna” (2008, p. 25). Cenários mais otimistas exigiriam transformações intensas para se concretizar. Beltrão et al. (2002), por exemplo, vislumbram o fim da necessidade de compensações previdenciárias na hipótese de mudanças em direção a maior igualdade de gênero no mercado de trabalho e na família, inclusive com a extensão aos homens de licenças para cuidar de filhos, como ocorre em outros países³⁵⁶.

³⁵⁴ “Viver mais e ter um menor tempo de contribuição do que os homens e ainda assim receber os benefícios da Previdência Social só seria vantajoso para as mulheres, *se tudo o mais constante e os benefícios recebidos pelos sexos fossem idênticos, só nesta situação o sexo masculino subsidiaria a Previdência Social das mulheres*. Mas, como o benefício médio da mulher é inferior ao masculino, receber por mais tempo valores menores perpetua a situação de pobreza feminina. Podemos pensar se é melhor viver 11,19% a mais que os homens, com rendimentos inferiores em aproximadamente 31,03% ao que estes recebem” (MELO; OLIVEIRA, 2008, p. 21-22, grifos dos autores).

³⁵⁵ A dona de casa de baixa renda contribui com alíquota de 5% do salário mínimo. Conforme dados da Previdência social “A dona de casa de família de baixa renda tem direito aos seguintes benefícios da Previdência Social: aposentadoria por idade (mulher aos 60 anos e homem aos 65), aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade, pensão por morte e auxílio-reclusão.[...] A dona de casa que não é de baixa renda pode contribuir para a Previdência Social como facultativa. O valor da contribuição como segurada facultativa pode ser de 11% ou 20%. Se for 11% será sob um salário mínimo e terá direito a aposentadoria por idade. Se optar por recolher sob 20%, o salário de contribuição varia entre um salário mínimo e o teto máximo de recolhimento.” Disponível em: < <http://www.previdencia.gov.br/noticias/contribuicao-donas-de-casa-de-baixa-renda-devem-recolher-contribuicao-ate-terca-feira-15/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

³⁵⁶ “Em uma sociedade de direitos e oportunidades iguais no mercado de trabalho, é possível que o movimento relacionado à igualdade de tratamento, ao lado do trabalho doméstico compartilhado pelos gêneros, possa dispensar determinadas vantagens recebidas pelas mulheres no campo previdenciário como a possibilidade de se aposentar antes dos homens, tanto em idade como em tempo de serviço, como já acontece em determinados países no contexto mundial. Quanto aos direitos previdenciários garantidos às mulheres, em função de diferenças biológicas, como a licença-maternidade, existem propostas que vinculam sua extensão aos cônjuges, uma vez que, numa sociedade de trabalho doméstico compartilhado, muitas das tarefas associadas aos primeiros meses de

Se o abono de cinco anos concedido às mulheres na aposentadoria tem uma dimensão de ação afirmativa, expressando um contrapeso às desigualdades experimentadas no trabalho produtivo e “reprodutivo”, esta proteção tardia não prescinde evidentemente de medidas que combatam as desigualdades que geram a necessidade de tais compensações. Silva e Schwarzer (2002) realçam que o tempo dedicado aos cuidados familiares ou à educação dos filhos merece ser considerado, assim como formas de trabalho familiar não remuneradas, o que implica que a seguridade vá além do formato contributivo³⁵⁷.

Esta questão foi parcialmente encaminhada em 2011, com a regulamentação da aposentadoria para as donas de casa pobres que dedicaram suas vidas ao trabalho doméstico e ao cuidado de seus familiares³⁵⁸. Ainda que haja necessidade de uma pequena contribuição, é o começo do reconhecimento de que o trabalho doméstico e os cuidados têm valor para a sociedade. Não obstante, as mulheres pobres na condição de donas de casa e cuidadoras muitas vezes desconhecem a lei ou não tem recursos suficientes para pagar.

Melo, Soares e Soares (2006) consideraram o projeto de aposentadoria para as donas de casa um passo importante no reconhecimento do trabalho de reprodução da vida, realçando, todavia, que este é um dilema evidente para a visão feminista de emancipação pelo trabalho feminino.

O movimento feminista tem enorme dificuldade de tratar da problemática das donas-de-casa, embora tenha explicitado o cotidiano doméstico como um lugar onde começa o confinamento das mulheres. As donas-de-casa representam milhões de mulheres para as quais o reconhecimento dos direitos da cidadania não implicou mudanças nas suas vidas. O trabalho delas em casa permanece “sem valor”, por opção aceitaram o papel que a sociedade lhes reservou: afazeres domésticos, cuidados com os filhos, com os idosos e doentes. E o seu sustento cabe ao marido, que é o provedor da família. Na realidade, há muitas mulheres que nos últimos 20 anos foram para o mercado de trabalho e outras que permaneceram no antigo papel. Mas o que não se coloca é que todas têm um pé na tradição, e a inclusão no mundo

vida da criança devem ser divididas pelo casal, e não serem atribuições exclusivamente femininas” (BELTRÃO et al., 2002, p. 20).

³⁵⁷ Os autores recomendam quatro pautas para as políticas públicas, numa perspectiva de combate às desigualdades de classe e gênero, incluindo a questão de um piso mínimo que proteja da pobreza não apenas as mulheres, mas todos aqueles que não têm capacidade contributiva ao longo da vida. “Diante dessa trajetória feminina e dos valores menores das remunerações médias femininas em comparação às remunerações masculinas, cabe às políticas públicas implementar ações em quatro dimensões: 1) combate à discriminação às mulheres no mercado de trabalho; 2) preservação de elementos de discriminação positiva às mulheres nas fórmulas de cálculo dos benefícios contributivos, bem como de um piso de benefícios previdenciários; 3) manter uma rede de proteção previdenciária e assistencial de benefícios básicos, como a Aposentadoria Rural e os Benefícios de Prestação Continuada, que oferecem proteção social básica para amplos grupos populacionais que não têm capacidade contributiva suficiente ao longo de suas trajetórias laborais para se qualificarem para um benefício contributivo; e 4) manter uma regra de piso previdenciário que evite a pobreza entre os beneficiários.” (SILVA; SCWARZER, 2002, p. 51).

³⁵⁸ Mais informações disponíveis em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/10/08/pais-tem-mais-de-300-mil-donas-de-casa-de-baixa-renda-cadastradas-na-previdencia>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

do trabalho não as desobrigou das velhas tradições do papel feminino. Todavia, urge tratar das que permaneceram presas à tradição. São esposas, mães ou simplesmente agregadas nas casas de parentes como uma tia idosa, sempre caladas e sem direito de emitir opinião, é delas que este projeto trata. (MELO; SOARES; SOARES, 2006, p. 248-249)

As dificuldades de equilibrar sua presença no mercado de trabalho com o peso que ainda lhes recai prioritariamente do trabalho doméstico e de cuidado faz com que as mulheres acumulem desvantagens que afetam sua autonomia material em diferentes etapas da vida. Tais responsabilidades vêm sendo ao mesmo tempo apoiadas e reforçadas através de programas de transferência de renda, cuja contribuição e contradições no processo de autonomização feminina são abordadas a seguir, dentro do quadro mais amplo das possibilidades e limites na construção da autonomia econômica feminina no e para além do mercado.

3.1.2 Os desafios na construção da autonomia econômica para além do mercado de trabalho

Uma das bases centrais da autonomia feminina é o trabalho remunerado, mas o desafio da autonomia econômica vai além do mercado de trabalho. Seja porque a face doméstica do trabalho feminino é frequentemente invisibilizada e subestimada ou porque a participação no mercado de trabalho pode se realizar de forma não remunerada, o conceito de trabalho assume maior complexidade quando abordado no feminino³⁵⁹.

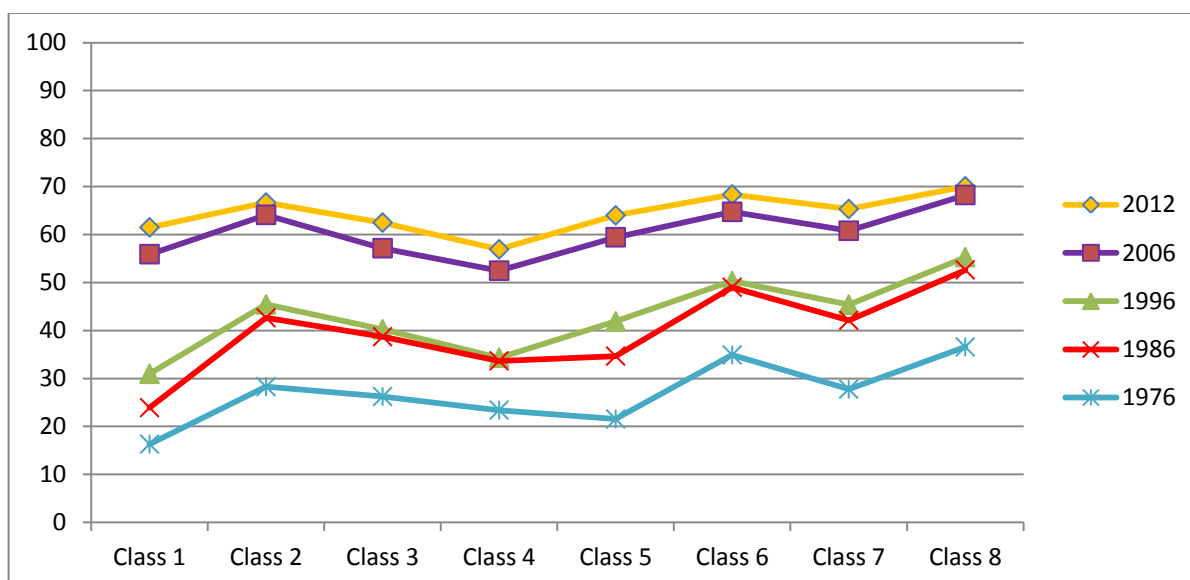
As mulheres podem se encontrar em diversas situações, como as que trabalham e têm renda, têm renda e não trabalham (aposentadoria, rentistas etc.), trabalham e não têm renda (trabalho não remunerado, sobretudo familiar) e não trabalham e não tem renda. Portanto, nem todo trabalho é fonte de renda e nem toda renda decorre do trabalho. Se fosse preciso escolher entre um e outro, a renda seria mais determinante para a autonomia feminina. Neste sentido, um dos indicadores empregados pela Cepal (2010) para mensurar a autonomia econômica das mulheres é justamente a presença de renda própria, pois sua ausência torna a mulher dependente de outras pessoas.

³⁵⁹ Aguiar (2012, p. 5) realça que o trabalho feminino é diversificado em suas formas e nos resultados em termos de autonomia econômica. “Diferentes padrões de participação na força de trabalho emergiram. Algumas procuraram realizar trabalho remunerado em casa, outras conseguiram trabalho fora de casa que pudessem articular com os afazeres domésticos, outras encontraram projetos desenhados para a geração de renda, especificamente endereçados às mulheres, outras encontraram trabalho nas residências de outras mulheres. Muitas não faziam questão do tipo de trabalho contanto que buscassem garantir a subsistência familiar. Embora padrões de segregação sexual ainda fossem visíveis como barreiras ao contato com o sexo oposto, os novos padrões de organização do trabalho afetaram as normas culturais que determinavam que o homem fosse o provedor doméstico.”

No tener ingresos propios es un factor indicativo de la falta de autonomía económica, por cuanto se depende de otros, generalmente la pareja o el cónyuge. Esta situación puede cambiar luego de una separación o con la viudez, poniendo en situación de vulnerabilidad a la pobreza a la mayoría de las mujeres, inclusive a las que no provienen de hogares pobres. El hecho de no tener ingresos propios forma parte de un círculo vicioso en que la pobreza de los ingresos familiares, sumada a la división sexual del trabajo que prevalece en la sociedad, confina a las mujeres a realizar quehaceres domésticos en sus hogares y no poder salir al mercado laboral. Esta situación se debe en muy pocos casos a elecciones racionales y es fruto de las restricciones y la falta de movilidad que afecta a las mujeres. (CEPAL; SPM, 2010, p. 36-37)

A presença de renda que não provém de trabalho emerge da comparação entre o gráfico sobre trabalho feminino (gráfico 1) e o gráfico sobre renda (gráfico 4), que mostra que o percentual de mulheres com renda aumenta mais do que o de mulheres trabalhando. Pelo gráfico 1, observou-se que, não obstante o percentual de mulheres que trabalham tenda a ser superior hoje nas classes mais altas (diante das maiores oportunidades de trabalho das mulheres mais escolarizadas), o trabalho feminino cresceu progressivamente nas últimas décadas em todas as classes, com exceção da classe 1 onde estacionou na última década. Quando se observa, por sua vez, o crescimento do percentual de mulheres que tem alguma renda (gráfico 4), nota-se um crescimento mais intenso da renda entre 1996 e 2006.

Gráfico 4 – Mulheres de 10 anos e mais que possuem renda, 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

Em 1976, apenas um quarto das mulheres de 10 anos e mais possuía renda própria, percentual que se expande a cada década até atingir 71% em 2012. Há variações por

classe, mas os diferenciais entre os extremos se reduzem, passando de 20 pontos percentuais em 1976 para 9 pontos em 2012. Em 2012, mais da metade das mulheres de 10 anos e mais de todas as classes possuem algum tipo de renda³⁶⁰.

Na tabela a seguir apresentamos a diferença entre quem tem renda e quem trabalha, o que permite mostrar a presença de trabalho não remunerado (valores negativos, destacados em vermelho) e rendas provenientes de fontes diversas do trabalho (valores positivos, destacados em azul). Há diferenças entre as classes: em linhas gerais, até 1996, nas duas classes mais baixas e na classe 5, havia pessoas que trabalhavam e não tinham renda, enquanto nas classes não manuais havia o contrário, ter renda sem trabalhar. Em 2006, observa-se, ao contrário, o crescimento generalizado do percentual de mulheres que possuem renda e não trabalham, tendência que se mantém e se intensifica em 2012.

Esta heterogeneidade de possíveis situações demonstra que a pauta da autonomia feminina vai além da presença do trabalho, seja porque existe trabalho não remunerado ou que produz renda insuficiente, seja porque existe segurança econômica decorrente de aposentadoria (trabalho e contribuição previdenciária anteriores) ou da presença de outros tipos de renda.

Tabela 2 – Percentual de mulheres que tem renda menos o percentual de mulheres que trabalha por classe social familiar, 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012

	1976	1986	1996	2006	2012
Classe 1	-12,83	-9,87	-8,89	15,46	24,31
Classe 2	-12,65	-5,54	-3,00	10,98	13,33
Classe 3	1,68	3,88	2,21	11,81	13,04
Classe 4	2,93	4,03	2,73	11,04	11,78
Classe 5	-2,05	-2,38	-7,90	3,89	6,45
Classe 6	2,58	6,15	2,88	10,81	10,42
Classe 7	2,25	4,01	0,07	4,34	4,57
Classe 8	3,90	5,53	4,23	9,27	7,09
Total	-2,01	3,41	6,06	16,95	26,40

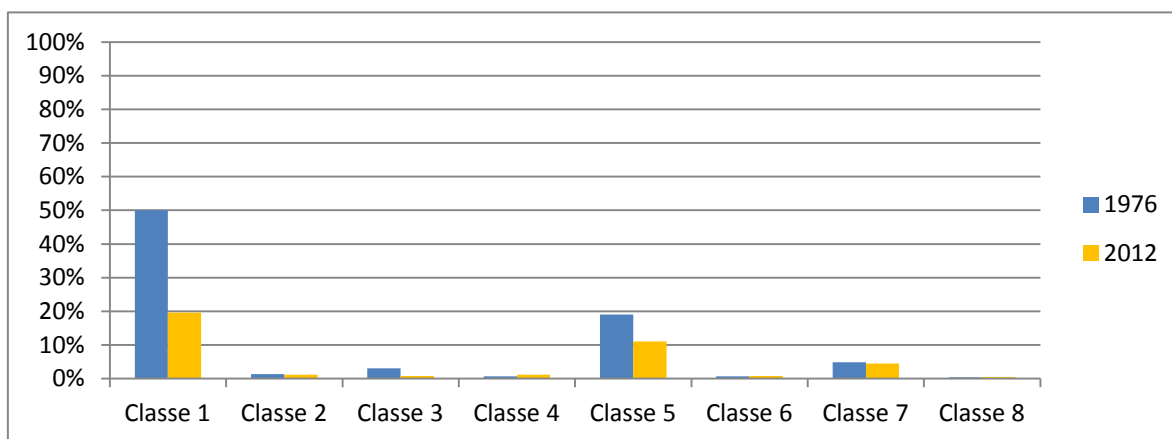
Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

Deve-se notar que o trabalho feminino não remunerado não é uma realidade generalizada, sendo típico de atividades que envolvem um regime de produção familiar, o que ocorre sobretudo entre agricultores e pequenos proprietários, as classes 1 e 5. Nota-se que o

³⁶⁰ O fato de ter renda não significa que esta renda seja suficiente, a vulnerabilidade à pobreza teria que ser medida através de linha de pobreza ou outro recurso.

trabalho não remunerado permanece sendo um fato significativo em 2012 (19,6% na classe 1, 11,1% na classe 5 e 4,5% na classe 7) ainda que tenha havido uma expressiva redução quando se compara a 1976, quando atingia a metade das mulheres de 10 anos e mais que trabalhavam na classe 1, quase 20% da classe 5 e 5% da classe 7.

Gráfico 5 - Trabalho não remunerado entre mulheres de 10 anos e mais por classe familiar, 1976 e 2012



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

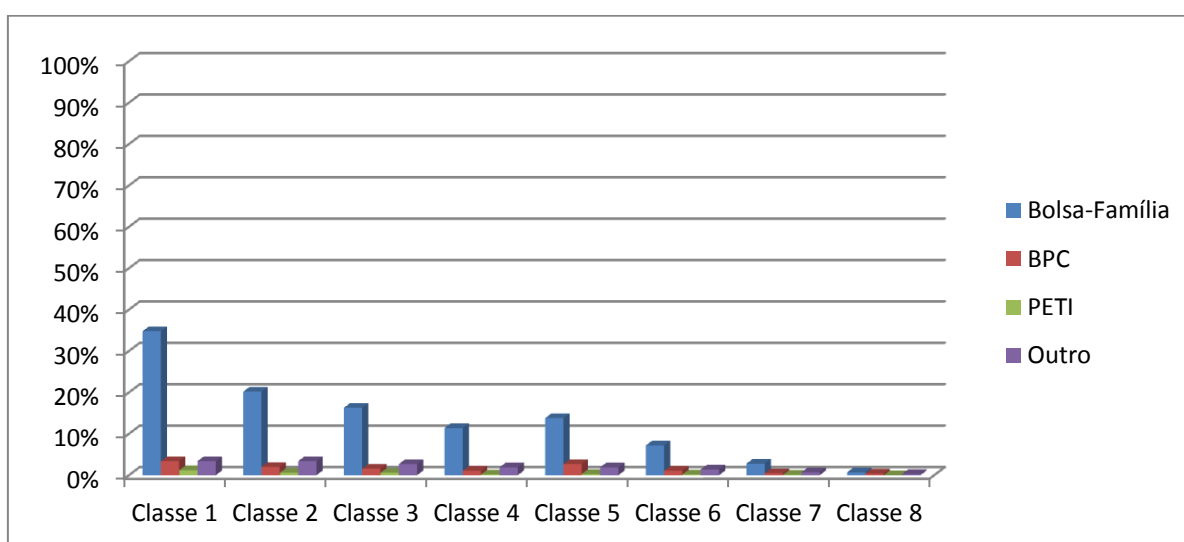
Se de um lado decresce o trabalho não remunerado, de outro, vem crescendo a importância de outras fontes de renda além do trabalho. Lavinás (2004) realçou a importância de o Brasil ter, a partir da Constituição Federal de 1988, instituído um sistema de cobertura ampliada em termos de segurança social que associa benefícios de base contributiva (seguro-desemprego, licenças médicas, aposentadorias e pensões), benefícios assistenciais para pessoas em situação de risco extremo (como o Benefício de Prestação Continuada) e o Sistema Único de Saúde. Outras formas de apoio público vêm se desenhando de forma temporária e em geral indireta, com benefícios concedidos às mulheres no seu papel de cuidadora e promotora do bem-estar familiar em condições de pobreza. Estes programas de transferência de renda condicionada são objeto de críticas devido a suas possíveis implicações para o reforço dos papéis tradicionais femininos, ainda que contribuam para a autonomia econômica das mulheres, como reconhece a medida da Cepal³⁶¹.

É preciso, portanto, considerar que há outras fontes de renda que podem estar contribuindo para a autonomia econômica das mulheres, em especial para mulheres com

³⁶¹ A Cepal reconhece a contribuição dos Programas de Transferência Condicionada (PTC), mas elabora também uma crítica da perspectiva de família e gênero nestes programas. Ver, por exemplo, Arriagada e Mathivet (2007). Outra visão crítica é oferecida por Rodríguez Enríquez (2011), comentada posteriormente.

dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Para obter mais informações a esse respeito, analisam-se aqui os dados do suplemento sobre programas sociais da PNAD 2006. Observa-se (gráfico 6) que, em 2006, 35% dos domicílios de trabalhadores rurais possuíam algum morador que recebia o benefício do Programa Bolsa Família (PBF). Os valores eram de 20% na classe 2, 16% na classe 3, 11% na classe 4 e 14% na classe 5³⁶². O Benefício de Prestação Continuada (BPC), direcionado a pessoas com deficiência e idosos em domicílios pobres, tem um valor maior, de um salário mínimo, mas não tem uma cobertura tão extensa quanto o PBF. Há ainda o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), direcionado a erradicação do trabalho infantil e outros programas sociais não especificados no questionário, todos com frequência inferior a 5%.

Gráfico 6 – Percentual de domicílios com cobertura de programas sociais por classe social, PNAD 2006



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD 2006.

Segundo Silva e Lima (2010), o PBF é o maior programa social já desenvolvido no Brasil, o que não significa que seja suficiente para resolver o problema da pobreza³⁶³.

³⁶² Encontram-se percentuais menores nas classes mais altas, o que pode se dever a falhas de focalização, ainda que a literatura registre uma boa focalização do programa (SOARES; SÁTYRO, 2009).

³⁶³ Portanto, o PBF não pretende ser uma panaceia para todos os problemas sociais, cabendo, ao seu lado, “o desenvolvimento de ações complementares mediante articulação com outros programas de natureza estruturante, principalmente no campo da educação, da saúde e do trabalho” (SILVA; LIMA, 2010, p. 39), dentre os quais se encontram alfabetização de adultos, reintegração de jovens ao processo educacional, desenvolvimento local e economia solidária, microcrédito e incentivo à agricultura familiar. Pode-se dizer, portanto, que os dilemas da cidadania nas classes baixas supõem variadas “portas de entrada”, numa alusão proposital à preocupação exagerada com portas de saída de programas de transferência de renda num contexto em que mal se começou a construir portas de entrada na cidadania para vastos segmentos da população. Com cobertura em 11 milhões de

Embora muitas críticas sejam feitas à prevalência dos sistemas de transferência de renda na proteção social brasileira, ao mesmo tempo se reconhece que o PBF representou um “avanço para a política social brasileira, marcada historicamente por grande diversidade de programas fragmentados, desarticulados, insuficientes e descontínuos” (SILVA; LIMA, 2010, p. 36).

Analisando o perfil dos beneficiários do PBF³⁶⁴ (tabela 3), nota-se que este se concentra de fato nas classes mais baixas, já que 73% dos seus beneficiários pertencem às classes 1, 2 e 3. Por outro lado, 93% dos beneficiários são mulheres, sendo muito expressivo o percentual de pessoas na condição familiar de cônjuge (64%), seguidos de pessoas de referência (27%). Considerando o tipo de arranjos familiar, nota-se que 81,2% são casais e 17,3% monoparentais.

Tabela 3. Perfil dos beneficiários de 10 anos e mais do PBF

Situação de classe	
Sem ocupação ou mal definida ³⁶⁵	6,2%
Classe 1	34,5%
Classe 2	23,0%
Classe 3	14,8%
Classe 4	4,5%
Classe 5	3,1%
Classe 6	6,5%
Classe 7	1,3%
Classe 8	,2%
Proprietários rurais ³⁶⁶	,8%
Aposentados ³⁶⁷	5,2%
Total	100,0%
Sexo	
Homens	8,3%
Mulheres	91,7%
Total	100,0%
Condição no domicílio	
Pessoa de referência	26,5%

domicílios em 2008, é um dos maiores instrumentos de política social em número de beneficiários ainda que com orçamento pequeno. “O Programa Bolsa Família é superado em número de beneficiários apenas pelo Sistema Único de Saúde, que em princípio cobre toda a população brasileira; pela educação pública, que atende a 52 milhões de alunos; e pela previdência social, que ostenta 21 milhões de benefícios concedidos. Em termos orçamentários, no entanto, o PBF é relativamente pequeno e responde por algo em torno de 0,3% do produto interno bruto (PIB)” (SOARES; SÁTYRO, 2009, p. 12).

³⁶⁴ Para passar do nível dos domicílios para o dos indivíduos titulares do benefício, considerou-se não apenas a resposta afirmativa sobre o recebimento do benefício no domicílio como também a declaração de recebimento dos valores do programa conforme o método dos valores típicos proposto por Foguel e Barros (2010).

³⁶⁵ Essa categoria abrange as pessoas sem nenhum membro com conexão do mercado de trabalho ou cuja ocupação não pode ser definida.

³⁶⁶ Essa categoria é muito pequena e não foi incluída na análise de classes por não ser conceitualmente passível de ser agregada nem com os trabalhadores rurais nem com os proprietários urbanos.

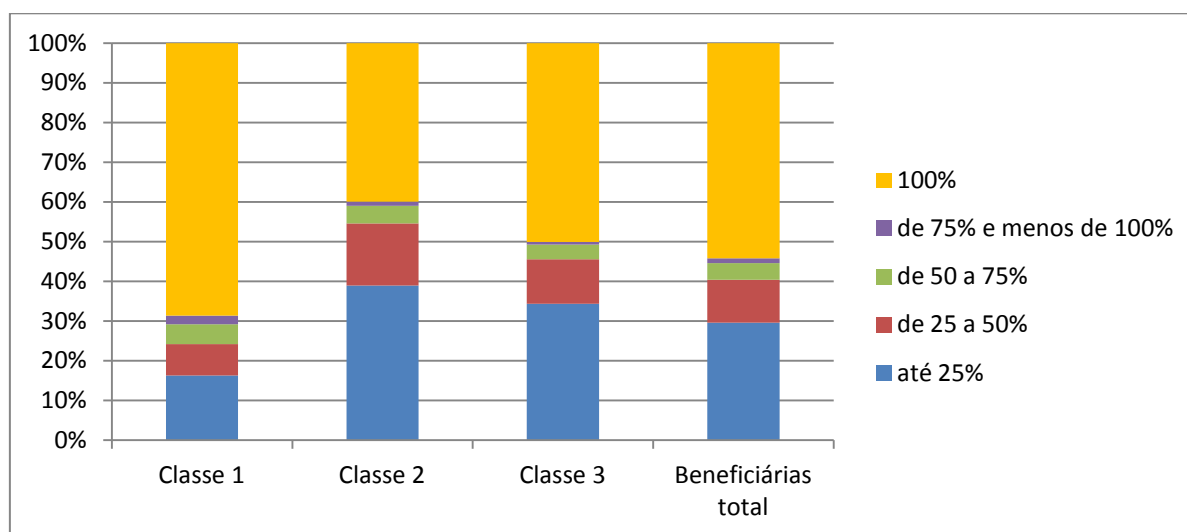
³⁶⁷ Referem-se aos domicílios em que a pessoa de referência era aposentada, o que impede aferir sua condição de classe, uma vez que se desconhece a ocupação em que se aposentou.

Cônjuge	62,8%
Filho	7,6%
Outro parente	2,9%
Agregado	,1%
Pensionista	,0%
Empregado doméstico	,1%
Parente de empregado doméstico	0%
Total	100,0%
Arranjo familiar	
Casais	81,2%
Monoparentais	17,3%
Unipessoais	0,6%
Outros	0,9%
Total	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD 2006.

Não obstante os valores transferidos pelo programa possam ser bastante baixos (variando de R\$15,00 a R\$95,00 em 2006, data em que o salário mínimo era de R\$ 350,00) e dependam da condição de pobreza ou extrema pobreza e da composição do domicílio, a renda transferida pode fazer diferença significativa para parte dos beneficiados. Pelo gráfico 7, observam-se dois extremos: para muitas o PBF é a única renda; para outras, representa um percentual pequeno. Em apenas 30% dos casos essa importância é residual, pois, ao contrário, em mais da metade dos casos (54%) o programa é sua única renda individual. A importância do programa como única renda individual da mulher chega a ser 69% dos casos na classe 1, 40% na classe 2 e 50% na classe 3, o que leva a concluir que o programa representava naquela data – senão a primeira, já que nada impede que essas mulheres já tenham obtido antes rendas de trabalho e outras fontes – um contribuição essencial para muitas mulheres das classes baixas.

Gráfico 7 – Participação da renda do Bolsa Família na renda total das beneficiárias por classe social, 2006

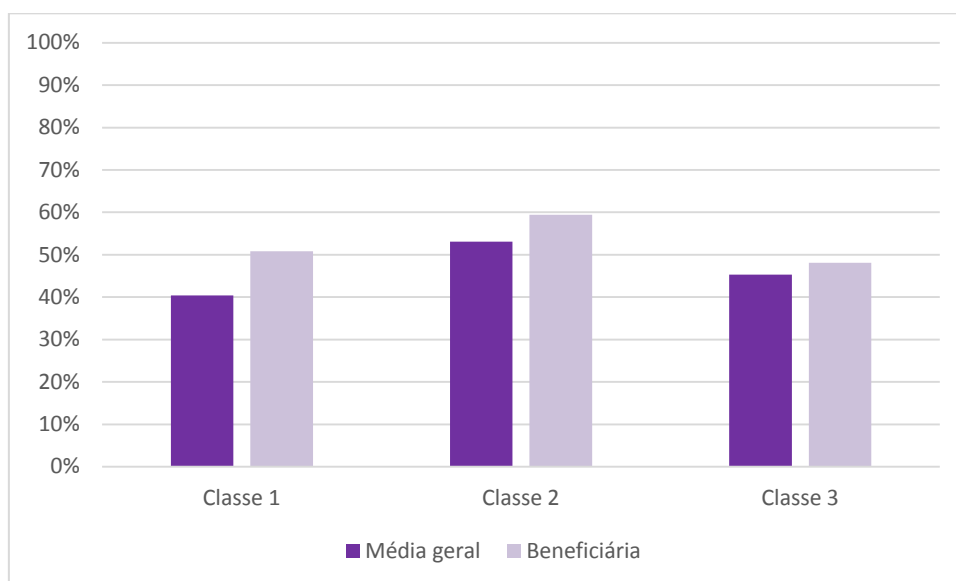


Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD 2006.

Pode-se esperar que o engajamento das beneficiárias no trabalho seja dificultado pelo perfil do programa que prioriza famílias com filhos, num contexto em que ainda é baixa a cobertura da educação infantil no Brasil, além do perfil das beneficiárias serem mulheres com baixa escolaridade, o que dificulta suas chances de inserção profissional³⁶⁸. Nota-se, todavia, que as beneficiárias não correspondem ao estereótipo de passividade com que são comumente rotulados os beneficiários de programas sociais. Como se observa no gráfico 8, na verdade, o percentual de mulheres que trabalham entre as beneficiárias (50,8% na classe 1, 59,4% na classe 2 e 48,1% na classe 3) é maior que a média encontrada em geral entre mulheres dessas classes (40,4% na classe 1, 53,1% na classe 2 e 45,3% na classe 3).

³⁶⁸ Ao analisar os dados do Cadastro Único, Silva e Lima destacam que “a grande maioria dos responsáveis legais era do sexo feminino, de cor negra ou parda, situando-se na faixa etária entre 25 e 44 anos, com baixa escolaridade e grande dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal” (SILVA; LIMA, 2010, p. 59). As autoras mostram o baixo acesso dos filhos das beneficiárias à educação infantil, representando dificuldade adicional para a inserção profissional das mulheres: “os dados do CadÚnico revelaram que, em 2009, segundo declaração dos responsáveis pelas unidades familiares, 8,1% das crianças de 0 a 3 anos beneficiárias do Bolsa Família no Brasil e 60,1% das situadas na faixa de 4 a 6 anos frequentavam creche ou pré-escola” (SILVA; LIMA, 2010, p. 52).

Gráfico 8 – Participação das beneficiárias do PBF comparada à média geral de sua classe social, 2006



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD 2006.

O PBF é um primeiro esforço de intervenção nas profundas desigualdades entre famílias no Brasil e, como bem realçou Jaccoud, traz a tona o reconhecimento de que há uma dimensão sistêmica das desigualdades que não é um problema a ser resolvido de forma privada: “Com o PBF, avançamos na superação da leitura de que a renda de pessoas em idade ativa e a presença de crianças são circunstâncias a serem enfrentadas privadamente pelas famílias” (JACCOUD, 2013, p. 295)³⁶⁹.

Os efeitos esperados do PBF são, no curto prazo, o alívio da pobreza e, no longo prazo, a redução das desigualdades sociais que se acumulam ao longo do ciclo de vida, começando pelas desvantagens na infância e adolescência. Estudos mostram impactos positivos do PBF na nutrição infantil e na frequência e rendimento escolar dos filhos³⁷⁰,

³⁶⁹ A relevância de tal preocupação e investimento social é também corroborada pela constatação de Wajnman, de que determinados arranjos familiares, em especial aqueles com filhos menores de 14 anos, estão sobrerrepresentados nos decis mais pobres. “[...] verifica-se que a presença de crianças na família está fortemente associada aos menores níveis de renda, seja porque a fecundidade é mais alta entre os mais pobres, seja porque as famílias com crianças acabam por se tornar mesmo mais vulneráveis. O fato inequívoco é que concentram-se nos decis mais pobres os casais com crianças abaixo de 14 anos, e, muito mais claramente, as mães com filhos também abaixo desta idade, o que evidencia o efeito da combinação perversa entre uma política social que privilegia os mais velhos e as dificuldades experimentadas pelas mulheres no mercado de trabalho. Em contrapartida, famílias com casais sem filhos, casais com filhos adultos, solteiros sem filhos e até mães solteiras com filhos adultos, encontram-se posicionados muito mais favoravelmente na distribuição da renda das famílias brasileiras.” (p. 17)

³⁷⁰ Numa revisão crítica das pesquisas existentes que não considerou documentos oficiais para evitar possível viés decorrente do interesse na manutenção da política, Martins et al. (2013) destaca que há evidências de melhoria na nutrição e alimentação das famílias beneficiárias, não obstante falem informações anteriores ao

mostrando que as condicionalidades estão atingindo seus objetivos, ainda que o alcance dessas medidas dependa da qualidade dos serviços públicos de saúde e educação oferecidos (KERSTENETZKY, 2009)³⁷¹. Não se pode esquecer que a transferência também valoriza a autonomia de gastos, sendo extensa a crítica a programas anteriores de distribuição de alimentos, como mostram Lavinias e Garcia (2004).

Não obstante, os programas de transferência de renda receberam críticas que apontaram que sua concepção teria um duplo viés conservador: como uma estratégia focalizada e temporária de combate aos efeitos dos ajustes neoliberais, e apoiados na eficácia dos investimentos em mulheres, uma vez que estas tendem a investir no grupo familiar como um todo³⁷². Como realça Aguiar (2012), a participação feminina no esforço de geração de renda e sua capacidade decisória sobre alocação de recursos são antigas. O que preocupa é o papel maternalista que a nova agenda social confere às mulheres, em especial porque não se deve confundir o empoderamento das populações pobres com o empoderamento das mulheres.

O combate à pobreza, uma importante demanda do movimento de mulheres, não exclui nem secundariza a luta contra as desigualdades de gênero. Essa multiplicidade de entendimentos não impede que se procure determinar as diferenças de gênero, no âmbito das famílias pobres, avaliando, como por exemplo: os encargos domésticos e a divisão sexual do trabalho; o controle sobre a sexualidade; a existência de situações abusivas em termos de violência – uma situação muito comum na sociedade brasileira; a presença de padrões de sociabilidade, em contraposição ao isolamento em casa; o encaminhamento para atividades segregadas de trabalho remunerado; a predominância de atividades de trabalho esporádicas em tempo parcial ou, em contraponto, em horários extenuantes, sem direito à folga; ausência de suporte para o desempenho das tarefas cotidianas

programa e existam dificuldades de controle de outras variáveis, e mesmo outras políticas públicas, que possam ter impacto simultâneo.

³⁷¹ “Como se sabe, o acesso à educação básica e à saúde públicas no Brasil independe da condição socioeconômica do potencial beneficiário. No entanto, ao longo das últimas quatro décadas, juntamente com sua expansão, a qualidade dos serviços básicos caiu e a classe média praticamente saiu do sistema, provavelmente causando uma queda adicional na qualidade, além de um agravamento da desigualdade social com a segmentação das oportunidades. [...] Em resumo, os serviços sociais, além de precários, estão congestionados, despreparados para oferecer esperança crível de emancipação para as gerações futuras da condição de pobreza de suas famílias” (KERSTENETZKY, 2009, p. 68). Portanto, é preciso ajustar também políticas de outros ministérios – tal como a proposta de Kerstenetzky de investimentos intensivos na educação em tempo integral – para se alcançar realmente uma ampliação das oportunidades das gerações futuras. A autora cita também a importância de escolas e hospitais socialmente mistos, pois a convivência de clientela de classes sociais distintas tende a elevar os padrões de qualidade.

³⁷² Como mostra Lavinias, estes programas seguem a filosofia de *safety nets* implementadas no mundo todo com apoio do Banco Mundial e outras instituições internacionais, “cujo objetivo não é vencer a pobreza, mas assegurar um patamar mínimo de reprodução social que atenuar os efeitos devastadores das políticas de ajuste” (p. 67). Uma alternativa aos programas focalizados de transferência de renda é a renda universal. No Brasil, a Renda Básica de Cidadania foi aprovada em 2004 (Lei 10.835) ainda que com a limitação de ser instituída por etapas, começando pelos mais pobres, e condicionada pela existência de recursos. Esta proposta fundamenta-se no direito de todos os cidadãos a participar da riqueza de sua sociedade, como explica o autor do projeto, senador Eduardo Suplicy (Programas..., 2009).

(com e sem rendimentos) originando sobrecargas de trabalho; direitos reprodutivos. Encaminhadas as saídas da pobreza, significando o empoderamento de todos, buscam-se simultaneamente as especificidades, com a dimensão de gênero, e o empoderamento das mulheres. (AGUIAR, N. F., 2012, p. 6-7).

Aguiar realça que o programa teria impactos diferentes para as gerações de filhas e mães das famílias beneficiárias, se ampliam as perspectivas das primeiras, as segundas continuam carecendo de capacitação e oportunidades de trabalho, além de necessitar de reduzir encargos domésticos para ascender na esfera pública, o que exige programas complementares.

Ainda que as mudanças na condição feminina sejam anteriores ao programa e que o PBF não seja um programa de empoderamento feminino, seus possíveis efeitos indiretos neste aspecto vêm sendo debatidos. Questiona-se, por um lado, se o programa reforça os papéis maternos em benefício da prioridade dada ao esforço de salvar da pobreza³⁷³ as novas gerações e, por outro, se favorece a autonomização das mulheres na medida em que estas são definidas prioritariamente como titulares. O programa vem sendo questionado também quanto a suas implicações para o problema do cuidado e o desafio de desonerar as mulheres de responsabilidades familiares para que elas avancem em oportunidades na esfera pública.

Mariano e Carloto (2011) realçam o risco de instrumentalização dos papéis femininos em políticas sociais, reforçando a associação tradicional da mulher com a maternidade e as tarefas reprodutivas. Ademais, os programas avançam sobre o tempo das mulheres, o que juntamente com a pouca oferta pública de políticas de cuidado (em especial creches) torna mais difícil a conciliação entre as responsabilidades familiares e a busca de trabalho.

O Estado cobra das mulheres pobres a execução de tarefas relacionadas ao cuidado de crianças, adolescentes, idosos, doentes e pessoas com deficiência. Igualmente, convoca as mulheres para a participação em atividades extras, como grupos de geração de trabalho e renda (com duvidosa potencialidade para melhoria do bem-estar) e grupos de ações educativas – sendo estas, via de regra, relacionadas às

³⁷³ O programa está relacionado também aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio propostos pela ONU. O primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio é erradicar a extrema pobreza e a fome. Suas duas metas foram ampliadas no caso do Brasil, que se propôs a reduzir a um quarto (e não apenas reduzir pela metade como propôs a ONU) entre 1990 e 2015 a proporção da população com renda inferior a 1 dólar ppc por dia, bem como a erradicar (e não apenas reduzir pela metade como propôs a ONU) a fome neste mesmo período. O acompanhamento de indicadores mostra que o Brasil tinha atingido tais metas já em 2007 (BRASIL, 2010b). Para alcançá-las, o governo brasileiro adotou diversas políticas públicas, dentre as quais o Programa Bolsa Família (PBF) e seu sucedâneo, Programa Brasil Carinhoso (PBC), que, apesar de sua grande ressonância nacional e internacional, não são as únicas políticas públicas e condições que possibilitaram o alcance das metas. Recursos federais também vem sendo alocados em diversas ações de promoção da segurança alimentar, como o apoio à agricultura familiar, à produção para o autoconsumo e a restaurantes e cozinhas populares (BRASIL, 2010a). Além disso, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) investe nas condições nutricionais para as crianças em idade escolar (por isso a ampliação da educação infantil, proposta pelo PBC, pode ter um efeito positivo também na nutrição).

tarefas reprodutivas. Ao fazê-lo, o Estado gera responsabilidades para as mulheres pobres, ou sobrecarrega de obrigações relacionadas à reprodução social. Considera-se esse tipo de ocupação do trabalho e do tempo das mulheres um dos fatores vinculados à desigualdade, entre homens e mulheres e entre estratos sociais, pois disponibiliza menos as mulheres para o trabalho remunerado. (2011, p. 63)

A crítica mais comum do ponto de vista das implicações de gênero é que “receber o benefício significa, para essas mulheres, uma possibilidade de expansão da “maternagem”, entendida como o desempenho do papel de cuidar de crianças” (AGENDE, 2006, p. 22). Além disso, a fiscalização das contrapartidas de educação e saúde são percebidas como um “controle disciplinar [...] [que] se insere na lógica de uma moralidade burocrática tradicional impermeável à ideia de que as políticas de transferência de renda expressam um direito cidadão” (AGENDE, 2006, p. 22). Não obstante, mesmo diagnósticos críticos como o da Agende reconhecem impactos do programa na ampliação da autoridade feminina devido ao aumento do poder de consumo e à percepção da cidadania formal pelo acesso a documentos, ainda que não se altere fundamentalmente as desigualdades de gênero nas famílias, pois as mulheres seguem no papel maternal de garantir a coesão familiar³⁷⁴.

Lavinas, Cobo e Veiga, por sua vez, realçam que na medida em que os programas de transferência de renda propõem-se a cortar gastos restringindo-se aos mínimos sociais para famílias pobres, a proposta é de uma estratégia *child-centered*, centrada, portanto, na maternagem e não no enfrentamento das assimetrias de gênero. Através de um *survey* em Recife sobre os efeitos do PBF na autonomia das mulheres pobres, as autoras constataam que o programa não chega a ser um mecanismo de promoção da autonomia e argumentam que “mais do que renda, as mulheres necessitam de inputs, entendidos como meios de desobrigar as mulheres de suas funções domésticas e reprodutivas no âmbito das relações sociais de gênero” (2012, p. 51). A pesquisa permite, não obstante, desmistificar muitos dos preconceitos que há em torno do programa, mostrando que PBF e trabalho não se excluem, sendo as minoritárias situações de recusa de trabalho relacionadas ao fato de estar doente ou cuidando de familiares, além de bem-vindos casos de recusa de ocupações penosas, o que mostra a dimensão dignificante do programa.

³⁷⁴ “Os principais impactos do programa na condição social das mulheres se refletem: (i) na visibilidade das beneficiárias como consumidoras, já que o benefício lhes confere maior poder de compra; (ii) na afirmação da autoridade dessas mulheres no espaço doméstico, decorrente muito mais da capacidade de compra suscitada pelo benefício do que, necessariamente, de uma mudança nas relações de gênero tradicionais e (iii) mudança na percepção das beneficiárias sobre si próprias como cidadãs, o que se tornou possível, especialmente, após o momento em que foram obrigadas a lavrarem documentos, tais como a certidão de nascimento e a carteira de identidade, para o cadastro no programa.” (AGENDE, 2006, p. 22-23).

Como realçam Suárez e Libardoni, embora a crítica de que o PBF acaba reproduzindo papéis tradicionais das mulheres seja procedente, é preciso relativizá-la em duas vertentes:

Uma delas é que, na realidade, as beneficiárias usam o dinheiro recebido para cuidar da casa e, principalmente, das crianças porque sempre o fizeram e não porque o Programa estabelece. A outra se refere a que a urgência de aliviar a fome, de aqui e de agora, pouco lugar pode conceder a outras considerações. Dito de outro modo, a mudança do papel tradicional atribuído às mulheres não tem sido pensada, ou mesmo pensada como algo dispensável, perante a imperiosa necessidade de reproduzir a vida através da mobilização desse papel. (2007, p. 152)

Suárez e Libardoni realçam também a necessidade de contextualizar as concepções de feminilidade, maternidade e as configurações familiares entre as beneficiárias, considerando, por exemplo, que “a feminilidade não se fundamenta em ajudar aos outros de forma generalizada, mas em ser responsável pelos filhos próprios e pelos da mãe que *não dá conta sozinha*” (2007, p. 125). Nesse sentido, as práticas de circulação de crianças nas camadas populares – também analisadas por Fonseca (1995) – tal como as avós que assumem os cuidados de netos, podem ser objeto de leitura pelos agentes governamentais como um ato ilegítimo ou ilegal, quando na verdade funda-se na cumplicidade entre mulheres em torno da maternagem: “é justamente o contrário, no sentido de que não cuidam de crianças para obter o Bolsa Família, mas procuram obter este benefício para cuidar de crianças” (SUÁREZ; LIBARDONI, 2007, p. 125).

O desafio de empoderar as mulheres não significa depreciar seus esforços de reprodução da vida e a importância destes em suas identidades, “o problema não está certamente em cuidar dos outros, mas em que esse cuidado implique a dificuldade das mulheres de ter acesso ao espaço público” (SUÁREZ; LIBARDONI, 2007, p. 152). Pode-se considerar que o PBF premia as mulheres, por seu maior engajamento com a família e a prole, com a titularidade do benefício³⁷⁵. Não obstante, precisa ser complementado por ações que fortaleçam a capacidade de ação das mulheres. Neste sentido, Suárez e Libardoni lembram a importância de espaços – que poderiam ser os próprios Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) – para difusão de informações, debates sobre direitos e interação entre as beneficiárias, além da necessidade de superar a insuficiência de serviços públicos de cuidado.

Já a pesquisa de Rego reúne argumentos sobre os benefícios da titularidade feminina para o empoderamento das mulheres, observando a influência positiva do programa

³⁷⁵ “A preferência outorgada às mulheres na formulação do Programa veio a ser altamente legítima e a fortalecer a condição de quem, por orientação cultural e subjetividade individual, está posicionada da maneira mais adequada para zelar pelas novas gerações” (SUÁREZ; LIBARDONI, 2007, p. 124).

sobre os papéis de gênero, a percepção da cidadania e o isolamento social em que vive grande parte dos pobres. Situando o problema da cidadania nas classes populares a partir de sua pesquisa em áreas pobres do Nordeste brasileiro, Rego realça que para muitas famílias o PBF é a primeira experiência de uma renda regular que, juntamente com outras políticas de saúde, educação e cultura, pode vir a criar um círculo virtuoso de direitos que rompa com a situação de destituição que atinge a todos em geral. Sobre os maridos das beneficiárias, Rego recorda que “tão destituídos, como suas mulheres, em capacitações e habilidades [...] são maridos silenciosos, tristes, exibindo sentimentos e expressões de grande vergonha e humilhação” (2010, p.150). A análise de Rego realça o potencial da titularidade feminina no PBF para favorecer um pouco mais de autonomia e rearranjos no poder de barganha da mulher, sem desconhecer os conflitos resultantes.

Segundo as entrevistadas, a percepção de um rendimento monetário regular, por menor que seja, vem elevando seu auto-respeito e possibilitando, por parte delas, o início de um incipiente processo de autonomia decisória na família. De fato, a titularidade feminina deste direito apresenta muitos ganhos morais, mas também tornou manifestas muitas tensões e conflitos latentes na organização familiar, certos desajustes na relação de gênero agora percebidos com mais clareza pela situação de visível humilhação, nem sempre resignada, no padrão moral dos maridos. (REGO, 2010, p. 145)

Nota-se, assim, uma tensão entre o *apoio* que o PBF oferece às famílias, e particularmente às mulheres em seu papel materno, e o fato de que o programa *apoia-se* nos papéis tradicionais femininos, reforçando-os. Evidencia-se também a tensão entre o objetivo de combater as desigualdades de classe e o desafio de promover a autonomia feminina. Ao questionar as implicações dos programas de transferência condicionada (PTC) empregados na América Latina, Rodríguez Enríquez (2011) mostra que os benefícios são entregues às mães porque se supõe que seu altruísmo é menos incompleto, assim como delas se esperam responsabilidades de administração dos recursos e de cumprimento das condicionalidades de benefícios cujo alvo são seus filhos. Segundo Rodríguez Enríquez (2011), o fato de que estes programas sejam altamente feminizados levaria à expectativa de que fossem políticas para as mulheres ou sensíveis a seus interesses, no entanto as implicações dos PTC para a autonomia econômica das mulheres são, no mínimo, ambíguas. Se os PTC não desestimulam o trabalho, também não ampliam as possibilidades de inserção laboral. Como o programa opera em uma população com trajetórias laborais débeis, no caso das mulheres já em situação de inatividade pode ser um reforço da figura da trabalhadora desalentada, o que é agravado pela demanda de tempo associado ao atendimento das condicionalidades de saúde e educação. A seu ver, a

maior debilidade do programa seria consolidar a divisão sexual do trabalho, raiz das desigualdades de gênero, apoiando-se nela ao invés de ajudá-la a transformá-la³⁷⁶.

A visão da autora conduz à compreensão de que os PTC devem ser pontos de partida e não de chegada, exigindo enfatizar a dinâmica sistêmica das desigualdades socioeconômicas e de gênero. Se o PTC for visto como ponto de chegada, se está diante de um panorama de aprofundamento da segmentação dos sistemas de proteção social com as mulheres sobrerrepresentadas no grupo excluído das formas estáveis e robustas de emprego, restando para elas apenas a cobertura pelos PTC, pois estes vêm sendo empregados como uma maneira de estender proteção social a populações historicamente excluídas do corpo central (em geral contributivo) das políticas públicas. No caso do objetivo de autonomia econômica feminina, seria necessário promover políticas de emprego, de conciliação trabalho-família e de melhor divisão do trabalho doméstico.

Deve-se reconhecer que o crescimento do trabalho feminino não exclui nem se contrapõe à necessidade de proteção e assistência social, até porque sempre vão existir riscos sociais, em especial os relacionados à maternidade e cuidado de dependentes. Não se trata, portanto, de um debate assistência social *versus* direito do trabalho, sendo necessário que ambos estejam igualmente disponíveis para homens e mulheres. O grande problema está no viés pelo qual as mulheres são mais frequentes na assistência social e os homens mais frequentes nos direitos do trabalho, reflexo das desigualdades que se acumulam ao longo do ciclo de vida, tanto no trabalho doméstico e de cuidado quanto no mercado de trabalho. O risco de segmentação na proteção social foi denunciado, no caso americano, por Gordon e

³⁷⁶ A autora considera que, apesar da titularidade feminina, é notável a ausência de considerações de gênero. O fato de ser dirigido às mulheres não quer dizer que tenha enfoque de gênero, ainda mais porque o direito não é delas, mas derivado de uma relação de parentesco. Se o benefício não tem conotação de renda própria ou de direito, as implicações para as mulheres são discutíveis. Na verdade, as mulheres seriam beneficiárias operativas de direitos derivados dos filhos. O Bolsa Família é classificado pela autora entre aqueles PTC que possuem fraco potencial para a igualdade de gênero, na medida em que não contemplam aspectos importantes como: “• Titularidad del derecho de base individual, de manera que las mujeres sean portadoras de derechos propios y no derivados a recibir la prestación. Asimismo, que la percepción del beneficio sea independiente de conformaciones particulares de hogares, de manera de no promover ninguna conformación particular, ni ningún rol específico dentro de estas conformaciones. • Magnitud del derecho suficiente para la adquisición de bienes y servicios básicos que permitan la supervivencia física, pero también el acceso a servicios de cuidado, particularmente en aquellos contextos donde la estructura pública de este tipo de servicios es insuficiente y/o inadecuada. • Condicionales no punitivas vinculadas con la identificación de la dificultad para garantizar el goce de derechos básicos, entre ellos el derecho al trabajo remunerado, y el derecho al cuidado. • Inclusión de componentes que promuevan la redistribución del trabajo remunerado y no remunerado, productivo y reproductivo. • Inclusión de mecanismos de participación de la voz de las personas beneficiarias y de identificación y atención de las demandas específicas de las mujeres.” (RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2011, p. 19). Considera ainda a possibilidade de riscos de efeitos não intencionais dos programas, como a debilitação de obrigações masculinas, o que condenaria os filhos a um mínimo social e não a um aumento de recursos, já que “en ciertos casos, los hombres dejan de aportar a la organización de la economía del hogar cuando perciben que hay disponibilidad de recursos adicionales en el hogar” (RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2011, p. 25).

Fraser que discutem o viés caritativo que historicamente atendeu as necessidades de apoio das mães³⁷⁷. Fraser e Gordon (1995) chamam a atenção para a construção estratificada e generificada dos subsídios sociais, tendo os homens maior cobertura de direitos decorrentes de relações de trabalho, da aposentadoria, enquanto às mulheres são beneficiárias da assistência social.

Farah (2004) nota a constante tensão nas políticas sociais entre uma perspectiva que vê as mulheres a partir de sua função na família e outras que trata a expansão dos direitos de uma perspectiva de atenção integral à cidadania feminina. Esta tensão também está presente nos programas de geração de emprego e renda. Ainda que a agenda das políticas públicas, influenciada por atores supralocais (ONGs, movimentos sociais, agências multilaterais etc.)³⁷⁸, venha incentivando a criação de oportunidades para as mulheres, parte dos programas de geração de renda esbarram em barreiras como seu caráter emergencial ou assistencialista ou o reforço de atividades tipicamente femininas.

Por outro lado, Farah nota que programas não originalmente concebidos com foco nas mulheres podem acabar por tratá-las com prioridade diante do fato delas serem muitas vezes as principais demandantes³⁷⁹. Vários programas abertos a homens e mulheres vêm obtendo grande participação feminina, o que demonstra que elas estão aproveitando novas oportunidades para alcançar mais autonomia. Em sua fala em 8 de março de 2014, a presidenta Dilma Rousseff realçou que as mulheres seriam uma força emergente no mundo e no Brasil³⁸⁰. O governo vem apresentando dados de que elas são maioria dentre os inscritos

³⁷⁷ A corrente contratual teve como seu primeiro protótipo, nos Estados Unidos, as formas de indenização do trabalhador (ou seja, o seguro pelos acidentes de trabalho na indústria), ao passo que a corrente caritativa terá sido exemplificada pelas pensões concedidas às mães (“mothers’ pensions”). Esta dicotomia contrato/caridade, codificada, como é, em termos da diferença sexual, perdura hoje, em muitos países, na oposição entre políticas de segurança social e políticas de assistência pública.” (FRASER; GORDON, 1995, p. 44).

³⁷⁸ Como realça Aguiar (2012), a agenda internacional colocou em evidência a prioridade das mulheres nas políticas públicas.

³⁷⁹ “Tais programas, ao estimularem a criação de oportunidades de emprego e renda para mulheres, refletem a agenda de gênero. A capacitação e o acesso ao crédito são condições básicas de uma inserção autônoma no mercado de trabalho, aspecto priorizado por essa agenda, seja na vertente que privilegia a mulher como agente multiplicador, por seu papel na família, seja na vertente que enfatiza a perspectiva de direitos. Ao se mostrarem sensíveis à demanda de mulheres, redefinindo seu desenho original, esses programas mostram reconhecerem a diversidade da clientela a que se destinam, rompendo com o padrão de políticas públicas dirigidas a um cidadão abstrato e genérico (masculino). Reconhecem, assim – ainda que tal reconhecimento não seja explícito –, a existência de diferenças de gênero. A ação governamental, nesse caso, ajuda a romper barreiras que se interpunham ao acesso de mulheres a oportunidades econômicas. No entanto, não se observa a abertura de novas oportunidades à mulher em campos não tradicionalmente femininos. A agenda formulada por movimentos de mulheres e por movimentos feministas inclui a criação de mecanismos de ruptura com a divisão sexual do trabalho, o que esses programas não parecem contemplar.” (FARAH, 2004, p. 64).

³⁸⁰ Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

no programa de educação tecnológica PRONATEC³⁸¹ e também viriam crescentemente aproveitando a oportunidade de formalizar seu empreendimento aberta pela Lei do Microempreendedor Individual (MEI), atividade na qual os homens ainda são maioria³⁸². Haveria avanços também entre as mulheres rurais, mobilizadas através da Marcha das Margaridas, que reivindica o direito à terra e à documentação básica³⁸³, e através da participação nas conferências de políticas para as mulheres. Segundo dados do governo, a partir de 2003, o Programa Nacional de Reforma Agrária do Incra tornou obrigatória a inclusão no cadastro de candidatos dos nomes da mulher e do homem, independente do estado civil, sendo que as famílias com chefia feminina passaram a ter preferência na titulação da terra. Tal medida ampliou os direitos das mulheres à terra, aumentando o percentual de mulheres titulares de lotes da reforma agrária³⁸⁴. Também no meio urbano, a preocupação com a titularidade feminina aparece no programa “Minha Casa, minha vida”. A cartilha do programa³⁸⁵ especifica que, entre outros grupos, devem ser atendidas com prioridade as famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar.

Foge aos nossos propósitos analisar a efetividade e o alcance de tais políticas, mas importa realçar a atual ênfase no acesso das mulheres a recursos e propriedade. De um lado, existe a crítica de que a prioridade dada às mulheres em políticas públicas assenta-se na legitimidade social de que goza o papel de mãe/cuidadora do grupo familiar, que se contrapõe à ideia de uma cidadania feminina independente da condição familiar, mas, de outro lado, considera-se que, ainda que não sejam declaradas como ações afirmativas de gênero, tais programas podem contribuir para a melhoria da posição relativa das mulheres em suas famílias.

³⁸¹ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/05/mulheres-representam-71-das-pre-matriculadas-em-cursos-de-qualificacao-profissional>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

³⁸² Disponível em: <<http://www.redemulherempreendedora.com.br/noticias/geral/mei-o-novo-empreendedor-brasileiro>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

³⁸³ “Ter seu nome na documentação da terra é especialmente importante para as mulheres nos casos de separações, abandono ou morte dos maridos ou companheiros, por ser comum, no meio rural, a prática dos homens (titulares das terras) permanecerem na terra após a separação, com a saída da mulher e dos filhos. A titularidade conjunta evita a venda da terra ou sua inclusão como garantia de empréstimos pelo homens, sem o conhecimento de suas esposas ou companheiras. O movimento de mulheres considera que a propriedade da terra pesa na capacidade das mulheres influenciarem as decisões econômicas da família. A titulação conjunta dos lotes, ou a chefia dos mesmos, auxilia ainda na comprovação da situação de “trabalhadoras rurais” das mulheres assentadas, facilitando seu acesso aos benefícios da Previdência Social” (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p. 196).

³⁸⁴ Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/crece-o-numero-de-mulheres-titulares-de-terra-da-reforma-agraria>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

³⁸⁵ Disponível em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/Cartilha_MCMV.pdf> . Acesso em: 18 jan. 2014.

A tensão entre direitos dos indivíduos e direitos enquanto membros de um grupo familiar é frequente em políticas públicas que focalizam as famílias, reconhecendo que tais políticas nem sempre contribuem para reduzir a dependência de membros vulneráveis como mulheres, crianças e idosos em relação à solidariedade (e dependência) familiar³⁸⁶. Nota-se hoje a tendência em diversos países de ações que reforçam as responsabilidades familiares ou apostam em tais reservas de solidariedade (MARTIN, 1995) para suprir crises fiscais que reduzem investimentos em políticas sociais³⁸⁷.

A partir dos anos 1990, uma série de programas que visava ampliar o acesso da população a serviços públicos apoiou-se nas famílias no Brasil³⁸⁸. Na área de saúde, os agentes comunitários de saúde – ainda que horizontalizando o controle sobre as classes baixas, manteve o usual foco na saúde materno-infantil e no papel das mulheres como guardiãs da saúde familiar (ROBLES, 2012). Absorvido pelo Programa de Saúde da Família, ambos os programas mantêm tais pressupostos familistas (SCOTT, 2006). Analisando o Programa de Saúde da Família, Marsiglia questiona a tendência de desinstitucionalização,

³⁸⁶ Se nas sociedades pré-modernas, a segurança provinha do pertencimento a grupos (família, guildas e outros grupos profissionais) dentro dos quais, todavia, a pessoa precisava se submeter a laços de dependência, o Estado moderno pode assegurar aos indivíduos determinados direitos com base num estatuto de cidadão individualizado, que garante uma certa autonomia em face de grupos sociais do qual faz parte, inclusive a família. O reconhecimento de que as famílias se estruturam segundo relações de poder que não garantem uma redistribuição equânime de recursos leva ao debate sobre a tensão indivíduo-família e o papel que o Estado pode ter para assegurar o bem estar individual e familiar. Como observa Mioto (2004), há duas leituras possíveis para a relação entre família e Estado: se a invasão do Estado tolhe em parte a privacidade e os valores particulares, por outro lado, é também um instrumento de emancipação dos indivíduos. Conforme Jamur, a noção de solidariedade remete a questão dos vínculos sociais, em suas formas tradicionais e modernas. As formas tradicionais incluem a socialidade primária – família, parentesco, aliança, camaradagem, amizade – em que diferentes relações entre pessoas se sobrepõem. Já as formas modernas referem-se à socialidade secundária, experimentada no mercado, Estado e ciência, definida pela impessoalidade e igualdade de todos perante a lei. A definição da moderna noção de solidariedade designa relações concebidas socialmente e de reciprocidade do todo social e suas partes, pela qual “a solidariedade deixa de ser algo que tem suas referências apenas na moralidade e nos costumes, concernente a esfera privada da vida dos indivíduos, para tornar-se uma questão que diz respeito à esfera pública, aos fundamentos do viver em sociedade” (JAMUR, 2005, p. 479).

³⁸⁷ Em uma obra que se dedica a interação entre transferências públicas (institucionais, através da proteção social) e privadas entre gerações, Attias-Donfut (1995, p. 22) aborda as controvérsias em torno da repartição das funções entre Estado e família, indagando inclusive se os debates em torno das desigualdades entre gerações não mascaram o problema crucial das desigualdades sociais dentro de cada geração (ou seja, das desigualdades de classe). Recordando que fluxos intergeracionais são importantes em diferentes épocas e em todos os meios sociais, Segalen (1995) considera que é preciso interrogar-se sobre as condições sócio-ideológicas da redescoberta dos laços familiares, num contexto de refluxo do Estado-providência. Segalen pondera que é preciso relativizar a situação presente, sem cair no risco de comparar coisas incomparáveis, visto que tudo mudou: os contextos demográficos, de produção, de mentalidade, e o papel do Estado.

³⁸⁸ Existe também o risco de que programas sociais que tomem a família como unidade consagrem determinado modelo de família como legítimo, mesmo que seja qualquer tipo de família com filhos, pois afirma que a maternidade é uma condição para que as mulheres – como representantes de suas famílias – tenham acesso a direitos. O risco de legitimar modelos de família soa mais grave por se tratar de uma época de diversificação de arranjos – democratização na esfera familiar – que se soma ao risco de normalizar a dependência feminina numa época de emancipação feminina. A vinculação de políticas sociais a valorização e incentivo de determinados modelos/estruturas familiares é recorrente na história brasileira, como mostra Fonseca (2001).

com a retomada da família como base do processo de atendimento das necessidades, do que é um exemplo a desospitalização (2005, p. 170).

Goldani (2001), ao analisar a família como fator de proteção social, mostra a absorção por essa de grandes responsabilidades diante da fragilidade das ações estatais, cabendo aos familiares amortizar o impacto das políticas econômicas e da reestruturação capitalista sobre o mercado de trabalho (desemprego, pobreza, necessidades de cuidado etc.). Goldani nota que mesmo quando o Estado promove políticas públicas, acaba solicitando apoio das famílias, na medida em que as identifica como lugar privilegiado para a promoção de bem-estar. Uma vez que não se considera o custo da produção doméstica – tempo e dinheiro gastos com cuidados – num contexto em que as mulheres cada vez mais passam de recurso invisível a recurso escasso, “cuidar e ser cuidado nas famílias brasileiras segue o equilíbrio entre afetos e reciprocidades em uma estrutura normativa” (GOLDANI; LAZO, 2004, p. 12).

Goldani e Lazo (2004) observam que, para se reproduzir, as famílias necessitam de recursos monetários (que incluem trabalho remunerado, transferências formais de renda do governo, transferências informais dentro do grupo de parentesco, amigos e vizinhança) e não monetários (produção doméstica de seus membros e acesso a serviços públicos) que provém de distintas fontes. Mudanças no contexto de reprodução das famílias incluem tendências recentes de que boa parte das necessidades das famílias possa ser suprida através de bens e serviços adquiridos no mercado, bem como o crescimento de programas de transferência de renda pelo Estado e a ampliação dos serviços públicos. Mas, como notam Goldani e Lazo (2004), os programas sociais trazem embutidas certas concepções sobre os papéis das mulheres nas famílias e na sociedade, e o fato de ser mãe é usado ora para estender, ora para limitar os direitos das mulheres. Por isso, parte das feministas denuncia o uso das mulheres pelo Estado para promover bem-estar de crianças ou garantir uma mão de obra forte e saudável.

Este ponto de vista não é consensual. Se hoje questiona-se o maternalismo nas políticas públicas, no passado movimentos de mulheres demandaram o reconhecimento de seus papéis maternos e a valorização da dedicação exclusiva a estes. Bock (1995) mostra a existência de um “feminismo maternal” que defendia a maternidade como uma condição unificadora do sexo feminino, diante do risco de, ao ser mãe, depender dos homens para a subsistência própria e dos filhos. As lutas pela dignidade da maternidade e o bem-estar das

mães incluíram a demanda de pagamento de um salário para as mães cujo trabalho era cuidar dos filhos, considerando a maternidade uma função social.

Tais feministas exigiam a igualdade com os homens na base de que as actividades das mães deviam ser reconhecidas como trabalho, embora com uma diferença importante – que orgulhosamente expunham –, a de que constituíam um trabalho mais nobre e necessário dos trabalhos. Consideravam que os apoios e subsídios do Estado à maternidade promoviam esse tipo de igualdade, pois eram *um meio de independência (relativamente aos empregadores e/ou aos maridos)* e eram uma expressão da exigência de um “salário igual para trabalho equivalente”. (BOCK, 1995, p. 452, grifos nossos)

Lutava-se, assim, por uma nova concepção de maternidade social e não privada, que desafiava, de outra forma, a barreira entre esferas pública e privada. Polemizava-se também qual o valor do trabalho doméstico e de cuidado, tocando no tabu de que as “dádivas familiares” não são passíveis de atribuição de valor de troca, polêmica que se exerce hoje com menor grau no caso do *care*, por incluir o cuidado profissionalizado. Diferentemente do feminismo maternalista, assiste-se hoje a um contexto em que estão legitimados os anseios de trabalho feminino e em que as expectativas sociais são de que as mulheres sejam apoiadas com medidas que externalizem tarefas antes exercidas nas famílias, como é o caso das demandas por cuidado público.

A questão do cuidado público – aqui apresentada como uma dimensão do desafio da autonomia feminina – será retomada ao final desta parte, mas antes é preciso analisar a atual distribuição das responsabilidades de trabalho doméstico e de cuidado nas famílias brasileiras.

3.2 Temporalidades plurais: desigualdades de gênero e classe nos usos do tempo nas famílias brasileiras

Segundo Sullerot (1966), o trabalho feminino é tão velho quanto a humanidade, a novidade é a profissionalização da participação feminina no mercado de trabalho, que favorece que a contribuição econômica das mulheres se torne mais visível. Uma dimensão do trabalho feminino particularmente invisibilizada é o trabalho doméstico e de cuidado exercido de forma não remunerada na esfera privada.

As mulheres brasileiras vêm ampliando qualitativa e quantitativamente seu engajamento no mercado de trabalho nas últimas décadas, mas as desigualdades nas atribuições das responsabilidades de trabalho doméstico e de cuidado persistem nas relações de gênero dentro das famílias e entre famílias de diferentes classes. A análise dos usos do tempo permite quantificar tais dimensões das desigualdades de classe e gênero nas famílias brasileiras, revelando a estruturação da vida social, nas rotinas diárias e nas trajetórias pessoais e familiares, e permitindo contrastar as desigualdades na dedicação a diferentes tipos de trabalho.

Rosiska Oliveira reivindica o tratamento público da questão do uso do tempo, pois “não se trata de uma negociação entre um homem e uma mulher dentro de casa, mas da articulação entre vida profissional e vida privada que a organização e o modo de funcionamento de uma sociedade permitem ou não” (OLIVEIRA, 2003, p. 20). Oliveira considera que a entrada no mercado de trabalho sem a renegociação da vida privada foi uma armadilha para as mulheres³⁸⁹. A verdadeira dificuldade, a seu ver, repousa na articulação entre vida pública e vida privada, o que exige considerar tanto o direito de homens e mulheres à independência econômica e realização no trabalho, quanto o espaço da afetividade e de cuidado de si e dos outros (em especial, em situações de dependência, como crianças, idosos, doentes e pessoas com deficiência). Lembra ainda que vida familiar e vida profissional são ambas consumidoras de tempo e estão relacionadas: “O que as empresas consideram como ‘capital humano’ é um recurso aparentemente gratuito, que não fazem senão captar e

³⁸⁹ Este ponto é esclarecido na seguinte passagem: “Definiu-se como igualitário um mundo em que as mulheres teriam ‘apenas’ que continuar a fazer o que sempre fizeram, adicionando às suas vidas afazeres até então reservados aos homens. Uma desvalorização ancestral do universo privado levou a sociedade a desconsiderar, assim, um dos pratos da balança. [...] A presença maciça das mulheres no mundo do trabalho foi para elas uma transgressão; para os homens, uma concessão. Quem transgride, alimenta a culpa. Quem concede, fica credor. Por isso as mulheres aceitaram essa concepção falha de igualdade que, na prática, transformou-se num cheque sem fundos” (OLIVEIRA, 2003, p. 21).

canalizar. [...] Pais e educadores [...] participam dessa produção de capital humano, por intermédio da produção e da transmissão de valores” (OLIVEIRA, 2003, p. 27).

Bruschini (1994) lembra que a perspectiva com que o tema do trabalho era abordado foi mudando e a ênfase no papel libertador do trabalho produtivo sem considerar o trabalho reprodutivo é hoje rejeitada, avançando na visão da articulação entre produção e reprodução e das relações sociais entre os gêneros nas duas esferas. Para avançar na equidade de gênero no equilíbrio público-privado na esfera do trabalho, hoje realçam-se medidas não apenas para combater a segregação ocupacional e os diferenciais salariais, mas também para reduzir as desigualdades na vida familiar, visto que esta impacta de forma diferenciada nas oportunidades de trabalho de trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares. O debate sobre as razões da subordinação das mulheres passa pela exclusão, em diferentes faces da vida pública, ou, alternativamente, pela sua imersão excessiva no mundo da família e da vida privada, seja por causa da maternidade, seja pela dedicação ao trabalho doméstico.

Neste sentido, os usos do tempo são considerados uma dimensão importante do grau de autonomia experimentado pelas mulheres. Na definição de autonomia econômica empregada pela Cepal, além da presença de renda, outro indicador empregado é o tempo total de trabalho, que inclui o trabalho remunerado e o não remunerado. Ainda que as mulheres trabalhem menos horas no mercado de trabalho, a baixa participação masculina nas tarefas domésticas aumenta o tempo total de trabalho das mulheres, como constatado em pesquisas de usos do tempo realizadas em 12 países da América Latina (CEPAL, 2010, p. 38). Nesta perspectiva, a base da desigualdade de gênero continua sendo a divisão sexual do trabalho: “las mujeres no han alcanzado la igualdad ni la autonomía, en gran medida, porque no se quebró el cimiento básico de esa desigualdad que es la división sexual del trabajo y la consiguiente naturalización del trabajo doméstico como responsabilidad femenina” (MONTAÑO, 2010, p. 21).

Mensurações sistemáticas de tais desigualdades vem sendo possibilitadas pelas pesquisas de usos do tempo (RAMOS, 2011) que lançam luz sobre a distribuição do trabalho doméstico nas famílias. Estas pesquisas permitem demonstrar que, a despeito das diferenças institucionais (sobretudo de serviços de cuidado) e culturais entre países, a desigualdade entre homens e mulheres – estas com uma carga total de trabalho (remunerado somado a doméstico não remunerado) sempre superior (CEPAL, 2010) – está presente nas mais variadas sociedades. Ademais, as pesquisas de usos do tempo servem de base para a contabilização do

tempo de trabalho não remunerado (doméstico e de cuidado) em termos de contribuição para o PIB nacional nas chamadas contas satélites (MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2007)³⁹⁰.

Usualmente dois tipos de metodologia são empregados para o estudo de usos do tempo. A mais recomendada emprega diários em que as atividades são listadas ao longo de um ou mais dias³⁹¹. Outra alternativa tem sido a inclusão de perguntas retrospectivas em pesquisas domiciliares. Essa última abordagem possui o inconveniente de medir melhor as atividades cuja duração é institucionalmente regulamentada como é o caso do trabalho remunerado, sendo, todavia, menos eficiente quando se trata de medir atividades fragmentadas como o trabalho doméstico. O tempo dedicado ao cuidado de crianças, idosos, enfermos ou pessoas com deficiência tende a ser ainda mais subestimado, inclusive na metodologia de diários, visto que costuma ser uma atividade secundária, concomitante a outra considerada principal, a qual muitas vezes acaba sendo a única a ser relatada. Folbre e Yoon (2008) mostram que a dificuldade de definir e mensurar o tempo de cuidado das crianças está ligada às próprias dificuldades de valorizar o tempo dedicado a esses cuidados³⁹².

Tanto o tempo é uma medida de desigualdade social que os diferenciais de bem-estar resultantes da presença ou não de tempo livre levou à noção de privação de tempo que vem sendo usada para ampliar a compreensão da pobreza. O conceito de “pobreza de tempo”³⁹³ vem sendo empregado para indagar sobre a “coerência ou insuficiência de tempo destinado a atividades como descanso, lazer, educação, cuidados com a saúde e a práticas desportivas” (RIBEIRO; TAQUES, 2012, p. 114). Ribeiro e Taques realçam que, quando a

³⁹⁰ Calculando o valor do trabalho doméstico a partir do valor que seria pago caso este fosse contratado no mercado, Melo, Considera e Sabbato chegam a seguinte conta: “[...] conclui-se que essas atividades valem cerca de 11,2% do PIB brasileiro e que corresponderam no ano de 2006 a R\$ 260,2 bilhões. Ou seja, o PIB nacional aumentaria nesse valor caso a sociedade contabilizasse essas tarefas ligadas à reprodução da vida. Além do mais, 82% desse trabalho ou, pelo ângulo monetário, daquele valor, cerca de R\$ 213 bilhões foram gerados pelas mulheres. É preciso esclarecer que chegou-se a esse montante por que a economia brasileira paga baixíssimos salários, e o serviço doméstico remunerado é uma das atividades econômicas de piores salários na economia, o que vai refletir-se nessa medição” (2007, p. 451-452).

³⁹¹ O IBGE já vem somando esforços para realização de pesquisa com diários, cujos procedimentos do projeto piloto foram descritos em Cavalcanti, Paulo e Hany (2010).

³⁹² As autoras lembram ainda que o número e a idade dos filhos também afeta a quantidade de trabalho doméstico, incluindo atividades específicas como preparar alimentos, medidas de higiene e recolher brinquedos. Há diversos esforços para captar formas mais passivas de cuidados, visto que não existem apenas atividades com as crianças, mas também atividades em benefício das crianças, como a participação em reuniões de escola. O tempo de supervisão costuma ser três vezes maior que o tempo de cuidado direto, considerando que as crianças desenvolvem atividades dentro e fora de casa e são cuidadas no tempo acordado e no tempo que passam dormindo – o que é particularmente importante no caso de crianças pequenas, que despertam com frequência e exigem cuidado durante o tempo de dormir.

³⁹³ Como nota Damián (2003), a estratificação muda se considerada a pobreza de tempo, uma vez que duas famílias com a mesma renda podem ter uma grande diferença de recursos de tempo, conforme tenham, por exemplo, crianças ou outras pessoas dependentes para cuidar e conforme o número de adultos capazes de cuidar. Ou seja, a discutida “reprodução da pobreza” passa pela pobreza de tempo, tempo que é de cuidado pelos outros, afetando outras oportunidades individuais, sobretudo das mulheres, nas esferas da educação, trabalho e lazer.

variável tempo é considerada, nota-se uma maior incidência de pobreza, a qual tende a ser ainda maior entre as mulheres. Ademais, um maior número de crianças ou a falta de infraestrutura (água encanada, transporte público etc.) causam pobreza de tempo, sendo as mulheres, sobretudo as casadas, as mais privadas de atividades de lazer e descanso (RIBEIRO; TAQUES, 2012).

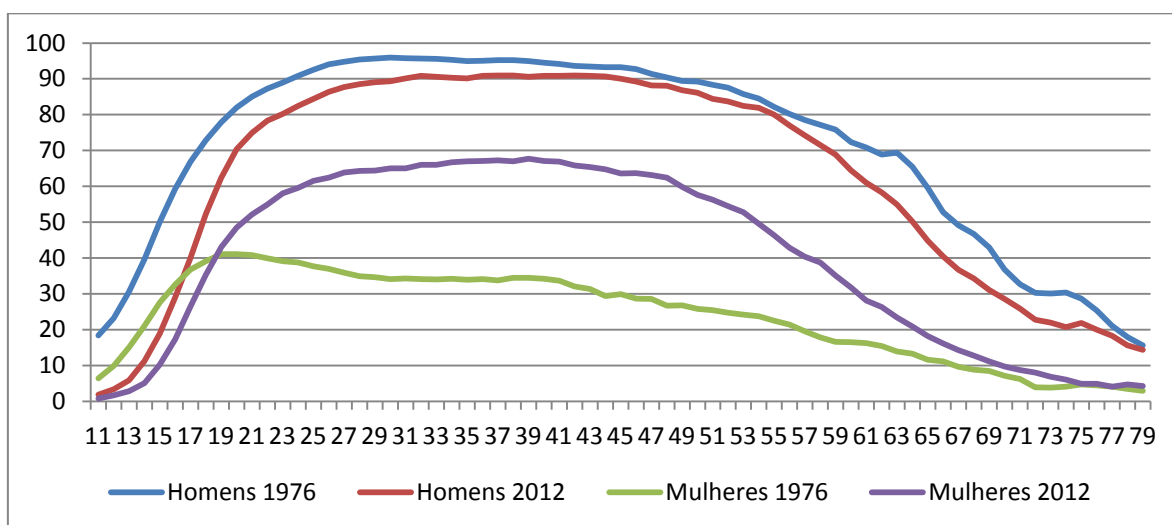
Mensurar os tempos de trabalho remunerado e doméstico de homens e mulheres em diferentes condições sociais revela diversas faces das desigualdades sociais, em especial os limites que a desigualdade na vida privada impõe à autonomia feminina em geral e as desigualdades nesta dimensão entre mulheres de diferentes classes.

3.2.1 Evidências sobre usos do tempo: mudanças parciais, desigualdades persistentes

Um fato digno de nota é que o engajamento profissional feminino ao longo da vida vem se tornando mais parecido com o masculino. Pelo gráfico 1, observa-se que o trabalho feminino em 1976 começava a cair depois dos 20 anos decrescendo cada vez mais, como indicação de abandono feminino do trabalho no período de formação de família. Já em 2012, o formato da curva de trabalho feminino se assemelha ao padrão masculino, embora as taxas de atividade das mulheres se mantenham mais baixas que a dos homens. Para os homens, a curva mantém-se estável tal qual a de trinta e seis anos atrás.

Nota-se que os homens trabalham um pouco menos em 2012 comparado a 1976, em especial nas idades mais jovens, o que reflete tanto o desemprego juvenil quanto o postergamento intencional da entrada no mercado de trabalho para aproveitar oportunidades de escolarização. A partir dos 60 anos há também redução do trabalho masculino, provável reflexo da ampliação do acesso à aposentadoria. Segundo Costa, a redução da participação nas faixas extremas da distribuição etária é historicamente típica do processo de desenvolvimento: “isso está ligado, numa extremidade, à maior duração da escolaridade, e, na outra, à maior abrangência dos esquemas de aposentadoria” (1984, p. 9).

Gráfico 1 - Percentual de pessoas que trabalhou ou tinha trabalho na semana de referência por idade e sexo, 1976 e 2012³⁹⁴



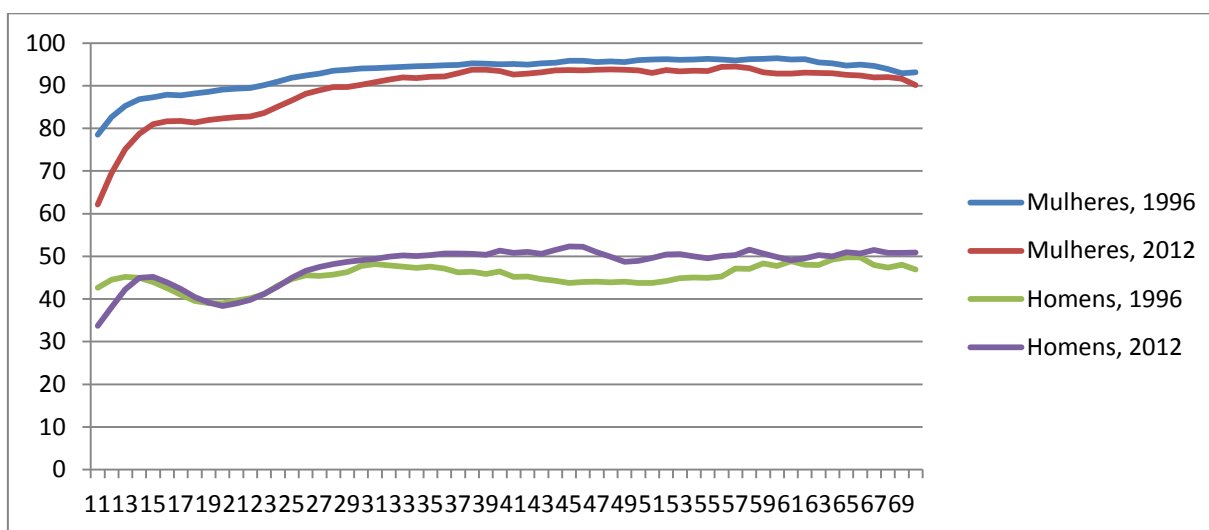
Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

O IBGE vem coletando informações sobre se a pessoa dedica-se a afazeres domésticos desde 1992 e sobre o número de horas dedicadas desde 2001. Serão analisados aqui os dados disponíveis nas PNADs de 1996, 2006 e 2012³⁹⁵. Apesar do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho ao longo de suas vidas – o que faz com que, como visto, sua curva assumira cada vez mais o formato de U invertido característico do trabalho masculino –, é inexpressiva a mudança na declaração masculina de dedicação aos afazeres domésticos ao longo da vida (gráfico 2). Há ligeiras variações, como uma pequena redução da declaração feminina antes dos 30 anos e um pequeno aumento entre os homens em torno dos 40 anos. Essas pequenas mudanças, que podem se dever a oscilações amostrais, não alteram o padrão geral de expressiva desigualdade entre homens e mulheres na divisão do trabalho doméstico.

³⁹⁴ Em todos os gráficos que consideram desigualdades ao longo do curso da vida, empregou-se a técnica de médias móveis para modelar os dados.

³⁹⁵ Em 2006 e 2012, o IBGE coletou dados sobre afazeres domésticos para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, perguntando “se habitualmente cuidavam, parcialmente ou integralmente, dos afazeres domésticos”, independentemente da sua condição de atividade e ocupação. Pesquisou-se também o número de horas que as pessoas habitualmente dedicavam por semana aos afazeres domésticos. Na PNAD 1996, perguntou-se apenas se a pessoa dedicava-se a afazeres domésticos. Embora seja preferível o termo trabalho doméstico para realçar que é um tipo de trabalho, o IBGE utiliza o termo afazeres domésticos como forma de diferenciar o trabalho doméstico não remunerado nas famílias do emprego doméstico. A definição de afazeres domésticos do manual de entrevista do IBGE inclui a seguinte lista de atividades realizadas no domicílio de residência: “a) Arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; b) Cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); c) Orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; d) Cuidar de filhos ou menores moradores; ou e) Limpar o quintal ou terreno que circunda a residência”.

Gráfico 2 – Percentual que declarou dedicar-se ao trabalho doméstico ao longo da vida por sexo, 1996 e 2012



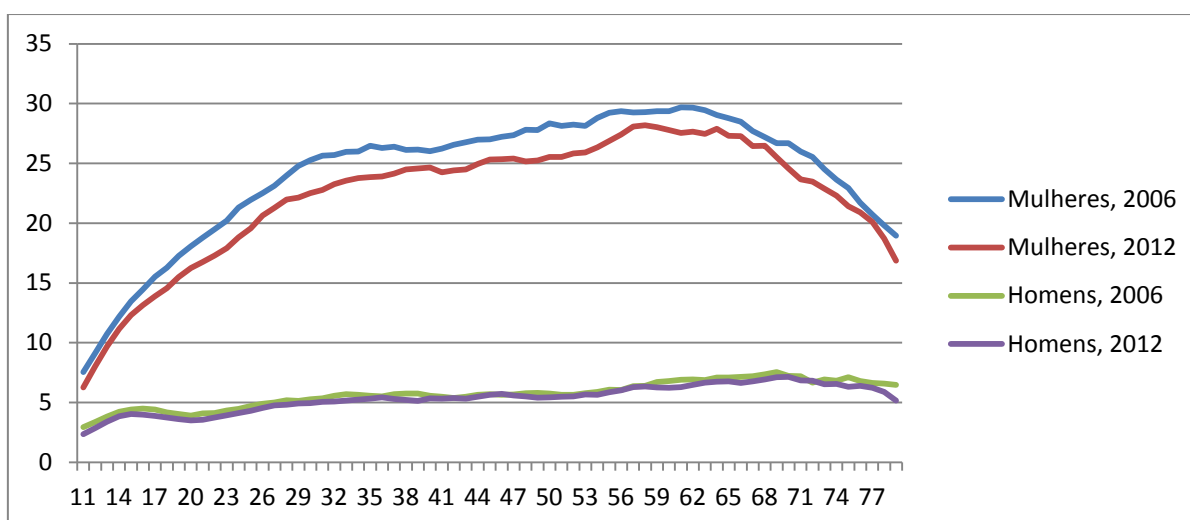
Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1996 e 2012.

Quando se observam as horas em média dedicadas ao trabalho doméstico em 2006 e 2012 (gráfico 3) por sexo, nota-se que a participação masculina é menor na adolescência e juventude e depois se mantém estável em torno de 5 horas semanais, tendendo a crescer apenas na velhice. Já a dedicação feminina cresce continuamente até atingir médias superiores a 25 horas semanais, só declinando por volta dos 65 anos, idade na qual seus patamares ainda são mais de três vezes superiores ao masculino. Entre 2006 e 2012, as horas dedicadas pelos homens mantêm-se constantes, mas há uma oscilação de em média duas horas a menos na dedicação das mulheres. Trata-se da comparação entre dois pontos no tempo, com um intervalo de seis anos de diferença, o que não permite maiores conjecturas, pois não existem dados de mais longo prazo sobre este tópico que permitam constatar com mais segurança tendências ao longo do tempo.

Como realçam Bandeira e Preturlan (2013), existem dinâmicas relacionadas, como o aumento do trabalho remunerado às custas do doméstico, o que não necessariamente implica em redução das tarefas e responsabilidades familiares femininas, mas muitas vezes em compressão do tempo pessoal das mulheres, gerando situações de tensão. Dedecca (2008) aponta indícios de sobrecarga nas últimas décadas com a flexibilização e o enfraquecimento da regulação pública quanto à fronteira entre trabalho e lazer/vida familiar, antes garantida pela separação entre local de trabalho e moradia. As consequências desses processos são diferenciadas por gênero: como o que o autor denomina trabalho para a reprodução social (ou seja, o trabalho doméstico e de cuidado) é preferencialmente de responsabilidades das

mulheres, estas são mais penalizadas com a extensão da jornada total de trabalho³⁹⁶. Embora a situação varie conforme os ramos de atividade e sua regulação, os impactos na qualidade de vida das pessoas são visíveis na pressão exercida em detrimento do tempo livre e do trabalho para a reprodução social. Tendo em vista a subordinação do trabalho para a reprodução social ao trabalho para a reprodução econômica, o autor alerta para o perigo de que “na ausência de regulação social, é muito provável que a complementaridade se transforme em maior subordinação, avançando sobre o tempo livre das pessoas e das famílias” (DEDECCA, 2008, p. 292) e, nestas, ainda mais sobre as mulheres.

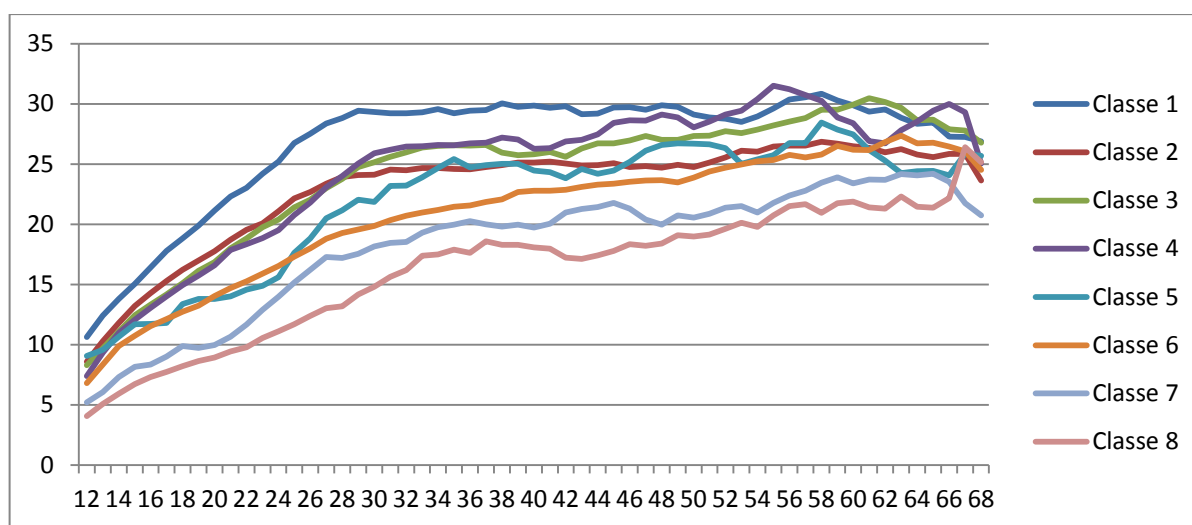
Gráfico 3 - Horas dedicadas ao trabalho doméstico por idade e sexo, 2006 e 2012



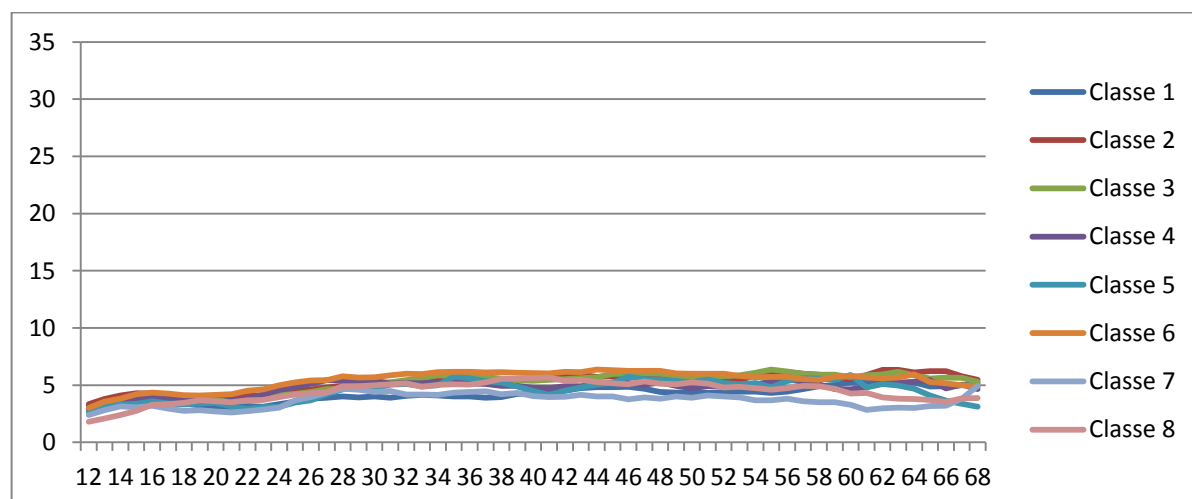
Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 2006 e 2012.

Ao analisar as desigualdades no uso do tempo entre mulheres de diferentes classes, nota-se que, ainda que os desenhos das curvas sejam semelhantes (cresce ao longo da juventude e depois dos 30 anos tende a se estabilizar), a intensidade da dedicação ao trabalho doméstico é extremamente diferenciada por classe entre as mulheres. Nota-se pelo gráfico 4 que a dedicação feminina ao trabalho doméstico tende a decrescer com a classe, sendo muito maior nas classes baixas, variando em mais de 10 horas entre mulheres das categorias extremas.

³⁹⁶ Historicamente as mulheres buscaram conciliações de forma privada, inclusive através da escolha profissional. A frequente opção pela carreira de magistério, por exemplo, tem racionalidade familiar, diante do “fato prosaico de que os horários e férias das professoras coincidiam com os horários e férias das escolas dos filhos” (OLIVEIRA, R. D., 2003, p. 69).

Gráfico 4 - Horas dedicadas ao trabalho doméstico por idade e classe familiar, mulheres 2012

Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD 2012.

Gráfico 5 - Horas dedicadas ao trabalho doméstico por idade e classe familiar, homens 2012

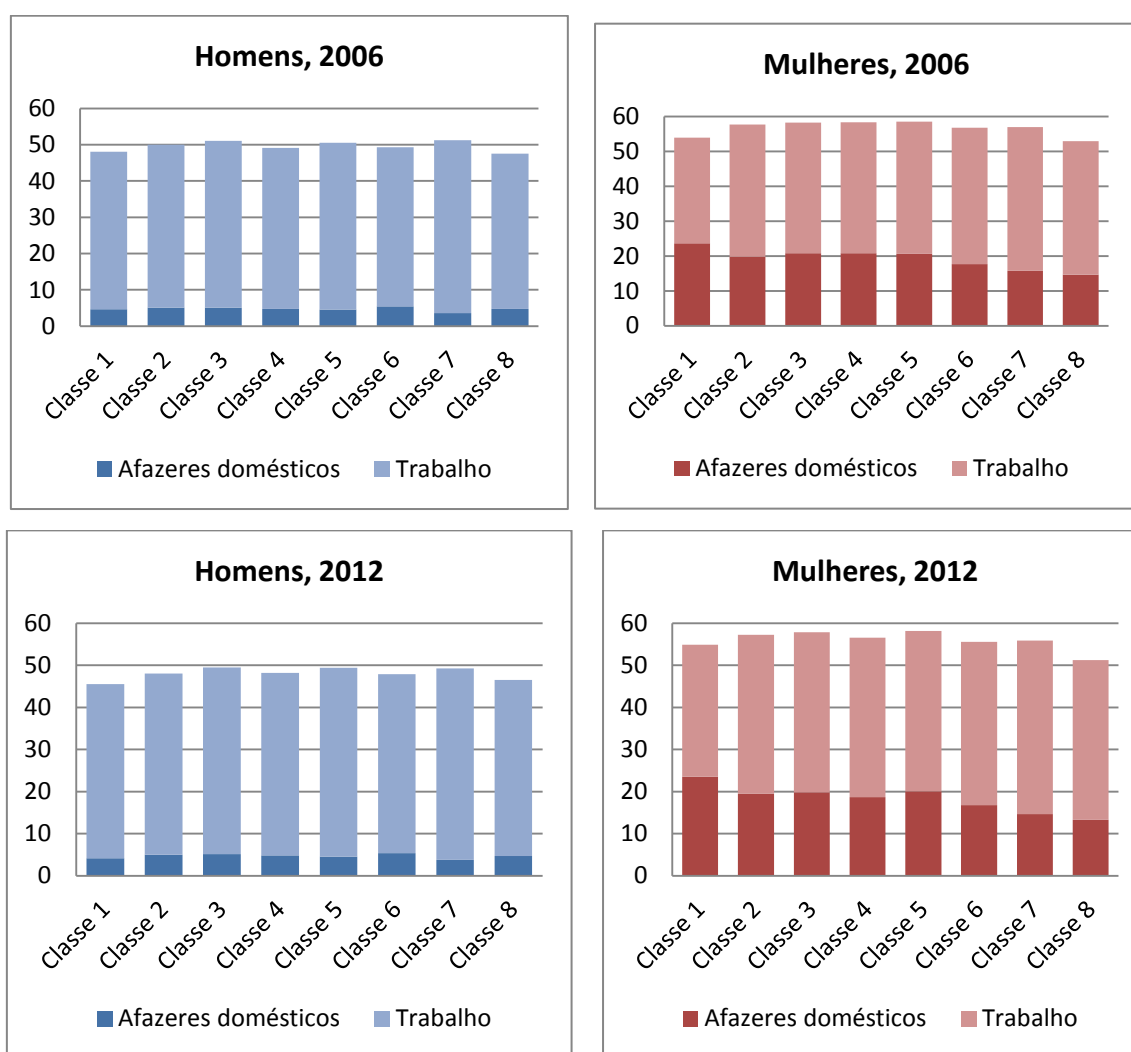
Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD 2012.

Nota-se, por outro lado, que a dedicação dos homens ao trabalho doméstico é praticamente monotônica ao longo da vida e pouco varia por classe (gráfico 5). Já para as mulheres o peso do trabalho doméstico varia ao longo da vida, certamente em conjunção com variações em sua trajetória familiar, sua dedicação ao trabalho remunerado e as possibilidades de repassar o trabalho doméstico. No que diz respeito ao trabalho doméstico, portanto, tudo se passa como se a condição de classe afetasse apenas as mulheres.

As distintas temporalidades que se tecem de forma desigual para homens e mulheres ao longo do ciclo de vida implicam em cargas totais de trabalho também desiguais.

Analisa-se a seguir a carga total de trabalho e sua composição por sexo e classe familiar para pessoas de 15 anos ou mais que trabalharam na semana de referência. Essa é uma medida do fenômeno da dupla jornada, permitindo aferir indiretamente um dos preços que as mulheres pagam pela conquista da participação no mercado de trabalho. O fato de que os homens dedicam mais horas que as mulheres ao trabalho remunerado não compensa a diferença de dedicação ao trabalho doméstico, resultando em desigualdade de gênero na carga total de trabalho que atinge quase 10 horas de diferença, montante que representa o que popularmente se chama de “dupla jornada feminina”, que tende a ser maior nas classes baixas urbanas (2, 3 e 4) e na classe 5.

Gráfico 6 – Horas dedicadas aos afazeres domésticos e ao trabalho no mercado por sexo e classe familiar, homens e mulheres de 15 anos e mais que trabalharam na semana de referência, 2006 e 2012



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 2006 e 2012.

Nota-se estabilidade entre 2006 e 2012, sendo o padrão basicamente o mesmo, ainda que se constate que reduz um pouco o tempo de trabalho para todos, homens e mulheres de todas as classes. Quanto ao trabalho doméstico, há menos diferenças entre os homens do que entre as mulheres. A dedicação dos homens oscila entre 4 e 6 horas, mas tende a ser ligeiramente maior nas classes mais escolarizadas (classes 6 e 8), o que é compensado pelo fato de que os homens destas classes tendem a trabalhar menos horas no mercado de trabalho, o que resulta em cargas totais de trabalho menores. Entre as mulheres a dedicação ao trabalho doméstico varia mais. Nota-se um menor tempo despendido com trabalho doméstico entre as mulheres das classes mais altas, tempo que é maior nas classes manuais. Conclui-se, portanto, que a desigualdade de gênero na divisão do trabalho doméstico por sexo é um desafio comum a todas as classes, havendo pequenas diferenças como uma ligeira dedicação maior ao trabalho doméstico pelos homens das classes mais escolarizadas, enquanto as mulheres dos estratos superiores dedicam um pouco menos.

Os diferenciais na dedicação ao trabalho doméstico são, portanto, uma dimensão das relações familiares em que as desigualdades de gênero são muito mais expressivas que as de classe. Para o Brasil como um todo, segundo análise do IPEA (2012), entre 1995 e 2009, nota-se estabilidade no percentual de pessoas que declaram realizar atividades domésticas, as mulheres sempre em torno de 90% e os homens oscilando entre 46 e 50%. Diferenças por cor ou região não são significativas (apenas homens da região Sul, cuja frequência é de 61%) e pequenas variações segundo características selecionadas não alteram o fato de que a diferença fundamental, mais forte e permanente, é entre homens e mulheres. Ou seja, a variável mais expressiva é sempre o sexo, pois ainda se atribui às mulheres a maior responsabilidade pelo trabalho necessário ao cotidiano doméstico (IPEA, 2012, p. 8). Segundo o IPEA (2012, p. 13), o uso do tempo “traduz um importante limite para a inserção das mulheres no mercado [...] se o dia tem 24 horas para todas as pessoas, torna-se muito difícil para as mulheres ampliarem a contento sua jornada de trabalho remunerada se continuarem se dedicando ao trabalho não remunerado como hoje o fazem”.

Bruschini e Ricoldi (2012) observam que muito do trabalho doméstico masculino assume a tradicional forma de “ajuda”, o que mantém a ideia de que é uma responsabilidade principal das mulheres e periférica para os homens³⁹⁷. Sorj (2004), por sua vez, destacou que

³⁹⁷ A participação do homem nos afazeres domésticos é condicionada, segundo Bruschini e Ricoldi (2012), pela sua jornada de trabalho remunerada. As autoras notam que os homens participam mais do trabalho doméstico quanto maior a escolaridade, enquanto as mulheres reduzem o trabalho doméstico quando mais escolarizadas,

a participação masculina no trabalho doméstico é seletiva, priorizando tarefas que envolvem interação ou que se dão no espaço público, restando às mulheres o trabalho manual, rotineiro e solitário.

Dados de 2003 analisados por Araújo e Scalon (2006)³⁹⁸ mostram que a divisão do trabalho doméstico permanece amplamente desigual. Numa lista que incluía diversas tarefas como lavar e passar roupa, limpeza da casa, cozinhar e o cuidado de familiares doentes, os homens respondiam por mais de 50% das atividades apenas no caso de pequenos consertos domésticos. Quanto ao cuidado de crianças, as autoras constatam que os filhos menores de 10 anos quando não estão na escola recebem cuidados fundamentalmente da mãe e em segundo lugar dos avós, sendo o cuidado público residual. Ao analisar os dados de uma série de tarefas de cuidados de crianças (vestir e dar banho, dar comida, acompanhar as atividades escolares, levar ao médico etc.), nota-se que a participação masculina é não só limitada, mas também seletiva. “Em praticamente todas as atividades, 70% ou mais de mulheres respondem que são elas próprias que fazem as atividades listadas, ao passo que imputam ao cônjuge uma participação inexpressiva. A única exceção é em relação à atividade de brincar com as crianças, em que a participação masculina se eleva um pouco [...]” (2006, p. 62)³⁹⁹. Portanto, segundo as autoras, a presença do ideal de igualdade de gênero na sociedade brasileira não significa que este se traduza em práticas mais igualitárias de divisão do trabalho doméstico.

Ainda que parte das resistências masculinas a um maior engajamento na esfera privada possa ser atribuída às expectativas sociais de que os homens dediquem-se mais ao trabalho remunerado, tenham menor licença quando do nascimento de um filho e menores

mas que para ambos a participação cai com a renda, o que provavelmente se deve à possibilidade de contratar diaristas ou empregadas domésticas. Não obstante, as autoras consideram que estão ocorrendo mudanças importantes no comportamento masculino, favorecendo a articulação entre trabalho e família. Através de entrevistas e grupos focais, as autoras colheram depoimentos de homens que advogam mudanças na legislação de forma a aumentar a flexibilidade das jornadas de trabalho e a licença paternidade, reconhecendo ainda a importância de equipamentos como creches. Nota-se em tais depoimentos que a mudança masculina é muito devedora da valorização do papel paterno, ainda que alguns reconheçam a importância do trabalho remunerado das esposas e busquem na dedicação aos afazeres domésticos uma forma de equilibrar a nova divisão de tarefas.

³⁹⁸ O artigo analisa resultados da pesquisa “Gênero, trabalho e família” que integrou o *International Social Survey Programme* (ISSP), que coletou dados em novembro de 2003 de uma amostra nacional de 2000 indivíduos maiores de 18 anos, ouvindo homens e mulheres sobre a conciliação entre vida familiar e trabalho.

³⁹⁹ A consideração da justiça ou injustiça na divisão do trabalho doméstico, outro tema abordado na pesquisa, revela o peso da tradição cultural que atribui às mulheres tais tarefas, ajudando a entender a lentidão das mudanças neste domínio. “[...] embora reconheçam trabalhar muito mais, não predomina entre as mulheres um sentido de injustiça, o que revela ainda uma forte naturalização sobre suas responsabilidades domésticas. Quanto aos homens, embora reconheçam fazer muito menos e a proporção dos que reportam fazer “menos que o justo” seja bem maior do que entre as mulheres, o que indica algum olhar crítico, o fato é que o sentido que predomina entre eles é de justiça, o que também parece revelar a permanência de um ideal de provedor no qual as atividades domésticas entram como ajuda e auxílio e não como dado constitutivo da reprodução de sua vida.” (ARAÚJO; SCALON, 2006, p. 62).

possibilidades de obter flexibilidade ou equipamentos sociais para atender suas responsabilidades familiares (como é o caso da obrigatoriedade de creches para mães trabalhadoras, mas não para os pais), outra grande parte se deve à inércia de um equilíbrio confortável a eles, mas cada vez mais desconfortável a elas. Como sugere Sorj em relação a não mudança na divisão do trabalho doméstico: “talvez o que esteja em jogo, em uma versão da sociologia da ação racional, seja o fato de que os homens não têm nenhum interesse em mudar sua posição na esfera doméstica, pois, simplesmente, não teriam nada a ganhar” (2004, p. 108). Destaca-se, assim, os limites quanto ao cumprimento da expectativa de Saltzman sobre as mudanças na estratificação de gênero de “com o poder masculino de micronível diminuindo e menos diferenciação sexual, a divisão do trabalho doméstico e familiar começa, com o tempo, a tornar-se mais igualitária” (1992, p. 242, tradução nossa)⁴⁰⁰.

Bianchi et al. (2000) identifica três perspectivas de análise das desigualdades de gênero na divisão do trabalho doméstico. A perspectiva do tempo disponível considera que o trabalho doméstico é alocado de acordo com a disponibilidade de pessoas e o volume de trabalho a ser feito, estando fortemente relacionado ao tempo gasto no trabalho remunerado e à composição da família. Já a perspectiva dos recursos relativos aposta no poder relativo dos cônjuges, considerando que maior educação e renda podem ser convertidas em menor dedicação ao trabalho doméstico. Nesse sentido, a dependência econômica das mulheres no casamento seria a causa de sua maior dedicação ao trabalho doméstico, enquanto os ganhos de autonomia feminina as habilitariam a melhor barganhar a divisão do trabalho doméstico⁴⁰¹. A crítica feminista e a perspectiva de gênero, por sua vez, realçam que as relações de gênero nos domicílios resultam de ideologias que atribuem papéis de gênero diferenciados – aprendidos desde cedo no processo de socialização – ainda hoje cristalizados.

Bianchi et al. (2000) lembram que mudanças na composição da população podem afetar a distribuição do trabalho doméstico. Mulheres mais escolarizadas e que trabalham tendem a dedicar menos horas ao trabalho doméstico, enquanto homens mais escolarizados tendem a dedicar mais horas. Neste sentido, aumentos na escolaridade da população e na frequência de trabalho feminino tendem a ajudar a reduzir os diferenciais por gênero na

⁴⁰⁰ Saltzman (1992) realça e aponta alguns dos desafios, observando que, se a industrialização transfere tarefas das casas para as fábricas, as mulheres que são donas de casa em tempo integral trabalham tanto quanto suas avós, só que o fazem em tarefas distintas. Enquanto isso, os homens não realizam nos domicílios os trabalhos que pouco os agrada, alternando-se geralmente em três opções: realizar pouco trabalho doméstico, fazê-lo de forma ocasional, fazer as tarefas menos aborrecidas, sujas ou repetitivas.

⁴⁰¹ Essa hipótese contém certa circularidade: porque tem menos autonomia a mulher dedica-se mais ao trabalho doméstico, o que a faz ter menos chances no trabalho. Outra visão da perspectiva de recursos relativos é a teoria microeconômica de Gary Becker, para quem a especialização dos cônjuges seria uma forma de maximizar a eficiência. A visão deste autor vem sendo bastante criticada por ignorar as relações de poder nas famílias.

dedicação ao trabalho doméstico. Mudanças na família, como adiamento ou declínio dos casamentos (visto que mulheres casadas dedicam-se mais a afazeres domésticos que as solteiras) ou menor número de filhos (os quais estão associados a uma maior carga de trabalho doméstico), tendem a reduzir a carga de trabalhos domésticos, os quais podem ser também externalizados, pela oferta pública ou compra no mercado.

Esping-Andersen (2009, p. 103) considera que há três formas de incentivar a participação masculina no trabalho doméstico e de cuidado: aumentando o poder de barganha das mulheres; reduzindo o volume de trabalho doméstico e de cuidado, através por exemplo de políticas de cuidado público, pois os homens participam mais quando este trabalho é menos intenso; ou diminuindo a jornada de trabalho dos homens. England e Farkas (1986) realçam que, embora a perspectiva de poder de barganha leve a supor que as mulheres das classes altas teriam melhores condições de negociar a divisão do trabalho doméstico, pela maior frequência de trabalho feminino e renda própria, este não é um resultado necessário. Os estratos superiores também são beneficiados por uma maior capacidade de externalizar, pela compra no mercado, as tarefas domésticas e de cuidado, o que poupa as horas que as mulheres dedicam ao trabalho doméstico e as permite um engajamento maior no mercado de trabalho.

Ao observar a divisão do trabalho doméstico na geração dos filhos, como tratado a seguir, constata-se não apenas a manutenção das desigualdades de gênero, mas também que os filhos dos estratos superiores são mais poupados da dedicação ao trabalho doméstico, o que também favorece a manutenção das desigualdades de classe, pois podem investir mais tempo em estudo e outras atividades que favoreçam sua futura inserção ocupacional.

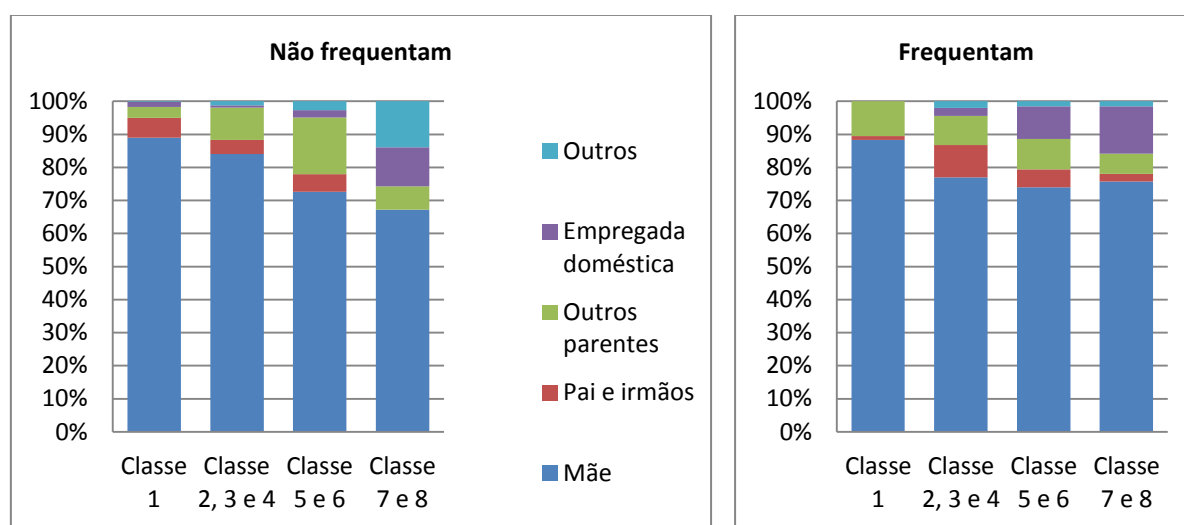
3.2.2 A socialização dos filhos e filhas na divisão do trabalho doméstico

Os filhos e filhas são socializados na divisão desigual do trabalho doméstico tanto pela observação das desigualdades de gênero na dedicação a estas tarefas entre os adultos, quanto pela sua própria inserção na divisão do trabalho doméstico. Filhos e filhas também são objeto de cuidados e impactam na carga de trabalho doméstico dos domicílios⁴⁰².

⁴⁰² A emergência de um campo de estudos do cuidado – frequentemente referido em inglês como *care*, termo que abrange não apenas os cuidados familiares, mas também aqueles exercidos na esfera pública, de maneira profissional – colocou em evidência esta dimensão antes ofuscada porque a definição de trabalho doméstico abrangia originalmente o trabalho de cuidado. “O trabalho doméstico envolve um conjunto de atividades que se realizam em dois níveis: no primeiro são executadas, cotidianamente, todas aquelas tarefas que permitem ao trabalhador descansar e renovar suas forças para o trabalho produtivo do outro dia. Nesse grupo incluem-se o preparo dos alimentos, a limpeza da casa, a lavagem e o conserto de roupas, além da compra de todos os bens necessários aos membros da família. No segundo nível situam-se atividades implicadas na formação de uma

Como antes demonstrado, a presença de filhos pequenos está associada a uma menor proporção de mulheres trabalhando, sugerindo o peso das responsabilidades de cuidado infantil nas oportunidades das mães. Na ausência de pesquisas detalhadas sobre demanda e oferta de cuidado infantil no Brasil, a PPV conteve uma pergunta sobre quem cuida das crianças que oferece algumas evidências a respeito. O fato mais evidente no gráfico 7 é a majoritária responsabilidade materna pelos cuidados na primeira infância, peso que tende a decrescer conforme se observam os estratos superiores, oscilando entre 60 e 90%. Nota-se maior flexibilidade nos arranjos de cuidado infantil nas classes 7 e 8, incluindo a presença de empregada doméstica e outros tipos não familiares de cuidado, enquanto nas classes mais baixas as alternativas ao cuidado materno são menores e em geral ficam restritas às soluções familiares.

Gráfico 7 – Quem cuida dos filhos de 0 a 6 anos por classe social familiar, conforme as crianças frequentem ou não estabelecimentos de ensino⁴⁰³, 1996



Fonte: elaboração própria a partir da PPV 1996.

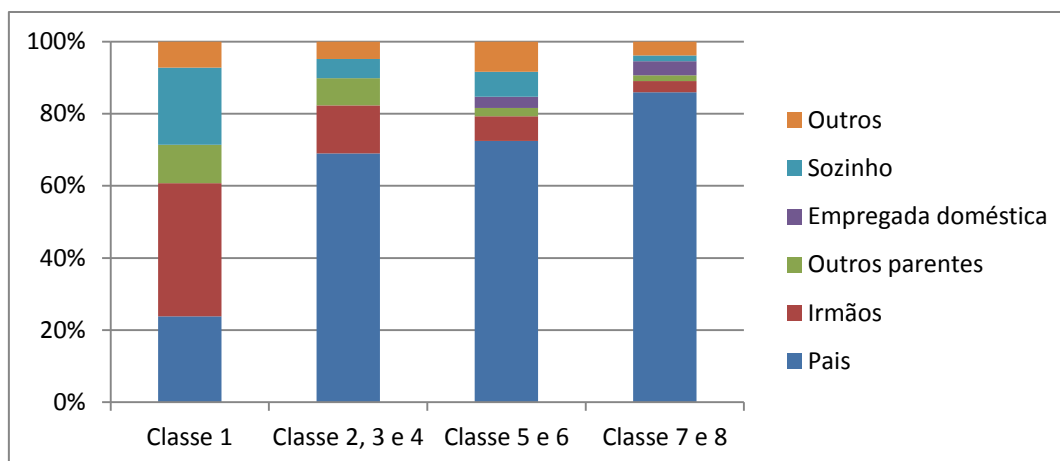
Os irmãos também tendem a assumir responsabilidades como levar na escola, o que acontece de forma mais intensa, como se vê no gráfico 8, nas classes mais baixas. Considerando os filhos de 0 a 6 anos que vão a estabelecimento de ensino, nota-se que 37% das crianças da classe 1 e 13% das crianças das classes baixas urbanas (2, 3 e 4) vão para a

nova geração de trabalhadores para a sociedade, envolvendo a gravidez, o parto, a guarda, proteção e socialização de crianças.” (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982, p. 9).

⁴⁰³ Considerou-se separadamente os filhos que frequentam e os que não frequentam estabelecimento de ensino, o que está também relacionado à variação de idade, pois os menores frequentam menos.

escola acompanhadas de irmãos. Já nos estratos superiores é mais frequente que pais levem à escola, percentual que chega a 86% nas classes 7 e 8.

Gráfico 8 – Quem leva as crianças de 0 a 6 anos ao estabelecimento de ensino por classe social familiar (para filhos que frequentam), 1996



Fonte: elaboração própria a partir da PPV 1996.

Neves (1982) mostra que os filhos das classes baixas são considerados independentes mais cedo e podem assumir responsabilidades pelos irmãos e pela casa, especialmente se as dificuldades financeiras levarem à necessidade de substituir a mãe⁴⁰⁴. Outras alternativas de cuidados nas camadas populares brasileiras (FERNANDES, 2013) incluem mulheres que cuidam de várias crianças em suas casas, em espécies de creches domiciliares informais, partilhando com elas suas limitadas estruturas domiciliares, além de parentes ou amigos que cuidam, e creches organizadas pela comunidade. Se nos estratos superiores a possibilidade de contratação de emprego doméstico permite a delegação das tarefas domésticas e de cuidado infantil, em boa parte da população experimenta-se sobrecarga de tarefas e soluções informais para o cuidado de crianças a partir da rede de solidariedade composta entre parentes, amigos e vizinhos, o que levou Hirata e Kergoat (2008, p. 276) a descrição deste modelo em termos de “acúmulo de tarefas e a prática de ‘se virar’”.

⁴⁰⁴ “Os filhos são considerados independentes quando já foram socializados a comerem sozinhos, a se locomoverem e saberem se juntar ao grupo de irmãos ou crianças vizinhas para brincarem no quintal. A independência das crianças em relação aos cuidados diretos da mãe pode ser antecipada quando as famílias enfrentam mais intensas dificuldades financeiras ou a ausência do esposo. Nesse caso, a idade (geralmente 7 anos) e a ‘esperteza’ (responsabilidade) do filho mais velho são tomadas como parâmetro para substituir a mãe no cuidado com os irmãos” (NEVES, 1982, p. 13-14).

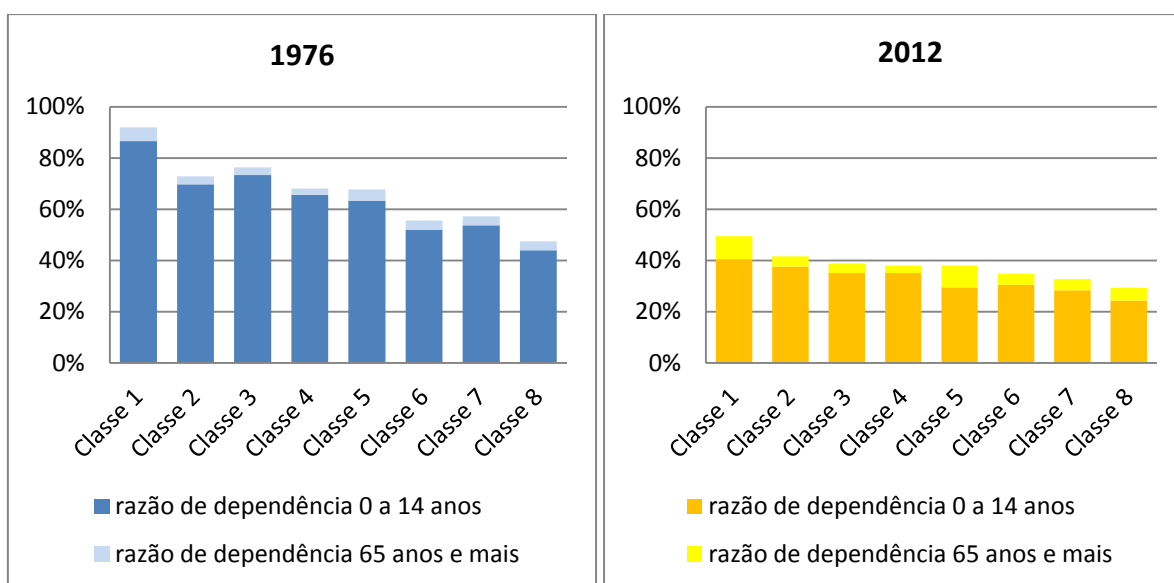
Para analisar variações na carga de trabalho doméstico e de cuidado por classe, pode-se considerar algumas medidas empregadas para estimar o percentual de pessoas dependentes na sociedade. A razão de dependência é definida pelo peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade)⁴⁰⁵. A razão de dependência pode ser pensada em termos econômicos, mas também de cuidados. Ainda que a redução da fecundidade venha diminuindo a pressão em termos de carga de cuidado (o que inversamente também explica a maior disponibilidade das mulheres para o mercado de trabalho, pois o movimento é recíproco), também aumenta o percentual de idosos, num contexto em que a população que cuida (na prática, ainda majoritariamente composta de mulheres) tende a estar mais engajada no mercado de trabalho.

O gráfico 9 mostra as variações nas razões de dependência por classe, que se reduziram substantivamente em 2012 se comparadas a 1976, quando chegava a atingir 92 dependentes a cada 100 pessoas em idade ativa na classe 1, e entre 68 e 76 dependentes entre as classes 2 e 5. Patamares mais baixos eram encontrados então apenas nas classes 6 a 8, onde os valores oscilavam entre 47 e 57. Em 2012, os valores reduzem-se expressivamente, entre 37 e 50% em todas as classes, atingindo os valores de 49 dependentes na classe 1, 42 na classe 2, reduzindo-se progressivamente até um mínimo de 29 dependentes na classe 8⁴⁰⁶.

Não obstante reduza-se a razão de dependência nas classes baixas, estas seguem tendo um maior percentual de crianças e idosos sob seu cuidado. A insuficiência de soluções de cuidado – sobretudo infantil (pré-escola, escola em tempo integral etc.) já que a maior carga de cuidado são de crianças – tende a aumentar as desigualdades sociais não só entre adultos, pois para os que têm responsabilidades familiares gera-se uma competição desigual no mercado, mas também entre famílias, diante da tendência de melhores soluções de cuidado para os mais ricos (que podem pagar para ampliar seu leque de alternativas) e piores para os mais pobres.

⁴⁰⁵ Brito mostra que o grupo de 15 a 64 anos representa 96% dos ocupados, ou seja, a razão de dependência realmente corresponde em boa medida à realidade. Não obstante, é preciso relativizar a noção de razão de dependência, uma vez que esta pode assumir valores muito mais altos quando se adota uma visão mais realista da PIA, questionado quem está ocupado e quem está contribuindo. Neste caso, a razão de dependência poderia ser pensada, com dados de 2000, como 161 não ocupados para cada 100 ocupados ou como 506 não contribuintes para cada 100 contribuintes, um quadro bem menos animador que a razão de dependência total de 53 dependentes (46 jovens e 8 idosos) para cada 100 pessoas em idade ativa.

⁴⁰⁶ Não se pode olvidar que, ainda que os dependentes sigam sendo majoritariamente jovens, o Brasil já se encontra em processo de envelhecimento populacional.

Gráfico 9. Razão de dependência por classe social, 1976 e 2012

Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

A tendência de que a razão de dependência cresça no que diz respeito ao percentual de idosos e caia para crianças é típica da transição demográfica e comum a diferentes países⁴⁰⁷. Importa pensar as variações por classe, considerando que as demandas de cuidado são diferenciadas, o que está relacionado às oportunidades de trabalho das mulheres. Tais desigualdades são reforçadas pelo fato de que quem tem mais responsabilidade de cuidado (maior taxa de fecundidade) tem menos acesso a cuidado (como é o caso da educação infantil).

Como analisado no capítulo 6, o acesso à educação infantil tende a ser progressivamente melhor conforme a posição de classe, deixando evidente a importância de políticas públicas direcionadas à educação e cuidado infantil. Reduzindo a carga de trabalho doméstico das mães e oferecendo um espaço em que as crianças possam ser socializadas desde cedo com modelos mais igualitários de gênero, a educação infantil também pode favorecer mudanças na realidade de que filhas e filhos desde muito cedo começam a participar da divisão sexual do trabalho nas famílias.

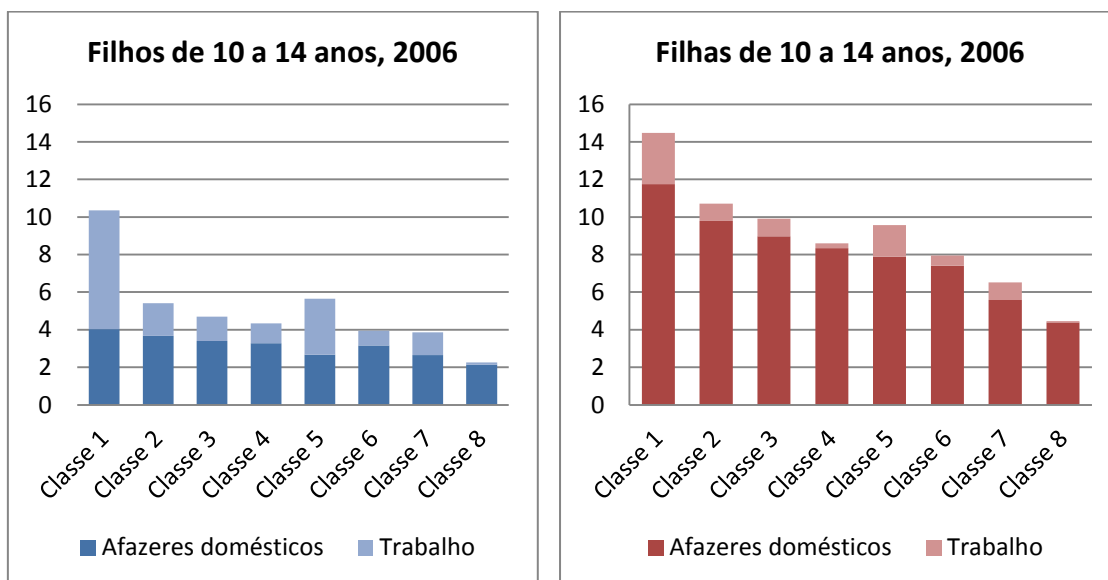
Num contexto em que a participação de crianças no mercado de trabalho tende a declinar (BARROS; MENDONÇA, 2010) – mas ainda é relativamente comum entre trabalhadores rurais e pequenos proprietários urbanos (classes 1 e 5) – os afazeres domésticos é que são a ocupação mais frequente entre meninos e meninas, manifestando desde cedo a

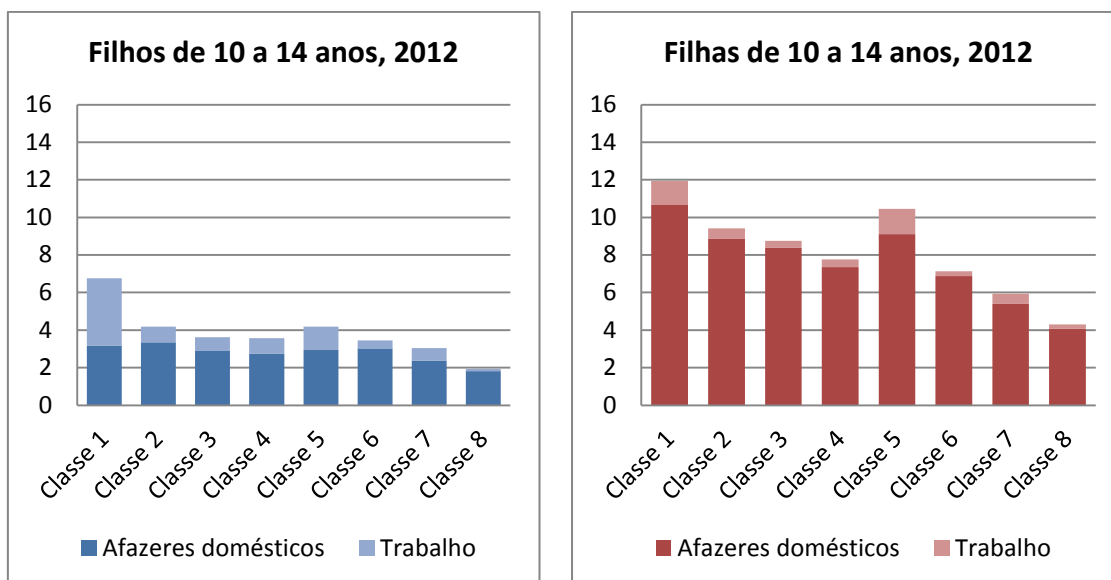
⁴⁰⁷ Para uma análise da situação na América Latina ver Cerrutti e Binstock (2009, p. 15).

desigualdade de gênero, uma vez que em todas as classes é mais frequente entre as meninas. Se, de um lado, destaca-se a socialização precoce para a divisão desigual por gênero do trabalho doméstico, nota-se também que a dedicação ao trabalho doméstico tende a se reduzir à medida que se observam condições de classe mais elevadas, deixando claro que o modelo idealizado de infância integralmente dedicada ao estudo e ao brincar não está disponível a todos.

Observando-se, em 2006 e 2012 (gráfico 10), os usos do tempo de filhas e filhos com entre 10 a 14 anos, nota-se já a diferenciação quanto ao direcionamento do tempo feminino para as atividades domésticas e o tempo dos meninos mais frequentemente que as meninas para o trabalho. Ambos tendem a reduzir o tempo dedicado ao mercado de trabalho, mas experimentam desigualdades pronunciadas quanto a sua participação no trabalho doméstico. Seja considerando a carga total de trabalho, seja considerando especificamente os afazeres domésticos, o tempo empregado pelas filhas é em geral mais que o dobro do que o dos filhos.

Gráfico 10 - Horas dedicadas por semana a trabalho e afazeres doméstico por classe e sexo dos filhos de 10 a 14 anos, 2006 e 2012





Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 2006 e 2012.

Ainda que exista um engajamento maior no mercado de trabalho entre os filhos do que entre as filhas, o tempo total de trabalho dos filhos acaba sendo muito menor que o das filhas, uma vez que estas são muito mais solicitadas para o trabalho doméstico. O tempo total despendido em trabalho e afazeres domésticos é progressivamente maior conforme se observa as classes mais baixas. A exceção é a classe 5, dos pequenos proprietários, em que o trabalho, provavelmente familiar, dos filhos é mais comum que nas classes 2 a 4. O tempo dedicado a estas atividades expressa também a disponibilidade diferenciada quanto ao tempo de estudo entre as classes e entre meninos e meninas.

A relativa naturalização da divisão sexual do trabalho doméstico é constatada na pesquisa de Whitaker (2002) que observa, através de redações escolares em que crianças descreviam o cotidiano familiar, que as diferenças no lazer de meninos e meninas e de pais e mães são, ao mesmo tempo, denunciadas e ocultadas em visões de que meninos e homens vão à pescaria ou assistem TV, enquanto mães e meninas “gostam” de costurar e de cuidar dos irmãos menores ou dos animais. Considerando as possibilidades de resignação feminina, mas também que parte das atividades domésticas femininas pode ser vista como prazerosa, a autora realça que tal socialização de gênero inclui ambiguidades.

Esta redação impressiona pela descrição de todas as tarefas que a menina e a mãe faziam aos domingos arrumando casa, limpando quintal, fogão, geladeira! A menina descreveu, ainda, com muita alegria, um domingo em que a casa se encheu de parentes. Feliz por brincar com os primos, ela não reclama, ao contar como o pai ordena que pegue o guaraná que estava na geladeira: “Vai logo, menina, não demora”. E a casa cheia de meninos! Na hora de arrumar a “bagunça”, as meninas

são recrutadas. A menina descreveu a cena com muita graça: “Meus primos e meus irmãos falaram – vem logo ‘hein’ para nós acabarmos de brincar. Minha mãe e minha tia falaram *Vocês vão limpar a cozinha*”.

[...]As meninas estavam em geral muito conscientes da necessidade que as mães têm de descansar. Era um padrão recorrente no conjunto das redações das meninas. Mas nunca propunham que os meninos ajudassem. Mostravam-se então ansiosas por aliviar a carga da mãe sem lamentarem a própria carga decorrente. (WHITAKER, 2002, p. 18-19, grifos da autora)

Não obstante, Whitaker observa mudanças no campo no sentido de que as aspirações dos pais sinalizam uma igual valorização da escolarização de meninos e meninas. Nota também que, apesar de experimentarem mais lazer que suas irmãs, os meninos são mais vulneráveis a serem recrutados para o trabalho remunerado precocemente. Desta forma, pode-se concluir que, paradoxalmente, a socialização diferenciada por gênero pode favorecer a permanência e o sucesso feminino na escola, possibilitando uma via educacional de ascensão. Como observou England (2010) para os Estados Unidos é possível também que no Brasil as meninas de classes baixas tenham mais incentivo para estudar e ascender a empregos não manuais do que para disputar vagas em trabalhos manuais mais qualificados e melhor remunerados que são dominados pelos homens.

O fato de que as mulheres seguem sendo penalizadas no seu uso do tempo e que esta dimensão se transmite intergeracionalmente inclui um ônus e um bônus. O bônus é que o trabalho doméstico é mais compatível com a escolarização e o fato das mulheres poderem seguir mais tempo estudando as deixam em vantagem comparadas aos homens que ainda são chamados a trabalhar mais cedo. O ônus é que esta atribuição desigual de tarefas domésticas reproduz as desigualdades na vida privada da geração adulta, com níveis ainda mais altos de desigualdade. Estas tendências conduzem, assim, ao paradoxo de que as mulheres continuariam a ser mais escolarizadas que os homens no mercado de trabalho, mas em piores condições, dentre outras razões pelas desigualdades experimentadas na vida privada. No limite, parte das mulheres restringiria ao máximo sua fecundidade para poder ascender profissionalmente, enquanto outra parte teria suas oportunidades afetadas pela carga de responsabilidades domésticas e de cuidado⁴⁰⁸.

Considerando as mudanças nas relações familiares, o que inclui o fato de que as mulheres postergam a união e têm menos filhos e mais tarde, o que contribui para a redução da razão de dependência e da carga de trabalho doméstico, reduções maiores na carga de

⁴⁰⁸ Realça-se, assim, a atualidade de dilemas há muito enunciados nos estudos de gênero: “Mesmo que maiores oportunidades profissionais possam ter conferido às mulheres maior independência, isto geralmente é alcançado a grandes custos: tanto a dupla jornada de trabalho doméstico e extradoméstico, ou a privação da maternidade” (STOLCKE, 1980, p. 103).

trabalho doméstico das mulheres só poderão vir de duas formas: pela redistribuição do trabalho doméstico entre outros membros da família, o que exige mudança nas relações de gênero e geracionais; ou pela externalização de tarefas domésticas e de cuidado através do mercado ou de serviços públicos.

A consideração dos trabalhos doméstico e de cuidado como questões públicas a demandar serviços coletivos é um dentre os vários desafios, tradicionais ou novos, relacionados às desigualdades de gênero e classe nas famílias como tratado a seguir.

3.3 Velhos e novos desafios das desigualdades de gênero e classe nas famílias

Quando comparada à significativa expansão da participação feminina na força de trabalho, a persistente desigualdade de gênero na divisão do trabalho doméstico surpreende, ainda mais porque segue sendo transmitida na socialização desigual das filhas e filhos. A construção do cuidado como responsabilidade feminina apoia-se no alto grau de desigualdade ainda presente na distribuição das atividades de trabalho doméstico e remunerado e na socialização diferencial das novas gerações sob tais valores e experiências.

Coltrane e Adams (2008) analisam como os pais, como participantes de uma cultura mais ampla, passam aos filhos ideias sobre desigualdade de gênero através de ações indiretas e sutis. Considera-se que os pais ou outros adultos que cuidam são os principais agentes de socialização, justamente porque se atribui às famílias tal responsabilidade, num contexto em que os cuidados são pouco coletivizados. Consideram que, “como um microcosmo da sociedade, a família localiza as crianças dentro da estrutura social e provê sua primeira exposição à cultura” (p. 173), e concluem que “porque garotos e garotas são tratados diferentemente e colocados em diferentes ambientes de aprendizagem, eles desenvolvem diferentes necessidades, desejos, habilidades e temperamentos” (2008, p. 175).

Um dos estudos mais conhecidos sobre as diferenças nos processos de socialização é o de Chodorow (1979, 1990), que realçou a continuidade/contiguidade e a identificação pessoal presentes na formação da personalidade feminina, por oposição à descontinuidade e identificação posicional envolvida na relação entre filho e pai. Esta visão está baseada no modelo tradicional de homem provedor e mulher dona de casa: enquanto a identificação da filha com a mãe se faria através de um aprendizado cotidiano e contínuo dentro da esfera doméstica, a identificação do filho se faria em relação a uma figura abstrata e mais ausente do pai, implicando ruptura em relação à esfera doméstica. Estas experiências distintas de filhos e filhas quanto à relação com as figuras parentais e os tipos de identificação que se processam seriam responsáveis pela adoção de diferentes personalidades de gênero. Dever-se-ia esperar, portanto, que a entrada das mães no mercado de trabalho e alterações na divisão do trabalho doméstico gerem mudanças na forma de identificação de filhos e filhas com os pais.

Já a teoria do esquema de gênero proposta por Bem (1983) mostra que as crianças aprendem um esquema cognitivo que oferece uma rede de associações em torno da dicotomia

masculino-feminino⁴⁰⁹. As crianças desenvolvem uma percepção polarizada do mundo, como dividido por gênero, em cores, tipos de brinquedos, com prescrições e proscricões. Também no trabalho doméstico, pais indicam tarefas diferenciadas para os filhos e filhas. Segundo a autora, os pais podem colaborar na mudança social na medida em que eliminem os estereótipos de gênero em seu próprio comportamento e selecionem produções culturais não sexistas para serem oferecidas às crianças. A construção de modelos alternativos também inclui a apresentação às crianças de uma visão crítica dos esquemas sexistas e das consequências da discriminação sexual.

Outro importante clássico sobre a socialização desigual de gênero foi o livro *Dalla parte delle bambine: l'influenza dei condizionamenti sociali nella formazione del ruolo femminile nei primi anni di vita* (Da parte das meninas: a influência do condicionamento social na formação dos papéis femininos nos primeiros anos de vida), cuja primeira edição é de 1973. Nesta obra, Elena Belotti mostrou como as crianças eram socializadas de formas distintas: a cor de seus quartos, os jogos, a literatura, a imitação e identificação com os adultos, tudo colaborava para as diferenciações de papéis de gênero entre meninos e meninas. Mais de três décadas depois, Baudelot e Establet (2007), em *Quoi de neuf chez les filles? Entre stéréotypes et libertés* (O que há de novo entre as meninas? Entre estereótipos e liberdades), propõe-se a medir as dimensões principais apontada pela enquete de Belotti, fazendo uma revisão bibliográfica dos estudos atuais.

Baudelot e Establet constataam que houve transformações notáveis em diversos aspectos da socialização de meninos e meninas, que os pais de todas as categorias sociais progressivamente alinharam as ambições escolares para filhos e filhas e estas chegaram a superar os meninos. A incursão das filhas em domínios antes masculinos diversificou-se e cresceu a mixidade nas salas de aula. No entanto, as transformações são incompletas em uma série de aspectos. Os pais continuam a dar soldados de brinquedo para seus filhos e os exércitos são majoritariamente masculinos. Aceita-se mais facilmente oferecer brinquedos

⁴⁰⁹ Segundo Bem (1983), para explicar a reprodução das desigualdades de gênero existem dois tipos de teorias, as psicanalíticas, que focalizam a sexualidade, as emoções e o inconsciente; e as cognitivistas, que analisam como as crianças percebem o mundo, processam informações e desenvolvem o pensamento racional. Dentre estas últimas, está a teoria do esquema de gênero. “In particular, gender schema theory proposes that sex typing derives in large measure from gender-schematic processing, from a generalized readiness on the part of the child to encode and to organize information – including information about the self – according to the culture's definitions of maleness and femaleness. Like cognitive-developmental theory, then, gender schema theory proposes that sex typing is mediated by the child's own cognitive processing. However, gender schema theory further proposes that gender-schematic processing is itself derived from the sex-differentiated practices of the social community. Thus, like social learning theory, gender schema theory assumes that sex typing is a learned phenomenon and, hence, that it is neither inevitable nor un-modifiable.” (BEM, 1983, p. 603).

masculinos às filhas do que deixar filhos usar rosa ou brincar de boneca, e ainda que surjam brinquedos mistos, os jogos masculinos com bola e no exterior ainda favorecem o sentido de espaço, enquanto as brincadeiras com boneca no interior favorecem as habilidades de linguagem das meninas. Estas diferenciações expressam-se no Teste de Pisa, que tem constatado que os rapazes se saem um pouco melhor em habilidades de matemática e cultura científica enquanto as moças tem uma vantagem maior em compreensão textual. Os autores concluem que, ainda que a melhoria das mulheres no mercado de trabalho seja real e o grau de segregação das ocupações diminua nas últimas décadas do século XX, a observação do percentual de homens e mulheres em cada ocupação ainda valida os estereótipos de gênero mais arcaicos, diante do maior direcionamento das mulheres para profissões relacionadas a variadas formas de cuidado dos outros (o que eles chamam de uma “transposição profissional dos papéis de esposa e mãe”), enquanto os homens seguem majoritários nos empregos industriais (exceção à têxtil) e nas posições de comando.

Hoje há certo consenso pelo menos na Academia sobre a necessidade de rever dicotomias constitutivas do pensamento moderno, como “mercantil/não-mercantil, público/privado, produção/reprodução, egoísmo/altruísmo, masculino/feminino” (GUÉRIN, 2003, p. 80), as quais levam a explicar os comportamentos a partir do sexo das pessoas e dos espaços em que se realizam, esquecendo que pessoas de ambos os sexos e em diferentes espaços aspiram a controlar seus destinos e dão provas de possuir senso de responsabilidade, de altruísmo e de engajamento. No entanto, empiricamente as desigualdades de gênero nas famílias ainda atribuem as responsabilidades de cuidado majoritariamente às mulheres, levando a questionar, por exemplo, se o status de indivíduo é compatível com o de mãe.

A mediação revela-se particularmente necessária diante das tensões encontradas na busca da construção da identidade feminina: o status de indivíduo autônomo, que decide sobre sua vida da mesma maneira que o homem, status a cujo acesso, a partir de agora, as mulheres têm direito, é compatível com o da mãe disposta a satisfazer as necessidades dos outros em detrimento das suas, provedora de felicidade e conforto, imposto às mulheres durante milênios? (GUÉRIN, 2003, p. 82)

Há muito a tensão entre responsabilidades familiares e individuação das mulheres é debatida nos estudos feministas e de gênero. Beauvoir levanta este debate na década de 40, tratando o drama da mulher como parte do drama existencial da liberdade humana, mas que é complicado pela socialização e oportunidades desiguais por gênero que limitaram historicamente as identidades possíveis e legítimas para as mulheres. Para Beauvoir, o lugar de mulher, mãe e esposa, presa ao lar, impede que a mulher se individualize, se singularize.

Através da revolta, da recusa coletiva dos limites da situação dada às mulheres é que podem forjar seu projeto de libertação⁴¹⁰.

O contraponto entre as visões de duas autoras clássicas no feminismo, Simone de Beauvoir e Betty Friedan, mostra diferentes facetas deste dilema. O conflito entre individualidade e igualdade, de um lado, e a questão da reprodução e dos filhos, de outro, foi abordado por Betty Friedan no livro *A segunda etapa*. Friedan destaca a questão da família como algo não resolvido na primeira etapa feminista, e que persiste como um desafio, diante da pressão gerada pela simultaneidade entre trabalho e responsabilidades familiares. Para Friedan, a manutenção de expectativas de desempenho nos padrões de outrora (em que havia especialização de homens no trabalho remunerado e mulheres no trabalho doméstico) exigiria uma atitude de “supermulheres”. Friedan propõe, no entanto, rever os papéis antes polarizados de homens e mulheres. “Isso significaria realizar mudanças tanto no que se refere ao trabalho (a esfera pública), quanto à organização da vida doméstica, a partir da cessão dos poderes que mulheres e homens ainda conservam zelosamente em seus campos específicos” (ARDAILLON; CALDEIRA, 1984, p. 8). Friedan propõe rever a visão de que a emancipação feminina supõe ser antifamília e mostra que o que é preciso é transformar a estrutura da sociedade, para que sejam possíveis quaisquer escolhas familiares.

O direito de escolha é crucial à individualidade da mulher. O direito de escolha tem de significar não somente o direito de escolher não trazer uma criança ao mundo contra a própria vontade, mas também o direito de ter uma criança, com alegria, com responsabilidade, sem pagar um preço terrível de isolamento do mundo com suas ocupações recompensadas, suas decisões e atividades (FRIEDAN, 1981, p. 82).

Friedan indaga se existem apenas duas alternativas: de um lado o conflito família-trabalho e, de outro, evitar tal conflito não tendo filhos, o que seria uma “escolha” ilusória: “Quantas mulheres hoje em dia ‘escolhem’ não ter filhos porque simplesmente não podem deixar de trabalhar, ou porque não podem contar com organizações adequadas de cuidados infantis?” (1981, p. 68). Lembra ainda que as mulheres não trabalham apenas por um ideal de

⁴¹⁰ Beauvoir oferece como parâmetros para essa ruptura o trabalho e a independência econômica, mas já antecipa alguns dos principais descompassos na situação da mulher. “A referência ao trabalho como pré-condição para a mudança na situação da mulher é a mais explícita. Outras alusões são feitas de maneira geral, sobretudo na parte final do livro quando, ao se referir às mulheres dependentes, Simone de Beauvoir aponta vários dos obstáculos à sua efetiva libertação. De fato, não é fácil para uma mulher assumir sua autonomia numa sociedade que não está estruturada para aceitá-la. As mulheres dispostas a essa tarefa permanecerão como párias enquanto não empreenderem uma ação coletiva que interfira no modo de organização social. Seu trabalho continuará desvalorizado e ela discriminada; esperar-se-á dela a realização do trabalho doméstico e, acima de tudo, não haverá condições para que aborde livremente a maternidade. Dar à luz é um compromisso, uma escolha moral, mas não há como assumi-la plenamente se a sociedade não está organizada para aceitá-la em conexão com o trabalho e fora dos marcos do casamento tradicional.” (ARDAILLON; CALDEIRA, 1984, p. 5).

autonomia, trabalham porque necessitam arcar com suas despesas e responsabilidades familiares, tal como os homens. O ideal ou possibilidade da mulher escolher ficar em casa é ilusório, pois supõe a presença de familiares ou cônjuges que as sustentem, realidade cada vez menos provável no atual contexto de transformações nas relações familiares⁴¹¹.

A liberdade, desde as primeiras feministas, aparece como ruptura com a condição de submissão presente na esperada abnegação em favor dos outros, que manifesta-se de forma evidente nas relações familiares⁴¹². Gilligan (1997, p. 203) mostra que “o séc. XX foi realmente testemunha da legitimação de muitos dos direitos que as pioneiras feministas procuraram obter”, como a liberdade sexual, o controle dos nascimentos, o trabalho e o voto, mas persistiu a questão da socialização feminina para o cuidado do outro, o que entra em conflito com sua individualidade. Gilligan constatou, em suas pesquisas dos anos 90, que a ética da responsabilidade permanecia como o centro das preocupações morais das mulheres, ainda que transformada pelo reconhecimento da justiça e da abordagem de direitos. Nos dilemas morais, as mulheres tendiam a levantar questões sobre o bem-estar dos outros, evidenciando, segundo Gilligan, uma ética do autosacrifício que está em conflito com o conceito de direitos, em nome do qual têm sido feitas as reivindicações de equidade de gênero no último século. Segundo Gilligan, o debate sobre os direitos das mulheres levantava ainda o espectro do egoísmo e do abandono das responsabilidades pelas mulheres⁴¹³.

Gilligan propõe questões importantes sobre a socialização feminina para o cuidado. Quando questiona que “a reivindicação dos seus direitos por parte das mulheres

⁴¹¹ “Nos Estados Unidos, como em todas as nações industrializadas hoje em dia, um número cada vez maior de mulheres trabalha fora de casa, não só porque querem ‘se realizar’ e afirmar sua independência, mas porque precisam, para sobreviver. São solteiras e responsáveis pelo seu sustento, divorciadas e geralmente responsáveis pela maior parte ou por todo o sustento dos filhos, ou casadas e responsáveis por parte do sustento da família, porque apenas um cheque de pagamento não é o bastante” (FRIEDAN, 1981, p. 71).

⁴¹² “Mas, a reivindicação dos seus direitos por parte das mulheres colocou-as logo numa aparente oposição à virtude, uma oposição que foi negada por Mary Wollstonecraft, em 1792. Em ‘uma reclamação dos direitos da mulher’, ela argumenta que a liberdade, mais do que promotora da licenciosidade, a liberdade é ‘a mãe da virtude’, porque a escravidão causa não só a abjeção e o desespero, mas também a falsidade e o engano. A ‘arrogância’ de Wollstonecraft ao atrever-se a ‘aplicar a minha própria razão’ e desafiar ‘as noções erradas que escravizam as pessoas do meu sexo’ foi, de seguida, igualada pela ousadia de Stanton ao dizer a um jornalista ‘escreva em letras maiúsculas: O DESENVOLVIMENTO DA PESSOA É MAIS IMPORTANTE DO QUE O AUTO-SACRIFÍCIO. O que mais retarda e dificulta o desenvolvimento da mulher é o auto-sacrifício’. Contrariando a acusação de egoísmo, o pecado principal na escala da virtude feminina que tende para um ideal de perfeita devoção e abnegação não só perante Deus, mas também perante os homens, estas pioneiras proponentes dos direitos das mulheres equiparavam auto-sacrifício a escravatura e afirmavam que o desenvolvimento da mulher, tal como o do homem, servia para promover o bem geral.” (GILLIGAN, 1997, p. 202, maiúsculas no original).

⁴¹³ Gilligan observa que as teorias do desenvolvimento se basearam nos homens, o que fez ocultar dimensões importantes da entrada na maturidade que seriam típicas das mulheres. Se para os homens a experiência transformadora é a intimidade, para as mulheres a experiência crucial é a escolha – que cria “um encontro com o eu que clarifica o entendimento da responsabilidade e da verdade” (p. 255) – ou seja, a autonomia feminina como autodeterminação em face de suas vidas.

colocou-as logo numa aparente oposição à virtude” (p. 202), evidencia uma discussão presente desde as pioneiras do feminismo e até hoje mobilizada⁴¹⁴. Frequentemente os papéis tradicionais femininos são retomados e defendidos em reações conservadoras em face das mudanças na condição feminina. É esse espectro do abandono dos papéis tradicionais que é mobilizado nas reações conservadoras contra os avanços femininos. Um exemplo paradigmático foi o *backlash* norte-americano analisado por Faludi (2001). Este movimento ocorrido nos anos 80 caracterizou-se pela afirmação de que os avanços femininos já seriam mais que suficientes e viriam causando a infelicidade das mulheres: um excedente de solteiras entre as mulheres mais escolarizadas, a infertilidade das que priorizaram a carreira ante a maternidade, os prejuízos aos filhos criados em creches são alguns aspectos citados para compor o quadro de uma sociedade pós-feminista em que as lutas por direitos de mulheres teriam perdido a razão de ser, levando, pelo contrário, a um movimento de volta ao lar pelas mulheres. Faludi realça que se trata de um ataque ideológico que superestima as conquistas das mulheres e minimiza a importância de seu movimento organizado.

A imprensa que nos anos 70 tinha fornecido modelos para a mulher que se profissionalizava – nos dizeres de um anúncio publicitário: “Ela é livre. Ela é profissional. Ela é confiante” (FALUDI, 2001, p. 94) – passou nos anos 80 a denunciar os males que supostamente a herança feminista tinha infligido às mulheres – “‘falta de homens’, ‘relógio biológico’, ‘corrida para ser mãe’ [...] as mulheres conseguiram tanto e, mesmo assim, sentem-se tão insatisfeitas; devem ser as realizações do feminismo, e não a resistência da sociedade contra estas realizações parciais” (FALUDI, 2001, p. 95) –, invertendo então o teor dos slogans publicitários: “Veja só, ela é infeliz. Deve ser porque ficou liberada demais” (p. 95). A perspectiva que Faludi denomina de Novo Tradicionalismo revaloriza as mulheres que se dedicam a vida familiar, em especial se isto envolve o abandono da carreira profissional, anunciada em imagens de “ex-profissionais no aconchego de suas reformadas casas de campo, cercadas de amorosas e bem-vestidas crianças” (p. 109).

⁴¹⁴ Não obstante, a visão de Gilligan foi bastante questionada, sobretudo quando associada à reivindicação da diferença: “A aparente autonomia da ‘outra voz’ é um eco do domínio patriarcal, mas que não parece incomodar as que defendem esta crítica ao universalismo moral, que tampouco parecem se dar conta de que a moral ‘feminina’ se concentra exclusivamente na família. Deste modo, a “outra voz” é uma moral de relação que beneficia aos homens. [...] Mas, sobretudo, a ética do cuidado fracassa quando se trata da relação da mulher consigo mesma: quando o sentimento, a responsabilidade, o cuidado, o não fazer dano se aplica a si mesma, fracassa, posto que é considerado egoísta a mulher desejar algo para ela mesma. A ética do cuidado põe em relevo só um tipo de comportamento que tradicionalmente é atribuído às mulheres e rechaça a independência, a autonomia, o ser para si: comportamentos igualmente humanos e que não excluem os de cuidado.” (CAVANA, 1995, p. 109-110, tradução nossa).

Diante desta reação conservadora, Faludi considera que prevaleceu uma versão mais palatável do feminismo, aquela comercializada pela mídia e pela publicidade, reduzindo a autonomia feminina a escolhas de consumo e fazendo crer que as demandas feministas são coisa do passado. “A consumidora passiva foi reeditada como sucedâneo feminista, exercendo o seu “direito” de comprar produtos, fazendo as suas próprias ‘escolhas’ ao chegar no caixa. [...] Agora somos ‘pós-feministas’, informam, não para dizer que a mulher chegou à igualdade de direitos e ultrapassou essa fase, mas para sugerir que eles mesmos se adiantaram tanto que já não pretendem nem mesmo importar-se com o assunto” (FALUDI, 2001, p. 88-89).

As polêmicas em torno dos avanços femininos evidenciam não apenas os riscos de recuo (*backlash*), mas também os limites da mudança. Nesta última perspectiva vem ganhando relevo a visão de que é necessária a construção de alternativas não familiares de cuidado, como o direito ao cuidado público. Esping-Andersen (2009) é um dos autores que questiona os limites das transformações em curso, argumentando que a revolução de gênero é incompleta sob diferentes aspectos. Em primeiro lugar, as mulheres experimentam uma “masculinização” de suas biografias mais na esfera do comportamento econômico (em especial o trabalho) do que na vida familiar, enquanto os homens não experimentam uma correspondente “feminilização” de suas trajetórias que implicaria em maior dedicação à vida familiar e aos trabalhos domésticos e de cuidado. A revolução é incompleta também porque é altamente estratificada, e gera mais desigualdades. A seu ver, quanto mais incompleta a revolução, maior a desigualdade que ela desperta. Nota que a maioria dos países desenvolvidos experimenta tensões decorrentes do fato de que a revolução das mulheres não foi acompanhada de uma reforma das políticas de família. Por outro lado, as “reservas de cuidado” – representadas, por exemplo, pelas filhas mais velhas não empregadas – vêm desaparecendo.

Esping-Andersen mostra que, de diferentes formas, as mudanças nas famílias afetam as desigualdades sociais, seja pelo crescimento de arranjos com apenas a figura da mãe, seja pela homogamia que reúne pais com baixa ou alta qualificação. Um exemplo são as famílias com dois provedores e poucos filhos que lhes garantem vantagens em atenção e recursos. Diante desse quadro, defende que o estado de bem-estar social favoreça um novo equilíbrio de gênero e acelere a revolução das mulheres. Observa que o processo de formação de família está sujeito a novas regras diante do ganho de autonomia feminina, mudança que manifesta-se também na escolha de ter filhos. Esping-Andersen nota que a maternidade não deixou de estar no horizonte de projetos das pessoas, mas que os fatores relacionados à vida

profissional da mulher passam a ter mais efeito do que a renda do marido. Do marido, importa a dedicação ao trabalho doméstico e de cuidado, que pode incentivar a mulher a ter filhos, visto que isso repercute em suas possibilidades de conciliação entre trabalho e vida familiar.

Persiste a penalidade por ser mãe (“child penalty”), calculada como a renda de trabalho que a mulher receberia se não escolhesse a maternidade. Embora existam países com políticas para incentivar a maternidade – como o bônus pelo terceiro filho na França – Esping-Andersen (p. 89) argumenta que o debate hoje é menos pró-natalista e mais em torno de como garantir que as mulheres que querem ter filhos não sacrifiquem suas carreiras. Nota que a falta de provisão de cuidado tanto dificulta que as mulheres tenham o número de filhos que gostariam, quanto limita o emprego das mulheres que já tem filhos.

Failure to reconcile motherhood and careers will, for citizens, provoke a trade-off between having children, on one hand, and pursuing employment, autonomy and increasing household income, on the other hand. At the societal level this translates into one of two sub-optimal scenarios: a childless “low fertility equilibrium” or a “low income – low employment equilibrium”. (ESPING-ANDERSEN, 2009, p. 81)

Esping-Andersen nota que o acesso a cuidado de qualidade é uma condição essencial para o equilíbrio futuro. Realça que, paradoxalmente, a política de família necessária é justamente desfamiliarizar o cuidado, o que não implica em perda de importância da família, mas sim em mais liberdade para experimentar seus laços: “We have seen that intergenerational ties seem stronger and more frequent if the potential caring obligation is manageable, and the same goes for fathers’ participation in child care” (ESPING-ANDERSEN, 2009, p. 105).

Cresce hoje a convicção de que os custos com as crianças devem ser vistos como investimentos, opinião presente em autores com perspectivas bem distintas como Esping-Andersen e James Heckman, como aponta Thevenon (2009a, p. 18). Os filhos possuem custos diretos estimados em termos das despesas médias com alimentação, vestimento, alojamento, educação etc. Dentre os custos indiretos, estão as perdas salariais da mãe devido à interrupção ou redução da atividade, com as consequentes perdas de aquisição de capital humano relacionadas à experiência de trabalho, além do déficit de políticas de conciliação. Thevenon (2009a) propõe que considerações de equidade e eficácia justificam mutualizar o custo das crianças e que a educação das crianças seja considerada um bem público, não obstante seja desafiador construir políticas familiares que conciliem diversos e complexos objetivos – os interesses das crianças, os interesses dos pais em matéria de emprego, a igualdade dos sexos e a luta contra a pobreza.

É possível que a preocupação com as consequências do declínio da fecundidade, notadamente para a seguridade social, incentive debates e medidas de promoção da conciliação entre trabalho e vida familiar, como vem ocorrendo em alguns países. Analisando o caso da Itália, Livi-Bacci nota que as transformações intensas na vida familiar – que incluíram a legalização e venda de contraceptivos, a aprovação do divórcio, a liberação do aborto, e a crescente participação feminina na força de trabalho – não foram acompanhadas por mudanças correspondentes na organização da sociedade, gerando pressão sobre as famílias e sobretudo as mulheres, o que teria causado a redução e postergamento da maternidade.

This revolution in values, attitudes, and behavior has taken place in a society that, under other profiles, has remained static or has adjusted slowly. The organization of time has remained chaotic: school hours and school holidays are in contrast with the tempo of work; spatial mobility is difficult and costly; social investment (in libraries, meeting places, and structures for sport and leisure) for children and the young is neglected; the gender division of tasks in the family is still heavily asymmetric; the labor market offers few chances to the working mother who needs a flexible or part-time job. The lagging societal adjustment has increased the claims on parents’—and particularly on women’s—time and energy. Postponement and reduction of childbearing can be seen, therefore, as an outcome of this set of forces. (LIVI-BACCI, 2001, p. 8)

Já Rego, Mendes e Caleiro (2012) observam o quadro de Portugal onde a fecundidade real atingiu níveis menores do que a fecundidade desejada. Neste contexto, as preocupações sociais com as implicações do processo de envelhecimento populacional ensejaram políticas públicas que pretendiam incentivar a natalidade, sobretudo pelo apoio ao rendimento das famílias. Ao analisar o caso da Suécia, considerada um exemplo de encorajamento da fecundidade pela conciliação entre trabalho e família, Anderson (2005) realça que é difícil determinar em que medida políticas de família afetam a fecundidade dos países – considera particularmente duvidoso que se incentive a fecundidade por transferência de renda –, mas ressalta a importância de fatores institucionais, destacando o foco das políticas suecas nos indivíduos, e não em formas determinadas de famílias, bem como na igualdade de gênero⁴¹⁵.

⁴¹⁵ “It is doubtful that it is possible to simply pay people to have children by offering various allowances or tax deductions. In the Swedish context, childbirth is supported by providing an infrastructure that allows women and men to pursue their individual life goals in terms of family and professional life. In economic terms, Swedish families base their welfare on own earnings rather than on allowances. An important aspect of Swedish policies is that they are directed towards individuals and not families as such. They have no intention of supporting certain family forms, such as marriage, over others. [...] A persistent focus on gender equality in public as well as in private life [...] seems to offer a better strategy for policy makers in creating an environment where childbearing is not seen by women as a step towards reduced personal freedom.” (ANDERSSON, 2005, p. 11-12).

Como destacado em relatório da FamilyPlataform da Comissão Europeia (2010), a crescente consciência para com as políticas de família está relacionada às transformações demográficas (redução da fecundidade, envelhecimento populacional, diversificação dos formatos de famílias e enfraquecimento do modelo homem provedor- mulher dona de casa), sendo que o tópico mais estudado nas políticas para famílias é o cuidado infantil, que inclui a questão das licenças parentais, benefícios monetários e serviços de cuidado, além das pesquisas sobre divisão do trabalho doméstico⁴¹⁶.

No caso do cuidado infantil, Saraceno e Keck (2011) identificam dois padrões de países, aqueles em que a maioria das crianças recebe cuidado infantil em tempo parcial e há alta taxa de trabalho em tempo parcial das mães; e aqueles em que há cuidado infantil em tempo integral e o percentual das mães que trabalha tempo parcial ao invés de tempo integral é pequeno⁴¹⁷. Os resultados da educação infantil, no entanto, vêm sendo debatidos. Como mostra Ploug (2012), o fato dos resultados no Teste de Pisa não corresponderem à imagem de melhores atribuída aos países nórdicos vem levando a debates lá sobre o papel dos jardins da infância, em especial sobre o desafio de diminuir os problemas educacionais das crianças com desvantagem social⁴¹⁸. Por outro lado, incentivos para o pai dedicar-se ao cuidado infantil foram introduzidos muito recentemente. Na Noruega e Suécia onde há menos desigualdade de gênero, as iniciativas são desde os anos 70 (SARACENO; KECK, 2011). No entanto, como observa Anderson (2005), os pais da Suécia usam de 10 a 15% da licença parental, o que já é considerado alto comparado a outros países.

Saraceno e Keck (2011) qualificam muitos dos pressupostos dos debates sobre políticas para família e conciliação família-trabalho. Segundo as autoras existe a suposição equivocada de que há bons empregos para todos e que a responsabilidade de sustento e cuidado são partilhadas nos casais. Frequentemente as estimativas de necessidade de cuidado

⁴¹⁶ Para um excelente inventário da questão ver o relatório da FamilyPlataform, *Research on families and Family policies in Europe: State of the art*. 2010. Disponível em: <<http://www.mmmeurope.org/ficdoc/FAMILYPLATFORM-Final-Report-04-2011.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

⁴¹⁷ Vasta literatura demonstra que a participação feminina no mercado de trabalho varia conforme suas características familiares, como o número e idade dos filhos, e também conforme as políticas para família de cada país, incluindo a oferta de cuidado infantil e o tipo e duração das licenças parentais (PLOUG, 2012; FAGNANI, 2012). Fagnani (2012) observa que normas e valores sociais variam entre países, encontrando, por exemplo, um maior percentual de pessoas que acreditam que as crianças devem ser cuidadas pelas suas mães na parte ocidental da Alemanha que em sua parte oriental ou na França.

⁴¹⁸ “Back in the 1930s it meant investment in child care that facilitated participation in the work force for fathers and mothers. This investment strategy was successfully pursued in the Nordic countries as part of the development of the Nordic welfare states from the 1950s and onwards. The end result was a near universal child care system that among others things contributed to the Myrdals' end goal namely increased fertility. Today ‘invest in children’ means investment in the development of children's learning abilities with a special emphasis on the learning abilities for children with a disadvantaged social background.” (PLOUG, 2012, p. 521)

focalizam apenas crianças pequenas, sendo necessário incluir nos cálculos outras formas de dependência além da infância, considerando o cuidado de idosos e doentes.

Saraceno e Keck (2011) observam que as soluções de cuidado podem ser analisadas a partir de duas distinções: entre *commodification* e *decommodification*, e entre *defamiliasation*, *support familism* e *familialism by default*. Desmercantilização significa independência do mercado para satisfazer suas próprias necessidades, e desfamiliarização significa independência do suporte da família para satisfazer suas próprias necessidades. Os serviços de cuidado público têm a vantagem de simultaneamente desmercantilizar e desfamiliarizar, enquanto o “familismo por default” se apoia na disponibilidade das mulheres como cuidadoras familiares. Há também desfamiliarização pelo mercado, como no serviço doméstico pago, que cresce na Europa inclusive com o trabalho informal de imigrantes.

As autoras realçam que as políticas públicas podem contribuir para cristalizar ou para redefinir a divisão de gênero do trabalho e das responsabilidades familiares, destacando as dimensões das políticas públicas que são importantes para a igualdade de gênero.

- a) The degree to which policies allow women with family responsibilities to remain in the labour market, thus being independent of another person’s income, regardless of their care responsibilities; that is, the degree to which they allow women to be both “commodified” and “defamilialised” in their ability to provide for themselves, through, for example, the provision of services (defamilialised decommodification of care work) and paid leave entitlements (decommodified supported familialism);
- b) The degree to which policies acknowledge caring for dependent family members (children, dependent adults, frail elderly relatives) as an activity giving entitlement to financial support in its own right (decommodified supported familialism), through, for example, care leaves and allowances, and care-linked contributions towards old-age pensions; and
- c) The degree to which policies support men’s uptake of care responsibilities; for example, whether fathers are entitled to parental leave and whether there is a reserved quota for them (decommodified supported familialism for men). (SARACENO; KECK, 2011, p. 374).

Segundo Biroli, repensar a dualidade entre público e privado permite mostrar a relevância política de relações que se desenvolvem na esfera privada, como as de dependência e cuidado⁴¹⁹. Biroli (2013, p. 174) considera a existência de três tipos de responsabilidade: de um indivíduo sobre si mesmo, de um indivíduo sobre outro indivíduo, e dos indivíduos pelos demais indivíduos com quem compartilham a vida em sociedade (definida como responsabilidade social ou política). Segundo esta autora, para dependências incontornáveis, como as da infância, o objetivo democraticamente orientado deixa de ser superar a dependência, mas sim tratar o cuidado como uma questão pública.

⁴¹⁹ Do contrário, o silêncio sobre as relações de poder na vida privada implica que “todo um conjunto de problemas, temas e experiências é excluído do debate e da agenda política” (BIROLI, 2013, p. 134).

Biroli propõe avançar, além do liberalismo, para outra visão de autonomia, que não a contrapõe à dependência, mas permite valorizar a intersubjetividade, a interação e os cuidados. Esta posição não implica cair na visão do feminismo maternalista, criticado por reforçar estereótipos de gênero, mas articula-se à defesa do cuidado público. Biroli considera que a ética do cuidado permite uma valorização alternativa da empatia e da autonomia, levando a um reexame da conexão entre dependência e desigualdades.

A privatização das relações de cuidado e dependência oculta seu impacto diferenciado na vida de mulheres e homens – as primeiras são tipicamente prejudicadas por estar na posição de cuidar do mais vulneráveis, em atividades não remuneradas ou mal remuneradas. Impede, ainda, a tematização adequada das conexões entre dependência e desigualdades. Por isso, outro caminho possível para essa análise é a distinção entre relações de dependência indesejáveis – aquelas que restringem a autonomia dos indivíduos porque estão em posições de vulnerabilidade socialmente causada – e formas incontornáveis de dependência, que são parte da vida em qualquer sociedade e precisariam ser tratadas de modo apropriado. Sem uma abordagem pertinente, as últimas são fatores importantes na produção das primeiras, isto é, das formas indesejáveis de dependência e das desigualdades de gênero e de classe. A privatização do cuidado com os mais vulneráveis, associada à visão convencional sobre papéis e responsabilidades de gênero, resultaria na redução sistemática da capacidade de agência autônoma pelas mulheres. As restrições nos recursos materiais e no acesso a tempo livre para participação na vida política, por exemplo, podem ter seus efeitos ampliados quando se considera a privatização das relações de cuidado a partir de uma perspectiva de classe e de raça. (p. 121-122).

A análise crítica da privatização dos problemas definidos como familiares e a revisão do mito do indivíduo independente das relações de sociabilidade permitem avançar na questão das políticas de cuidado e de seu tratamento a partir da perspectiva da cidadania, no que é particularmente importante a construção da noção de direito ao cuidado (MONTAÑO; CALDERÓN, 2010).

A definição do cuidado como privado amplia as desigualdades de gênero e classe, pois “as consequências da privatização do cuidado com os dependentes incidem de maneira distinta sobre a vida de mulheres e homens, de pobres e ricos” (BIROLI, 2013, p. 172). Situações como o cuidado de crianças, idosos, doentes e pessoas com deficiência têm impactos diferenciados por classe devido à presença ou não de recursos para contratar serviços substitutivos e, por gênero, devido às expectativas sociais de que as mulheres cuidem⁴²⁰.

⁴²⁰ “Assim, se a opção foi definida pelos indivíduos – a de ter filhos, por exemplo –, espera-se que arquem com suas consequências, isto é, que não dependam da ajuda de outros para mantê-la. O que escapa à correspondência entre escolhas e responsabilidade apresenta-se como desvio moral e incompetência. Do mesmo modo, problemas que fazem parte da vida cotidiana, como a doença de familiares, expõem a consequência da privatização do cuidado e da ausência de direitos trabalhistas que levem em conta as situações familiares e a dependência.” (BIROLI, 2013, p. 188-189).

Neste sentido, Biroli revisa a oposição entre ética da justiça e ética do cuidado e considera a possibilidade de, para além da oposição entre feminismo liberal e feminismo maternalista, conjugar direitos individuais e preocupação com o outro. Folbre (2001) denominou-se “feminista social” por valorizar o tema do cuidado e do vínculo social, problematizando sua distribuição na sociedade, abraçando uma perspectiva que questiona a visão altamente individualista do feminismo liberal⁴²¹ sem romantizar o trabalho doméstico e de cuidado. Assim como a ideia de uma “mão invisível” do mercado obstrui a percepção dos mecanismos de discriminação social e das desigualdades estruturadas que se perpetuam além da dinâmica da oferta e procura, Folbre (2001) realçou que um “coração invisível” está na base da suposição de que os serviços de cuidado serão ofertados naturalmente como “dádivas”, encobrindo as seculares desigualdades de gênero que regem esta oferta.

Abramo e Todaro lembram que embora o cuidado de pessoas seja usualmente pensado como um bem gratuito oferecido pelas mulheres, trata-se de um recurso natural em vias de extinção. Ademais, a tensão decorrente da dificuldade de conciliar trabalho e família tem impactos no comportamento reprodutivo das mulheres, com o adiamento ou decisão de não ter filhos. O fato de que as legislações reconheçam o direito a creche como específico das mulheres trabalhadoras (não o estendendo aos pais trabalhadores) é sintomático do viés de gênero com que são tratadas as responsabilidades familiares⁴²².

Tampouco se reconhece o esforço que essas atividades representam para as mulheres, e que se potencializa, por um lado, devido à falta de equipamentos públicos, comunitários e sociais através dos quais essa carga pudesse ser distribuída socialmente de forma mais equitativa; e, por outro, pela lentidão dos avanços no sentido de uma melhor divisão dessas tarefas entre homens e mulheres na esfera familiar, como se constata nos países latino-americanos. (ABRAMO; TODARO, 2008, p. 153)

Dentre os muitos argumentos que há nos debates sobre como promover maior igualdade de gênero nas famílias e na sociedade, uma proposta que vem recebendo muita atenção é a ideia de conciliação entre vida familiar e trabalho. OIT e PNUD (2009) mostraram que na América Latina as mulheres seguem penalizadas com carreiras interrompidas, salários

⁴²¹ “In the United States, at least, a liberal and highly individualist form of feminism has prevailed. Everybody has heard of ‘Take-Your-Daughter-to-Work Day’, an event promoted by the Ms. Foundation to encourage Young women to think about their careers. No one has ever heard of ‘Teach-Your-Son-How-to-Babysit Day’”. (FOLBRE, 2001, p. 17).

⁴²² Diante deste quadro, as autoras recomendam o fortalecimento de legislações de proteção a maternidade não-discriminatórias, incluindo um sistema flexível de licença parental exercido indistintamente pelo pai e pela mãe; a melhora de serviços de cuidado infantil a ser estendido a trabalhadores com responsabilidades familiares de ambos os sexos; o estímulo a políticas de recursos humanos nas empresas que favoreçam o equilíbrio entre trabalho e família; e o emprego da negociação coletiva para garantir o cumprimento e ampliar direitos relativos à proteção à maternidade e ao cuidado infantil.

mais baixos e empregos de pior qualidade, visto que em geral cabe a elas a compatibilização do trabalho com as tarefas do lar. A convenção 156 da OIT reconhece explicitamente que “os problemas de trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares são aspectos de questões mais amplas relativas à família e à sociedade que devem ser levados em conta nas políticas nacionais” (2009, p. 5). A proposta de flexibilidade no trabalho para pessoas com filhos dependentes ou outros membros da família direta com necessidade de cuidado e sustento abrange medidas como licença parental (posterior à licença maternidade, a ser usufruída pelo pai ou pela mãe) e licença em caso de enfermidade, além de fomentar a oferta de serviços de cuidado em consonância com pesquisas que identifiquem necessidades e preferências da população. A OIT e o PNUD demonstraram, no entanto, que a noção de trabalhadores com responsabilidades familiares não está presente na legislação na América Latina, sendo a proteção da maternidade⁴²³ a única medida de efeitos conciliatórios presente.

Por outro lado, a ideia de conciliação entre vida laboral e vida familiar é criticada por portar uma visão generificada das responsabilidades familiares. A questão da conciliação entre vida profissional e familiar é posta no feminino e as mães são o principal alvo de tais políticas. Embora alguns países incluam licenças para os homens, estas continuam sendo usadas quase exclusivamente por mulheres. O paradoxo é que “la conciliación no será posible si, al igual que, en otras cuestiones, se tolera socialmente el mayoritario protagonismo femenino de las medidas conciliadoras” (TORNS, 2011, p. 8).

Ao rever a teorização da divisão sexual do trabalho em termos de “vínculo social”, presente na ideia de “conciliação” entre vida familiar e vida profissional, Hirata e Kergoat argumentam que se trata de uma “política fortemente sexuada, visto que define implicitamente um único ator (ou atriz) dessa ‘conciliação’: as mulheres, e consagra o status quo segundo o qual homens e mulheres não são iguais perante o trabalho profissional. Na

⁴²³ Conforme Ansiliero e Rodrigues, no Brasil, a ampliação do acesso a este benefício no recente contexto de crescente trabalho feminino, deve-se tanto à ampliação do mercado formal quanto ao surgimento de formas alternativas de filiação à Previdência Social. “Desde sua instituição no país, por meio da CLT, a licença-gestante e o salário maternidade têm beneficiado parcelas crescentes da população ocupada. O ‘efeito ampliação’ do contingente de potenciais beneficiárias e, conseqüentemente, da quantidade de benefícios concedidos, tem sua origem em dois fatores fundamentais. Por um lado, houve uma expansão da cobertura previdenciária no país, tanto pela ampliação do chamado “mercado formal de trabalho” quanto pela inclusão de trabalhadoras ocupadas em segmentos menos estruturados do mercado de trabalho. Por outro, houve extensão do direito ao benefício para categorias inicialmente excluídas, como as trabalhadoras rurais, avulsas e empregadas domésticas. É claro que este movimento de expansão foi resultado direto da instituição de formas alternativas de filiação à Previdência Social, necessidade imposta pela diversificação das formas de inserção no mercado de trabalho (ANSILIERO; RODRIGUES, 2007, p. 9). Já a licença paternidade, que é de cinco dias, só foi introduzida pela Constituição Federal de 1988. Portanto, há um lapso de mais de 40 anos na concessão e de 115 dias quanto à duração das licenças, o que reflete a percepção da sociedade brasileira sobre as responsabilidades de mães e pais no cuidado infantil.

própria essência dessa política há um paradoxo: a vontade de chegar à igualdade pela promoção da conciliação” (2007, p. 603)⁴²⁴.

Enfatizados tais matizes do debate internacional sobre trabalho e responsabilidades familiares, é preciso destacar os inúmeros custos sociais da ausência de mecanismos que facilitem a articulação entre trabalho e família. Hein (2005) mostra, com exemplos de diferentes partes do mundo, as consequências negativas de diversas soluções de cuidados familiares subótimas, como o cuidado por avós, que pode implicar que a criança deixe de viver com os pais; o cuidado por irmãs mais velhas, as quais tem seu próprio futuro sacrificado para cuidar de irmãos menores; incluindo os vários riscos de levar o filho para o trabalho ou deixá-los sozinhos em casa. Outros custos da não adoção de medidas que favoreçam a conciliação trabalho-família é a subutilização da educação e qualificação femininas – ainda mais grave se considerarmos que o desempenho escolar feminino vem superando o masculino – e o fato de que não trabalhar ou o fazer de forma precária aumenta a vulnerabilidade econômica das mulheres e suas famílias, cujos arranjos estão crescentemente diversificados, o que inclui o maior percentual de mulheres chefes de famílias monoparentais. Do ponto de vista das desigualdades sociais, a não disponibilidade de cuidado público de qualidade aumenta as desvantagens das classes baixas. Há ainda os custos para a saúde das pessoas – em especial das mulheres – diante da sobrecarga de tarefas.

Soluções vêm sendo pensadas e propostas em diferentes esferas, através de pesquisas acadêmicas, de movimentos de mulheres que reivindicam mais equipamentos sociais de apoio ao trabalho reprodutivo, tema evidenciado na 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2008), de agências multilaterais, como a Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho, que trata de trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares, e de ações de órgãos nacionais de promoção de assistência social, de educação e particularmente de políticas para mulheres (BANDEIRA; PRETURLAN, 2013)

No campo do trabalho doméstico e de cuidado, dentre as soluções propostas está a oferta pública ou subsídios para equipamentos domésticos. Não existe consenso sobre o quanto inovações tecnológicas podem favorecer a economia de esforço e tempo e a

⁴²⁴ Consideram, por exemplo, que a política familiar francesa é uma via maternalista para conciliação, que continua a excluir os homens desta problemática. Diante das críticas a noção de conciliação, “Hoje, certos pesquisadores propõem substituir “conciliação”, ou mesmo “articulação”, por “conflito”, “tensão”, “contradição” para evidenciar a natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 604). Para Hirata e Kergoat é preciso questionar sobretudo os âmbitos psicológicos da dominação e a dimensão da afetividade.

flexibilização dos papéis de gênero. Lefaucheur (1995) realça que a emergência da alimentação infantil permitiu dissociar gestação e nutrição, além de alargar o círculo de pessoas que podem participar dos cuidados das crianças, diferentemente da exigência da presença contínua da mãe (ou de uma ama de leite) quando o lactente se alimentava preferencialmente do leite humano⁴²⁵. Novas tecnologias transformaram também os atos de cozinhar, limpar a casa e as roupas. Ardaillon (1997) constatou nos anos 90 o emprego do esquema freezer-microondas na saída das mulheres de classe média para o mercado de trabalho. Ademais, o crescimento das indústrias e serviços tornou possível a externalização de um grande número de tarefas, como confecção de vestuário e preparação total (restaurantes, por exemplo) ou parcial (conservas, produtos semipreparados, congelados etc.) de refeições. Este novo regime tanto libera mais as mulheres para o trabalho, quanto exige segunda renda para adquirir tais equipamentos.

Se o acesso à água encanada e a bens como geladeira, freezer e máquina de lavar⁴²⁶ afetam a intensidade de trabalho doméstico, representam também mais uma dimensão de desigualdades sociais, já que o acesso a tais tecnologias é desigual. Siliprandi (2004) observou que, mantida a desigualdade de gênero, homens e mulheres rurais dedicam-se mais ao trabalho doméstico que seus pares urbanos, em parte devido à tecnologização menor do campo e a menor presença de serviços públicos básicos, ainda que se registre o aumento do acesso à água e luz, necessárias para que as famílias venham a possuir equipamentos que reduzem a intensidade do trabalho doméstico, na área rural nas últimas décadas (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011).

Comas D'Argemir (1995) considera que, à proporção que os homens assumem mais tarefas domésticas, estas tendem a fazer mais uso de tecnologias. Já Danda Prado realçou que novos equipamentos domésticos tendem a ser usados pelas mulheres não mudando a divisão do trabalho. A seu ver, existe uma preferência por eletrodomésticos de capacidade familiar e não por soluções coletivas, o que não coloca em questão a divisão das tarefas familiares (PRADO, 1979, p. 132).

Nos debates sobre as soluções para o trabalho doméstico, reconhece-se tanto a importância das mudanças na vida privada quanto da construção de alternativas públicas de

⁴²⁵ A emergência do leite infantil industrializado foi importante também pois, no passado, o leite de outros mamíferos (vaca, cabra etc.) nem sempre era uma alternativa segura, especialmente nos primeiros meses de vida.

⁴²⁶ Damián (2003, p. 140) propôs um Índice de Intensidade de Trabalho Doméstico em que a posse destes bens é um aspecto observado. Outra dimensão do índice de Damián é a disponibilidade de serviços de cuidados de crianças, para o qual se mostrou que o acesso desigual e a baixa cobertura de creches e escolas infantis, exigindo melhorias no cuidado infantil público. Demonstrou-se também a majoritária responsabilidade materna pelos cuidados na primeira infância, peso que tende a decrescer conforme melhora a condição de classe.

serviços doméstico e de cuidado. Um exemplo é o caso do Uruguai (RICO, 2012) que está investindo num sistema nacional de cuidados e também busca fomentar mudanças na vida privada através de campanhas que conscientizem sobre a questão das desigualdades de gênero no trabalho doméstico e de cuidado. Outros países têm equacionado essas questões através de variadas políticas de cuidado, investimentos em educação infantil, maiores e mais flexíveis licenças maternidade e paternidade (ARAÚJO; PICANÇO; SCALON, 2007). Ações afirmativas no espaço de trabalho também são consideradas importantes para criar uma situação favorável ao equilíbrio entre trabalho e vida privada (PUIG; ACEREDA, 2007).

Lavinás defende a promoção de maior mixidade no trabalho, além de apoio público nas responsabilidades familiares de cuidado que tendem a prejudicar a inserção feminina no mercado de trabalho, lembrando que “não se pode pensar em formular uma política de emprego para as mulheres em geral” (1997, p. 62). Ao discutir medidas para reduzir a segregação ocupacional, Lavinás considera que não é suficiente intervir no mercado de trabalho, ressaltando a necessidade de medidas que socializem as responsabilidades domésticas e de cuidado:

[...] há que incentivar iniciativas dissociadas do mercado de trabalho *stricto sensu* e que se voltam para o atendimento de serviços do tipo regulação da divisão sexual do trabalho e que podem potencializar a capacidade de trabalho das mulheres no seus domicílios e em espaços não empresariais, ou mesmo dentro deles. É a abertura de creches, escolas de tempo integral, serviços de atendimento à terceira idade, todos aqueles que se voltam para uma dinâmica não privada de reprodução social. É isso que pode ajudar as mulheres a competir em igualdade de condições no mercado de trabalho, o que hoje só é possível para um grupo reduzido delas. (LAVINAS, 1997, p. 62).

Deve-se reconhecer que há limites para as soluções de cuidado negociadas de forma privada, até porque intervir nas famílias para alterar a desigual divisão do trabalho doméstico é uma tarefa difícil (JELÍN, 2010). Ademais, parte das mulheres são chefes de famílias monoparentais e outras tantas estão em arranjos em que não existe um cônjuge com quem negociar uma melhor divisão do trabalho doméstico. Diante dos limites para induzir transformações na vida privada, vem sendo enfatizada a importância das políticas e serviços de cuidado público, as quais podem contribuir para evitar tanto o agravamento das desigualdades de gênero dentro das famílias quanto das desigualdades de classe entre famílias, favorecendo a atenção precoce às crianças e outros dependentes e a inserção profissional das mulheres.

Segundo Esquivel, Fauer e Jelin (2012), a discussão sobre cuidado foi em geral negligenciada nas ciências sociais⁴²⁷ ou apenas abordada do ponto de vista da questão de como se produzem trabalhadores, aspecto hoje retomado com a preocupação da formação de capital humano que vem dando muita ênfase aos investimentos na primeira infância para garantir ganhos futuros em produtividade. O cuidado se torna um objeto de intenso debate hoje devido ao envelhecimento populacional que se dá combinado com as mudanças nas relações familiares e a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, reduzindo a tradicional disponibilidade de cuidado familiar, doméstico, feminino e gratuito.

O conceito de *care*, que no inglês tem um sentido amplo - “cuidado, solicitude, preocupação com o outro, estar atento a suas necessidades” (HIRATA, 2010, p. 43) é traduzido em português como cuidado, sendo um campo de estudos recente no Brasil e na América Latina. A polissemia do termo remete à crítica de dualidades como cuidado remunerado ou não, a qual não é facilmente contraposta pela presença de saber técnico⁴²⁸ e de afeto, visto que ambos podem estar presente nas modalidades de cuidado oferecida pelo mercado, pelo Estado, pela comunidade ou, o que é mais comum em nossa região, pelas famílias⁴²⁹. Hirata lembra que, embora as mulheres sejam majoritariamente as cuidadoras, todas as pessoas são capazes de cuidar e são vulneráveis em algum momento da vida, sendo necessário dissociar o cuidado de questões de gênero e idade. Ademais, é preciso lembrar que é socialmente esperado que as mulheres utilizem o trabalho doméstico gratuito e o cuidado como demonstrações de afetividade, expectativa que não se aplica aos homens.

Esquivel, Fauer e Jelin alertam que a idealização da maternidade e do familismo pode ser funcional do ponto de vista da redução de custos, tendo, portanto, um lugar instrumental e ideológico. Tal reforço dos papéis tradicionais de gênero é diametralmente oposto ao esforço de politização do cuidado:

En términos de políticas estatales hay opciones: desde proveer recursos en la forma de subsidios a las madres para que cuiden a sus hijos –política que cristaliza a las

⁴²⁷ Em 1975, a obra do antropólogo francês Claude Mellassoux abordou os “modos de reprodução”. Os limites de sua visão foram apontados pela crítica feminista que enfatizou o papel das donas de casa e das mães nas tarefas que garantem a reprodução biológica (ter filhos), a reprodução do cotidiano (tarefas domésticas que garantem a sobrevivência do grupo familiar, como produção de alimentos, limpeza da casa etc.) e a reprodução social (especialmente a socialização das crianças, o que envolve cuidados físicos e também a transmissão de normas e valores sociais). Progressivamente este debate incorporou novas questões como a diferença entre domesticidade e reprodução social – já que nem toda a reprodução social se passa no doméstico – a mercantilização de atividades ligadas a reprodução que passam a ser produzidas no mercado, o papel regulador do Estado e o papel das políticas públicas na provisão de serviços de reprodução social e de cuidado.

⁴²⁸ Apenas recentemente, em 2002, legitimou-se tal saber com o registro de “cuidadores” no Código Brasileiro de Ocupações (CBO).

⁴²⁹ Como argumenta Goldani (2001), no Brasil tradicionalmente a maior parte dos cuidados está a cargo das famílias.

mujeres y las constriñe en su rol de madre— hasta la provisión de servicios por parte del estado: guarderías con acceso universal, cuidado de ancianos y enfermos desde los sistemas de salud estatales, por ejemplo. En general, la provisión de servicios directos por parte del estado da legitimidad y reconocimiento al cuidado, facilita la desfamiliarización del cuidado, crea oportunidades de trabajo protegido a mujeres, permite a las madres salir al mercado de trabajo, mejora y regula los estándares de atención. La contrapartida es la monetización: políticas de transferencia de recursos monetarios que incentivan la provisión mercantil de servicios. (ESQUIVEL; FAUER; JELIN, 2012, p. 38-39)

A solução pública também não é isenta de desigualdades de gênero, uma vez que nas estruturas públicas de atenção às crianças, doentes e idosos o trabalho continua a ser exercido majoritariamente por mulheres, só que o que antes era oferecido de forma gratuita agora se torna um trabalho remunerado⁴³⁰. Conforme Alan Wolfe (apud OLIVEIRA, R. D. 2003, p. 63-64) a criação desta “família pública” não teria alterado os papéis dos sexos, visto que o habitual trabalho de cuidado das mulheres teria apenas sido estatizado⁴³¹. Na Europa, a expressão “casadas com o Welfare State” realça a importância para as mulheres do desenvolvimento de políticas sociais, que serviram tanto como fonte de emprego quanto socializar as responsabilidades familiares, pois as mulheres são tanto empregadas quanto beneficiárias do Welfare State. Ainda que algumas críticas sugiram que se substitui a dependência pelo marido pela dependência pelo Estado, trata-se de uma “dependência” qualitativamente distinta, pois envolve cidadania, direitos⁴³².

Uma vez que todas as pessoas necessitam de cuidado ao longo de toda a vida, ainda que haja momentos em que se necessite mais (infância e velhice, por exemplo), Esquivel, Fauer e Jelin (2012) lembram que o que está em discussão não é a premissa de que

⁴³⁰ Outro desafio, portanto, é romper com tal segregação, incentivando o trabalho masculino em tais áreas de forma a romper com a segregação tradicional de gênero, na educação infantil e no trabalho de cuidadores, por exemplo.

⁴³¹ Existe também o debate sobre que tarefas podem ou não serem delegadas (OLIVEIRA, R. D., 2003, p. 44). Se o trabalho doméstico de limpeza e a produção de alimentos podem ser adquiridos no mercado (contratando pessoas ou empresa, restaurantes etc.) ou através de serviços públicos (lavanderias ou restaurantes populares etc.), o cuidado pode ser partilhado (educação dos filhos, cuidados médicos e de assistência a idosos e doentes etc.), mas responsabilidades afetivas exigem um mínimo de dedicação para que as famílias existam enquanto tais, considerando, por exemplo, a definição de Singly de que as famílias contemporâneas especializaram-se na construção de identidades pelos vínculos afetivos. É em defesa dessa dimensão interpessoal que Rosiska Oliveira reivindica uma reengenharia do tempo que favoreça o compartilhamento entre homens e mulheres das responsabilidades familiares.

⁴³² “Por excessivas que sejam, sem dúvida, estas metáforas do “casamento” das mulheres com o Welfare e da sua dependência em relação ao “Estado-marido”, elas evocam bem a *desvalorização funcional do casamento e da família* como lugar de “destinação”, a desinstitucionalização e a precarização dos laços conjugais – evoluções sobre as quais se colocou aqui a hipótese de traduzirem o aparecimento de um regime de reprodução “pós-industrial”, caracterizado pela “intelectualização” e pela colectivização do trabalho de reprodução. Em tal regime, com efeito, a associação conjugal e a sua perenidade, ao perderem amplamente as suas bases funcionais, são cada vez mais fundamentadas e legitimadas pelo sentimento do amor e pela atracção sexual e, portanto, cada vez mais “privadas” e precárias.” (LEFAUCHEUR, 1995, p. 496-497, grifos nossos)

o cuidado é necessário ao bem-estar humano, mas sim entender como estes são efetuados (o que se dá de maneira desigual por classe e gênero) e o que pode ser feito para que esses sejam oferecidos em condições de igualdade social que garantam o bem-estar e o desenvolvimento humano de todos.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa inquiriu sobre as transformações nas relações familiares no período 1976-2012 de uma perspectiva de classe e gênero, demonstrando que o comportamento familiar das mulheres de diferentes classes muda numa mesma direção, com significativos avanços na autonomia feminina. Num contexto marcado por liberalização dos costumes, disponibilidade e legitimação do uso da contracepção e novas oportunidades de educação e trabalho, não apenas houve transformações significativas na condição das mulheres nas famílias, que implicaram em um maior grau de autonomia e em menor dependência familiar, mas também expressiva redução dos diferenciais de classe no comportamento familiar em vários aspectos.

A presente pesquisa filia-se à tradição de estudos de estratificação social de classe e gênero, focalizando especificamente o comportamento familiar. Um dos resultados importantes, numa época de debate sobre morte das classes e pulverização das identidades de gênero, foi mostrar que estas duas variáveis ajudam a compreender o comportamento familiar na realidade brasileira. Considerando que a mudança social precisa ser compreendida em seus feixes, em suas variações, em seus componentes (SZTOMPKA, 1998; TILLY, 1984), demonstra-se que a estratificação de gênero envolve diversas dimensões, dentre as quais as mudanças não são simultâneas nem lineares, bem como que tais mudanças tendem a abranger, a ritmos variáveis, todas as classes.

Como mostrado na primeira parte, se a hipótese de classe está bastante presente na literatura sobre família, composta, sobretudo, de estudos qualitativos, levantando muitas questões pertinentes aqui analisadas, este é o primeiro estudo quantitativo sistemático das diferenças por classe no comportamento familiar sob várias dimensões e por um longo período (um intervalo de 36 anos, 1976-2012). Ao contrário das hipóteses que consideravam as mudanças nas famílias como mais típicas das classes médias, questionando se tais mudanças estariam em curso nas classes baixas, foi possível demonstrar a direção comum das mudanças, ainda que as desigualdades entre mulheres de diferentes classes permaneçam sendo significativas.

Foram constatadas profundas mudanças na experiência familiar de mulheres de distintas classes quanto aos três domínios básicos da vida familiar – formação de família, reprodução humana e socialização dos filhos. As taxas de fecundidade caem em todas as classes, e de maneira mais intensa nas classes baixas, reduzindo substantivamente os

diferenciais no número de filhos. As mulheres tendem, a partir da classe 3, a adiar a maternidade. A fecundidade na adolescência também vem recuando na última década em todas as classes, embora continue a ser maior nas classes mais baixas. Ainda que existam demandas insatisfeitas e pouca diversidade no mix de contraceptivos, que sinalizam limitações no acesso à saúde sexual e reprodutiva, em especial nas classes baixas, a contracepção teve papel decisivo na redução do tempo de vida dedicado pelas mulheres à maternidade.

Com exceção das duas classes mais baixas, nota-se também aumento no postergamento da experiência de união. Observa-se tendência de crescimento da união estável em todos os estratos sociais, ainda que continue a ser mais frequente nas classes baixas. Aparentemente a liberação sexual e a extensão de direitos a uniões estáveis favoreceram a entrada e saída em vínculos, estimulando a experimentação neste domínio, o que se reflete na manutenção ou redução dos níveis de celibato. Nota-se, por outro lado, que a posição relativa das mulheres nos casais vem melhorando em diferentes dimensões. As mulheres possuem hoje menores diferenças de escolaridade, idade e renda em relação a seus cônjuges. Ademais, o modelo tradicional de marido provedor e mulher dona de casa declina em todas as classes, sendo cada vez mais frequente que as mulheres unidas trabalhem e tenham renda própria. Ainda que se observe tendência de redução da endogamia educacional e por classe, as diferenças no padrão de casamento seguem sendo substanciais.

Do ponto de vista das dinâmicas de união, como realçou Cherlin (1992, p. 92), nada ilustra melhor as diferenças culturais entre grupos do que as mudanças no tempo de casamento. Quando se consideram as implicações do processo de formação de família para a autonomia e oportunidades femininas, a expectativa é que as mulheres venham a se unir mais velhas para estudar e entrar na relação com uma melhor condição profissional, já conquistando um maior poder de barganha no casal. Nota-se que o postergamento da entrada em união também está presente nas classes manuais (nas classes 3 e 4), ainda que continuem expressivos os diferenciais por classe na idade de entrada em união. Portanto, as mulheres seguem calendários distintos de entrada em união, o que tende a estar relacionado, como mostrado em outros contextos, não apenas a mudanças culturais relativas a valores de liberdade e individuação, mas também ao prolongamento da escolaridade, que já era e continua mais expressivo nos estratos superiores.

Filhas e filhos de diferentes classes experimentam maiores oportunidades educacionais, reduzindo as desigualdades de classe no acesso à educação. As filhas

apresentam vantagens em relação aos filhos, pequena no acesso e maior nos resultados educacionais, em especial nas classes baixas. Já a frequência de trabalho entre os filhos/as tende a se reduzir, mas as desigualdades se concentram nos extremos, diante da maior incidência de trabalho entre os filhos/as de trabalhadores rurais e o maior privilégio no adiamento da entrada no mercado de trabalho entre os filhos/as de profissionais de nível superior. O prolongamento da experiência de escolarização nas classes baixas aproxima as classes, reduzindo a heterogeneidade na condição de atividade da geração dos filhos, mas estes ainda experimentam tempos encurtados ou prolongados conforme sua condição de classe, variações que expressam-se também nas transições juvenis. O fenômeno da permanência dos filhos/as na casa dos pais, apelidado “geração canguru”, é mais frequente entre os homens e nas classes mais altas, mas cresce também entre as mulheres e nas classes baixas. A condição de “nem nem”, jovens que não estudam nem trabalham, continua, por sua vez, a ser mais frequente entre mulheres de classe baixa. A condição de “nem nem” ou “canguru” tende no entanto a se disseminar, sugerindo que as transições se tornam mais incertas para todos, seja pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, seja pelos adiamentos ou instabilidade na formação de famílias.

Embora apenas um capítulo tenha abordado especificamente os estudos de usos do tempo, toda a pesquisa demonstra mudança no emprego do tempo de vida das pessoas. No caso da geração dos filhos/as, nota-se que a duração da escolarização se estende no início (idade em que se começa a estudar, ampliada com o crescente – ainda que limitado – acesso à educação infantil) e no fim (idade até a qual se estuda), bem como se amplia o tempo de permanência na casa dos pais. Os eventos familiares que estruturam a vida das pessoas se mostram menos lineares, mais incertos e relacionam-se entre si de variadas formas. Tais tempos são estruturados e estruturam oportunidades desiguais: adia-se casamento e/ou maternidade para estudar e estuda-se mais porque os adiou, os tempos dedicados ao trabalho doméstico e de cuidado ou para a participação no mercado de trabalho remunerado interagem entre si num dia que tem 24 horas para todos, as quais são experimentadas com desigualdades nas cargas totais de trabalho e no acesso a lazer e descanso.

As mulheres protagonizaram suas revoluções pessoais (o que culmina numa *revolução* – no sentido de uma transformação profunda – *social*) transformando suas famílias, optando por ter menos filhos ou não tê-los, experimentando outros arranjos familiares (unipessoais, monoparentais etc.) distintos das expectativas tradicionais do mandato materno e matrimonial. Se na segunda parte mostraram-se mudanças que as mulheres fazem diante das

circunstâncias que encontram; na terceira parte fica visível que o esforço das mulheres tem limite, diante das desigualdades de gênero que persistem no mercado de trabalho e no trabalho doméstico e de cuidado.

Na parte 3, demonstrou-se que há certa convergência no comportamento de homens e mulheres, que se tornam mais parecidos no engajamento profissional ao longo da vida, mas as mulheres ainda experimentam maior carga de responsabilidade familiar e continuam a ser afetadas no mercado de trabalho pela vida familiar, embora em menor proporção que no passado. Observam-se ganhos de autonomia econômica das mulheres, o que resulta de sua maior participação no mercado de trabalho e também de recursos de programas de transferência condicionada. Merece atenção a polarização entre seguridade e assistência social, pois o trabalho que garante direitos (que podem ser estendidos com legislação de conciliação entre trabalho e família, na forma de licenças parentais mais amplas e mais flexíveis por gênero) em geral está mais associado às mulheres dos estratos superiores, enquanto a assistência social está associada às mulheres das classes baixas. Esta polarização entre assistência e seguridade diferencia, portanto, não apenas mulheres e homens, como propuseram Fraser e Gordon (1995), mas também as mulheres entre si.

Como a condição feminina historicamente esteve ligada ao doméstico, não teria como a mulher ir em direção ao público sem remanejar a vida familiar. Na presente pesquisa, buscou-se descrever e analisar as transformações num período específico, medindo o estado de sua difusão entre as classes, o que coloca questões também sobre os fluxos e ressignificações presentes no processo de espraiamento das mudanças no comportamento familiar entre as classes.

Nota-se que comportamentos que são novos nas classes superiores foram experimentados antes pelas classes baixas, enquanto outras tendências foram observadas primeiramente nos estratos superiores. Em linhas gerais, as mudanças que dependiam de acesso a bens e serviços começaram nas classes altas que têm acesso mais fácil, e se difundiram para baixo com o processo de democratização do acesso. Já as mudanças que dependiam mais de liberação de costumes se difundiram de baixo para cima, pois muitas eram práticas que já existiam nas classes baixas, onde, no entanto, eram estigmatizadas. Uma vez que alcançam as classes médias e altas há, no entanto, ressignificações à luz do ideário de individuação.

As classes altas tiveram acesso primeiro à contracepção moderna, para o que contribuiu seu poder de compra visto que a contracepção surge como um bem privado

adquirido no mercado. Já as classes baixas têm há mais tempo liberdade de entrar e sair em uniões, para o que contribuiu a forma não institucionalizada de suas uniões o que implicava, até 1994-6, o custo da ausência da garantia de direitos. Já as classes altas tinham direitos resguardados através do casamento civil, mas às custas da subordinação legal das mulheres casadas, que vigorou pelo menos até o Estatuto da Mulher Casada, de 1962, e da lei do Divórcio de 1977.

A coabitação, hoje considerada uma tendência de mudança nas famílias, era uma prática tradicional nas camadas baixas. A tendência de crescimento da união consensual em todas as classes se passa num contexto em que convergem os direitos associados aos tipos de uniões: a união formal deixa de restringir a liberdade das mulheres casadas, enquanto as uniões consensuais passam a ter direitos semelhantes às uniões formais. Como resultado, a distinção entre dois regimes de nupcialidade é juridicamente cada vez menos relevante no Brasil, embora certamente a união civil possua um valor simbólico que ainda faz dela um distintivo de classe, sendo ainda hoje mais frequente nos estratos superiores.

As mudanças na condição feminina incluem, portanto, diversas dimensões que não se encaixam no esquema de difusão de cima para baixo – que supõe serem capitaneadas pelas classes médias e altas – pois há comportamentos que já existiam nas classes baixas, ainda que sob condições de vida mais precárias e visões estigmatizadoras. Se, como mostrado na introdução, antes havia a crença de que as sociedades convergiriam em torno do estilo de família de classe média (CHERLIN, 2012), hoje nota-se que em alguns aspectos cresceram práticas tradicionalmente típicas das classes baixas, como famílias monoparentais, coabitação e instabilidade matrimonial. Outros processos, como ter menos filhos e que estes frequentem a escola por mais tempo, eram práticas típicas das classes altas que se disseminaram nas demais classes, o que impede qualquer afirmação de que haveria uma convergência em torno dos comportamentos típicos de uma determinada classe.

No entanto, merece destaque o fato de que, assim como Stacey (1990) e Himmelfarb (1995), entre outros, argumentaram que os comportamentos antes vistos como patológicos nas famílias negras surpreendentemente se generalizaram na sociedade americana, também para o Brasil, pode-se dizer que o que antes era estigmatizado nas classes baixas se difundiu pela sociedade. Neste aspecto, o processo de ressignificação de práticas que ocorre junto com sua difusão, aqui apenas sinalizado, merece estudos mais profundos que ajudem a elucidar as dinâmicas culturais (difusão, imitação, circulação etc.) quanto ao comportamento familiar entre as classes (SKEGGS, 2011). Merece aprofundamento também

as dinâmicas quanto aos sentidos da feminilidade (com a evidente mudança da valorização do modelo doméstico para o profissional, mais frequente e valorizado nas classes altas em cada contexto) e de determinadas práticas familiares como as relativas ao cuidado infantil.

Em todas as épocas existiram mulheres que exerceram poder ou burlaram as restrições que pesavam sobre seu gênero. Tais exceções eram, conforme o contexto, toleradas, punidas ou estigmatizadas. As mulheres de classe baixa eram em geral estigmatizadas na medida em que precisavam circular (para trabalhar e pechinchar nas feiras, por exemplo) no espaço público e não podiam seguir o modelo de reclusão prescrito, que era adotado não apenas nas classes altas como signo de distinção, mas também pelas famílias dos estratos inferiores que igualmente buscavam respeitabilidade. Desigualdades históricas restringiram oportunidades para as mulheres e construíram segregação entre espaços masculinos e femininos. Existia maior controle sobre as mulheres da elite e a eficiência do controle sobre as mulheres, que podia culminar em sua reclusão, era um signo de sua respeitabilidade. O declínio de tais concepções de honra foi acompanhado de mudanças no valor atribuído à educação e trabalho das mulheres. As mulheres das classes mais altas receberam primeiro investimentos em capital cultural – ainda que inicialmente o propósito fosse ilustrá-las para “arranjar bom marido”, fortalecendo-se depois a percepção do capital educacional como base para a profissionalização –, e, uma vez profissionalizadas, adquiriram crescentemente capital econômico. Se as mulheres de classe baixa mais frequentemente trabalhavam, o que lhes rendia algum capital econômico, dispunham de pouco capital educacional, o qual se tornou cada vez mais necessário no mercado de trabalho, levando a inverter o engajamento profissional por classe, antes maior nas classes mais baixas, hoje maior nas classes mais altas.

O fato da mulher trabalhar fora, antes aceito como “uma necessidade”, hoje é ressignificado com sua crescente profissionalização. Como mostra Goldin (2006), as ocupações não manuais das mulheres mais escolarizadas ajudaram a “dignificar” o trabalho feminino. Por outro lado, se antes a chefia feminina era percebida como um signo de desorganização familiar, hoje é valorizada como sinal de autonomia e reconhece-se a heterogeneidade das mulheres chefes de família e que este fenômeno não implica necessariamente em pobreza (MACEDO, 2008).

Os sentidos atribuídos ao cuidado infantil fora da família também mudaram significativamente. Nas classes baixas, o cuidado de crianças pequenas foi tratado como assistência social e as “crianças de creche” eram percebidas de forma pejorativa, já que se considerava melhor o cuidado dentro das famílias. Quando cresce a participação das mulheres

de classe média no mercado de trabalho, a demanda por pré-escola vai ganhando legitimidade, ao mesmo tempo que se afirma como educação infantil e não mais assistência social. Este é mais um exemplo de resignificação das práticas familiares que pelo menos em parte está atrelada à dinâmica de classes.

As leis sobre família, que eram no passado desiguais *no conteúdo* por gênero e na *sua aplicação* por classe, também convergiram no sentido de declínio das discriminações e direcionam-se ao tratamento igualitário das diferentes formas de família. Como realça Maria Berenice Dias (2006), a Constituição de 1988 foi a maior reforma ocorrida no Direito de Família brasileiro, consagrando a igualdade entre homens e mulheres, em direitos e obrigações; entre os filhos, proibindo quaisquer designações discriminatórias quanto à filiação; e no próprio conceito de família, reconhecendo a união estável e a monoparentalidade. Esta revolução simbólica ajudou a consolidar a cidadania das mulheres e das classes baixas, rompendo com a estratificação moral e jurídica vigente no passado em que o Direito consolidava privilégios de grupos, através de discriminações jurídicas nas formas de filiação e união (GRINBERG, 2001). Como na análise de Therborn (2006), há uma dimensão jurídica de despatriarcalização das relações sociais que perpassa as mudanças em curso. Consolidam-se novos direitos não só onde antes existia desigualdade e arbitrariedade de gênero, mas também reduzindo distâncias onde antes havia tratamento diferenciado e desigual por classe, abrangendo direitos para diferentes tipos de uniões e para crianças, além dos direitos reprodutivos e da criminalização da violência contra as mulheres.

No entanto, a contribuição do Estado para o processo de redução de diferenciais entre classes foi variável nas diferentes dimensões das mudanças. A participação da educação pública na socialização dos filhos é o aspecto mais evidente, ainda que sua qualidade seja muito questionada. O debate sobre educação em tempo integral e para crianças pequenas é recente, assim como é recente a ampliação do acesso de crianças de 0 a 6 anos à escola. Além dos problemas da qualidade da educação oferecida, debate-se a necessidade de avançar em sua duração: ao longo do dia, pois existe demanda de jornadas com maior duração – tempo integral – e mais flexíveis, para atender as necessidades dos pais; e ao longo da vida, ampliando o acesso à educação infantil e superior. Por outro lado, a legislação restringiu cada vez mais a prática de trabalho infantil, além de recentemente insistir em medidas para incentivar as famílias a manter os filhos na escola através do PETI, Bolsa Escola e Bolsa Família. Rompe-se, assim, com a visão de que era pelo trabalho infantil que se educava as crianças de classe baixa (RIZZINI, 2002).

Se na expansão da educação dos filhos, o acesso público foi decisivo, a participação do Estado foi indireta e tardia no caso da saúde reprodutiva. Como mostrado, a redução da fecundidade se processou através do uso de anticoncepcionais adquiridos no mercado, em farmácias, e de cirurgias de esterilização feminina realizadas clandestinamente em hospitais públicos. Pelo menos num primeiro momento (anos 80 e 90), portanto, a participação do Estado na promoção do planejamento familiar foi modesta e indireta. É possível que a recente regulamentação do acesso à contracepção no país venha favorecendo tais mudanças, as quais, não obstante, já vinham sendo protagonizadas pelas mulheres, nas condições em que elas conseguiram.

Os direitos femininos foram conquistados frequentemente em resposta à mobilização social, em especial do movimento feminista e do movimento de mulheres – que se mobilizaram por direitos reprodutivos, pelas creches e contra a violência. O protagonismo feminino nas mudanças no processo de formação de família beneficiou-se também de mudanças no mercado, já que a expansão das oportunidades de trabalho permitiu novos espaços de identidade feminina que competem com a formação de família ou garantem a autonomia das mulheres quando da dissolução de vínculos. O aproveitamento de tais oportunidades vem sendo favorecido pela crescente escolarização feminina, aspectos no qual a reversão da desigualdade em benefício das mulheres vem aos poucos se consolidando.

Resta indagar com que custos se processa este relativo desinvestimento feminino na vida familiar e até que ponto lhes é possível alcançar melhores oportunidades na esfera pública, já que a presença de filhos pequenos e as características familiares ainda afetam as chances de trabalho feminino. O crescente mas ainda baixo acesso à educação infantil, a falta de uma estrutura de cuidado e a parca mudança na divisão do trabalho doméstico evidenciam limites das mudanças em curso, o que pode levar à insatisfação das mulheres diante de uma nova imposição social (antes ter filhos, agora não tê-los), problema já levantado – em resposta ao qual surgem políticas públicas várias de estímulo à igualdade de gênero e de suporte às responsabilidades familiares de cuidado – em sociedades desenvolvidas que se encontram aquém no nível de reprodução necessário à manutenção de sua população.

Ainda quando postergados, no Brasil, a maior parte das mulheres continua a experimentar a maternidade e o problema do cuidado não pode ser ignorado, até porque, mesmo com menos filhos, tende a aumentar o percentual de idosos e doentes no contexto de envelhecimento populacional. O fato de que as experiências familiares são mais diversificadas e menos previsíveis e padronizadas que no passado gera novos riscos e vulnerabilidades. Essa

diversificação familiar exige, portanto, atenção da parte dos planejadores de políticas públicas sobretudo para cuidado, de forma a evitar que a carga decorrente das mudanças (e mesmo a carga decorrente da família tradicional) continue recaindo sobre as mulheres, configurando uma revolução incompleta (ESPING-ANDERSEN, 2009), que, justamente por ser incompleta e na medida desta incompletude, gera mais desigualdades.

Esping-Andersen (2009) realça que as políticas públicas devem ajudar a acelerar a revolução incompleta na condição das mulheres. Devem também ajudar a acelerar a revolução masculina, pois persiste o desafio de mudar a esfera privada, sem o que não se atinge a equidade de gênero no espaço público e na sociedade como um todo. A dinâmica no mercado de trabalho continua a supor que há uma pessoa cuidadora em casa, sendo necessárias, portanto, também mudanças nas práticas laborais para conciliar família e trabalho. Para romper com a segregação entre trabalhos femininos e masculinos, na esfera pública e privada, existe o desafio de incentivar os homens a atravessar a fronteira para o privado, o que supõe valorizar o trabalho doméstico e de cuidado.

Em sua contribuição a uma obra que debatia se a significância de gênero vinha se tornando declinante (livro com o título *The declining significance of gender?*), England (2006) destacava que duas grandes assimetrias expressam os gargalos das transformações de gênero: em primeiro lugar e a despeito das intensas transformações das famílias, realça a tenacidade do gênero como um princípio organizador no comportamento nas famílias e domicílios (comparado ao comportamento em outros cenários do “público” ou do “mercado”); em segundo lugar, o fato de que há muito maior resistência dos homens de realizarem atividades tradicionalmente femininas do que das mulheres realizarem as atividades tradicionalmente masculinas, o que está relacionado ao fato de que atividades femininas familiares não remuneradas, especialmente o trabalho doméstico e o cuidado infantil, seguem culturalmente desvalorizadas.

Apesar das previsões otimistas sobre os avanços na igualdade de gênero e da democratização da vida familiar (GIDDENS, 1993), há também sinais de retrocessos ou de redução do ritmo das mudanças (ENGLAND, 2010), os quais deixam claro que a igualdade entre mulheres e homens não é um fruto certo e necessário da modernização da sociedade, exigindo o monitoramento de até onde se caminhou na revolução de gênero, em que aspectos a revolução se encontra incompleta ou estagnada, e quais as implicações para as desigualdades sociais, de gênero, classe e outras.

Além disso, deve-se notar que as desigualdades sociais (de classe e gênero) estão

presentes não apenas na difusão das principais tendências de mudanças nas famílias (como aqui analisado), mas também resultam das mudanças nas famílias, que produzem antigas (como a divisão desigual do trabalho doméstico, que observou-se aqui não apenas mantém-se na geração dos pais, mas transmite-se intergeracionalmente na socialização dos filhos) e novas desigualdades (como as pressões de cuidado decorrentes do envelhecimento populacional e da presença ainda que menor de crianças, que afetaria a geração de meia idade, por isso apelidada “geração sanduiche”). Portanto, as mudanças nas famílias podem agravar velhas desigualdades (a maior vulnerabilidade associada ao menor número de provedores das famílias monoparentais femininas, por exemplo) e gerar novas (privilégios das famílias com dois rendimentos e nenhuma criança, apelidada de DINK, por exemplo).

As mudanças analisadas oferecem indicações de como a vida familiar participa da produção da estratificação de classe e gênero e, inversamente, de como a estratificação de classe e gênero se produzem e conjugam na vida familiar. Novas investigações devem indagar sobre as desigualdades entre famílias e sobre a contribuição das dinâmicas familiares para a produção de desigualdades de classe e gênero. A relativa convergência entre as classes, nas estatísticas e nos significados, encontra como limite o fato de que, ainda que menos dissimilares, as classes continuarão a utilizar estratégias familiares na produção de seus capitais, nas quais importa considerar as mudanças em curso no equilíbrio de gênero e os rearranjos e redefinições na posição das mulheres dentro das estratégias de classe.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Cláudia; SILVEIRA, Kátia; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Aplicação da Lei Maria da Penha nas delegacias de mulheres: o caso do Rio de Janeiro. *Dilemas: revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, v. 4, n. 4, p. 571-600, out./nov./dez. 2011.

ABOIM, Sofia. Emoções e rotina: a construção da autonomia na vida conjugal. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Famílias. Braga, 2004.

ABRAMO, Laís; TODARO, Rosalba. Custos do trabalho de homens e mulheres na América Latina. In: COSTA, Albertina et al. (Org.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 141-158.

ACÇÕES EM GÊNERO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO (AGENDE). *O programa bolsa família e o enfrentamento das desigualdades de gênero: o desafio de promover o reordenamento do espaço doméstico e o acesso das mulheres ao espaço público*. 2006. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/C5%20n%2004%20-%20O%20PROGRAMA%20BOLSA%20FAMILIA%20E%20O%20ENFRENTAMENTO%20DAS%20DESIGUALDADES%20DE%20GENERO.pdf>

ADORNO, Sergio. Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no tribunal do júri. *Revista USP*, São Paulo, n. 21, 1994.

AGACINSKI, Sylviane. *Política dos sexos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

AGUIAR, Neuma Figueiredo de. *O apoio à pobreza e a acentuação das diferenças de gênero no Programa Bolsa Família: uma análise da literatura crítica sobre o tema e do material avaliativo do programa com evidências sobre a questão*. Artigo resultante de consultoria realizada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Epílogo. In: *História da vida privada no Brasil: Império: A corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2, p. 439-440.

ALMEIDA, Heloisa Barque. *Telenovela, consumo e gênero*. Bauru: Edusc, 2003.

ALVES, José Eustáquio Diniz, CAVENAGHI, Suzana Marta; BARROS, Luiz Felipe Walter. A Família DINC no Brasil: algumas características sócio-demográficas. Rio de Janeiro : IBGE. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2010.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudia Marques Martins; RESENDE, Tânia de Freitas. Fatores familiares e desempenho escolar: uma abordagem multidimensional. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 571-603, 2013.

AMORIM, Maria Stella de. A lei da pancadaria feminina. *Inteligência*, ano X, n. 38, p. 66-79, set. 2007.

ANDERSON, Gunnar. A study on policies and practices in selected countries that encourage childbirth: the case of Sweden. 2005. Disponível em: <<http://www.demogr.mpg.de/papers/working/wp-2005-005.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

ANDERSON, Joel; HONNETH, Axel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. *Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 17, p. 81-112, jan./jun. 2011.

ANSILIERO, Graziela; RODRIGUES, Eva Batista de Oliveira. Histórico e evolução recente da concessão de salários-maternidade no Brasil. *Informe da Previdência Social*, v. 19, n. 2, p. 1-9, fev. 2007.

AQUILINI, Guiomar de Haro. Uso do tempo das mulheres em idade ativa. Trabalho apresentado nas IATUR. Rio de Janeiro, 2013.

AQUILINI, Guiomar de Haro; COSTA, Patrícia Lino. O sobre-emprego e a inatividade das mulheres na metrópole paulista. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, 2003.

ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi (Org.). *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru: Edusc, 2007.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 21, n. 62, p. 45-66, out. 2006.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no rio de Janeiro republicano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

ARDAILLON, Danielle. *O salário da liberdade: profissão e maternidade, negociações para uma igualdade na diferença*. São Paulo: Annablume, 1997.

ARDAILLON, Danielle; CALDEIRA, Teresa. Mulher: indivíduo ou família. *Novos estudos*, n. 4, abr. 1984.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARRIAGADA, Irma. Transformações sociais e demográficas das famílias latino-americanas. In: DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, María (Org.). *América Latina hoje: conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 195-223.

ARRIAGADA, Irma; MATHIVET, Charlotte. *Los programas de alivio a la pobreza Puente y Oportunidades: una mirada desde los actores*. Santiago: CEPAL, 2007. (Serie Políticas sociales, n. 134).

ATTIAS-DONFUT, Claudine (Dir.). *Les solidarités entre générations: vieillesse, familles, état*. Paris: Nathan, 1995.

ÁVILA, Maria Betânia; CORREA, Sonia. O movimento de saúde e direitos reprodutivos no Brasil: revisitando percursos. In: GALVAO, Loren; DÍAZ, Juan (Org.). *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Population Council, 1999. p. 70-103.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. *Cadernos Pagu*, v. 27, p.213-254, jul./dez. 2006.

BADINTER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BANDEIRA, Lourdes; PRETURLAN, Renata. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. *35th Conference of the International Association for Time Use Research*, Rio de Janeiro, 2013.

BARRETT, Michele. *Women's oppression today: problems in Marxist feminist analysis*. London: Verso, 1980.

BARROS, Miriam Lins de. *Autoridade & afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

BARROS, Myriam Lins de. Gênero, cidade e geração: perspectivas femininas. In: BARROS, Myriam Lins de. (Org.). *Família e gerações*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BARROS, Ricardo P., SANTOS, Eleonora C. Consequências de longo prazo do trabalho precoce. In: FAUSTO, Ayrton, CERVINI, Ruben (org.) *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: Cortês, Unicef, Flacso, 1996.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. *Trabalho infantil no Brasil: rumo à erradicação*. Brasília: IPEA, 2010. (Textos para discussão; 1506).

BARROSO, Carmem. Esterilização feminina: liberdade e opressão. *Revista de Saúde Pública*. 18, 170-180, 1984.

BARROSO, Carmem; BRUSCHINI, Cristina. Construindo a política a partir da vida pessoal: discussões sobre sexualidade entre mulheres pobres no Brasil. In: LABRA, Maria Eliana (Org.). *Mulher, saúde e sociedade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 223-240.

BARSTED, Leila Linhares; GARCEZ, Elisabeth. A legislação civil sobre família no Brasil. In: CEPIA. *As mulheres e os direitos civis*. Rio de Janeiro: Cepia, 1999.

BAUDELOT, Christian; ESTABLET, Roger. *Allez les filles!* Paris: Seuil, 1992.

BAUDELOT, Christian; ESTABLET, Roger. *Quoi de neuf chez les filles? Entre stéréotypes et libertés*. Paris: Nathan, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Originalmente publicado em 1949.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. *El normal caos del amor: las nuevas formas de la relación amorosa*. Barcelona: Paidós, 1998.

BECKER, Howard S. *Outsiders*. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. *Reinventing the family: in search of new lifestyles*. Cambridge: Polity Press, 2002.

BELLAH, Robert N. et al. *Habits of the heart: individualism and commitment in american life*. Berkeley: university of California Press, 2008.

BELOTTI, Elena Gianini. *Dalla parte delle bambine*. Milano: Feltrinelli, 1973.

BELTRÃO, Kaizô I. et al. *Mulher e previdência social: o Brasil e o mundo*. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para discussão, n. 867).

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; TEIXEIRA, Moema de Poli. Cor e gênero na seletividade das carreiras universitárias. In: SOARES, Sergei et al (Org.). *Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras*. Brasília: Ipea, 2005. p. 143-193.

BELTRÃO, Kaizô; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no Século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 30, n. 136, p. 125-156, 2009.

BEM, Sandra Lipsitz. Gender Schema Theory and Its Implications for Child Development: Raising Gender-Aschematic Children in a Gender-Schematic Society. *Signs*, Vol. 8, No. 4, p. 598-616, Summer 1983.

BENNETT, Fran. Researching within-household distribution: overview, developments, debates, and methodological challenges. *Journal of Marriage and Family*. n. 75, p. 582-597, 2013.

BENNETT, Tony et al. *Culture, class, distinction*. London: Routledge, 2009.

BERQUÓ, E. Brasil um caso exemplar – anticoncepção e partos cirúrgicos – à espera de uma ação exemplar. *Estudos Feministas*, v. 1, n.2, 366-381, 1993.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 411-438.

BERQUÓ, LOYOLA. União dos sexos e estratégias reprodutivas no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 1, n. 1/2, 1984.

BERQUÓ, OLIVEIRA. Casamento em tempos de crise. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 9, n. 2, 1992.

BERQUÓ; CAVENAGHI. *Increasing adolescent and youth fertility in Brasil: a new trend or a one-time event?* 2005. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/PopPobreza/BerquoelzaeCavenaghiSuzana.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

BERTONCELO, Edson Ricardo Emiliano. As classes na teoria sociológica contemporânea. *BIB: Revista Brasileira de Informações Bibliográficas*. São Paulo, n. 67, p. 25-50, 1. sem. 2009.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999.

BETETA, H. C. What is Missing in Measures of Women's Empowerment? *Journal of Human Development*, v. 7, n. 2, p. 221–241, 2006.

BIANCHI, Suzanne et al. Is anyone doing the housework? Trends in the gender division of household labor. *Social Forces*, v. 79, n. 1, p. 191-228, September 2000.

BIROLI, Flávia. *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. Vinhedo: Horizonte, 2013.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: o século XX*. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995, v. 5.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BOURDIEU, Pierre. *As estruturas sociais da economia*. Porto: Campo das Letras, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'état: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 26, p. 83-92, jun. 2006.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p. 481-486.

BOZON, Michel. La découverte du conjoint II. Les scènes de rencontre dans l'espace social, *Population*, n.1, 1988.

BOZON, Michel. Les femmes et l'écart d'âge entre conjoints: une domination consentie. I – Types d'union et attentes en matières d'ecart d'âge, *Population*, n. 2, p. 327-360, 1990.

BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BOZON, Michel. Sociologie du rituel du mariage. *Population*, n. 2, p. 409-434, 1992.

BRANCO, Patrícia. Do gênero à interseccionalidade: considerações sobre mulheres, hoje e em contexto europeu. *Julgar*, n. 4, 2008.

BRANDÃO, Zaia; LELLIS, Isabel. Elites acadêmicas e escolarização dos filhos. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 83, p. 509-526, ago. 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. *Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito: Criada através do requerimento n. 796/91-CN, destinada a examinar a “incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil”*. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Anticoncepção de emergência: perguntas e respostas para profissionais de saúde*. 2 ed. Brasília: Ed. MS, 2011.

BRASIL. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento*. Brasília: IPEA, 2010.

BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Pesquisa e Opinião Pública. *Violência doméstica contra a mulher*. Brasília, 2005. Relatório de pesquisa.

BRITES, Olga. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 249-278, 2000.

BRITO, Ângela Xavier de. A formação do espírito de Sion. *História da Educação*. Pelotas, v. 12, n. 26, p. 91-118, set./dez. 2008.

BRITO, Fausto. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2008.

BRITO, Rosimeire dos Santos. Intrincada trama de masculinidades e feminilidades: fracasso escolar de meninos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 127, jan. abr. 2006.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Estudos feministas*, v. 2, n. 2, 1994.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 17/18, p. 157-196, 2001/2.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996. Caxambu, MG, *Anais...*, Belo Horizonte : ABEP, 1996.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; UNBEHAUM, Sandra. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: UNIFEM. *O progresso das mulheres no Brasil*. Brasília, 2006. p. 61-101.

BRUSCHINI, Cristina; PUPPIN, Andrea Brandão. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, p. 105-138, jan./abr. 2004.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia. A mulher e o trabalho. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia (Org.) *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; RICOLDI, Arlene Martinez. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p.259-287, jan./abr. 2012.

BRUSCHINI, Maria Cristina. Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985-1995. São Paulo: FCC/DPE, 1998.

BRUSCHINI, Maria Cristina. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Estudos feministas*, 17, n. 1, 1994.

BUDIG, Michelle J.; ENGLAND, Paula. The wage penalty for motherhood. *American Sociological Review*, v. 66, p. 204-225, 2001.

BURAWOY, Michael. O marxismo encontra Bourdieu. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

BURGESS, Ernest W.; HARVEY, J. Locke. *The family: From institution to companionship*. New York: American Book Company, 1945.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para discussão, nº 621).

CAMARANO; KANSO. O QUE ESTÃO FAZENDO OS JOVENS QUE NÃO ESTUDAM, NÃO TRABALHAM E NÃO PROCURAM TRABALHO? Nota técnica. Ipea. Mercado de trabalho, n. 53, nov. 2012.

CAMARANO; KANSO; MELLO; ANDRADE. Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMARANO; MELLO; KANSO. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMPOS, Luiz Augusto; MIGUEL, Luís Felipe. O Oito de Março no Congresso: representações da condição feminina no discurso parlamentar. Campinas, *Cadernos Pagu*, n. 31, p. 471-508, jul./dez. 2008.

CAMPOS, Maria Malta et al. A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras. *Cadernos de pesquisa*, v. 41, n. 142, p. 20-54, jan./abr. 2011.

CAMPOS, Roselane Fátima. A educação infantil no contexto pós-reforma: institucionalização e regulação no Brasil e Argentina. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32., 2009, Caxambu. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reuniões/32ra/arquivos/trabalhos/GT07-5895--Int.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

CANDIDO, A. The Brazilian family. In: LYNN SMITH, T.; MARCHANT, A. *Brazil: portrait of half a continent*. New York: Dryden, 1951, p. 291-312.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 5 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CARBONE, June; CAHN, Naomi. *Marriage markets: how inequality is remaking the America Family*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CARDOSO, Adalberto. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, 2008, p. 569-616.

CARDOSO, R. C. L.; SAMPAIO, H. Estudantes universitários e o trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 26, p. 30-50, 1994.

CARDOSO, Ruth C. L.; SAMPAIO, Helena. Estudantes universitários e o trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 3, 1994.

CARLOTO, Cássia Maria; GOMES, Anne Grace. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, p. 131-145, jan./mar. 2011.

CARLSON, Marcia; ENGLAND, Paula (Ed.). *Social class and changing families in an unequal America*. Stanford: Stanford University Press, 2011.

CARON, Jean-Claude. Os jovens na escola: alunos de colégios e liceus na França e na Europa (fim do século XVIII – fim do século XIX). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). *História dos jovens 2: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CARVALHAES, Flavio Alex de Oliveira. *Macro ou micro? Análise de classes e a queda da desigualdade de renda no Brasil*. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, Angelita Alves de; WONG, Laura L. R.; MIRANDA-RIBEIRO, Paula. Discrepância de fecundidade e sua relação com variáveis sociodemográficas: uma análise para o Brasil em 1996 e 2006. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Pedro, SP, 2014.

CARVALHO, Ianá M. A escolarização em famílias da classe trabalhadora. *Cadernos de Pesquisa*. n. 42, p. 27-40, 1982.

CARVALHO, J. A. M. de, PAIVA, P. de T. A. e SAWYER. *A recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretação*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1981. (Monografia 12).

CARVALHO, José Alberto Magno de; BRITO, Fausto. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v.22, n.2, jul./dez. 2005

CARVALHO, M. P. Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.9, n.2, p. 554-574, 2001.

CASIQUE, Irene. Factores de empoderamiento y protección de las mujeres contra la violencia. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 72, n. 1, p. 37-71, enero-marzo 2010.

CASTERLINE, WILLIAMMS, MCDONALDS. The age difference between spouses: variations among developing countries, *Population Studies*, v. 40, n. 3, 1986.

CASTRO MARTIN, Teresa. Consensual unions in Latin America: persistence of a dual nuptiality system. *Journal of Comparative Family Studies*, 33, p. 35–55, 2002.

CASTRO, Cláudio de Moura. O ensino médio: órfão de idéias, herdeiro de equívocos. *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 113-124, jan./mar.2008.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chaga, 1992. p. 216-251.

CASTRO, Mary Garcia. Debates sobre gênero e patriarcado em construções de Therborn. In: MENEZES, José E. X. de; CASTRO, Mary Garcia. *Família, população, sexo e poder: entre saberes e polêmicas*. São Paulo: Paulinas, 2009. P. 47-72

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e poder: leituras transculturais — quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recifes. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.16, 2001.

CASTRO, Roberto; Riquer, Florinda. La investigación sobre violencia contra las mujeres en América Latina: entre el empirismo ciego y la teoría sin datos. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 135-146, 2003.

CAVALCANTI, Lara Gama de Albuquerque PAULO, Maira Andrade; HANY, Fatmato Ezzahrá. A pesquisa piloto de uso do tempo do IBGE 2009/2010. *Fazendo gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos*, Florianópolis, 2010.

CAVALLI, Alessandro. *The delayed entry into adulthood: it is good or bad for society?* IARD Scientific Board International Conference: "Growing up between Centre and Periphery" Gulbenkian (Lisboa), 2-4 May 1996.

CAVANA, Maria Luisa P. Diferencia. In: AMORÓS, Celia (Dir.). *10 palabras clave sobre mujer*. Navarra: Verbo Divino, 1995.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). *Tiempo total de trabajo (remunerado y no remunerado): recopilación experiencias encuestas de uso del tiempo en los países*. División de Asuntos de Género, Santiago, 2010.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe); Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) (2010), *¿Qué Estado para qué igualdad?* Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe, Brasília, 13 a 16

CERRUTTI, Marcela; BINSTOC, Georgina. *Familias latinoamericanas en transformación: desafíos y demandas para la acción pública*. Cepal, 2009.

CHAFETZ, Janet Saltzman. *Sex and advantage: a comparative, macro-structural theory of sex stratification*. Totowa: Rowman & Allanheld, 1984.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: este práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHERLIN, Andrew J. American marriage in the early twenty-first century. *The future or children*. v. 15, n. 2, Fall 2005.

CHERLIN, Andrew J. Goode's World Revolution and Family Patterns: a reconsideration at fifty years. *Population and Development Review*, v. 38, n. 4, p. 577-607, Dec. 2012.

CHERLIN, Andrew J. *Marriage, divorce, remarriage*. Cambridge: Harvard university Press, 1992.

CHERLIN, Andrew J. The deinstitutionalization of American Marriage. *Journal of Marriage and Family*, 66, p. 848-861, 2004.

CHODOROW, Nancy. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise. *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da maternidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

CHOLLET, Mona. Les acquis féministes sont-ils irréversibles? *Le Monde diplomatique*, avril 2007, pages 4 et 5.

CIENFUEGOS, Javiera. Tendencias familiares en América Latina: diferencias y entrelazamientos. *Notas de población*, n. 99, p. 11-37, dec. 2014.

CINTRÃO, Rosângela; SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 186-229.

COBO BEDIA, Rosa. Género. In: AMORÓS, Celia (Dir.). *10 palabras clave sobre mujer*. Navarra: Verbo Divino, 1995.

COBO, B. *Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios*. São Paulo: Cortez, 2012.

COLBARI, Antônia. *Ética do trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional*. São Paulo: Letras e Letras, 1995.

COLLINS, Randall. Women and the production of status cultures. In: LAMONT, Michèle; FOURNIER, Marcel. *Cultivating differences: symbolic boundaries and the making of inequality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

COLLINS; CHAFETZ; BLUMBERG; COLTRANE; TURNER. Toward an integrated theory of gender stratification. *Sociological perspectives*, v. 36, n. 3, 1993.

COLTRANE, Scott; ADAMS, Michele. *Gender and families*. 2 ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2008.

COMAS D'ARGEMIR, Dolors. *Trabajo, género, cultura: la construcción de desigualdades entre hombres y mujeres*. Barcelona: Icaria, 1995.

COMIN, Alvaro A.; BARBOSA, Rogério Jerônimo. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. *Novos estudos – CEBRAP*, São Paulo, n.91, nov. 2011.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, 1995.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: ARANTES, Antônio Augusto et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CORREA, Sônia. PAISM: uma história sem fim. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 10, n. 1/2, p. 57-70, 1993.

CORSARO, William A. *Sociologia da infância*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. N. *Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina*. Brasília: Ipea, 2001. (Texto para Discussão n. 797).

COSTA, Ana Maria. Desenvolvimento e implantação do PAISM no Brasil. In: GIFFIN, K., COSTA, S. H. *Questões de saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 1999.

COSTA, Ana Maria; GUILHEM, Dirce; SILVER, Lynn Dee. Planejamento familiar a autonomia das mulheres sob questão. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v. 6, n. 1, p. 75-84, jan./ mar. 2006.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7 ed. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

COSTA, Leilah Borges da. A evolução da proteção da união estável no direito brasileiro. In: CEPIA. *As mulheres e os direitos civis*. Rio de Janeiro: Cepia, 1999.

COSTA, Leticia B. *Participação da mulher no mercado de trabalho*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1984.

COSTA-RIBEIRO, Carlos Antônio. *Transitions into Adulthood in Brazil*. 2009. Disponível em:
<http://pronex.iesp.uerj.br/textos/Transitions%20to%20Adulthood%20in%20Brazil%20Carlos%20Antonio.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

COTTER, D., HERMSEN, J. M., AND VANNEMAN, R. The end of the gender revolution? Gender role attitudes from 1977 to 2008. *American Journal of Sociology*, v. 117, n. 1, p. 259–89, 2011.

CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo: Senac, 2006.

CROMPTON, Rosemary. Class and gender beyond the “cultural turn”. *Sociologia, problemas e práticas*. n. 42, p. 9-24, 2003.

CROMPTON, Rosemary. *Employment and the family: the reconfiguration of work and Family life in contemporary societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

D'INCAO, Maria Ângela. *Sentimentos modernos e família*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DAMIÁN, Araceli. La pobreza de tiempo: una revisión metodológica. *Estudios Demográficos y urbanos*, n. 52, p. 127-162, 2003.

DANDURAND, Renée B. Femmes et familles: sous le signe du paradoxe. *Recherches féministes*, v. 7, n. 1, p. 1-22, 1994.

DAUSTER, Tânia. Uma infância de curta duração: trabalho e escola. *Cadernos de Pesquisa*, n. 82, p. 3-96, 1992.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Regimes de trabalho, uso do tempo, desigualdade entre homens e mulheres. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena. *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

DEERE, Carmen Diana; LÉON, Magdalena. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 5, n. 10, 2003.

DELPHY, Christine, LEONARD, Diana. Class analysis, gender analysis, and the family. In: CROMPTON, R., MANN, M. *Gender and stratification*. Cambridge: Polity Press, 1986.

DIAS, Maria Berenice. A mulher no Código Civil. Disponível em: <http://www.mariaberenice.com.br/uploads/18_-_a_mulher_no_c%F3digo_civil.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2014.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 3 ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 15, supl. 1, p. 959-966, 2010.

DIPRETE, Thomas Albert; BUCHMANN, Claudia. Gender-Specific Trends in the Value of Education and the Emerging Gender Gap in College Completion. *Demography*, v. 43, n.1, p. 1-24, Feb. 2006.

DOMINGUES, José Maurício. Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. *Tempo Social*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 67-89, maio 2002.

DOMÍNGUEZ-FOLGUERAS, Marta; CASTRO-MARTÍN, Teresa. Women's changing socioeconomic position and union formation in Spain and Portugal. *Demographic Research*, Vol.19, Article 41, pp. 1513-1550, 29 Aug. 2008.

DREZETT, Jefferson. Contracepção de emergência: normativas, usos, mitos e estigmas. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn (Org.). *Contracepção de emergência no Brasil e América Latina: dinâmicas políticas e direitos sexuais e reprodutivos*. São Paulo: CCR, 2010. p. 63-89.

DUARTE, Luiz Fernando D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

DUARTE, Luiz Fernando D. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara T. (Org.) *Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995. p. 27-41.

DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1997.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: MADEIRA, Felícia R. (org.) *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Unicef, 1997.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOZO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 17-37.

DURHAN, Eunice R. *A caminho da cidade*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

DURHAN, Eunice R. A família operária: consciência e ideologia. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 201-213, 1980.

EDIN, Kattrryn; KEFALAS, Maria. *Promises I can keep: why poor women put motherhood before marriage*. Berkeley: university of California Press, 2005.

EHRENREICH, Barbara. *O medo da queda: ascensão e crise da classe média*. São Paulo: Scritta, 1994.

EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie Russell. Introduction. In: _____. (Ed.). *Global woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy*. New York: Holt Paperbacks, 2004.

EISENSTEIN, Zillah R. *Patriarcado Capitalista y Feminismo Socialista*. Cerro del Agua: Siglo Veintiuno, 1980.

ELIAS, Norbert. A civilização dos pais. *Estado e sociedade*, v. 27, n. 3, p. 469-493, set./dez. 2012.

ELIAS, Norbert. *Escritos & ensaios: 1. Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: edições 70, 1970.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. The changing balance of power between the sexes – a process-sociological study: the example of the Ancient Roman State. *Theory, culture & society*, v. 4, 1987, p. 287-316.

ELUF, Luiza Nagib. *A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de Pontes Visgueiro a Pimenta Neves*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

ENCARNACIÓN, Omar G. Latin America's gay rights revolution. *Journal of Democracy*, v. 22, n. 2, p. 104-118, April 2011.

ENGAND, Paula. Toward gender equality: progress and bottlenecks. In: BLAU, Francine D.; BRINTON, Mary C.; GRUSKY David (ED.). *The Declining Significance of Gender?* New York: Sage, 2006.

ENGLAND, Paula. El yo divisorio: prejuicios androcéntricos de las hipótesis neoclásicas. In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (Ed.). *Más Allá del hombre económico: economía y teoría feminista*. Madrid: Cátedra, 2004. p. 59-82.

ENGLAND, Paula. The gender revolution: uneven and stalled. *Gender & Society*, v. 24, n. 2, p. 149-166, Apr. 2010.

ENGLAND, Paula; FARKAS, George. *Households, employment, and gender: a social, economic and demographic view*. New York: 1986.

ERIKSON, Robert. Social class of men, women and families. *Sociology*, n. 18, 1984.

ESPING- ANDERSEN, Gosta. *The incomplete revolution: adapting to women's new roles*. Cambridge: Polity, 2009.

ESQUIVEL, Valeria; FAUR, Eleonor; JELIN, Elizabeth. Hacia la conceptualización del cuidado: familia, mercado y estado. In: _____ (Ed.). *Las lógicas del cuidado infantil: entre las familias, el estado y el mercado*. Buenos Aires: IDES, 2012. p. 11-44.

ESTEVE, Albert; LESTHAEGHE, Ron; LÓPEZ-GAY, Antonio. The Latin American Cohabitation Boom, 1970-2007. *Population and Development Review*, v. 38, n. 1, p. 55-81, March 2012.

ESTEVE, Albert; LÓPEZ-RUIZ, Luis Ángel; SPIJKER, Jeroen. Disentangling how educational expansion did not increase women's age at union formation in Latin America from 1970 to 2000. *Demographic Research*, v. 28, article 3, p. 63-76 9 Jan. 2013.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAGNANI, Jeanne. Recent reforms in childcare and family policies in France and Germany: What was at stake? *Children and Youth Services Review*, n. 34, p. 509–516, 2012.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. *Mediações*, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, jan./dez 2008.

FALUDI, Susan. *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Patriarcalismo e a questão da legitimidade na historiografia brasileira. *IX Encontro de Estudos Populacionais*. Caxambu, 1994.

FARIA, V. Políticas de governo e regulação da fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, Ampocs, 1989.

FARIA, Vilmar; POTTER, Joseph. Televisão, telenovelas e queda de fecundidade no Nordeste. *Novos Estudos*, n. 62, 2002.

FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1982.

ROBLES, Alfonsina Faya. As agentes comunitárias de saúde no Brasil contemporâneo: a "polícia amiga" das mães pobres. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n.12, p. 92-126, dic. 2012.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicol. Reflex. Crit.* v. 11, n. 2, Porto Alegre, 1998.

FERNANDES, Camila. Apego e jeito de cuidar. Afetos, trabalho e gênero na experiência do cuidado de crianças. Trabalho apresentado no GT Trabalho de cuidado do VII Congresso Latino-americano de Estudos do Trabalho, São Paulo, 2013.

FERREIRA, Francisco H. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

FIGUEIRA, Sérvulo A (Org.). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

FIGUEIREDO, Regina. Contracepção de emergência: normativas, usos, mitos e estigmas. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn (Org.). *Contracepção de emergência no Brasil e América Latina: dinâmicas políticas e direitos sexuais e reprodutivos*. São Paulo: CCR, 2010. p. 63-89.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. A creche comunitária na nebulosa da pobreza. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 88, p. 18-29, fev. 1994.

FIRESTONE, Shulamith. The dialectic of sex. In: GRUSKY, David B. *Social Stratification*. Boulder: Westview Press, 1994.

FISCHER, Brodwyn. *A poverty of rights: citizenship and inequality in twentieth-century* Rio de Janeiro. Stanford: Stanford University Press, 2008.

FISHMAN, Pamela M. O trabalho que as mulheres realizam nas interações. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010.

FLACH, Simone de Fátima. O direito à educação e sua relação com a ampliação da escolaridade obrigatória no Brasil. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 64, p. 495-520, jul./set. 2009.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues; MELLO, Débora Teixeira de. Ampliação do acesso à educação infantil via Proinfância: análises de uma política pública em colaboração. In: CONGRESSO IBERO AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 3., 2012, Zaragoza, ES. Disponível em: http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/MariaLuizaRodriguesFlores_res_int_GT1.pdf. Acesso em: 13. abr. 2013.

FOGUEL, Miguel Nathan; BARROS, Ricardo Paes de. The effects of conditional cash transfer programmes on adult labour supply: an empirical analysis using a time-series-cross-section sample of Brazilian Municipalities. *Est. Econ.*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 259-293, abr./jun. 2010.

FOLBRE, Nancy. Measuring Care: Gender, Empowerment, and the Care Economy. *Journal of Human Development*, v. 7, n. 2, July 2006.

FOLBRE, Nancy. *The invisible heart: economics and family values*. New York: The New Press, 2001.

FOLBRE, Nancy; YOON, Jayoung. El cuidado de los niños: lo aprendido mediante encuestas sobre el uso del tiempo en algunos países de habla inglesa. In: ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. *La economía invisible y las desigualdades de género: la importancia de medir y valorar el trabajo no remunerado*. Washington, D. C.: Organización Panamericana de la Salud, 2008. p. 205-228.

FONSECA, Ana Maria Medeiros. *Família e política de renda mínima*. São Paulo: Cortez, 2001.

FONSECA, Cláudia. A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea. In: BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo, Editora 34, 2002.

FONSECA, Cláudia. Apresentação: de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. *Cadernos Pagu*, 29, p. 9-35, jul./dez. 2007.

FONSECA, Cláudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo, Cortez, 1995.

FONSECA, Claudia. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Psicologia USP*, 2002, v. 13, n. 2, p. 49-68.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé. *Democracia hoje*. Brasília: Ed. UNB, 2001.

FRASER, Nancy. *Iustitia Interrupta: Reflexiones críticas desde la posición "postsocialista"*. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre, 1997.

FRASER, Nancy. Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 617-634, jul./dez. 2011.

FRASER, Nancy. Multiculturalisme, anti-essentialisme et démocratie radicale. *Cahiers du Genre*, n. 39, 2005.

FRASER, Nancy; GORDON, Linda. Contrato versus caridade: porque não existe cidadania social nos Estados Unidos? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 42, maio 1995.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 29 ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

FRIEDAN, Betty. *A segunda etapa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971. Originalmente publicado em 1963.

FUKUI, Lia F. G. *Sertão e Bairro Rural: Parentesco e Família entre Sitiantes Tradicionais*. São Paulo, Ed. ática, 1979.

FURSTENBERG, Frank F. *Destinies of the disadvantaged: the politics of teen childbearing*. New York: Sage, 2007.

FURSTENBERG, Frank F. The recent transformation of American family: witnessing and exploring social change. In: CARLSON, Marcia; ENGLAND, Paula (Ed.). *Social class and changing families in an unequal America*. Stanford: Stanford University Press, 2011.

FUSSELL, Elizabeth; PALLONI, Alberto. Persistent Marriage Regimes in Changing Times. *Journal of Marriage and Family*, 66, p. 1201–1213, Dec. 2004.

GALLAND, Olivier. L'entrée dans la vie familiale. In: SINGLY, François de (Dir.). *La famille: l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1992. p. 34-46.

GANS, Herbert J. *Popular culture and high culture: an analysis and evaluation of taste*. New York: Basic Books, 1974.

GARCÍA, Brígida; ROJAS, Olga. Las uniones conyugales en América Latina: transformaciones en um marco de desigualdad social y de gênero. *Notas de población*, 78, 2004. Disponível em: < <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/22069/lcg2229-p3.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2014.

GARCIA, Leila Posenato et al. *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*. IPEA, 2013.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia do Bolso, 2009.

GERMANI, Gino. *Sociologia da modernização*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

GIACOMINI, Sonia. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. 2 ed. São Paulo, Ed. da Unesp, 1993.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

GIFFIN, Karen. Esfera de reprodução em uma visão masculina: considerações sobre a articulação da produção e da reprodução, de classe e de gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 23-40, 1994.

GIFFIN, Karen. Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.7, n. 2, p. 190-200, abr./jun. 1991.

GIFFIN, Karen. Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. *Cadernos de saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 103-112, 2002.

GILLIGAN, Carol. *Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

GITTINS, Diana. *The family in question: changing households & familiar ideologies*. 2. ed. London: Macmilan, 1993.

GOBLOT, Edmond. *A barreira e o nível: retrato da burguesia francesa na passagem do século*. São Paulo: Papyrus, 1989.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura na antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcadia, 1971.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, n. 91, p. 7-22, 1994.

GOLDANI, A.M. Relações intergeracionais e reconstrução do Estado de Bem Estar. Porque se deve repensar essa relação para o Brasil? In CAMARANO, A. A.(Org). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 211-250.

GOLDANI, Ana Maria. Las familias brasilenas y sus desafíos como factor de protección al final del siglo XX. In: GOMES, Cristina (Comp.) *Processos sociais, población y familia: alternativas teóricas y empíricas en las investigaciones sobre vida doméstica*. México: FLACSO, 2001.

GOLDANI, Ana Maria. *Women's transitions: the intersection of female life course, family and demographic transition in twentieth century Brazil*. Dissertation (Doctor of Philosophy) – University of Texas at Austin, 1989.

GOLDANI, Ana Maria; LAZO, Aída Verdugo. *Brasil: desafios de políticas para as famílias*. Reunión de Expertos cambio de las familias en el marco de las transformaciones globales: necesidad de políticas públicas eficaces. Santiago: Cepal, 2004.

GOLDENBERG, Mirian. *Toda mulher é meio Leila Diniz*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008.

GOLDIN, Claudia. A grand gender convergence: its last chapter. *American Economic Review*, v. 104, n. 4, p. 1091-1119, 2014.

GOLDIN, Claudia. *A pollution theory of discrimination: male and female differences in occupations and earnings*. NBER Working Paper No. 8985, June 2002.

GOLDIN, Claudia. The long road to the fast track: career and family. *Annals, AAPSS*, 596, Nov. 2004.

GOLDIN, Claudia. The quiet revolution that transformed women's employment, education and family. *AEA*, May 2006.

GOLDIN, Claudia; KATZ, Lawrence F. The power of the pill: oral contraceptives and women's career and marriage decisions. *Journal of political economy*, p. 730-770, v. 110, n. 4, 2002.

GOLDTHORPE, J. Women and class analysis: in defence of the conventional view. *Sociology*, 17, 1983, 465-458.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Cândido Abreu. A educação infantil no fogo cruzado das relações inter e intragovernamentais. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política de educação infantil no Brasil: relatório de avaliação*. Brasília: MEC, SEB: Unesco, 2009. p. 99-120.

GONZALEZ, Nancie L. The Anthropologist as Female Head of Household. *Feminist Studies*, V. 10, No. 1, pp. 97-114, Spring 1984.

GOODE, William J. *Revolução Mundial e Padrões de Família*. São Paulo: Nacional, 1969.

GOODE, William. Why men resist. In: SKOLNICK, A.; SKOLNICK, J. (Ed.). *Family in Transition*. 10th ed. New York: Longman, 1999.

GOULART, Orosinda Maria Taranto; SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno; NESPOLI, Vanessa. *O desafio da universalização do ensino médio*. Brasília: INEP, 2006.

GREENE, RAO. A compressão do mercado matrimonial e o aumento das uniões consensuais no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 9, n. 2, 1992.

GRIMBERG, Keila. *Código civil e cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GRUN, Roberto. Dinheiro no bolso, carrão e loja no shopping: estratégias educacionais e estratégias de reprodução social em famílias de imigrantes armênios. In: ALMEIDA, Ana Maria F.; NOGUEIRA, Maria Alice. *A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUÉRIN, Isabelle. Sociologia econômica e relações de gênero. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial das Mulheres, 2003.

GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro. *Transições incertas: os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2007.

GUIMARAES, Nadya Araújo. *Desemprego, uma construção social*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

HADDAD, Lenira. Políticas integradas de educação e cuidado infantil: desafios, armadilhas e possibilidades. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 129, p. 519-546, set./dez. 2006.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino a luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.

HAKKERT, R.; GONDIM, L. A esquerda brasileira e a questão populacional: uma abordagem crítica. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, 1984.

HAMBURGER, Esther. *O Brasil antenado: a sociedade da novela*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

HANNUN, Emily; BUCHMANN, Claudia. *The consequences of global educational expansion: social science perspectives*. Cambridge: American Academy of Arts and Sciences, 2003.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HEIN, Catherine. *Reconciling work and family responsibilities: practical ideas from global experience*. Geneva: International Labour Office, 2005.

HEINEN, Jacqueline. Políticas familiares na Europa do Leste: de uma época a outra. In: FARIA; Nalu; MORENO, Renata (Org.) *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, SOF, 2010. p. 57-74.

HEINICH, Nathalie. *A sociologia de Norbert Elias*. Bauru: Edusc, 2001.

HENRIQUES, Célia Regina; JABLONSKI, Bernardo; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. *Geração Canguru: algumas questões sobre o prolongamento da convivência familiar*. 2004. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/21862168/1200670466/>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

HENRIQUES, M. H., SILVA, N. V. Gravidez na adolescência: um problema emergente? Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1988.

HENRIQUES, M. H., SILVA, N. V., SINGH, S., WULF, D. *Adolescentes de hoje, pais do amanhã*. New York: The Alan Guttmacher Institute, 1989.

HERRERA, Cristina; AGOFF, María Carolina. Modos de resistência feminina ante la violencia de pareja. Un estudio cualitativo. In: REUNIÓN NACIONAL DE INVESTIGACIÓN DEMOGRÁFICA EN MÉXICO, 11., 2012, Aguascalientes. Disponível em: < <http://www.somede.org/xireunion/ponencias/Violencia/226ponencia%20SOMEDE.pdf> >. Acesso em: 6 jun. 2012.

HERTRICH, Véronique; LOCOH, Thérèse. Relações de gênero, formação e dissolução das uniões nos países em desenvolvimento. In: PINNELLI, Antonella (Org.). *Gênero nos estudos de população*. Campinas, SP: ABEP, 2004.

HILL, Shirley A. *Families: a social class perspective*. Los Angeles: Sage, 2012.

HIMMELFARB, Gertrude. *The de-moralization of society: from Victorian virtues to modern values*. London: IEA, 1995.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena. Teorias e práticas do *care*: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA; Nalu; MORENO, Renata (Org.) *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, SOF, 2010. p. 57-74.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena. *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HIRSCHMAN, Albert. *Saída, voz e lealdade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

IBGE. *Censo Demográfico 2010: famílias e domicílios*. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. *Censo Demográfico 2010: nupcialidade, fecundidade e migração*. Rio de Janeiro, 20

ILLOUZ, Eva. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. *Rising tide: gender equality and cultural change around the world*. New York: Cambridge University Press, 2003.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.

INSTITUTO AVON; IPSOS. Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil. 2011. Disponível em: <http://www.institutoavon.org.br/wp-content/themes/institutoavon/pdf/iavon_0109_pesq_portuga_vd2010_03_vl_bx.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2012.

IPEA. *Situação atual das trabalhadoras domésticas no país*. Comunicado 90, 2011.

IPEA. *Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero*. Brasília, 2012. (Comunicados Ipea, n. 149).

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Los cambios en el comportamiento reproductivo, el protagonismo femenino y las desigualdades de clase: reflexiones sobre los límites de las políticas públicas a partir del caso brasileño. In: REUNIÓN NACIONAL DE INVESTIGACIÓN DEMOGRÁFICA EN MÉXICO, 10., 2012, Aguascalientes. *Memorias electronicas*, 2012. Disponível em: <<http://www.somede.org/xireunion/ponencias/64documento2.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2013.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Mães adolescentes: desigualdades nos pontos de partida e de chegada. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Mobilidade social e estratégias reprodutivas no Brasil de finais do século XX. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, v. 1, n 1, 2012.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996): explorando relações. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 157-176, jul./dez. 2003.

JACCOUD, Luciana. Programa Bolsa Família: proteção social e combate à pobreza no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 64, n. 3, p. 291-307, jul/set 2013.

JACQUET, Christine. Urbanização e emprego doméstico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 52, junho/2003

JAMUR, Marilena. Solidariedade: uma noção tensionada entre o privado e o público. *RAP*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 471-504, Maio/Jun. 2005.

JELÍN, Elisabeth. *Pan y afectos: la transformación de las familias*. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

JELIN, Elizabeth. Família y género: notas para el debate. *Estudios feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1995.

JELIN, Elizabeth. La tensión entre el respeto a la privacidad y las responsabilidades del Estado. In: FASSLER, Clara; HAUSER, Patricia; IENS, Inés (Coord.). *Género, familia y políticas sociales: modelos para armar*. Montevideo: Trilce, 1997.

JIMÉNEZ PERONA, Ángeles. Igualdad: In: AMORÓS, Celia (Dir.). *10 palabras clave sobre mujer*. Navarra: Verbo Divino, 1995. p. 119-149.

- KAGAN, Jerome. *Three seductive ideas*. Harvard University Press, 1998.
- KANT DE LIMA, Roberto; AMORIM, Maria Stella de; BURGOS, Marcelo Baumann. *Guerra & paz na família: um falso armistício*. 2002.
- KEHL, Maria Rita. A gravidez e o vazio. In: WEINBERG, Cybelle (Org.). *Geração delivery: adolescer no mundo atual*. 2 ed. São Paulo: Sá Editora, 2001. p. 29-38.
- KERGOAT, Daniele. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 86, mar. 2010.
- KERSTENETZKY, Célia Lessa. Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do programa bolsa família. *Dados*, Rio de Janeiro, v.52, n.1, Mar. 2009
- KINGSTON, Paul W. *The classless society*. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- KIRK, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. In: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed Unicamp, 2004.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Os jardins de infância e as escolas maternais de São Paulo no início da república. *Cadernos de Pesquisa*, n. 64, p. 5760, fev. 1988.
- KNIBIEHLER, Yvonne. Le célibat: approche historique. In: SINGLY, François de (Dir.). *La famille: l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1992. p. 75-82.
- KOFES, Suely. *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2001.
- KOWARICK, Lúcio. *A expropriação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KUZNESOF, Elizabeth. A history of domestic service in Spanish America, 1492-1980. In: CHANEY, Elsa M.; CASTRO, Mary Garcia. *Muchachas no more: household workers in Latin America and the Caribbean*. Philadelphia: Temple University Press, 1989. p. 17-35.
- LACERDA, Marisa Alves et al. Mensuração e perfis de demanda insatisfeita por contracepção nos municípios de Belo Horizonte e Recife, 2002. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 113-129, jan./jun. 2005.
- LAGARDE, M. *Claves feministas para el poderío y la autonomía de las mujeres*. 1999. Disponível em: <<http://sidoc.puntos.org.ni/publicacionesptos/documentos/claves-feministas.para-el-poderio-y-autonomia.pdf>>. Acesso em 13 jan. 2014.
- LAGRAVE, Rose-Marie. A lucidez dos dominados. In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie. *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- LAM, D., SEDLACEK, G., DURYEY, S. Increases in women's education and fertility decline in Brazil. *Anais do VIII Encontro de Estudos Populacionais*, 1982.
- LAMONT, Michèle; FOURNIER, Marcel (Ed.). *Cultivating differences: symbolic boundaries and the making of inequality*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. Originalmente publicado em 1947.

LAVINAS, Lena (Coord.). *Projeto: medindo o grau de aversão à desigualdade da população brasileira através dos resultados do Bolsa-Família*. Rio de Janeiro, 2012.

LAVINAS, Lena. Estratégias femininas para conciliar trabalho remunerado e trabalho doméstico no século XXI. *Revista ABET*, v. 10, n. 2, jul./dez. 2011.

LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e adolescência. In: MADEIRA, Felícia R. (org.) *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Unicef, 1997.

LAVINAS, Lena. O Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete? *Dados*, v.40, n.1, p.41-67, 1997.

LAVINAS, Lena. Universalizando direitos. *Observatório da Cidadania*, 2004. Disponível em: < http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/relatorio_universalizando.pdf >. Acesso em: 5 set. 2013.

LAVINAS, Lena; COBO, Barbara; VEIGA, Alinne. Bolsa família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Población*, año 6, n. 10, ene./jun. 2012.

LAVINAS, Lena; GARCIA, Eduardo Henrique. *Programas sociais de combate à fome: o legado dos anos de estabilização econômica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: IPEA, 2004.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Direito previdenciário para as donas de casa versus universalidade da proteção social no Brasil. 2005. Disponível em: < http://ww2.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/lavinas_direito_prev_donas_de_casa.pdf >. Acesso em: 5 set. 2013.

LAZO, A. C. V. *Nupcialidade em São Paulo: um estudo por corte e coorte*. Tese de Doutorado – IFCH, Unicamp, 1991.

LAZO, A. C. V. *Nupcialidade nas PNADs-90: um tema em extinção?* Rio de Janeiro, IPEA, Texto para discussão, n. 889, 2002.

LAZO, A. C. V. *Os estudos contemporâneos sobre nupcialidade: uma revisão crítica*. Unicamp, Textos Nepo, n. 32, 1996.

LEFAUCHEUR, Nadine. Maternidade, família, Estado. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: o século XX*. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995, v. 5.

LEME, C.; WAJNMAN, S. Tendências De Coorte Nos Diferenciais de Rendimento Por Sexo. In: Henriques, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

LEME, Maria Carolina da Silva; WAJNMAN, Simone. A alocação do tempo dos adolescentes brasileiros entre o trabalho e a escola. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, Caxambu, 2000. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2000.

LEÓN GALARZA, Natalia Catalina. Honor y violencia conyugal: rupturas, desplazamientos y continuidad. In: CORRÊA, Mariza; SOUZA, Érica Renata de (Org.). *Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre "crimes de honra"*. Campinas: Pagu-Unicamp, 2006. p. 209-238.

LEÓN GALARZA, Natalia Catalina. Honor y violencia conyugal: rupturas, desplazamientos y continuidad. In: CORRÊA, Mariza; SOUZA, Érica Renata de (Org.). *Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre "crimes de honra"*. Campinas: Pagu-Unicamp, 2006. p. 209-238.

LEÓN, Magdalena. Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder. *Estudios Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000.

LEONE, Eugenia Troncoso; MAIA, Alexandre Gori; BALTAR, Paulo Eduardo. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 59-77, abr. 2010.

LERIDON, Henri; VILLENEUVE-GOKALP, Catherine. Les nouveaux couples: nombre, caractéristiques et attitudes. *Population*, n. 2, 1988.

LESTHAEGHE, Ron: The "second demographic transition": a conceptual map for the understanding of late modern demographic developments in fertility and family formation. In: *Historical Social Research* 36 (2011), 2, pp. 179-218.

LESTHAEGUE, Ron. The second demographic transition in western countries: an interpretation. In: MASON; JENSEN. *Gender and family change in industrialized countries*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

Lévi-Strauss, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982

LEWIS, Oscar. *La cultura de la pobreza*. Barcelona: Anagrama, 1966.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. *Sujeitos e objetos do sucesso: antropologia do Brasil emergente*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

LIVI BACCI, Massimo. *Breve história da população mundial*. Lisboa: Edições 70, 2013.

LIVI-BACCI, Massimo. Too few children and too much family. *Daedalus*, v. 2, Summer 2001. Disponível em:

LONDONO, Fernando Torres. A origem do conceito de menor. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História da criança no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

LOPES, Maria Antónia. *Mulheres, espaço e sociabilidade: a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*. Lisboa: livros Horizontes, 1989.

LÓPEZ RUIZ, Luis A.; ESTEVE I PALÓS, Albert; CABRÉ I PLÁ, Anna. Distancia social y uniones conyugales en América Latina. *Revista Latinoamericana de Población*, Año 1, n.2, Enero / Junio 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

LOVELL Terry. Bourdieu, class and gender: “The return of the living dead?”. In: ADKINS, Lisa; SKEGGS, Beverley (Ed.). *Feminism after Bourdieu*. Oxford: Blackwell, 2004. P. 37-56.

LOYOLA, Maria Andrea. Cinquenta anos de anticoncepção hormonal: a mulher e a pílula. *ComCiência*, Campinas, n.119, 2010.

LOYOLA, Maria Andréa. *Médicos e curandeiros: conflito social e saúde*. São Paulo: Difel, 1984.

LUTTER, Chesa K.; CHAPARRO, Camila M.; GRUMMER-STRAWN, Laurence M. Increases in breastfeeding in Latin America and the Caribbean: an analysis of equity. *Health Policy and Planning*, n. 26, p. 257-265, 2011.

MACEDO, Carmen Cinira. *A reprodução da desigualdade: o projeto de vida familiar de um grupo operário*. São Paulo: Hucitec, 1979.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, maio/ago. 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Faperj, 2008.

MACHADO NETO, Zahidé. As meninas: sobre o trabalho da criança e da adolescente em família proletária. In: AGUIAR, Neuma (Coord.) *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MACHADO, Ana Flávia; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto C. de; WAJNMAN, Simone. *Sexo frágil? Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro*. Gelre, 2005.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Mulheres: da prédica pentecostal ao debate sobre sexualidade, saúde reprodutiva, aborto e planejamento familiar. In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1997. p. 169-203.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BARROS, Myriam Lins de. Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas populares do Rio de Janeiro. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 2, maio. Ago. 2009.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: Medicina Social e constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MADEIRA, Felícia R. A trajetória das meninas dos setores populares: escola trabalho ou ...reclusão. In: MADEIRA, Felícia R. (org.) *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Unicef, 1997.

MALUF, Marina, MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. (Org.). *Karl Mannheim*. São Paulo, Ática: 1982. p. 67-95.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza no Programa Bolsa Família. In: BONETTI, Alinne; ABREU, Maria Aparecida. *Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011. p. 61-78.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. n. 2, Maio/Ago. 2008

MARRI, Izabel Guimarães; WAJNMAN, Simone. Esposas como principais provedoras de renda familiar. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 19-35, jan./jun. 2007.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. Famílias: questões para o Programa de Saúde da Família (PSF). In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALER, Maria Amalia Faller (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 169-174.

MARTELETO, Leticia. O papel do tamanho da família na escolaridade dos jovens. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.19, n.2, jul./dez. 2002.

MARTIN, Claude. Os limites da proteção da família: introdução a uma discussão sobre as novas solidariedades na relação Família-Estado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 42, maio 1995.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Projetos de modernidade na América Latina. In: DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, María. *América Latina hoje: conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARTINE, G. Brazil's fertility decline, 1965-95: a fresh look at key factors. *Population and Development Review*, v. 22, n. 1, 47-75, 1996.

MARTINS, Ana Paula Bortoletto et al. Transferência de renda no Brasil e desfechos nutricionais: revisão sistemática. *Revista de Saúde Pública*, v. 46, n. 6, p. 1159-1171, 2013.

MARTINS, Ignez Ramos; COSTA, Sarah Hawker; FREITAS, Sylvia Regina da Silva; PINTO, Cristiane Schuch. Aborto induzido entre mulheres de baixa renda – dimensão de um problema. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 251-266, abr./jun. 1991

MARTINS, Ignez Ramos; COSTA, Sarah Hawker; FREITAS, Sylvia Regina da Silva; PINTO, Cristiane Schuch. Aborto induzido em mulheres de baixa renda — dimensão de um problema. *Caderno de Saúde Pública*, v.7, n.2, Rio de Janeiro, abr./jun. 1991

MASSON, André. L'héritage au sein des transferts entre générations: théorie, constat, perspectives. In: ATTIAS-DONFUT, Claudine (Dir.). *Les solidarités entre générations: vieillesse, familles, état*. Paris: Nathan, 1995. p. 279-325

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim*. Alcoolismo e masculinidade. São Paulo, Nacional, 2001.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. *Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições ao debate*. Brasília: Ipea, 2007. (Textos para discussão, 1283).

MEDICI, André Cezar. Uma década de SUS (1988-1998): progressos e desafios. In: GALVAO, Loren; DÍAZ, Juan (Org.). *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Population Council, 1999. p. 104-150.

MELLO, Guiomar Namó de. O Ensino médio em número: para que servem as estatísticas educacionais? In: Situação da educação básica no Brasil. In: _____. *Situação da educação básica no Brasil*. Brasília: MEC: INEP, 1999.

MELO, Hildete Pereira de. *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para discussão, n. 565).

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SABBATO, Alberto Di. Os afazeres domésticos contam. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 3(31), p. 435-454, dez. 2007.

MELO, Hildete Pereira de; OLIVEIRA, André Barbosa. Mercado de Trabalho e Previdência Social – um olhar feminista. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2008.

MELO, Hildete Pereira; SOARES, Laura; SOARES, Cristiane. Aposentadoria da dona-de-casa: nota técnica. *Revista Gênero*, Niterói, v. 6, n. 2- v. 7, n. 1, p. 241-252, 1.-2. sem. 2006.

MENEGHEL, Stela N.; GIUGLIANE, Elsa J.; FALCETO, Olga. Relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 327-335, abr./jun. 1998.

MERRICK, T, BERQUÓ, Elza. *The determinants of Brazil's Recent Rapid Decline in Fertility*. Washington, D. C. National Academic of Science Press, 1983.

MICHEL, Andrée. *Sociologia da família e do casamento*. Porto: Rés, 1983.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flavia. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flavia. *Teoria política feminista: textos cetrais*. Vinhedo: Horizonte, 2013.

MILANESI, Luís. *A casa da invenção*. 3. ed. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

MILLETT, Kate. *Política Sexual*. Lisboa: Dom Quixote, 1974.

MILLS, Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MIOTO, Regina Célia Tomaso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A.; MATOS,

M. C. de; LEAL, M. C. (Org.) *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004.

MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Gênero*, Niterói, v. 6, n. 2, p. 203-232, 2. Sem. 2006.

MOLLO-BOUVIER, Suzanne. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. *Educação e sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 391-403, maio/ago. 2005.

MONTAÑO, Sonia. El cuidado en acción. MONTAÑO, Sonia; CALDERÓN, Coral (Coord.). *El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2010. p. 13-68.

MONTAÑO, Sonia; CALDERÓN, Coral (Coord.). *El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2010.

MORAES; HASSELMANN; REICHENHEIM. Adaptação transcultural para o português do instrumento “Revised Conflict Tactics Scales (CTS2)” utilizado para identificar violência entre casais 2002. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 163-176, fev. 2002.

MOSCOVICI, Serge. Os ciganos entre perseguição e emancipação. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 653-678, set./dez. 2009.

MOTTA, Maria Antonieta. *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. São Paulo: Cortez, 2001.

MOYNIHAN. The negro Family: the case for social action. 1965. Disponível em: <<http://web.stanford.edu/~mrosenfe/Moynihan's%20The%20Negro%20Family.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

MULLER, Fernanda. Entrevista com William Corsaro. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 98, p. 271-278, jan./abr. 2007.

MUSZKAT, Malvina E. et al. *Mediação familiar transdisciplinar: uma metodologia de trabalho em situações de conflito de gênero*. São Paulo: Summus, 2008.

NASCIMENTO, Maria Evelynna Pompeu do. Educação infantil: a construção de um novo nível de ensino. In: SITUAÇÃO da educação básica no Brasil. Brasília: MEC: INEP, 1999. p. 45-67.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEVES, Delma Pessanha. Nesse terreiro, galo não canta. Trabalho apresentado no VI Encontro Anual da Anpocs, Friburgo, 1982.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Família e pedagogia: nostalgia do tradicional ou carência do novo? In: FIGUEIRA, Sérvulo (Org.). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *Donas e plebéias na sociedade colonial*. Estampa, Lisboa, 2002.

NOGUEIRA, Maria Alice. Estratégias de escolarização em famílias de empresários. In: ALMEIDA, Ana Maria F.; NOGUEIRA, Maria Alice. *A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

NOGUEIRA, Oracy. *Família e comunidade*. Rio de Janeiro: INEP, 1962.

NUNES, M. J. F. Rosaldo. De mulheres, sexo e igreja: uma pesquisa e muitas interrogações. In: COSTA, Albertina de O.; AMADO, T. (Org.). *Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo/Rio de Janeiro, Prodir/FCC/Editora 34, 1994. p. 175-203.

O'DOUGHERTY, Maureen. Auto-Retratos da Classe Média: Hierarquias de "Cultura" e Consumo em São Paulo. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, 1998.

OIT. *Global Employment Trends for Youth 2013: a generation at risk*. Genebra, 2013.

OIT. *Trabalho decente e juventude: Brasil*. Brasília, 2009.

OIT; PNUD. *Trabajo y familia: hasta nuevas formas de conciliación con Corresponsabilidad social*. Santiago, 2009.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, maio/ago. 2008.

OKIN, Susan Moller. *Justice, gender and the Family*. Basic Books, 1989.

OKIN, Susan Mooler. *Women in Western Political Thought*. 7. ed. Princeton: Princeton University Press, 1992.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. Os sujeitos da luta pela legalização do aborto. In: ÁVILA, Maria Betânia; PORTELLA, Ana Paula; FERREIRA, Verônica. *Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

OLIVEIRA, Elzira Lúcia de; RIOS-NETO, Eduardo Gonçalves; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. Transições dos jovens para o mercado de trabalho, primeiro filho e saída da escola: o caso brasileiro. *R. bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 109-127, jan./jun. 2006.

OLIVEIRA, Elzira Lúcia de; RIOS-NETO, Eduardo Gonçalves; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de (2006). Transições dos jovens para o mercado de trabalho, primeiro filho e saída da escola: o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 109-127, jan./jun. 2006.

OLIVEIRA, Maria Coleta de. A segunda transição demográfica: nova teoria ou mais do mesmo? In: TURRA, Cassio Maldonado; CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). *População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte: ABEP, 2012. (Demografia em Debate, v. 4).

OLIVEIRA, Maria Coleta. Constrangimentos e motivações: a propósito da queda da fecundidade em Gorän Therborn. In: MENEZES, José E. X. de; CASTRO, Mary Garcia. *Família, população, sexo e poder: entre saberes e polêmicas*. São Paulo: Paulinas, 2009.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. *Elogio da diferença*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. *Reengenharia do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. *Trabalho e gênero: a construção da diferença. Mulher e Trabalho*, v. 3, 2003. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2696/3018>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

OLIVEIRA, Zuleica. A provisão da família: redefinição ou manutenção de papéis. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Maria Celi (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *IV Conferência Mundial sobre a Mulher*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ORTNER, Sherry B. *New Jersey Dreaming: Capital, Culture, and the Class of '58*. Durham: Duke University Press, 2003.

OSIS, Maria José Duarte et al. Atenção ao planejamento familiar no Brasil hoje: reflexões sobre o resultado de uma pesquisa. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 2481-2490, nov. 2006.

OSORIO, Rafael Guerreiro; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira da. *O Bolsa Família depois do Brasil Carinhoso: uma análise do potencial de redução da pobreza extrema*. Brasília: IPEA, 2012.

PAES DE BARROS, R., Mendonça, R., Velazco, T, *Is poverty the main cause of child work in urban Brazil?*, Rio de Janeiro, Texto para Discussão No 351, IPEA, 1994.

PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PAIS, José Machado; CAIRNS, David; PAPPÁMIKAIL, Lia. Jovens europeus: retrato da diversidade. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 17, n. 2, p. 109-140, nov. 2005.

PANTELIDES, Edith Alejandra. Aspectos sociales del embarazo y la fecundidad adolescente en América Latina. *Notas de Población*, Santiago de Chile, n. 78, 2004.

PAOLI, Maria Celia. A família operária: notas sobre a sua formação histórica no Brasil. IV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1984.

PAOLI, Maria Célia. A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. Encontro da Associação Nacional de Estudos Populacionais, 1984.

PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília MacDowell. *Mapeamento das delegacias da mulher no Brasil*. Campinas, SP: Pagu: Unicamp, 2008. Projeto “Acesso à justiça para mulheres em situação de violência: estudo comparativo das Delegacias da Mulher na América Latina (Brasil, Equador, Nicarágua, Peru).

PASTORE, José. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

PASTORE, José; VALLE SILVA, Nelson do. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Macron Books, 2000.

PAULLE, Bowen; HEERIKHUIZEN, Bart van; EMIRBAYER, Mustafa. Elias and Bourdieu. *Journal of Classical Sociology*, v. 12, n. 1, p. 70-93, 2012.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

PEIXOTO, Clarice Ehlers; LUZ, Gleice Mattos. De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre as gerações. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, jul./dez. 2007.

PENA, Maria Valeria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PENA, Maria Valeria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PENN, Helen. Primeira infância: a visão do Banco Mundial. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 7-24, mar. 2002.

PERI, Andrés; PARDO, Ignacio. Nueva evidencia sobre la hipótesis de la doble insatisfacción en Uruguay: ¿cuán lejos estamos de que toda la fecundidad sea deseada? Serie divulgación. UNFPA, 2008.

PERPÉTUO, I. H. O., WAJNMAN, S. A esterilização feminina no Brasil: diferenciais por escolaridade e renda. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 10, n. 1/2, p. 25-39, 1993.

PERPÉTUO, Ignez Helena Oliva. Contracepção de emergência: estratégia fundamental para o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos de jovens adolescentes. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn (Org.). *Contracepção de emergência no Brasil e América Latina: dinâmicas políticas e direitos sexuais e reprodutivos*. São Paulo: CCR, 2010. p. 121-134.

PERPÉTUO, Ignez Helena Oliva. Contracepção de emergência: estratégia fundamental para o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos de jovens adolescentes. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn (Org.). *Contracepção de emergência no Brasil e América Latina: dinâmicas políticas e direitos sexuais e reprodutivos*. São Paulo: CCR, 2010.

PERPÉTUO, Ignez Oliva; WONG, Laura Rodríguez. Programas y políticas nacionales que afectaron el curso de la fecundidad en el Brasil. In: CEPAL. *La fecundidad en América Latina: transición o revolución?* Santiago de Chile, 2003.

PERPÉTUO, Inez; WONG, Laura. Desigualdade socioeconômica na utilização de métodos anticoncepcionais no Brasil: uma análise comparativa com base nas PNDS 1996 e 2006. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006*. Brasília : Ministério da Saúde, 2009.

PERROT, Michelle. A juventude operária da oficina à fábrica. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). *História dos jovens 2: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

PIERUCCI, Antônio Flávio. De olho na modernidade religiosa. *Tempo social*, v. 20, n. 2, Nov. 2008, p. 9-16.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Religião como solvente – uma aula. *Novos estudos*, 75, jul. 2006, p. 111-127.

PIMENTEL, Silvia; PANDJIARJIAN, Valéria; BELLOQUE, Juliana. “Legítima defesa da honra”. Ilegítima impunidade de assassinos: um estudo crítico da legislação e jurisprudência da América Latina. In: CORRÊA, Mariza; SOUZA, Érica Renata de (Org.). *Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”*. Campinas: Pagu-Unicamp, 2006. p. 65-134.

PIMENTEL, Silvia; PANDJIARJIAN, Valéria; BELLOQUE, Juliana. “Legítima defesa da honra”. Ilegítima impunidade de assassinos: um estudo crítico da legislação e jurisprudência da América Latina. In: CORRÊA, Mariza; SOUZA, Érica Renata de (Org.). *Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”*. Campinas: Pagu-Unicamp, 2006. p. 65-134.

PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. 2 ed. São Paulo: Martins, 1942.

PINNELLI, Antonella. Gênero e família nos países desenvolvidos. In: PINNELLI, Antonella (Org.). *Gênero nos estudos de população*. Campinas, SP: ABEP, 2004.

PINSKY, Carla B. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana (Org.) *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 513-543.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Perfil da educação infantil no Brasil: indicadores de acesso e condições de oferta. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política de educação infantil no Brasil: relatório de avaliação*. Brasília: MEC, SEB: Unesco, 2009. p. 121-168.

PINTO, Louis. Não multiplicar o indivíduo inutilmente. *Lua Nova*, São Paulo, v. 77, p. 205-225, 2009.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. Cultura de massas e representações femininas na paulicéia dos anos 20. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 139-163, 1999.

PLOUG, Niels. The Nordic child care regime — History, development and challenges. *Children and Youth Services Review*, n. 34, p. 517–522, 2012.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013: A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*. PNUD, 2013.

PORTES, Écio Antônio. O trabalho escolar das famílias populares. In: NOGUEIRA, Maria Alice, ROMANELLI, Geraldo, ZAGO, Nadir (Org.) *Família & Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis, Vozes, 2000.

PRADO, Danda. *Esposa, a mais antiga profissão*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRANDI, José Reginaldo. A mulher e o papel de dona-de-casa: representações e estereótipos. *Revista de Antropologia*, v. 24, p. 109-121.

PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

PROGRAMAS de transferência de renda: entre uma renda básica de cidadania e uma renda mínima condicionada: entrevista especial com Eduardo Matarazzo Suplicy (2009). *Revista de Políticas Públicas*, 13 (2), 231-240.

PUIG, Anna López; ACEREDA, Amparo (Coord.). *Entre la familia y el trabajo: realidades y soluciones para la sociedad actual*. Madrid: Narcea, 2007.

PULICI, Carolina. O gosto dominante como gosto tradicional: preferências e aversões estéticas das classes altas de São Paulo. *Novos Estudos*, n. 91, p. 123-140, 2011.

PULICI, Carolina. Sociologia do gosto: notas sobre um confronto bibliográfico. *BIB: Revista Brasileira de Informações Bibliográficas*. São Paulo, n. 67, p. 95-111, 1. sem. 2009.

QUINTANEIRO, Tânia. *Retratos de mulher*. Petrópolis: Vozes, 1996.

QUINTEIRO, M. C. *Casados não casados: uniões consensuais nas camadas médias e populares*. Unicamp, Textos Nepo, n. 19, 1990.

RABELO, Tássia. *Do controle de natalidade à política nacional de planejamento familiar*. Monografia (Conclusão do curso de Ciências Sociais) - Escola Superior de Ciências Sociais, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAINWATER, Lee. *And the poor get children: sex, contraception and family planning in the working class*. Chicago: Quadrangle Books, 1960.

RAMOS, Daniela Peixoto. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. In: BONETTI, Alinne; ABREU, Maria Aparecida. *Faces das desigualdades de gênero e raça no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011.

RAPP, Rayna. Family and class in contemporary America: notes toward an understanding of ideology. In: THORNE, Barrie; YALOM, Marilyn (Ed.). *Rethinking the family: some feminist questions*. Boston: Northeastern University Press, 1992. P. 49-70.

REAY, Diane. Gendering Bourdieu's concept of capitals? Emotional capital, women and social class. In: ADKINS, Lisa; SKEGGS, Beverley (Ed.). *Feminism after Bourdieu*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 57-74.

REGO, Conceição; MENDES, Maria Filomena; CALEIRO, António. Acerca da eficácia das (recentes) políticas públicas de combate ao envelhecimento em Portugal: algumas lições do passado. Actas do III Congresso Português de Demografia. Lisboa, 2012.

REGO, W. L. Políticas de cidadania no governo Lula. Ações de transferência estatal de renda: o caso do Programa Bolsa Família. *Temas y debates*, 2010.

REGO, W. L.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família*. São Paulo: editora Unesp, 2013.

REICHENHEIM, Michael Eduardo et al. The magnitude of intimate partner violence in Brazil: portraits from 15 capital cities and the Federal District. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 425-437, fev. 2006.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Desigualdade de oportunidades no Brasil*. Belo Horizonte: Artvmentvm, 2009.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Desigualdades nas transições para a vida adulta no Brasil (1996 e 2008). *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 433-473, out. 2014.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa; SILVA, Nelson do Valle. Cor, educação e casamento: tendências da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000. *Dados*, v. 52, n. 1, 2009.

RIBEIRO, Lilian Lopes; TAQUES, Fernando Henrique. Pobreza: da insuficiência de renda à privação de tempo. *RDE: Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, ano 14, n. 25, p. 108-120, jun. 2012.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. *Estudos avançados*, v. 12, n. 5, 1991.

RIBEIRO, Sérgio Costa; KLEIN, Ruben. A divisão interna da universidade: posição social das carreiras. *Educação e seleção*, n. 5, p. 29-43, jan./jun. 1982.

RICO, María Nieves (Coord.). *El desafío de un sistema nacional de cuidados para Uruguay*. CEPAL, Santiago de Chile, 2012. (Seminarios y Conferencias, 66).

RIOS, José Arthur (Coord.). Aspectos humanos da favela carioca – estudo sócioeconômico elaborado por SAGMACS. Suplemento especial I e II. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 e 15/04/1960.

RISTOFF, D. et al. *A mulher na educação superior brasileira: 1991-2005*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

RISTOFF, Dilvo. A mulher na educação superior brasileira. In: RISTOFF, Dilvo et al. *Simpósio “Gênero e indicadores da educação superior brasileira”*. Brasília: INEP, 2008.

RIZZINI, Irene. *A criança e a lei no Brasil: revisitando a história (1822-2000)*. 2 ed. Brasília: Unicef, 2002.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: USU: Amais, 1997.

ROBILA, Mihaela. Family policies in Eastern Europe: a focus on parental leave. *Journal of Children and Families Studies*, n. 21, p. 32-41, 2012.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RODRIGUES, Arackey M. *Operário, operária*. São Paulo, Símbolo, 1978.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, Corina. *Programas de transferências condicionadas de ingreso e igualdad de género: ¿Por donde anda América Latina?* Santiago: Cepal, 2011. (Serie Mujer & desarrollo, n. 109)

RODRÍGUEZ, Corina. La cuestión del cuidado: ¿El eslabón perdido del análisis económico. *Revista CEPAL*, n. 106, abr. 2012. Publicación de Naciones Unidas.

RODRÍGUEZ; HOPENHAYN. *Maternidad adolescente en América Latina y el Caribe*. Desafíos, n. 4, Cepal, 2007.

ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.

ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia. 2 grau no Brasil: cobertura, clientela e recursos. *Cadernos de Pesquisa*, n. 68, p. 39-54, 1989.

ROSEMBERG, Fulvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana (Org.) *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 313-332.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche – 1984. In: ROSEMBERG, Fúlvia (org.). *Creche*. São Paulo: Cortês/Fundação Carlos Chagas, 1989 (Coleção Temas em Destaque, 1).

ROSEMBERG, Fúlvia. *Para uma outra educação infantil paulistana pós FUNDEB*. Texto apresentado no I Encontro Educação para uma outra São Paulo. São Paulo, 30 nov. 2007.

ROSEMBERG, Fúlvia; ARTES, Amélia. O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. In: BARBOSA, Maria Carmen Silveira et al. (Org.). *Oferta e demanda de educação infantil no campo*. Porto Alegre : Evangraf, 2012. p. 13-69.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; RAMON, Fabiola; SILVA, Ana Paula Soares. Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 65-100, mar. 2002.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

RUBIN, Lilian Breslow. *Worlds of pain: life in the working-class family*. New York: Basic Books, 1976.

RUSSO, Nancy Felipe. The motherhood mandate. *Journal of Social Issues*, v.32, n. 3, 1976.

SALEM, Tania. A trajetória do “casal grávido”: de sua constituição à revisão de seu projeto. In: FIGUEIRA, Sérvulo. *Cultura da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SALEM, Tania. Família em camadas médias: uma perspectiva antropológica. *BIB*, n. 21, p. 25-39, 1986.

SALEM, Tânia. Mulheres faveladas: “com a venda nos olhos”. In: FRANCHETTO, B. et al. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SALEM, Tania. *O casal grávido: disposições e dilemas da parceria igualitária*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SALEM, Tânia. Tensões entre gêneros na classe popular: uma discussão com o paradigma holista. *Mana*, v. 12, n. 2, 2006.

SALTZMAN, Janet. *Equidad y género: una teoría integrada de estabilidad y cambio*. Madrid: Cátedra, 1992.

SAMARA, Eni de M. A família no Brasil: balanço da produção e rumos de pesquisa. *V Encontro de Estudos Populacionais*. Caxambu, 1986.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SANCHES, Solange. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 879-888, 2009.

SANDLER, Lauren. Having it all without having children. *Times magazine*, 2 ago. 2013. Disponível em:

SANEMATSU, Marisa. Análise da cobertura da imprensa sobre violência contra as mulheres. In: VIVARTA, Veet (Coord.). *Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística*. Brasília: ANDI: Instituto Patrícia Galvão, 2011. p. 55-103.

SANSONE, Livio. Jovens e oportunidades: as mudanças na década de 1990 – variações por cor e classe. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

SANTOS, Cecília M. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 89, p. 153-170, jun. 2010.

SANTOS, Marines Ribeiro dos; PEDRO, Joana Maria. Domesticidade moderna e relações de gênero: o discurso funcionalista na revista Casa e Jardim durante as décadas de 1950 e 1960. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alcides Baptista. (Org.) *Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

SANTOS, Marines Ribeiro dos; PEDRO, Joana Maria. Domesticidade moderna e relações de gênero: o discurso funcionalista na revista Casa e Jardim durante as décadas de 1950 e 1960. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alcides Baptista. (Org.) *Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

SANTOS, W.G. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A pós-revolução brasileira. In: JAGUARIBE et al. *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

SARACENO, Chiara. *Eredità*. Torino: Rosenberg & Sellier, 2013.

SARACENO, Chiara; KECK, Wolfgang. Towards an integrated approach for the analysis of gender equity in policies supporting paid work and care responsibilities. *Demographic Research*, v. 25, art. 11, p. 371-406, 2011.

SARTI, Cynthia A. O valor da família para os pobres. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara T. (Org.) *Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995.

SARTI, Cynthia Andersen. A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.) *Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

SARTI, Cynthia. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SAUVY, Alfred. *Elementos de demografia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCALON, Maria Celi. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: revan, 1999.

SCAVONE, Lucila. *Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

SCHMIDT, Volcker H. Modernidade e diversidade: reflexões sobre a controvérsia entre teoria da modernização e a teoria das múltiplas modernidades. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, p. 155-183, maio/ago. 2011.

SCHRAIBER et al. *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

SCHRAIBER, Lilia B; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Lucas Pires. Violência contra mulheres: interfaces com a Saúde. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 3 , n.5, 1999.

SCHRAIBER, Lilia Blima. Prefácio. In: VIEIRA, Elizabeth Meloni. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002. p. 9-14.

SCHÜLER, D. The Uses and Misuses of the Gender-related Development Index and Gender Empowerment Measure: A Review of the Literature. *Journal of Human Development*, v. 7, n. 2, p. 161–181, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução. In: ROQUETTE, J. I. *Código do bom-tom*. Organização de Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (Retratos do Brasil).

SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Estudos feministas*, v. 13, n.1, 2005.

SCOTT, Parry. Gerações, comunidades e o Programa Saúde da Família: reprodução, disciplina e a simplificação administrativa. In: BARROS, Myriam Lins de (Org.). *Família e gerações*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 107-129.

SCOTT, Parry. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 73, 1990.

SCOTT, Parry; RODRIGUES, Ana Claudia; SARAIVA, Jeíza. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 65-95.

SEGALEN, Martine. Continuités et discontinuités familiales: approche socio-historique du lien intergénérationnel. In: ATTIAS-DONFUT, Claudine (Dir.). *Les solidarités entre générations: vieillesse, familles, état*. Paris: Nathan, 1995. p. 27-40.

SEGALEN, Martine. *Ritos e rituais*. Mem Martins, Portugal: Publicações Europa-América, 2000.

SEGALEN, Martine. *Sociologia da Família*. Lisboa: Terramar, 1996.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria et al. Amamentação e alimentação infantil. In: BRASIL. Ministério da Saúde; CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. *Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher*. PNDS 2006. Brasília, 2009.

SEGNINI, Liliana R. P. Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial das Mulheres, 2003.

SEN, G., BATLIWALA, S. Empowering women for reproductive rights – moving beyond Cairo. Anais do seminário “Female empowerment and demographic processes: moving beyond Cairo”. IUSSP and PROP-Lund University, 1997.

SETTON, Maria das Graças Jacintho. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 107-116, jan./jun. 2002.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SHEEHY, G. *New passages*. New York: Ballantine Books, 1996.

SHEEHY, G. *New passages*. New York: Ballantine Books, 1996.

SILIPRANDI, Emma. Urbanas e rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Org.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SILVA, E. R. A. Efeitos da previdência rural sobre a questão de gênero. In: DELGADO, G.; CARDOSO Jr., J. C. *A universalização dos direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90*. Brasília: Ipea, 2000.

SILVA, Enid Rocha da; SCWARZER, Helmut. Proteção social, aposentadorias, pensões e gênero no Brasil. Brasília: Ipea, 2002. (Textos para discussão, n. 934).

SILVA, M. O. S.; LIMA, V. F. S. A. *Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e plebéias na sociedade colonial*. Lisboa: Estampa, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema da casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SILVA, Maria O. da S. e; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G di. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferências de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, N. V., HENRIQUES, M. H. , SOUZA, A. *An analysis of reproductive behavior in Brazil*. Demographic and Health Surveys Further Analysis Series, 6, 1990.

SILVA, Nelson do Valle. A sociedade. In: JAGUARIBE, Helio (Org.). *Sociedade, estado e partidos na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SILVA, Nelson do Valle. Brazilian society: continuity and change 1930-2000. IN: BETHELL, Leslie (Ed.). *Cambridge History of Latin America*, Volume IX: Brazil since 1930, 2009.

SILVA, Nelson do Valle. Distância social e casamento inter-racial no Brasil. *Estudos afro-asiáticos*, v. 14, 1987.

SILVA, Nelson do Valle. Duas décadas de seletividade marital educacional no Brasil. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Topbooks, Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Nelson do Valle. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

SILVA, Nelson do Valle. O esquema analítico e a classificação ocupacional. In: SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos (Org.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

SILVA, Nelson do Valle. Padrões de nupcialidade no Brasil (1940-1970). *Boletim Demográfico*, v. 9, n. 4, 1979.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. Tendências da Desigualdade Educacional no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v.43, n.3, 2000.

SILVA, Roberto da. *A construção do Estatuto da Criança e do Adolescente*. 1998. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5554&revista_caderno=12. Acesso em: 30 abr. 2015.

SINGH, Susheela; SAMARA, Renee. Early Marriage Among Women In Developing Countries. *International Family Planning Perspectives*, v. 22, n. 4, Dec. 1996.

SINGLY, François de. *Le soi, le couple et la famille*. Paris: Nathan, 2002.

SINGLY, François de. Penser autrement la jeunesse. Lien social et politiques – RIAC, 43, Pritemps, 2000.

SINGLY, François de. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SKEGGS, Beverley. Context and background: Pierre Bourdieu's analysis of class, gender and sexuality. In: ADKINS, Lisa; SKEGGS, Beverley (Ed.). *Feminism after Bourdieu*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 19-33.

SKEGGS, Beverley. *Formation of class & gender: becoming respectable*. London: Sage, 2011. Originalmente publicado em 1997.

SLENES, Robert W. Lares negros, olhares brancos. In: ARANTES, Antônio Augusto et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3 ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1994.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SMALL, Mario Luis; HARDING, David; LAMONT, Michèle. Reavaliando cultura e pobreza. *Sociologia & Antropologia*, v. 1, n. 2, p. 91–118, 2011.

SOARES, Barbara Musumeci. Violência entre parceiros íntimos e criminalização da vida privada: onde nos leva esse caminho? In: MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (Org.). *Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. *O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho: Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras*. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 769).

SOARES, Sergei; CARVALHO, Luiza; KIPNIS, Bernardo. *Os jovens adultos de 18 a 25 ano: retrato de uma dívida da política educacional*. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. (Textos para discussão, n. 954).

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. *O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras*. Brasília: Ipea, out. 2009. (Textos para discussão, 1424)

SOARES, Vera. Mulher, autonomia e trabalho. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *Autonomia econômica e empoderamento da mulher*. Brasília, 2011. p. 281-301.

SOARES, Vera. O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileira. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SOBRINHO, Délcio Fonseca de. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SORJ, Bernardo. *brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Org.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. O *care* como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: HIRATA, Helena; GUIMARAES, Nadia Araújo. *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.

- SORJ, Bila; FONTES, Adriana. Políticas públicas e a articulação entre trabalho e família: comparações inter-regionais. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Org.) *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, SOF, 2010. p. 57-74.
- SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* 2 ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A Classe Operária Tem Dois Sexos: Trabalho, Dominação e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SPERBER, Dan. *La Contagion des idées: théories naturalistes de la culture*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1996.
- SPOSITO, M.P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude escola no Brasil. In: Abramo, H.; Branco, P.P.M. (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.
- STACEY, Judith. *Brave new families: stories of domestic upheaval in late-twentieth-century America*. New York: Basic Books, 1990.
- STACEY, Judith. *Brave new families: stories of domestic upheaval in late-twentieth century America*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- STACK, Carol. *All our kin*. New York: basic Books, 1974.
- STOLCKE, Verena. Mulheres e trabalho. *Estudos Cebrap*, n. 26, 1980.
- SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, M. O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Bolsa Família e Assistência Social. Brasília, DF: MDS, 2007.
- SULLEROT, Evelyne. *A família: da crise à necessidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- SULLEROT, Evelyne. *Mujer, sexo y sociedad industrial*. Madrid: CID, 1966.
- SULLEROT, Evelyne. *Women, society and change*. New York: MacGraw-Hill, 1974.
- SWAAN, Abram. *In Care of the State: Health Care, Education and Welfare in Europe and the USA in the Modern Era*. New York: Oxford University Press, 1988.
- SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- TAKIUTI, Albertina. A saúde da mulher adolescente. In: MADEIRA, Felicia (Org.) *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

TELLES, Vera da Silva. Família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. *São Paulo em Perspectiva*, v. 4, n. 2, p. 37-45, abr./jun. 1990.

TELLES, Vera da Silva. Família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. *São Paulo em Perspectiva*, v. 4, n. 2, p. 37-45, abr./jun. 1990.

THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo (1900-2000)*. São Paulo: Contexto, 2006.

THÉVENON, Olivier. Compenser le coût des enfants: quelles implications pour les politiques familiales? *Politiques sociales et familiales*, n. 98, 2009a.

THÉVENON, Olivier. Increased Women's Labour Force participation in Europe: progress in the Work-life balance or polarization of behaviours? *Population-E*, v. 64, n. 2, p. 235-272, 2009b.

THIN, Daniel. Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006.

THORNE, Barrie. Feminism and the family: two decades of thought. In: THORNE, Barrie; YALOM, Marilyn (Ed.). *Rethinking the family: some feminist questions*. Boston: Northeastern University Press, 1992. P. 3-30.

TILLY, Charles. *Big structures, large processes, huge comparisons*. New York: Sage, 1984.

TILLY, Charles. *Durable inequality*. Berkeley: University of California Press, 1999.

TOMÁS, Maria Carolina; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto C. de; RIOS-NETO, Eduardo Luiz G. Adiamento do ingresso no mercado de trabalho sob enfoque demográfico: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 91-107, jan./jun. 2008.

TOMÁS, Maria Carolina; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto C. de; RIOS-NETO, Eduardo Luiz G. Adiamento do ingresso no mercado de trabalho sob o enfoque demográfico: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 25, n.1, jan./jun. 2008.

TORNS, Teresa: Conciliación de la vida laboral y familiar o corresponsabilidad: ¿el mismo discurso?, *RIDEG*, 01/11, p. 5-13, 2011.

TORRES, Anália Cardoso. *Sociologia do casamento: a família e a questão feminina*. Oeiras: Celta, 2001.

TRAVAIL, GENRE ET SOCIÉTÉS. *Femmes Providentielles: enfants et parents à charge*. Paris: L'Harmattan, n. 6, out. 2001.

TRIGO, Maria Helena Bueno. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (Org.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, 1994. p. 89-110,

TUIRÁN, R.; V. SALLES. Mitos y creencias sobre la vida familiar. *Revista Mexicana de Sociología*, México, v. 59, n. 2, 1996.

TUIRÁN, Rodolfo. Estrutura familiar y trayectorias de vida en México. In: GOMES, Cristina (Comp.). *Procesos sociales, población y familia*: alternativas teóricas y empíricas em las investigaciones sobre vida doméstica. México, DF: Flacso, 2001.

TULLOCH, Gail. Mill and sexual equality. Brighton: Harvester, 1989 apud VASCONCELOS, Bernardo de. Prefácio : (des)igualdades em The subjection of Women de John Stuart Mill. In : MILL, John Stuart. *A sujeição das mulheres*. Coimbra : Almedina, 2006. p. 7-31.

TURNER, Bryan S. *Status*. Lisboa: Estampa, 1989.

UNICEF. *Situação mundial da infância 2011*: adolescência, uma fase de oportunidades. 2011.

UNITED NATIONS; WORLD BANK. *Developing Gender Statistics*: a practical tool. Geneva: United Nations, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados*: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VAITSMAN, Geni. Pluralidade de mundos entre mulheres de baixa renda. *Estudos feministas*, v. 5, n. 2, 1997.

VAITSMAN, Geni. *Flexíveis e plurais*: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VALENTINE, Charles. *La cultura de la pobreza*: crítica y contrapropuestas. Buenos Aires: Amorrortu, 1972.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VASCONCELOS, Bernardo de. Prefácio : (des)igualdades em The subjection of Women de John Stuart Mill. In : MILL, John Stuart. *A sujeição das mulheres*. Coimbra : Almedina, 2006. p. 7-31.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores).

VELHO, Gilberto. Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo das camadas médias. *Interseções*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 2, p. 45-52, jul./dez. 2001.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, Gilberto. Mudança social, universidade e contracultura. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; NAVES, Santuza Cambraia (Org.). *“Por que não?”*: rupturas e continuidades da contracultura. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 203-215.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*: antropologia das sociedades complexas. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELHO, Gilberto. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Família abandonadas: assistência a criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999.

VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Org.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*. São Paulo: Perseu Abramo: Sesc, 2013.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIANA, Maria José B. Longevidade escolar em famílias de camadas populares – algumas condições de possibilidade. In: NOGUEIRA, Maria Alice, ROMANELLI, Geraldo, ZAGO, Nadir (Org.) *Família & Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIANNA, Claudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*, p. 77-104, jan. abr. 2004.

VIANNA, Marcia Coelho de Segadas. *Participação feminina no mercado de trabalho no estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

VIANNA, Oliveira. *Direito do Trabalho e Democracia Social: o problema da incorporação do trabalhador no Estado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

VIEIRA, Elisabeth Meloni; SOUZA, Luiz de. A satisfação com o serviço de esterilização cirúrgica entre os usuários do Sistema Único de Saúde em um município paulista. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 14, n. 4, p. 556-564, 2011.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002.

VIGNOLI, Jorge Rodríguez. *Reproducción adolescente y desigualdades en América Latina y el Caribe: un llamado a la reflexión y a la acción*. Santiago: OIJ: Celade: Cepal: UNFPA, 2008.

VIGNOLI, Jorge Rodríguez. *Unión y cohabitación en América Latina: modernidad, exclusión, diversidad?* Santiago: Cepal, 2005. (Población y Desarrollo, 57).

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

WACQUANT, Loïc. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 26, p. 13-29, 2006.

WAJNMAN, Simone. Envelhecimento, participação laboral feminina e desigualdade de renda no Brasil. Disponível em: <<http://www.cepal.org/celade/noticias/paginas/5/27255/wajnman.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2015.

WAJNMAN, Simone; MARRI, Izabel; TURRA, Cássio. Os argumentos de proteção social e equidade individual no debate sobre previdência e gênero no Brasil. ABEP, Caxambu, 2008.

WALBY, Sylvia. Gender, class and stratification. In: CROMPTON, R. MANN, M. *Gender and stratification*. Cambridge: Polity Press, 1986.

WALBY, Sylvia. *Theorizing Patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

WARREN, C. R. S. MONTEIK, J. T. JOHNSON, and M. W. OBERLE. Tubal sterilization: Questioning the decision. *Population Studies*, v. 42, n. 3, p. 407-418, 1988.

WATERS, Malcolm. Patriarchy and viriarchy: an exploration and reconstruction of concepts of masculine domination. *Sociology*, 23 (2), 1993-211, 1989.

WEBER, Eugene. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WEBER, Max. Classe, status e partido. In: _____. *Ensaaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. 5 ed. Brasília: Ed. UNB, 1991.

WERNECK VIANNA, Luiz. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

WHITAKER, Dulce C. A. Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade. *Cadernos Cedes*, ano XXII, n. 56, abr. 2002.

WILLEMS, Emilio. *Uma vila brasileira: tradição e mudança*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

WISSENBACH, Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3.

WONG, L.; CARVALHO, J. A. M. O rápido processo de envelhecimento do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v.23, n.1, 2006.

WONG; BONIFÁCIO. Retomada da queda da fecundidade na América Latina: evidências para a primeira década do século XXI. *Revista Latinoamericana de Población*, año 3, n. 4-5, 2009.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. 2 ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2004.

WOORTMAN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

WOORTMANN, Klaas. A etnologia (quase) esquecida de Bourdieu, ou o que fazer com heresias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 56, 2004.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen F. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. 2002. Disponível: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/woortmann.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). WHO guidelines on preventing early pregnancy and poor reproductive health outcomes among adolescents in developing countries. 2011.

WRIGHT, Erik Olin. Women in the class structure. *Politics & Society*, v.17, n. 1, 1989.

YOUNG, Iris Marion. Categorias desajustadas: uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 2, p. 193-214, jul.-dez. 2009.

YOUNG, Mary Eming. The ECD Agenda: closing the gap. In: _____; RICHARDSON, Linda M. (Org.). *Early child development from measurement to action: a priority for growth and equity*. Washington: The World Bank, 2007. p. 1-14.

ZAGO, Nadir (2000). Processos de escolarização nos meios populares – as contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, Maria Alice, ROMANELLI, Geraldo, ZAGO, Nadir (Org.) *Família & Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis, Vozes.

ZAIDMAN, Claude. A administração escolar do regime misto na escola primária. *Estudos feministas*, ano 2, 2 sem. 1994.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZINN, Maxine Baca. Family, race and poverty in the Eighties. In: THORNE, Barrie; YALOM, Marilyn (Ed.). *Rethinking the family: some feminist questions*. Boston: Northeastern University Press, 1992. p. 71-90.

ZYLBERSTAJN, PAGOTTO e PASTORE. *Mudança Social e Pobreza no Brasil: 1970-1980: O que ocorreu com a família brasileira?* São Paulo: Pioneira, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

APÊNDICE METODOLÓGICO

A construção de uma medida de classe para ser usada como variável de controle em nossa análise apoiou-se na tradição de estudos empíricos sobre classe no país. Tomou-se como ponto de partida a proposta de classificação ocupacional utilizada por Valle Silva (2002) em seus trabalhos mais recentes. A classificação de Valle Silva apóia-se na observação das tendências históricas de desenvolvimento do mercado de trabalho no Brasil, responsáveis por configurar segmentos com condições de trabalho e de mercado diferenciadas. Neste sentido, sua proposta abrange algumas linhas demarcatórias como rural/urbano e manual/não-manual, comuns a maior parte da tradição de estudos de classe, e acrescenta outros traços característicos ao desenvolvimento capitalista no Brasil. Portanto, realça-se que a classificação de Valle Silva é parte da tradição moderna de estudos de classe, ao mesmo tempo que busca a sua adequação à realidade nacional. Uma descrição das categorias definidas por Valle Silva e de sua renda e escolaridade médias encontram-se apresentadas na tabela 1.

Tabela 1. Anos de estudo e renda média das classes ocupacionais
(indivíduos de 10 anos e mais ocupados na semana de referência)

	Classe atual	Anos de estudo	Log dos rendimentos	Percentual na população
1	Profissionais liberais	15,6839	7,4541	1,3
2	Dirigentes	10,8679	6,7397	3,0
3	Proprietários empregadores	9,5531	7,0177	2,6
4	Outros profissionais universitários	13,9615	6,5492	2,4
5	Supervisores do trabalho manual	7,7828	6,3436	,5
6	Ocupações técnicas e artísticas	10,5292	5,9619	6,1
7	Empresários por conta-própria	6,3955	5,9348	3,9
8	Ocupações não-manuais de rotina	9,0723	5,7409	12,6
9	Trabalhadores na indústria moderna	6,5287	5,9060	5,3
10	Trabalhadores nos serviços gerais	5,0521	5,5514	10,4
11	Vendedores ambulantes	5,0982	5,2145	2,5
12	Trabalhadores na indústria tradicional	4,6797	5,4267	13,3
13	Trabalhadores nos serviços pessoais	5,4899	5,2304	3,5
14	Trabalhadores no serviço doméstico	4,1346	4,8029	7,6
15	Proprietários empregadores rurais	5,5772	6,3216	,6
16	Trabalhadores rurais	2,5503	4,8750	24,5
	Total	5,9596	5,5853	100,0

Na área rural, Valle Silva distingue apenas os proprietários dos trabalhadores rurais, incluindo entre estes últimos os técnicos e os produtores autônomos que contam apenas com mão-de-obra familiar, os quais não apresentam diferenciação significativa de renda ou nível educacional. Na área urbana, a primeira linha demarcatória adotada é entre trabalhadores manuais e não-manuais. No grupo não-manual, Silva separa segmentos com níveis diferenciados de qualificação, identificando ocupações de nível superior e ocupações de nível médio. Dentre as ocupações de nível superior, separa as ocupações consideradas classicamente como liberais das demais profissões de nível superior. Já as ocupações não-manuais de nível médio são subdivididas em técnicas e artísticas, não manuais de rotina e de supervisão do trabalho manual. Os proprietários são divididos entre proprietários empregadores e empresários por conta-própria. Um segmento de dirigentes, resultante da moderna tendência de separação entre propriedade e gerência, é também delimitado. Dentre os trabalhadores manuais, Silva diferencia os serviços gerais, pessoais e os domésticos. O autor também considera em separado as indústrias modernas e tradicionais, uma vez que a proteção estatal, que possibilitou o surgimento da primeira, garantiu aos seus trabalhadores condições de vida superiores ao restante do operariado nacional.

Para viabilizar a análise que pretendemos fazer, é de nosso interesse alcançar uma medida de classe mais parcimoniosa do que a escala adotada por Valle Silva. Para reduzir os 16 estratos utilizados por Valle Silva a um número mais modesto de classes foram utilizados procedimentos de agregação comuns na tradição de estudos de classe, tais como a visualização gráfica das distâncias entre os estratos e a análise de cluster (SCALON, 1999). Por estes procedimentos chegamos a uma agregação de oito classes, considerada mais compatível com os interesses desta análise.

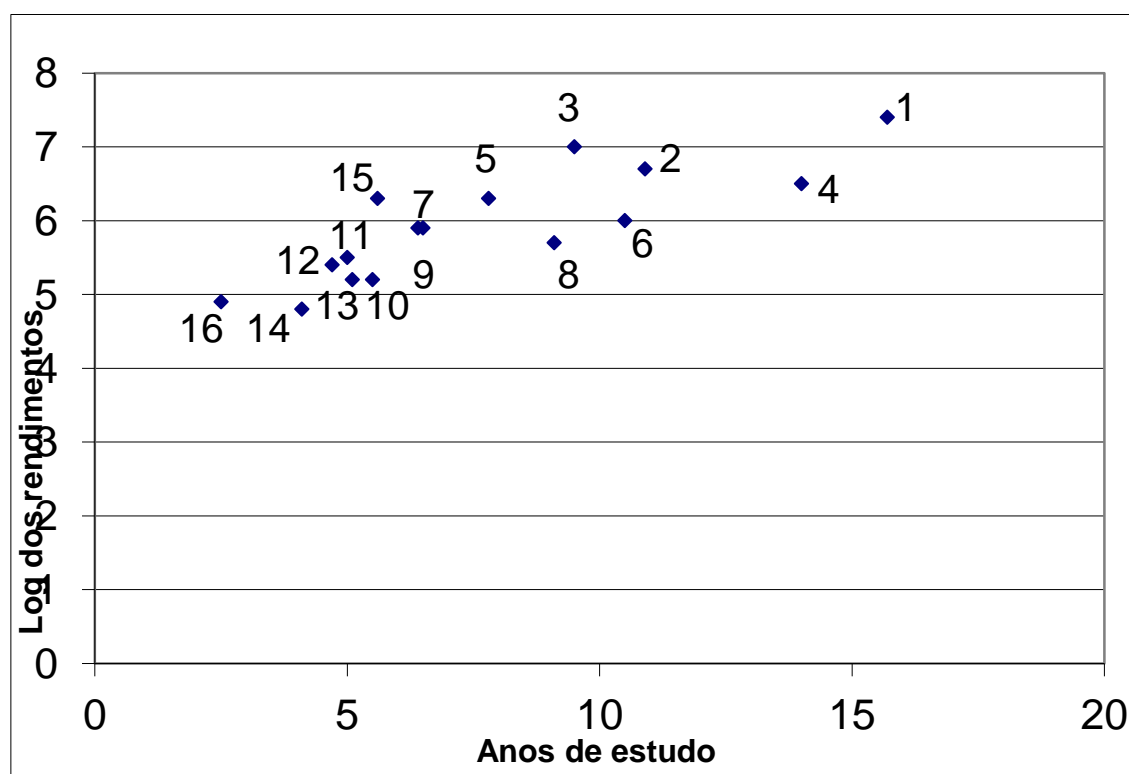
Para realizar a agregação de ocupações com atributos socioeconômicos compatíveis priorizamos inicialmente as variáveis renda e educação, cujos valores médios⁴³³, para todos os indivíduos ocupados em 1996, já foram apresentados na tabela 1. Se distribuídas em um gráfico, estas variáveis assumem uma dispersão tal (gráfico 1) que é possível identificar afinidades entre as categorias quanto às dimensões consideradas de renda e educação.

A linha entre ocupações manuais e não-manuais aparece em torno de 8 anos de estudo. Dentre as ocupações não-manuais, as classes 1 e 4 diferenciam-se pela posse de

⁴³³ Os valores médios apresentados referem-se à renda mensal do trabalho principal, mensurada em moeda corrente e em logaritmos naturais, e aos anos de estudo completados, que variam desde zero para aqueles que não frequentaram escola.

diploma superior, enquanto as classes 2 e 3 destacam-se pelo alto nível de rendimento a despeito das menores qualificações educacionais. As demais ocupações não-manuais - 5, 6 e 8 – situam-se relativamente próximas. O estrato dos empresários por conta-própria sobrepõem-se ao dos trabalhadores da indústria moderna, que possui renda e educação superiores aos estratos manuais. As ocupações manuais - 10, 11, 12 e 13 – aglutinam-se em torno de 5 anos de estudo e log 5,5 de rendimentos, em condições um pouco melhores que a categoria 14 – empregados domésticos – que possuem menores escolaridade e nível de rendimentos. Os trabalhadores rurais são de fato um estrato separado, o que se deve especialmente a sua baixa escolaridade. Os proprietários rurais – estrato 15 – destacam-se pelo seu alto rendimento que contrasta com o baixo nível educacional.

Gráfico 1. Classes ocupacionais segundo renda e educação médias



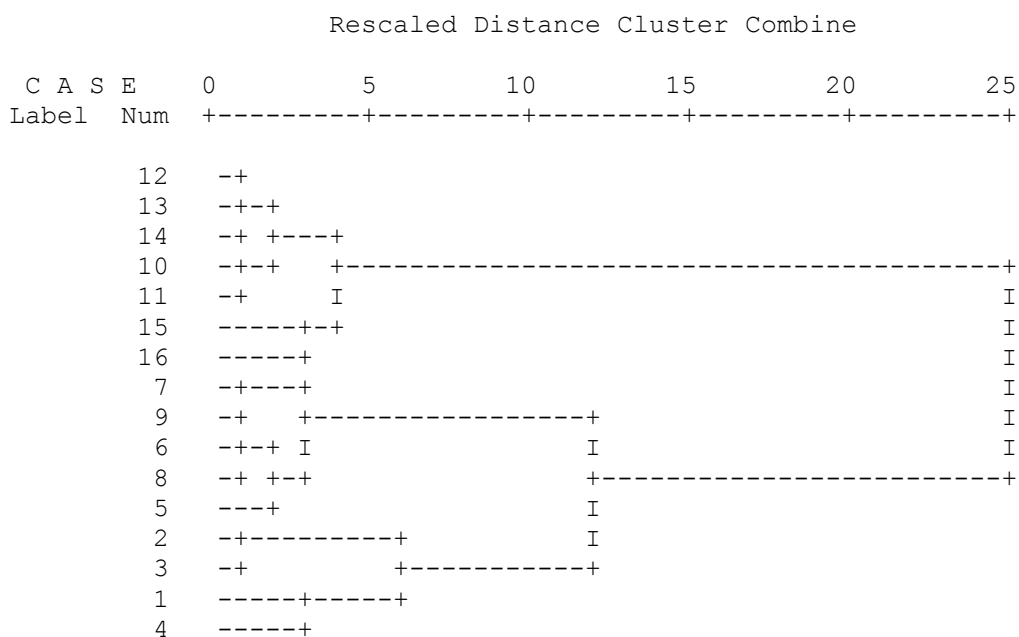
Fonte dos dados brutos: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996.

O gráfico apresentado fornece um primeiro olhar sobre as possibilidades de agregação entre as categorias listadas. Todavia, uma medida mais rigorosa das distâncias entre variáveis é fornecida pela análise de cluster. A análise de conglomerados é utilizada nos estudos de classe, pelo agrupamento de elementos semelhantes entre si. Como ressalta Scalón que também fez uso deste procedimento, o traço distintivo da análise hierárquica é que

“depois que dois elementos foram agrupados numa mesma categoria, eles permanecem juntos até o final durante o processo de agrupamento sucessivo” (1999, p. 60), o que garante consistência à agregação.

A medida de distância ou similariedade em geral utilizada neste tipo de análise é a distância euclidiana ao quadrado, enquanto o critério de agrupamento é a distância média entre os grupos, procedimentos mantidos por nós. As dimensões consideradas na análise foram a escolaridade (anos de estudo), o logaritmo natural da renda e duas variáveis dicotômicas que controlavam o fato da ocupação ser manual ou não-manual e urbana ou rural. A seguir apresentamos o dendograma obtido, gráfico que favorece a percepção, passo a passo, das categorias agrupáveis e o grau de proximidade entre elas.

Gráfico 2. Dendograma para a análise de cluster hierárquica



Fonte dos dados brutos: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996.

A partir da análise de cluster (visualizada pelo dendograma) e da preocupação em garantir uma densidade mínima de casos para cada categoria (em torno de 3,5%) que favorecesse a consistência da análise foram definidos oito estratos (tabela 2). Acompanhando as classificações contemporâneas, que tendem a não distinguir proprietários e administradores (GOLDTHORPE, 1983) foram agrupados os estratos II e III. Os profissionais liberais e os de nível superior foram reunidos, dada a afinidade de nível educacional e a preocupação em evitar estratos muito pequenos. As ocupações técnicas e artísticas foram agregadas às

ocupações não-manuais de rotina e aos supervisores do trabalho manual, formando um grupo de ocupações não-manuais de nível de escolaridade médio.

Empresários conta-própria e trabalhadores na indústria moderna foram mantidos separados, apesar de apresentarem renda e educação semelhantes, para evitar violar a linha manual/não-manual. Foram também juntados os estratos dos serviços gerais aos vendedores ambulantes, que possuem renda e educação ligeiramente melhores que os demais estratos manuais urbanos, os quais formam um outro conglomerado (categorias 12, 13 e 14). Trabalhadores e proprietários rurais foram mantidos como classes separadas. Estes últimos serão excluídos da análise devido ao pequeno número de casos e a impossibilidade de agregá-lo a outras categorias.

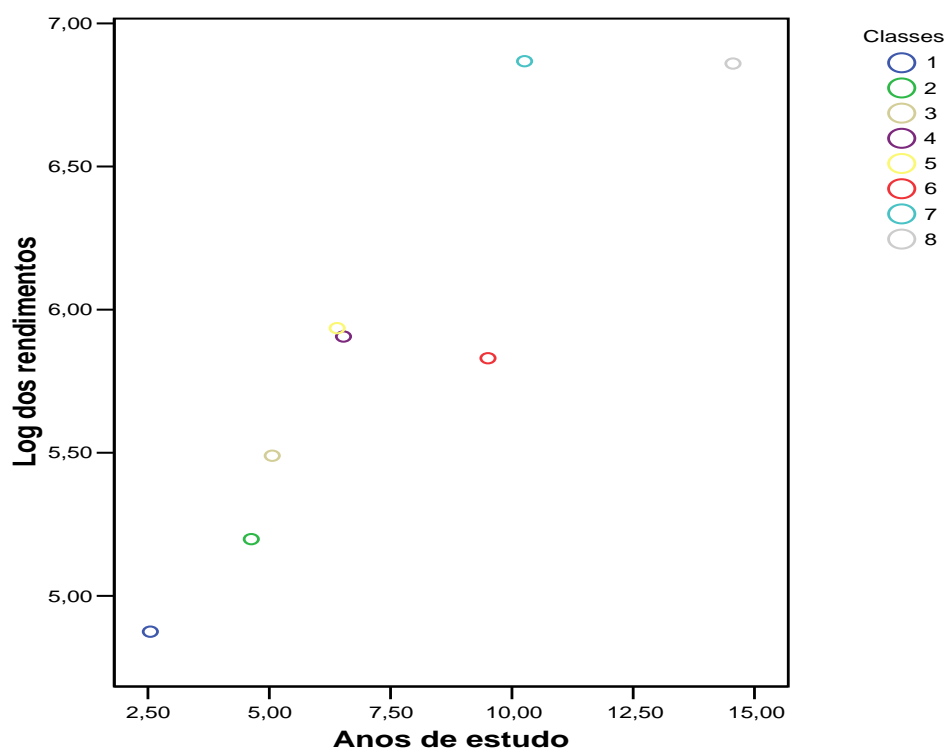
A distribuição destas categorias agregadas segundo seu rendimento e nível educacional são apresentadas na tabela 2 e no gráfico 2.

Tabela 2. Renda e escolaridade das categorias ocupacionais agregadas

	Título	Categorias originais agregadas ⁴³⁴	Anos de estudo	Log dos rendimentos	Percentual na população
Classe 8	Profissionais de nível superior	1 e 4	14,5572	6,8598	3,7%
Classe 7	Proprietários e dirigentes	2 e 3	10,2611	6,8678	5,6%
Classe 6	Ocupações não-manuais (técnicas, artísticas, de rotina e supervisão)	5, 6 e 8	9,5077	5,8303	19,2%
Classe 5	Empresários por conta-própria	7	6,3987	5,9354	3,9%
Classe 4	Trabalhadores na indústria moderna	9	6,5287	5,9060	5,3%
Classe 3	Trabalhadores nos serviços gerais e vendedores ambulantes	10 e 11	5,0609	5,4895	12,9%
Classe 2	Trabalhadores na indústria tradicional, nos serviços pessoais e domésticos	12, 13 e 14	4,6289	5,1983	24,2%
Classe 1	Trabalhadores rurais	16	2,5503	4,8750	24,5%

Fonte dos dados brutos: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996.

⁴³⁴ Foram eliminados da análise com oito classes familiares os proprietários rurais, devido ao pequeno número de casos e a incompatibilidade em agrupa-los com outras classes.

Gráfico 2. Classes ocupacionais segundo renda e educação médias

Fonte dos dados brutos: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996.

Uma vez definidas as oito classes ocupacionais a serem empregadas em toda a análise, apresentaremos a proposta empregada de uma medida de classe familiar que considera a contribuição de ambos os cônjuges para a definição da posição das famílias na estrutura social.

Tradicionalmente os estudos de classe adotavam a posição de classe do marido como medida da classe familiar. Nas últimas décadas, diante do crescimento do trabalho feminino, esta posição vem sendo questionada. Diante disso, surgiram algumas propostas metodológicas para avaliar a posição de classe de famílias em que os dois cônjuges encontram-se inseridos no mercado de trabalho.

Desde os anos 70, autores feministas têm desfechado críticas à teoria de classes, acusando-a seja de explicitamente “sexista”, ou no mínimo “cega ao gênero”. Estas críticas levaram à exigência de igualdade na inclusão de dados sobre homens e mulheres em pesquisas sobre classes, bem como propõe a revisão de pressupostos da teoria de classes, questionando a unidade da família e a naturalidade da chefia masculina, diante das transformações em curso, especialmente as “cross-class families” (famílias em que os cônjuges encontrem-se em diferentes posições de classe).

Certamente um ponto central desta crítica diz respeito à escolha da unidade de análise a ser adotada na pesquisa sobre classes. Ao estudar classes os autores têm partido de duas unidades de análise possíveis, a família ou o indivíduo, as quais se baseiam em definições e pressupostos teóricos distintos. Entre aqueles que adotam a família como unidade, parte-se da suposição de que o fato dos indivíduos dividirem a mesma unidade doméstica implica na partilha de oportunidades e estilos de vida, ou, no mínimo, na interação das diferentes condições individuais, determinando a influência mútua de um sobre o outro. No primeiro caso, há a visão convencional e o modelo de dominância, ambos afirmando a partilha de condições comuns e acreditando que o chefe homem ou o membro principal da família pode sozinho definir a posição de classe da família, dado que ele seria o principal responsável pelas chances de vida da família, sendo que os demais membros da família derivariam dele suas chances de vida e suas posições de classe. No segundo caso, há o modelo da classificação conjunta que, apesar de concordar que na família haja uma comunalidade básica (embora não necessária) de chances de vida e padrões de consumo, aponta a importância das contribuições dos dois membros adultos, se ambos trabalham, e a interação das características destes na definição conjunta das condições de vida e da situação de classe da família.

Já os que adotam o enfoque individual, acreditam que classe diz respeito às diferentes alocações dos indivíduos nas relações de produção ou em um modelo dual, o qual conjuga relações de trabalho capitalistas e relações patriarcais. No primeiro caso temos autores marxistas como Wright e no segundo temos os modelos “dual-system” que apontam a alocação diferencial de homens e mulheres no modelo patriarcal (FIRESTONE, 1994) ou a alocação diferencial de donas de casa e maridos no modelo do modo de produção doméstico (DELPHY; LEONARD, 1986, WALBY, 1986)⁴³⁵.

Apesar da validade das questões colocadas pela crítica feminista, não se pode desprezar o fato de que o matrimônio sempre foi uma forma importante de determinação da posição de classe das pessoas, sobretudo das mulheres (COSTA RIBEIRO, 2009). Se, por um lado, é regra comum a atribuição da posição de classe do marido para mulheres que não trabalham, por outro, o padrão de endogamia de classe comum a grande parte das uniões previne grandes desníveis sociais nos casais em que ambos os cônjuges trabalham. Além disso, não se deve esquecer que operacionalizar uma medida de classe familiar é fundamental para que se possa incluir todas as mulheres na análise, já que nem todas têm ocupação da qual

⁴³⁵Para uma discussão mais detalhada das unidades de análise e o tratamento dado por cada uma destas a questão da mulher ver Szelényi, 1994.

possa derivar uma medida de classe individual. É questionável até que ponto uma medida individual seria desejável e espelharia de fato a realidade, se considerarmos que as pessoas vivem em famílias, as quais tem papel importante na definição de suas possibilidades de acesso a bens e oportunidades de vida.

Nossa opção será utilizar uma medida de classe familiar aplicada a todos os membros da família. A medida familiar é aplicada a todos os aspectos do comportamento familiar observados, exceto quando o que está em questão é a comparação entre atributos individuais de homens e mulheres (tal como endogamia por classe, na seção 4.2, no qual se empregou a classe individual do homem e das mulheres que trabalharem).

Uma vez que do ponto de vista teórico, partilhamos da visão de que a família deve ser a unidade de análise, a sua operacionalização deve partir de constatações empíricas, de forma a garantir a consistência das situações em que a posição de classe da mulher é tomada como representativa da família. Diante da realidade de que as mulheres possuem, para ocupações idênticas às dos homens, piores condições no mercado de trabalho, decorrentes da segregação ocupacional e da discriminação salarial, cabe verificar se, nas famílias em que os cônjuges tenham diferentes posições de classe e a posição da mulher é que é superior, essa prevalência é real.

O primeiro problema que devemos enfrentar é a posição de classe das mulheres no mercado de trabalho. Cientes de que existem significativas desigualdades quanto aos retornos obtidos por homens e mulheres, devemos nos perguntar se nossa medida de classe tem para a mulher o mesmo significado em termos de oportunidades no mercado de trabalho e retorno quanto às condições de vida encontrado para os homens.

Na tabela 3, diferenciamos por sexo a escolaridade e a renda típicas de cada ocupação. Pela tabela nota-se, fato já fartamente registrado pela literatura (LEME; WAJNMAN, 2000), que em quaisquer dos 16 grupos ocupacionais considerados, as mulheres recebem em geral menor renda que os homens, situação na maior parte das vezes acompanhada de maior educação feminina. A despeito desta característica, resultante das desigualdades por gênero no mercado de trabalho, a estrutura de classes feminina não é distinta da masculina, fato já identificado por Scalon (1999). A ressalva que deve ser feita, contudo, é que as mulheres apresentam em quaisquer ocupações sistematicamente menores rendimentos que os homens. Além disso, as mulheres tendem a se concentrar em algumas ocupações como os serviços domésticos e pessoais, as ocupações não-manuais de rotina, técnicas e artísticas e outros profissionais de nível superior.

Diante das desvantagens experimentadas pelas mulheres no mercado de trabalho é plausível supor que a sua inserção em ocupações superiores a de seus maridos não implique em melhores rendimentos, se comparada aos homens. Para entender melhor essa questão exploraremos dados relativos à situação de trabalho nos casais, a partir de dados da PNAD 1996, que se localiza no meio do intervalo analisado.

Tabela 3. Renda e escolaridade médias por classe e sexo da pessoa

Classe atual	Homens Anos de estudo	Mulheres Anos de estudo	Homens Renda (em R\$)	Mulheres Renda (em R\$)	Renda feminina/ masculina	Percentual de mulheres
1. Profissionais liberais	15,6922	15,6681	2589,80	1859,13	0,72	34,1%
2. Dirigentes	10,4912	11,6572	1436,25	1017,78	0,71	32,3%
3. Proprietários empregadores	9,3213	10,2635	1942,33	1428,35	0,73	24,6%
4. Outros prof. universitários	13,9603	13,9622	1533,32	780,75	0,51	62,6%
5. Supervisores do trab. manual	7,6359	9,4065	793,55	422,46	0,53	8,2%
6. Ocupações técnicas e artísticas	10,0547	10,8761	863,90	448,97	0,52	57,8%
7. Empresários por conta-própria	6,3195	6,5363	739,70	467,97	0,63	35,1%
8. Ocup. não-manuais de rotina	8,5297	9,5721	484,37	386,36	0,80	52,0%
9. Trabalh. na indústria moderna	6,4939	7,2233	512,93	330,77	0,64	4,8%
10. Trabalh. nos serviços gerais	5,0943	4,8637	410,31	190,69	0,46	18,3%
11. Vendedores ambulantes	4,6679	5,6226	361,85	250,38	0,69	45,1%
12. Trabalh. indústria tradicional	4,3652	5,5274	341,29	217,44	0,64	27,1%
13. Trabalh. nos serviços pessoais	5,7947	5,3674	363,48	230,68	0,63	71,3%
14. Trabalh. no serviço doméstico	3,4057	4,1870	194,78	147,37	0,76	93,3%
15. Propr. empregadores rurais	5,6444	4,5020	1272,59	1249,99	0,98	5,9%
16. Trabalhadores rurais	2,5334	2,5860	206,51	124,83	0,60	32,2%
Total	5,5979	6,5157	560,00	364,26	0,65	39,4%

Fonte dos dados brutos: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996.

A tabela 4 descreve a situação de trabalho e de classe nos casais pesquisados na PNAD 1996. Nota-se que, em pouco mais da metade dos domicílios, apenas um cônjuge trabalha, mas em quase 48% dos casos, o homem e a mulher encontram-se igualmente engajados no mercado de trabalho.

Tabela 4. Situação de trabalho nos casais

Situação de trabalho nas famílias	1996
Apenas o marido trabalha	47,4
Apenas a mulher trabalha	4,9
Ambos trabalham	47,7

Fonte dos dados brutos: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996.

Dentre as famílias em que homens e mulheres trabalham (tabela 5), em mais da metade dos casos (44,9%) os cônjuges encontram-se em posições de classe equivalentes, as quais denominamos “homogâmicas”. Para analisar os casais em que homens e mulheres possuem a classe (ou outros atributos, como renda e educação, que também serão analisados) distintos, optamos pela indicação de “hipergamia”, se o casal corresponde a norma cultural patriarcal de superioridade do atributo masculino; ou “hipogamia”, se o casal representa uma reversão desse padrão patriarcal com a prevalência dos atributos das mulheres sobre aqueles de seus maridos.

Tabela 5. Hiper, homo e hipogamia de classe por classe da mulher

Classe da mulher	Hipergâmica classe	Homogâmica classe	Hipogâmica classe
8. Profissionais de nível superior	-	29,7%	70,3%
7. Proprietários e dirigentes	9,4%	47,4%	43,2%
6. Ocupações não-manuais (técnicas, artísticas, de rotina e supervisão)	22,6%	26,4%	51,0%
5. Empresários por conta-própria	25,5%	29,6%	44,9%
4. Trabalhadores na indústria moderna	35,2%	32,8%	32,0%
3. Trabalhadores nos serviços gerais e vendedores ambulantes	28,7%	32,1%	39,2%
2. Trabalhadores na indústria tradicional, nos serviços pessoais e domésticos	53,0%	32,3%	14,7%
1. Trabalhadores rurais	16,8%	83,2%	-
Total	28,8%	44,9%	26,4%

Fonte dos dados brutos: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996.

Pela tabela 5, nota-se que, quando há diferença de classe, há igual fração de casais em que a mulher ou o homem tem posição superior a de seu cônjuge. Ou seja, em 28,8% dos casos o marido tem posição superior, mas em quase 26,4% dos casos é a mulher que tem posição de classe superior. É justamente este último grupo que merece uma atenção mais detida. Observamos ainda que, conforme seria esperado ao partirmos da classe da mulher, a presença de famílias hipogâmicas é maior nos estratos mais altos.

A tabela 6 permite observar a situação educacional das mulheres que trabalham comparadas a seus maridos. Do ponto de vista da educação, as famílias tendem a ser hipogâmicas, uma vez que as mulheres são mais escolarizadas que seus maridos em 38,7% dos casais, percentual que oscila entre 53% no caso das mulheres do estrato superior e 31,9%

entre aquelas que se encontram no estrato inferior. A mesma escolaridade é encontrada em 32,2% dos casais e uma maior escolaridade masculina prevalece em 29,1% dos casos.

Tabela 6. Hiper, homo e hipogamia educacional por classe da mulher

Classe da mulher	Hipergâmica	Homogâmica	Hipogâmica	Total
Profissionais de nível superior	16,8%	30,3%	53,0%	100,0%
Proprietários e dirigentes	32,6%	32,4%	35,0%	100,0%
Ocupações não-manuais (técnicas, artísticas, de rotina e supervisão)	24,0%	27,2%	48,8%	100,0%
Empresários por conta-própria	33,9%	31,5%	34,6%	100,0%
Trabalhadores na indústria moderna	35,3%	21,1%	43,6%	100,0%
Trabalhadores nos serviços gerais e vendedores ambulantes	33,8%	27,6%	38,6%	100,0%
Trabalhadores na indústria tradicional, nos serviços pessoais e domésticos	35,4%	28,3%	36,3%	100,0%
Trabalhadores rurais	25,0%	43,1%	31,9%	100,0%
Total	29,1%	32,2%	38,7%	100,0%

Fonte dos dados brutos: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996.

Cabe indagar se essas vantagens educacionais se expressam em vantagens de renda. A tabela 7 apresenta a posição relativa dos casais no que diz respeito aos rendimentos na sua ocupação principal. Se as famílias tendem a ser predominantemente hipogâmicas no que diz respeito à educação, verifica-se o inverso quando se considera a renda. A maior parte dos casais (66,6%) possui hipergamia, com os maridos ganhando pelo menos 20% a mais que suas esposas. As famílias em que as mulheres ganham mais que os maridos constituem apenas 12,6% do total, oscilando entre em torno de 21% entre as mulheres que são profissionais de nível superior e proprietárias e dirigentes até 6,4% entre as trabalhadoras rurais.

Tabela 7. Hiper, homo e hipogamia de renda por classe da mulher

Classe da mulher	Hipergâmica	Homogâmica	Hipogâmica	Total
Profissionais de nível superior	56,7%	22,4%	20,9%	100,0%
Proprietários e dirigentes	48,6%	30,0%	21,4%	100,0%
Ocupações não-manuais (técnicas, artísticas, de rotina e supervisão)	64,4%	19,7%	16,0%	100,0%
Empresários por conta-própria	58,4%	28,6%	13,0%	100,0%
Trabalhadores na indústria moderna	60,4%	27,9%	11,7%	100,0%
Trabalhadores nos serviços gerais e vendedores ambulantes	68,9%	21,1%	10,0%	100,0%

Trabalhadores na indústria tradicional, nos serviços pessoais e domésticos	73,5%	17,6%	8,9%	100,0%
Trabalhadores rurais	68,6%	25,0%	6,4%	100,0%
Total	66,6%	20,8%	12,6%	100,0%

Fonte dos dados brutos: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996.

Como visto, enquanto o percentual de famílias em que as mulheres têm educação superior aos homens é de 38%, o percentual em que a renda é superior é três vezes menor (12%). A tabela 8 permite observar a relação entre hiper, homo e hipogamia de renda e de educação. Nota-se que os casais tendem a ser hipergâmicos do ponto de vista da renda, mesmo quando a educação da mulher é superior a do marido, havendo contudo a tendência de reduzir o percentual de casais em que o homem leva vantagem no rendimento à medida que aumenta a escolaridade das mulheres, o qual oscila de 73,2% entre os casais hipergâmicos quanto à educação até 61,9% no caso da mulher é que é mais escolarizada.

Tabela 8. Hiper, hipo e homogamia de renda por hiper,homo e hipogamia educacional

	Hipergâmica Renda	Homogâmica Renda	Hipogâmica Renda	
Hipergâmica Educação	73,2%	18,3%	8,5%	100,0%
Homogâmica Educação	66,2%	22,5%	11,3%	100,0%
Hipogâmica Educação	61,9%	21,6%	16,4%	100,0%
Total	66,6%	20,9%	12,6%	100,0%

Fonte dos dados brutos: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996.

Vejamos agora a relação entre a posição comparativa de classe nos casais e suas correspondências com a situação educacional e de renda no casal. A tabela 9 contrasta a situação dos casais quanto à educação e classe. Nota-se que, com exceção dos casais hipergâmicos quanto à classe, em todos predomina a maior escolaridade feminina.

Tabela 9. Hiper, hipo e homogamia educacional por hiper,homo e hipogamia de classe

	Hipergâmica Educação	Homogâmica Educação	Hipogâmica Educação	
Hipergâmica classe	39,7%	29,3%	31,1%	100,0%
Homogâmica classe	27,7%	38,0%	34,3%	100,0%
Hipogâmica classe	20,0%	25,3%	54,7%	100,0%
Total	29,1%	32,2%	38,7%	100,0%

Fonte dos dados brutos: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996.

Nas famílias em que a mulher tem a mesma posição de classe que o homem predominam casais com o mesmo número de anos de estudo (38%), seguida da maior escolaridade feminina (34,3%). Já nas famílias em que o homem tem posição de classe superior a da mulher, ele possui vantagens educacionais em quase 40% dos casos, estando em torno de 30% os casos de educação igual ou inferior a da mulher, a qual prevalece significativa mesmo quando o homem é que tem a posição de classe superior. Nota-se que no total, no quesito educação a maior parte das famílias é hipogâmica (38,7%), sendo que nas famílias em que a mulher tem posição de classe superior a de seu marido as diferenças de educação em seu favor são ainda mais fortes (54,7%).

Tabela 10. Hiper, hipo e homogamia de renda por hiper,homo e hipogamia de classe

	Hipergâmica Renda	Homogâmica Renda	Hipogâmica Renda	
Hipergâmica classe	76,6%	15,0%	8,4%	100,0%
Homogâmica classe	62,1%	27,9%	10,0%	100,0%
Hipogâmica classe	61,8%	19,0%	19,2%	100,0%
Total	66,7%	20,8%	12,5%	100,0%

Fonte dos dados brutos: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996.

Já no que diz respeito a renda (tabela 10), 66,7% das famílias que são hipergâmicas quanto à classe também o são quanto à renda, percentual um pouco menor mas ainda assim significativo (61,8%) nas famílias em que a mulher tem posição de classe superior. Na verdade, em apenas 19,2% dos casos de famílias hipogâmicas segundo a classe é que temos uma correspondência em termos de hipogamia de renda. Essa evidência sustenta o argumento de que apenas esses casos devem ser considerados como genuinamente hipogâmicos, nos quais se justifica medir a classe familiar a partir da classe da mulher.

A análise precedente além de evidenciar a complexidade entre essas três dimensões comparativas de hiper, homo e hipogamia de classe, renda e educação, fornece subsídios para a definição da medida de classe familiar adotada. Serão consideradas famílias hipogâmicas genuínas apenas aquelas em que a mulher possui posição de classe superior ao marido e cujos rendimentos excedam em pelo menos 20% aqueles obtidos por seus maridos. Neste caso incluem-se apenas 6,3% do total das famílias (1076 casos em 17193 casais) e 19,2% daquelas originalmente interpretadas como hipogâmicas em 1996. Embora essa decisão possa parecer conservadora, na verdade trata-se de um reconhecimento crítico das

desigualdades de gênero ainda presentes no mercado de trabalho e das consequências dessas para a mensuração da classe familiar.

A solução adotada para a medida de classe obedecerá, portanto, aos seguintes critérios:

A medida de classe partirá sempre da pessoa de referência ou cônjuge presentes no domicílio. Se ambos trabalharem, será adotada a posição mais alta. No caso da posição mais alta ser da mulher será acrescentado o critério de que ela possua renda pelo menos 20% maior que a de seu marido (confirmando o fato de que a ocupação em que ela trabalha lhe oferece chances efetivamente superiores a de seu marido). Se a pessoa de referência ou cônjuge não trabalham, será definida a classe familiar a partir da situação de trabalho do filho ou outro parente com posição mais elevada dentro do domicílio. A partir desse critério podem ser vislumbradas as seguintes situações:

- Se a mulher é chefe de família monoparental e trabalha, a classe familiar é derivada de sua situação de trabalho.
- Se a mulher é chefe de família monoparental e não trabalha, a classe familiar é derivada da situação de trabalho do filho ou outro parente com posição mais elevada dentro do domicílio.
- Se a mulher é cônjuge e não trabalha, a classe familiar é derivada da situação de trabalho de seu marido.
- Se a mulher é cônjuge e trabalha em ocupação igual ou inferior a de seu marido, a classe familiar é derivada da situação de trabalho de seu marido.
- Se a mulher é cônjuge e trabalha em ocupação efetivamente superior a de seu marido, a classe familiar é derivada da situação de trabalho da mulher.
- Se a mulher e seu marido não trabalham, a classe familiar é derivada da situação de trabalho do filho ou outro parente com posição mais elevada dentro do domicílio.

Essa medida é aplicada inclusive para as mulheres que ocupam a posição de filha ou outro parente e trabalham, pois se considera que ela continua usufruindo das condições de vida de sua família de origem. Essa definição exclui os domicílios em que ambos os cônjuges sejam aposentados (domicílios não sustentados por renda de trabalho), ou em que ambos os cônjuges tenham a posição de classe indefinida.

A partir do ano 2000, houve uma mudança na classificação ocupacional empregada pelo IBGE. Esta mudança foi analisada por Carvalhaes (2008), cuja compatibilização foi empregada para a análise de dados de 2006 e 2012.